O BRASIL NO COMÉRCIO COLONIAL (1796 - 1808)

(Contribuição ao Estudo Quantitativo da Economia Colonial)

Tese de Doutoramento Apresentada ao Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

JOSÉ JOBSON DE ANDRADE ARRUDA

SÃO PAULO, 1972

Agradecimentos

Agradecemos a todos que colaboraram na elaboração deste trabalho.
Ao Prof. Eduardo D'Oliveira França, orientador, ficamos sinceramente agradecidos.
A Antonio Galvão Novaes, nossa homenagem, pela assistência na parte estatística.
A Fernando Antônio Novais, nossa gratidão, pelo estímulo e apoio prestados, sem cujo concurso não teríamos ânimo para prosseguir.
Ao Dr. João Carlos Di Genio, pela impressão desta tese, na Gráfica do Curso Objetivo.

J.J.A.A.

À A R M I N D I N H A
com carinho
com afeto
com amor

INTRODUÇÃO

O núcleo documental deste trabalho é constituído pelas Balanças do Comércio. Não fora pela excelente qualidade da documentação e nosso trabalho teria sido praticamente inexeqüível. Tal fato, em grande parte, deve se ao contador Maurício José Teixeira de Moraes, organizador das Balanças do Comércio durante muitos anos. A disposição da matéria, os resumos, os balancetes, as demonstrações, considerados pelo próprio contador como "sumamente necessário ao supremo Imperante, e aos seus ministros de Estado; porque calculadas as Faculdades de uuma Nação, facilmente se conhecem os seus recursos" (1), facilitaram sobremodo o nosso trabalho.

Aliás, em termos de Balanças do Comércio, essas balanças portuguesas eram muito avançadas para a época, pois não excluíam o ouro, como era típico da concepção mercantilista de balança comercial, transformando-se, destarte, num verdadeiro Balanço de Pagamentos.

Em função da profusão de dados, da sua complexidade, e dos numerosos problemas sugeridos, a análise exigiu a aplicação de técnicas estatísticas, e o recurso a computadores para a realização de cálculos precisos.

Obviamente, tal tipo de documentação de certa forma condicionava o método a ser adotado. Tinha que ser um método quantitativo. O problema era saber qual. A moda de Labrousse? Na linha de Hamilton? Como o faria Jean Marczewski? Ou como o faria Pierre Chaunu? Eis o primeiro problema: definir-se, em termos de história "quantitativa" ou história "serial". Resolvido este problema, qual o apoio que teríamos na história econômica do Brasil? Poderíamos tomar algum trabalho por modelo? Ou teríamos que adotar uma orientação inovadora?

De posse dos dados e armados metodologicamente, passamos a inquirir a documentação. Os problemas multiplicaram-se. Restringimos o campo, e definimos as questões fundamentais.

Se efetuássemos um balanço das regiões brasileiras no fim do período colonial, sob o ponto de vista das suas relações comerciais com a Metrópole, qual seria a posição de cada uma das unidades brasileiras no quadro do Império Português? Seu comércio

---

(1) - Balança Geral do Commercio do Reino de Portugal com os seus Domínios e Nações Estrangeiras no anno de 1803. Instituto Nacional de Estatística,, Lisboa, Introduçao.

era deficitário ou superavitário? Qual o papel do contrabando nesse processo? Qual a sua importância relativa no comércio interno do Reino, comparada com as demais colônias da Ásia, África e Ilhas? Qual a sua posição no comércio internacional mensurável através das suas exportações via Portugal para as Nações Estrangeiras?

De posse destes dados, seria possível construir um modelo, à modo de Mauro, capaz de evidenciar as relações comerciais entre as regiões brasileiras, Portugal e as Nações Estrangeiras. Seria possível a quantificação do modelo? Em que termos?.

Estas relações comerciais poderiam demonstrar a importância de cada produto de importação e exportação colonial. Disto decorre uma série nova de problemas. Qual a importância do mercado brasileiro para os produtos agrícolas e industriais de Portugal? Especialmente, interessaria muito definir a importância desse mercado para os produtos das Fábricas do Reino.

Apesar da limitação da série, apenas 16 anos, comparando-se a série dos preços brasileiros, registrados na Balança do Comércio, com a série dos preços portugueses, definidos por V. M. Godinho, qual seria a tendência geral? Os preços no Brasil acompanham o 'trend' português e mundial? Ou o Brasil apresenta um ritmo próprio?

Determinados os produtos, o passo seguinte seria definir o quantum da exportação colonial que se dirigia para Portugal. Quanto era retido no mercado interno. Quanto era reexportado. E, desde que soubéssemos os preços de exportação e reexportação, seria possível relacionar a margem de lucro dos comerciantes portugueses. Em última instância, determinar o líquido da exploração colonial. Se isto fosse possível em relação aos produtos de exportação colonial, também o seria em relação aos produtos de importação. Por quanto eram comprados os produtos pelos comerciantes portugueses? A técnica dos mínimos quadrados seria utilizada para mensurá-lo.

Definida a posição das regiões brasileiras em face do comércio metropolitano, tanto no plano interno quanto externo e demonstrado o lucro comercial, teríamos uma idéia razoável da conjuntura brasileira no período. A partir desta conjuntura, seria possível vislumbrar o estado da estrutura? Afinal, este período-final do século XVIII e início do século XIX é um período de crescimento ou de retração econômica? O Brasil acompanha a tendência

mundial ou tem o seu ritmo próprio?Qual a característica mais marcante da economia brasileira no período que medeia entre o ouro e o café?

Na passagem da economia colonial para a economia nacional, depois da abertura dos portos, qual a situação de Portugal, que havia perdido o exclusivo do comércio brasileiro? Será que poderíamos relacionar a crise portuguesa da segunda década do século XIX à perda do mercado brasileiro? Ou a crise portuguesa se explica em função da conjuntura política européia conturbada pelas guerras napoleônicas?

A resposta a todas estas questões é sem dúvida uma tarefa ingente. Sabemos muito bem das limitações do nosso trabalho. O comércio inter-colonial, e, especialmente, o comércio de escravos, poderiam ser ampliados, mas isto demandaria outra pesquisa, um novo trabalho.

CAPÍTULO I

P R O B L E M A S M E T O D O L Ó G I C O S

I. PROBLEMAS TEÓRICOS

1. História Econômica e História Quantitativa

O progresso da mentalidade quantitativa, do sentido da precisão, está intimamente relacionado ao processo de desenvolvimento do sistema capitalista. O feudalismo prescindia desta qualidade, tendo-se em vista o caráter auto-suficiente da sua economia.

Com o renascimento comercial e urbano na Europa Ocidental, por volta do século XII, ocorrem as primeiras manifestações do espírito quantitativo, exteriorizadas na criação de escolas para mercadores, com a finalidade de instruí-los para a vida comercial (1).

Quanto mais complexa se torna a vida mercantil, mais indispensável se torna o domínio das técnicas mercantis. A cultura e a mentalidade se laicizam. O movimento universitário é a expressão candente da nova forma de vida que emerge da transformação do sistema feudal e do desenvolvimento do sistema capitalista (2). Esta nova mentalidade poderia ser surpreendida em vários níveis: - compras e vendas de mercadorias, o empréstimo a juros, a técnica - do câmbio, as letras de feira e de câmbio, a escamoteação da usura pelo Trinus Contractus, e, principalmente, a contabilidade na sua forma mais acabada e desenvolvida das partidas dobradas (3).

Dentre as várias características que poderíamos apontar no novo sistema econômico: produção para mercado, trocas monetárias, relações assalariadas de produção, Max Weber salienta o seu

---

(1) - H. Pirenne, História Econômica e Social da Idade Média, Trad. Port., São Paulo, 1963, pag. 129.

(2) - H. Rashdall, The Universities of Europe in the Middle Ages, London, 1951, passim.

(3) - "La 'rationalisation' de l'activité économique est favorisée par le développement de la comptabilité, dont un moine franciscain, Pacioli, publie le premier traité en 1494 (Détails sur la comptabilité et la tenue des livres)." , R. Barre, Économie Politique, Paris, 1956, I Vol., pág. 64.

caráter racional (4). Este elemento predominante no capitalismo - transparece na ética de vida do empresário capitalista (5) e na organização da empresa dominada pelo cálculo contábil (6).

Não poderíamos nos esquecer de que por trás desta atitude racional está a preocupação em lucrar, a obsessão pela acumulação, o 'espírito de lucro', que conduz à prática racional, tanto - ao nível da organização quando da ética empresarial (7).

Se o desenvolvimento do capitalismo é acompanhado por um aumento considerável no universo da precisão, também é válido dizer que o sistema feudal, em fase de transformação, foi caracterizado pela imprecisão. É o universo do "mais ou menos", onde os números não contam, a idade não se precisa, a vivência temporal é limitada, o grande objetivo é a salvação. Relógios não existem, as unidades do dia e da noite se contam pelas pausas para as orações, e, a noite, pelas vigílias. O sino das igrejas marca o compasso - das tarefas diárias e as estações do ano, o ritmo lento da vida (8).

O tempo é portanto lento e longo; também não se mede e não se conta com precisão. Mas o capitalismo exige precisão. Números precisos para calcular o capital acumulado e os juros. Distâncias precisas para não perder tempo. Até mesmo os tradicionais algarismos romanos não mais se prestavam aos novos propósitos. Os algarismos arábicos, sim, adequavam-se perfeitamente à contabilidade complicada e minudente das partidas dobradas. Pode-se perfeitamente acompanhar o grau de desenvolvimento do espírito racional, da

---

(4) - M. Weber. Historia Económica General, Trad. Esp., 4ª Ed., Mexico, 1964, pag. 298.

(5) - M. Weber, A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo, Trad. Port., São Paulo, 1967, passim.

(6) - M. Weber, Economia y Sociedad, Trad. Esp., 2ª Ed., México, 1969, pags. 43, 53, 73, 353, 385.

(7) - W. Sombart, El apogeo del capitalismo, Trad. Esp., México, 1946, pag. 50.

(8) - Cf. L. Febvre, El Problema de la Incredulidad en el Siglo XVI: La Religion de Rabelais, Trad. Esp. Mexico, - 1959, págs 341 e segs.

preocupação com o cálculo, pela difusão dos algarismos arábicos nos textos escritos. Trata-se de um trabalho paciente de erudição. Contar quantas vezes num texto do século XIII ou XV um determinado número aparece por extenso, em algarismos romanos, ou em algarismos arábicos. Entretanto, percebe-se nitidamente que, na proporção do desenvolvimento das atividades mercantis, intensifica-se a adoção dos algarismos arábicos, muito mais práticos, muito mais adaptados ao comércio, ao universo da precisão. São, pois, as classes sociais ligadas às atividades comerciais que mais se utilizam destes algarismos (9).

É bem verdade que o mundo do "mais ou menos" não terminou abruptamente. Nem o universo da precisão definiu a sua hegemonia no século XVI. Este processo seria lento. É o próprio processo de transformação estrutural que se verifica na passagem do feudalismo ao capitalismo. Já o capitalismo é a economia motora, mas o feudalismo ainda subsiste nas áreas mais afastadas do centro dinâmico. Isto explica porque os dados não são ainda precisos. Cometem-se muitos erros que dificultam o trabalho do pesquisador, principalmente dos pesquisadores de dados quantitativos, que precisam de séries numéricas contínuas (10).

Somente a propensão ao quantitativo, que viria a ser o traço característico do mundo contemporâneo, explica a preocupação de substituir o calendário impreciso, em vigor desde o Império Romano, por um calendário novo, bem mais preciso, do qual nos servimos até hoje (11).

==========

(9) - Cf. J.B. de Carvalho, "Sur l'introduction et la diffusion de chiffres arabes au Portugal", in Bulletin des Études Portugaises et de L'Institut Français au Portugal, Vol.XX 1957, passim: Idem, "A mentalidade, o tempo e os grupos sociais (Um exemplo português da época das descobertas : Gomes Eanes de Zurara e Valentim Fernandes)". in Revista de História, Vol. IV, nº 15, 1953, pág. 48.

(10) - J.U. Nef, Fundamentos Culturales de la Civilizacion Industrial, Trad. Esp., Bueno Aires, 1964, pág. 33.

(11) - "Não indica este prodigioso avanço da exatidão um imenso esforço intelectual e administrativo ? Não se obtém este tipo de coisas porque um número crescente de pessoas sentem o desejo de fazê-las de forma suficientemente intensa ?", J. U. Nef, Obra citada, pág. 31-32.; Idem, La Conquista del Mundo Material, Trad. Esp., Buenos Aires,1969, pág. 288.

Sem este sentido da precisão os números não teriam sido usados tão intensamente quanto foram. Uma das mais antigas séries - surgiu em Veneza, no ano de 1595. Continha os preços mínimos,médios e máximos, válida para Udine, no período de 1500 a 1593. O autor , um dos precursores das séries quantitativas, chamava-se Jacopo Stainero, e a obra 'La Patria del Friuli Restaurata' (12).

Vários outros se seguiram nos séculos ulteriores.Destaque para os ingleses Thomas Tooke (1774-1858) e um comerciante londrino J.E. Thorold Rogers (1823-1890). O primeiro começou em 1793 e o segundo em 1258, com a intenção de chegar até 1793 Tiraram inclusive algumas conclusões teóricas dos seus levantamentos estatísticos. Tooke pretendia mostrar que as secas fizeram crescer os preços de 1793 a 1819, muito mais do que a guerra ou as mudanças monetárias. (13).

Na Alemanha salientaríamos Georg Wiebe. Na França, o abade Hannauer e o famoso d'Avenel, além de muitos outros que seria - fastidioso enumerar (14), sem esgotar completamente o manancial, - porque outros mais podem ainda ser encontrados com o progresso da pesquisa arquivística (15).

Da formação de séries estatísticas chegou-se, no último - quarto do século XVII, na Inglaterra, ao estabelecimento de um balanço, que poderia ser chamado, segundo Davenant, riqueza ou estoque nacional. Enquanto isso, na França e vários outros países europeus, buscava-se uma forma de realizar o rendimento nacional, de regularizar a cobrança dos impostos e equilibrar os orçamentos fantasiosos (16).

A época da estatística nacional começou por volta de 1850, efetivamente. 'O triunfo da tecnologia deu um sentido novo às pri-

---

(12) - R. Romano, "Storia dei Prezzi e Storia Economica", Rivista Storica Italiana, Vol. LXXV, nº 2, 1963, pág. 239.

(13)) - N.S.B. Gras, "The rise and development of Economic History", The Economic History Review, Vol. nº 1, 1927, pág. 19.

(14) - Cf. Simiand, Recherches anciennes et nouvelles sur le mouvement général des prix du XVIe au XIXe siècle, Paris,1932, págs. 70 a 78.

(15) - Cf. G.H. Bousquet, "Un précurseus totalement inconnu de - l'étude mathématique du revenu national: Joseph Lang", Revue économique, 1959, vol. 10, nº2, págs.268-274.

(16) - J.G.da Silva, "Calculs Retrospectifs du Produit", Tirage à part de la Revue Suisse d'Histoire, Vol.XV,nº1,1965,pág.4.

meiras aplicações da estatística (W. Petty, 1663; G. King,1696)!(17)

Ainda seguindo José Gentil Da Silva, podemos dizer que a estatística tem origem no século XIX, para um grupo reduzido de nações; para outros, durante a primeira guerra mundial; para um número mais destacado, entre 1930 e 1939; o resto do mundo, somente depois de 1945. (18)

Foi principalmente a crise econômica de 1929, com suas repercussões mundiais, abalando principalmente os países capitalistas muito desenvolvidos, que advertiu os governos nacionais da necessidade de controle mais sistemático das economias nacionais que pudessem evitar catástrofes semelhantes. Para tanto, organismos governamentais foram criados com o definido propósito de arregimentar dados capazes de definir a conjuntura, verdadeiros termômetros da economia. É exatamente neste momento que o estudo das conjunturas passadas ganha significado. O estudo das crises passadas poderia ajudar a prevenir as crises futuras. Nos Estados Unidos, extraordinariamente sujeitos a crises (19), a publicação estatística ganhou relevo ímpar, estimulando, por decorrência, os estudos de história econômica com base estatística: 'New Economic History' (20).

Do despertar da mentalidade quantitativa às primeiras séries numéricas, da riqueza à contabilidade nacional (21), como se comportaram os historiadores da economia face aos dados numéricos ?

---

(17) - Idem, Obra Citada, pág. 12.

(18) - Idem, Ibidem, Especificando, teríamos: Reino Unido, em 1855; Inglaterra, em 1801; Alemanha, em 1851-1860; Itália, em 1861; Suecia, em 1861; Noruega, em 1865; Dinamarca, em 1870; completam o grupo com longa tradição de estatística nacional. - Outras nações anglo-saxônicas são incluídas: Estados Unidos, em 1799-1850; Austrália, em 1861 e Canadá, em 1870. O Japão, em 1878 e a França, em 1892. Na Suiça havia estimação com base no rendimento individual, desde 1874. No século XX se incorporaram Hungria, Argentina, Países Baixos e Espanha. 14 a 17.

(19) - P.A. Samuelson, Introdução à Análise Econômica, Trad. Port., Rio de Janeiro, 7ª Ed., 1971, pag. 378.

(20) - D. North, "Quantitative Research in Economic History","The American Economic Review, 1963, Vol. LIII, nº 1, pag. 128.

(21) - J.G. Da Silva, "Calculs Retrospectifs du Produit", Revue - Suisse d'Histoire, 1965, Vol. XV, nº 1, pág. 5.

Como evoluiu a história econômica no sentido da história quantitativa ? E qual a sua postura diante dos dados ?

A história econômica sempre foi um segmento da história das civilizações, confundida e explicada pela história política, religiosa ou institucional. Na época do capitalismo comercial, os fatos econômicos ganharam realce a ponto de constituir-se em matéria suficientemente importante para ser tratada à parte, como unidade autônoma. Como decorrência, a história econômica confundiu-se com a história do comércio e, portanto, das navegações marítimas (22), como se vê na 'An Historical and Chronological Deduction of the Origin of Commerce', de Adam Anderson.

A Revolução Industrial e as transformações ocorridas na agricultura, no final do século XVIII, reorientaram os trabalhos de história econômica. Isto leva V. M. Godinho a dizer que: "Se os temas mercantis estiveram longo tempo no âmago da história econômica, e isso devido ao surto e papel político do capitalismo comercial, é talvez na segunda metade do século XVIII que despontam as primeiras tentativas de remontar a períodos transcorridos no que respeita também a outros aspectos da vida econômica e às suas linhas gerais" (23).

Por volta de 1840, a história econômica adquire os primeiros delineamentos. Faltavam, contudo, dois traços essenciais: introduzir o sentido histórico na economia e marcar a importância dos fatos econômicos no conjunto da história (24). A década de 1879 a 1888 viu a história econômica atingir sua maturidade e independência (25).

Para tanto foi necessário um verdadeiro encontro entre a História e a Economia, do qual surgiria a História Econômica, em que os economistas deixariam de criticar os historiadores, fazendo seus esquemas sobre os documentos, sem tomarem conta do seu próprio isolamento, do seu deserto de abstrações, sem vida. (26)

---

(22) - N.S.B. Gras, "The Rise and Development of Economic History", The Economic History Review, 1927, Vol.I, nº 1, pág. 16.

(23) - V.M. Godinho, Introdução à História Económica, Lisboa, s.d., págs. 15 e 16.

(24) - Idem, Obra Citada, pág. 17.

(25) - N.S.B. Gras, Artigo citado, pág. 20.

(26) - A.Marchal, "Economistes et Historiens", Revue Économique, Maio, 1950, pág. 7.

A partir de então a História Econômica passou a sofrer numerosas e benéficas influências. A primeira veio do marxismo, que permitiu uma integração entre análise econômica e explicação histórica dos acontecimentos. A segunda, da escola histórica alemã da economia política, para a qual, ao contrário da escola clássica, não existem leis universais, e sim conjuntos, estruturas, que só têm validade no interior dos sistemas econômicos. O que importa não é o universal e sim o específico. A História deve se preocupar com as contingências definidas no tempo e no espaço (27).

Da conjugação resultante destas duas tendências, escola histórica alemã e marxismo, emerge a terceira influência, que utiliza o aparelho de análise marxista e certas posturas da escola histórica alemã na elaboração do instrumental de análise, técnicas e conceitos, inexistentes até então. Esta mistura heterogênea de Marx, Schmoller, Simiand, provoca reações químicas que levam a uma mutação decisiva, a uma crise da consciência histórica, da qual a criação dos Annales em 1929 foi o símbolo (28). Muitos dos historiadores celebrados até hoje são o fruto deste momento: H. Sée, H. Hauser, L. Febvre, Mathiez, G. Lefebvre e E. Labrousse (29).

Neste momento, uma coincidência feliz. Afinava-se o instrumental de análise quando a crise de 1929 despertou os historiadores para o estudo dos ciclos ou das flutuações econômicas (30). O tempo tornou-se mais elástico, tornou-se cíclico, até secular.

==========

(27) - W. Sombart, "Economic Theory and Economic History", The Economic History Review, Vol. II, nº 1, 1929, pág. 15.

(28) - J. Rouvier, "L'Appareil conceptuel de l'Histoire dans l'économie contemporaine", Revue Économique, Vol. XVI, nº 1, 1965, pág. 3.

(29) - "Se a escola histórica de economia leva a história para a economia, a teoria de interpretação econômica da história traz a economia para a história". F. Iglesias, Introdução à Historiografia Econômica, Belo Horizonte, 1959, pág. 70; "A teoria econômica descreve as formas, a história econômica a substância", L. Robbins, Naturaleza y significación de la Ciencia Económica. Trad. Esp. 2ª Ed., Mexico, 1951, pag. 65.

(30) - "A intervenção governamental trouxe, por seu turno, três importantes mudanças no domínio da teoria: a emancipação da macroeconomia; a orientação para pesquisas empíricas; a tendência, enfim, de pesquisar sobre a longa duração". W. Kula, "Histoire et économie: la longue durée", Annales Économies-Sociétés-Civilisations, Vol. XV, nº 2, 1960, pág. 297; representa uma antecipação destas tendências N.S.B. Gras, The Evolution of the English Corn Market, London, 1926, passim.

Rompe-se o tempo crítico. Entra em cena uma nova história. A história quantitativa (31), para a qual os números, as séries estatísticas, os orçamentos e as contabilidades nacionais, seriam o dado fundamental (32).

Surge então uma nova história econômica, fundamentalmente estatística (33), a quarta influência recebida pela história econômica, o quarto encontro entre a História e a Economia (34). É um período febricitante no que tange à produção intelectual. Trabalhos excepcionais, que marcariam uma profunda influência nos decênios posteriores, começaram a surgir. A ênfase foi dada ao estudo das flutuações de curta e longa duração; desenvolvimento da técnica das médias móveis, anuais, decenais; conversão dos preços correntes em moeda de prata. A Comissão Internacional para a História dos Preços, presidida por Sir William Beveridge, marca a sua presença no período.

A contribuição de François Simiand foi marcante, tanto no aspecto metodológico quanto no da análise propriamente dita (35). Chamava atenção para o fato de que não se pode alienar do real e perder-se em construções lógicas e artificiais. Mas, dever-se-ia analisar o real com categorias claras e precisas, sempre próximas dos dados: só estas categorias e estas relações dão uma verdadeira

---

(31) - "A história econômica nasceu aí, entre 1929 e 1932, com o grande impulso dado pela história científica dos preços" ... "A história quantitativa globalizante tem suas primeiras referências por volta de 1930; atravessa seu take-off no início dos anos 60; culmina entre 1965 e 1968".
P. Chaunu, "História Econômica: retrospectiva e perspectiva", Anais de História, págs. 17 e 29.;
F. Braudel, "História e Ciências Sociais. A Longa Duração", Revista de História, Vol. XXXI, nº 62, 1965, pág. 266.

(32) - "Talvez algum dia, olhando para trás com uma perspectiva mais ampla, veríamos primeiramente a história comercial, seguida pela história econômica, acompanhada mais tarde pela história social". N.S.B. Gras, "The rise and development of Economic History", The Economic History Review, Vol. I,nº1, 1927, pág. 22.

(33) - V.M.Godinho, "Histoire Économique et Économie Politique", Revista de Economia, Vol. IV, nº 3, 1951, pág. 121.

(34) - J.Bouvier, "L'appareil conceptuel de l'histoire dans l'économie contemporaine", Revue Économique, Vol. XVI, nº 1, 1965, pág. 4.

(35) - Cf. M. Bloch, "Le salaire et les fluctuations économiques a Longue Période", Revue Historique, Vol. 173, 1934, págs.1-30.

inteligência da complexidade do real, Constituindo-se portanto, o estudo dos números e das quantidades o instrumento basilar de tal metodologia (36).

Igualmente, Lucien Febvre (37) reclamava dos economistas noções positivas e controladas, sobre os diversos modos possíveis de agrupamento, classificação, e de apresentação dos fatos econômicos. Reivindicava para o historiador da economia e para seu uso os modos de agrupamento e articulação dos fatos, mesmo que se tratasse de descrever. Não seria o economista quem preencheria as necessidades do historiador, pois seus conceitos não são transferíveis mecanicamente para toda economia ou sociedade do passado. Postula que as noções econômicas não devem ser premissas arbitrárias, mas noções induzidas, brotadas do estudo positivo dos fatos.

"Métodos idênticos, portanto, em história económica e em economia 'positiva'. E imediatamente as fronteiras entre os dois domínios se apagam. A história económica impregna-se de teoria, deixa-se guiar por ela ... A história económica não passa, no fundo, de economia política dos sistemas ou estruturas revolutas. Tal impregnação não podia deixar de se revelar feliz: a história ultrapassa definitivamente o estádio da pura colecção de fatos, aborda, formula e tenta resolver problemas de desmontagem e funcionamento estrutural" (38).

Exemplo magnífico da nova postura metodológica foi o livro de Ernest Labrousse sobre o movimento geral dos preços na França do século XVIII (39), publicado em 1933. Dez anos mais tarde, um novo livro (40), que Fernand Braudel considerou o mais importante da historiografia francesa nos últimos 25 anos (41). George Lefebvre traça um paralelo entre Labrousse e Simiand. Demonstra que

---

(36) - J. Bouvier, Artigo Citado, pág. 7 e 8.

(37) - Idem, Ibidem, pág. 7.

(38) - V.M.Godinho, "Histoire Économique et Économie Politique", Revista de Economia, Vol. IV, nº 3, 1951, pág. 122.

(39) - Cf. E.Labrousse, Esquisse du mouvement des prix, et des revenues en France au XVIII siecle, Paris, 1933.

(40) - Cf. E.Labrousse, La crise de l'économie française à la fin de l'ancien regime et au debut de la Revolution, Paris, 1944.

(41) - F.Brudel, "História e Ciências Sociais. A Longa Duração", Revista de História, Vol.XXXI, nº 62, 1965, pág. 267.

Simiand partia das estatísticas e procurava remontar à causa dos fatos e à elaboração de uma teoria, com um desdém pouco dissimulado pelos acontecimentos históricos. Labrousse, ao contrário, pesquisava a causa das flutuações de longa duração ou cíclicas, e examinava se os movimentos de preços, salários e outras rendas, que ele constatou no período escolhido, encontravam-se nos períodos precedentes e ulteriores. Visava acima de tudo às consequências históricas dos acontecimentos e não a seus antecedentes racionais. Em suma, Simiand era mais abstrato, talvez mais filosófico, o que confirma, aliás, a disciplina matemática da estatística. Labrousse era muito mais concreto. Além do que, no que concerne ao método, havia uma diferença capital. O primeiro partiu de dados já compilados sem muita crítica, ao passo que o último pesquisou fatos novos de fontes inéditas (42).

No modo de ver do próprio Labrousse, a sua história era ao mesmo tempo sociológica e tradicional. Tradicional, porque não menosprezava, no acontecimento, o indivíduo e a sorte. Nova, porque tende a assimilar a sociologia, a estudar os conjuntos, a buscar o fato dominante. Mas, ao assimilar a sociologia, ao estabelecer laços com as disciplinas afins, renova-las-á, revolucionár-las-á, ao proporcionar-lhes o método histórico, substituindo concretamente, na sociologia econômica, a velha economia conceptual, abstrata, introspectiva, por uma economia positiva de observação estatística, de psicologia social reconstituída por etapas em sua permanência ou em sua variação; uma ciência econômica que colocará, ao lado de cada afirmação, um documento (43).

O trabalho de E.J. Hamilton veio enriquecer sensivelmente os estudos de história quantitativa. Suas teses sobre o afluxo do ouro americano e a inflação dos preços continuam a suscitar po-

---

(42) - G. Lefebvre, "Le mouvement des prix e les origines de la Révolution française", Annales d'Histoire Économique et Sociale, Vol. IX, nº 44, 1937, pág. 155.

(43) - E. Labrousse, Fluctuaciones Economicas e Historia Social, Trad. Esp., Madrid, 1962, pág. 478.

lêmicas e novas pesquisas (44). Sua preocupação em transportar conceitos desenvolvidos pela moderna teoria econômica para analisar - aspectos da história econômica da época do capitalismo comercial , com a dupla finalidade de melhor entender aquele processo passado e possibilitar, talvez, uma melhor compreensão das economias subdesenvolvidas atuais (45), tem gerado críticas sérias, que entretanto, não conseguem invalidar o trabalho precursor de E. J.Hamilton. Sendo um economista de formação, não seria por acréscimo um historiador ? (46)

Assiste-se, em seguida, a uma ampliação cronológica e geográfica dos estudos de preços. A obra retumbante, neste aspecto, é 'Seville et l'Atlantique', de Pierre e Huguette Chaunu. Trabalho monumental em 12 volumes (1955-1960), referente ao comércio marítimo de Espanha nos séculos XVI e XVII. Pontifica neste período a produção da VI seção da Escola Prática de Altos Estudos. Ruggiero Romano estudou o comércio do Reino de Nápoles com a França e

---

(44) - Sobre E.J.Hamilton vide P. Vilar, "Histoire de prix, histoire generale", Annales Économies-Sociétés-Civilisations,Vol. IV, nº 1, 1949, págs. 29-45.; M.Bloch, "L'Histoire des Prix: remarques critiques", Annales d'Histoire Sociale, Vol. I, - nº 2, 1939, pág. 141 e segs. Em torno da revolução dos preços, o proprio E.J.Hamilton, "Monetary inflation in Castile, 1598-1660", Economic History, Vol. II, nº 6, 1931, págs. 171 a 212.; C.M.Cipolla, "La pretendue révolution des prix et l'expérience italienne", Annales, Économies-Sociétés-Civilisations. Vol. X, nº 4, 1955, págs. 513-516. Neste artigo, considera-se que o conceito não é válido para a Itália, opinião esta que é contraditada por A.Chabert, "Encore la Révolution des prix au XVI siècle", Annales, Économies-Sociétés-Civilisations, Vol. XII, nº 2, 1957, págs. 269 a 274. Outros trabalhos demonstram a fecundidade do problema: H. G.Koenigeberger, "Property and the Price Revolution (Hainault, 1474-1573)", The Economic History Review, Vol. IX, - nº 1, 1956, págs. 1-15.; Y.S.Brenner, "The Inflation of Prices in Early Sixteenth Century England", The Economic History Review, Vol. XIV, nº 2, 1961, págs. 225-239.; Y.S.Brenner, "The Inflation of Prices in England", The Economic History Review, Vol. XV, nº 2, 1962, págs. 266-284.; S. Hoszowski, "L'Europe centrale devant la révolution des prix", - Annales, Économies-Sociétés-Civilisations, Vol. XVI, nº3 , págs. 441-456.

(45) - F.Mauro, Nova História e Novo Mundo, Trad. Port., São Paulo 1969, pag. 45.

(46) - F. Braudel, "Histoire d'Espagne et histoire des prix", Annales Économies-Sociétés-Civilisations, Vol. VI, nº 2, 1951, pág. 206.

os países adriáticos no século XVIII (47). Carlo M. Cipolla, os movimentos monetários no Estado de Milão (48). Romano voltou ao estudo das relações comerciais, enfatizando o preço do trigo em Marselha no século XVIII (49). Frank C. Spooner mostrou a relação de conjunto envolvendo a economia mundial e a cunhagem monetária na França (50). O preço dos cereais extraídos das mercuriais de Paris foi estudado com exaustão estatística por Jean Meuvret e Micheline Baulant (51).

Foi exatamente neste quadro de desenvolvimento da história apoiada em séries numéricas que eclodiu uma nova 'história quantitativa'. Era o fruto, em parte, do marxismo preocupado em considerar as grandezas coletivas, e da crescente intervenção do Estado na economia, da passagem do capitalismo liberal para o capitalismo planificado, onde ganha relevo o estudo dos agregados gerais. O esforço orientou-se no sentido da elaboração de modelos, esquemas teóricos que estabeleçam tanto quanto possível relações matemáticas, - bem como a verificação estatística dos modelos a fim de avaliar os seus desvios em relação à realidade. Estes esforços levaram também ao recolhimento de dados numéricos e qualitativos, da vida econômica objetiva, a fim de cartografá-los e analisá-los estatisticamente, de modo a conhecer as condições concretas e os mecanismos reais(52)

Simon Kuznets é um dos iniciadores desta nova forma de história econômica (53). Insiste que a capacidade de um indivíduo -

---

(47) - Cf. R. Romano, Le Commerce du Royaume de Naples avec la France et le Pays de l'Adriatique au XVIIIe siecle, Paris, 1951 , passim.

(48) - Cf. C.M.Cipolla, Mouvements Monétaires dans l'État de Milan (1580-1700), Paris, 1952, passim.

(49) - Cf. R.Romano, Commerce et Prix du Blé à Marseille au XVIIIe siecle, Paris, 1956.

(50) - Cf. F.C.Spooner, L'Économie Mondiale et les Frappes Monétaires en France 1493-1680, Paris, 1956.

(51) - Cf.M.Baulant & J.Meuvret, Prix des Céréales Extraits de la Mercuriale de Paris, 2 Vols. , Paris, 1960.

(52) - V.M.Godinho, Introdução à História Económica, Lisboa, s.d.,- pág. 59.

(53) - J.Marczewski, Introduction a L'Histoire Quantitative, Genève, 1965, pág. 40.

na observação das mudanças históricas em agregados sociais é muito limitada. Ele pode perceber episódios conspícuos, mas sua observação direta pode captar apenas uma fração dos acontecimentos. Tem limitações outras, como espaço, tempo e recursos. Pode estudar relatórios e discussões, o que é altamente seletivo, porque sobreviveram e são conhecidos apenas porque certos aspectos da vida social foram escolhidos para relatório. Tendo em vista a brevidade da vida e a limitação física de um indivíduo, em contraste com a vida e dimensões materiais dos agregados sociais, o escopo da observação direta é muito estreito para enquadrar mais do que a fração de um minuto da vida e a magnitude do agregado social. A formação dos dados estatísticos também é altamente seletiva e tem bias. Estes dados, entretanto, não são o fruto de um único observador(54) De qualquer forma, a matéria prima para o estudo das mudanças históricas é inevitavelmente seletiva; cobertura exaustiva de qualquer fenômeno é impossível. Daí a importância dos dados estatísticos, que representam observações numéricas dos agregados sociais. A ênfase nos agregados torna os dados estatísticos particularmente apropriados para o estudo das sociedades humanas. É verdade, porém, que o quadro estatístico de análise terá que se subordinar a uma visão mais ampla das mudanças sociais, que usaria todo tipo de dado e mais de um método de análise (55).

Na esteira desta tendência, os economistas-historiadores e os historiadores-economistas, em torno de W.W.Rostow, discutem as hipóteses do take-off (56).

Em nome desta nova história quantitativa, J. Marczewiski,

==========

(54) - "Society, through its commanding organs, produces statistical data", S. Kuznets, "Statistical Trends and Historical Changes", The Economic History Review, Vol. III, nº3, 1951, pág. 266.

(55) - Idem, Artigo citado, pág. 278.

(56) - W. W. Rostow, El Processo del Crescimiento Economico, - Trad. Esp., Madrid, 1967. Idem, As Etapas do Desenvolvimento Econômico (um manifesto não-comunista), Trad. - Port., Rio de Janeiro, 1961.

publicou um manifesto em 1961 (57), no qual a considerava "um método de história econômica que integra todos os fatos estudados num sistema de contas interdependentes e que tira conclusões sob a forma de agregados quantitativos, inteira e unicamente, pelos dados do sistema" (58). O modelo a ser utilizado deveria ser a contabilidade nacional, que permitiria descrever com precisão todos os estágios das atividades econômicas, desde a extração da matéria prima até o consumo final, passando pela fabricação dos produtos, distribuição da renda, despesa, poupança e investimento (59). A unidade de tempo básica é decenal (60).

Quando Marczewiski reivindicou para o seu método a exclusividade da história quantitativa, considerando que outros trabalhos anteriores apenas usaram os números como ilustrações, ou o fizeram de uma forma tímida e fragmentária (61), provocou repercussões profundas e vivos protestos. Pierre Chaunu respondeu a estas afirmações, desencadeando uma série de artigos e contra-artigos. A seu ver, a história quantitativa é uma história das massas consideradas sua evolução fundamental e contínua de longa duração. Ela ignora os homens e os fatos excepcionais. Pode servir para perceber as descontinuidades provocadas pelas mudanças qualitativas, mas não é capaz de descobrir a sua origem. Dadas estas lacunas, a história quantitativa não sabe fornecer uma explicação completa da evolução que ela relata. Os homens e os fatos excepcionais, as rupturas maiores de continuidade são para ela variações exógenas, que ela transfere para a história qualitativa, O que consegue fazer é reunir uma massa de dados numéricos e uma série de elementos coerentes e explicativos em si mesmos, mas pouco utilizáveis face aos elos explicativos com

---

(57) - J. Marczewski, "Qu'est-ce que l'histoire quantitative", Cahiers de l'Institut de science économique appliquée, nº115, 1961, série AF, reproduzido em Introduction a l'Histoire - Quantitative, Genève, 1965, pág. 1-47.

(58) - Idem, Ibidem, pág. 15.

(59) - Idem, Ibidem, pág. 14.

(60) - Idem, Ibidem, pág. 30.

(61) - "Para M. Marczewski, a história econômica escrita pelos historiadores não merece ser plenamente chamada quantitativa, pois os historiadores retêm apenas certos aspectos da evolução econômica e as sínteses que propõem são fundadas sobre análises incompletas". A. Daumard, "Données économiques et histoire sociale", Revue Économique, Vol. XVI,nº1, 1965, pág. 65.

as variáveis específicas de toda história (62). O que se pode fazer em termos de história econômica apoiada em dados numéricos, é o levantamento de séries, que permitiriam mais tarde uma interpretação global; a isto chama 'História Serial' (63).

A resposta de Marczewiski contribuiu para esclarecer melhor a sua posição a respeito da história quantitativa, a qual considerou não mais do que um método de pesquisa no domínio da história econômica, e que não exclui o recurso à história qualitativa, à qual daria uma complementação indispensável (64).

Quanto à 'história serial', disse ser uma primeira etapa da história quantitativa, pois que ela coloca ao mesmo tempo as séries cronológicas verticais, que representam a evolução de uma mesma categoria de fenômenos no tempo, e dados horizontais, que analisam a estrutura formada pelos fenômenos pertencentes a um mesmo período. A história quantitativa poderia ser comparada então a uma cadeia de três dimensões, na qual a história serial constroi as colunas e onde a contabilidade nacional define os estágios. A história serial é a condição primeira e indispensável da história quantitativa. Mas a história serial sem a síntese horizontal fornecida pela - história quantitativa nada mais é do que uma grande obra inacabada (65).

==========

(62) - P. Chaunu, "Histoire Quantitative et Histoire Sérielle", - Cahiers Vilfredo Pareto, Genève, nº 3, 1964, págs. 165-175. APUD P. Vilar, "Pour une meilleure compréhension entre économistes et historiens 'Histoire Quantitative ou économmétrie rétrospective", Revue Historique, Vol. CCXXXIII, 1965, pág. 302.

(63) - "Histoire quantitative ou histoire sérielle ? Les deux - adjectifs, dans la pratique, sont employés indifféremment. J'ai proposé, sans trop de succès et sans toujours respecter une ligne de partage fragile, une définition qui évite la confusion en spécialisant les usages". P. Chaunu, "Pour une histoire sérielle du Brésil au XVIIIe siècle. Réflexions préalables", Revue d'Histoire Économique et Sociale, Vol. XLIX, nº 4, 1971, pag. 465.

(64) - J. Marczewski, "Quelques observations sur l'article de M. Chaunu", Cahiers Vilfredo Pareto, Genève, nº 3, 1964, pags. 177-180, transcrito em Introduction a l'Histoire Quantitative, Genève, 1965. pág. 48.

(65) - J. Marczewski, Obra citada, pág. 48.

O debate estimulou a participação de outros historiadores (66). Pierre Villar atribuiu o fato a uma crise de crescimento das ciências humanas, à tendência de se evadir do seu campo específico, seja pela adoção de modelos da física ou da biologia, seja pela atribuição aos fatos humanos de estruturas eternas (67). O manifesto de J. Marczewiski não deixou, entretanto, de encontrar seguidores e acólitos fiéis (68).

Enquanto na França continuava o debate entre a história serial e a história quantitativa, nos Estados Unidos o movimento iniciado por Simon Kuznets, na década de cinqüenta, era redinamizado pelo surgimento duma New Economic History ou História Econométrica ou, ainda 'cliometrics' (69). O significado desta nova história econômica era propagado com estardalhaço, como se uma revolução estivesse ocorrendo na história econômica dos Estados Unidos. Iniciada por uma geração nova de historiadores, céticos quanto às interpretações tradicionais e convencidos de que uma nova história econômica deveria estar firmemente assentado em dados estatísticos. Várias questões teriam que ser reavaliadas à luz do novo método. O problema da lucratividade da escravidão no sul dos Estados Unidos, antes da guerra de Secessão, o papel das estradas de ferro no desenvolvimento americano durante o século XIX e a importância da guerra civil no aceleramento da industrialização (70).

Quatro são as proposições fundamentais: definir precisamente as questões objeto da análise e definir operacionalmente as variáveis relevantes; construir modelos relevantes para a resposta

---

(66) - "L'histoire qualitative, l'histoire ponctuelle, l'histoire sérielle et l'histoire quantitative forment un arsenal de méthode convergentes qui tendent toutes vers le même but final". J. Marczewski, Introduction a l'Histoire Quantitative, Genève, 1965, pág. 51.

(67) - P. Vilar, "Pour une meilleure compréhension entre économistes et historiens 'Histoire quantitative' ou économetrie rétrospective ?", Revue Historique, Vol. CCXXXIII, 1965, pág. 298.

(68) - Entre outros, Cf. J.G. Da Silva, "Calculs Retrospectifs du Produit", Revue Suisse d'Histoire, Vol. XV, nº 1, 1965, passim.

(69) - R. W. Fogel, "The New Economic History, Its Findings and Methods", The Economic History Review, Vol. XIX, nº 3, 1966, pág. 643.

(70) - D.North, "Quantitative Research in American Economic History", The American Economic Review, Vol.LIII, nº1, pág.128-129.

às questões colocadas; levantar evidências quantitativas e qualitativas; testar o modelo em relação aos dados levantados (71).

Segundo R.W. Fogel, uma das principais estrelas da nova história econômica, a armadura medotológica da nova abordagem está na ênfase da mensuração e no reconhecimento do íntimo relacionamento entre mensuração e teoria. A ferramenta mais utilizada é a análise regressiva, sendo a falta de dados a limitação mais séria. Isto não invalida o método, porque, quanto mais pobres forem os dados, mais poderosos têm que ser os métodos aplicados (72). Disto decorre que a base fundamental do sucesso está na habilidade do investigador em equacionar métodos que sejam excessivamente eficientes - na utilização dos dados, isto é, um método que permita encontrar a solução dos problemas com os dados limitados à disposição. O modelo supera os dados, e os substitui.

Considera ainda o autor citado que a verdadeira diferença entre a nova história econômica e seus predecessores, está na abordagem especificativa dos modelos, mais do que na freqüência com que são utilizados (73). Os modelos estatísticos servem, assim, não somente para descrever, mas também para inferir.

Vários impecilhos limitam senão a realização, pelo menos a validade interpretativa desta nova história econômica (74). Primeiramente, que o recuo no passado demonstraria a falta e a fragilidade dos dados, que permitem no máximo uma história serial. Isto reduziria bastante o campo de ação, circunscrevendo-o ao século XIX. O caráter 'revisionista' restringe igualmente o campo de ação, pois, esgotados os temas que suscitam discussões, terminaria também a utilidade do novo método. O interesse tem sido mais o de discutir as opiniões amplamente divulgadas do que a investigação estrutural e

---

(71) - L. Davis, "Professor Fogel and the New Economic History", The Economic History Review, Vol. XIX, nº 3, pág. 657.

(72) - R.W.Fogel, "The New Economic History,: Its Findings and Methods", The Economic History Review, Vol. XIX, nº 3, - 1966, pág. 652-653.

(73) - R. W. Fogel, "The Specification Problem in Economic History", Journal of Economic History, Vol. XXVII, 1967, pág. 284.

(74) - M. Disai, "Some Issues in Econometric History", The Economic History Review, Vol. XXI, nº 1, 1968, págs. 1 - 16.

dinâmica de um dado problema econômico. A mais, a técnica da simulação, isto é, de supor que certas variáveis conhecidas do processo histórico não ocorreram, com a finalidade de provar que oposição, - pode ser muito sugestiva, mas é pouco eficiente em termos históricos (75).

No quadro da história econômica, a história quantitativa tem hoje em dia um papel de realce. Adquiriu várias nuanças nos últimos 40 anos. Evoluiu de Simiand para Labrousse, Chaunu e Mauro. - Com Marczewski e a New Economic History extremou-se no sentido da econometria, mais do que da história.

Que postura adotar face a estas tendências ? Que método adotar na elaboração de um trabalho ?

A história quantitativa não é um fim em si mesma, mas um meio de apreender as realidades econômicas (76). A adoção dos instrumentos de mensuração fornecidos pelos economistas tem significado um esforço constante de redefinição conceitual, e o resultado é que o refinamento metodológico tem trazido incertezas e constante mudança de perspectiva (77). O que não se pode permitir é que a história quantitativa degenere num exercício estéril de lógica (78).

---

(75) - "estes conceitos, estes modelos são unicamente hipóteses de trabalho a confrontar com a realidade"... "Eles são válidos somente para curtos e médios períodos, enquanto a história visa principalmente às tendências seculares". C. Morrisson, Not sur l'application de certains concepts économiques en histoire, Revue Économique, Vol. XVI, nº 1, 1965, págs. 129 e 131.; "À medida que retrocedemos, verificamos que os aspectos econômicos da vida se distinguem menos de outros - aspectos do que hoje em dia". J. Hicks, Uma Teoria de História Econômica, Trad. Port., Rio de Janeiro, 1972, pág. 9.

(76) - H. Hauser, "L'Histoire des prix: controverse et méthode", Annales Économies-Sociétés-Civilisations, Vol. XXXVIII, 1938, pág. 166.; E.J.Hamilton, El Florecimiento del Capitalismo y otros ensayos de Historia Económica, Trad. Esp. Madrid, - 1948, pág. 2.

(77) - R.Baehrel, "Histoire statistique et prix italiens", Annales Économies-Sociétés-Civilisations, Vol. IX, nº 2, 1954, pag. 226.

(78) - "Credo nell'utilità della storia dei prezzi, quando questa sia condotta a essere construita in funzione d'una totalità economica; animata da principi economici solidamente assimilati, e non da formule economiche apprese in modo esterno; desiderosa, infine, d'aprirvirsi vie nuove, anche a costo d' urtarsi ad insucessi". R. Romano, "Storia dei prezzi e storia economica", Rivista Storica Italiana, Vol. LXXV, nº 11, 1963, pág. 268.

Efetivamente, não é a única explicação da história. Busca a simplificação da realidade humana do passado. Trata-se de uma aproximação parcial, mas com a nítida vantagem de empregar a evidência impessoal e complexa da estatística (79).

Dentro das várias perspectivas da história quantitativa , qual tem sido a tendência dominante ? Qual a orientação da pesquisa arquivística ? Quais os momentos e setores da História que mais têm chamado a atenção dos especialistas ?

O apelo do Congresso de história de preços, para que se realizasse um conjunto de estudos nacionais de preços e salários, - teve repercussão, principalmente, na Inglaterra (80) e na Holanda (81). Fora destes países, são dignos de nota os Estados Unidos - (82) e a Dinamarca (83).

A França merece um destaque especial pelos trabalhos de alto nível produzidos pela École Pratique des Hautes Études, VIe - Section. Seria fastidioso enumerar a copiosa produção, valendo a pena, contudo, destacar as divisões especializadas responsáveis por numerosos títulos: Affaires et gens d'affaires; Ports-Routes-Trafics; Monnaie-Prix-Conjoncture. Esta última divisão, particularmente é de extraordinária importância para os estudiosos de história quanti tativa.

Tomando por base os artigos publicados nas revistas especializadas em história econômica, e partindo do pressuposto que estes artigos prenunciam com segurança as tendências mais marcantes , poderíamos traçar um quadro amplo da orientação da pesquisa em his-

---

(79) - F.Braudel e F.Spooner, "Prices in Europe from 1450 to 1750", Vol. IV, Cambridge Economic History of Europe, dir. por M. Postán e H.J.Habakkuk, Cambridge, 1967, pag. 375.

(80) - Sir W. Beveridge, Prices and Wages in England From the - Twelfth to the nineteenth Century, Vol. I. Price Tables: - Mercantile Era, London, 1939.

(81) - N.W.Posthumus, Inquiry into the History of Prices in Holland 2 Vols., Leiden, 1946-1965.

(82) - A.H.Cole, Wholesale Commodity Prices in the United States - 1700-1861, Cambridge, Massachussets, 1938. Outras obras têm um significado menor porque abrangem um mercado mais restrito, T.S.Berry, Western Prices before 1861, A study of the Cincinnati Market, Cambridge, Massachussetts, 1943.

(83) - A.Friis e K.Glamann, A History of Prices and Wages in Denmark 1660-1800, Institute of Economics and History, Copenhagen, 1958.

tória econômica quantitativa.

A ênfase recai sobre o Antigo Regime, que atrai as atenções pela dificuldade de solução dos problemas, a qual resulta da escassez dos dados estatísticos. Isto explica a insistência no estudo quantitativo dos principais produtos alimentícios, essenciais numa economia pré-industrial de larga base agrícola, na qual as crises de subprodução adquirem amplitude catastrófica, difundindo-se por outros setores da vida econômica. As atividades comerciais têm que se orientar no sentido da complementação dos produtos escassos. A indústria se ressente da redução do poder aquisitivo na zona rural. Ainda mais, estas crises tinham profundas repercussões sociais, na medida em que não se refletem com a mesma intensidade e frequência em todas as camadas sociais (84).

Disto decorre a concentração dos principais trabalhos no estudo do mecanismo dos preços dos cereais em vários mercados geograficamente dispostos, de forma a permitir uma avaliação comparativa dos preços (85); a importância excepcional do preço do trigo que se constitui em muitos países um verdadeiro problema nacional (86). Neste aspecto particular, chega mesmo a haver uma certa profusão de trabalhos relativos à França, com trabalhos que incidem sobre as tendências gerais do preço do trigo (87); relação entre preços e estruturação regional num contexto revolucionário (88); análise dos preços do mercado de Paris na sua tendência secular (89); sem falar nos incontáveis estudos com base nas mercu-

---

(84) - Cf.E.Labrousse, Fluctuaciones Economicas e Historia Social, Trad.Esp., Madrid, 1962, pag. 342 e segs.

(85) - J.Meuvret, "La Géographie des prix des céréales et les anciennes économies européennes: Prix mediterranées, Prix continentaux, Prix atlantiques a la fin du XVII siècle", Revista de Economia, Vol. IV, nº 2, 1951, págs. 63-69.

(86) - Cf.V.M.Godinho, "Le problème du pain dans l'économie portugaise. XVe XVIe siècles. Blé d'Europe et Blé des Iles", Revista de Economia, Vol. XII, nº 3, 1959, págs. 144-155.

(87) - Cf.A.P.Usher, "The general course of wheat prices in France 1350-1788", The Review of Economic Statistics, Suplemento, 1930, págs. 159-169.

(88) - Cf. E.Labrousse, "Prix et structure régionale. Le froment dans le régions françaises: 1782-1790", Annales d'Histoire Sociale, Vol. I, nº 4, 1939, págs. 382-400.

riais (90).

O interesse no estudo do trigo não é exclusividade francesa. Os ingleses também enveredam por este tipo de pesquisa, com muito menos intensidade, é verdade. Alguns estudos existentes tomam por base os dados coletados por Thorod Rogers (91).

Outros produtos alimentícios foram igualmente estudados, porém com ênfase reduzida, como é o caso do milho (92) ou do açúcar (93), excluindo-se evidentemente o trabalho colossal de Posthumus na elaboração de séries longuíssimas de preços do açúcar em Amsterdam (94).

Afora os produtos alimentícios, os estudos têm-se restringido a alguns produtos exóticos tropicais, como é o caso do tabaco (95).

O segundo setor, em termos de importância na pesquisa quantitativa em história econômica, é a especulação em torno dos salários. Os estudos desse tipo tiveram em F.Simiand um iniciador emérito (96). Labrousse aprofundou as análises coletando material novo pois Simiand se apoiara em séries já existentes, o que resultou na tríade poder aquisitivo do salário-custo dos alimentos de primeira necessidade-revoluções sociais (97).

==========

(90) - Cf. P.Chaunu, "Sur le front de l'histoire des prix au XVIe siècle-De la mercuariale de Paris au Port d'Anvers", Annales Économies-Sociétés-Civilisations, Vol. XVI, nº 4, 1961, págs 791-803.

(91) - Cf.C.W.J.Grauber e C.M.Elliot, "A fresh look at wheat prices and markets in the eighteenth century", The Economic History Review, Vol. XX, nº2, 1967, págs. 257-265.

(92) - Cf. R.Mitchison, "The movements of scottish corn prices in the seventeenth and eighteenth centuries", The Economic History Review, Vol.XVIII, nº 2, 1965, págs. 278-291.

(93) - Cf. R.Pares, "The London sugar market, (1740-1769)", The Economic History Review, Vol. IX,nº 2, 1956, págs. 254-270.

(94) - N.W.Posthumus, Inquiry into the History of Prices in Holland, 2 vols., Leiden, 1946-1965.

(95) - Cf. A.Rive, "The consumption of tabacco since 1600", The Economic Journal, Supplement, nº 1, 1926, págs. 57-75.

(96) - Cf. F.Simiand, "Le Salaire, l'évolution sociale et la monnaie", 3 vols., Paris, 1932.

(97) - Cf. E.Labrousse, La crise de l'économie française à la fin de l'ancien régime et au début de la Révolution",Paris,1944.

Em termos de levantamento de dados, a grande obra do gênero coube a Beveridge com uma equipe de colaboradores (98). Mais tarde, surgiria o trabalho de Chabert, que continuou os trabalhos de Simiand (99).

De fato, as crises sociais do Antigo Regime não foram o fruto isolado das crises da produção agrícola, mas também da redução do poder aquisitivo dos salários, isto é, o descompasso entre o acréscimo no custo da subsistência e a redução do salário real.

Entendemos, assim, porque as pesquisas sobre salários e sua relação com o custo das mercadorias tenha galvanizado a atenção de numerosos estudiosos. Os exemplos são variados: relação entre salários e preços na Baixa Idade Média, com apoio nos dados fornecidos por Thorold Rogers comparados com dados de outras fontes (100); o mesmo raciocínio para a França, Inglaterra e Alsácia, entre 1400 e 1700 (101). Na Bélgica, foi criado um centro de pesquisa de preços e salários, demonstrando alguns trabalhos não somente a correlação destes dados com a economia e a sociedade, mas também com os problemas religiosos (102). Buscam-se novas relações, como por exemplo, - preços na França, e especialmente em Paris, extraordinariamente inflacionados durante a experiência de John Law, a primeira tentativa de circulação fiduciária forçada, e as condições econômicas das - classes trabalhadoras (103). A quantificação neste setor extrapola os limites da simples relação preço salário, atingindo o âmbito das flutuações econômicas e a eclosão de tumultos sociais (104).

==========

(99) - A. Chabert, "Éssai sur les Mouvements des Revenus et de l' 'Activité Économique en France de 1798 a 1820", Paris, 1949.

(100) - Cf. E.H.Phelps Brown e S.V.Hopkins, "Seven centuries of wages and prices: some earlier estimates", Economica, Vol. XXVIII, nº 109, 1961, págs. 30-36.

(101) - Cf. E.H.Phelps Brown e S.V.Hopkins, "Wage-rates and prices: evidence for population pressure in the sixteenth century", Economica, Vol. XXIV, nº 96, 1957, págs. 289-301.

(102) - Cf. C.Verlinden, "Mouvements des prix et des salaires en Belgique au XVIe siècle", Annales Économies-Sociétés-Civilisation, Vol. X, nº 2, 1955, págs. 173-198.

(103) - Cf. E.J.Hamilton, "Prices and wages at Paris under John - Law system", The Quarterly Journal of Economics, Vol. LI, 1937, págs. 42-70.

(104) - Cf. E.J.Hobsbawm, "Economic Fluctuations and some Social - movements since 1800", Economic History Review, Vol. V, - nº 1, 1952, págs. 1-25.

Obviamente, estas correlações propostas explicam, por um lado, o índice do crescimento vegetativo da população, por meio do índice de natalidade ou de mortalidade (105), e levaram mesmo à definição de uma teoria geral do índice de mortalidade no Antigo Regime (106).

Neste tipo de economia, a terra tem um papel muito importante, mas, apesar disto, não tem merecido por parte dos pesquisadores maiores atenções, a não ser em casos esporádicos (107). Ao passo que outros estudos, bem mais difíceis, e que requerem técnica requintada, como é o caso do estudo do clima e sua incidência sobre a história econômica, têm sido realizados (108). Algumas conclusões demonstram que a variação das colheitas durante os séculos XVII e XVIII são em grande parte função das flutuações climáticas (109). A elaboração de séries comparadas permite evidenciar o sentido explicativo destas flutuações climáticas no corpo da história econômica, social e política (110).

Destaque menor recebeu a pesquisa no campo da indústria - no Antigo Regime. Os principais estudos se concentram na Revolução Industrial inglesa, mais do que no Antigo Regime propriamente dito. Isto se explica pelo papel preponderante da agricultura das atividades comerciais neste período. Daí se limitarem os trabalhos ao estudo da relação entre a inflação de lucros (profit inflation) e a revolução industrial (111), ou trabalhos que analisam empiricamente

---

(105) - Cf.F.G.Dreyfus, "Prix et population à Trèves et à Mayence au XVIIIe siècle", Revue D'Histoire Économique et Sociale, Vol. XXXIV, nº 3, 1956, pags. 241-261.

(106) - Cf.R.Baehrel, "La mortalité sous l'Ancien Régime", Annales - Economies-Sociétés-Civilisations,Vol.XII,nº 1, 1957,pags.85-98.

(107) - Cf.H. J. Habakkuk, "the long-term rate of interest and the price of land in the seventeenth century", The Economic History Review, Vol. V, nº 1, 1952, págs. 26-45.

(108) - Cf.E.Le Roy Ladurie, "Histoire et Climat", Annales Économies-Societés-Civilisations, Vol.XIV,nº1, 1959,pags. 3-34.

(109) - Cf.E.Le Roy Ladurie, "Climat et récoltes aux XVIIe et XVIIIe siècles", Annales Economies-Sociétés-Civilisations, Vol. XV, nº 3, 1960, pags. 434-464.

(110) - Cf. E.Le Roy Ladurie, "Le Climat des XIe et XVIe siècles: - séries comparées", Annales Économies-Sociétés-Civilisations, Vol. XX, nº 5, 1965, pags. 899-919.

(111) - Cf. D.Sella,"Les mouvements longs de L'industrie lainière à Venise aux XVIe et XVIIe siècles", Annales Économies-Sociétés-Civilisations,Vol.XII,nº 1,1957, pags. 29-45.

a teoria de que as tentativas de industrialização ocorrem na esteira das crises comerciais (112). O problema do equipamento técnico-industrial, mais difícil de ser estudado, não foi aferido com insistência, a não ser o caso de raras exceções, já no período correspondente à Segunda Revolução Industrial (113).

No plano mais geral dos movimentos de curta, média e longa duração, as análises têm apresentado uma tendência a concentrar-se na interpretação da conjuntura mundial espelhada e refletida em mercados restritos, como por exemplo Portugal (114) ou Milão (115). Outros estudos restringem ainda mais o campo de estudo, limitando-o a uma crise específica de curta duração no topo de um movimento cíclico de longa duração (116). Isto quando o estudo do problema não resvala para uma polêmica, frequentemente estéril, porque apoiada em convicções pessoais e sem apoio dos dados que são muito escassos (117).

Neste conjunto, como se viu, o mundo colonial está sensivelmente negligenciado e, a não ser por parcos trabalhos, estaria completamente no ostracismo. São por isso mesmo, exceções valiosas e que merecem destaque especial: a modernização da contabilidade de um engenho de açúcar brasileiro no século XVII (118); a mensuração

---

(112) - Cf. J.U. Nef, "Prices and Industrial Capitalism in France and England", The Economic History Review, Vol. VII, nº 2, 1937, págs. 155-183.

(113) - Cf. R.K. Merton, "Fluctuations in the rate of industrial inventions", The Quarterly Journal of Economics, Vol. XLIX, 1935, págs. 454-474.

(114) - Cf. V. M. Godinho, "Les fluctuations économiques au XVIème siècle - Problèmes de diagnostic et d'interprétation", Revista de Economia, Vol. IX, nº 3, 1956, págs. 109-116.

(115) - Cf. J. Meuvret, "Conjoncture et crise au XVIIe siècle: L' 'exemple des prix Milanais", Annales Économies-Sociétés-Civilisations, Vol. VIII, nº 2, 1953, págs. 215-219.

(116) - R.Rómano, "Tra XVI e XVII secolo. Una crisi economica:1619--1622", Rivista Storica Italiana, Vol.LXXIV, nº 3, 1962, págs. 480-531.

(117) - Cf. C.M. Cipolla, R.S. Lopez, H.A. Miskimin, "Economic Depression of the Renaissance ?", The Economic History Review, Vol. XVI, nº 3, 1964, págs. 519-529.

(118) - Cf. F.Mauro, "Comptabilité théorique et comptabilité pratique au Amérique Portugaise au XVIIème siècle", Revista de Economia, Vol. XIII, nº 1, 1960, págs. 5-16.

da tonelagem, capacidade, medidas, velocidade de um navio mercante na América colonial (119).

Mais sugestivo ainda é o estudo que enfoca a produção colonial no que tange ao seu significado econômico no quadro do sistema mercantilista e do Pacto Colonial (120), se foram produtivas para as metrópoles e contribuiram para o seu desenvolvimento econômico (121), ou, pelo contrário, se foram improdutivos, na medida em que o capital investido na zona colonial poderia ser muito mais lucrativo, em termos de rentabilidade, se investido na própria metrópole em atividades industriais, constituindo-se, destarte, em prejuízos mais do que em lucro (122).

2. A História Quantitativa no Brasil

Tendo em vista o quadro geral dos problemas metodológicos e de orientação da pesquisa que envolvem a história econômica quantitativa, poderíamos nos interrogar a respeito dos mesmos problemas na história econômica do Brasil. Estamos igualmente envolvidos por estes problemas ? Em que direção se orienta a pesquisa de história quantitativa no Brasil ?

Preliminarmente, é necessário considerar que tanto a história econômica tradicional (123), quanto a história econômica - quantitativa, são extraordinariamente recentes no Brasil. Isto se

---

(119) - Cf. G. M. Walton, "Sources of productivity change in american colonial shipping, 1675-1775", The Economic History Review, Vol. XX, nº 1, 1967, págs. 67-78.

(120) - Cf. R.B. Sheridan, "The wealth of Jamaica in the eighteenth century", The Economic History Review, Vol. XVIII, nº 3, - 1965, págs. 292-311.

(121) - Cf. R.B. Sheridan, "The wealth of Jamaica in the eighteenth century; a rejoinder", The Economic History Review, Vol. - XXI, nº 1, 1968, págs. 46-61.

(122) - Cf. R.P. Thomas, "The sugar colonies of the old Empire:Profit or Loss for Great Britain", The Economic History Review, Vol. XXI, nº 1, 1969, págs. 30-45.

(123) - Por história econômica tradicional entenda-se a história - econômica que se utiliza dos dados numéricos em termos ilustrativos, sem transformá-los no cerne explicativo da questão. Na expressão tradicional não vai, pois, qualquer conotação pejorativa.

explica pelo fato de que a historiografia brasileira esteve durante muito tempo influenciada pelas interpretações políticas, nas quais a história econômica sempre entrava como um dado lateral, de caráter supletivo. Os anos 30 marcam o início da história econômica entre nós, com o aparecimento dos primeiros resumos da evolução econômica brasileira (124). Ganha destaque, neste conjunto, a obra de Caio Prado Jr. pelo seu valor interpretativo (125).

Mais recentemente, dos anos 50 a esta parte, um novo grupo de pesquisadores, armados com uma nova conceituação operacional, empreendem a tarefa de reinterpretar, à luz destes novos conceitos, a história econômica do Brasil. São sociológos e principalmente economistas, excepcionalmente um historiador (126). Também chamados técnicos que têm buscado no passado as causas dos problemas econômicos atuais (127).

Uma das consequências mais importantes desta investida - foi a mudança da ênfase dos estudos econômicos, que salta do período colonial para o século XIX e XX, o que se justifica pela escassez de dados numéricos nos períodos mais remotos (128).

O exemplo mais notável desta nova tendência é o livro de Celso Furtado, Formação Econômica do Brasil, onde todas estas preocupações aparecem. Daí sua preocupação quantitativista, com cálculos de percentagens e médias, de modo a apreciar com a maior justeza possível os níveis, oscilações e crescimento (129).

==========

(124) - A título de exemplo, citaríamos: V. Viana, Histórico da Formação Econômica do Brasil, Rio de Janeiro, 1922; L. Brito, - Pontos de Partida para a História Econômica do Brasil, Rio de Janeiro, 1923; R. Simonsen, História Econômica do Brasil, São Paulo, 1937.

(125) - C. Prado Jr., História Econômica do Brasil, São Paulo,1945.

(126) - S. Stein, The Brazilian Cotton Manufacture; Textile Enterprises in an Underveloped Area, 1850-1950, Cambridge, Mass., 1957.

(127) - A título de exemplo, citaríamos: W.Baer, Industrialization and Economic Development in Brazil, Homewood, Illinois,1965; N. Left, Economic Policy-Making and Development in Brazil , 1947-1964, New York, 1968.; A.Delfim Neto, O Problema do Café no Brasil, São Paulo, 1959.

(128) - W.P.Greevey e R.B. Tyrer, "Recent Research on the Economic History of Latin America", Latin America Research Review, - Vol. III, nº 2, 1968, pág. 89.

(129) - F.Iglésias,Introdução à Historiografia Econômica, Belo Horizonte,1959; Cf.Idem, "Situaçao da Historia Economica do Brasil",Anais de História,Vol. II, 1970, pág. 26 e segs.

Uma inserção do Brasil no quadro da historiografia econômica latino-americana dar-nos-ia uma melhor idéia do problema. Os estudos de história econômica no Brasil passaram de 26, no decênio 1945-1955, para 29, entre 1956-1967, apresentando um índice de crescimento de 12%. É uma média muito baixa se a compararmos com o índice de outros países latino-americanos: México, 71%, Chile, 130% e Argentina, 200% (130).

De 1945 a 1955, preponderam as análises do setor de exportação, em toda a América Latina. Na década seguinte, a preponderância passa ao setor interno da economia. O setor de subsistência praticamente desaparece (131). Isto demonstra a crescente importância do mercado interno, o processo de internalização do centro dinâmico e o desenvolvimento dos pólos internos de crescimento.

==========

(130) - Tendência da Literatura de História Econômica da América Latina, 1945-67.

País	1945-55	1956-67	% Mudança
Argentina	17	51	200%
Chile	10	23	130%
México	34	58	71%
Área do Caribe	32	41	28%
América Central	11	14	27%
Brasil	26	29	12%
Outros Países	10	11	10%
Venezuela	11	11	0%
Colômbia	22	20	- 9%
Estudos Gerais da America Latina	54	52	- 4%
TOTAL	227	310	37%

W.P.McGreevey e R.B. Tyrer, "Recent Research on the Economic History of Latin America", Latin American Research Review, Vol. III, nº 2, 1968, pág. 106.

(131) - Publicações por setor econômico entre 1945-1967.

	1945-55	1956-67	%
Setor Exportador	133	115	-13 %
Economia Doméstica	49	111	145%
Setor de Subsistência	6	4	-

Sob o ponto de vista da contribuição dos historiadores, podemos considerar o Colóquio Internacional de História Quantitativa do Brasil (132), como um marco decisivo dos estudos desta espécie entre nós. Poderíamos mesmo dividir a história econômica do Brasil em três etapas: a tradicional ou clássica, a que precede o Colóquio e a que dele deriva.

Os clássicos são aqueles trabalhos que utilizam dados numéricos sem tratamento estatístico exaustivo e apenas ilustram numericamente uma abordagem qualitativa (133). Os trabalhos de história quantitativa anteriores ao Congresso são pouco numerosos, e incidem sobre problemas agrícolas, demográficos, portuários e trânsito comercial (134). Algumas pesquisas a longo tempo encaminhadas - (135) começam a produzir resultados excelentes, caso específico do trabalho sobre o ouro brasileiro e o comércio anglo-português, que vem preencher uma lacuna na historiografia econômica brasileira(136)

Seria uma injustiça não citar neste quadro o trabalho pioneiro de Roberto Simonsen (137). Seus quadros estatísticos a custo

---

(132) - Colloque International du CNRS sur "L'Histoire Quantitative du Bresil, 1800-1930", Institut des Hautes Etudes de l'Amérique Latine, de 11 a 14 de Outubro de 1971.

(133) - A título de exemplo, citaríamos: C.H.Boxer, A Idade do Ouro no Brasil, São Paulo, 1963.; M.Zemella, O Abastecimento da Capitania de Minas Gerais no Século XVIII, São Paulo, 1951; A.E.Taunay, Pequena História do Cafe no Brasil, Rio de Janeiro, 1945; M.Ellis, "Contribuição ao Estudo do Abastecimento das Zonas Mineradoras no Brasil no Século XVIII, Revista de História, Vol. XXXVI, 1958, págs. 429-467.

(134) - A título de exemplo, citaríamos: F.R. Leite, "Preços em São Paulo Seiscentista", Anaes do Museu Paulista, Vol.XVII, São Paulo, 1963, págs. 43 e segs.; C.M.Westphalen, "Navios e mercadorias no porto de Paranaguá, nos meados do século XIX", Anais do V Simpósio Nacional dos Professores Universitários de História, Portos, Rotas e Comércio, Vol.I, págs.449-522; M.N.Dias, A Companhia Geral do Grão Pará e Maranhão (1755 - -1778), 2 Vols., Pará, 1970.; L.Lisanti, "Sur la nourriture des 'Paulistes' entre XVIII et XIX siècles'", Annales Économies-Sociétés-Civilisations, Vol.XVIII, nº 3, 1963, págs.531-540.

(135) - A.P.Canabrava, "A Economia Paulista na Época da Independência", Conferência realizada no Museu Paulista, Outubro de 1972, a sair nos ANAES.

(136) - Cf.V.N. Pinto, O Ouro Brasileiro e o Comércio Anglo-Português, (Exemplar mimeografado), São Paulo, 1972.

(137) - Cf. R.Simonsen, História Econômica do Brasil (1500-1820), 6ª Ed., São Paulo, 1969.

elaborados têm servido de base às reinterpretações da história econômica do Brasil (138). O problema é que estes dados foram colhidos muitas vezes em fontes não seguras, sem qualquer base científica de quantificação. Uma comparação entre o livro de Roberto Simonsen e o de E. Labrousse sobre a economia francesa no século XVIII evidenciaria o nosso atraso em termos de história quantitativa.

Os trabalhos apresentados no Colóquio delineiam a orientação da pesquisa e os principais problemas metodológicos.

Afinal, faremos história quantitativa ou história serial? Como já vimos, algures, o método quantitativo propõe a reconstrução do passado em termos de contabilidade nacional. Permite construir um modelo sob a forma de um sistema de equações. Entre as vantagens deste método, está a de suprir as lacunas da documentação através de equações (139). O ponto de partida é a arregimentação de variáveis fundamentais que poderiam ser dissociadas e ampliadas até quarenta e seis elementos (140).

Pierre Chaunu acha difícil a aplicação deste método para o século XVIII europeu, por falta de dados. O mesmo se poderia dizer para o século XIX e XX brasileiro. Daí optar pela história serial, a qual considera adaptada ao caso do Brasil (141), pois, para tais épocas, deve-se contentar em multiplicar os indicadores de conjuntura: preço, comércio, transportes marítimos, produção(142)

F. Mauro pensa numa justaposição dos métodos. Numa primei

---

(138) - Cf. C.Furtado, Formação Econômica do Brasil, Rio de Janeiro, 5ª Ed., 1963. Especialmente a nota 49, pág. 57, quando diz: "As cifras relativas à produção de açúcar na epoca colonial, que aparecem em obras de cronistas, visitantes, informes oficiais portugueses e holandeses bem como em trabalhos de estudiosos da matéria, nacionais e estrangeiros, foram cuidadosamente escrutinadas por Roberto Simonsen... Os dados que servem de base aos cálculos e estimativas que aparecem no texto foram todos colhidos na obra dêsse grande pesquisador da história econômica do Brasil. Contudo nem sempre acolhemos na escolha do próprio critério de Simonsen, que teve sempre a preocupação de reter apenas as referências mais conservadoras". Ver também as obras de M. Buescu, Exercícios de História Econômica do Brasil, Rio de Janeiro, 1968, passim.; História Econômica do Brasil, Rio de Janeiro, 1970, especialmente as páginas 196 e 197.

(139) - F. Mauro, Próblemes et Possibilités d'Une Histoire Économique Quantitative de l'Amérique Latine Depuis l'Independence: Le Cas du Brésil, Lisboa, 1970, pág. 2.

(140) - J.Marczewski, "Les Variables Historique", Revue Économique, Vol. XVI, nº 1, 1965, pág. 93.

ra etapa, reunir-se-iam os indicadores de conjuntura, compondo a história serial; em seguida, as séries seriam reunidas num contexto explicativo global, à maneira de Marczewski (143).

Ainda sob o ponto de vista metodológico, no que tange à seleção dos dados a serem tratados estatisticamente, percebe-se que os trabalhos do Congresso enquadram-se na linha de Hamilton, isto é, apóiam-se em dados de operações efetivas, registros de compra e venda feitas por instituições. Esta opção é o resultado dos limites impostos pela própria documentação, pois o estudo das 'mercuriais' na linha proposta por E. Labrousse seria impossível pela inexistência de documentação desse tipo. A polêmica entre os dois métodos, existente na Europa, não se transporta ao mundo colonial, pela diferença de realidade, que determina o método a seguir.

Estas posturas metodológicas orientaram os trabalhos apresentados e parecem-nos ser o melhor caminho a seguir. O campo de pesquisa preferido continuou a ser a história de preços, com alguns

---

(141) - "Seria mais exato falar das decisivas conquistas da história serial através do século XIX brasileiro. E quando se tenta, com uma ousadia e um sucesso aos quais eu tenho que render - homenagem, uma quantificação global da economia brasileira - depois da época colonial, onde se situa, como ponto de partida, a isto que é conveniente chamar um brilhante balanço (pesée) econômico global". P. Chaunu, "Pour une histoire serielle du Brésil au XVIIIe siècle. Reflexions préables". Revue D'Histoire Économique et Sociale, Vol. XLIX, nº 4, 1971, pág. 468.

(142) - F. Mauro, Artigo citado, pág. 3.

(143) - "Nós alcançaríamos assim uma primeira etapa: a de uma história serial, acompanhada de uma cronologia dos acontecimentos (verdadeiro calendário da conjuntura), que teria então o mérito de substituir as estatísticas na sua espessura temporal. Esta história serial poderá ser nacional, regional, local. Ela poderá ser feita por agregados, os setores (primário, secundário, terciário), os ramos, eventualmente das empresas, estas tomadas a título de amostra"... "Mas se poderá ir mais longe e escolher entre as séries aquelas que melhor se prestam à confecção de uma contabilidade nacional ou regional. É necessário começar pela época atual, depois, a um passado recente e remontar pouco a pouco a um passado mais longínquo. Este método regressivo é o mais cômodo e o mais prudente. Bem conduzido, ele pode estimular a pesquisa de novas variáveis e de novas fontes de documentação. Ele permitirá calcular o crescimento global e os crescimentos - por época ou por setor - e, além disso, a taxa de crescimento global ou de crescimento per capita". F. Mauro, Artigo Citado, págs. 3-4.

desdobramentos envolvendo estudos sobre moedas, inflação e poder aquisitivo (144). Os trabalhos sobre demografia representam a segunda ênfase, abrangendo problemas metodológicos e análises empíricas (145). Em terceiro lugar, vieram os problemas de desenvolvimento, englobando estudos sobre agricultura, crescimento urbano, dualismo econômico e industrialização (146). Os trabalhos dedicados ao estudo de portos e comércio foram pouco numerosos, o que se encaixa na tendência geral de preponderância do setor (147). Outros trabalhos completam o quadro, sem, entretanto, denotarem uma tendência

==========

(144) - Cf. as comunicações: K. Q. Mattoso, "Os preços na Bahia de 1750 a 1930", 27 págs.; G. Perruci, "Les prix a Recife - (1890-1940)", 24 págs.; H. B. Johnson, "Money and Prices in Rio de Janeiro 1760-1820", 24 págs.; M. Buescu, "L'Inflation Brasilienne de 1850 a 1870 - Monétarisme et structuralisme", 30 págs.; E. M. L. Lobo, L. B. Madureira, O. C. S. Novaes, F. F. Elias, "Evolution des Prix et du Cout de la Vie a Rio de Janeiro 1820-1830", 32 págs.

(145) - Cf. as comunicações: L. Lisanti e L. Marcilio, "Problèmes - de l'Histoire Quantitative du Brésil: Metrologie et Demographie", 13 págs.; M. B. Levy, "Aspectos da História Demográfica e Social do Rio de Janeiro (1808-1889)", 26 págs.; A. P. Balhana, "A Evolução Demográfica de Curitiba no Século - XIX", 19 págs.; K. Q. Mattoso e J. L. de Athayde, "Epidemias e Flutuações na Bahia no Século XIX", 21 págs.; M. L. Marcílio, "Tendances et Structures des Ménages dans la Capitainerie de São Paulo (1765-1828) Selon les Listes Nominatives - d'Habitants", 13 págs.

(146) - Cf. as comunicações: L. Lisanti, "La Productivité Agricole dans l'État de São Paulo XIX e XX siècles", 5 págs.; L. Jeanjean, "Croissance Urbaine et Croissance Regionale au Brésil Depuis L'Independance", 24 págs.; D. C. Lambert, "Le Degré de Dualisme de l'Économie Bresilienne S'est-Il Attenue en un Demi-Siècle ? 1920-1970", 30 págs.; J. R. Bondeville, "Poles de Developpment et Poles de Croissance Brésiliens au XXème Siècle", 11 págs.; W. Baer e A. F. Villela, "Industrial Growth and Industrialization Revisions in the Stages of Brazil's Economic Development", 29 págs.

(147) - Cf. as comunicações: C. M. Westphalen, "Paranaguá e o Rio da Prata no Século XIX", 30 págs.; H. Kellenbenz, "Données Statistiques sur le Système Routier Hambourg-Terre-Neuve--Brésil (première moitié du XIXe siècle)", 19 págs.; I. Jancsó, "As Exportações da Bahia durante a República Velha - (1889-1930). Considerações Preliminares", 17 págs.; J. Schneider "Le commerce de la France avec le Brésil en Considerant specialement la Position du commerce français dans les divers marchés du Brésil entre 1915-1948 (Éssai d'une analyse de la structure économique)", 25 págs.; F. A. Novais, "Notas para o estudo do Brasil no Comércio Internacional do Fim do Século XVIII e Início do Século XIX (1796-1808)", 33 págs.

marcante da pesquisa em história quantitativa do Brasil (148).

A história dos preços, que nos propomos a realizar neste trabalho, é apenas um capítulo da história quantitativa e da história econômica geral. Orienta-se na perspectiva da história serial pois não possuímos neste momento estudado todas as variáveis exigidas pela história quantitativa à moda de Marczewski-, que a longo prazo permitiria, pela multiplicação das séries elaboradas, a confecção de uma história quantitativa mais ambiciosa, em direção a uma história global. Contudo, como as séries de preços estão ligadas ao comércio e à produção, poder-se-ia constituir num instrumento de mensuração do crescimento econômico num dado momento. No mínimo, representaria a abertura de novas perspectivas de estudo, a criação de novos problemas. Afinal, a história não foi escrita de uma vez - para sempre.

Em termos metodológicos, o nosso objetivo mais imediato é utilizar a história quantitativa no sentido de um aprofundamento da análise, tornando, destarte, mais denso o qualitativo, pois as massas e os volumes podem, num momento crítico, transformar-se numa mudança qualitativa, e como estas mudanças escapam a toda contabilização, o quantitativo e o qualitativo se entrelaçariam e se completariam.

É também nas linhas mestras do quadro geral dos estudos - de história econômica quantitativa que procuraremos integrar o nosso estudo.

Primeiramente, está inserido na área dos estudos dos problemas coloniais. Trata-se de um estudo de preços e de quantidades numa conjuntura definida. Os preços estudados abrangem produtos coloniais exportados e metropolitanos importados, quer sejam de sua própria produção ou comprados no estrangeiro.

A diferença de preço de compra e venda de um produto por parte da metrópole e o sobre-preço resultante dão o significado econômico da colônia no âmbito do comércio colonial metropolitano e

---

(148) - Cf. as comunicações: F. Iglésias, Perspectiva da História - Econômica de Minas Gerais 1889-1930", 23 págs.; I. Jancsó e K. Q. Mattoso, "Como Estudar a História Quantitativa da Bahia no Século XIX", 20 págs.; E.Stols, "Les Investissements Belges du Brésil 1830-1914", 14 págs.; D. Teysseire, "La Lexicologie en Histoire de L'Ideologie: L'Inventaire Lexicométrique des "Pasquins Sediciosos" D'Août 1789 à Bahia, 33 págs.

mundial. O relacionamento interativo entre preços e quantidades exportadas pela colônia contribuirá para a explicação dos níveis de preços no mercado. Concomitantemente, considerando-se que as exportações representam o setor dinâmico da economia colonial, o seu índice de crescimento ou de retração têm possibilidades potenciais para demonstrar o crescimento, a estagnação ou a retração do desenvolvimento econômico da colônia, entendida como um todo ou na sua compartimentação regional.

Em suma, a especificidade do trabalho está na tentativa - de mensuração da lucratividade comercial metropolitana em relação à colônia, inserção e posicionamento relativo e absoluto da colônia no quadro do comércio mundial, relacionamento entre expansão comercial e crescimento econômico global e regional.

O tema da investigação enquadra-se numa conjuntura definida, a última conjuntura do período colonial, de marcada importância histórica, porque precede à liquidação do sistema colonial no Brasil, fato prenhe de notáveis repercussões econômicas, sociais e políticas, na evolução ulterior de Portugal e do Brasil.

II. PROBLEMAS DE PESQUISA

1. As Fontes: As Balanças do Comércio

Partindo-se do pressuposto que o eixo do nosso trabalho é o comércio brasileiro na última etapa do período colonial, o documento básico, essencial, é a Balança do Comércio, ou, mais precisamente, Balança Geral do Commercio do Reyno de Portugal com as Naçõens Estrangeiras. (149).

Estas Balanças do Comércio se encaixam no quadro da mentalidade ilustrada portuguesa e do reformismo pombalino, responsável pela criação do Erário Régio, das Aulas do Comércio (150), e, principalmente, da Superintendência Geral dos Contrabandos e Descaminhos

---

(149) - Sobre o tema Cf. C.P. Kindleberger, Economia Internacional, Trad. Esp., Madrid, 1957, pág. 17 e segs.; "Chamamos Balança de Comércio à diferença entre o valor das importações e o das exportações. Se consultarmos as estatísticas das exportações e das importações em todos os países, nós veremos esta balança do comércio pender tanto do lado das importações, quando do lado das exportações". Ch. Gide, Cours d'Économie Politique, 14º Ed., Paris, 1913, pág. 390. De uma forma mais ampla, "o balanço comercial, ou balanço de créditos e débitos resultantes da exportação e importação de mercadorias". É um dos sub-balanços, ao lado do balanço de serviços, que compõem o balanço de rendimentos, tambem denominado balanço de contas ou balanço de pagamentos em contas correntes. H. Schlittler Silva, "Tendências e Características Gerais do Comércio Exterior no Século XIX" - Revista de História da Economia Brasileira, Vol. I, nº 1, 1953, pág. 20; "A fundação da Aula do Comércio (alvará de 19 de Maio de 1759) constitui o primeiro passo para a instauração de estudos de contabilidade, economia e comércio em Lisboa", T. Soares, O Marquês de Pombal, Rio de Janeiro, 1961, pág. 241.

(150) - "Com a criação do Erário Régio em 1761, em substituição da Casa dos Contos, pretendeu o Marquês centralizar todos os serviços de receitas e despesas. Pombal foi o primeiro inspetor do Erário Régio, cujo plano de organização incumbiu a João Henrique de Sousa, lente da Aula de Comércio. Êste procurou dar a forma mercantil àquela importante repartição pública. A escrituração passou a ser feita pelo sistema de partidas dobradas, como se fosse uma grande casa comercial" F.A. Corrêa, História Económica de Portugal, Lisboa, 1930, Vol. II, pág. 91.

dos Reais Direitos (151), para o qual as Balanças do Comércio são um instrumento fundamental, capaz de orientar a política repressiva contra o comércio ilegal, que tanto dano causava ao Erário Régio.

A confecção da Balança teve início nos primórdios do governo de D. José I, sob a direção do Marquês de Pombal e a inspeção de Diogo de Pina Manique, Superintendente Geral dos Contrabandos - (152). A partir de 1796, ano em que se inicia a série contínua das Balanças, os trabalhos adquiriram uma uniformidade marcante, sob a direção de Maurício José Teixeira de Moraes, primeiramente como simples funcionário da contadoria e, posteriormente, na qualidade de Superintendente Geral dos Contrabandos. As três Balanças existentes antes desta data são incompletas, sem a riqueza de detalhes das que se seguem a 1796. Segue a técnica da contabilidade por partidas dobradas (153), constituindo-se, ao final, num verdadeiro trabalho de contabilidade nacional, dentro dos limites do século XVIII e início do século XIX (154).

A organização das Balanças não é exclusividade portuguesa. Tem um precedente famoso na França, bem anterior à portuguesa, datando de 1716. Enquadram-se, da mesma forma, no movimento geral - da Ilustração (155). Diferem da Balança portuguesa pela sua complexidade, pois, na verdade, sob o ponto de vista estatístico, o século XVIII não conheceu apenas uma Balança do Comércio, mas várias, e

---

(151) - Alvará de 16-12-1771, que cria a Superintendência Geral - dos Contrabandos, dividindo as atribuições do Conservador Geral do Comércio. A. R. Sc. L., Vol. 27 e 28, f. 245 e segs.

(152) - Balança Geral do Commercio do Reyno de Portugal com o Reyno do Brasil, Domínios e Naçoens Estrangeiras no anno de 1816, Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, Seção de Manuscritos, Introdução.

(153) - Cf. J. Fourastié, Contabilidade, Trad. Port., Lisboa,s.d. pág. 33 e segs.; "A falta de pessoas instruídas na escrituração por partidas dobradas determinou (Pombal) a nomeação, para as quatro contadorias do Erário Régio, de quatro comerciantes, que, devido à exiguidade dos vencimentos, não abandonaram o seu comércio, o que os não impediu de serem funcionários probos e cumpridores". F. A.Corrêa, Obra Citada, págs. 91-92.

(154) - J.A. Soares de Sousa, "Aspectos do Comércio do Brasil e de Portugal no Fim do Século XVIII e Começo do século XIX" Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, - Vol. 289, 1970, págs. 9-10.

segundo modelos de contabilidade diferentes (156). Isto explica a profusão de dados que se entrechocam, em mais de uma dezena de autores, a começar por Arnould (157) e terminar em Romano, que se arroga a primazia editorial da verdadeira Balança do Comércio da França entre 1716 e 1780 (158), tendo, já em trabalho anterior, publicado a parte referente ao comércio da França com o Reino de Nápoles - (159). Menos discutíveis são os dados publicados por A. Chabert, - correspondentes ao período de 1787 a 1820 (160). Explica-se desta - forma a dificuldade encontrada para o estudo das Balanças da França, onde uma equipe de pesquisadores dotados de recursos e métodos modernos levariam não menos de 15 anos para recalcular todos os dados que envolvem as Balanças gerais, regionais e as estimativas parciais (161). Identicamente, as 'Balanças' inglesas opõem sérios obstáculos, na medida em que registram apenas os valores monetários, a

---

(155) - R. Romano, "Documenti e Prime Considerazioni Intorno Alla - 'Balance du Commerce' Della Francia Dal 1716 al 1780", Studi in Onore di Armando Sapori, Milano-Varese, 1957, pág. 1267 ; "Sumamente necessario ao Supremo Imperante, e aos seus ministros de Estado; porque calculadas as Faculdades de huma Nação, facilmente se conhecem os seus recursos", assim via a - Balança do Comércio o Contador Geral M. J. T. de Moraes, Balança Geral do Reyno de Portugal com as Nações Estrangeiras, Instituto Nacional de Estatistica, Lisboa, f. 17.

(156) - A. Rémond, "Trois Bilans de L'Économie Française au Temps - des Théories Physiocratiques", Révue D'Histoire Économique et Sociale, Vol. XXXV, nº 4, 1957, pag. 448.

(157) - M. Arnould, De la balance du commerce et des relations - commerciales exterieures de la France dans toutes les parties du Globe..., Paris, 1791, passim.

(158) - "I dati da noi pubblicati possono considerarsi inediti", R. Romano, "Documenti e prime considerazioni intorno alla 'Balance du Commerce' della Francia dal 1716 al 1780", Studi in Onore di Armando Sapori, Milano-Varese, s.d., pag. 1269.

(159) - Cf. R. Romano, Le commerce du Royaume de Naples avec la - France et les pays de l'Adriatique au XVIIIe siecle, Paris, 1951, pág. 20 e segs.

(160) - Cf. A.Chabert, Essai sur les Mouvements des Revenus et de l'Activité Économique en France de 1798 a 1820, Paris, 1949, pag. 308 e segs.

(161) - A.Rémond, Artigo Citado, pág. 448; DuPont de Nemours admitia que as estimativas da Balança do Comércio eram muito imperfeitas, O.T. Murphy, "DuPont de Nemours and the Anglo-French Commercial Treaty", The Economic History Review, Vol. XIX, nº , 1966, pag. 577.

partir de 1696, para a Inglaterra, e, subseqüentemente, para a Irlanda e Escócia (162).

As dificuldades encontradas para a recomposição das Balanças na França e Inglaterra, como se vê, são inúmeras. O mesmo porém não ocorre com as Balanças de Portugal, dada a sua uniformidade e a inexistência de contradição de dados, pois há somente uma Balança - com um só critério contábil, exceção feita aos anos de 1776, 1777 e 1787, Um tratamento completo das Balanças portuguesas não exigiria, portanto, nem uma equipe nem quinze anos.

Na forma manuscrita, estas Balanças, como já se disse, apareceram no ano de 1776, 1777 e depois de um decênio, em 1787, novamente. A prtir do ano de 1796, começa a série ininterrupta que se estende até 1830 (163). Estes documentos se encontram espalhados, - parte em Portugal, parte no Brasil, e, em cada um dos dois países, repartem-se por numerosas bibliotecas e arquivos, inexistindo em um só lugar uma série completa, sendo pois necessário combinar o acervo de várias instituições para formar uma sequência completa. A mul

---

(162) - "For imports and re-exports they suplied the sole basis for computing money values throughout this period. For exports - or domestic produce and manufactured goods, however, a concurrent series of declared values was begun when a convoy - tax was imposed ad valorem in 1798; but this series, though continued after the war, has been overshadowed by the - 'official' valuations which attained something of the respectability of a time-hallowed tradition. Year after year, - through peace and war, dearth and plenty, high prices and - low, the clerks meticulously multiplied their quantities by these unchanging rates... As a result, historians and economists are faced with frustration or distortion in any question dependent on a fairly accurate knowledge of the course, or the terms, or the balance of British trade in the period". A. H. Imlah, "Real Values in British Foreing Trade, 1798--1853", The Journal of Economic History, Vol. VIII, nº 2, - 1948, págs. 133-134.

(163) - Em documento existente na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, Seção de Manuscritos, 4, 3, 12, há uma referência às Balanças do Comércio correspondentes a 1765, que é a data de publicação do referido documento. "Dos generos conhecidos e pelos quaes cada anno se manda fora do Reino consideravel cabedal para os adequirir, como se póde ver na Balança do - Commercio", folha 6. Entretanto, "Foi no reinado de D. Maria I que começou a organizar-se sistematicamente a balança do comércio, que era de facto o fundamento do sistema mercantil, então em vigor", F. A. Corrêa, História Económica de Portugal, Lisboa, 1931, Vol. II, pag. 165.

tiplicidade de exemplares se deve ao fato de que várias cópias eram realizadas para servirem a diferentes ramos da administração pública. Disto decorre a existência de resumos dos trabalhos completos, que eram enviados a instituições de menor importância, para as quais um apanhado geral e sintético do estado do comércio do Reino era mais do que suficiente (164).

O levantamento mais completo (165) das Balanças do Comércio existentes em Portugal, até o presente momento, foi efetuado por F. A. Novais (166), que afirma estarem as séries mais completas na biblioteca do Instituto Nacional de Estatística de Lisboa, onde se encontram os volumes de 1796 a 1830, com exceção dos anos de 1798 e 1808. No Arquivo Nacional da Torre de Tombo, na Seção Cartório da Junta do Comércio, encontram-se 26 livros da Balança do Comércio, correspondentes aos anos de 1799, 1800, 1802, 1803 (e exemplares), 1804, 1814 e seguintes, até 1830, com algumas repetições. Ainda em Lisboa, no Arquivo Histórico do Ministério das Obras Públicas, há os volumes referentes a 1776, 1777, 1798 (faltam as tabelas finais) e 1808 (167).

Jorge Borges de Macedo amplia esta lista, indicando a existência de Balanças do Comércio referente aos anos de 1776, 1777 e 1789 (168), no Arquivo Histórico do Ministério das Obras Públicas;

---

(164) - Balança Geral do Comércio do Reyno de Portugal com os seus Domínios e Naçoens estrangeiras no ano de 1805, Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, Seção de Manuscritos, 11, 4, 26.

(165) - Todos os levantamentos serão incompletos enquanto não forem localizados todos os volumes, que se sabe foram realizados, mas se encontram perdidos ou extraviados do acervo de bibliotecas ou arquivos.

(166) - F.A.Novais, "Notas para o estudo do Brasil no comércio internacional do fim do século XVIII e início do século XIX (1796-1808)" Colloque International d'Histoire Quantitative du Brésil, 1800-1930, Outubro de 1971, exemplar mimeografado, pág. 2.

(167) - Para o ano de 1798, não existe em Portugal uma Balança completa, ao passo que na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro existe duplicata: 11,4,12; 11,4,13; 11,4,14; 11,4,15.

(168) - J.B.de Macedo, Problemas de História da Indústria Portuguesa no Século XVIII, Lisboa, 1963, pags. 348 e 350.; J.B.de Macedo anuncia um estudo de conjunto sob o título 'Balanças de Comércio - 1774-1830', o que nos leva a conjecturar do conhecimento que o autor deve ter sobre balanças anteriores a 1776. Efetivamente, é o único a fazer referência à Balança de 1789, fornecendo dados sobre este ano no seu livro sobre o Bloqueio Continental, págs. 37, 38, 39, 41, 42, 44, 47, 49, 66.

na Biblioteca da Ajuda, indica a existência de uma série completa - 1796-1830.

Quanto aos documentos do mesmo gênero, encontramos no Brasil, o maior número pertence à Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Lá se encontram os volumes referentes a 1777, 1787, seguindo-se uma série contínua, de 1796 a 1802, com dois livros para cada ano, um para o comércio, com os Domínios, e outro com as Nações Estrangeiras. Há uma lacuna correspondente aos anos de 1803 a 1811. Em 1812, recomeça a seqüência, que se interrompe em 1814 e continua - até 1818. A partir de 1808, as Balanças, até então desdobradas, foram reunificadas em um só volume. No Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, temos os anos de 1796, 1810, 1811 e 1814. No Arquivo Histórico do Itamarati, conserva-se o volume referente a 1809 e, no Gabinete Português de Leitura, um exemplar contendo as Balanças do ano de 1802 (169).

Conjugados os volumes existentes no Rio de Janeiro, formam-se duas seqüências. Uma, que começa em 1796 e pára em 1802. Outra, que se inicia em 1808 e vai até 1818. Existe uma lacuna relativa aos anos de 1803, 1804, 1805, 1806 e 1807, que somente podem ser encontrados em Portugal (170). A primeira série é mais importante - para a história econômica do Brasil, porque antecede a abertura dos portos, o que a torna um elemento extraordinário de mensuração do movimento comercial do Brasil no fim do período colonial.

Dada a importância que as Balanças têm para o nosso trabalho, justifica-se uma descrição minuciosa do seu conteúdo.

Como já dissemos, há um desdobramento das Balanças até o ano de 1807, A partir de 1808, com a retração do movimento comercial, foram novamente reagrupados num só volume. No período correspondente ao nosso trabalho, as Balanças se encontram divididas. Consideraremos primeiramente o livro que trata das relações de Portugal com os seus Domínios.

Neste livro é considerado o comércio com o Brasil (171),

---

(169) - J.A.Soares de Sousa, "Aspectos do Comércio do Brasil e de Portugal no Fim do Século XVIII e Começo do Século XIX", Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, - Vol. 289, 1970, pags. 16-17.

(170) - Destes anos fizemos microfilmes no Instituto Nacional de Estatística, em Lisboa.

(171) - Várias vezes denominado América, nas introduções das Ba-

em seguida com a Ásia, depois África (172) e Ilhas (173). No comércio com o Brasil, trata-se do comércio com o Rio de Janeiro, seguindo-se Bahia, Pernambuco, Maranhão, Pará, Paraíba, Santos e Ceará (174). Para cada região brasileira é especificado o movimento comercial, com cada porto metropolitano, normalmente Lisboa, Porto, Vianna e Figueira, com a preponderância de Lisboa e do Porto.

A disposição das rubricas no livro é a seguinte. Na folha da esquerda está anotada a exportação brasileira rumo a Portugal. Na folha da direita, a importação colonial. Os produtos exportados pela colônia são agrupados em 8 artigos. A importação é subdividida em 10 ítens. Para cada produto, em cada unidade, são denominadas a quantidade, a qualidade, o preço unitário e o valor total (175).

Os dados da coluna correspondente aos valores monetários da importação são somados em cada folha e transportados para a folha seguinte, acumulando-se os valores que permitem um balancete parcial para cada região, e, depois, um balancete final, envolvendo todas as regiões brasileiras, onde se constata o deficit ou o superavit do comércio português em relação à colônia, bem como a diferença porcentual da perda ou avanço. Este esquema é igualmente válido para as colônias da Ásia, África e Ilhas.

No final do livro, encontramos tabelas preciosas que resumem o movimento comercial de Portugal com seus Domínios, especificando os valores globais para cada região, de acordo com as 8 categorias de exportação e 10 de importação colonial.

Afora estes dados que constituem o corpo normal das Ba-

---

(172) - As subdivisões são: Angola, Bissau, Cacheu, Cabo Verde, que o contador das Balanças, Maurício José Teixeira de Moraes, englobou na África, e que preferimos, em alguns cômputos globais, integrar nas Ilhas.

(173) - As de maior incidência são: Madeira, Terceira, São Miguel, Açores.

(174) - Santos, Paraíba e Ceará não são constantes no transcurso de todo o período. Paraíba vai de 1796 a 1802; Santos, de 1796 a 1799; Ceará começa em 1803, não ocorre em 1810 e reaparece em 1811.

(175) - Em algumas oportunidades é dado um valor global para uma categoria geral, como por exemplo, lanifícios; em seguida, especifica-se, em nota de pé de página, as quantidades e os valores para cada produto constante desta categoria. Em geral isto ocorre com os produtos das fábricas do Reino.

lanças, vários outros ítens foram sendo introduzidos, de modo a tornar a contabilidade cada vez mais precisa e atualizada, sendo esta uma de suas características mais marcantes (176).

A introdução tornou-se cada vez mais analítica. No início, limitava-se a explicar a divisão geral do trabalho e o modo pelo qual tinha sido efetuado. Falava da divisão e agrupamento dos domínios, o agrupamento dos produtos por categorias gerais, a forma pela qual se obtivera os preços e as quantidades citadas. Resumia o movimento global, mostrando se o Reino ficou devedor ou credor, completando com comentários elucidativos do movimento comercial, principalmente quando o curso normal da atividade era atrapalhado por fatores extra-econômicos, tais como guerras, bloqueios ou contrabando, que muito preocupava o contador da Balança.

A partir de 1800 (177), surgem tabelas resumidas, em cruzados, do movimento de importação e exportação com caráter retrospectivo; em geral, a partir de 1796, mas, às vezes, começando mesmo em 1777 (178). Em 1801, o detalhamento cresce bastante (179). Adjunta-se um resumo do valor das exportações dos produtos das fábricas do Reino para os Domínios, também com caráter retrospectivo. No final do livro, aparece uma tabela da taxa de câmbio do mil réis nas várias praças com as quais Portugal mantinha relações mais estreitas, bem como o movimento e tonelagem dos navios nacionais e estrangeiros, entrados e saídos na barra do Tejo (180). Neste mesmo ano, aparece uma nova tabela, referente às exportações das fábricas

---

(176) - "A atualização, em que se conservou a Balança, foi, sem dúvida , um dos principais méritos da contabilidade de Teixeira de Morais" J.A. Soares de Sousa, Obra Citada, pág. 13.

(177) - Balança Geral do Commercio do Reyno de Portugal com os seus Dominios no Anno de 1800, Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, Seção de Manuscritos, 11, 4, 20, Introdução.

(178) - Balança Geral do Commercio do Reyno de Portugal com os seus Dominios no anno de 1803, Instituto Nacional de Estatística, Lisboa, Introdução.

(179) - Balança Geral do Commercio do Reyno de Portugal com os seus Dominios no anno de 1801, Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, Seção de Manuscritos, 11, 4, 22, Introdução.

(180) - Balança Geral do Commercio do Reyno de Portugal com as Nações Estrangeiras no Anno de 1801, Instituto Nacional de Estatística, Lisboa, f. 108 e 109. Note-se também que em 1802 o movimento de navios tornou-se estensivo ao Porto e Figueira. De 1803 em diante, restringiu-se a Lisboa e Porto.

portuguesas para as regiões brasileiras, com riqueza de detalhes.

No ano de 1804, excepcionalmente, aparece um quadro demonstrativo das exportações portuguesas de ouro, prata, moedas e patacas para a América, Ásia e Ilhas, a partir de 1797. Da mesma forma que um quadro das importações portuguesas de farinha, milho, trigo, aveia e cevada (181).

Em 1805, aparece pela primeira vez um quadro das exportações portuguesas, com destaque para os produtos que saem do Reino e os que procedem do Brasil (182). Em 1810 (183), é destacado o comércio do Reino com o Rio de Janeiro, desde 1796. Isto demonstra a importância que ganhava o porto brasileiro, após a transferência da Corte para o Brasil.

O que há de específico nas Balanças que tratam do comércio de Portugal com as Nações Estrangeiras é a divisão por país, começando com a Inglaterra e terminando na Barbária (184). As praças portuguesas neste comércio eram mais numerosas do que as que faziam o comércio com os domínios (185). No mais, a técnica contábil era exatamente a mesma.

O que foge à regra geral deste quadro delineado é o conjunto das três primeiras balanças, ou seja, 1776, 1777 e 1787. São bastante resumidas. Demonstram o comércio com os Domínios e Nações Estrangeiras, sem as tabelas finais.

Apesar da enorme variedade de possibilidades que os dados

---

(181) - Balança Geral do Commercio do Reyno de Portugal com os seus Dominios e Naçoes Estrangeiras no Anno de 1804, Instituto Nacional de Estatistica, Lisboa, Introdução.

(182) - Balança Geral do Commercio do Reyno de Portugal com os seus Dominios e as Naçoes Estrangeiras no Anno de 1805, Instituto Nacional de Estatistica, Lisboa, Introduçao. - Tabela semelhante ocorre também nos anos de 1807 e 1810.

(183) - Balança Geral do Commercio do Reino de Portugal com os seus Domínios e Naçoes Estrangeiras no Anno de 1810, Instituto Historico e Geografico Brasileiro, Introduçao.

(184) - Por ordem de ocorrência na Balança, temos: Inglaterra, Holanda, França, Hamburgo, Castela, Rússia, Suécia, Dinamarca, Itália, Alemanha, Prússia, Estados Unidos e Barbária.

(185) - As praças portuguesas que fazem o comercio com as Nações Estrangeiras são: Lisboa, Porto, Vianna, Figueira, Aveiro, Setubal, Algarves, Villa do Conde, Caminha.

nos oferecem, existem algumas limitações que precisamos salientar. Algumas destas limitações são de ordem técnica, ligadas à própria elaboração das Balanças, e referem-se a certos agrupamentos de produtos diferentes dentro da mesma quantidade e valor global, ou dois preços para o mesmo produto com uma só quantidade e preço globais. Felizmente, estas ocorrências são ocasionais e tão insignificantes que podem ser desprezadas estatisticamente (186).

Mais grave, contudo, é o problema do contrabando, que obviamente não é computado, apesar de constantemente referido nas Balanças (187). Outra restrição é constituída pelas isenções, ou licenças oficiais das autoridades portuguesas para que navios de outras nações viessem ao Brasil (188). Também não consta o comércio inter-colonial, dentro de uma mesma região como o Brasil(189), ou ainda, entre grandes regiões como o Brasil e a Ásia (190) ou

---

(186) - "faltando somente para a perfeição desta Balança o conhecimento das grandes quantidades dos generos importados para o fornecimento das munições de boca para as tropas da corte e das Provincias por não terem dado entrada no Terreiro Publico nem nas alfandegas do Reyno". Balança Geral do Commercio do Reyno de Portugal com as Naçoes Estrangeiras no anno de 1798. Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, Seção de Manuscritos, 11, 4, 15, Introdução.

(187) - "... esta diferença pode ser proveniente do commercio clandestino da nossa America, aonde se faz summamente necessaria a inalterável observancia das leis, que proibem absolutamente a entrada das manufacturas estrangeiras naquelles portos, não se permitindo por motivo algum, como tem sucedido nos annos passados", Balança Geral do Commercio do Reyno de Portugal com seus Domínios no anno de 1802, Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, Seção de Manuscritos, 11, 4, 24, Introdução.

(188) - "Contudo para que não enfraqueça o nosso commercio da America se faz summamente necessaria a inalteravel observancia das leys que prohibem absolutamente a entrada das manufacturas Inglezas naquelles portos, não se permittindo por motivo algum, como succedeo nos annos proximos - preteritos, com grande prejuizo da nossa industria". Balança Geral do Reino de Portugal com os seus Domínios no anno de 1801, Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, Seção de Manuscritos, 11, 4, 22, Introdução.

(189) - Cf. Mapas de importação e exportação de mercadorias para praças estrangeiras e brasileiras, do Rio de Janeiro e da Bahia, Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, Seção de Manuscritos, respectivamente, I-32, 14, 5 e I-17,2,4.

(190) - Cf. J. R. A. Lapa, A Bahia e a Carreira da Índia, São Paulo, 1968, pág. 253 e segs.

África (191).

No entanto, como o cerne do nosso problema é o comércio do Brasil em relação à metrópole e outros países, os dados fornecidos pelas Balanças do Comércio não somente são suficientes, quanto excedem às necessidades, apresentando-se como instrumento cabal de mensuração desta relação focalizada (192).

2. O Tratamento Estatístico dos Dados

Quem pela primeira vez se utilizou dos dados fornecidos pelas Balanças, e a elas se refere no seu trabalho, foi Adrian Balbi (193). Elaborou numerosas tabelas, detalhando o movimento comercial do reino português com seus domínios e nações estrangeiras (194) no

---

(191) - Cf. P.Verger, Flux et reflux de la traite des nègres entre le Golfe de Bénin et Bahia de Todos os Santos du dix-septième au dix-neuvième siècle, Paris, 1968, passim.

(192) - "Apesar de não devermos dar todo o crédito aos números referidos na Balança do Comércio do Reino de Portugal que - Maurício Teixeira de Morais elaborou desde 1774 a 1830, devido às condições de registro, isenções, contrabando e falhas de informação (que, neste caso, só aumentariam o montante indicado), ela poderá servir de orientador aceitável". J.B. de Macedo, O Bloqueio Continental, Economia e Guerra Peninsular, Lisboa, 1962, pág. 37.

(193) - A.Balbi, Éssai Statistique sur le Royaume de Portugal et D'Algarve, comparé aux autres états de l'Europe, Paris , 1822, Vol. I, pág. 139 e segs.

(194) - Balbi organizou 28 tabelas a partir das balanças, envolvendo: exportação de sal; de vinho; exportação e importação de óleo de oliva; importação de frutas cítricas; exportação de lã; importação de bacalhau; exportação de bacalhau; comércio com o Brasil; comércio com a África; comércio com as Ilhas; comércio com todos os domínios; importações dos Domínios em 1819; exportações para os Domínios em 1819; importação dos Domínios em 1806; exportação para os Domínios em 1806; importação dos Domínios em 1796; exportação para os Domínios em 1796; importações das Nações Estrangeiras em 1796; exportações para as Nações Estrangeiras em 1796 ; importações das Nações Estrangeiras em 1806; exportações para as Nações Estrangeiras em 1806; importações das Nações Estrangeiras em 1819; exportações para as Nações Estrangeiras em 1819; exportações dos produtos das fábricas para os Domínios em 1796, 1806 e 1819; exportações de manufaturados entre 1796 e 1819; movimento de navios nos portos do Reino nos anos de 1796, 1801, 1806, 1811, 1816 e 1820 e taxa de câmbio nas principais praças européias de 1801 a 1813 e 1819. Estas tabelas ocorrem respectivamente nas seguintes páginas: 139, 146, 152, 153, 154, 170, 176 , 418, 424, 427, 430, 431, 431, 431, 431, 431, 431, 442, 442, 442, 442, 442, 442, 445, 445, 467 e 469. Chamamos a atenção para o fato de que em algumas tabelas os dados chegam até 1820.

período de 1796 a 1819. Para mostrar o movimento global das relações comerciais do Reino, Balbi tomou três anos como índice: 1796, 1806 e 1819, com a finalidade de mostrar ao mesmo tempo a marcha - progressiva e a decadência desse comércio. Nada mais correto, tendo se em vista que o decênio 1796-1806 é marcado pela expansão do comércio português. De 1807 para frente, começam as dificuldades políticas e militares na Europa, que se completam com a abertura dos portos do Brasil em 1808. Daí para a frente, o comércio português - no Brasil declina sensivelmente até 1815, após o que se recupera ligeiramente, sem nunca mais ter voltado ao que era antes da abertura dos portos.

As tabelas elaboradas por Balbi foram utilizadas por numerosos autores que as reproduziram, muitos sem mesmo saber que se tratava das Balanças de Comércio (195).

Exceção feita a algumas utilizações ligeiras das Balanças (196), merece citação o uso que delas fez Jorge Borges de Macedo , pois elaborou várias tabelas para o seu trabalho sobre o bloqueio - continental e sua eficiência na Península Ibérica (197) e também para o estudo sobre a indústria portuguesa no século XVIII (198).

==========

(195) - Em Portugal, as tabelas de Balbi foram reproduzidas por F.P. Santos, Geografia e Economia da Revolução de 1820, Lisboa , 1962, págs. 172, 173, 176, 178, 179; J. S. de Azevedo, Condições Económicas da Revolução Portuguesa de 1820, Lisboa, - 1944, págs. 130 e 132; V.M. Godinho, Prix et Monnaies au Portugal, Paris, 1955, págs. 272, 273, 274 e 275; V.Almeida de Eça, Abertura dos Portos do Brasil, Lisboa, 1908, págs. 32, 33, 35, 75; J.G. Da Silva, "Au Portugal: l'autoconsommation (XIVe-XIXe siècles), Annales Économies-Sociétes-Civilisations Vol. XXIV, nº 2, 1969, pág. 273. No Brasil, destacamos R. C. Simonsen, História Econômica do Brasil (1500/1820), 6ª Ed. , São Paulo, 1969, págs. 455, 456, 457 e 431; P.de Aguiar, A Abertura dos Portos do Brasil, Salvador, 1960, págs. 121, - 122 e 123; J. Pandiá Calógeras, A Política Monetária do Brasil, Trad. Port. São Paulo, 1960, págs. 15 e 26.

(196) - F. A. de Varnhagen, História Geral do Brasil, 5ª Ed.; São - Paulo, 1953, Tomo V, págs. 62 e 103.

(197) - J.B. de Macedo, O Bloqueio Continental, Economia e Guerra - Peninsular, Lisboa,1962, págs. 37, 38, 39, 41, 42, 44, 47, 49, 66.

(198) - J.B. de Macedo, Problemas de História da Indústria Portuguesa no Século XVIII, Lisboa, 1963, págs. 196,197,199,202, - 203, 204 e 237.

No Brasil, o melhor estudo geral das Balanças, é de autode J.A. Soares de Souza. Seu trabalho, publicado na Revista O IHGB, representa a compilação de vários trabalhos adrede publicados em jornais do Rio de Janeiro, começando em 1957. Esclarece uma série - de problemas concernentes à autoria das Balanças, e local onde se encontram. A utilização que fez dos dados tem um caráter mais ilustrativo do que estatístico, que, diga-se de passagem, não é a sua preocupação central, tanto que nas 111 páginas do artigo não se encontra uma tabela elaborada a partir dos dados, nem mesmo gráficos. Neste particular, o trabalho pioneiro de Adrien Baldi, ganha um destaque todo especial, pois no seu livro publicado em 1822 existem nada mais nada menos que 28 tabelas, na sua grande maioria elaboradas a partir dos dados extraídos das Balanças do Comércio.

Em termos de tratamento estatístico dos dados, dentro da metodologia seguida pela história quantitativa, o trabalho modelo sobre o assunto foi realizado por F. A. Novais. Tomou as Balanças do Comércio para compor a conjuntura comercial do período, através de numerosos gráficos e tabelas. Não procedeu, entretanto, a um tratamento exaustivo dos dados, porque este não era seu objetivo, - limitando-se à utilização dos balanços globais de cada ano, no afã de delimitar a conjuntura final do período colonial (199).

Foi exatamente dentro desta linha de abordagem que realizamos o nosso trabalho com as Balanças do Comércio, aprofundando vários problemas desse quase inesgotável núcleo documental.

Sob o ponto de vista da crítica interna e externa, este - tipo de documento, não foi explicitamente indicado como uma das fontes tradicionais para a história quantitativa (200). Dos 9 tipos de

---

(199) - F. A. Novais, "Notas para o estudo do Brasil no comércio - internacional do fim do século XVIII e início do século XIX (1796-1808)", Colloque International d'Histoire Quantitative du Brésil, 1800-1930, Paris, outubro de 1971, pág. 3.

(200) - "Para traçar a evolução dos preços e salários recorremos às seguintes categorias de fontes:
a) registros de compras ou vendas efectivas e de pagamentos de serviços prestados;
b) registos de preços e salários correntes num dado mercado;
c) estivas camarárias ou estimativas feitas por instituições oficiosas;
d) tabelas fixadas pelas autoridades;
e) recibos ou quitações soltas, indicações desgarradas mas em circunstâncias precisas", V. M. Godinho, Introdução à História Económica, Lisboa, s.d., pág. 96.

fontes básicas citadas por F. Simiand (201), as Balanças do Comércio atendem os requisitos exigidos para a terceira categoria que corresponde à contabilidade das administrações, dos estabelecimentos públicos, das instituições de ensino, dos hospitais, do exército, mosteiros, coletividades privadas, que têm uma contabilidade regular e organizada.

Seguindo a orientação proposta por Simiand para a crítica interna deste tipo de dado e adequando as considerações às Balanças do Comércio, temos que: a crítica interna é satisfatória, o autor é conhecido e o documento também; as condições de lugar e tempo são determinadas no documento. No plano da crítica interna, resulta muito vantajoso este tipo de documento. Os termos utilizados são acessíveis e precisos. Trata-se de compras efetivamente realizadas e, cujos preços foram imediatamente anotados. O documento foi realizado por um contador, um funcionário profissional, com evidente competência no assunto. A condição da objetividade é satisfeita pela imparcialidade do contador. Esta objetividade é garantida pelo controle que se exerce sobre a confecção desse tipo de documento(202).

Para este tipo de documento, Simiand faz apenas uma reserva: a de que somente certos tipos de produtos constam destas relações, o que é válido para as Balanças que contêm uma variedade enorme de produtos, cujo número se eleva a mais de 600. (203).

O critério que adotamos para a utilização destes dados foi o seguinte: começamos por explorar as tabelas contidas no próprio documento, que nos permitiram organizar outras tabelas que demonstrassem o comércio das regiões brasileiras com Portugal, em termos de posição, participação bruta, participação e valor dos produtos agrupados por categorias gerais de importação e exportação em cada região, em números absolutos e índices porcentuais.

---

(201) - Cf. F. Simiand, Recherches anciennes et nouvelles sur le mouvement général des prix du XVe au XIXe siecle, Paris, 1932, pag. 32 e segs.

(202) - Idem, Ibidem, pág. 34 e segs.

(203) - Apesar de ser um documento de caráter oficial, porque organizado e redigido pela contadoria pública, os preços constantes das Balanças do Comércio enquadram-se mais na linha dos preços de Bolsa, são verdadeiros preços internacionais, que refletem efetivamente a conjuntura mun-

A seguir, passamos a elaborar tabelas sobre quantidades e preços de numerosos produtos coloniais exportados e metropolitanos importados. Começamos pelos produtos exportados, cujo número se eleva a mais de 100. Em seguida, tomamos os produtos brasileiros reexportados para as nações estrangeiras, cujo número ultrapassa a casa dos 50. Finalmente, os produtos de importação colonial, e como neste caso a variedade era imensa, selecionamos, por meio de critérios estatísticos, os 10 produtos mais importantes para utilizar como amostra. Como muitos destes produtos eram importados por Portugal, confeccionamos também as tabelas concernentes à importação portuguesa junto às nações estrangeiras - neste caso, apenas 7 produtos, visto serem os demais (três) produzidos em Portugal.

Com base nestas tabelas, organizamos os gráficos. O conteúdo destes gráficos é bastante amplo. Demonstram a posição das regiões brasileiras no comércio colonial, sua participação absoluta e participação porcentual. Indicam o movimento comercial de importação e exportação global e segmentado por categorias gerais de produtos, comparado com as outras colônias portuguesas - África, Ásia e Ilhas -, finalizando com o cruzamento das curvas de importação e - exportação.

Continuando, tomamos os principais produtos de importação e exportação, determinados porcentualmente face ao montante do valor expresso nas Balanças, e representamos a relação diferencial - entre preços e quantidades, preços de exportação e de reexportação, finalizando com a demonstração matemática ganho de monopólio metropolitano sobre os produtos coloniais de exportação.

A forma adotada para expressão deste conteúdo foi igualmente variada. Adotou-se a técnica estatística dos gráficos de índices, aditivos, diagramas circulares, logarítmicos, de barra e médias móveis trienais.

O elemento de controle dos dados fornecidos pelas Balanças do Comércio é constituído por uma série de mapas elaborados na Colônia, Bahia e Rio de Janeiro, entre 1798 e 1807, e que registram todo o comércio de importação e exportação destas duas capitanias no período considerado. Envolvem não somente o comércio com Portugal, mas também o comércio direto com a África e outras capitanias brasileiras. Como estes mapas são muito explícitos, quase tanto quanto as Balanças do Comércio o são, sua eficiência no pa-

pel de elemento de controle é quase ideal (204).

Em se tratando de um trabalho de história quantitativa, o último problema que se nos coloca é o da publicação dos dados levantados durante a pesquisa. A este respeito, existem três posições antagônicas. A primeira, orientada pela Comissão Internacional de História de Preços, que propõe apenas a publicação dos resultados finais das análises conseqüentes do tratamento dos dados. Jean Meuvret e seus seguidores defendem a publicação integral das fontes, considerando que a não-publicação impediria a percepção do caminho seguido, e, até mesmo, a chegada à conclusões diferentes, o que é possível, com a publicação integral da pesquisa. Uma posição intermediária é adotada por V. M. Godinho, que chega a uma solução conciliatória entre estas duas tendências extremas. Propõe que a substância dos registros seja condensada em quadros numéricos, explicando se a maneira de elaborá-los, o que permitiria não somente o controle, mas também novas interpretações e explicações sobre os mesmos dados (205).

Seguiremos esta última orientação, apesar de que o partido defensor da publicação integral das fontes possui adeptos cuja opinião é das mais respeitáveis (206), isto é, publicaremos apenas as tabelas, gráficos e modelos que fluiram do tratamento estatístico dos dados.

==========

(204) - Cf. Mapas do Comércio de Importação e Exportação da Bahia e Rio de Janeiro, Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, Seção de Manuscritos, I-17, 12, 6; I-17, 2, 4; I-32, 14,5.

(205) - V. M. Godinho, Introdução à História Económica, Lisboa, - s.d., págs. 108-109.

(206) - "Je suis ici d'accord avec E. J. Hamilton pour réclamer - des publications aussi complétes, aussi intégrales que possible. Que l'usager ait sous le yeux toutes les données disponibles rest l'idéal". P. Vilar, 'Remarques sur l'histoire de prix', Annales Économies-Sociétés-Civilisations, Vol. XVII, nº 1, 1961, pag. 111.

CAPÍTULO II

D E L I M I T A Ç Ã O D A C O N J U N T U R A

1. O estudo das conjunturas

Como já dissemos atrás, a crise de 1929 salientou brutalmente o papel das flutuações longas e muito longas na mudança das estruturas (1). Muitas vezes no passado, a economia americana tinha sofrido 'crises', mas nenhuma fora tão violenta como esta e tão prenhe de conseqüências desastrosas para a sociedade americana e para o próprio sistema capitalista. A massa de trabalhadores desempregada era um problema social que parecia insolúvel. Os prognósticos da pronta recuperação econômica, dos especialistas de Harvard, não se realizava (2). Daí a necessidade de controlar os ciclos econômicos que geram as crises. Mas este controle somente seria exequível em termos duma análise histórica do processo econômico, que permitisse captar as causas dos fenômenos da alta e baixa dos preços, em cuja intersecção se dá a crise. "É por isto que qualquer tentativa séria de controle analítico e mesmo prático do ciclo econômico, deve ser realizado no âmbito histórico, no sentido de que a chave para a solução dos seus problemas fundamentais somente pode ser encontrada nos fatos da história industrial e comercial" (3).

O estudo dos ciclos econômicos, para os americanos, ou - das flutuações econômicas, para os franceses, está intimamente associado ao estudo das conjunturas. A palavra conjuntura evoca idéias diversas que se ressentem do seu parentesco com a palavra 'conjun-

---

(1) - V.M. Godinho, "Histoire Économique et Économie Politique", Revista de Economia, Vol. IV, nº 3, 1951, pág. 121; Introdução à História Económica, Lisboa, s.d., pág. 50.

(2) - W.C. Mitchell, "Business Cycle", Readings in Business Cycle Theory, Blakinston Series of Republished Articles on Economics, dirigido por G. Haberler, Vol. II, Philadelphia, 1944, pág. 43.

(3) - J. A. Schumpeter, "The Analysis of Economic Change", Readings in Business Cycle Theory, Blakinston Series of Republished Articles on Economics, dirigido por G. Haberler, Vol. II, Philadelphia, 1944, pág. 7.

ção' (reunião de elementos diversos), e de sua semelhança com a palavra 'conjectura' (cálculo de elementos incertos) (4). A conjuntura está ligada à interpretação da estatística econômica. Dá, portanto, uma atenção especial às crises e aos ciclos econômicos, a tal ponto que se pode reduzir o estudo da conjuntura ao estudo dos ciclos (5). Trata-se de um ramo novo da ciência econômica, contemporâneo do desenvolvimento da estatística (6).

J. Marczewski distingue a conjuntura das flutuações cíclicas. Define a conjuntura econômica como o "conjunto das variações - não sazonárias da atividade econômica, num espaço geográfico, durante um período de tempo" (7). A conjuntura se constitui no complemento necessário do estudo da história quantitativa, pois o estudo da curta duração é a matéria-prima da longa duração (8).

Num sentido amplo, conjuntura significa 'totalidade das condições conjuntas' em que convém situar um problema, um acontecimento (9). "As curvas de conjuntura indicam tudo o que, embora num passado bastante remoto, oferece fragmentos mensuráveis: preços, - salários, moedas, taxas demográficas, finanças públicas, tipos de rendas..." "A conjuntura é, com freqüência, um indício da estru-

---

(4) - A. L. A. Vincent, Initiation a la Conjoncture Économique, Paris, 1947, pág. 3. "A palavra conjuntura se refere etimologicamente ao encontro de certos acontecimentos em um mesmo ponto", A. Sauvy, Cyuntura, Diccionario de Ciencias Económicas, dirig. por J. Romeuf, Trad. Esp., Barcelona, 1966, pág. 283.

(5) - Idem, Ibidem, pág. 4.

(6) - Idem, Ibidem, pág. 8.; "E finalmente, uma outra questão importante, pela qual se interessaram de modo particular alguns estudiosos, é o problema dos ciclos económicos, que aparece elaborado sob diferentes pontos de vista, sustentados - por sábios como Juglar, Aftalion, Simiand, Ansiaux, Lescure, Dupriez, Nogarò e Divisia". G. Kretschmann, As Doutrinas Económicas Modernas, Trad. Port., Lisboa, 1963, pág. 165.

(7) - J. Marczewski, "La Conjoncture Économique des États-Unis, - 1950-1960", Cahiers de l'I.S.E.A., Série AC, nº 2, I, II e III, 1963, pág. 3, APUD J. Prudhomme, "Un apport de J. Marczewski à l'étude de la conjoncture", Annales Économies-Sociétés-Civilisations, Vol. XX, nº 2, 1965, pág. 338-339.

(8) - Idem, Ibidem, pág. 341.

(9) - P. Vilar, Oro y Moneda en la História, Barcelona, 1969, - pág. 37.

tura" (10). Denota o estado momentâneo da estrutura. Neste prisma, o estudo da conjuntura se torna indispensável na detecção das estruturas, que não podem ser decompostas para análise, por estarem em perpétua transformação (11).

Tomaremos a expressão conjuntura neste sentido. Enquadrada na nova história econômica e social, que coloca em primeiro plano a oscilação cíclica, principalmente dos preços - "isto é, uma - conjuntura que focaliza o passado em longos períodos: dez, vinte ou cinquenta anos; história de amplitude secular, folego lento, é o inverso do événementielle, é a longa duração" (12).

O estudo das variações cíclicas envolve uma série longa - de flutuações curtas, médias e longas. As mais fáceis de ser notadas, aquelas que estão ao nível da percepção mais sensorial, são as variações ultra-curtas, como as flutuações sazonais, que resultam - da variação do clima ou dos costumes sociais, que, na maioria dos casos, estão associados às variações climáticas. O fato de possuir causas independentes, e se repetirem anualmente, facilita o isolamento das fltuações sazonais no conjunto das flutuações mais gerais (13). Às flutuações sazonais poderíamos somar as anuais e interanuais, considerando-se a recorrência anual ou de mais de um ano(14).

As principais flutuações do capitalismo, entretanto, são as flutuações médias e longas, que terminam em crises ou pânicos. Estes fenômenos aparecem estreitamente relacionados ao processo de industrialização do mundo ocidental. "Provavelmente, o advento dos ciclos econômicos não se pode precisar, mas é certo que a sua primeira aparição definida e inegável ocorreu na Inglaterra, no começo da época moderna, anunciada pelo fim das guerras napoleônicas"

---

(10) - P. Vilar, "A noção de estrutura em história", Usos e Sentidos do Termo 'Estrutura'; org. por R. Bastide, Trad. Port. São Paulo, 1971, pág. 136.

(11) - Idem, Ibidem, pág. 135.

(12) - F. Braudel, "História e Ciências Sociais. A longa Duração", Revista de História, Vol. XXXI, nº 62, 1965, pág. 263.

(13) - O. Lange, Introdução à Econometria, Trad. Port., 2ª Ed., Rio de Janeiro, 1967, pag. 60; Cf. M. W. Lee, Economic Fluctuations, Homewood, Illinois, 1955, pág. 61 e segs.

(14) - E. Labrousse, Fluctuaciones Económicas e História Social, - Madrid, 1962, pag. 340.

(15). Pode-se considerar que o colapso da Companhia do Mississipi, de John Law, e a 'South Sea Bubble', foram em certa medida precursores das crises modernas... Sendo também muito provável que, em algumas ocasiões durante o século XVIII, as crises cuja origem não eram fatores econômicos, começaram a ceder lugar às crises que eram parte de um ciclo regular e recorrente, e que se explicam pelas várias circunstâncias do mesmo ciclo (16).

Para o período anterior à época industrial, E. Labrousse demonstrou o caráter agrário da crise. Caprichosa como as estações e as colheitas, sua forma mais reduzida era a fome (17). Mas estas variações da atividade econômica não se apresentam com o ritmo repetitivo dos ciclos. Não surgem das características inerentes e das forças que se desenvolvem no mundo dos negócios (18). Mesmo assim, antes do século XIX há também um 'ciclo curto' dos preços, mas o que importa são os preços agrícolas, e, ao invés de ser uma crise de super-produção industrial, é uma subprodução agrícola que provoca a alta dos preços (19).

"O conceito de crise nasceu com o estudo das crises comerciais" (20). As primeiras explicações para as crises partiram de Sismonde Sismmondi, que insistia na excessiva liberdade do sistema capitalista, que conduzia à superprodução e ao subconsumo (21). Para J. B. Say, era um fantasma que precisava ser exorcizado pelas

---

(15) - J. A. Estey, Ciclos Econômicos, Trad. Port., 4ª Ed. Esp., São Paulo, 1965, pág. 49.

(16) - Idem, Ibidem, págs. 47-48.

(17) - J. Lescure, Des Crises Générales et Périodiques de Surproduction, Tomo I, 5ª Ed., Paris, 1938, pág. 2, "É a partir do século XIX que as crises econômicas adquirem seus caracteres específicos modernos. Sob o Antigo Regime as crises eram principalmente de escassez, devidas às calamidades físicas (péssimas colheitas, fomes), unidas a uma má gestão política (regulamentações excessivas, incapacidade dos transportes). Não eram nem universais, nem regulares". H. Guitton, Crisis, Diccionario de Ciencias Económicas, - dirig. por J. Romeuf, Trad. Esp., Barcelona, 1966, pag. - 297.

(18) - J. A. Estey, Obra citada, pág. 47.

(19) - P. Vilar, Oro y Moneda en la Historia, Barcelona, 1969, - pág. 38.

(20) - H.Ardant, Les crises économiques, Paris,1948, pág. 14.

(21) - V.V.de Prada,Historia Económica Mundial, 3ª Ed., Madrid, 1970, Vol. II, pág. 152.

leis do mercado (22). Stuart Mill, em 1848, previa um estado estacionário para a economia, que faria desaparecer os ciclos (23). No mesmo ano, na mesma linha explicativa de Sismondi, Karl Marx, no Manifesto Comunista, considerou-a uma manifestação periódica da enfermidade do capitalismo: estrutural e crônica. Assim, a crise era um fenômeno automático que se produzia para superar a contradição entre a lei tendencial de redução dos lucros, que limitava o avanço do capitalismo, e a persistência do desejo de lucro dos próprios capitalistas. A busca do lucro levava à concentração das empresas e à formação de monopólios (24).

Os estudos das flutuações começam com Clement Juglar(25). Pela primeira vez o problema das crises foi sistematicamente colocado (26). Seus primeiros trabalhos sobre o assunto surgiram em 1856, mas foi em 1860 que chegou a esta conclusão: "nós não hesitamos mais em estabelecer como uma lei a periodicidade das crises e, apesar da crítica de que esta afirmação tem sido objeto, as crises têm-se sucedido na segunda metade do século como na primeira, percorrendo as mesmas fases com um conjunto de acidentes que dão um aspecto particular a cada uma delas, sem que nenhum dos grandes caracteres falte ao quadro" (27). Para Juglar, a crise se constituía num ponto de intersecção entre a fase de alta e a fase de baixa dos preços: "período muito curto, precedido de uma série de anos prósperos e seguidos por anos de mal-estar, de afrouxamento dos negócios, em uma palavra, um período de liquidação que acabamos de atravessar e que vai abrir um novo ciclo de anos felizes" (28). Nes-

---

(22) - H. Ardant, Obra Citada, pág. 10-11.

(23) - Cf. J. Stuart, Princípios de Ecónomia Política, 9ª Ed.,Trad. Esp., México, 1951, pág. 609 e segs.

(24) - V.V. de Prada, Historia Económica Mundial, 3ª Ed., Madrid, - 1970, II Vol. pág. 153.

(25) - "Devemos reconhecer em Clement Juglar (1857) aquele que primeiramente colocou a idéia da periodicidade das crises, e foi o primeiro observador e o primeiro colecionador dos fenômenos sujeitos às crises". H. Guitton, Les Fluctuations - Économiques, Paris, 1951, pág. 24.

(26) - H. Ardant, Les crises économiques, Paris, 1948, pág. 13.

(27) - C. Juglar, Des Crises Commerciales et de Leur Retour Périodique en France, en Angleterre et aux États-Unis", 2ª Ed. , Paris, 1889, pag. 25-26.

(28) - Idem, Ibidem, pág. 554.

ta concepção, a crise é um fenômeno normal, que procede a um saneamento necessário, após uma etapa de superprodução. São perturbações passageiras que levam em si mesmas os elementos da correção: "Tudo pára por uns tempos, o corpo social parece paralisado, mas isto não é mais do que um torpor passageiro, prelúdio dos mais belos destinos" (29).

Clement Juglar, que dá início ao tratamento estatístico da crise, representa a opinião do liberalismo econômico, para o qual as crises não passavam de reajustes dos mecanismos naturais de volta ao equilíbrio, fase em que se eliminavam as empresas mal organizadas. Os marxistas, por outro lado, consideravam a crise como prova da contradição e do mau funcionamento do sistema econômico, totalmente inadequado à estrutura social e às relações de produção (30). Esta dupla visão do problema continua até os nossos dias.

A flutuação cíclica de Juglar envolve um período de alta e outro de baixa dos preços. Os períodos de prosperidade seriam seguidos por períodos de depressão. E assim se sucederiam, em vagas recorrentes de expansão e depressão. A frequência destas ondas varia de seis a onze anos. A média da variação está por volta de oito anos (31). Schumpeter estabeleceu uma trilogia que se tornou famosa para os ciclos econômicos, dando ao ciclo médio o nome de '<u>ciclo Juglar</u>' (32). Porém o movimento cíclico com esta duração média recebeu várias outras denominações, que é necessário ter em mente para evitar confusões. P. Villar chamou-o '<u>ciclo curto</u>' (33).

==========

(29) - Idem, <u>Ibidem</u>, pág. 555. Note-se a profunda influência advinda do cientificismo do século XIX, que impregnava todas as ciencias humanas. A noção de todo harmônico está presente nesta concepção, onde uma disfunção provoca uma reação do sistema econômico que se reorganiza no sentido de absorver o desequilíbrio, voltando a um estado de 'nova' normalidade. Metodologicamente, é uma postura funcionalista.

(30) - V.V. de Prada, <u>História Económica Mundial</u>, 3ª Ed., Madrid, 1970, II Vol., pág. 153.

(31) - M. Niveau, <u>História dos Fatos Econômicos Contemporâneos</u>, -- Trad. Port., São Paulo, 1969, pag. 161.

(32) - J. B. Schumpeter, "The Analysis of Economic Change", <u>Readings in Business Cycle Theory</u>, Blakinston Series of Republished Articles on Economics, dirig. por G. Haberler, Vol. II, Philadelphia, 1944, pág. 15.

(33) - P. Vilar, <u>Oro y Moneda en la Historia</u>, Barcelona, 1969, pág. 38.

F. Simiand denominou-o intradecenal (34). E. Labrousse considera-o como uma das flutuações mais ousadas e lhe dá a designação decenal ou simplesmente 'o ciclo' (35). Gaston Imbert o denomina ciclo econômico de Juglar, dizendo ainda que os americanos o chamam ciclo econômico ou ciclo maior (major cycle) (36).

A partir do estudo dos ciclos decenais, Labrousse chegou à conclusão de que existem ciclos que superam dez anos. Denominou-os interciclos, sendo o exemplo mais famoso o interciclo de 1778 a 1791. Estas flutuações são muito menos conhecidas e aparecem a intervalos irregulares, transbordando os limites do ciclo decenal. Compreendem mais do que um ciclo decenal completo, envolvendo parte ou a totalidade do ciclo seguinte. É um conjunto de 10 a 20 anos, e que se encontra fundamentalmente orientado para a alta ou para a baixa (37). Quando dois ciclos estão ligados sem uma interrupção marcante e com a mesma orientação geral, Braudel denomina hiperciclo (38).

Em 1923, um novo ciclo econômico foi descoberto por Joseph Kitchin, economista americano. Estudou os índices do atacado e das taxas de juros e compensações bancárias no período de 1890 a 1922, na Inglaterra e nos Estados Unidos. Calculando as máximas e mínimas sucessivas, encontra uma tendência acentuada para um ciclo pequeno com uma variação de três anos e meio ou 40 meses (39).

==========

(34) - F. Simiand, Recherches Anciennes & Nouvelles sur le Mouvement Général des Prix du XVIe au XIXe siecle, Paris,1932, pág. 259.

(35) - E. Labrousse, Fluctuaciones Económicas e História Social, Madrid, 1962, pág. 340.

(36) - G. Imbert, Des Mouvements de Longue Durée Kondratieff,Aix-en-Provence, 1959, pág. 2.

(37) - E. Labrousse, Obra citada, pág. 340.

(38) - F. Braudel e F. C. Spooner, "Prices in Europe from 1450 to 1750", The Cambridge Economic History of Europe, dirig. por M. Postan, Cambridge, 1967, Vol. IV, pag. 435.

(39) - Cf. J. Kitchin, "Cycles and Trends in Economic Factors", The Review of Economic Statistics", Vol. V, 1923, págs. 10-16.

Outra denominação que lhe é dada é hipociclo (40). Para Kitchin, os grandes ciclos são meros agregados de ciclos menores. A soma de três ciclos Kitchin formaria um ciclo Juglar, e assim por diante(41) Como este ciclo é específico da economia americana, não tem sido muito estudado. Apesar disso, Pierre Chaunu mostrou o seu aparecimento nas séries relativas ao comércio atlântico de Sevilha no século XVI e XVII (42), sendo também constatado por F. Spooner nas séries de Udine (43).

Obedecendo ao critério da ocorrência histórica do estudo dos ciclos, destacamos agora o ciclo Kondratieff, assim chamado em homenagem ao seu descobridor (44).

Publicado na Rússia em 1924, em 1925 foi pela primeira vez editado no Ocidente (45) o trabalho de N. D. Kondratieff sobre as 'ondas largas' (46), no qual dizia: "O autor, nos seus estudos de dinâmica econômica, constatou a existência de ciclos com um período de 40 a 50 anos, que, apesar de pouco conhecidos, parecem ser muito importantes. A partir do início da Revolução Industrial até o presente momento dois e meio períodos deste ciclo decorreram. Eles podem ser chamados ciclos maiores" (47). Neste mesmo ano de

---

(40) - J. Lesourd e C. Gérard, Histoire Économique XIXe et XXe siècle, Paris, 1963, Tomo I, pag. 125.

(41) - Cf. J. A. Schumpeter, History of Economic Analysis, New York, Oxford University Press, 2ª Ed., 1955, pags. 1123 e segs.

(42) - Cf. P.e H. Chaunu, Séville et l'Atlantique (1504-1650), Paris, 1959, Vol.VIII 2, La Conjoncture, pag. 610 e segs.

(43) - F. Braudel e F. C. Spooner, "Prices in Europe from 1450 to 1750", The Cambridge Economic History of Europe, dirig. por M. Postan, Cambridge, 1967, Vol. IV, pag. 435.

(44) - Cf. J. A. Schumpeter, Business Cycle: A Theoretical, Historical and Statistical Analysis of the Capitalist Process. New York, 1939, Vol. I, pag. 161-173.

(45) - Cf. N. D. Kondratieff, "The Static and the Dynamic view of Economics", The Quarterly Journal of Economics, Vol. XXXIX, 1925, pags. 575-583.

(46) - Cf. N. D. Kondratieff e G. Garvy, Las Ondas Largas de la Economia, Madrid, 1946, págs. 1-58.

(47) - N. D. Kondratieff, "The Static and the Dynamic view of Economics", The Quarterly Journal of Economics, Vol. XXXIX, 1925, pag. 581.

1925, saía na Rússia o segundo trabalho sobre o tema das ondas largas. Apenas em 1935 foi publicado no Ocidente (48). Dentre as conclusões do autor, está a afirmação da existência das ondas largas: "O movimento das séries que nós examinamos, começando nos fins do século XVIII até o presente momento, mostram ciclos longos. Apesar do tratamento matemático-estatístico das séries selecionadas ser bastante complicado, os ciclos descobertos não podem ser considerados como resultados acidentais do método empregado" (49).Resumindo, as principais idéias de Kondratieff são as seguintes: as ondas largas repetem-se a intervalos regulares de tempo; séries de diferente caráter manifestam flutuações simultâneas e similares; as ondas largas são um fenômeno internacional (50).

Kondratieff não foi o primeiro a se referir ao problema . Alemães e holandeses o antecederam (51). Foi entretanto o primeiro a fazer uma formulação sistemática com base empírica, de séries sobre a produção e preços, na Inglaterra, França e Estados Unidos. Seu trabalho suscitou muitas críticas na Rússia, e ceticismo no Oci

---

(48) - Cf. N.D. Kondratieff, "The Long Waves in Economic Life", - The Review of Economic Statistics, Vol. XVII, nº 6, 1935 , pags. 105-115.

(49) - N. D. Kondratieff, "The Long Waves in Economic Life", Readings in Business Cycle Theory, Blakiston Series of Republished Articles on Economics, dirig. por G. Harberler, - Philadelphia, 1944, pág. 30.

(50) - N. D. Kondratieff e G. Garvy, Las Ondas Largas de la Economia, Madrid, 1946, pág. 120.

(51) - "Eu cheguei às hipóteses concernentes à existência das ondas largas nos anos de 1919-1921. Sem análise especial,formulei minha tese geral pela primeira vez, sinteticamente , logo após, no meu estudo, The World Economy and Economic - Flutuations in the War and Post-War Period... Moscou, 1922. Durante o inverno e a primavera de 1925, escrevi um estudo especial sobre Long Waves in Economic Life..., que foi publicado no volume do Institute for Business Cycle Research, Problems of Economic Fluctuations... Somente no início de 1926 tomei conhecimento do artigo do sr. de Wolff , "Prosperitäts und Depressions perioden". De Wolff em muitos pontos alcança o mesmo resultado que eu alcancei. Os trabalhos de J. van Gelderns, que de Wolff cita, e que foram evidentemente publicados apenas em holandês, são desconhecidos para mim". N. D. Kondratieff, "Thelong Waves in Economic Life", Readings in Business Cycle Theory, Blakiston Series of Republished Articles on Economics, dirig.por G. Haberler, Vol. II, Philadelphia, 1944, pág. 42.

dente. Muitos trabalhos na mesma linha de raciocínio, nesta época, não o citam (52).

O excepcional trabalho de G. Imbert sobre o movimento de longa duração Kondratieff conclui pela generalização dos movimentos longos, que afetam as séries de produção, consumo e preços, os fenômenos sociais e econômicos. É verdadeiro no tempo e no espaço(53). A importância maior deste trabalho de G. Imbert está no fato de não se ater aos ciclos Kondratieff da era industrial. Remonta à era pré industrial, marcando os movimentos cíclicos desta natureza desde o fim da Idade Média (54).

Este ciclo foi identificado por F. Simiand, que o denominou interdecenal (55). A mesma denominação lhes dá Lescure (56) e Aftalion (57). Labrousse associa este ciclo à longa duração, que supõe uma sucessão de ciclos decenais encadeados na mesma tendência (58). Braudel diz que a existência deste ciclo foi constatada no século XVI por René Baehrel, que teria também determinado a existência de um hiperciclo duplo ou ciclo quádruplo. Tem igualmente fase de alta e de baixa, que se sucedem de 30 em 30 anos. A técnica adotada foi a do agrupamento de vários ciclos ao mesmo tempo, dependen

---

(52) - Cf. R. Glenday, "Long-period Economic Trends", Journal of the Royal Statistical Society, Vol. CI, nº 3, 1938, pags. 511-564.

(53) - G. Imbert, Des Mouvements de Longue Durée Kondratieff, Aix-en-Provence, 1959, pag. XI.

(54) - Pierre Chaunu constata dois ciclos Kondratieff, começando em 1495 e terminando em 1550. Considera que o paralelismo se torna mais difícil no meio século seguinte. P. Chaunu, Conquête et Exploitation des Nouveaux Mondes, Paris, 1969, pag. 336.

(55) - F. Simiand, Recherches Anciennes & Nouvelles sur le Mouvement Général des Prix du XVIe au XIXe siècle, Paris, 1932, pag. 264.

(56) - Cf. J. Lescure, "Hausses et Baisses Générales des Prix", Revue de Économie Politique", Vol. XXVI, nº 3, 1912, pags. 453-490.

(57) - Cf. A. Aftalion, "La Réalités des Surproductions Générales" Revue D'Économie Politique, Vol. XXII, nº III, pags. 696-706; Vol. XXIII, 1909, pags. 81-117, 201-229, 241-259.

(58) - E. Labrousse, Fluctuaciones Económicas e História Social, Madrid, 1962, pag. 341.

do da sua tendência para subir, descer ou estagnar. Em termos técnicos, foram obtidos pelas regressões lineares, representativas do trend de longa duração (59). Estes ciclos de 60 anos poderiam confundir-se com o ciclo Kondratieff, cuja variação gira em torno de 47 a 60 anos.

As investigações realizadas sobre as licenças para construções, e outras séries, nos Estados Unidos, mostraram a existência de um ciclo de construção, de certa duração regular. Alcançam uma amplitude de quinze a vinte anos, e a média chega até cerca de dezoito anos (60). A incidência deste ciclo é marcante depois de 1930, e um dos primeiros a detectá-la foi Simon Kuznets (61). Para Gaston Imbert, trata-se de um hiperciclo (não confundir com o hiperciclo de Braüdel), preferindo os americanos chamá-lo ciclo longo (62). O hiperciclo de Imbert tem a duração de 18 a 22 meses, englobando ao mesmo tempo os 'secondary movements' de Kuznets, o 'trend-cycle' de Arthur Burns, o 'major-cycle' de Charles Wardwell, o 'transport-building cycle' de Walter Isard e os 'mouvements longs' de Walter Hoffmann (63).

Este é um ciclo peculiar da economia americana, o building-cycle. Tem uma enorme vocação a generalizar-se pelo conjunto da economia, por causa da importância da construção no ativamento das atividades básicas. Fora dos Estados Unidos, foi constatado na Inglaterra

---

(59) - F. Braudel e F. C. Spooner, "Prices in Europe from 1450 to 1750", The Cambridge Economic History of Europe, dirig. por M. Postan, Cambridge, 1967, Vol. IV., pag. 436.; P. Chaunu detectou, nos seus estudos sobre Sevilha e o Atlântico, um movimento de oscilação cíclica que variava de 20 a 50 anos no máximo, denominando-o interciclo, no que foi censurado por F. Braudel que disse tratar-se, mais corretamente, de um semi-Kondratieff, F. Braudel, "Pour une Histoire Sérielle: Séville et L'Atlantique (1504-1650)", Annales Économies-Sociétés-Civilisations, Vol. XVIII, nº 3, 1963, pag. 548.

(60) - J. A. Estey, Ciclos Econômicos, Trad. Port., 4ª Ed., Esp., São Paulo, 1965, pag. 24.

(61) - P.A.Samuelson, Introdução à Análise Econômica, Trad. Port., 7ª Ed., Rio de Janeiro, 1971, pag. 383.

(62) - G. Imbert, Des Mouvements de Longue Durée Kondratieff, Aix-en-Provence, 1959, pag. 2.

(63) - Cf. Idem, Ibidem, pág. 9 e segs.

por Beveridge, não tendo sido detectado na França (64).

Sobre a ocorrência específica deste ciclo na economia americana, Imbert diz: "pensamos que este movimento é uma das características da industrialização dos países novos onde o ciclo de construção, pela sua importância, determina o ritmo mesmo da conjuntura. Talvez o desenvolvimento extremamente rápido dos Estados Unidos, golpeados por crises severas e certas, mas breves e sem verdadeiras estagnações, demonstraria o ritmo econômico mais curto numa conjuntura mais rápida ? Assim, o ciclo de Kitchin, que não existe na Europa, é mais importante nos Estados Unidos do que o ciclo Juglar. - Da mesma forma, o hiperciclo, mais marcado do que o movimento longo, tem retido a atenção dos economistas americanos (65).

Deixamos por último a referência ao movimento secular denominado Trend. Distingue-se do ciclo no sentido de que deve ser considerado, ao mesmo tempo, uma sucessão de ciclos, ou, mais exatamente, como a tendência de uma sucessão de ciclos internamente orientados no mesmo sentido (66). É necessário distinguir o trend secular dos preços, de caráter reversível, e o trend secular das séries quantitativas, de caráter irreversível, também chamados movimento de expansão secular.

Seguindo J. Griziotti-Kretschmann, o trend secular é explicado pelas modificações estruturais dos sistemas econômicos. "A origem do trend secular se encontra, em última análise, nas modificações estruturais que conduzem às mudanças políticas, econômicas e sociais"(67). Quanto ao trend secular das séries quantitativas, o trabalho de Marie Kerhuel define limites, mas associa os trends aos movimentos religiosos, elevados à categoria de fatores explicativos ou de decorrências dos trends (68). Para os historiadores, os trends

---

(64) - P. Chaunu detectou um ciclo curto de quatro ou cinco anos, sendo o mínimo três anos e o máximo, cinco, que se aproxima do ciclo Kitchin . P. Chaunu, Conquête et Exploitation - des Nouveaux Mondes, Paris, 1969, pág. 336.

(65) - G. Imbert, Obra Citada, pág. 16.

(66) - J. Romeuf, Diccionario de Ciencias Económicas, Trad. Esp., Barcelona, 1966, pág. 907.

(67) - Cf. J. Griziotti-Kretschmann, "Ricerche sulle fluttuazioni economiche di lunga durata", Giornale degli Economisti, - Vol. II, nº 7, 1933, 461 e segs.

(68) - M. Kerhuel, Les mouvements de longue durée des prix, Rennes, 1935, APUD, G. Imbert, obra citada, pag. 20.

servem de apoio para o entendimento das flutuações menores. São - mais utilizados pelos economistas, porque para os historiadores representam apenas uma possibilidade (69).

Completando esta análise dos movimentos cíclicos, seria - indispensável aventarmos as hipóteses explicativas da sua ocorrência. E realmente a variedade de explicações é enorme. Tanto maiores quanto se considera a multiplicidade das flutuações econômicas atualmente constatadas, requerendo cada uma delas explicações especiais, pois hipóteses explicativas bem fundamentadas e válidas para um ciclo longo não se adequam a um movimento de curta duração.

Uma visão geral do problema nos levaria à tradicional divisão, aceita pelos especialistas hodiernos, em fatores endógenos e exógenos (70). Evidentemente, esta divisão é precária, porque há explicações endógenas que, em determinados momentos, apelam para elementos exógenos. Não obstante, façamos um apanhado das principais - teorias, de acordo com esta divisão tradicional.

Os fatores exógenos mais comumente apontados são os seguintes: inovações científicas e tecnológicas ou reorganização dos fatores de produção, expansão territorial e novos recursos naturais (71); descoberta de ouro ou prata, injeção monetária excessiva que estimula as atividades econômicas (72); taxas de crescimento anormais, movimentos migratórios internos ou externos (73); condiciona-

---

(69) - "Para além dos ciclos e interciclos, existe o que os economistas chamam, sem contudo, estudá-la, a tendência secular. Mas ela só interessa, por enquanto, a raros economistas, e suas considerações sobre as crises estruturais, não tendo passado pela prova das verificações históricas, apresentam-se como esboços ou hipóteses, apenas enterradas no passado recente, até 1929, quando muito até os anos de - 1870. Oferecem, todavia, uma útil introdução à história de longa duração. Elas são como que uma primeira chave". F. Braudel, História e Ciências Sociais. A longa duração",Revista de História, Vol. XXXI, nº 62, 1965, pág. 268.

(70) - P. A. Samuelson, Introdução à Análise Económica, Trad. - Port., 7ª Ed., Rio de Janeiro, 1971, pag. 387.

(71) - Cf. J. A. Schumpeter, Business Cycle: A Theoretical, Historical and Statistical analysis of the Capitalist Process, New York, 1939, 2 vols., passim.

(72) - Cf. R. G. Hawtrey, Good and Bad Trade, Londres, 1913,passim.

(73) - Cf. J. Akerman, Estructuras y Ciclos Económicos, Trad.Esp. Madrid, 1960, pág. 45 e segs.

mentos psicológicos que acentuam a propensão para o consumo, poupança ou investimento (74); acontecimentos políticos excepcionais, como guerras e revoluções (75) e a ultrapassada teoria das manchas solares (76) é o que destacaríamos entre as várias teorias exógenas - existentes.

Em termos de fatores endógenos, os ciclos econômicos são considerados como a expressão direta de mecanismos interiores ao próprio sistema econômico, e que provocam flutuações orgânicas de geração espontânea, de tal modo que cada expansão é responsável pela recessão e contração seguintes, e cada contração tem condições - de gerar a recuperação e a expansão numa cadeia regular e recorrente. Atualmente, as explicações endógenas tem um número muito maior de prosélitos do que as explicações exógenas (77).

Dentre as principais teorias desta espécie, destacamos:as teorias do subconsumo, que atribuem o problema à irregular distribuição da renda gerada, recebendo a massa da população uma parcela ínfima do produto gerado, enquanto uma minoria monopoliza a maior parte da renda gerada, restringindo necessariamente a elasticidade do consumo (78); visão oposta atribui o problema ao excesso de investimento, que estimularia a produção além da elasticidade normal do consumo (79); a teoria baseada no princípio da aceleração apóia-se na observação de que a produção de bens de capital flutua com maior intensidade do que a produção de bens de consumo, o que provoca desajustes no mercado produtor (80); finalmente, a teoria da

---

(74) - Cf. A. C. Pigou, Industrial Fluctuations, Londres,1927,passm.

(75) - Cf. A. Losch, "Population Cycles as a cause of Business Cycle", The Quarterly Journal of Economics, Vol. LI,1936-37 , pág. 649 e segs.

(76) - J. Romeuf, Diccionario de Ciencias Económicas, Trad. Esp. , Barcelona, 1966, Verbete sobre W.S. Jevons, pág. 524.

(77) - Fluctuations économiques, dirig. por A. Marchal, Paris, - 1954, Vol. I, pág. 15.

(78) - Cf. J. A. Hobson, Economics of Unemployment, Londres, 1922, passim.

(79) - Cf. F. A.Hayek,Prices and Production,Londres,1935, passim.

(80) - Cf. G. Haberler, Prosperidad y Depresion, Trad. Esp., 2ª - Ed., Mexico, 1945, pág. 245 e segs.

poupança e do investimento, ou princípio do acelerador e do multiplicador de Keynes, que atribui ao investimento um papel preponderante (81).

Pretendíamos, com esta constatação geral das teorias gerais explicativas do ciclo econômico, dar uma demonstração do estado atual da questão nas suas mais variadas tendências, sem ter entretanto a pretensão de analisá-las, ainda mais porque isto não caberia no âmbito e natureza deste trabalho. Torna-se indispensável , porém, uma tomada de posição em relação ao problema, postura esta - que orientará a análise ulterior do trabalho em questão.

Consideramos que as explicações dos movimentos econômicos devem ser buscadas na natureza mesma dos sistemas que os engendraram. No quadro do Antigo Regime, as explicações têm que ser necessariamente diferentes das da era pós-industrial. Se aqui os fatores - endógenos adquirem maior peso, lá os fatores exógenos ganham realce maior, na medida em que as guerras, secas, fomes, pestes, alteram o equilíbrio da estrutura demográfica e colaboram sensivelmente na caracterização das conjunturas de curta ou longa duração.

Voltamos agora aos movimentos cíclicos analisados, com a finalidade de promover um reagrupamento dos principais movimentos , por ordem de amplitude das flutuações, tentando definir uma nomenclatura que nos servirá de instrumento operacional. Assim, teríamos o ciclo sazonal, interanual, Kitchin, Juglar, interciclo, hiperciclo, Kondratieff e Trend. De todos estes movimentos, o mais importante para o nosso trabalho é o ciclo Juglar, de duração média decenal, que envolve uma amplitude que se identifica com a conjuntura a ser estudada. Esta média duração será compartimentada, para efeito de análise, em ciclos de duração menor, como o sazonal e o interanual. Obviamente, apoiaremos o ciclo Juglar no ciclo de longa duração Kondratieff, e este, no trend secular.

Destarte, o nosso estudo do comércio colonial brasileiro envolve uma análise do trend e da longa duração Kondratieff, que abrange o século XVIII e o início do século XIX, isto em termos de conjuntura mundial, portuguesa, latino-americana e brasileira. Após o que tomaremos a última conjuntura do período colonial inserida - neste contexto, entre 1796 e 1807, para um tratamento inclusivo e específico da conjuntura portuguesa e brasileira explicada pela conjuntura mundial.

---

(81) - Cf.J.M. Keynes, Teoria General de la ocupación, el interés y el dinero, Trad. Esp., 3ª ed., 1951, passim.

2. A Conjuntura de longa Duração do Século XVIII

F. Simiand foi um dos primeiros a perceber e demarcar a conjuntura de longa duração dos preços: o trend secular. Criou ainda a tipologia, sobejamente conhecida, fase A e fase B, para designar períodos de alta e de baixa dos preços. Com estes critérios, delimitou, grosso modo, as grandes etapas da economia capitalista:

1. Início do séc. XVI - Metade do século XVII	- Fase A
2. Metade do séc. XVII - 3º ou 4º quarto do séc. XVIII	- Fase B
3. 3º ou 4º quarto do séc. XVIII - 2a. década do séc.XIX	- Fase A

(82)

Num trabalho mais recente, de ótima qualidade,(82)F. Braudel (83) precisou um pouco mais estas demarcações excessivamente elásticas, ressalvando, entretanto, o caráter aproximativo das datas consideradas como limites entre os vários trends. Seus limites são: entre 1460 e 1510, entre 1510 e 1590, entre 1590 e 1650, entre 1650 e 1750 (84).

Uma síntese dos numerosos trabalhos existentes sobre o assunto dar-nos-ia uma idéia da complexidade do problema. As datas escolhidas para a delimitação dos trends e das fases de alta e baixas são numerosas e muitas vezes contraditórias. Isto porque os trends variam de país para país, dependendo muito do setor da economia considerado. A título de exemplo, considere-se esta cronologia para o preço do trigo na Inglaterra e na França:

---

(82) - F. Simiand, Recherches Anciennes & Nouvelles sur le Mouvement Général des Prix du XVIe au XIXe Siècle, Paris, 1932, pág. 636.

(83) - F. Braudel e F. C. Spooner, "Prices in Europe From 1450 to 1750", The Cambridge Economic History of Europe, dirig.por M. Postan e H. J. Habakkuk, Cambridge, 1967, pag. 407.

(84) - Para a demarcação das conjunturas no período final da Idade Média, vide P. Chaunu, L'Expansion Européenne du XIIIe au XVe Siècle, Paris, 1969, pag. 68 e segs.

INGLATERRA				FRANÇA			
1259-1375	Fase A	116	anos	1200-1375	Fase A	175	anos
1375-1510	" B	135	"	1375-1510	" B	135	"
1510-1650	" A	140	"	1510-1635	" A	125	"
1650-1745	" B	95	"	1635-1735	" B	100	"
1745-1810	" A	65	"	1735-1810	" A	75	"
1810/20-1896	" B	75/85	"	1810/20-1896	" B	75/85	"
1896-1920	" A	24	"	1896-1920	" A	24	"

(85)

Sem dúvida alguma, o período mais difícil para demarcação dos trends corresponde ao Antigo Regime e final da Idade Média. As datas passam a coincidir mais, nos diversos países e setores analisados numa pesquisa de concomitância, na era do capitalismo industrial, pós-Revolução Industrial, quando as repercussões que partem dos centros dinâmicos se alastram por todo o mundo (86).

Foi exatamente esta dificuldade, a demarcação cronológica dos trends na época pré-industrial, que deu um valor todo especial ao trabalho de G. Imbert, várias vezes referido, na tentativa que fez de encontrar as datas-limites para os trends a partir das análises e conclusões de vários autores:

---

(85) - J. Griziotti-Kretschmann, Il problema del trend secolare nelle fluttuazioni dei prezzi, Pavia, 1935, pags.52--53, APUD G. Imbert, Des Mouvements de Longue Duree Kondratieff, Aix-en-Provence, 1959, pag. 18.

(86) - S. B. Clough e C. G. Moodie, História Económica de Europa, Trad. Esp., Buenos Aires, 1968, pags. 130-131.

I. Economia Medieval (1250 a 1507/1510)
   1. Fase A : 1200 a 1375 (França)
      1200 a 1316/19 (Inglaterra)
   2. Fase B : 1316/1319 a 1507/1510
II. Economia Mercantilista (1507/1510 a 1722/1743)
   1. Fase A : 1507/1510 a 1635/1650
   2. Fase B : 1635/1650 a 1722/1743
III. Economia Capitalista (1722/1743 a 1896)
   1. Fase A : 1722/1743 a 1808/1817
   2. Fase B : 1808/1917 a 1896
IV. Economia Planificada (1896 a ?)
   1. Fase A : 1896 a ?

O modelo proposto por F. Mauro, com a finalidade de analisar a expansão ultramarina européia entre 1500 e 1800, permite-nos compreender com mais profundidade os trends do Antigo Regime.

De fato, este modelo que se propõe dinâmico tem a qualidade que resulta da especificidade. Por seu intermédio, podem-se perceber os largos movimentos seculares de forma dinâmica, sem perder de vista os detalhes relativos às partes do todo que porventura não sigam a tendência geral. Além do mais, é um modelo que pode ser quantificado. Senão, vejamos:

i. Século XVI: em geral: + Ou V ↗ especialmente: E ↗ S ↗ e ↗ s ↗ mas t = ϵ quer dizer e T = ϵ aproximando-se de zero A = Aproximadamente constante, porque A e ↘ A r ↗ e a: aproximadamente constante R e r ↗ Portanto, temos:	E ↗ A = constante T = ϵ R ↗ S ↗
e a t r s ↗ con ϵ ↗ ↗ ii. Século XVII	V ↗ E = constante A ↗ T ↗ R = constante S ↘
e a t r s con ↗ ↗ con ↘ iii. Século XVIII	V = constante E ↗ A ↗ T ↗ R = constante S ↘
e a t r s ↗ ↗ ↗ con ↘	V ↗

(87)

(87) - F. Mauro, "Towards an Intercontinental Model: European Overseas Expansion between 1500 and 1800", The Economic History Review, Vol. XIV, nº 1, 1961, págs. 16-17.

Obviamente, estas siglas têm que ser explicadas para que tenham significado. Em primeiro lugar, as siglas que estão no lado esquerdo do modelo se referem ao movimento de importação e, as da direita, à exportação. As letras maiúsculas E, A, T, R, S correspondem ao movimento de exportação da Europa, África, América Temperada, América Tropical e Ásia. As mesmas letras, minúsculas, indicam a importação. A somatória dos movimentos de importação e exportação, expressão da totalidade do movimento comercial, é representada por V.

Do modelo, concluímos sobre as tendências seculares. Os séculos XVI e XVII apresentam tendência para a alta (V). O século XVIII apresenta-se com movimento constante.

Detalhando, teríamos, no século XVI, sentido positivo para a Europa, América Tropical e Ásia. Movimento constante para a África e tendência a zero para a América Temperada. No século XVII, sentido positivo para a África e América Temperada, constante para a Europa e América Tropical e sentido negativo para a Ásia. Finalmente, no século XVIII, sentido positivo para a Europa, África e América Temperada, constante para a América Tropical, e novamente, sentido negativo para a Ásia.

A particularização da análise se fez com vistas ao movimento de exportação, uma vez que este é mais indicativo do crescimento comercial do que a importação, especialmente no quadro do capitalismo comercial e da política mercantilista.

Demarcar os trends é fundamental para o nosso trabalho, porque os ciclos longos e menores normalmente cavalgam a tendência secular. O ciclo longo, que interessa ao nosso estudo, corresponde à fase de alta do século XVIII e início do século XIX, período compreendido pela duração de um ciclo Kondratieff. O primeiro movimento desse tipo, detectado pelo próprio Kondratieff, ter-se-ia iniciado por volta de 1790, estendendo-se, com uma fase de alta e outra de baixa, até 1844/51 (88).

==========

(88) - N. D. Konratieff, "The Long Waves in Economic Life", - Readings in Business Cycle Theory, Blakinston Series of Republished Articles on Economics, dirig. por G. Haberler, Philadelphia, 1944, pág. 32.

A presença deste movimento de longa duração em períodos anteriores ao ano de 1790 é dividosa (89), não tendo ainda uma cabal demonstração empírica, apesar de acreditarem alguns autores na sua existência (90), e terem outros constatado, paradoxalmente, não um ciclo Kondratieff inteiro, mas um semi-Kondratieff (91).

Novamente, sobre os ciclos Kondratieff anteriores a 1790, a última palavra fica com G. Imbert. O Gráfico I, mostra a presença dos ciclos Kondratieff, suas fases de alta e baixa, no trend da produção e dos preços, com base na evolução econômica da Inglaterra.

O termômetro da conjuntura mundial no século XVIII, são a França e a Inglaterra. Para E. Labrousse, a alta de longa duração do século XVIII e começos do século XIX apresenta um caráter excepcional. Pode ser comparada à grande alta que se seguiu, no século XVI, ao descobrimento do Novo Mundo, e que a tradição atribui ao prodigioso aumento da produção de metais preciosos e dos estoques monetários. Considera ainda que o mais prudente seria tomar o movimento como um fato, limitando-se a descrevê-los e a estudar-lhe a duração (92).

A alta nascida entre 1732 e 1735 se prolonga até 1817, durante um período de 84 anos. Não se trata de um fenômeno especialmente francês, mas, sim, internacional: começou nos mercados da Europa ocidental e central um ano antes, a partir de 1732, e terminou um ano antes também, em 1816. Sucede a um movimento de baixa que havia durado trinta e quatro anos (93).

==========

(89) - "Sem dúvida, hoje em dia se insiste sobre a existência destes ciclos no Renascimento. As máximas se deram nos anos de 1500, 1560, 1595 ou 1600, e as mínimas, em 1530, 1575 e 1620", F. Mauro, Europa en el Siglo XVI aspectos económicos, Trad. Esp., Barcelona, 1969, pág. 104.

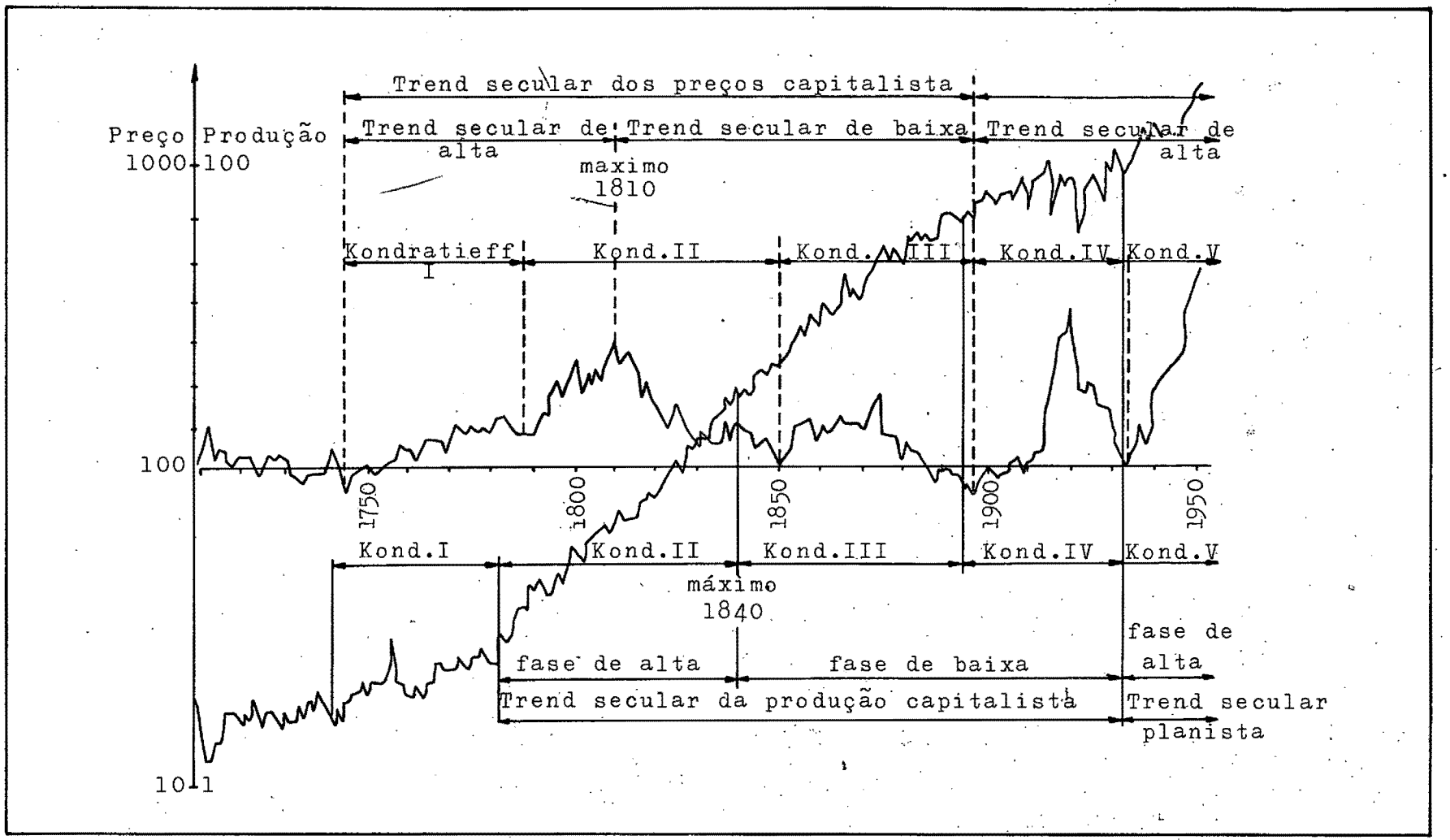
(90) - J. A. Schumpeter, Business Cycles: A Theoretical, Historical, and Statistical Analysis of the Capitalist Process, New York, 1939, Vol. I, pag. 252.

(91) - "le mouvement capital de la conjoncture des XVIIe et XVIIIe siècles, c'est bien le temps, en gros, trentenaire du demi Kondratieff". P. Chaunu, "Le Rythme trentenaire de l'expansion européenne", Annales Économies-Sociétés-Civilisations, Vol. XXI, nº 4, 1966, pág. 893.

(92) - E. Labrousse, Fluctuaciones Económicas e Historia Social, Trad. Esp., Madrid, 1962, pag. 93.

(93) - Idem, Obra Citada, pág. 94.

—GRÁFICO I—



TRENDS DOS PREÇOS DA PRODUÇÃO NA INGLATERRA

A cronologia definida por E. Labrousse tornou-se clássica. Várias outras séries elaboradas têm-na corroborado (94). Outras demonstram que o período de alta começou um pouquinho mais tarde, por volta de 1736 (95). Na Inglaterra, o período de alta começou entre 1735-36, segundo a série numérica e o gráfico correspondente exibido por E. B. Schumpeter (96). Da mesma forma que na França, não há absoluta concordância entre as pesquisas que focalizam setores diferentes da economia, pois as séries numéricas e correspondentes representações gráficas de A. P. Usher indicam o ano de 1845 para início da alta (97).

Pesquisas localizadas, regionais, têm confirmado estas análises mais gerais. É o caso dos preços escoceses (98) ou dos preços de Trèves e Mayence (99). Esta ascenção dos preços é geral. Não se restringe aos bens de consumo. Também o custo do trabalho escravo sobe aceleradamente no período considerado (100).

Portugal não foge ao esquema das tendências seculares mundiais. Pelo século XVI, perpassa uma tendência global ascendente com correlação positiva entre preços, moedas e circulação (101).

==========

(94) - A. P. Usher, "The General Course of Wheat Prices in France: 1350-1788", The Review of Economic Statistics, 1930, pág. 164.

(95) - O. Voilliard, G. Cabourdin, F. G. Dreyfus, Statistiques d'Histoire Économique, Paris, 1964, pág. 49.

(96) - E. B. Schumpeter, "English Prices and Public Finance,1660-1822", The Review of Economic Statistics, Vol. XX, nº 1, 1938, pág. 23.

(97) - A. P. Usher, "Prices of Wheat and Commodity Prices Indexes for England, 1259-1930", The Review of Economic Statistics, Vol. XIII, 1931, págs. 104-105.

(98) - R. Mitchison, "The movements of Scottish Corn Prices in the Seventeenth and Eighteenth Centuries", The Economic History Review, Vol. XVIII, nº 2, 1965, pág. 284.

(99) - F. G. Dreyfus, "Prix et population à Trèves et à Mayence au XVIIIe Siècle", Revue D'Histoire Économique et Sociale, Vol. XXXIV, nº 3, 1956, pág. 252.

(100) - J. Mathiex, "Trafic et Prix de l'Homme en Méditerranée aux XVIIe et XVIIIe Siècles", Annales Économies-Sociétés-Civilisations, Vol. IX, nº 2, 1964, pág. 162.

(101) - V. M. Godinho, Introdução à História Económica, Lisboa, s.d., pág. 170.

Necessário se faz a distinção entre trends primários, secundários e terciários (102). Pois, às vezes, contrariando a tendência positiva geral, alguns produtos passam por recessão, permanecendo num patamar horizontal (103).

No conjunto, o último terço do século XVI e os dois primeiros decênios do século XVIII se inserem na tendência ascendente. Entre 1620 e 1630, à alta prolongada sucede a baixa (104). Em toda a Europa, verifica-se uma baixa acentuada entre 1620 e 1640, relacionada à diminuição do afluxo da prata mexicana (105). Esboça-se mesmo uma crise de amplitude mundial entre 1619 e 1622 (106).

Os preços ultramarinos contraem-se neste período, mas os preços metropolitanos de cereais mantêm a tendência. A concorrência da produção açucareira antilhana afeta os preços do similar pro

---

(102) - Por trend primário, V. M. Godinho entende a tendência secular. Trend secundário compreende meio século ou dois terços de um século. Trend terciário é uma onda de 23 a 28 anos, em média um quarto de século. Cf. V. M. Godinho, "Les Fluctuations Économiques au XVIème Siècle - Problèmes de diagnostics et d'interprétation", Revista de Economia, Vol. IX, nº 3, 1956, pág. 113.

(103) - Cf. V. M. Godinho, "Le Problème du Pain dans l'Économie Portugaise. XVe-XVIe Siècles. Blé d'Europe et Blé des Iles" Revista de Economia, Vol. XII, nº 3, 1959, pág. 87-113.

(104) - V. M. Godinho, Ensaios, Lisboa, 1968, Vol. 2, pág. 12.

(105) - J. U. Nef, "Prices and Industrial Capitalism in France and England", The Economic History Review, Vol. VII, nº 2, 1937, pág. 155.
E.J. Hamilton, "Monetary Inflation in Castille, 1598; Cf. F. C. Spooner, "The Economy of Europe 1559-1609", The New Cambridge Modern History, Ed. R. B. Wernham, Cambridge, 1968, pag. 24 e segs.

(106) - "Mio intento, è, invece, mostrare come la crisi del 1619-1622 rappresenti non solo una cesura 'secolare', ma, soprattutto, come suggelli lo stile d'un secolo; como indichi il fallimento delle ambizioni d'un lungo periodo storico; come, in conclusione, sia il punto in cui le grandi speranze capitalistiche (d'un capitalismo eminentemente - mercantile, ovviamente) del XVI secolo s'esauriscano". R. Romano, "Tra XVI e XVII Secolo. Una crisi economica:1619-1622", Rivista Storica Italiana, Vol.LXXIV, nº 3, 1962, pág. 480.

duzido no Brasil (107). Exatamente no bojo da crise comercial se insere a política de fomento às manufaturas em Portugal, logo abandonada com a nova tendência ascendente dos preços que indicavam a superação da crise comercial, por volta de 1690. "A progressão dos preços durante este quarto de século resulta dos esforços industrializadores a que a crise de cerca de 1670 levara e da recuperação dos tráficos oceânicos que a conjuntura internacional permitiu"(108).

Entrados no século XVIII, a economia portuguesa passa a girar em torno do ouro brasileiro. A primeira metade do século XVIII passou-se numa relativa estabilidade econômica. O ouro brasileiro chegava com regularidade, permitindo saldar com metal o deficit da balança comercial portuguesa (109).

Na segunda metade do século XVIII, porém, época da governação pombalina, eclodem crises simultâneas na área dos produtos coloniais. A crise é grave porque surge ao mesmo tempo em numerosos produtos: afeta a mineração (1760-1780); o açúcar (1749-1776); diamantes (1760-1780) e o mercado de escravos a partir de 1760 (110).

"A produção de ouro das Gerais desde 1745 apresentava sin

---

(107) - "Vejamos o açúcar: em 1650 a arroba vendia-se, em Lisboa, a 3800 réis; em 1659 primeira descida, 3600 réis; em 1668, 2400 réis e, portanto, uma baixa de 33% em 9 anos. E 20 anos mais tarde a arroba valerá 1300 ou 1400 réis, baixa, desta vez, de 41%". V. M. Godinho, "Portugal, as frotas do açúcar e as frotas do ouro (1670-1770)", Revista de História, Vol. IV, nº 15, 1953, pág. 74.

(108) - "Em resumo, o desenvolvimento manufatureiro foi o ponto de viragem entre dois períodos da história económica portuguesa nitidamente definidos". Idem, Ibidem, pág. 80.

(109) - "Between 1755 and 1760 the value of British exports to Portugal reached the highest level and produced the greatest favorable balance of the century". K. R. Maxwell, "Pombal and the Nationalization of the Luso-Brasilian Economy", The Hispanic American Historical Review, Vol. XLVIII, nº 4, 1968, pág. 631.

(110) - "Assim podemos começar por distinguir quatro grandes fases na legislação: a primeira que vai até 1760, diz principalmente respeito a problemas comerciais e estaduais; de 1760 a 1764 a preocupação central concentra-se nos problemas militares; de 1764 a 1770 constata-se o reforço dos privilégios mercantis; de 1770 a 1777 aparece em predomínio a legislação industrial. Em toda a época se nota uma sintomatica ausência quase total de legislação agrária". J. B. de Macedo, Revista de História, Vol. V, nº 19, 1954, pág. 85.

tomas de redução, porém, a das minas goianas manteve o ritmo de crescimento na extração aurífiera brasileira. Entretanto, no quinquênio de 1755 a 1759 a mineração em Goiás começou a declinar e entre 1760 e 1764 esboçou-se a primeira inflexão violenta na produção brasileira, precipitando-se no quinquênio seguinte, 1765 a 1769" (111). O deficit da balança comercial portuguesa não poderia mais ser coberto pelo ouro brasileiro como o fora até aqui. A política pombalina entra então na sua última fase:a proteção às manufaturas portuguesas como forma de limitar as importações e reequilibrar a balança comercial, principalmente em relação à Inglaterra (112).

Transportemos agora os ritmos longos da economia européia para o mundo colonial. Existe relação de concordância ou de discordância ? As oscilações européias se transportam simplesmente para a área colonial ou esta tem os seus movimentos próprios ?

A resposta é positiva para P. Chaunu, que insiste na concordância entre os movimentos europeus e ultramarinos. O crescimento das trocas comerciais entre a Europa e o ultramar dão o ritmo do movimento econômico. O crescimento das trocas entre a Europa e os mundos do ultramar foi rápido no século XVI; menos rápido no século XVIII. A pulsação da economia colonial é ritmada pelo pulmão europeu (113).

F. Mauro, concorda com esta opinião. "A Europa, com seus ritmos próprios, impôs sua marca ao conjunto do mundo pelo seu comércio internacional"... "O que resulta das pesquisas mais recentes é sobretudo a unidade da conjuntura, ao mesmo tempo européia e ul-

==========

(111) - V. N. Pinto, O Ouro Brasileiro e o Comércio Anglo-Português, (uma contribuição aos estudos da economia atlântica no século XVIII), São Paulo, 1972, (exemplar mimeografado), pág. 329.

(112) - Cf. Idem, Ibidem, pág. 301-302.

(113) - "Si nous suivons de 1500 à 1800 les trafics entre Espagne et Amérique, d'une part, les prix européens et, sans doute, américains, d'autre part, nous ne pouvons nier l'existence d'un rythme très approximatif. Croissance, arrêt, reflux, puis, à nouveau, au XVIIIe, croissance" , P. Chaunu, Conquête et Exploitation des Nouveaux Mondes, Paris, 1969, pag. 331. Idem, "Place et rôle du Brésil dans le systèmes de communications et dans les mécanismes de croissance de l'économie du XVème siècle", Revue D'Histoire Économique et Sociale, Vol. XLVIII, nº 4, 1970, pág. 470.

tramarina (114). Estes movimentos dependem da variação monetária - nas áreas produtoras, alterações técnicas, ou variações da demanda que afeta o preço do metal ou o desaparecimento de um fornecedor. - "Os países ultramarinos estavam estreitamente ligados a esta conjuntura"(115).

Assim, o mundo ultramarino vivia mais e mais o ritmo da Europa: guerras, invenções técnicas, descobertas geográficas, decisões de investimento, exploração de metais, tudo vinha da Europa ou decidido por ela (116).

Em contraposição a estas idéias, R. Romano insiste que o ritmo é discordante. As pesquisas que realizou no Chile, para o período de 1765 a 1810, com base em 16 produtos, evidenciaram a baixa em três deles (chocolate, lã e ladrilhos), enquanto os restantes - (açúcar, tabaco, erva-mate, galinhas, frangos, azeite, manteiga de porco, telhas, couro de cabra, couro comum, cera de Castela,tucuyo) conservam-se horizontalmente.

Disto se conclui, em caráter indicativo, que, entre 1693 e 1810, todos os produtos sofreram uma baixa de 40 a 50%, grosso modo (117). Esta tendência é considerada como possivelmente válida para toda a América Latina, com exceção do Brasil açucareiro e aurífero, das Antilhas e das Colônias Inglesas (118).

Quando diz isto, R. Romano, não se esqueceu de que a segunda metade do século XVIII é de franca ascensão dos preços em toda Europa: "O movimento dos preços permanece absolutamente estancado (e inclusive com uma tendência para a baixa) durante todo o século XVIII, em pleno contraste com o movimento europeu, com forte tendência para a alta" (119).

==========

(114) - F. Mauro, L'Expansion Européenne, 1600-1870, Paris, 1964, pág. 303.

(115) - Idem, Ibidem, pág. 303.

(116) - Idem, Ibidem, pág. 311.

(117) - "En effet, les phases B en Europe ont été une incitation pour les capitalistes à investir hors d'Europe: d'où une expansion coloniale correspondant à la dépression métropolitaine". Idem, Ibidem, pág. 307.

(118) - R. Romano, "Une Économie Coloniale: le Chili au XVIIIe - Siècle", Annales Économies-Sociétés-Civilisations,Vol.XV, nº 2, 1960, pág. 278-279.

(119) - R.Romano, "Mouvement des prix et développement économique.L'Amérique du Sud au XVIIIe Siècle", Annales Économies-Sociétés-Civilisations,Vol.XVIII,nº1,1963,pág.68.

Este radicalismo de opiniões diametralmente opostas deixa nos numa encruzilhada, para a qual somente existe uma solução, que é a pesquisa profunda de dados que possam responder às questões (120) O próprio R. Romano reconhece o fato, pois, para ele, é muito provável que algum dia, quando possuirmos uma boa série de estudos de detalhes de cada uma das distintas regiões do continente americano, - estaremos em condições de distinguir as regiões onde os preços se mantiveram a um nível estável, em relação àqueles que oscilavam - (segundo os 'ditames' do movimento europeu) (121).

E o caso do Brasil ? Também apresenta movimentos de oscilação ritmados pelo movimento da economia Européia, como querem - Chaunu e Mauro ? Ou os seus preços funcionam a reverso da tendência geral, à semelhança dos preços estagnados da América Latina, como o demonstrou R. Romano ?

Com relação aos movimentos de longa duração, endossamos - esta opinião: "Aumento demográfico, surto urbano, expansão geográfica, aumento do meio circulante, aparecimento de um mercado interno e a expansão do tráfico são pois as características que presidem o Brasil setecentista"... "Comparando agora estes aspectos com aqueles com que F. Braudel e G. Imbert caracterizaram o século XVIII, - podemos inserir o Brasil na conjuntura mundial" (122).

Para que a conjuntura de longa duração fique claramente - definida, é necessário que se faça acompanhar de um quadro histórico. O quadro que segue foi extraído de F. Mauro, L'Expansion Européenne, Paris, 1964, págs. 313 e 314.

1590-1620 (negativo): Baixa da produção da prata americana. - Trégua de doze anos em 1609. Criação das grandes companhias holandesas.

1620-1640 (positivo): Guerra dos Trinta Anos. Desenvolvimento da moeda de cobre. Desenvolvimento do Brasil açuca-

---

(120) - R. Romano, Cuestiones de Historia Económica Latinoamericana, Caracas, 1966, pág. 26.

(121) - R. Romano, Cuestiones de Historia Económica Latinoamericana, Caracas, 1966, pág. 42.

(122) - V. N. Pinto, O ouro brasileiro e o comércio anglo-português. (Uma contribuição aos estudos da economia atlântica no século XVIII), São Paulo, 1972, (exemplar mimeografado), pág. 336.

reiro. A pré-revolução industrial se inicia na Inglaterra.

1640-1660 (negativo): Fim da guerra dos Trinta Anos. Paz de Westphalia e dos Pirineus. Revolução. Revés dos holandeses no Brasil. Revés dos europeus no Japão.

1660-1670 (positivo): Reconstrução após a guerra. Política de Colbert. Desenvolvimento das Antilhas.

1670-1690 (negativo): Insuficiência de metais preciosos. Sistema bancário insuficiente. Guerras limitadas.

1690-1720 (positivo): Retomada das guerras. Criação do Banco da Inglaterra. Desenvolvimento das Antilhas. Primeiros descobrimentos de minerais no Brasil. O sistema de Law e seu homólogo na Inglaterra prolongam a prosperidade.

1720-1730 (negativo): Paz. Derrocada do sistema financeiro francês.

1730-1775 (positivo): Exploração do ouro brasileiro; depois, após 1760, a prata mexicana. A revolução agrícola triunfa. Progresso e difusão das máquinas a vapor e têxteis, ao menos da Inglaterra. Desenvolvimento do capitalismo industrial. Guerra de Sucessão da Áustria Guerra dos Sete Anos.

1775-1792 (negativo): Baixa da produção de metal precioso. Perda das Treze Colônias pela Inglaterra. Período de relativa paz. Crise da indústria inglesa sob o efeito do progresso técnico. Pré-revolução industrial na França.

1792-1815 (positivo): Guerras da Revolução e do Império. Desenvolvimento do capitalismo anônimo na Inglaterra.

1815-1850 (negativo): Paz. Crise de transformação da indústria francesa pela máquina a vapor. Desenvolvimento do capitalismo patrimonial-industrial na França. Investimentos ingleses nas estradas de ferro e na construção de navios a vapor na Inglaterra; depois, na Índia; comércio na América Latina.

1850-1873 (positivo): Descoberta de minas de ouro na Califórnia e Austrália. Guerras do Segundo Império. Expansão na África. Desenvolvimento das estradas de ferro e do capitalismo anônimo na França.

3. A Conjuntura de Curta Duração do Fim do século XVIII e Início do século XIX.

A conjuntura de curta duração (123), dentro da qual se enquadra o nosso tema, tem por limites, grosso modo, a última década do século XVIII e a segunda parte da segunda década do século XIX e se insere num movimento de alta, de caráter inter-decenal (124). Este interciclo, na linguagem de Labrousse, tem o seu ponto de partida na data de 1790, reconhecida como marco decisivo de viragem rumo à conjuntura do século XIX (125).

Abordando-se o problema num prisma nacional, percebe-se que ela tem validade na história da Inglaterra, pois há um período bem caracterizado entre 1790 e 1815 na economia inglesa(125). O mesmo se pode dizer para a economia francesa (126) e americana (127).

Na Inglaterra e na França, dentro desta conjuntura de prosperidade, ocorreram várias crises de menor duração.

Na França, de 1798 a 1801, houve uma deflação severa e

---

(123) - "Le court terme économique, pour reprendre une expression de Pierre Vilar à Stockholm, serait 'Historiquement plus efficace' que le long terme. Le fait est que le court terme économique révèle brusquement les déséquilibres et les tensions", J. Bouvier, "Histoire Sociale et Histoire Économique", in L'Histoire Sociale,Sources et Méthodes, Paris, 1967, pág. 241.

(124) - "Ainsi le point de départ de la hausse parait, d'après ce que nous avons vu, être en Angleterre antérieur à 1790,et de même en France; pour l'Amérique, nous ne savons pas au juste", F. Simiand, Recherches Anciennes & Nouvelles sur Mouvement Général des Prix du XVIe au XIXe Siècle, Paris, 1932, pág. 264.

(125) - W.W. Rostow, British Economy of the Nineteenth Century , Oxford, 1949, pág. 7.

(126) - F. Mauro, Histoire de l'Économie Mondiale, Paris, 1971 , pág. 3.

(127) - Cf. J. Bullock e H. L. Mocoleau, "Foreing Trade and the Business Cycle", The Review of Economic Statistics, Vol. XIII, 1931, pág. 138 e segs.; F. A. Shannon, America's Economic Growth, 5ª Ed., New York, 1947, pág. 170.

estagnação econômica. De 1801 a outubro de 1805, progresso sensível, com um hiato desfavorável em 1802 e 1803. De outubro de 1805 a julho de 1807, crise e depressão econômica diretamente relacionada aos eventos políticos. De julho de 1807 a setembro de 1810, grande prosperidade econômica. De setembro de 1810 a maio de 1814, crise de depressão, reflexo parcial do estado de insegurança política. Maio de 1814 a julho de 1816, poderoso desenvolvimento de toda a economia francesa. De janeiro de 1816 em diante, cresce a depressão geral (128).

Na Inglaterra, a evolução da conjuntura durante as guerras napoleônicas é muito difícil de definir, porque as conjunturas de guerra se confundem com as conjunturas industriais. A declaração de guerra de 1793 foi seguida por uma crise grave. Em 1797, a crise se repetiu, repercutindo internacionalmente, caracterizada por uma corrida aos bancos, que obrigou a Inglaterra a abandonar o padrão ouro, que somente reapareceria em 1821. Esta crise está relacionada às dificuldades sociais e políticas, especialmente aos motins da marinha e à paz em separado que as nações coligadas concluiram com a França. A depressão subsistiu até 1802, no comércio e na indústria, tendo sido a conjuntura de paz que se seguiu de curta duração. O sistema continental exerceu uma influência restritiva sobre a atividade econômica desde 1805. Mas com os anos de 1809 e 1810 seguiu-se uma conjuntura de inflação, alta de preços e especulação. Durante o verão de 1810, esta evolução foi interrompida por uma crise à qual se sucedeu uma profunda queda dos preços, e uma depressão aguda na indústria, seguindo-se agitações sociais. De 1812 a 1815, deu-se novo aumento das atividades econômicas, principalmente da indústria e a alta de preços devia-se à perspectiva da vitória, que, ao acontecer, não passou de uma onda rápida de especulação, seguida por uma grave depressão. (129)

Em Portugal, após o desencadeamento da crise do ouro brasileiro e do comércio colonial, verifica-se novo surto manufatureiro e outra arrancada comercial. De fato, aproveitando-se da conjuntura política favorável, "vai abrir-se um novo ciclo do comércio da

---

(128) - A. Chabert, Éssai sur les Mouvements des Revénus et de l'Activité Économique en France de 1798 a 1820, Paris, 1949, pag. 422.

(129) - J. Akerman, Estructuras y Ciclos Económicos, Trad. Esp., Madrid, 1960, pag. 233.

China e da Índia, do algodão e do arroz do Brasil, das manufaturas da metrópole" (130).

Os cereais ensaiam uma alta, limitada primeiro, acelerada depois. A arrancada começa entre 1788-1790, seguida de uma baixa que se iniciaria entre 1811-1812 (131).

O excelente estudo de V. M. Godinho, ilumina os detalhes. Os preços começam a ascensão nesta seqüência:

1779 : Centeio em Bragança
1781 : Lenha no Porto
1782 : Linho no Porto
Aceleração do centeio e do milho no Porto
Vinho em Bragança
1783 : Óleo de Oliva no Porto
1784 : Vinho no Porto
1785 : Milho e óleo de oliva em Lisboa
1787 : Trigo em Évora
1788 : Milho e Centeio no Porto
1789 : Milho e arroz em Lisboa e Setúbal (ou 87 ou 88 ?)
Milho no Porto
1790 : Frangos no Porto
1792 : Cevada em Lisboa e Manteiga no Porto
1800 : Vinho no Porto (segunda alta)
1804 : Sal em Setúbal

A tendência convergente à baixa tem início em 1808, e obedece à seguinte seqüência:

1808 : Milho em Lisboa
1809 : Trigo em Évora e em Setúbal
1811 : Arroz em Lisboa
1812 : Centeio em Bragança
Trigo no Porto
Centeio em Lisboa

==========

(130) - V. M. Godinho, "Portugal, as frotas do açúcar e as frotas do ouro (1670-1770)", Revista de História, Vol. IV, nº 15, 1953, pág. 87.

(131) - A. Silvert, "Contribuition à l'étude du mouvement du prix de céréales à Lisbonne (du milieu du 18ème au milieu du 19ème siècle)", Revista de Economia, Vol. VI, nº 2, 1953, pág. 73.

1813 : Trigo em Lisboa e São Miguel
Vinho em Bragança
1814 : Óleo de oliva em Lisboa e no Porto
Frangos e carneiros no porto
1815 : Milho no Porto
1816 : Vinho, cevada, lenha, salário rural no Porto
1817 : Aluguel do par de bois no Porto
1818 : Sal em Setúbal
1819 : Manteiga no Porto

(132)

Portugal, por estes índices, enquadra-se perfeitamente na conjuntura mundial. Tanto, que foi a pressão dos preços mundiais - que comandaram os preços portugueses (133).

Como responderiam os preços brasileiros a estas induções emanadas do mercado internacional, ainda mais "que apesar das guerras, do bloqueio continental, e obstáculos de toda espécie, o mesmo espírito de empresa e de especulação observava-se na França e na - Inglaterra de 1805 a 1810. O Brasil e a América espanhola substituiram até certo ponto, os mercados da Europa fechados; sociedades se formaram para explorá-los" (134).

A mesma tendência para alta dos preços ocorreria aqui como em Portugal ? Haveria correspondência cronológica, nas séries, dos produtos brasileiros com os portugueses ? Quais os produtos que - mais acompanharam a pressão mundial e quais os que se mostraram - mais imunes ? Que repercussões tiveram as flutuações nas regiões - brasileiras ? Como se comportaram os preços dos produtos coloniais em relação aos estrangeiros ? Continuaram a ter a mesma diferença que permitia a lucratividade comercial lusitana ? Ou houve mudanças? Em benefício de quem ?

Todas estas questões, procuraremos respondê-las nos capítulos que seguem.

---

(132) - V. M. Godinho, Prix et Monnaies au Portugal, Paris, - 1955, págs. 195-196.

(133) - V. M. Godinho, Prix et Monnaies au Portugal, Paris, - 1955, pág. 208.

(134) - C. Juglar, "Des Crises Commerciales et de leurs retour périodique en France, en Angleterre et aux États-Unis", 2ª Ed., Paris, 1889, pág. 257.

CAPÍTULO III

ANÁLISE DA CONJUNTURA: AS REGIÕES BRASILEIRAS

I. ANÁLISE GERAL DAS REGIÕES BRASILEIRAS NO COMÉRCIO COLONIAL.

1. A Divisão Tradicional das Regiões Brasileiras

A divisão administrativa do Brasil nos fins do século XVIII, ao iniciar-se o governo direto do Príncipe-Regente D. João, era a seguinte:

Capitanias Gerais

1. Grão-Pará
2. Maranhão
3. Pernambuco
4. Bahia de Todos os Santos
5. Minas Gerais
6. Goiás
7. Mato Grosso
8. Rio de Janeiro
9. São Paulo

Capitanias Subalternas

1. São José do Rio Negro
2. Piauí
3. Ceará (autônomo desde 1799)
4. Rio Grande do Norte
5. Paraíba (autônomo desde 1799)
6. Santa Catarina
7. Espírito Santo
8. Rio Grande de São Pedro (elevada a Capitania Geral em 1807, como São Pedro do Rio Grande do Sul) (1).

Uma certa especialização econômica destas capitanias transparece nos produtos levados pelas frotas para Portugal, o que levou V. M. Godinho a fazer a seguinte distinção regional, segundo um critério econômico: "Há a frota do Rio de Janeiro que traz ouro

---

(1) - H. Vianna, História do Brasil, 4ª Ed., São Paulo, 1966, Tomo II, pags. 126-127.

e também as piastras de Buenos Aires e os couros das colônias espanholas do Sul; mas é sobretudo o ouro que interessa. - Há a frota - da Bahia que traz o açúcar, o tabaco e o pau-brasil. - Há a frota - de Pernambuco que é, de preferência, a da madeira para as construções navais e o mobiliário e que se torna também, no século XVIII, cada ano que passa, mais nitidamente uma frota do açúcar, o que não acontecia na segunda metade do século XVII. Finalmente, há as frotas do Norte, as frotas do Grão-Pará e do Maranhão, a que se pode chamar as 'frotas do cacau' enquanto se não tornam também, durante a segunda metade do século XVIII, 'frotas de algodão' -" (2).

Ainda segundo um critério econômico, C. Prado Junior distingue vários setores que compõem a atividade econômica variável :- "grandes lavouras tropicais, a cana-de-açúcar, o tabaco, o anil, o algodão, ao longo do litoral; aquelas primeiras mais próximas do mar, a última um pouco mais arredada para o interior; a colheita de produtos naturais (sobretudo o cacau) no Extremo-Norte; a mineração do ouro e dos diamantes no Centro-Sul; a pecuária no sertão do Nordeste e no Extremo-Sul"(3).

A integração econômica dessas regiões era precária. Em geral, as comunicações são externas, com Portugal, através de frotas. Contudo, um esquema de inter-ligações se delineia no século XVIII, e que envolve basicamente três áreas internas e uma externa: Marinha, Minas, Sertão, Metrópole-Costa da África. O fluxo das relações obedece à seguinte orientação de sentido: a região das Minas e do Sertão trocam ouro por gado. O Sertão remete gado-ouro para a Marinha e recebe manufaturas-escravos. As Minas enviam ouro-diamantes para a Marinha e recebem manufaturas-escravos. Ao nível da marinha, via navegações de cabotagem, transitam gêneros agrícolas de subsistência, principalmente o xarque. Gêneros tropicais-ouro-diamantes são remetidos para a Metrópole e Costa d'África, que recompensa em escravos e manufaturas (4). Delineia-se claramente uma

---

(2) - V. M. Godinho, "Portugal, as frotas do açúcar e as frotas do ouro", Revista de História, Vol. IV, nº 15, 1953, págs. 82 - 83.

(3) - C. Prado Júnior, História Econômica do Brasil, 6ª Ed., São Paulo, 1961, pág. 104.

(4) - C. Prado Júnior, Formação do Brasil Contemporâneo, 6ª Ed., - São Paulo, 1961, pág. 233.

grande divisão: a marinha e o sertão (5).

"Observada em conjunto,a economia brasileira se apresentava como uma constelação de sistemas em que alguns se articulavam entre si e outros permaneciam praticamente isolados" (6). Os dois núcleos principais dessa articulação era a economia açucareira e mineira. Ao núcleo açucareiro ligava-se a pecuária nordestina. Ao núcleo mineiro ligava-se o interior pecuário sulino, que ia de São Paulo ao Rio Grande. Os dois núcleos principais ligavam-se frouxamente através do Rio São Francisco, por meio da pecuária nordestina que buscava a região das Minas. No norte se encontravam o Maranhão e o Pará como dois centros autônomos. O Maranhão ainda mantinha alguma relação com o núcleo açucareiro através da pecuária. O Pará, entretanto, mantinha-se realmente isolado, dependendo da economia extrativa vegetal. Recompondo, então, teríamos: a região açucareira, a região mineira e o Maranhão, interligando-se superficialmente através do interior pecuário (7).

O núcleo dinamizador desta integração era a região mineira, pois, através de seus efeitos indiretos,permitiu que se articulassem as diferentes regiões do sul,do norte e do nordeste do país (8).Esta afirmação é particularmente válida quanto à integração da região sulina ao núcleo mineiro através do 'ciclo' do muar (9).

Como resultado desta integração econômica propiciada pela dinâmica do ouro, "intensificou-se grandemente o intercâmbio com a África, o qual exigiu notável incremento da indústria da navegação e da produção de tabaco e aguardente" (10). Para além disso, o cres

---

(5) - Cf. H. Marçal, Marinha e Sertão, Rio de Janeiro, 1966, pág. 65 e segs.

(6) - C. Furtado, Formação Econômica do Brasil, 5ª ed., Rio de Janeiro, 1963, pág. 110.

(7) - C. Furtado, Formação Econômica do Brasil, 5ª ed., Rio de Janeiro, 1963, págs. 110-111.

(8) - Idem, Ibidem, pág. 95.

(9) - Cf. M.E. Austregésilo, "Estudo sobre alguns tipos de transporte no Brasil Colonial", Revista de História, Vol. I, nº 4, 1950, pág. 501 e segs.; Cf. A.Ellis Júnior, "O Ciclo do Muar", Revista de História, Vol. I, nº 1, 1950, pág. 73 e segs.

(10) - M. Zemella, O Abastecimento da Capitania das Minas Gerais no século XVIII, São Paulo, 1951, pag. 264.

cimento do poder aquisitivo intensificou a importação, estimulando o progresso das cidades portuárias que serviam de entreposto comercial para o abastecimento das Minas (11).

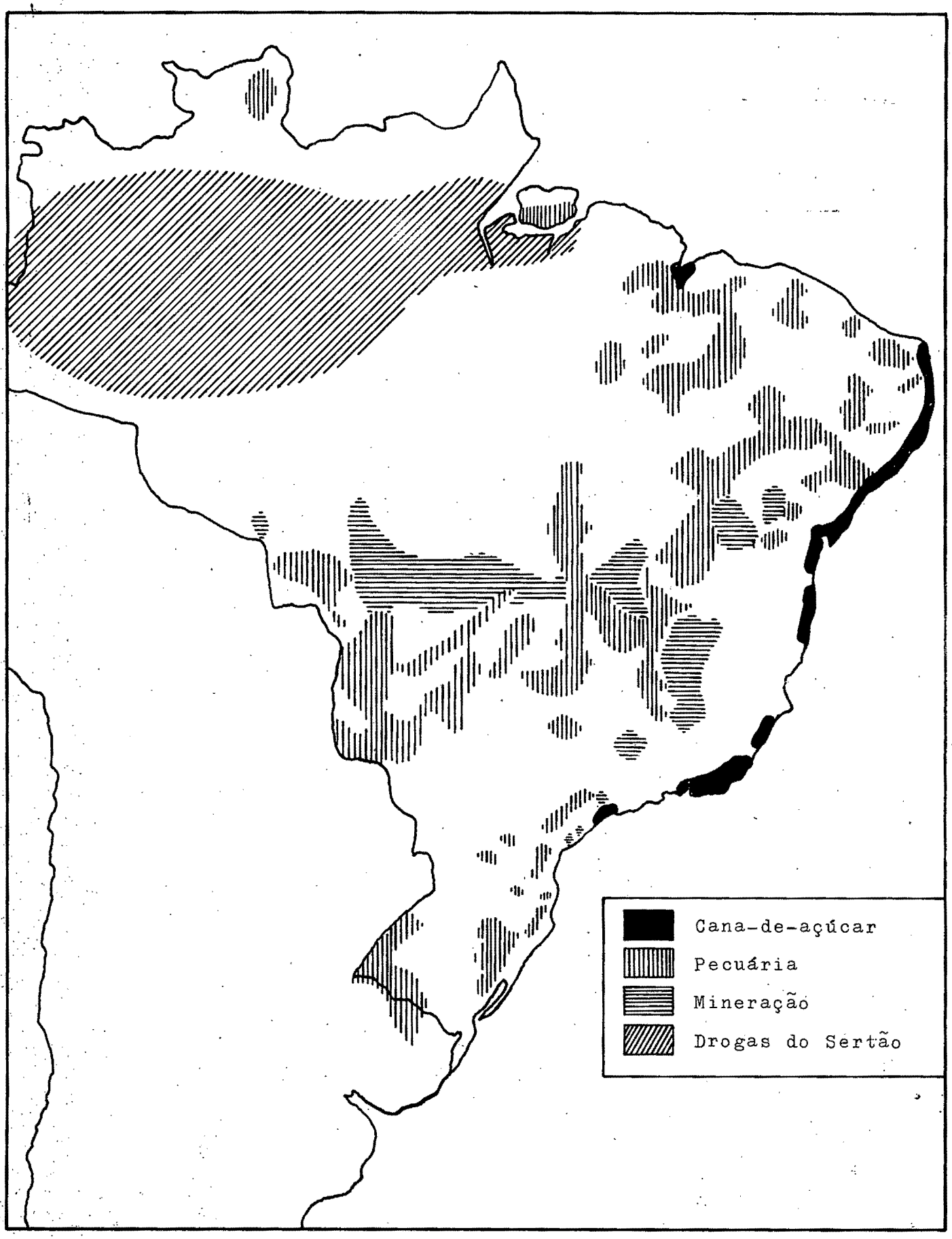
Foi exatamente nos fins do século XVIII e inícios do século XIX que os grandes movimentos comerciais dinamizaram a economia portuguesa, a ponto de formar um mercado nacional único, que não existia antes de 1790 (12). Guardadas as devidas proporções, poderíamos dizer a mesma coisa para o Brasil, na medida em que, exatamente neste período, o Brasil apresenta já uma certa integração - interior, o que não pode ser referido como um mercado interno brasileiro, mas que é o primeiro passo para sê-lo. É, entretanto, um momento prévio e fundamental de interligação das partes que permitiriam a integração do todo.

==========

(11) - Idem, Ibidem, pág. 263.

(12) - V. M. Godinho, Prix et Monnaies au Portugal 1750-1850, Paris, 1955, pág. 195.

MAPA ECONÔMICO DO BRASIL NO SÉCULO XVIII



2. As Regiões Brasileiras no Comércio Colonial

Tomando-se agora por base a participação das várias regiões brasileiras no comércio de importação e exportação, teríamos a seguinte hierarquização:

1º Grupo: Rio de Janeiro, Bahia e Pernambuco;
2º Grupo: Maranhão e Pará;
3º Grupo: Santos, Paraíba e Ceará

Uma análise da posição das regiões brasileiras no comércio de importação, isto é, da metrópole para a colônia, de acordo com o gráfico e tabela nº 1, levar-nos-ia a uma série de conclusões há uma constante na posição das regiões brasileiras no comércio de importação; a preponderância do Rio de Janeiro é marcante; nota-se um equilíbrio e alternância de posição entre a Bahia e Pernambuco; Santos, Paraíba e Ceará conservam sempre as últimas posições; o Maranhão e o Pará formam um binômio sempre fixo na quarta e quinta posições, respectivamente; até o ano de 1803, a posição das várias regiões é fixa, após o que há alternância entre o Rio de Janeiro e a Bahia, no topo da escala e entre Paraíba e Santos, nos últimos postos; de 1804 em diante, a Bahia e Pernambuco trocam de posição, passando Pernambuco para o segundo lugar e a Bahia para o terceiro posto; de 1805 em diante, a Bahia e Pernambuco trocam de posição todos os anos até 1809, quando Pernambuco se define em segundo lugar e a Bahia em terceiro.

A análise da posição das regiões brasileiras no comércio de exportação, isto é, da colônia para a metrópole, tendo por base o gráfico e a tabela nº 2, conduz-nos às seguintes conclusões: novamente, a posição preponderante pertence ao Rio de Janeiro; a ordem das posições é a mesma da importação: Rio de Janeiro, Bahia e Pernambuco, Maranhão, Pará, Santos, Paraíba, e Ceará; até 1803, esta hierarquização é constante, com apenas duas exceções, ou seja, o Rio de Janeiro começa o período em segundo lugar, tendo a Bahia em primeiro plano, tendo em 1798 o Rio de Janeiro subido para o primeiro lugar, que conservaria até 1804, perdendo-o então para Pernambuco, para novamente recuperá-lo em 1807; a ascensão de Pernambuco começara em 1803, ocupando o segundo lugar em substituição à Bahia no ano de 1804, chegando mesmo ao primeiro lugar em 1805, para retornar ao segundo posto em 1806; ao contrário de Pernambuco, a Bahia tem o

signo da descensão, pois começara o período em primeiro lugar, - 1796 e 1797, passou para o segundo lugar em 1803 e finalizou em terceiro lugar; Maranhão e Pará ocupam nas exportações os mesmos lugares que tinham na importação; respectivamente, o quarto e o quinto lugar; em 1807, deu-se uma reviravolta completa, o que define esta data como marco final do período, muito mais claramente delineado neste movimento de exportação do que no movimento de importação; a Bahia ocupa o primeiro lugar em 1808, o Rio de Janeiro desceu ruidosamente para o quarto lugar e Pernambuco deslisou para a quinta posição, subindo o Maranhão para o segundo lugar e o Pará para a terceira colocação; após o cataclisma do ano de 1808, retornam as regiões brasileiras às antigas posições, demonstrando que o mal passageiro não alterara efetivamente a importância relativa de cada uma das regiões brasileiras no comércio português.

Consideramos agora a participação absoluta das regiões - brasileiras no comércio de importação, apoiados no gráfico e tabela nº 3.

Tomando-se o ano de 1796 como ponto de partida, o movimento de importação da colônia em relação à metrópole cresce em todas as regiões brasileiras nos anos de 1797 e 1798. Neste ano, a tendência ascendente é menos acentuada na Bahia, chegando mesmo a ser levemente descendente no Rio de Janeiro.

O ano de 1799 marcou o ponto mais alto das importações efetuadas pela colônia. Em 1796, as importações tinham atingido a cifra de 6.982 contos. Em 1799, o de maior volume das importações - coloniais em todo o período, a cifra chegou a 15.800 contos, quer dizer, mais do que duplicou. Em 1800 começou a declinar, para não parar mais. Neste ano já havia caído para 9.432 contos. Estas cifras confirmam a excepcionalidade do ano de 1799 no que tange às importações coloniais. No ano de 1801, veio uma leve recuperação, para uma nova inflexão geral em 1802, com exceção da Bahia, que conseguiu manter o nível médio das importações em relação ao ano anterior. Uma leve recuperação em 1804, e, daí para a frente, a descida geral. De fato, o movimento global que atingira, no seu melhor momento, 15.800 contos, desceu à insignificância de 1.511 contos em 1808. Em 1809, recuperou-se razoavelmente, chegando a 3.437 contos, para cair nos anos seguintes, sem jamais recuperar o significado - que tivera nos anos mais prósperos.

Observando-se o movimento comercial de importação numa - perspectiva mais ampla, nota-se a tendência para uma espécie de

ciclo interanual, alternativo de ascensão e descensão do movimento de importação, muito mais nítido no Rio de Janeiro do que nas outras regiões brasileiras, especialmente até o ano de 1804. O ciclo mais intenso aqui talvez se explique pela maior importância econômica desta região.

Quanto à participação absoluta das regiões brasileiras no comércio de exportação, com base no gráfico e tabela nº 4, temos estas observações: o que chama a nossa atenção mais insistentemente - neste gráfico é a profunda inflexão ocorrida no ano de 1797. O movimento de importação, que atingiu em 1796 a 11.474 contos (redondo), baixou mais da metade, caindo para 4.258 em 1797. No ano de 1798, deu-se uma recuperação igualmente excepcional, pois voltou a importação a valer 10.816, crescendo nos anos seguintes. Em 1799, a recuperação é geral, com exceção do Rio de Janeiro, com tendência - levemente descendente, ocorrendo o inverso em 1800, quando o Rio de Janeiro sobe,os demais caem. Todos voltam a subir em 1801, quando - foi atingido o ponto máximo das exportações coloniais para a metrópole, orçando as exportações em 14.776 contos. Nestas flutuações, percebe-se que o Rio de Janeiro nem sempre segue a tendência geral, funcionando muitas vezes no sentido inverso ao do movimento geral. De 1801 para 1802, a redução é sensível; passou para 10.353 - contos. O movimento oscila em torno desta cifra nos dois anos seguintes, para nova escalada das exportações coloniais em 1805; que se eleva ainda mais em 1806, quando se aproxima do momento máximo - atingido em 1801. Estas exportações ainda se mantêm elevadas em - 1807 (13.927 contos), quando veio a ruína total em 1808. Neste ano, as exportações não ultrapassaram 546.930 mil réis. A recuperação no ano seguinte de 1809 foi bem mais sensível do que a constatada para o movimento de importação, pois subiu a 4.819 contos. Mas, daí para a frente, tenderia a crescer.

De modo geral, desconsiderando-se o escavado da onda do ano de 1797, o movimento é crescente até 1801, seguindo-se uma inflexão e uma recuperação até 1805, mantendo-se um planalto até 1807.

Comparando-se o movimento de importação e exportação colonial, gráficos e tabelas nº 3 e 4, percebemos que: os ciclos interanuais aparecem em ambos os movimentos; as curvas oscilam mais ou menos com o mesmo perfil, salientando-se duas flutuações bruscas; uma para o alto, nas importações (1799) e outra para baixo, na exportação (1797). Enquanto as importações caem lentamente desde 1799 até 1808, as exportações mantêm o nível elevado e mesmo crescente, até 1807.

Passamos à análise das regiões brasileiras no comércio de importação e exportação, destacando agora a participação porcentual, demonstrada anualmente nos gráficos e tabelas nºs 5 e 6 e para o período todo (1796-1807) nos gráficos e tabelas nºs 7 e 8.

Estes gráficos e tabelas têm a vantagem de tornar mais evidente as demonstrações já constatadas na análise dos gráficos e tabelas que trazem a participação absoluta. Se estes são mais preciosos e portanto indispensáveis, os gráficos e tabelas porcentuais facilitam o trabalho do analista, são mais significativos. Para o nosso objetivo, ainda mais significativo é o gráfico que corresponde ao período analisado, porque marca com eficiência o destaque que cada uma das regiões brasileiras tem no contexto da economia colonial brasileira.

Note-se que, realmente, Santos, Paraíba e Ceará são estatisticamente desprezíveis no conjunto, pois representam 0,5 % nas importações da colônia e 0,8 % nas exportações. As demais regiões - têm uma participação porcentual já esperada. A preponderância cabe efetivamente ao Rio de Janeiro, tanto na importação (38,1 %), quanto na exportação (34,2 %). A Bahia fica com o segundo lugar na importação (27,1 %) e na exportação (26,4 %). O terceiro lugar é de Pernambuco, nas importações (21 %) e nas exportações (22,7 %). O Maranhão importou apenas 8,7 % do total e o Pará, 4,6 %. Respectivamente, exportaram 11,7 % e 4,2 %, o que lhes confere as posições já salientadas na análise dos gráficos e tabelas anteriores, isto é, o quarto e o quinto lugares.

POSIÇÃO DAS REGIÕES BRASILEIRAS NO COMÉRCIO DE IMPORTAÇÃO

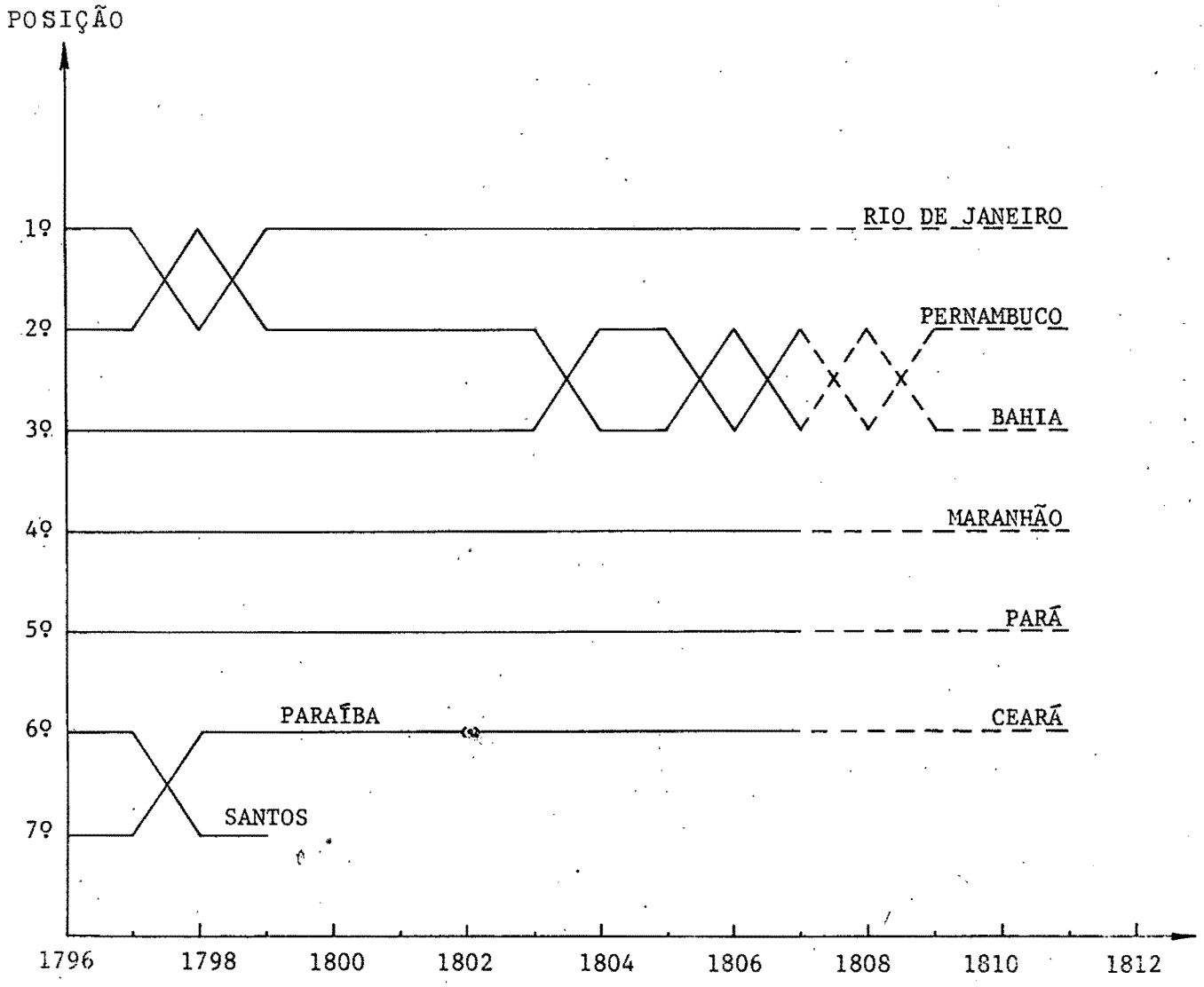


Gráfico I

POSIÇÃO DAS REGIÕES BRASILEIRAS NO COMÉRCIO DE IMPORTAÇÃO

PERÍODO: 1796 - 1811

POSIÇÃO	1796	1797	1798	1799	1800
1º	R.JANEIRO 2.474.170$036	R.JANEIRO 3.721.268$306	BAHIA 3.509.894$391	R.JANEIRO 6.574.672$263	R.JANEIRO 4.080.456$444
2º	BAHIA 2.069.637$404	BAHIA 2.734.082$845	R.JANEIRO 3.413.346$404	BAHIA 3.818.301$438	BAHIA 2.305.920$457
3º	PERNAMBUCO 1.383.924$447	PERNAMBUCO 1.270.271$886	PERNAMBUCO 2.303.991$886	PERNAMBUCO 3.368.500$776	PERNAMBUCO 1.733.479$205
4º	MARANHÃO 634.599$945	MARANHÃO 461.998$441	MARANHÃO 781.141$659	MARANHÃO 1.371.592$453	MARANHÃO 812.744$499
5º	PARÁ 330.464$055	PARÁ 226.447$931	PARÁ 611.163$298	PARÁ 565.109$863	PARÁ 418.379$989
6º	SANTOS 47.280$539	SANTOS 72.294$405	PARAÍBA 31.854$854	PARAÍBA 69.961$642	PARAÍBA 72.176$050
7º	PARAÍBA 42.279$822	PARAÍBA 39.416$279	SANTOS 16.785$217	SANTOS 32.800$120	

Tabela I

POSIÇÃO DAS REGIÕES BRASILEIRAS NO COMÉRCIO DE IMPORTAÇÃO

PERÍODO: 1796 - 1811

1801	1802	1803	1804	1805
RR.JANEIRO	R.JANEIRO	R.JANEIRO	R.JANEIRO	R.JANEIRO
5.331.627$420	3.578.882$219	3.493.084$169	3.959.016$724	3.150.423$183
BAHIA	BAHIA	BAHIA	PERNAMBUCO	PERNAMBUCO
2.985.400$240	2.505.947$169	3.041.761$931	2.879.654$646	2.613.553$907
PERNAMBUCO	PERNAMBUCO	PERNAMBUCO	BAHIA	BAHIA
1.377.442$410	2.361.565$909	1.779.894$503	2.857.922$545	2.340.342$720
MARANHÃO	MARANHÃO	MARANHÃO	MARANHÃO	MARANHÃO
777.840$622	1.142.749$747	1.186.695$369	977.602$919	753.619$419
PARÁ	PARÁ	PARÁ	PARÁ	PARÁ
194.394$695	537.953$157	409.695$684	645.093$070	625.614$527
PARAÍBA	PARAÍBA	CEARÁ	CEARÁ	CEARÁ
13.354$380	24.562$034	17.373$196	63.989$120	21.702$240

Tabela 1

POSIÇÃO DAS REGIÕES BRASILEIRAS NO COMÉRCIO DE IMPORTAÇÃO

PERÍODO: 1796 - 1811

1806	1807	1808	1809	1810	1811
R.JANEIRO	R.JANEIRO	R.JANEIRO	R.JANEIRO	R.JANEIRO	R.JANEIRO
3.015.506$966	2.277.419$299	1.585.044$543	1.111.948$700	925.898$555	917.959$110
BAHIA	PERNAMBUCO	BAHIA	PERNAMBUCO	PERNAMBUCO	PERNAMBUCO
2.110.468$965	2.074.406$628	384.694$579	940.562$760	742.794$351	874.950$720
PERNAMBUCO	BAHIA	PERNAMBUCO	BAHIA	BAHIA	BAHIA
1.788.795$289	1.792.214$226	336.213$255	850.507$824	715.847$020	537.125$270
MARANHÃO	MARANHÃO	MARANHÃO	MARANHÃO	MARANHÃO	MARANHÃO
831.600$767	527.366$870	133.655$931	330.267$710	391.687$470	346.286$490
PARÁ	PARÁ	PARÁ	PARÁ	PARÁ	PARÁ
652.559$302	266.898$521	69.623$030	160.001$592	156.300$511	153.724$230
CEARÁ	CEARÁ	CEARÁ	CEARÁ	CEARÁ	CEARÁ
27.166$610	14.651$910	1.956$740	24.446$505		2.720$000

Tabela 1

POSIÇÃO DAS REGIOÕES BRASILEIRAS NO COMÉRCIO DE EXPORTAÇÃO

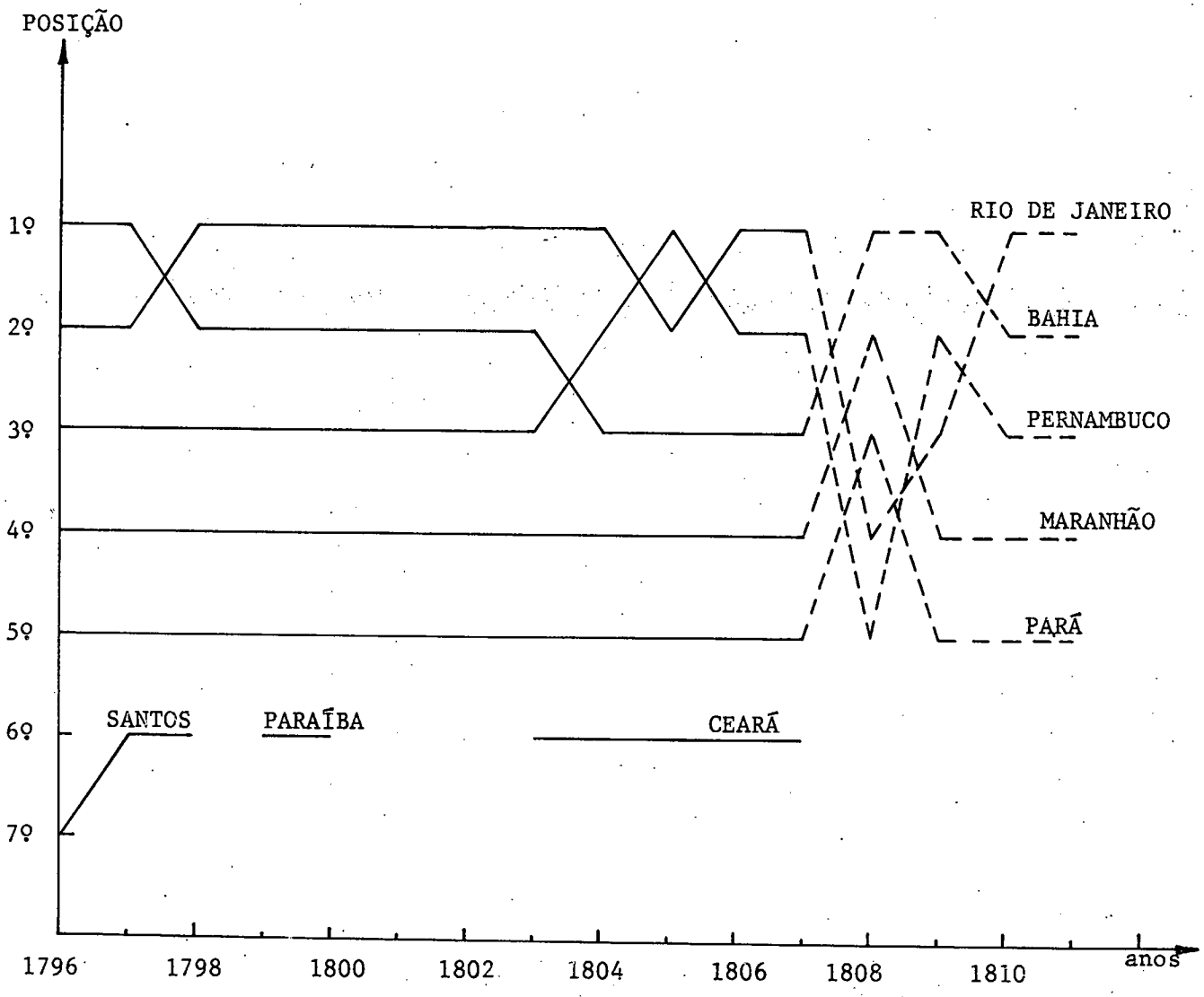


Gráfico 2

POSIÇÃO DAS REGIÕES BRASILEIRAS NO COMÉRCIO DE EXPORTAÇÃO

PERÍODO: 1796 - 1811

PPOSIÇÃO	1796	1797	1798	1799	1800
1º	BAHIA 3.960.500$062	BAHIA 1.660.843$705	R.JANEIRO 4.717.688$282	R.JANEIRO 4.525.553$470	R.JANEIRO 4.840.455$180
2º	R.JANEIRO 3.702.181$721	R.JANEIRO 915.718$453	BAHIA 2.863.365$114	BAHIA 4.002.306$053	BAHIA 2.640.773$886
3º	PERNAMBUCO 2.250.368$333	PERNAMBUCO 849.707$127	PERNAMBUCO 1.689.624$352	PERNAMBUCO 2.647.107$100	PERNAMBUCO 2.269.786$200
4º	MARANHÃO 1.055.355$510	MARANHÃO 552.229$335	MARANHÃO 844.545$100	MARANHÃO 835.543$473	MARANHÃO 1.956.043$840
5º	PARÁ 297.429$722	PARÁ 255.506$350	PARÁ 381.320$280	PARÁ 447.594$843	PARÁ 628.494$650
6º	PARAÍBA 153.387$722	SANTOS 24.818$500	SANTOS 320.017$900	PARAÍBA 126.400$200	PARAÍBA 192.537$800
7º	SANTOS 55.641$458				

Tabela 2

POSIÇÃO DAS REGIÕES BRASILEIRAS NO COMÉRCIO DE EXPORTAÇÃO

PERÍODO: 1796 - 1811

1801	1802	1803	1804	1805	1806
R.JANEIRO	R.JANEIRO	R.JANEIRO	R.JANEIRO	PERNAMBUCO	R.JANEIRO
6.289.887$227	3.643.419$554	3.294.712$010	3.244.545$598	3.974.543$662	4.670.310$810
BAHIA	BAHIA	BAHIA	PERNAMBUCO	R.JANEIRO	PERNAMBUCO
3.503.054$984	2.619.791$591	2.914.221$114	2.914.349$945	3.960.238$153	3.817.755$582
PERNAMBUCO	PERNAMBUCO	PERNAMBUCO	BAHIA	BAHIA	BAHIA
3.335.042$515	2.294.841$800	2.503.609$890	2.699.631$956	3.735.851$599	3.284.684$868
MARANHÃO	MARANHÃO	MARANHÃO	MARANHÃO	MARANHÃO	MARANHÃO
1.353.996$640	1.378.064$307	1.898.138$665	1.807.497$525	1.583.827$365	1.527.719$040
PARÁ	PARÁ	PARÁ	PARÁ	PARÁ	PARÁ
294.725$183	417.127$689	717.111$370	512.315$554	646.907$222	785.928$941
		CEARÁ	CEARÁ	CEARÁ	CEARÁ
		4.497$620	21.582$280	47.290$600	67.362$650

Tabela 2

POSIÇÃO DAS REGIÕES BRASILEIRAS NO COMÉRCIO DE EXPORTAÇÃO

PERÍODO: 1796 - 1811

1807	1808	1809	1810	1811
R.JANEIRO	BAHIA	BAHIA	R.JANEIRO	R.JANEIRO
4.549.505$626	1.363.158$270	1.373.351$794	1.240.297$534	1.056.977$120
PERNAMBUCO	MARANHÃO	PERNAMBUCO	BAHIA	BAHIA
3.513.537$730	63.251$600	1.262.922$910	786.306$260	962.034$698
BAHIA	PARÁ	R.JANEIRO	PERNAMBUCO	PERNAMBUCO
3.412.013$030	61.280$260	776.712$579	769.996$100	879.254$660
MARANHÃO	R.JANEIRO	MARANHÃO	MARANHÃO	MARANHÃO
1.776.971$140	57.997$640	729.373$150	538.055$400	403.420$810
PARÁ	PERNAMBUCO	PARÁ	PARÁ	PARÁ
570.937$150	1.243$200	677.012$961	338.675$791	336.899$300
CEARÁ				
104.774$660				

Tabela 2

PARTICIPAÇÃO DAS REGIÕES BRASILEIRAS NO COMÉRCIO DE IMPORTAÇÃO

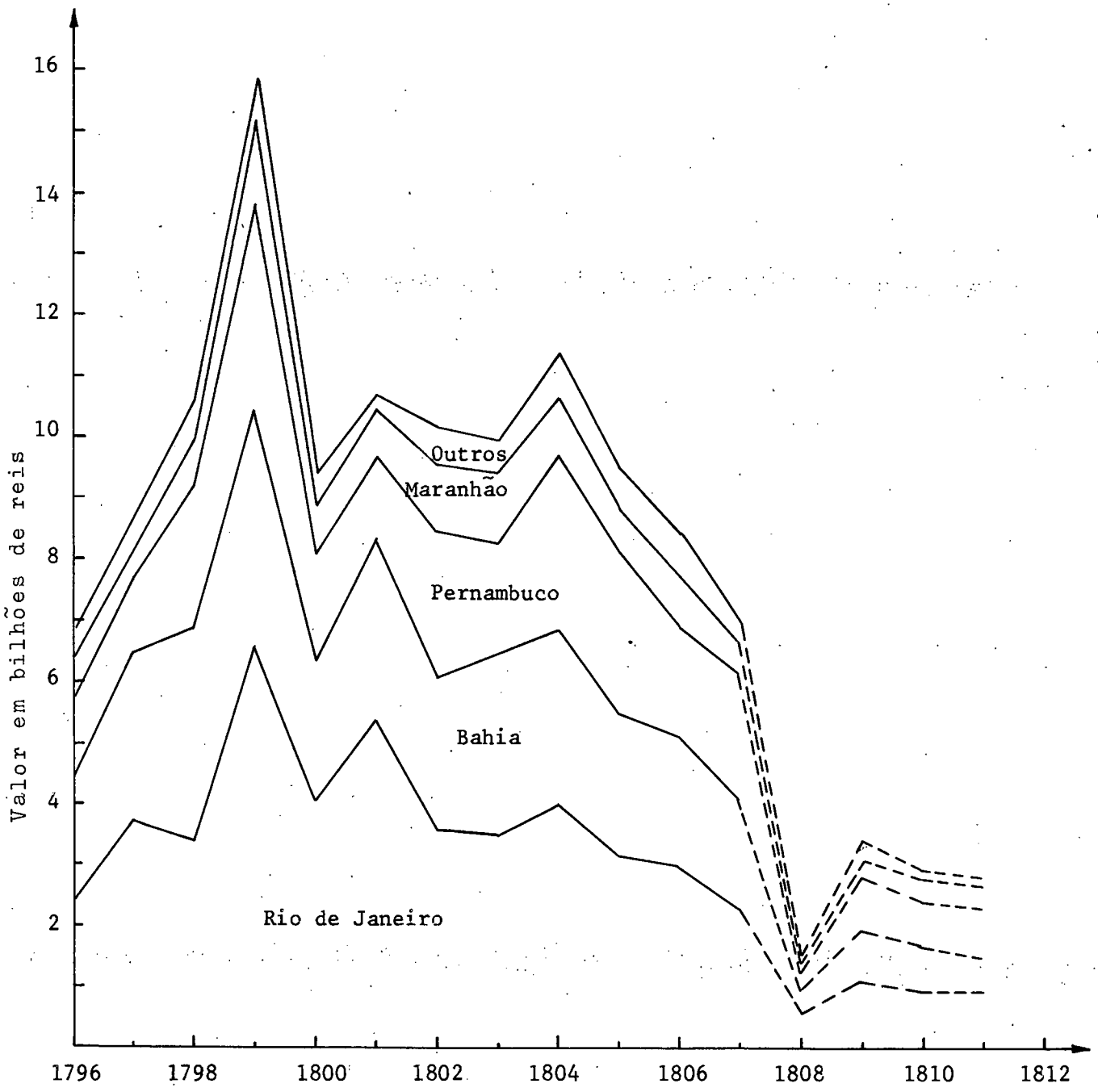


Gráfico 3

PARTICIPAÇÃO DAS REGIÕES BRASILEIRAS NO COMÉRCIO DE IMPORTAÇÃO

ANOS	RIO DE JANEIRO	BAHIA	PERNAMBUCO	MARANHÃO	PARÁ	PARAÍBA	SANTOS	CEARÁ	BRASIL
1796	2.474.170$036	2.069.637$404	1.383.924$447	634.599$945	330.464$055	42.279$822	47.280$539	----	6.982.356$248
1797	3.721.268$306	2.734.082$845	1.270.271$886	461.998$441	226.447$931	39.416$279	72.294$405	----	8.525.780$093
1798	3.413.346$404	3.509.894$391	2.303.991$562	781.141$659	611.163$298	31.854$854	16.785$217	----	10.668.177$385
1799	6.574.672$263	3.818.301$438	3.368.500$776	1.371.592$453	565.109$863	69.961$642	32.800$120	----	15.800.938$555
1800	4.080.456$444	2.305.920$437	1.733.479$205	818.744$499	418.379$989	75.176$050	----	----	9.432.156$624
1801	5.331.627$428	2.985.400$240	1.377.442$410	777.840$622	194.394$695	13.354$380	----	----	10.680.059$775
1802	3.578.882$219	2.505.947$169	2.361.565$909	1.142.749$747	537.953$157	24.562$034	----	----	10.151.660$235
1803	3.493.048$169	3.041.761$931	1.779.894$503	1.186.695$369	409.695$684	----	----	17.373$196	9.928.504$852
1804	3.959.016$724	2.857.922$545	2.879.654$646	977.602$919	645.093$070	----	----	63.989$120	11.383.279$024
1805	3.150.423$183	2.340.342$720	2.613.553$907	753.619$419	625.614$527	----	----	21.702$240	9.505.255$996
1806	3.015.506$966	2.110.468$965	1.788.795$289	831.600$767	652.559$302	----	----	27.166$610	8.426.097$899
1807	2.277.419$299	1.792.214$226	2.074.406$628	527.366$870	266.989$521	----	----	14.651$910	6.952.957$454
1808	585.044$543	384.694$579	336.213$255	133.655$931	69.623$030	----	----	1.956$740	1.511.188$078
1809	1.111.948$700	850.507$824	940.562$760	330.267$710	180.001$592	----	----	24.446$505	3.437.735$091
1810	925.989$555	715.847$020	742.794$351	391.687$490	156.300$511	----	----	----	2.932.527$927
1811	917.959$110	537.125$270	834.950$720	346.286$490	153.724$230	----	----	2.720$000	2.792.765$820
TOTAL	48.610.724$349	34.560.069$004	27.790.002$254	11.467.450$331	6.043.423$455	296.605$061	169.160$281	174.006$321	129.111.441$056

Tabela 3

PARTICIPAÇÃO DAS REGIÕES BRASILEIRAS NO COMÉRCIO DE EXPORTAÇÃO

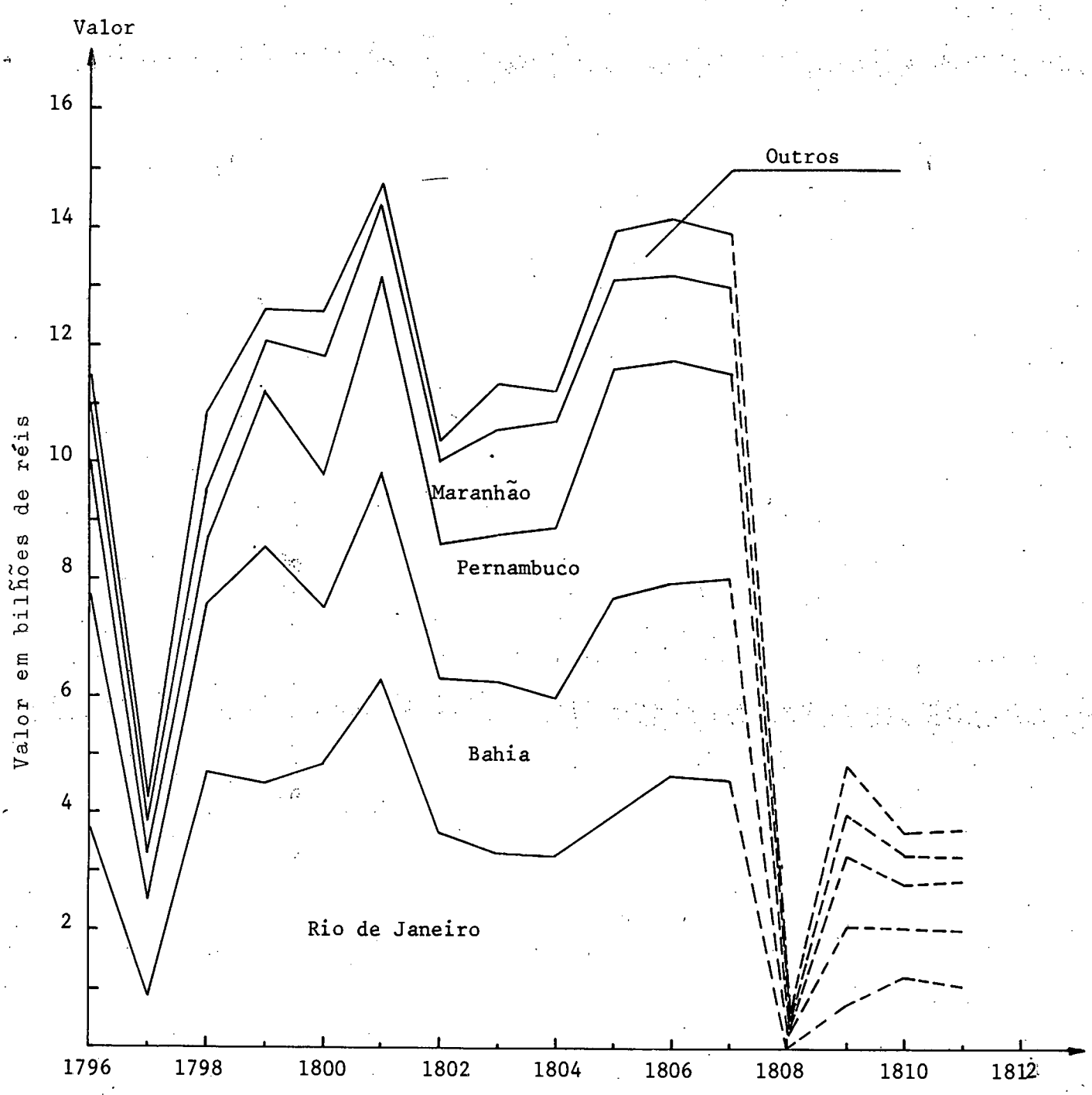


Gráfico 4

PARTICIPAÇÃO DAS REGIÕES BRASILEIRAS NO COMÉRCIO DE EXPORTAÇÃO

ANOS	RIO DE JANEIRO	BAHIA	PERNAMBUCO	MARANHÃO	PARÁ	PARAÍBA	SANTOS	CEARÁ	BRASIL
1796	3.702.181$721	3.960.500$060	2.250.368$333	1.055.355$510	297.429$127	153.387$722	55.641$458	----	11.474.863$931
1797	915.718$453	1.660.843$705	849.707$127	552.229$335	255.506$350	----	24.818$500	----	4.258.823$470
1798	4.717.688$282	2.863.365$114	1.689.624$352	844.545$100	381.320$280	----	320.017$900	----	10.816.561$028
1799	4.525.553$470	4.002.306$053	2.647.107$100	835.543$473	447.594$843	126.400$200	----	----	12.584.505$139
1800	4.840.455$180	2.640.773$886	2.269.786$200	1.956.043$840	628.494$650	192.537$800	----	----	12.528.091$556
1801	6.289.887$227	3.503.054$984	53.335.042$515	1.353.996$640	294.725$183	----	----	----	14.776.706$549
1802	3.643.419$554	2.619.791$581	2.294.841$800	1.378.064$307	417.127$689	----	----	----	10.353.244$931
1803	3.294.712$010	2.914.221$114	2.503.609$890	1.898.138$665	717.111$370	----	----	4.497$620	11.332.290$669
1804	3.244.545$598	2.699.631$956	2.914.349$945	1.807.497$525	512.315$554	----	----	21.582$280	11.199.922$858
1805	3.960.238$153	3.735.851$599	3.974.543$662	1.583.827$365	646.907$222	----	----	47.290$600	13.948.658$601
1806	4.670.310$810	3.284.684$868	3.817.755$582	1.527.719$040	785.928$941	----	----	67.362$650	14.153.761$891
1807	4.549.505$626	3.412.073$030	3.513.537$730	1.776.971$140	570.937$150	----	----	104.774$660	13.927.799$336
1808	57.997$640	363.158$270	1.243$200	63.251$600	61.280$260	----	----	----	546.930$970
1809	776.712$579	1.373.351$794	1.262.922$910	729.373$150	677.012$961	----	----	----	4.819.373$394
1810	1.240.297$534	796.360$260	769.996$100	538.055$400	338.675$791	----	----	----	3.683.385$085
1811	1.051.977$120	962.034$698	879.254$660	403.410$810	336.899$300	----	----	----	3.633.586$588
TOTAL	51.481.200$957	40.792.002$972	34.973.691$106	18.304.032$900	7.369.266$671	472.325$722	400.477$858	245.507$810	154.038.451$996

Tabela 4

PARTICIPAÇÃO PORCENTUAL DAS REGIÕES BRASILEIRAS NO COMÉRCIO DE IMPORTAÇÃO

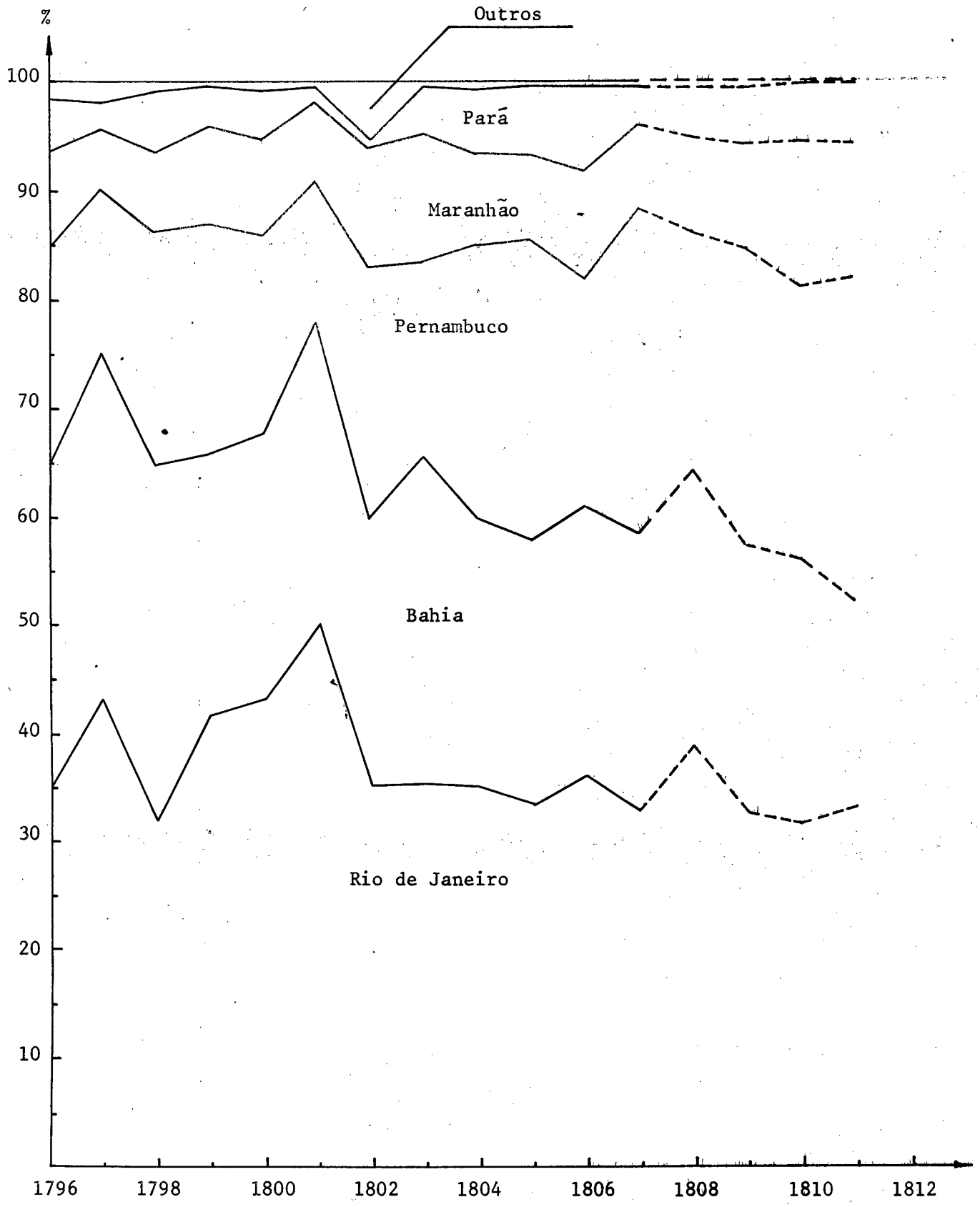


Gráfico 5

PARTICIPAÇÃO PORCENTUAL DAS REGIÕES BRASILEIRAS NO COMÉRCIO DE IMPORTAÇÃO

PERÍODO: 1796 - 1811

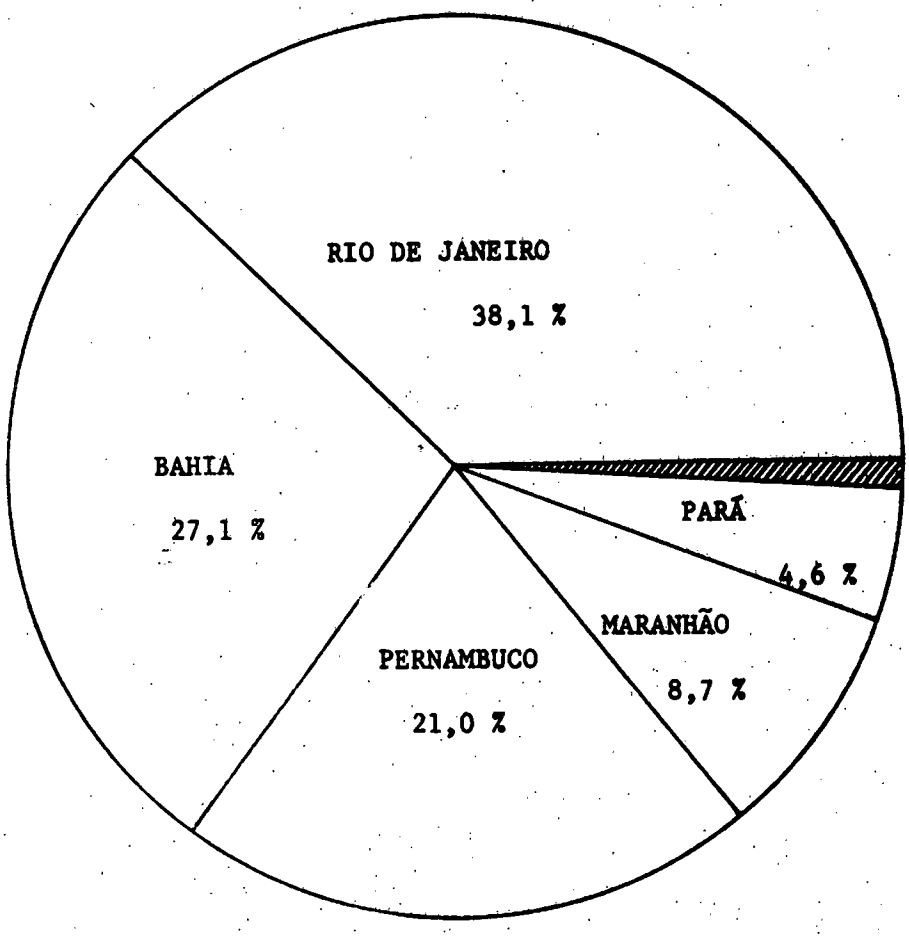
DATA	R.JANEIRO	BAHIA	PERNAMBUCO	MARANHÃO	PARÁ	PARAÍBA	SANTOS	CEARÁ	BRASIL
1796	35,4	29,7	19,8	9,1	4,7	0,6	0,7	---	5,4
1797	43,6	32,0	15,0	5,4	2,7	0,5	0,8	---	6,6
1798	32,0	32,9	21,6	7,3	5,7	0,3	0,2	---	8,3
1799	41,6	24,2	21,3	8,7	3,6	0,4	0,2	---	12,2
1800	43,3	24,4	18,4	8,7	4,4	0,8	---	---	7,3
1801	49,9	28,0	12,9	7,3	1,8	0,1	---	---	8,2
1802	35,2	24,7	23,2	11,2	0,2	5,3	0,2	---	7,9
1803	35,2	30,6	17,9	12,0	4,1	---	---	0,2	7,7
1804	34,8	25,1	25,3	8,6	5,7	---	---	0,5	8,8
1805	33,2	24,6	27,5	7,9	6,6	---	---	0,2	7,3
1806	35,8	25,1	21,2	9,9	7,7	---	---	0,3	6,5
1807	32,8	25,8	29,8	7,6	3,8	---	---	0,2	5,4
1808	38,7	25,5	23,3	8,8	4,6	---	---	0,1	1,2
1809	32,4	24,7	27,4	9,6	5,2	---	---	0,7	2,7
1810	31,6	24,4	25,3	13,4	5,3	---	---	---	2,3
1811	32,9	19,2	29,9	12,4	5,5	---	---	0,1	2,2
%	37,7	26,8	21,5	8,9	4,7	0,2	0,1	0,1	100%

Tabela 5

PARTICIPAÇÃO PORCENTUAL MÉDIA DAS REGIÕES BRASILEIRAS

NO COMÉRCIO DE IMPORTAÇÃO

PERÍODO: 1796-1807



PARAIBA + SANTOS + CEARÁ = 0,5%

Gráfico 6

PARTICIPAÇÃO PORCENTUAL MÉDIA DAS REGIÕES BRASILEIRAS NO COMÉRCIO DE IMPORTAÇÃO

1796 - 1807

REGIÕES	VALOR	%
RIO DE JANEIRO	48.354.216$084	34,2
BAHIA	37,297.097$950	26,4
PERNAMBUCO	32.060.274$236	22,7
MARANHÃO	16.569.931$940	11,7
PARÁ	5.955.398$359	4,2
PARAÍBA	472.325$722	0,3
SANTOS	400.477$858	0,3
CEARÁ	245.507$810	0,2
BRASIL	101.355.229$959	100%

Tabela 6

PARTICIPAÇÃO PORCENTUAL DAS REGIÕES BRASILEIRAS NO COMÉRCIO DE EXPORTAÇÃO

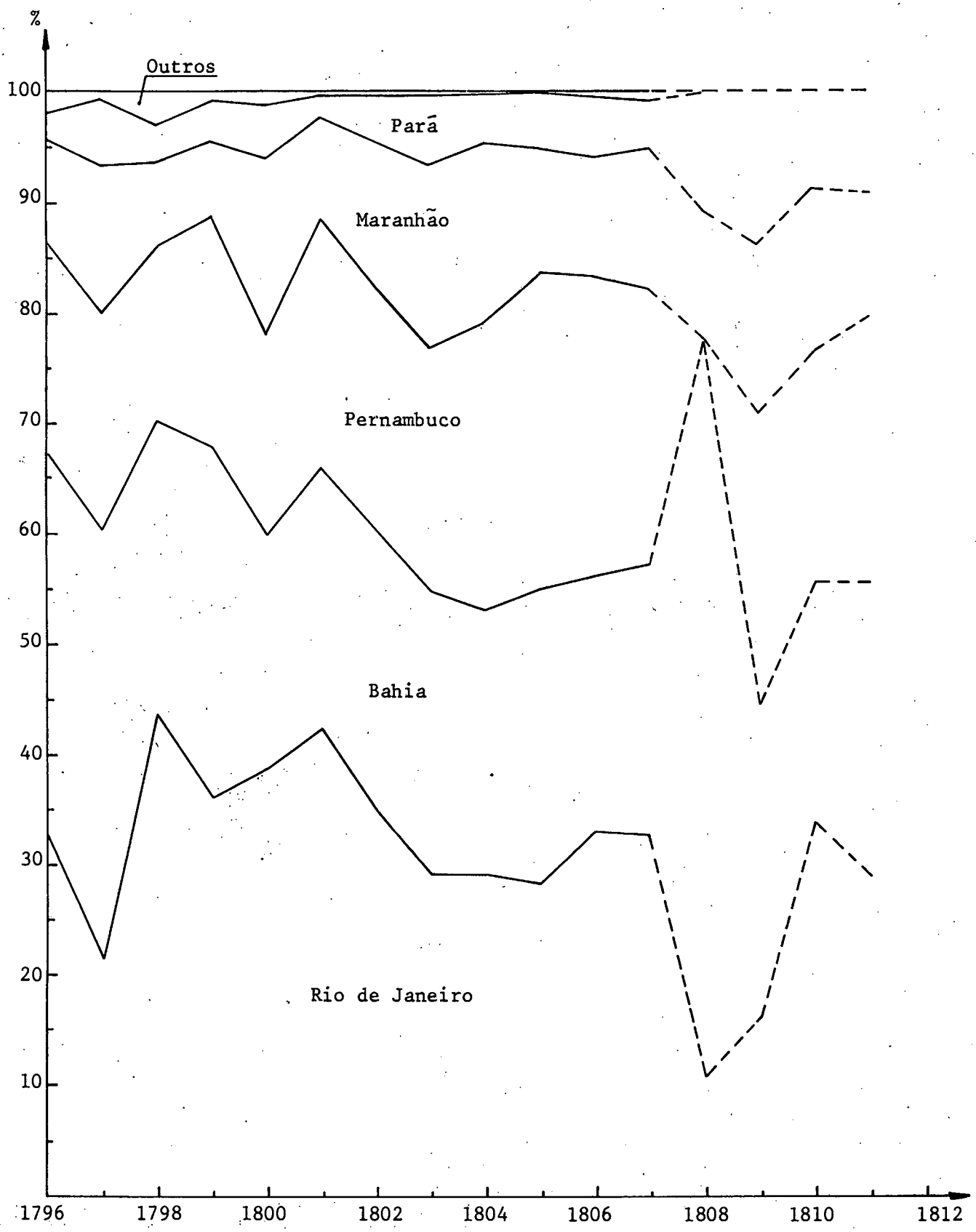


Gráfico 7

PARTICIPAÇÃO PORCENTUAL DAS REGÕES BRASILEIRAS NO COMÉRCIO DE EXPORTAÇÃO

PERÍODO: 1796 - 1811

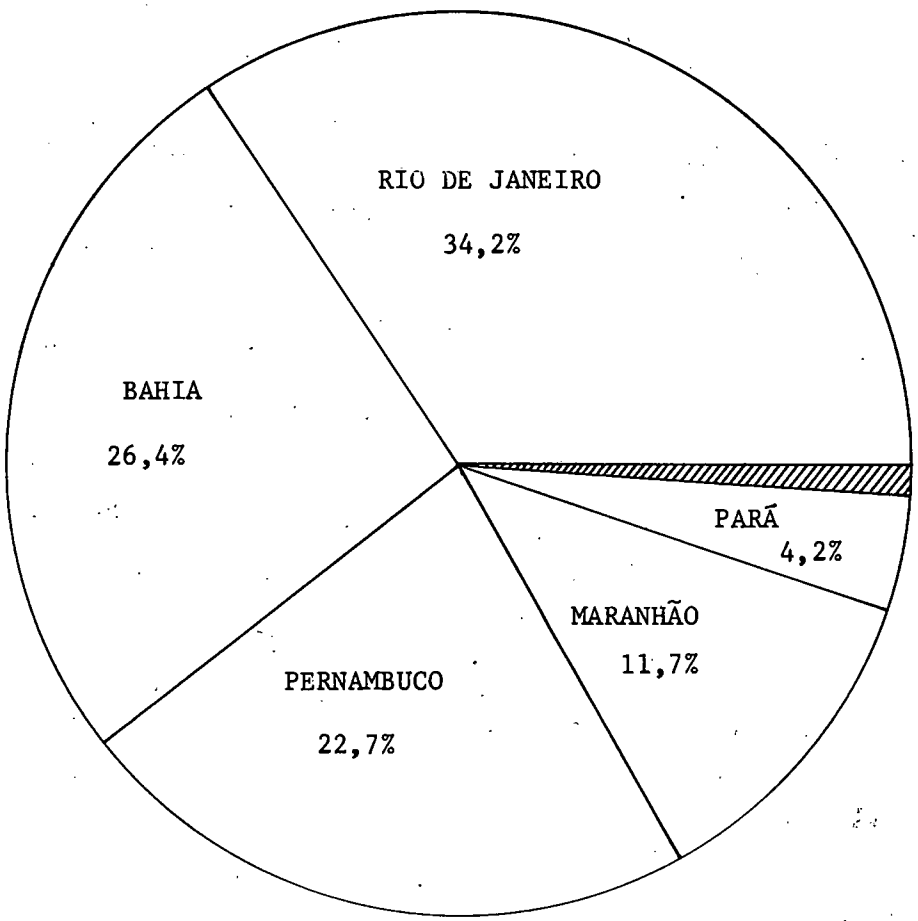
DATA	R.JANEIRO	BAHIA	PERNAMBUCO	MARANHÃO	PARÁ	PARAÍBA	SANTOS	CEARÁ	BRASIL
1796	32,3	34,5	19,6	9,2	2,6	1,3	0,5	---	7,5
1797	21,5	39,0	19,9	13,0	6,0	---	0,6	---	2,8
1798	43,6	26,5	15,6	7,8	3,5	---	3,0	---	7,0
1799	36,0	31,8	21,0	6,6	3,6	1,0	---	---	8,2
1800	38,6	21,1	18,1	15,6	5,0	1,6	---	---	8,1
1801	42,5	23,7	22,6	9,2	2,0	---	---	---	9,6
1802	35,2	25,3	22,2	13,3	4,0	---	---	---	6,7
1803	29,1	25,7	22,1	16,8	6,3	---	---	0,04	7,4
1804	29,0	24,1	26,0	16,1	4,6	---	---	0,2	7,3
1805	28,4	26,8	28,5	11,2	4,6	---	---	0,3	9,1
1806	33,0	23,2	27,0	10,8	5,5	---	---	0,5	9,2
1807	32,7	24,5	25,2	12,8	4,1	---	---	0,7	9,0
1808	10,6	66,4	0,2	16,6	11,2	---	---	---	0,3
1809	16,1	28,5	26,2	15,1	14,1	---	---	---	3,1
1810	33,7	21,6	20,9	14,6	9,2	---	---	---	2,4
1811	28,9	26,5	24,2	11,1	9,3	---	---	---	2,3
%	33,4	26,5	22,7	11,9	4,8	0,3	0,2	0,2	100%

Tabela 7

PARTICIPAÇÃO PORCENTUAL MÉDIA DAS REGIÕES BRASILEIRAS

NO COMÉRCIO DE EXPORTAÇÃO

PERÍODO: 1796-1807



PARAÍBA + SANTOS + CEARÁ = 0,8%

Gráfico 8

PARTICIPAÇÃO PORCENTUAL MÉDIA DAS REGIÕES BRASILEIRAS NO COMÉRCIO DE EXPORTAÇÃO

1796 - 1807

REGIÕES	VALOR	%
RIO DE JANEIRO	45.069.873$441	38,1
BAHIA	32.071.894$311	27,1
PERNAMBUCO	24.935.481$168	21,0
MARANHÃO	10.265.552$710	8,7
PARÁ	5.483.774$092	4,6
PARAÍBA	296.605$061	0,3
SANTOS	169.160$281	0,1
CEARÁ	144.883$076	0,1
BRASIL	118.437.224$140	100%

Tabela 8

II. ANÁLISE ESPECÍFICA DAS REGIÕES BRASILEIRAS NO COMÉRCIO COLONIAL

1. RIO DE JANEIRO

Como já vimos, o Rio de Janeiro era a principal região brasileira. Em 1796, o Rio de Janeiro importou 2.474 contos em mercadorias metropolitanas, num montante de 6.982 contos. Em 1799, como sabemos, o ponto mais alto das nossas importações, a participação do Rio de Janeiro foi de 6.574 contos em 15.800 contos, que foi a importação total da colônia (Gráfico e Tabela nº 9). A exportação não era menos importante, pois dos 11.474 contos exportados em mercadorias em 1796, 3.702 contos pertenciam ao Rio de Janeiro. Em 1801, quando as nossas exportações se elevaram a 14.776, coube ao Rio a cota de 3.289 contos (Gráfico e Tabela nº 9).

A relação entre a importação e a exportação demonstra um índice alternativo até 1804, firmando-se a seguir a superioridade da exportação sobre a importação (Gráfico e Tabela nº 10). O alinhamento das curvas pela técnica das médias móveis trienais salienta ainda mais a superioridade da exportação sobre a importação (Gráfico nº 10 e Tabela nº 11).

A relação entre deficit e superavit mostra-se igualmente alternativa até 1804, com preponderância dos deficits sobre os superavits. A partir de 1804, confirma-se a tendência superavitária (Gráfico nº 11 e Tabela nº 12). A acumulação dos deficits e superavits torna ainda mais nítidas estas observações. O comércio do Rio de Janeiro mostra-se francamente deficitário até 1805, com seu ponto de máxima em 1799. Até aqui, se notam, contudo, algumas flutuações, o que não acontece depois de 1805, quando se torna violentamente superavitário, sem qualquer alternação (Gráfico nº 12 e Tabela nº 13).

Para se aquilatar a importância da região do Rio de Janeiro no conjunto do Império comercial português, comparamos esta região com as demais colônias portuguesas da África, Ásia, Ilhas, em função dos deficits e superavits anuais, gráfico nº 13 e tabelas nº 14 e 15 e ainda acumulados, gráfico nº 14 e tabela nº 16.

Constatamos que as Ilhas têm deficit constante em relação

à metrópole, com exceção do ano de 1801. Em contraposição, a Ásia é caracterizada por ter superavits em relação à metrópole, com exceção de 1799 e 1800. A África alterna deficits e superavits. No gráfico de deficits e superavits acumulados mostra-se claramente o deficit do comércio das Ilhas, o mesmo acontecendo com a África, e o oposto com a Ásia, que sempre mantém superavit no comércio com Portugal.

Analisamos agora a composição das importações do Rio de Janeiro. O gráfico nº 15 e tabela nº 17 contêm a representação absoluta, logarítmica para ser mais precisa, levando em conta a grande disparidade de importância de cada grupo de produtos, que não ficariam perfeitamente representados num gráfico comum. Mais significativo, porém, é o gráfico porcentual nº 16, correspondente à tabela nº 18, que tomamos por base para efetuar nossas análises.

Servindo-nos do ano de 1796 como base dos nossos raciocínios, notamos a importância dos produtos das fábricas do Reino nas importações do Rio de Janeiro (29,4%), seguindo-se linifícios - (20,4%), os mantimentos (15,2%), o lanifício (11,7%), e outros menos expressivos: metais, vários, sedas e drogas. De 1796 até 1803 , a tendência é a ampliação da importância dos produtos das fábricas do Reino em detrimento dos lanifícios e linifícios, produtos de importação. O ano de 1803 serve de base para mostrarmos esta importância: produtos das fábricas (40,5%), linifício (8,9%), lanifício - (2,3%) e mantimentos (17,8 %). De 1803 em diante, a situação começa a mudar sensivelmente. Amplia-se a participação porcentual dos alimentos, dos lanifícios e linifícios em detrimento dos produtos das fábricas do Reino. Em 1807 este funil representado pelo valor das importações pela colônia de produtos das fábricas do Reino, tinha reduzido esta rubrica para 15,4 %. É notável que a diminuição da - entrada de produtos das fábricas do Reino, principalmente tecidos - não tem como contrapartida o aumento da entrada das mercadorias lanifício e linifício, oriundas de países estrangeiros. Quando decresce a importação de produtos das fábricas, cresce o ítem relativo a mantimentos, que passou de 10%, em 1802, para 30,6 %, em 1807. É pouco provável que os bens de consumo subitamente tivessem cedido - lugar às importações de produtos alimentícios, querendo-se com isso dizer que, se os têxteis não entram por meios legais, nem das fábricas nem importados, é porque certamente estão entrando por meio do contrabando.

A variadíssima composição das importações do Rio de Janeiro poderá dar bem uma idéia do tipo de consumo existente naquela re

gião, neste período. O número total dos produtos se eleva a mais de 453, sendo digno de nota que os produtos das fábricas do Reino apresentavam 92 variedades, subdivididos pelas categorias lanifícios, - linifícios, sedas e vários gêneros. Esta variedade dá bem uma idéia do grau de avanço da indústria portuguesa na época. Levando-se em conta o elevadíssimo número dos produtos de importação, e o menor - interesse que têm para o objetivo do nosso trabalho, reproduziremos em anexo a esta parte a composição das importações do Rio de Janeiro no ano de 1796, de acordo com a incidência na Balança do Comércio. A escolha deste ano se justifica na medida em que foi o mais detalhado, é o volume mais grosso de quantos compõem a série completa das Balanças do Comércio. Nos demais portos brasileiros, não colocaremos o anexo sobre a variedade das importações. Tomaremos o - Rio de Janeiro como exemplo. Isto porque, como já dissemos acima, o que nos interessa mais é a exportação da colônia e não a importação.

Vejamos então as exportações do Rio de Janeiro. Utilizaremos o gráfico nº 17 e tabela nº 19 para uma representação absoluta. Também logarítmica. O gráfico nº 18 e tabela nº 20 reproduzem a participação porcentual.

Os mantimentos constituem a principal categoria de exportação do Rio de Janeiro. Em dois momentos tiveram participação quase absoluta, ou seja, em 1797, igual a 80% e em 1808, com mais de 90 %. Na média do período, as exportações de alimentos compuseram - quase 50% do total das exportações.

Vale a pena notar que o Rio de Janeiro exporta ainda uma razoável soma em ouro. Em 1796, soma 48,4%; em 1799, 42%, contraindo-se em 1806, quando baixou para 18,5%. Não se deve pensar que se trata apenas de quintos devidos ao Rei, escoados das Minas Gerais. Trata-se também, e principalmente, de remessa de moeda metal para - os particulares do Reino a fim de remunerar as importações de mercadorias feitas pelos comerciantes do Rio de Janeiro, o que confirma o gráfico de deficits e superavits que demonstra deficits para o Rio de Janeiro no início do período. Em 1796 o ouro remetido aos comerciantes somava 1.740.275$201 mil réis, e, para o Rei,925.721$814. Em 1802, somente para darmos mais um exemplo, para os particulares era 2.050.043$040, e, para o Rei, apenas 560.350$920. Isto nos dá uma idéia do resquício do ouro ainda exportado para Portugal.

O crescimento das exportações de couros é igualmente significativo. Em 1796 eram apenas 6,3%. Em 1806, 13,6%. Cresceu violentamente nos anos seguintes, atingindo o máximo em 1806,com 29,8%

das exportações totais do Rio de Janeiro. Este porcentual do couro é tanto mais significativo quanto nos lembrarmos que o Rio de Janeiro é a principal região econômica do Brasil.

Para cada uma das categorias gerais constante da tabela nº 19, isto é, Mantimentos, Ouro, Algodão, Courama, Drogas, Madeiras e Vários Gêneros, apresentaremos uma lista dos produtos específicos que constam desta categoria geral. A lista que apresentamos é abrangente, pois inclui todo tipo de produto exportado pelo Rio de Janeiro no período de 1796 a 1811. O mesmo critério será adotado para as outras regiões brasileiras.

Esta posição de destaque do Rio de Janeiro era razoavelmente recente (13), e estava intimamente relacionada ao desenvolvimento da economia mineira (14). Ainda em 1781, navios partiam do Rio de Janeiro para fazer carga na Bahia, por não haver carregamento suficiente no porto do Rio de Janeiro (15). A transferência da capital para esta localidade, em 1763, transformou o Rio de Janeiro no centro da atração para alienígenas, refletindo-se no aumento populacional e incrementação do luxo, que em parte explica a elevada importação (16).

Os mercadores constituíam já um grupo relativamente autô-

---

(13) - A exportação do Rio de Janeiro para Lisboa, Porto, Vianna e Ilhas, em 1779, somou 728.255$680, pelo que se infere do crescimento excepcional do comércio desta região. Mappa dos effeitos que dentro de um anno completo se transportarao para Lisboa, Porto, Vianna e Ilhas, pelo qual se regulão todos os annos, Revista do Instituto Historico e Geografico Brasileiro, Vol. XLVIII, 1ª parte, 1884, págs. 49,50,51.

(14) - "A partir dos últimos anos do século XVII, foram descobertas minas de ouro, sobretudo na região consequentemente chamada das Minas Gerais, e o Rio de Janeiro, comandando um feixe de caminhos, gargantas e vias naturais de transporte que pela Serra do Mar ganhavam a região mineira, tornou-se o intermediário entre a área de mineração e a Metrópole". M. B. Levy, "Aspectos da História Demográfica e Social do Rio de Janeiro (1808-1889)", Colóquio Internacional de História Quantitativa do Brasil, C. N. R. S., Paris, 1971,(Ex. Mimeografado), pág. 5.

(15) - Carta de J. da S. Lisboa ao Dr. Domingos Vandelli (1781), Anaes da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, Vol.XXXII, 1910, pág. 502.

(16) - J. E. Ottoni, "Memoria sobre o estado actual da Capitania de Minas Gerais" (1798), Anaes da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, Vol. XXX, 1908, pág. 306; Idem, A. A. de Melo Franco, Desenvolvimento da Civilização Material no Brasil, Rio de Janeiro, 1971, pág. 102.

nomo, que mantinha um ativo comércio de cabotagem com a África, com a bacia do Prata, e com o Reino de Portugal, como comanditários ou por sua própria conta (17).

O Rio de Janeiro constituía também o entreposto de exportação e importação para toda a região centro-sul do Brasil. Este é outro fator para explicar o elevado das importações, e mesmo das exportações. Explica, em última instância, a preponderância do Rio de Janeiro no concerto das regiões brasileiras.

A maior parte das mercadorias chegadas a São Paulo, vinha por intermédio do porto do Rio de Janeiro, chegando a Santos ou mesmo a Paranaguá (18).

Com o Rio Grande do Sul, o comércio do Rio de Janeiro merece destaque especial, apesar da dificuldade que apresentava esta região do Rio Grande do Sul para o tráfico marítimo, devido a impecilhos naturais (19). Contudo, o aumento da produção de trigo nesta região estimulou a exportação para o Rio de Janeiro, tendo sido mesmo transportado para Lisboa, em 1793. Os reclamos dos agricultores do Reino fizeram estancar essas exportações (20). A exportação de trigo, que se dirigia à colônia do Sacramento, por parte do Rio Grande de São Pedro, era mesmo passada a Montevidéo (21).

==========

(17) - E. M. L. Lobo, L. B. Madureira, O. Canavarros, S. Novaes, Z. F. Elias, "Évolution des Prix et du Cout de la Vie à Rio de Janeiro 1820-1830", Colóquio Internacional de História - Quantitativa do Brasil, C. N. R. S., Paris, 1971, (Ex. Mimeografado), pág. 3.

(18) - "O pequeno porto de Paranaguá, fora que estava das rotas do comércio atlântico, se fizera notar apenas nos meados do século XVII, pela descoberta do ouro, não abundante, aliás,... Por todo o século XVIII fora, no entanto, fornecedor de farinha de mandioca para a Colônia do Sacramento, às tropas do sul, e mesmo para as Capitanias do Norte, como o Rio de Janeiro, Bahia, e Pernambuco". C. M. Westphalen, "Paranaguá e o Rio da Prata no Século XIX", Colóquio Internacional de História Quantitativa do Brasil, C. N. R. S., Paris, 1971, (Ex. Mimeografado), pág. 1.

(19) - A. R. V. D'Oliveira, "Memoria Sobre a Agricultura do Brasil" (1810), Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Vol.XXXVI, 1ª parte, 1873, pág. 120.

(20) - Ensaio Economico... (1816), in Obras Econômicas do J. J. da Cunha Azeredo Coutinho, introdução de Sérgio Buarque de Holanda, São Paulo, 1966, pág. 153.

(21) - F. Contreiras Rodrigues, Traços da Economia Social e Política do Brasil Colonial, Rio de Janeiro, 1935, pág. 245.

Para se avaliar a importância deste comércio, no ano de 1803, das 218 embarcações entradas no porto do Rio de Janeiro, 134 provinham do Rio Grande do Sul, trazendo como gêneros principais a carne seca, couros secos, sebo e farinha (22).

O comércio com as regiões pertencentes à Espanha, apesar de ilegal, sempre foi estimulado pelo próprio governo português. - Durante o século XVIII, havia um intenso comércio de couros, do - qual participavam portugueses (23) e estrangeiros (24), recebendo couros e metais em troca de mercadorias européias. O contrabando - com as regiões platinas interessava aos portugueses, que o praticavam abertamente. Não obstante, a recíproca também era válida, porque os súditos da Espanha introduziam contrabando nas regiões brasileiras limítrofes, como é o caso do Mato Grosso (25).

Merece destaque o comércio direto que o Rio de Janeiro fazia com os portos de Angola e Benguela. Em 1796, exportou açúcar, - tábuas de canela, farinha de trigo, carne seca, fumo, toucinho e - feijão (26).

==========

(22) - Mapa das Fazendas e generos importados na alfandega da - cidade do Rio de Janeiro, no anno de 1803. (Por Antonio Luiz Ferreira de Menezes), B. N. R. J., Seção de Manuscritos, I, 32, 14, 5.

(23) - J. A. Goulart, Brasil do Boi e do Couro, Rio de Janeiro, 1966, pág. 57.

(24) - A. Christelow, "Great Britain and the Trades from Cadiz and Lisbon to Spanish America and Brazil", The Hispanic American Historical Review, 1947, pág. 46.

(25) - J. J. Ferrara e R. F. A. Serra, "Reflexões sobre a Capitania de Mato Grosso, oferecidas ao Ilmo. Exmo. Sr. João de Albuquerque de Melo Pereira de Cáceres, governador - e capitão general da mesma capitania" (1789), Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Vol. XII, 1849 (2ª Ed., 1904), pág. 340.

(26) - Mapa dos efeitos que se transportarão d'esta cidade do Rio de Janeiro para os portos abaixo declarados no anno de 1796, Revista do Instituto Histórico e Geográfico - Brasileiro, Vol. XLVI, parte I, 1883, págs. 197 a 204.

CRUZAMENTO DAS CURVAS DE IMPORTAÇÃO-EXPORTAÇÃO

RIO DE JANEIRO

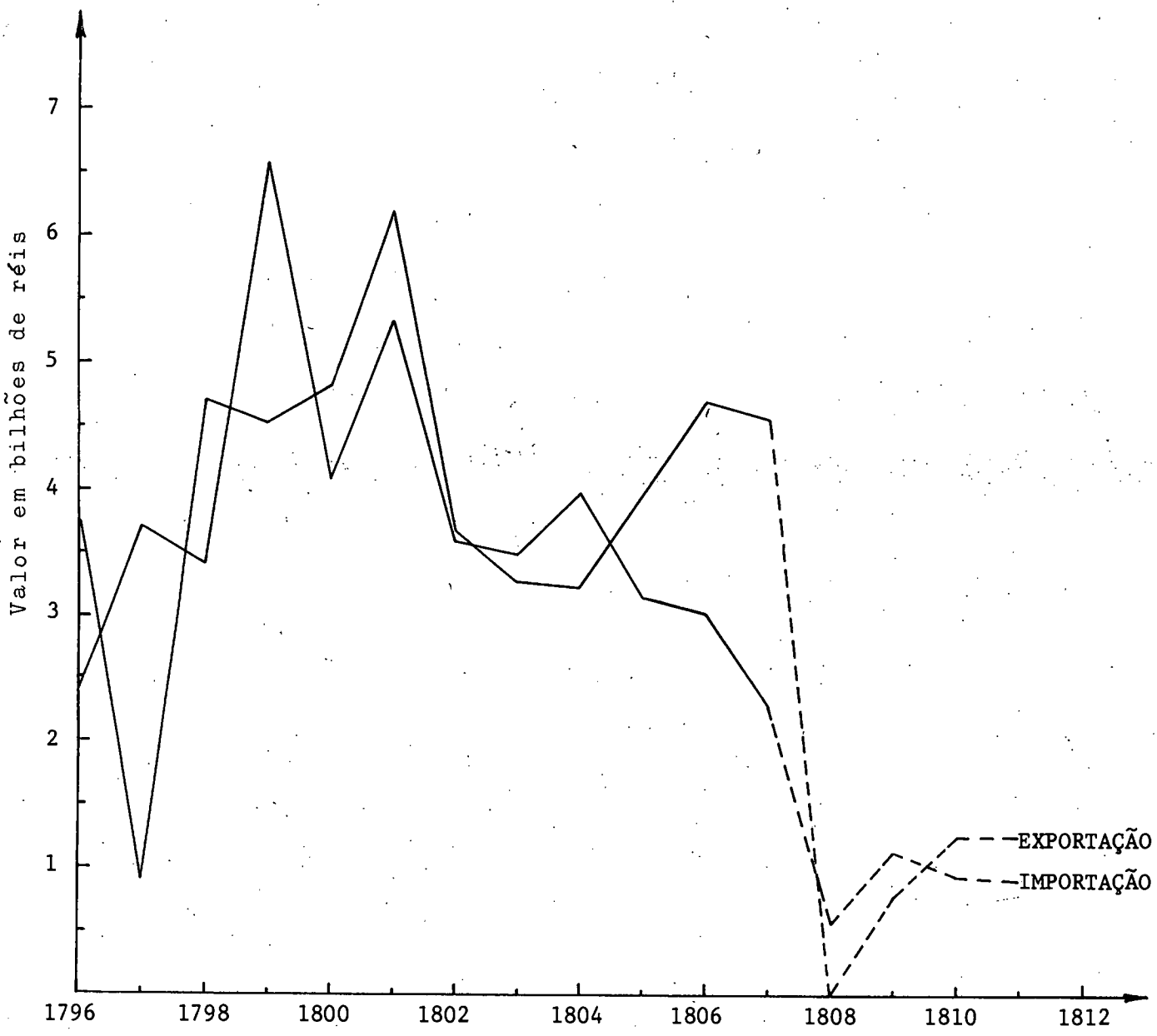


Gráfico 9

CRUZAMENTO DAS CURVAS DE IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO DAS REGIÕES BRASILEIRAS

	RIO DE JANEIRO		BAHIA		PERNAMBUCO		MARANHÃO		PARÁ	
ANOS	IMPORTAÇÃO	EXPORTAÇÃO	IMPORTAÇÃO	EXPORTAÇÃO	IMPORTAÇÃO	EXPORTAÇÃO	IMPORTAÇÃO	EXPORTAÇÃO	IMPORTAÇÃO	EXPORTAÇÃO
1796	2.474.170$036	3.702.181$721	2.069.637$404	3.960.500$062	1.383.924$447	2.250.368$333	634.599$945	1.055.355$510	330.464$055	297.429$722
1797	3.721.268$306	915.718$453	2.734.082$845	1.660.843$705	1.270.271$886	839.707$127	461.998$441	552.229$335	226.447$931	255.506$350
1798	3.413.346$404	4.717.688$282	3.509.894$391	2.863.365$114	2.203.991$562	1.689.624$353	781.141$659	844.545$100	611.163$298	381.320$280
1799	6.574.672$263	4.525.553$470	3.818.301$438	4.002.306$053	3.368.500$776	2.647.107$100	1.371.592$453	835.543$473	565.109$863	447.594$843
1800	4.080.456$444	4.840.455$180	2.305.920$437	2.640.773$886	1.733.479$205	2.269.786$200	812.744$499	1.956.043$840	418.379$989	628.494$650
1801	5.331.627$428	6.289.887$227	2.985.400$240	3.503.054$984	1.377.442$410	3.335.042$515	777.840$622	1.353.996$640	194.394$695	294.725$183
1802	3.578.882$219	3.643.419$554	2.505.947$169	2.619.791$581	2.361.565$909	2.294.841$800	1.142.749$747	1.378.064$307	537.953$157	417.127$689
1803	3.493.084$169	3.294.712$010	3.041.761$931	2.914.221$114	1.779.894$503	2.503.609$890	1.186.695$369	1.898.138$665	409.695$684	717.111$370
1804	3.959.016$724	3.244.545$598	2.857.922$545	2.699.631$956	2.879.645$646	2.914.349$945	977.602$919	1.807.497$525	645.093$070	512.315$554
1805	3.150.423$183	3.960.238$153	2.340.342$720	3.735.851$599	2.613.553$907	3.974.543$662	753.619$419	1.583.827$365	625.614$527	646.907$222
1806	3.015.506$965	4.670.310$810	2.110.468$965	3.284.684$868	1.788.705$289	3.817.755$582	831.600$767	1.527.719$040	652.559$302	785.928$941
1807	2.277.419$299	4.549.505$626	1.792.214$226	3.412.073$030	2.074.406$628	3.513.073$030	527.366$870	1.776.971$140	266.898$521	570.937$150
1808	585.044$543	57.997$640	383.634$579	363.158$270	336.213$255	1.243$200	133.655$931	63.251$600	69.623$030	61.280$260
1809	1.111.948$700	776.712$579	850.507$824	1.373.351$794	940.562$760	1.262.922$910	330.267$710	729.373$150	160.001$292	677.012$961
1810	925.898$555	1.240.297$534	715.847$020	796.306$260	742.794$351	769.996$100	391.687$490	538.055$400	156.300$511	338.675$791
1811	917.959$110	1.240.297$534	537.125$270	962.034$698	874.950$720	879.254$660	346.286$490	403.420$810	153.724$230	336.899$300
TOTAL	48.610.724$349	51.669.521$371	34.459.069$004	40.791.948$971	27.730.002$254	34.963.266$407	11.461.450$331	18.304.022$900	6.023.423$155	7.369.267$266

Tabela 9

ÍNDICES EXPORTAÇÃO/IMPORTAÇÃO

RIO DE JANEIRO

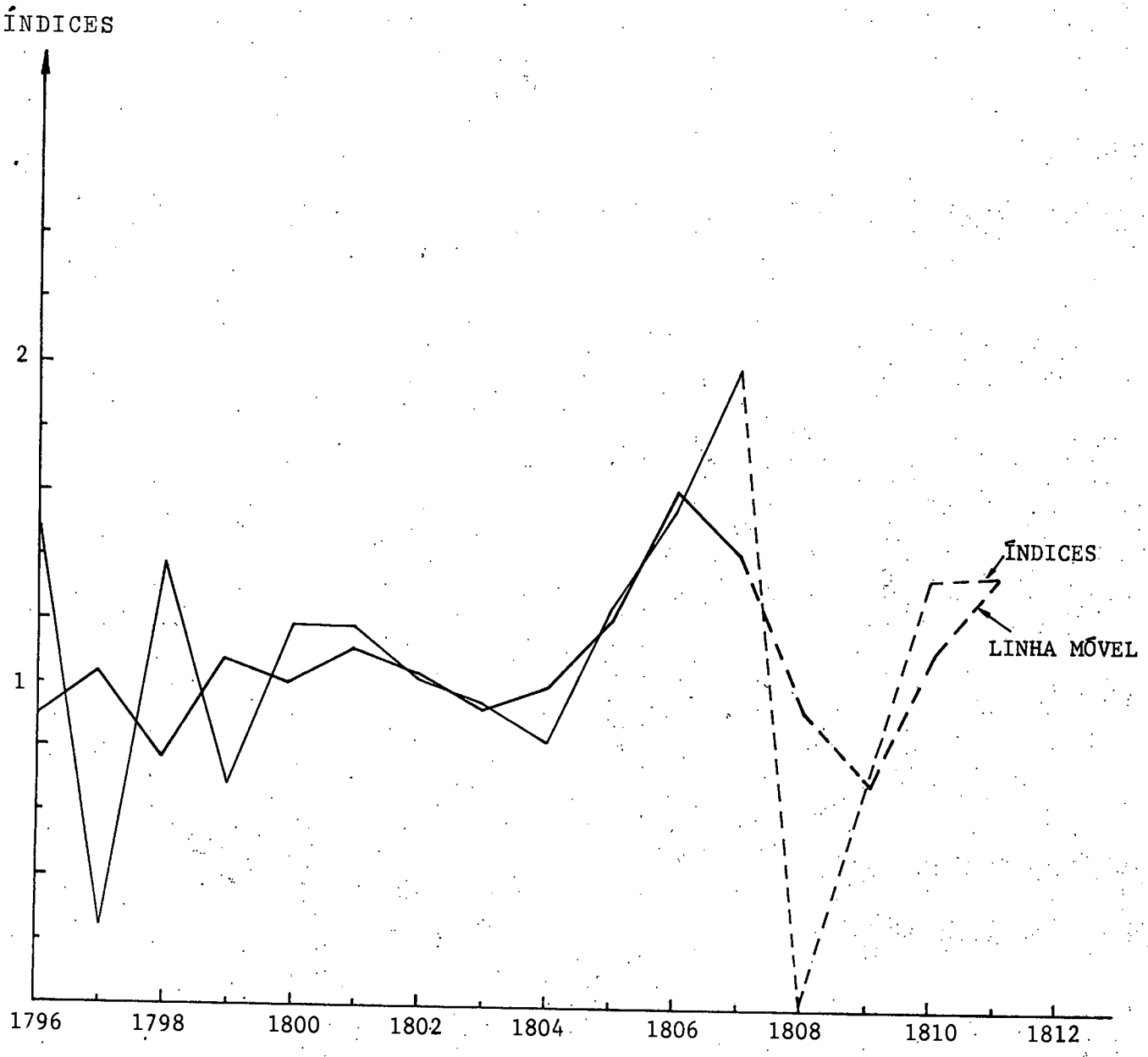


Gráfico 10

ÍNDICES EXPORTAÇÃO/IMPORTAÇÃO

DATAS	R.JANEIRO	BAHIA	PERNAMBUCO	MARANHÃO	PARÁ	PARAÍBA	SANTOS	CEARÁ	BRASIL
1796	1,496	1,914	1,626	1,663	0,900	3,628	1,177	---	1,643
1797	0,246	0,607	0,661	1,195	1,128	0	0,343	---	0,500
1798	1,382	0,816	0,767	1,081	0,624	0	19,066	---	1,014
1799	0,688	1,048	0,786	0,609	0,792	1,807	0	---	0,796
1800	1,186	1,145	1,309	2,406	1,502	2,561	---	---	1,328
1801	1,180	1,173	2,421	1,741	1,516	0	---	---	1,384
1802	1,018	1,045	0,972	1,206	0,775	0	---	---	1,020
1803	0,943	0,958	1,407	1,600	1,750	---	---	0,259	1,141
1804	0,820	0,944	1,012	1,850	0,794	---	---	1,337	0,984
1805	1,257	1,596	1,521	2,101	1,034	---	---	2,179	1,462
1806	1,549	1,566	2,134	1,837	1,204	---	---	2,480	1,680
1807	1,998	1,904	1,693	3,370	2,139	---	---	7,151	2,003
1808	0,099	0,946	0,004	0,473	0,880	---	---	0	0,362
1809	0,699	1,614	1,342	2,208	4,230	---	---	0	1,402
1810	1,340	1,12	1,037	1,374	2,167	---	---	---	1,256
1811	1,351	1,79	1,005	1,165	2,191	---	---	0	1,301
TOTAL	1,063	1,184	1,261	1,597	1,223	1,592	2,367	1,411	1,193

Tabela 10

ÍNDICE DA MÉDIA MÓVEL IMPORTAÇÃO/EXPORTAÇÃO

DATAS	R.JANEIRO	BAHIA	PERNAMBUCO	MARANHÃO	PARÁ	BRASIL
1797	1,041	1,112	1,018	1,313	0,884	1,052
1798	0,772	0,823	0,738	0,961	0,848	0,770
1799	1,085	1,003	0,954	1,365	0,972	1,046
1800	1,018	1,122	1,505	1,585	1,270	1,169
1801	1,128	1,121	1,567	1,784	1,264	1,244
1802	1,047	1,058	1,600	1,515	1,347	1,181
1803	0,927	0,982	1,130	1,552	1,106	1,048
1804	1,006	1,166	1,313	1,850	1,192	1,197
1805	1,208	1,365	1,555	1,929	1,010	1,377
1806	1,601	1,685	1,782	2,436	1,459	1,716
1807	1,215	1,468	1,277	1,983	1,407	1,348
1808	0,932	1,488	1,013	2,017	2,416	1,255
1809	0,712	1,226	0,794	1,351	2,425	1,006
1810	1,130	1,508	1,128	1,582	2,862	1,319

Tabela 11

DEFICITS E SUPERAVITS

RIO DE JANEIRO

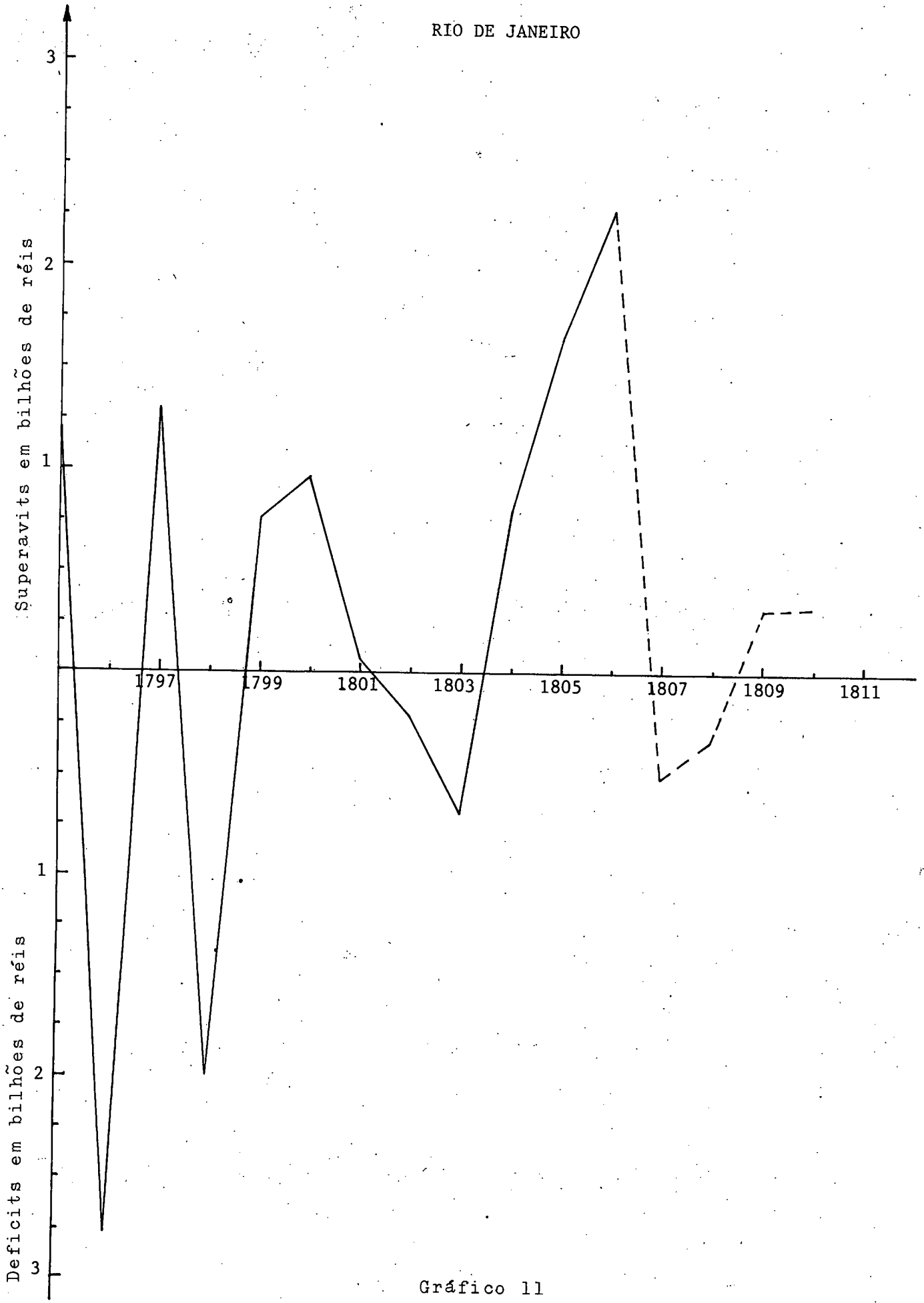


Gráfico 11

DEFICITS E SUPERAVITS NAS REGIÕES BRASILEIRAS

	RIO DE JANEIRO		BAHIA		PERNAMBUCO		MARANHÃO		PARÁ	
ANOS	DEFICITS	SUPERAVITS	DEFICITS	SUPERAVITS	DEFICITS	SUPERAVITS	DEFICITS	SUPERAVITS	DEFICITS	SUPERAVITS
1796	----	1.228.073$685	----	1.891.872$658	----	866.443$886	----	420.755$565	33.034$330	29.058$419
1797	2.805.549$853	----	1.073.139$140	----	430.564$759	----	----	90.230$894	----	----
1798	----	1.304.342$878	646.529$277	----	514.367$209	----	----	63.403$441	279.843$018	----
1799	2.049.118$790	----	----	194.004$615	721.392$676	----	536.048$980	----	117.515$020	----
1800	----	759.998$736	----	334.853$449	----	536.306$995	----	143.299$341	----	210.114$661
1801	----	958.259$799	----	517.654$744	----	1.957.620$105	----	576.156$018	----	100.330$488
1802	----	64.537$335	----	113.844$412	66.724$109	----	----	235.314$560	120.825$468	----
1803	198.372$159	----	----	127.540$817	----	723.715$387	----	711.443$296	----	307.415$686
1804	714.471$126	----	158.290$589	----	----	34.695$299	----	829.894$606	132.777$516	----
1805	----	809.814$970	----	1.395.508$879	----	1.360.989$755	----	830.207$946	----	21.292$695
1806	----	1.654.803$844	----	1.174.215$903	----	2.028.960$293	----	696.118$273	----	133.369$639
1807	----	2.272.086$327	----	1.619.858$804	----	1.438.666$402	----	1.249.604$270	----	304.038$629
1808	528.046$903	----	20.536$309	----	334.970$055	----	70.404$331	----	8.342$770	----
1809	335.236$121	----	----	522.843$970	----	322.360$150	----	399.105$440	----	517.011$669
1810	----	314.398$979	----	80.459$240	----	27.201$749	----	146.367$910	----	182.375$280
1811	----	322.338$421	----	424.909$428	----	4.303$940	----	57.134$320	----	183.175$070
TOTAL	6.630.794$952	16.528.654$977	1.898.495$315	7.880.912$750	2.068.018$808	9.301.263$961	606.453$311	6.449.035$880	692.338$122	1.988.182$236

Tabela 12

DEFICITS E SUPERAVITS ACUMULADOS

RIO DE JANEIRO

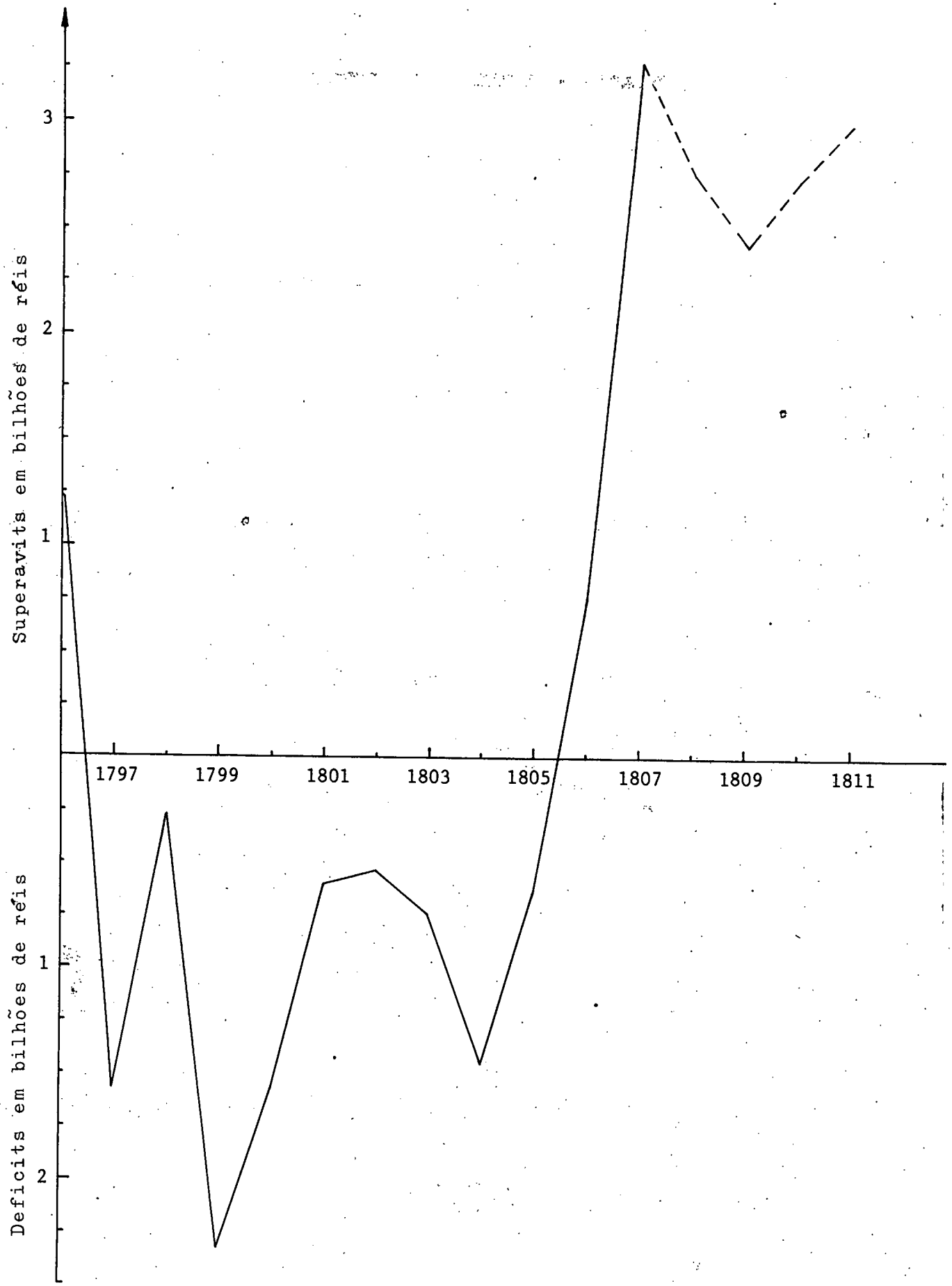


Gráfico 12

DEFICITS E SUPERAVITS ACUMULADOS DAS REGIÕES BRASILEIRAS

	RIO DE JANEIRO		BAHIA		PERNAMBUCO		MARANHÃO		PARÁ	
ANOS	DEFICITS	SUPERAVITS	DEFICITS	SUPERAVITS	DEFICITS	SUPERAVITS	DEFICITS	SUPERAVITS	DEFICITS	SUPERAVITS
1796	----	1.228.073$685	----	1.891.872$658	----	866.443$886	----	420.755$565	33.034$330	----
1797	1.577.468$168	----	----	818.733$518	----	435.879$127	----	510.986$459	3.975$911	----
1798	273.133$290	----	----	172.204$241	78.488$082	----	----	574.389$900	283.818$929	----
1799	2.322.252$080	----	----	366.208$856	799.880$758	----	----	38.340$920	401.333$949	----
1800	1.562.253$344	----	----	701.062$305	263.583$763	----	----	182.240$261	191.219$288	----
1801	603.993$545	----	----	1.218.717$049	----	1.694.046$342	----	758.396$279	90.888$800	----
1802	539.456$210	----	----	1.332.561$461	----	1.627.322$233	----	993.710$839	211.714$268	----
1803	737.828$369	----	----	1.460.102$278	----	2.351.037$620	----	1.705.154$135	----	95.701$418
1804	1.452.299$495	----	----	1.301.811$689	----	2.385.732$919	----	2.535.048$741	37.076$097	----
1805	642.484$525	----	----	2.697.320$568	----	3.746.722$674	----	3.365.256$687	15.783$402	----
1806	----	1.012.319$319	----	3.871.536$471	----	5.775.682$967	----	4.061.374$960	----	117.586$237
1807	----	3.284.405$646	----	5.491.395$275	----	7.214.349$369	----	5.310.979$230	----	421.624$866
1808	----	2.756.358$743	----	5.470.858$966	----	6.879.379$314	----	5.240.574$899	----	413.282$096
1809	----	2.421.122$622	----	5.993.703$483	----	7.201.739$464	----	5.639.680$339	----	930.293$765
1810	----	2.735.521$601	----	6.074.162$723	----	7.228.941$213	----	5.786.048$249	----	1.112.669$045
1811	----	3.057.860$025	----	6.499.072$151	----	7.233.245$153	----	5.843.182$569	----	1.295.844$115

Tabela 13

DEFICITS E SUPERAVITS

RIO DE JANEIRO E OUTRAS COLÔNIAS (ÁSIA, ÁFRICA, ILHAS)

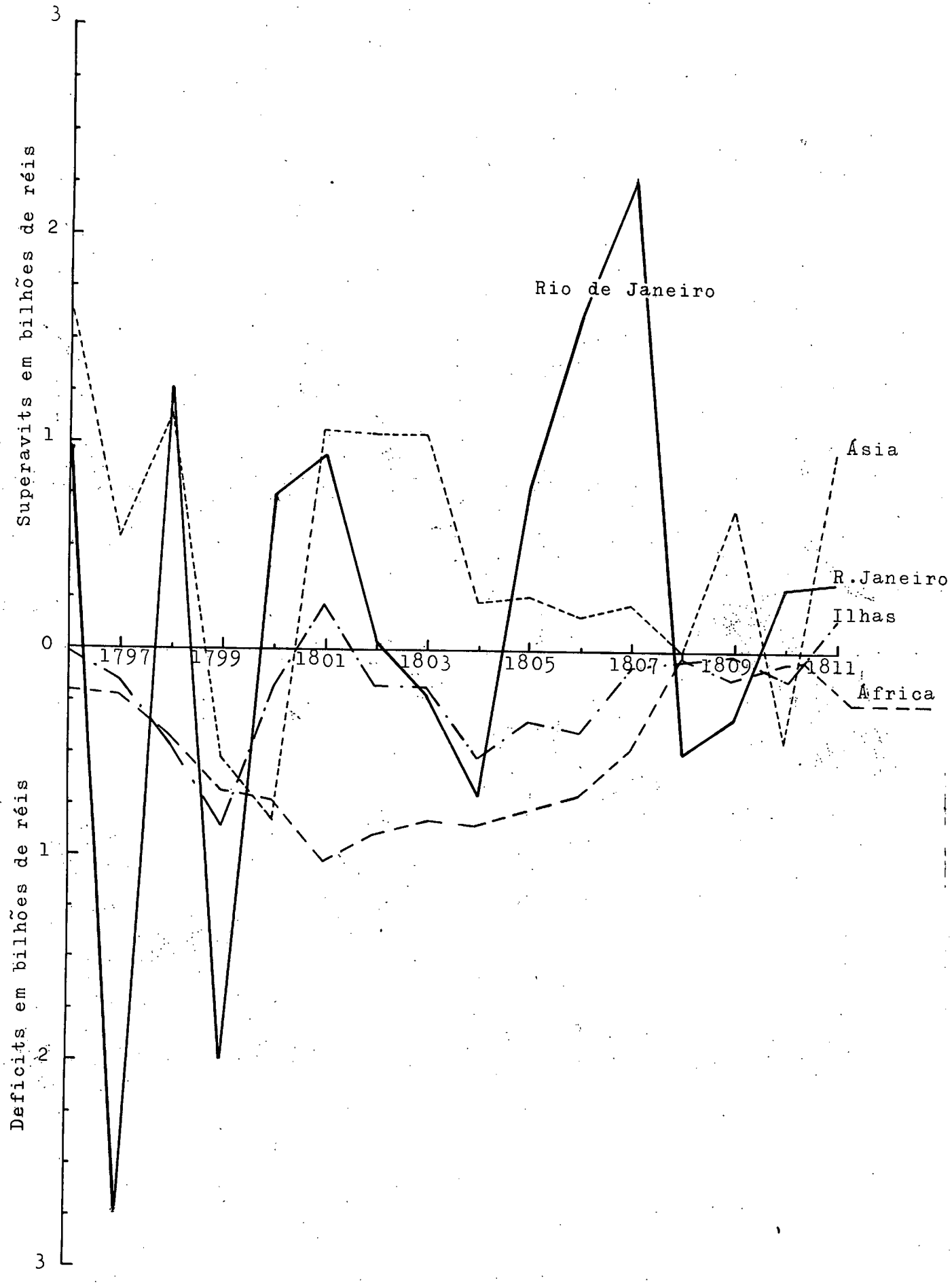


Gráfico 13

IMPORTAÇÃO/EXPORTAÇÃO NAS OUTRAS COLÔNIAS PORTUGUESAS

DATAS	ÁSIA		ÁFRICA		ILHAS	
	IMPORTAÇÃO	EXPORTAÇÃO	IMPORTAÇÃO	EXPORTAÇÃO	IMPORTAÇÃO	EXPORTAÇÃO
1796	40.476$000	1.667.063$372	226.423$437	25.288$250	278.393$028	246.049$485
1797	514.118$642	1.046.591$526	236.113$197	58$000	375.722$474	214.397$612
1798	541.105$744	1.659.060$862	437.734$691	25.221$250	771.636$855	301.247$732
1799	2.789.636$486	2.264.768$780	694.310$586	10.546$200	1.173.722$856	309.485$600
1800	2.834.122$436	1.989.298$370	735.329$690	4.728$600	519.502$067	328.817$850
1801	1,104.438$200	2.200.752$700	1.044.729$288	27.364$800	304.314$885	522.899$885
1802	1.288.950$557	2.333.266$030	938.454$869	29.108$675	421.247$514	250.934$044
1803	1.459.494$802	2.506.345$130	824.020$882	2.336$000	526.288$386	352.381$636
1804	1.942.056$420	2.169.263$324	870.743$240	19.567$800	709.881$835	191.120$735
1805	1.507.794$035	1.767.156$850	778.727$335	5.914$500	453.241$781	121.751$494
1806	1.622.806$430	1.794.679$145	729.534$740	28.637$800	535.874$755	126.887$414
1807	2.543.648$160	2.766.364$930	486.255$200	2.342$000	365.741$927	272.303$795
1808	79.701$924	67.926$812	20.477$200	- - - - -	82.820$310	- - - - -
1809	53.393$000	751.322$016	118.744$610	5.063$800	301.321$815	281.995$720
1810	416.987$521	- - - - -	60.256$110	- - - - -	401.538$505	265.989$817
1811	370.536$118	1.323.598$200	40.763$320	5.337$200	275.875$180	341.744$480
TOTAL	19.109.176$537	26.307.458$047	8.245.618$125	191.514$875	7.497.124$133	4.128.007$359

Tabela 14

DEFICITS E SUPERAVITS NAS OUTRAS COLÔNIAS PORTUGUESAS

DATAS	ÁSIA		ÁFRICA		ILHAS	
	DEFICITS	SUPERAVITS	DEFICITS	SUPERAVITS	DEFICITS	SUPERAVITS
1796	.	1.626.587$372	201.135$187		32.343$543	
1797		532.142$884	236.055$197		161.324$862	
1798		1.117.955$118	412.513$441		470.389$123	
1799	524.867$706		683.764$386		864.237$256	
1800	844.824$066		730.607$090		190.684$217	
1801		1.096.314$500	1.017.364$488			218.585$000
1802		1.044.315$473	909.346$194		170.313$470	
1803		1.046.850$328	824.684$882		173.906$750	
1804		227.206$904	851.175$440		518.761$100	
1805		259.362$815	772.812$835		331.490$287	
1806		171.872$715	700.896$670		408.987$341	
1807		222.716$770	483.913$200		93.438$132	
1808	11.775$112		20.477$200		82.820$310	
1809		697.929$016	113.680$810		19.326$095	
1810	416.987$521		60.256$110		135.548$628	
1811		953.062$020	35.426$120			65.869$300
TOTAL	1.798.454$405	8.996.315$915	8.054.103$250		3.653.571$114	284.454$300

Tabela 15

DEFICITS E SUPERAVITS ACUMULADOS

RIO DE JANEIRO E OUTRAS COLÔNIAS (ÁSIA, ÁFRICA, ILHAS)

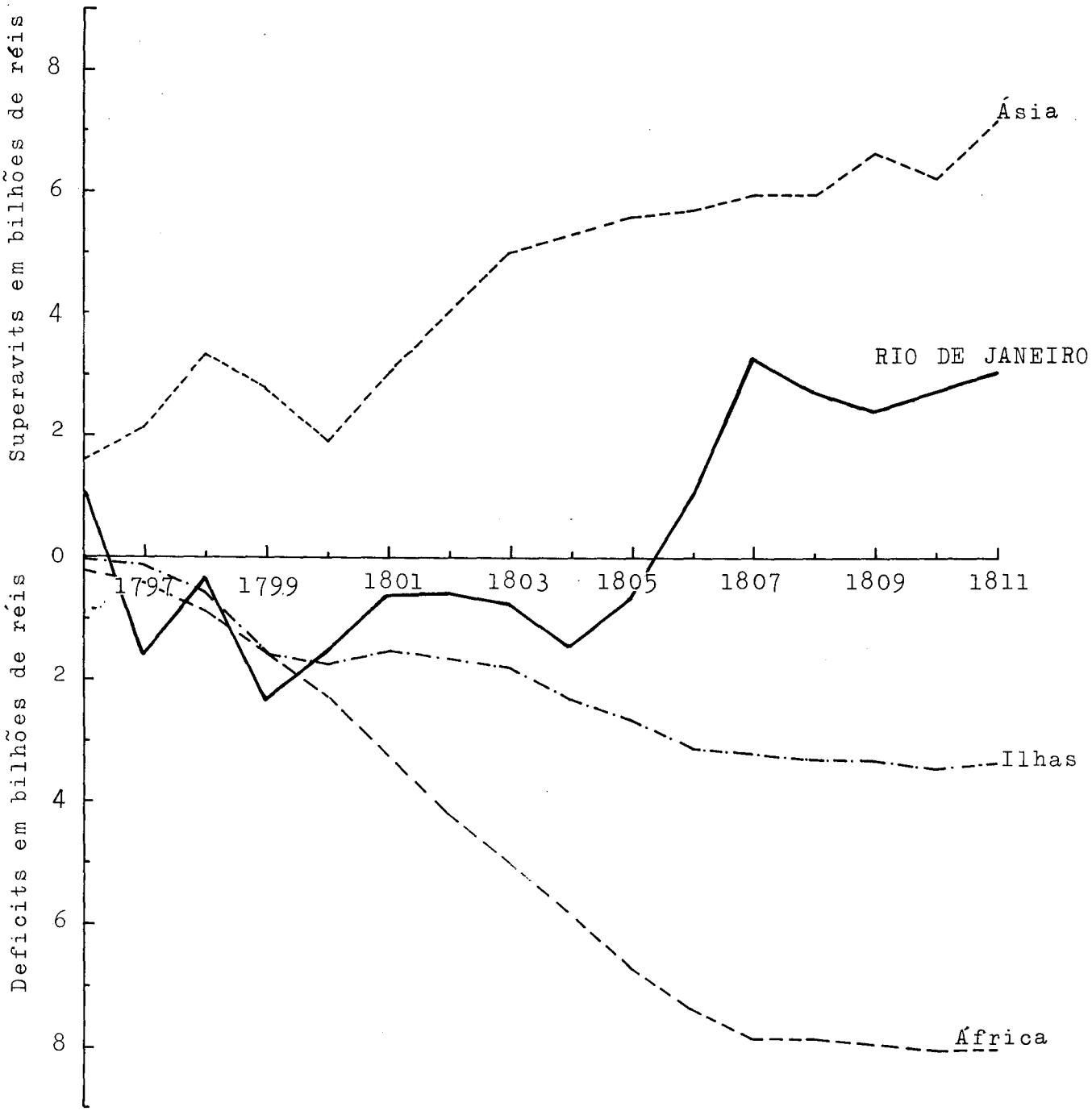


Gráfico 14

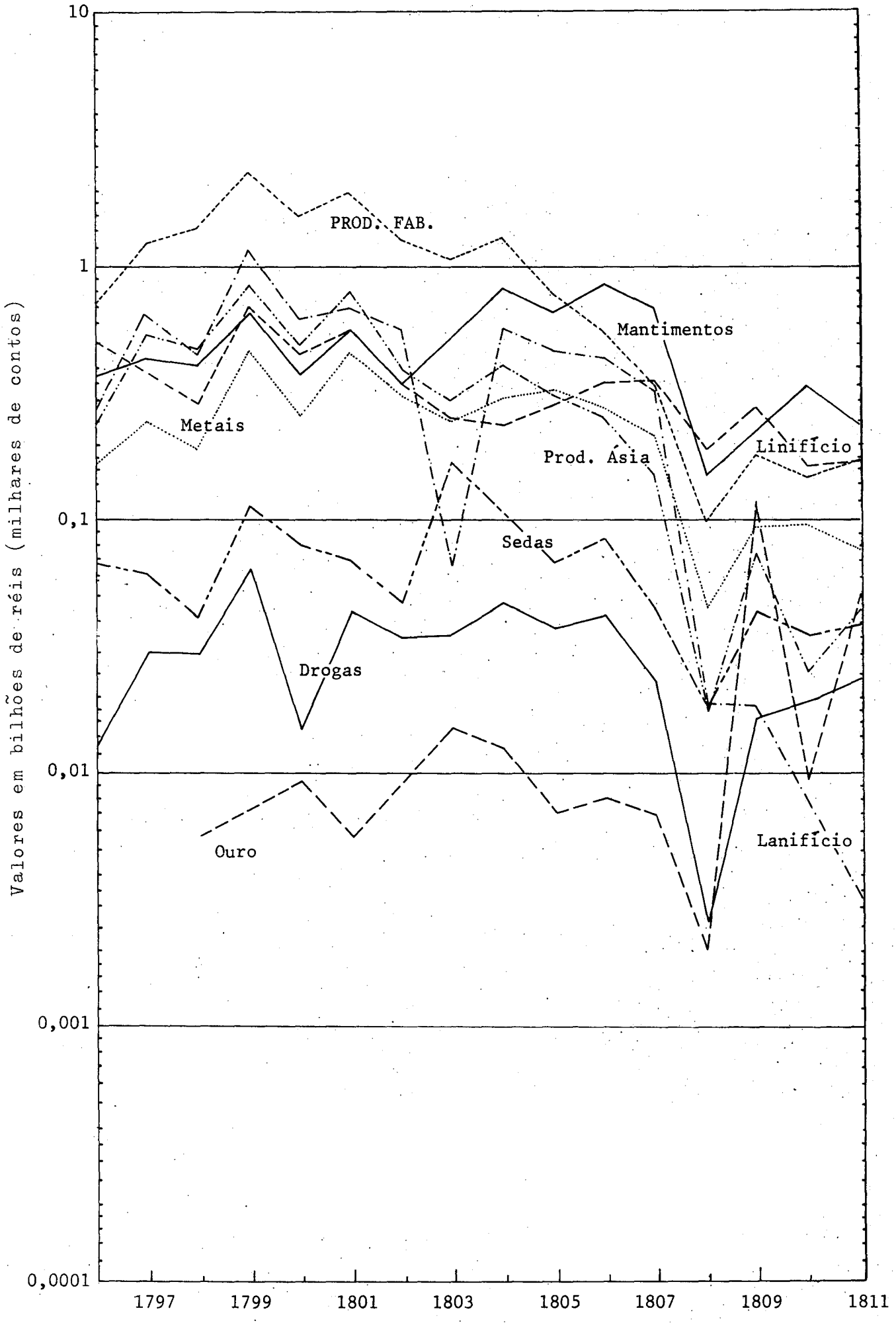
DEFICITS E SUPERAVITS ACUMULADOS NAS OUTRAS COLÔNIAS PORTUGUESAS

DATAS	ÁSIA		ÁFRICA		ILHAS	
	DEFICITS	SUPERAVITS	DEFICITS	SUPERAVITS	DEFICITS	SUPERAVITS
1796		1.626.587$372		201.135$187	32.343$543	
1797		2.158.730$256		437.190$384	193.668$405	
1798		3.276.685$374		849.703$825	664.057$528	
1799		2.751.817$668		1.533.468$211	1.528.294$784	
1800		1.906.993$602		2.264.069$301	1.718.974$001	
1801		3.003.308$102		3.281.433$789	1.500.394$001	
1802		4.047.623$575		4.190.770$983	1.670.707$471	
1803		5.094.473$903		5.o15.464$865	1.844.614$221	
1804		5.321.680$807		5.866.640$305	2.363.375$321	
1805		5.581.043$622		6.639.453$140	2.694.865$608	
1806		5.752.916$337		7.340.349$810	3.103.852$949	
1807		5.975.633$107		7.824.263$010	3.197.291$081	
1808		5.963.857$995		7.844.740$210	3.280.111$391	
1809		6.661.787$009		7.958.421$020	3.299.437$486	
1810		6.244.799$488		8.018.677$130	3.434.986$114	
1811		7.197.861$508		8.054.103$250	3.369.116$814	

Tabela 16

POSIÇÃO DOS PRODUTOS NA IMPORTAÇÃO DO BRASIL

REGIÃO: RIO DE JANEIRO



PARTICIPAÇÃO DOS PRODUTOS NA IMPORTAÇÃO

RIO DE JANEIRO

DATA	MANTIMENTOS	OURO-PRATA	LANIFÍCIO	LINIFICIO	SEDAS	PRODUTOS DAS FABRICAS	PRODUTO DA ÁSIA	METAIS	DROGAS	VÁRIOS	TOTAL
1796	374.367$559	----	289.319$101	504.163$560	67.413$781	727.330$499	243.405$205	176.608$949	13.274$062	76.287$320	2.472.170$036
1797	434.499$326	-----	645.843$086	388.650$086	61.252$184	1.256.001$230	553.317$959	249.207$828	31.493$675	101.023$002	3.721.288$376
1798	411.027$741	5.893$600	457.863$178	296.977$581	40.775$769	1.441.012$261	473.715$460	194.536$385	30.221$044	61.323$385	3.413.346$404
1799	674.772$422	----	1.183.482$260	697.709$760	115.528$802	2.391.804$437	820.416$635	459.809$085	64.396$222	166.752$640	6.574.672$263
1800	388.092$350	9.495$900	624.516$095	461.197$230	79.444$220	1.595.414$245	498.447$680	262.941$610	15.854$045	110.053$069	4.045.456$444
1801	570.589$910	5.738$300	690.860$960	568.559$676	69.616$120	1.969.689$547	798.618$240	469.146$350	43.012$615	145.795$710	5.331.627$428
1802	359.461$580	9.526$200	573.446$740	351.183$306	57.591$620	1.331.935$533	395.332$010	336.432$315	34.626$340	129.346$575	3.578.882$219
1803	514.776$500	14.504$750	67.012$012	256.498$015	162.364$100	1.167.753$570	296.346$950	249.685$534	36.004$625	122.138$113	2.887.084$169
1804	819.952$440	12.788$200	577.120$220	244.894$948	112.878$050	1.286.126$238	405.079$646	309.577$915	47.478$647	143.124$420	3.959.020$724
1805	687.828$640	6.958$860	484.174$272	282.981$786	69.445$655	794.922$021	319.192$790	327.331$817	37.494$412	140.092$930	3.150.423$183
1806	849.907$390	7.928$050	438.681$690	354.213$267	84.849$924	551.729$210	262.244$105	283.582$645	42.296$765	139.075$765	3.014.508$811
1807	697.502$550	6.817$900	330.558$470	361.342$485	46.967$480	349.588$084	152.467$170	228.340$645	23.372$065	80.462$450	2.277.419$299
sub-total	6.782.778$408	79.651$760	6.362.878$084	5.362.878$084	968.127$705	14.863.306$875	5.218.583$850	3.547.201$078	419.524$517	1.415.475$379	43.904.899$356
1808	154.574$810	2.074$400	18.775$608	189.867$960	18.073$550	98.635$505	18.593$560	46.013$170	2.693$700	35.742$280	585.044$543
1809	208.270$020	116.914$500	18.666$020	282.901$240	54.479$565	181.380$740	76.076$940	93.954$100	16.321$585	62.983$990	1.111.948$700
1810	341.575$740	9.685$100	7.942$800	165.178$070	36.096$900	154.161$260	26.138$100	97.471$755	19.626$000	68.022$830	925.898$555
1811	246.855$400	50.731$200	3.379$300	175.131$530	37.450$460	174.170$010	47.736$100	78.201$210	24.235$980	80.067$920	917.559$110
TOTAL	7.734.054$378	259.056$960	6.411.641$812	5.581.450$500	1.114.228$180	15.471.165$390	5.387.128$550	3.862.841$313	482.401$782	1.662.292$399	47.966.750$264

Tabela 17

PARTICIPAÇÃO PORCENTUAL DOS PRODUTOS NA IMPORTAÇÃO DO BRASIL

RIO DE JANEIRO

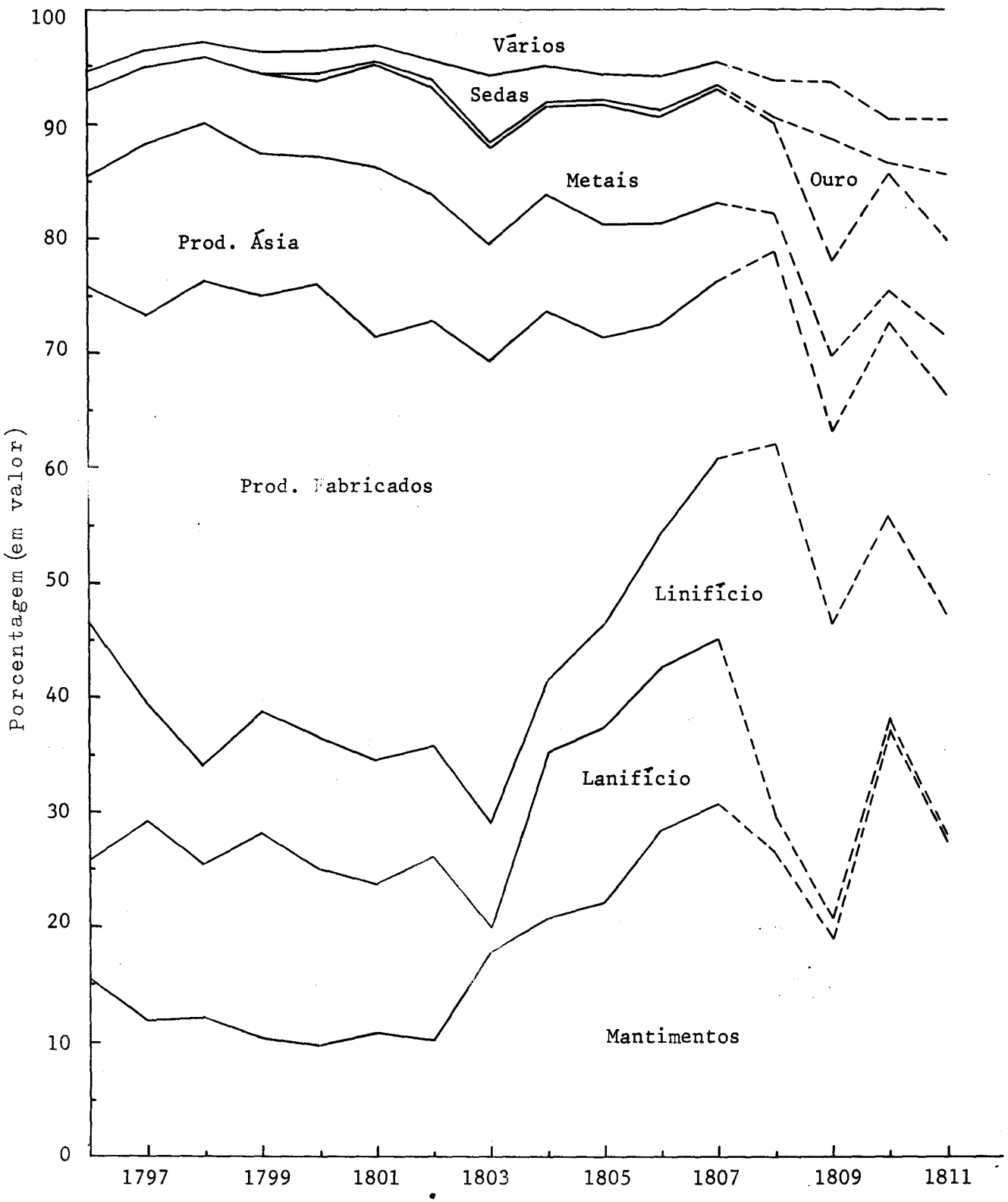


Gráfico 16

PARTICIPAÇÃO PORCENTUAL DOS PRODUTOS NA IMPORTAÇÃO DO BRASIL

RIO DE JANEIRO

PROD. / DATA	MANTIMEN.	OURO-PRATA	LANIFÍCIO	LINIFÍCIO	SEDAS	PROD.FABR.	PROD.ÁSIA	METAIS	DROGAS	VÁRIOS
1796	15,2	---	11,7	20,4	2,7	29,4	9,9	7,1	0,5	3,1
1797	11,7	---	17,4	10,4	1,6	33,7	14,9	6,7	0,9	2,7
1798	12,0	0,2	13,4	8,7	1,2	42,2	13,9	5,7	0,9	1,8
1799	10,3	---	18,0	10,6	1,8	36,4	12,4	7,0	1,0	2,5
1800	9,6	0,2	15,4	11,4	2,0	39,5	12,3	6,5	0,4	2,7
1801	10,7	0,1	13,0	10,7	1,3	36,9	15,0	8,8	0,8	2,7
1802	10,0	0,3	16,0	9,8	1,6	37,2	11,1	9,4	1,0	3,6
1803	17,8	0,5	2,3	8,9	5,6	40,5	10,3	8,6	1,3	4,2
1804	20,7	0,3	14,6	6,2	2,9	32,5	10,2	7,8	1,2	3,6
1805	21,8	0,2	15,4	9,0	2,2	25,2	10,1	10,4	1,2	4,5
1806	28,2	0,3	14,5	11,8	2,8	18,3	8,7	9,4	1,4	4,6
1807	30,6	0,3	14,5	15,9	2,1	15,4	6,7	10,0	1,0	3,5
1808	26,4	0,3	3,2	32,4	3,1	16,9	3,2	7,9	0,5	6,1
1809	18,7	10,5	1,7	25,5	4,9	16,3	6,8	8,4	1,5	5,7
1810	36,9	1,0	0,9	17,8	3,9	16,7	2,8	10,5	2,1	7,4
1811	26,9	5,5	0,4	19,1	4,1	19,0	5,2	8,5	2,6	8,7
TOTAL	16,1	0,5	13,4	11,6	2,3	32,3	11,2	8,1	1,0	3,5

Tabela 18

POSIÇÃO DOS PRODUTOS NA EXPORTAÇÃO DO BRASIL

REGIÃO: RIO DE JANEIRO

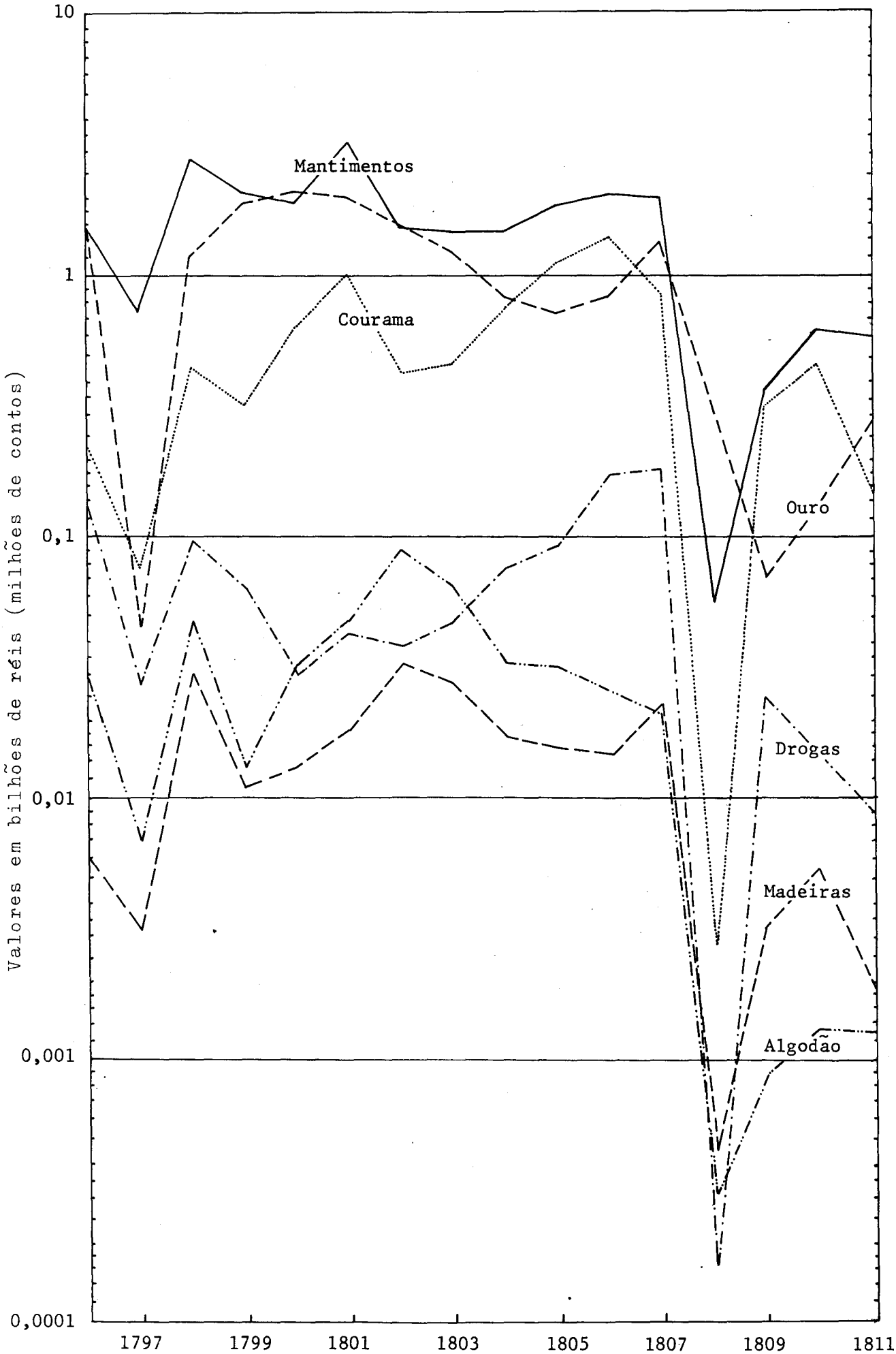


Gráfico 17

PARTICIPAÇÃO DOS PRODUTOS NA EXPORTAÇÃO

RIO DE JANEIRO

DATA	MANTIMENTOS	OURO	ALGODÃO	COURAMA	DROGAS	MADEIRAS	VÁRIOS	TOTAL
1796	1.457.142$532	1.790.505$201	28.501$600	233.493$628	133.452$240	5.964$130	53.122$390	3.702.181$721
1797	731.402$527	49.495$687	6.863$200	76.485$059	28.837$160	3.110$000	19.524$820	915.718$453
1798	2.758.274$870	1.208.671$522	48.542$400	459.494$320	96.662$880	30.063$610	115.978$680	4.717.688$282
1799	2.132.911$200	1.927.884$710	13.153$700	321.963$400	62.358$980	11.665$100	55.610$380	4.525.553$470
1800	1.915.886$000	2.151.524$630	33.455$400	617.059$650	29.582$700	13.071$800	79.875$000	4.840.455$180
1801	3.033.207$800	2.002.044$732	48.718$560	1.036.808$460	42.139$475	18.553$800	108.414$400	6.289.887$227
1802	1.470.797$674	1.480.657$960	89.850$400	432.627$135	38.112$785	33.842$100	97.531$500	3.643.419$554
1803	1.435.740$350	1.246.102$395	65.856$000	447.807$860	46.670$705	27.138$800	25.395$900	3.294.712$010
1804	1.464.482$000	818.476$368	33.120$000	759.116$660	76.834$660	17.014$900	75.500$990	3.244.545$578
1805	1.858.493$880	731.481$263	32.223$360	1.125.402$880	93.622$320	15.577$500	103.436$950	3.960.238$153
1806	2.109.562$550	853.093$355	26.983$840	1.393.288$480	174.906$300	14.790$400	97.685$885	4.670.310$810
1807	2.063.600$800	1.367.217$686	21.950$240	847.175$280	181.555$800	23.429$620	44.576$200	4.549.505$626
sub-total	22.431.502$183	15.627.255$509	449.218$800	7.750.722$812	1.004.736$005	214.221$760	876.659$095	48.354.216$064
1808	54.258$750	----	320$000	2.590$790	159$600	437$700	230$800	57.997$640
1809	376.944$250	71.064$029	886$080	339.305$920	24.638$700	3.274$400	599$200	816.712$579
1810	612.208$000	132.877$974	1.331$200	468.449$620	14.934$740	5.562$000	4.934$000	1.240.297$534
1811	598.125$490	272.265$990	1.285$500	151.842$890	8.938$900	1.969$000	17.549$350	1.051.977$120
TOTAL	24.073.038$673	16.103.363$502	453.041$480	8.712.912$032	1.053.407$945	225.464$860	899.972$445	51.521.200$937

Tabela 19

PARTICIPAÇÃO PORCENTUAL DOS PRODUTOS NA EXPORTAÇÃO DO BRASIL

RIO DE JANEIRO

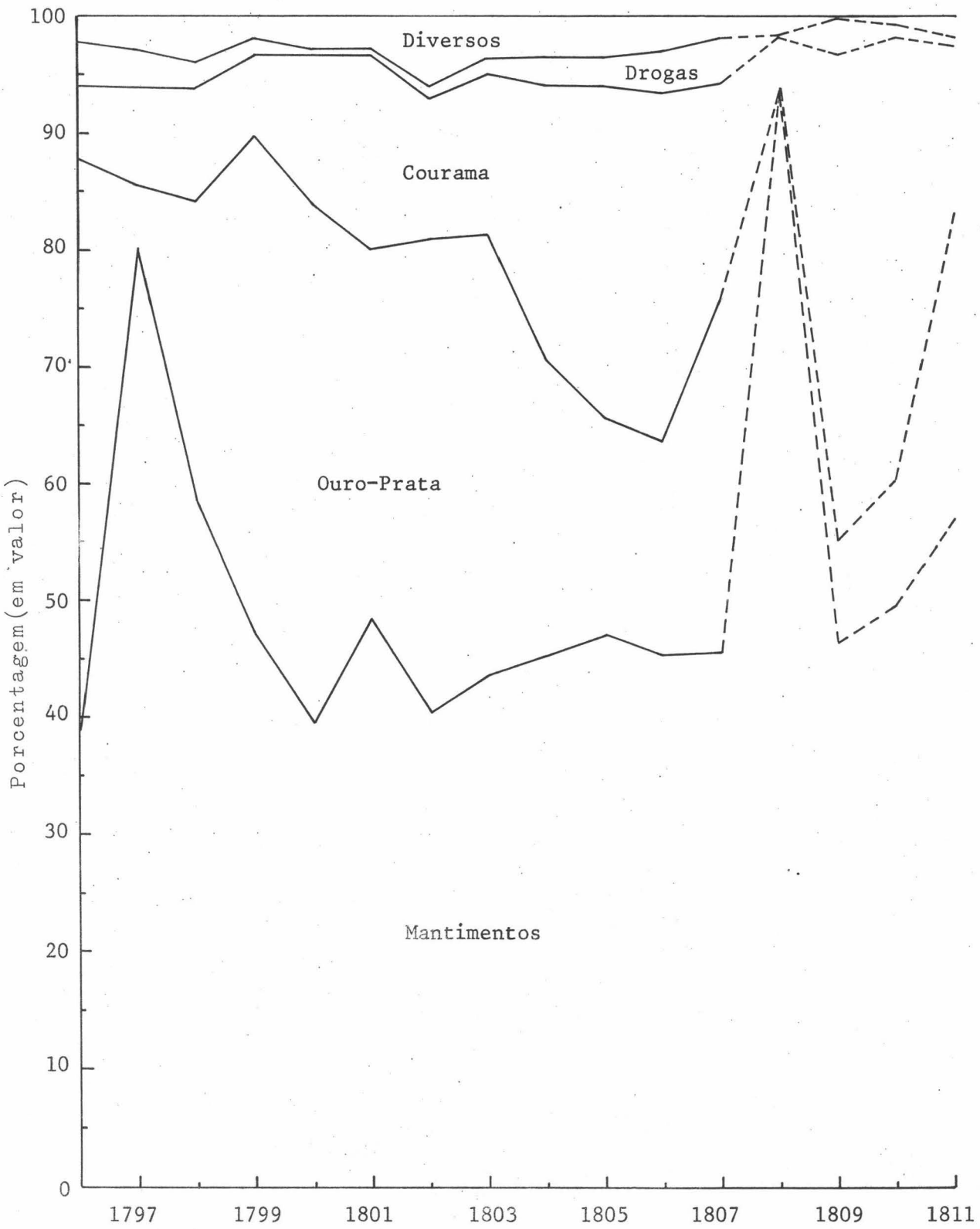


Gráfico 18

PARTICIPAÇÃO PORCENTUAL DOS PRODUTOS NA EXPORTAÇÃO DO BRASIL

RIO DE JANEIRO

PROD. / DATA	MANTIMENTOS	OURO	ALGODÃO	COURAMA	DROGAS	MADEIRAS	VÁRIOS-TABACO	
1796	39,3	48,4	0,8	6,3	3,6	0,2	1,4	
1797	80,0	5,4	0,7	8,4	3,1	0,3	2,1	
1798	58,5	25,6	1,0	9,7	2,1	0,6	2,5	
1799	47,1	42,6	0,3	7,1	1,4	0,3	1,2	
1800	39,6	44,4	0,7	12,7	0,6	0,3	1,7	
1801	48,2	31,8	0,8	16,5	0,7	0,3	1,7	
1802	40,4	40,6	2,5	11,9	1,0	0,9	2,7	
1803	43,6	37,8	2,0	13,6	1,4	0,8	0,8	
1804	45,2	25,2	1,0	23,4	2,4	0,5	2,3	
1805	46,9	18,5	0,8	28,4	2,4	0,4	2,6	
1806	45,2	18,3	0,6	29,8	3,7	0,3	2,1	
1807	45,4	30,0	0,5	18,6	4,0	0,5	1,0	
1808	93,6	---	0,5	4,5	0,3	0,7	0,7	
1809	46,2	8,7	0,1	41,5	3,0	0,4	0,1	
1810	49,4	10,7	0,1	37,8	1,2	0,4	0,4	
1811	56,9	25,9	0,1	14,4	0,8	0,2	1,7	
TOTAL DO PERIODO	46,7	31,3	0,9	16,9	2,0	0,4	1,8	100%

Tabela 20

Variedade de Produtos Exportados pelo RIO DE JANEIRO (1796-1811)

I. Alimentos

1. Aguardente
2. Açúcar Branco
3. Açúcar Mascavado
4. Arroz
5. Café
6. Mel
7. Doce
8. Farinha de Pão
9. Carne de Porco
10. Melaço
11. Unto de Porco
12. Carne
13. Cacau
14. Tapioca
15. Farinha
16. Feijão
17. Carne Salgada

II. Ouro

18. Ouro (patacas e quintos)

III. Courama

19. Atanados
20. Secos
21. Solas
22. Vaquetas
23. Cabelos de Boi
24. Onça
25. Lobo
26. Tigre
27. Urso
28. Veado
29. Couros em Cabelo
30. Salgados
31. Carneiro
32. Raposa
33. Cavalo

IV. Algodão

34. Algodão

V. Drogas

35. Anil
36. Epecacuanha
37. Grude
38. Poyaya
39. Tamarindos em Rama
40. Raiz de Cipó
41. Cristal Mineral
42. Coxonilha
43. Raiz de Buta
44. Balsamo
45. Cocos
46. Nós Moscada
47. Goma Copal
48. Quina

VI. Madeiras

49. Madeira

VII. Vários Gêneros

50. Azeite de Peixe
51. Goma
52. Cola
53. Abada
54. Cebo em Pau
55. Pontas de Boi
56. Barba de Baleia
57. Linho
58. Areia Preateada
59. Cera
60. Estopa de Embira
61. Lã de Vegunia
62. Gergelim
63. Cera em Pau
64. Estanho
65. Cebo
66. Cristal
67. Cobre

Vocabulário dos produtos de exportação do Rio de Janeiro

1. Farinha de Pão: Espécie de farinha que se obtém pela pulverização e excicação da raiz de mandioca (A. M. e Silva, pág. 64).
2. Unto de Porco: A gordura do porco que envolve os intestinos (A. M. e Silva, Pág. 426).
3. Tapioca: Fécula alimentícia que se extrai da raiz da mandioca (C. Aulete, pág. 3.890).
4. Epecacuanha: Planta rubiácea de valor medicinal, também chamada Poaia, cogosanoja, raiz de ouro e raiz do Brasil (C. Aulete, pág. 2.230).
5. Poaia: O mesmo que Epecacuanha (M. e Silva, pág. 409).
6. Tamarindos: A polpa do tamarindo, purificada, preparada com a vagem do tamarindus, é usada como purgante de ação física (M. - Silva, pág. 625).
7. Cipó: Variedade extraordinária de cipós, todos com aplicação medicinal (Dic. Internacional, pág. 2.637).
8. Coxonilha: Corante vermelho que consiste nos corpos secados da fêmea da cochonilha. Usado como mordente de lã para tingir alimentos (N.D.B.M., pág. 269).
9. Raiz de Buta: Eficaz contra numerosas afecções, com ação especial sobre as fibras musculares que tonifica, facilitando assim a boa digestão. Os jesuítas usaram no combate à febre palustre (D. de Plantas úteis do Brasil, pág. 13,14).
10. Goma Copal: Variedade de resinas extraídas de certas árvores - tropicais por incisão (E. e D. Internacional, pág. 2.956).
11. Quina: Nome de numerosas plantas tropicais cuja casca tem aplicação medicinal, com propriedade antifebril (C. Aulete, pág. 3.364).
12. Goma: Substância viscosa que corre de certas árvores (C. Aulete, pág. 1.958).
13. Pontas de Boi: Chifre, chavelho, corno (C. Aulete, pág. 1.196).
14. Barba de Baleia: As lâminas córneas, prismáticas, da maxila superior da baleia, com que se fazem as varetas dos guarda-sóis , espartilho, etc. (E. D. Internacional, pág. 1.143).
15. Estopa de Embira: Fibra liberiana de alguns vegetais, a qual se

usa como cordel para atados e que convenientemente preparados fornecem matéria prima para cordas e estopas (N. D. Brasileiro Melhoramentos, pág. 703).

16. Lã de Vegunia: Pelo animal, especialmente de ovelhas e carneiros (N. D. B. Melhoramentos, pág. 511).
17. Gergelim: Planta medicinal de sementes oleaginosas, também usada como condimento (G. D. da Língua Portuguesa, pág. 488).
18. Cera em Pau: Substância tirada de diferentes vegetais, principalmente a carnaubeira (C. Aulete, pág. 758).

Bibliografia específica

1. Diccionário das Plantas Úteis do Estado de São Paulo, de Huascar Pereira, 1 Vol., São Paulo, 1929.
2. Diccionário das Plantas Úteis do Brasil e das Exóticas Cultivadas, por M.Pio Corrêa, 4 vols., Rio de Janeiro, 1926.
3. Grande Dicionário da Língua Portuguesa, Antonio de Moraes e Silva, 10 vols., 10a. Ed., Rio de Janeiro, 1961.
4. Encyclopedia e Diccionário Internacional, vários autores, 20 Vols., Rio de Janeiro, s.d..
5. Novo Dicionário Brasileiro Melhoramentos, org. Adalberto Prado e Silva, 6a. Ed., 6 vols., São Paulo, 1970.
6. Diccionário Contemporâneo da Língua Portuguesa - Caldas Aulete, 2a. Ed. brasileira, 5 vols., Rio de Janeiro, 1964.

HIERARQUIZAÇÃO DOS PRINCIPAIS PRODUTOS EXPORTADOS PELO RIO DE JANEIRO
(1796 - 1811)

1º	AÇÚCAR BRANCO	6º	CAFÉ
2º	COUROS SECOS	7º	ARROZ
3º	AÇÚCAR MASCAVADO	8º	COURO EM CABELO
4º	AGUARDENTE	9º	ALGODÃO
5º	QUINTOS	10º	ANIL

Produtos Importados pelo RIO DE JANEIRO no ano de 1796.

I. Mantimentos

1. Aguardente
2. Azeite
3. Bacalhau
4. Chocolate
5. Manteiga
6. Passas de Uva Figo
7. Prezuntos
8. Payos e Chouriços
9. Queijos Flamengos
10. Queijo Ingles
11. Sal
12. Vinagre
13. Vinho
14. Acafrão
15. Aletria
16. Alpista
17. Ameixas Passadas
18. Amendoa
19. Azeitona
20. Biscoito
21. Castanha Pilada
22. Cebolas
23. Cevadinha
24. Chouriços
25. Cominhos
26. Doce
27. Erva Doce
28. Figos Passados
29. Mel
30. Passas de Alicante
31. Passas de Algarve
32. Queijo Parmezão
33. Alho
34. Ameixas Secas
35. Nozes
36. Passas de Peras
37. Roscas
38. Sardinha

II. Lanifícios

1. Baeta de Cores
2. Baeta Grãa
3. Calções Demeya
4. Cazemira
5. Droguete Castor
6. Droguete Pano Rey
7. Durantes
8. Lilla
9. Pano Fino
10. Baetão
11. Pano Entre Fino e Ordinário
12. Barretes
13. Carmelões
14. Duraque
15. Fitas de Lãa
16. Meyas
17. Ozoria
18. Saetas
19. Sarjas
20. Serafinas
21. Setim Delãa
22. Baetas de Cores Ordinárias
23. Baeta de Meia Cor
24. Baeta de Cor Fina
25. Baeta Preta Fina
26. Baeta de Meia Largura
27. Baetão Liso
28. Baetão de Cor Fina
29. Camelão de Irlanda
30. Camelão Pintado
31. Camelão Ingles
32. Durantes de Cores
33. Durantes de Cor Fina

34. Durantes de Viscar
35. Silecia
36. Duraques
37. Amen
38. Burel
39. Droquete Pano de França
40. Droquete Pano Cor Fina
41. Droquete Pano Ingles
42. Droquete Rei Liso
43. Droquete Rei Laurado
44. Melania de Cores
45. Malania de Cor Fina
46. Meias de Lã
47. Pano Escarlate
48. Pano de Serra
49. Saeta de Cores
50. Saeta de Cor Fina
51. Sargia
52. Setim
53. Baetinha
54. Corte de Calção
55. Damasco
56. Galão
57. Lã de Cazear Fina
58. Lã de Cazear Grossa
59. Lapim
60. Mantas
61. Pano Ingles
62. Pano Lemiste

III. Linifício

1. Aniagens
2. Bretanhas de França
3. Bretanhas de Hamburgo
4. Brim
5. Cambrayas
6. Crés
7. Enxarcia
8. Fio de Vela
9. Lonas
10. Olandas Cruas
11. Pano de Linho de Hamburgo
12. Pano de Linho Ordinário
13. Pano de Linho dos Arcos
14. Ruões
15. Riscadas
16. Frés
17. Bretanhas de França Larga
18. Bretanhas de França Estreitas
19. Bretanhas de Irlanda Largas
20. Bretanhas de Irlanda Estreitas
21. Bretanhas de Hamburgo Largas
22. Bretanhas de Hamburgo Estreitas
23. Brim de Hamburgo
24. Brim da Holanda
25. Cambraia Fina
26. Cambraia Transparente
27. Cambraeta Ordinária
28. Cambraeta Entrefinas
29. Cavalim
30. Calhamaço
31. Estopa de Hamburgo
32. Esquião
33. Esquião Grosso da Letra
34. Fios de Cores Velha
35. Lona da Russia
36. Lona da Holanda
37. Meias de Linha de Homen
38. Meias de Linha de Mulher
39. Olandilhas de 16 cavados
40. Pano de Linho da Alemanha
41. Pano de Linho de Irlanda Fino
42. Pano de Linho Grosso
43. Pano de Linho do Reino
44. Pano de Linho de Estopa
45. Biscadilho de Hamburgo Ordinário
46. Biscadilho de Hamburgo Melhor
47. Ruão de Hamburgo
48. Ruão de Cofe
49. Frés de Hamburgo
50. Capateiro

51. Guardanapos
52. Renda Sortida
53. Toalhas de Mesa
54. Talagarça em Folhas
55. Talagarça em Tiras
56. Volante de Linho

IV. Sedas

1. Calções de Meya
2. Chamalotes
3. Damasco
4. Fittas
5. Nobreza
6. Setim
7. Retros
8. Velludo
9. Cortes Bordados de Capatos
10. Fittas de Itália
11. Fittas Estreitas de França
12. Floco Grosso
13. Floco Fino
14. Fumo de Itália
15. Gravatas
16. Meias Finas
17. Meias Ordinárias
18. Nobreza da Itália
19. Nobreza de França Larga
20. Rendas de Várias Larguras
21. Retros de Itália
22. Sarja
23. Setim de Itália
24. Setim Ordinário
25. Tafetá de Castela
26. Veludo de Itália
27. Alacadores de Seda
28. Bandas de Militar
29. Cordões de Bengalas
30. Cobertores
31. Fumo Fino
32. Fumo Ordinário
33. Lindeza
34. Troçal
35. Tife
36. Vestes Bordadas

V. Produções das Fábricas do Reino

1. Alfinetes de Ferro
2. Acolchoado
3. Algodão e Seda
4. Aventais Pintados
5. Baetão
6. Baetilha
7. Bafetaz
8. Bandas de Retros
9. Bandejas de Cobre
10. Barretes de Seda
11. Bretanhas
12. Botões de Casquinha de Casaca
13. Botões de Casquinha de Veste
14. Botões de Madre Pérola
15. Cambraya Lavrada
16. Cambrayas Ramos de Ouro
17. Cambrayas Lisas
18. Cangas Pintadas
19. Caixa de Tabaco
20. Cassas de Risca
21. Chales
22. Chapéus Finos
23. Chapéus Grossos
24. Chitas de Diversos Padrões
25. Cerveja
26. Cobertores de Chita
27. Coletes de Seda
28. Coletes de Veludo
29. Coletes de Algodão (e Seda)
30. Coletes de Chita
31. Cortes de Calção de Meia de Seda
32. Cortes de Calção de Meia de Algodão
33. Damasco de Ouro
34. Droquetes de Lãa

35. Varas Dorias Pintadas
36. Esparregão de Seda
37. Fio de Ouro
38. Fitas de Seda
39. Fustão de Algodão
40. Fumo
41. Galão de Seda
42. Galão de Ouro
43. Galão Fino Sortido
44. Lacre
45. Lenços de Cambraia Lavrados
46. Lenços de Seda e Algodão
47. Lenços de Algodão Pintados
48. Lenços de Chita.
49. Lonas
50. Louça Fina
51. Algodão
52. Marroquins
53. Meias de Seda
54. Meias de Algodão
55. Muselinas
56. Nobrezas
57. Palheta de Ouro
58. Pano de Lãa
59. Pelucias de Algodão
60. Pentes de Marfim
61. Pólvora Fina
62. Pólvora Grossa
63. Rapé
64. Renda de Ouro
65. Retros
66. Riscadas de Algodão e Seda
67. Saias de Chita
68. Saias de Cassa
69. Saias de Algodão e Seda
70. Saias de Cambraia
71. Saias Acolchoadas
72. Sarja de Seda
73. Sarja de Algodão
74. Serafinas
75. Sedas de Matriz
76. Setins de Cores
77. Silecias
78. Setina
79. Tafetá
80. Velbutre
81. Veludo
82. Lhama
83. Vestes Pintadas
84. Vestes de Seda
85. Vestes Bordadas
86. Vidraças
87. Copos
88. Caixas
89. Radão
90. Tramoya
91. Frena
92. Volante

VI. <u>Produções da Azia</u>

1. Amamos
2. Bafetazes
3. Bafetazes Ordinários
4. Bafetazes
5. Biatilhas
6. Cabayas Pintadas
7. Cabayas Lustrina
8. Cabayas Lisas
9. Cadeas Ingeses
10. Cadeas Surrate
11. Cadeas Balagate
12. Cambraia
13. Caneta de Coitão
14. Cangas Assucaradas
15. Cangas Azuis
16. Cangas Rosas
17. Cangas Brancas
18. Canela
19. Cassas
20. Chá
21. Cravo
22. Lenços de Beatilha e Cassa

23. Lenços Finos
24. Lenços Patavares
25. Lenços Paliacate
26. Lenços Bengala
27. Lenços Surrate
28. Lenços Dios
29. Lenços de Cassa Ordinários
30. Leques
31. Lecurins
32. Longuins da Costa
33. Louça da Índia
34. Almodis Patená
35. Marchas Grossos
36. Marogozins
37. Papeleu de Chavão
38. Pericaes
39. Pericaes de 36 mãos
40. Pericaes de 28 mãos
41. Pimenta
42. Sanas
43. Setim
44. Toalhas de Bengala
45. Tucros Grossos
46. Zuartes Pintados
47. Zuartes Azuis
48. Cadias Aljofrado
49. Balagate
50. Ingles
51. Coromandeis de Surrate
52. Cobertas de Balagate
53. Pericaes de 22 mais
54. Pericaes de 24 mais
55. Linhas de Surrate Largas
56. Linhas de Surrate Estreitas
57. Linhas de Surrate Cartave
58. Pano de Algodão
59. Sayas de Chita
60. Chita
61. Chita de Balagate
62. Chilla
63. Riscados
64. Panos de Cafre
65. Panos de Bahe
66. Bemetins
67. Ermetins
68. Elefantes
69. Garrazes
70. Guzinas

VII. Metais

1. Aço
2. Bacias de Arame
3. Chumbo Sortido
4. Cobre em Chapa
5. Estanho em Barra
6. Estanho em Pratos
7. Ferro em Arcos
8. Ferro em Barra
9. Ferro em Âncoras
10. Folhas de Flandres
11. Latão em Chapa
12. Pregos
13. Cobre em Obra
14. Cobre Manufaturado
15. Cobre em Pasta
16. Chumbo em Rolo
17. Chumbo Munição
18. Chumbo Barra
19. Estanho em Pratos
20. Estanho em Barra
21. Ferro em Pezos
22. Ferro em 28 Tornos
23. Ferro em Varoes d'Janela
24. Ferro em Caldeira
25. Ferro em Obra
26. Fio de Arame de Ferro
27. Ouro e Prata
28. Artigos de Ferragens
29. Agulhas
30. Alfinetes
31. Canivetes
32. Cravo Dourado

33. Facas
34. Garfos
35. Ferragens de Carpinteiro
36. Ferragens de Portas
37. Ferragens e Janelas
38. Fio de Arame
39. Limas
40. Navalhas Sortidas
41. Obras de Estanho
42. Relógios Sortidos
43. Tesouras Sortidas

VIII. Drogas

1. Agoa de Inglaterra
2. Agoa Raz
3. Agoa Forte
4. Agoa da Rainha
5. Alvayade
6. Almagre do Reyno
7. Cré
8. Cre Mustartaros
9. Caparoza
10. Enxofre
11. Fezes de Ouro
12. Geço
13. Goma Arabia
14. Mercúrio
15. Ocre
16. Oleo de Linhaça
17. Poz de Jonetes
18. Pedra Hume
19. Salcatartico
20. Salitre
21. Frincal
22. Verdete
23. Zarcão
24. Murernaes
25. Tintas
26. Destilações
27. Saes
28. Raizes

IX. Vários Gêneros

1. Alcatrão
2. Avellorio
3. Coral
4. Granadas
5. Breu
6. Espelhas Sortidos
7. Livros Impressos
8. Louça Inglesa
9. Papel
10. Pixe
11. Vidro
12. Carteiras
13. Fatos
14. Enfeites
15. Garrafões
16. Cama
17. Óculos Sortidos
18. Peneiras
19. Seges e seus Aparelhos
20. Louça Inglesa
21. Leques Sortidos Ordinários
22. Papel Comum
23. Papel Holanda
24. Papel Encatuxar
25. Papel Pardo
26. Papel Impressão
27. Papel Imperial
28. Papel Pautado
29. Papel Dourado
30. Bezerros Acamursados
31. Peles de Carneiro
32. Pele de Camursa
33. Pelicas Brancas
34. Pelicas de Cores
35. Cruzes Para Contas
36. Caixas de Galeio
37. Incenso.

2. BAHIA

Acompanhando o gráfico nº 19 e tabela nº 9, verifica-se o movimento de importação e exportação da Bahia. A posição da Bahia - em seguida ao Rio de Janeiro e próxima de Pernambuco fica evidente nestes dados.O gráfico de índices de importação e exportação,gráfico nº 20 e tabela nº 10,demonstram que o ano de 1804 marca a supremacia da exportação sobre a importação.Esta supremacia começara em 1799. As médias móveis trienais confirmam esta tendência,pois há apenas um ano em que as importações superam as exportações:1797 (Gráfico nº 20 e Tabela nº 11).

Até 1799, o comércio da Bahia deu deficit. Daí para a - frente,tornou-se superavitário até o fim do período,à exceção de - 1804, (Gráfico nº 21 e Tabela nº 12),Acumulando-se os deficits e superavits no período todo, encontramos apenas superavits, destacados de 1804 em diante (Gráfico nº22 e Tabela nº 13).

O gráfico nº 23 e a Tabela nº 15,contêm as curvas correspondentes às colônias da África,Ásia e Ilhas,já comparadas com o - Rio de Janeiro. Comparando-se agora com a Bahia,mostra-se que a tendência desta região brasileira é semelhante à da Ásia.A confirmação desta constatação aparece mais nitidamente no Gráfico nº24 e Tabela nº16, em que os deficits e superavits foram acumulados.

A composição das importações da Bahia,gráfico nº25 e Tabela nº20,não difere muito do Rio de Janeiro. A análise porcentual dá para a Bahia mais ou menos as mesmas condições verificadas na análise das importações do Rio de Janeiro.Os produtos das fábricas têm - a maior porcentagem em todo o período.A tendência à ampliação da participação dos produtos das fábricas do Reino é visível até 1804. Em 1800,atingiu 39,1% do montante das importações.Na medida em que diminuiu a participação dos produtos das fábricas do Reino,aumenta a participação da categoria alimentos, que passa de 11,8%,em 1797,para 27%,10 anos mais tarde.A mesma constatação que fizemos para o - Rio de Janeiro é válida aqui, i.é., contraiu-se a importação de têxteis,aumentou a participação dos alimentos mas não se ampliou consideravelmente a importação de lanifícios e linifícios,o que nos leva a deduzir outra vez a importância do comércio ilegal para suprir esta lacuna,que era deixada pela contração dos produtos das fábricas. O comércio da Ásia tem um peso considerável;representa,em 1796,16,5%

e, em 1797, 27,3%; daí para a frente, diminui sempre, sem deixar de ter significado. A importação de ouro e prata que aparece no gráfico decorre dos superavits das exportações sobre as importações, que obrigavam os comerciantes metropolitanos a remeterem dinheiro para efetuar os pagamentos das mercadorias adquiridas. A importação de metais mantém-se praticamente constante durante todo o período. (Gráfico nº 26 e Tabela nº 21).

Quanto às exportações, as representações absolutas estão contidas no gráfico nº 27 e na tabela nº 22. A representação porcentual corresponde ao gráfico nº 28 e tabela nº 23. A preponderância dos alimentos é tão grande quanto no Rio de Janeiro. Está por volta de 50% durante o período todo. Em 1796, representou 68,7%, que foi a participação mais alta. O algodão tem uma curva especial. Começou com 8,7% e terminou o período, em 1807, com 20,2% do montante das exportações. Quanto aos couros, a importância é menor que no Rio de Janeiro, tanto em termos absolutos quanto porcentuais: de 6,1% em 1796, atingiu o máximo em 1806, com 17,4%. Destacamos o fato de que na categoria "vários gêneros" há um sem número de produtos, com significativa participação no conjunto, que chegaram a ter 26,4%, em 1797.

Este segundo lugar que a Bahia conserva no conjunto das regiões brasileiras deve ser considerado em termos relativos, por causa da importância crescente de Pernambuco. A Bahia fora a principal região econômica do Brasil no apogeu da economia açucareira. O ouro das Minas Gerais contribuiu para o deslocamento do centro econômico e administrativo para o centro-sul, diminuindo gradualmente a importância econômica da Bahia. Apesar de este período ser extremamente favorável para todo o conjunto da economia brasileira, para a Bahia, em função da primazia que já tivera, não era tão significativo, a ponto de preocupar as autoridades, que gostariam de ver esta região tão dinâmica quanto fora outrora (26).

Neste momento, a economia da Bahia dependia de dois produtos fundamentais: o açúcar e o tabaco. O tabaco era muito impor-

==========

(26) - Mapa dos efeitos que se transportárão d'esta cidade do Rio de Janeiro para os portos abaixo declarados no anno de 1796, Revista do Instituto Historico e Geografico Brasileiro, Vol. XLVI, parte I, 1883, pags. 197 a 204.

tante no 'resgate de negros' na África (27). Em muitas oportunidades, como consta das próprias Balanças do Comércio, moedas eram despachadas para a África para aquisição de escravos, mas, em geral, os negros eram obtidos pelo escambo (28), variadas mercadorias eram utilizadas nesta prática (29), mas o produto principal era sem dúvida o tabaco (30), tanto que os holandeses muitas vezes forçavam os barcos portugueses a trocar parte da sua carga de tabaco por tecidos ou outros produtos europeus (31). Também era intenso o comércio com a Ásia (32).

A Bahia mantinha intenso comércio inter-colonial, abastecendo de escravos outras capitanias. Com o Rio Grande do Sul desenvolvia um ativo comércio de carne seca, couros, sebo e farinha. O número de navios integrados nesse comércio não era superado nem mesmo pelos barcos que faziam a ligação com Lisboa (33).

==========

(27) - Cf. J. R. de Brito, Cartas Econômicas e Políticas (1807), Ed. de Pinto de Aguiar, com o título de A Economia Brasileira no Alvorecer do Século XIX, Salvador, s.d., pág. 51 e segs.

(28) - Carta de J. da S. Lisboa para o Dr. Domingos Vandelli, - Bahia, 18 de outubro de 1781, Anaes da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, Vol. XXXII, 1910, pág. 504.

(29) - R. B. Sheridan, "The Commercial and Financial Organization of the British Slave Trade", The Economic History Review , Vol. XI, nº 2, 1958, pág. 250.

(30) - P. de Aguiar, Ensaios de História e Economia, Salvador, - 1959, 1º Vol., pág. 39.

(31) - Idem, Ibidem, pág. 38.

(32) - "As mercadorias orientais que entravam no Brasil, principalmente através do porto do Salvador, apresentavam considerável variedade e atingiam cifras respeitáveis na balança comercial da Colônia, mesmo considerando globalmente o comércio do império português". J. R. do A. Lapa, A Bahia e a Carreira da Índia, São Paulo, 1968, pág. 272.

(33) - Mapa dos navios que entraram e saíram do Porto da Capitania da Bahia em 1798, 1799, 1800, 1802, 1804, 1805, 1808. B. N. R. J., Seção de Manuscritos, I-17, 12,6 e I-17,12,4.

Porto	Entrada	Saída
Lisboa	304	258
R. G. do Sul	464	549

Também havia ligações com o Rio da Prata, se bem que de menor importância (34).

No final do período que vai de 1796 a 1807, verificou-se, pelos gráficos, uma redução sensível das importações da metrópole - feitas pela Bahia, assim como no Rio de Janeiro. Como já dissemos - na análise das curvas, a explicação está no contrabando, que era - muito intenso nessas duas regiões: "A fazenda de contrabando que o escandaloso excedo se tem introduzido nesta capitania, tem dado cauza a ruina do commercio licito e a perda do Patrimonio Real proveniente dos Direitos que senão cobrão da Importação e Exportação de mercadorias" (35).

==========

(34) - Cf., Idem, Ibidem.

(35) - Balança Geral do Commercio do Reyno de Portugal com os seus Dominios no anno de 1804, Instituto Nacional de Estatistica, Lisboa, Introducão.

CRUZAMENTO DAS CURVAS DE IMPORTAÇÃO-EXPORTAÇÃO

BAHIA

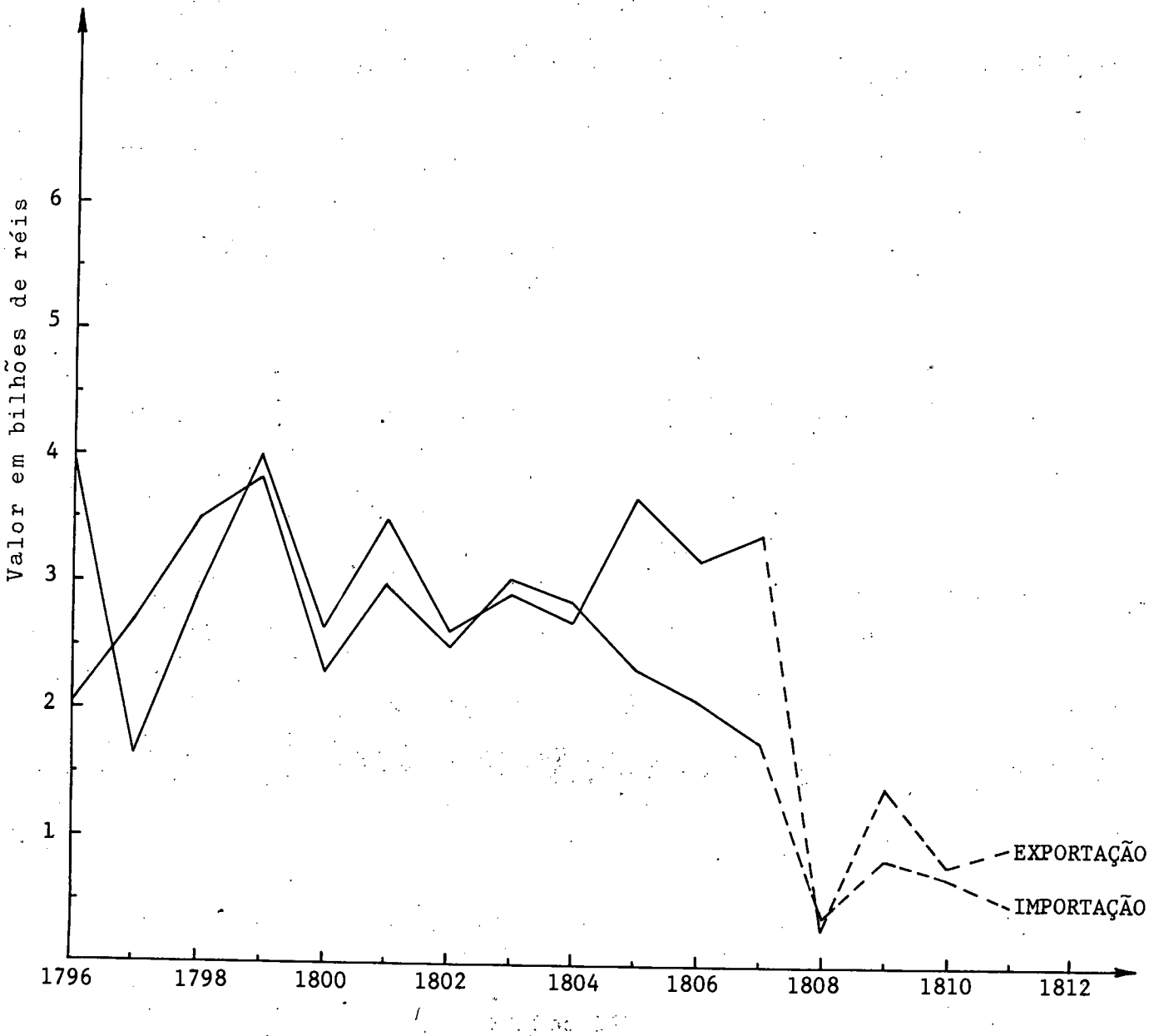


Gráfico 19

ÍNDICES EXPORTAÇÃO/IMPORTAÇÃO

BAHIA

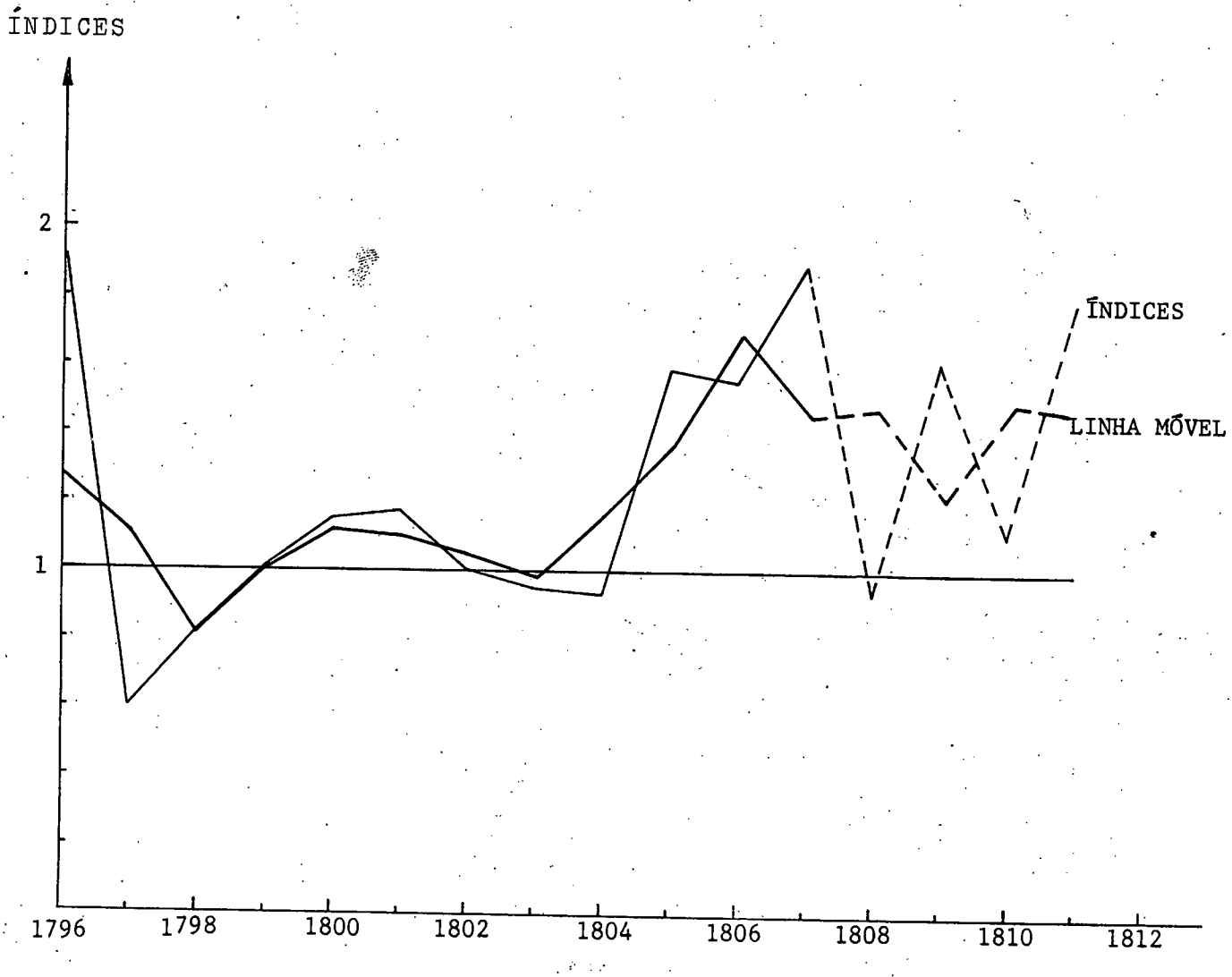


Gráfico 20

DEFICITS E SUPERAVITS

BAHIA

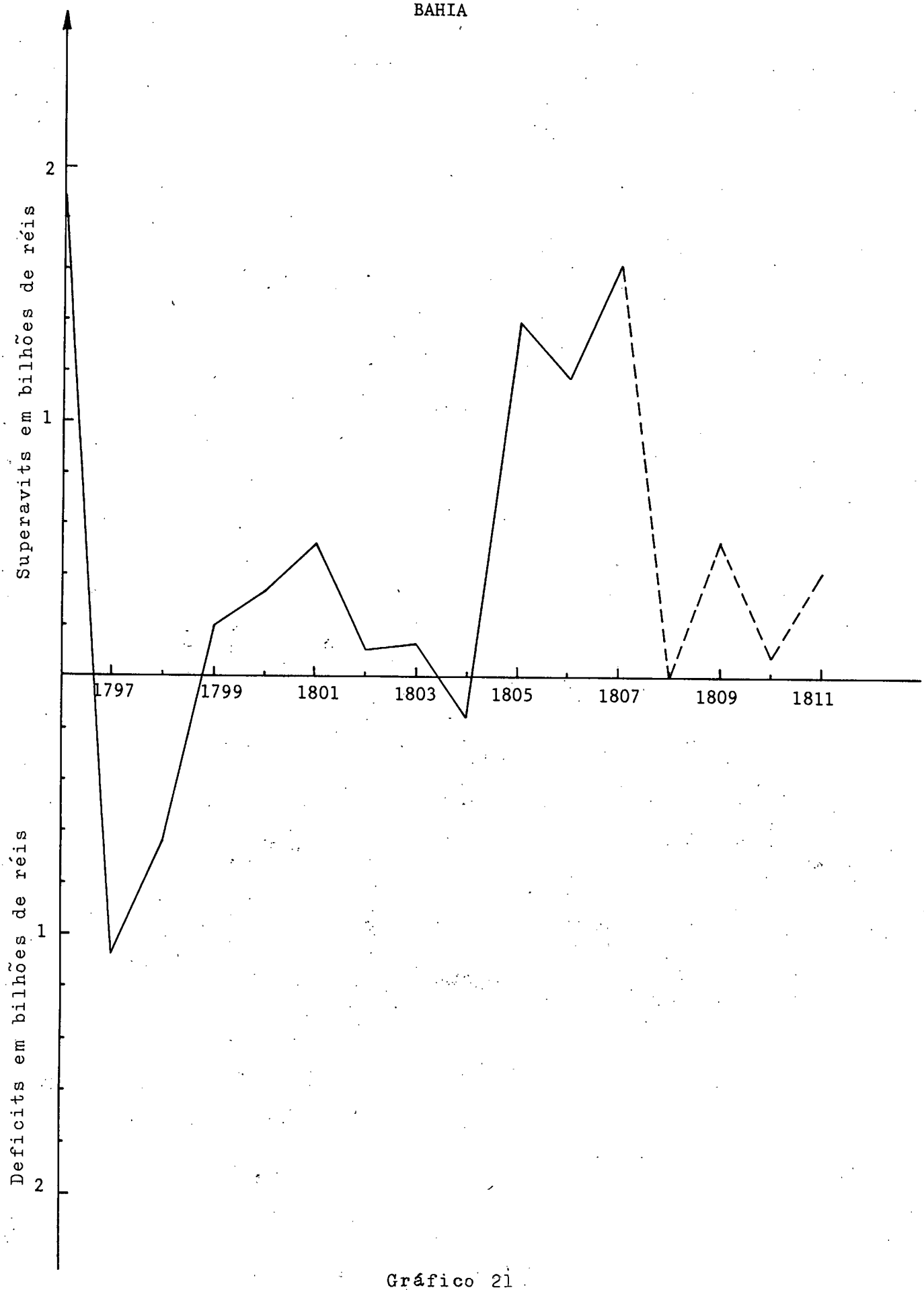


Gráfico 21

DEFICITS E SUPERAVITS ACUMULADOS

BAHIA

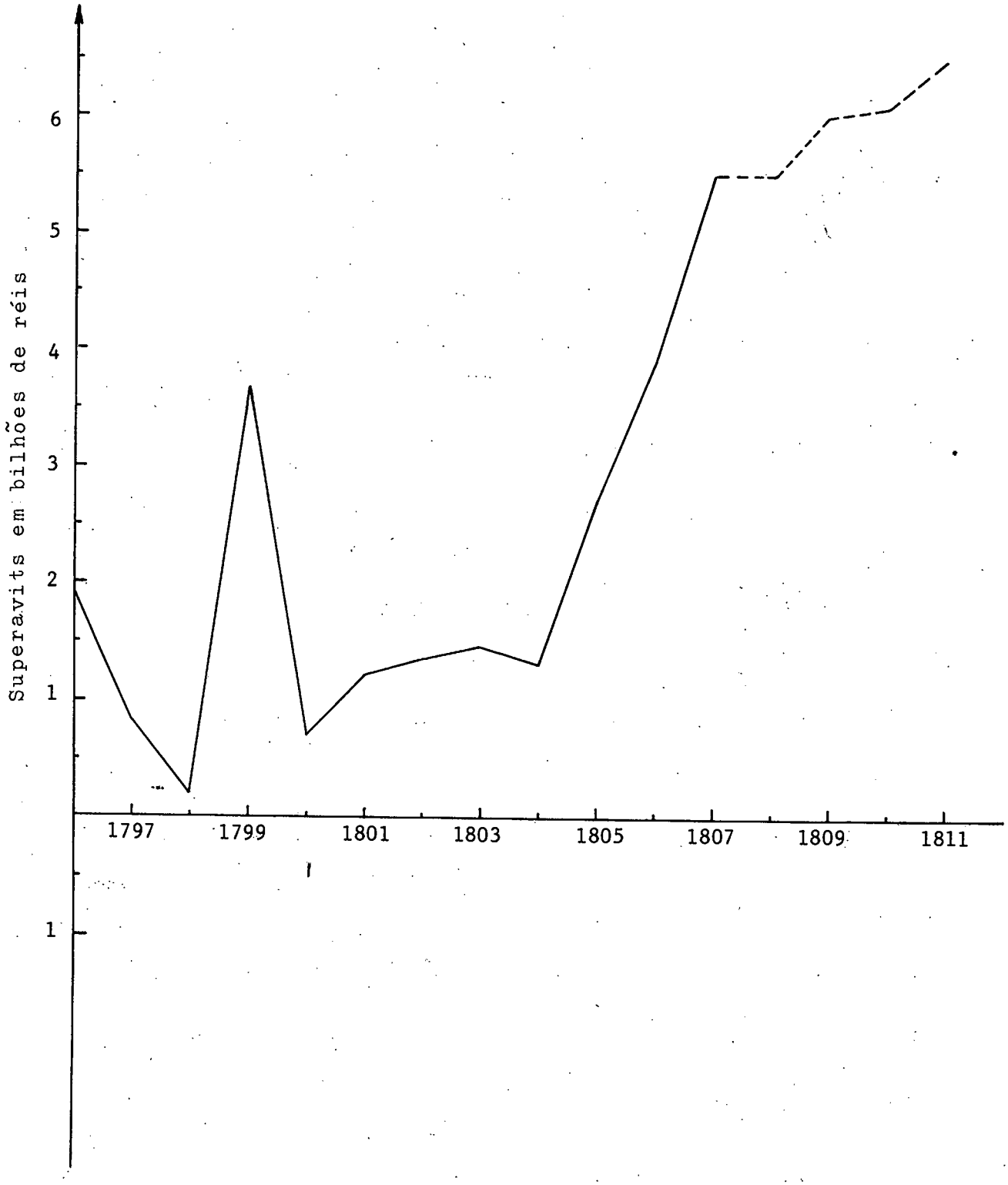


Gráfico 22

DEFICITS E SUPERAVITS

BAHIA E OUTRAS COLÔNIAS (ÁSIA, ÁFRICA, ILHAS)

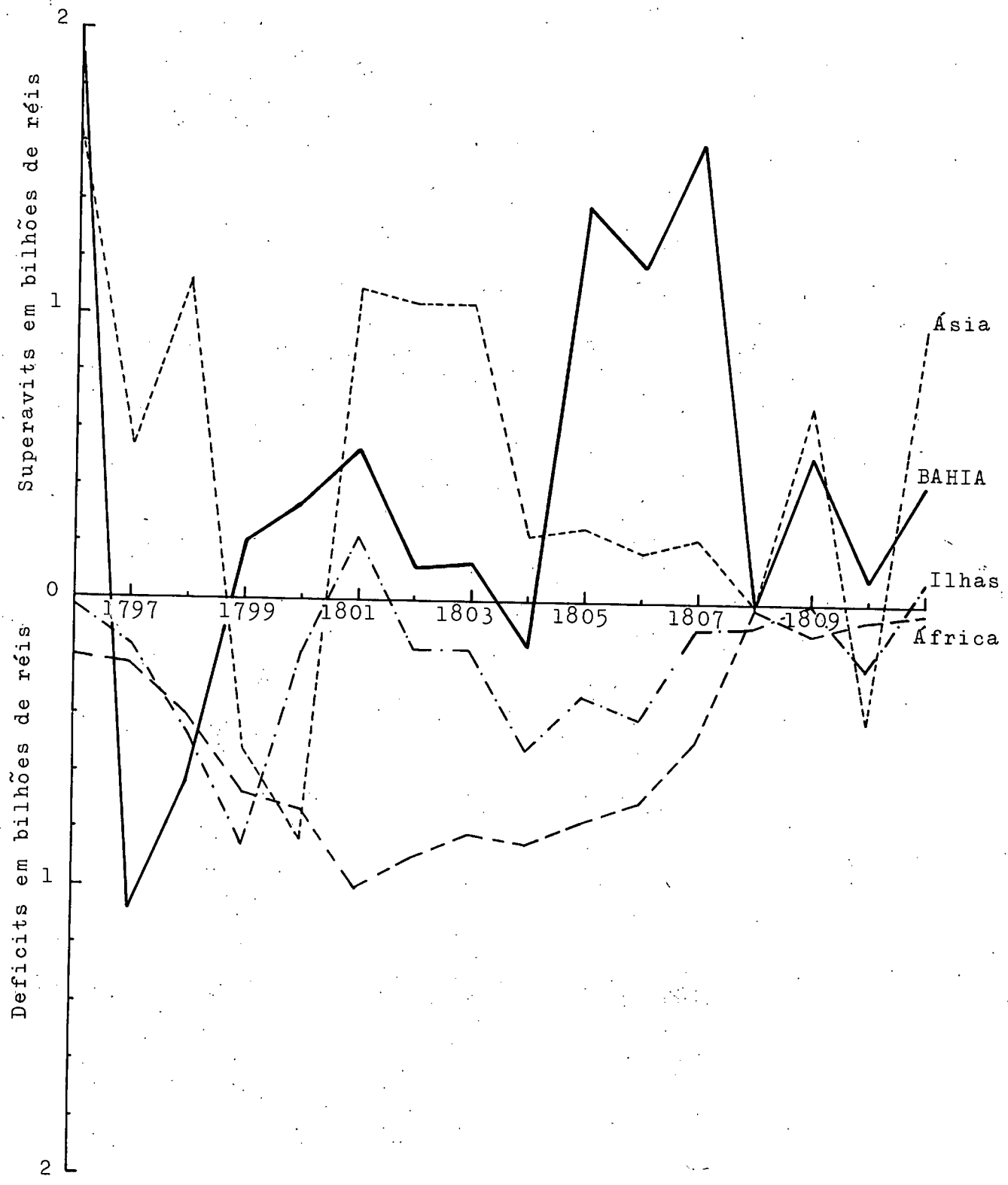


Gráfico 23

DEFICITS E SUPERAVITS ACUMULADOS

BAHIA E OUTRAS COLÔNIAS (ÁSIA, ÁFRICA, ILHAS)

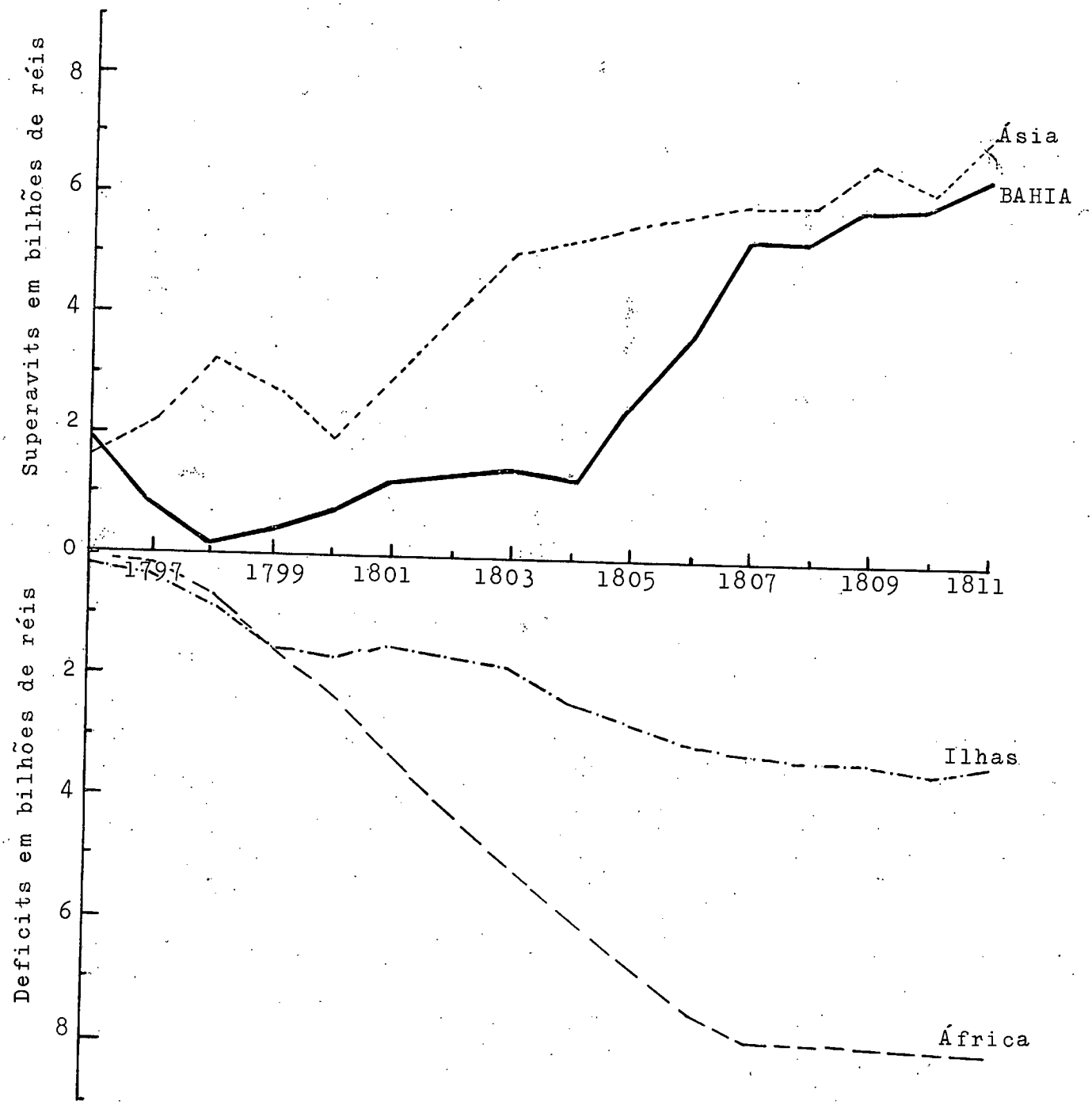


Gráfico 24

POSIÇÃO DOS PRODUTOS NA IMPORTAÇÃO DO BRASIL

REGIÃO: BAHIA

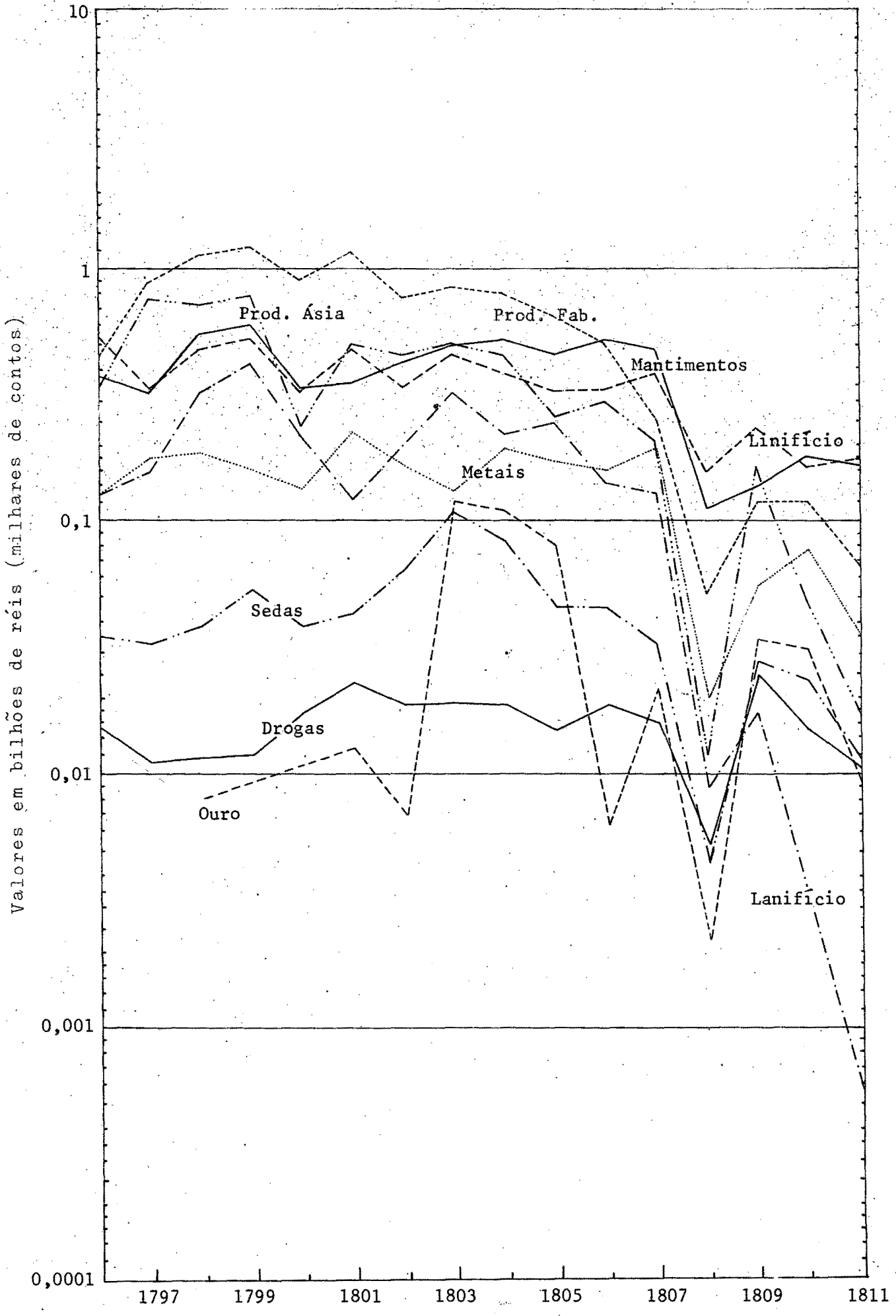


Gráfico 25

PARTICIPAÇÃO DOS PRODUTOS NA IMPORTAÇÃO

BAHIA

DATA	MANTIMENTOS	OURO-PRATA	LANIFÍCIO	LINIFÍCIO	SEDAS	PRODUTOS DAS FABRICAS	PRODUTO DA ÁSIA	METAIS	DROGAS	VÁRIOS	TOTAL
1796	381.414$708	----------	129.959$402	533.879$680	35.712$557	450.218$644	341.627$953	130.120$693	15.900$149	50.803$616	2.069.637$402
1797	323.704$418	----------	157.575$786	340.640$947	33.381$280	856.805$099	746.531$338	175.746$674	11.120$909	88.576$394	2.734.082$845
1798	546.946$833	8.012$700	310.639$144	485.261$996	37.337$206	1.131.500$481	724.124$346	184.423$177	11.709$786	69.709$786	3.509.665$455
1799	592.143$902	----------	410.854$260	521.973$470	52.922$524	1.217.191$505	776.370$280	161.448$067	12.083$750	73.313$680	3.818.301$438
1800	340.937$255	----------	213.765$100	335.545$460	38.411$250	900.922$515	245.089$480	136.174$737	17.014$080	78.063$560	2.305.923$437
1801	354.635$685	12.560$900	121.428$075	484.089$831	42.138$180	1.163.680$295	486.487$133	217.337$705	22.246$265	80.796$171	2.985.400$240
1802	424.135$060	6.913$000	199.018$576	340.514$190	63.629$132	761.954$252	452.684$500	171.495$009	18.623$040	66.980$410	2.505.947$169
1803	498.234$530	120.606$795	321.720$397	447.563$036	111.415$590	813.320$791	498.398$330	136.108$292	19.715$305	74.678$865	3.041.761$931
1804	525.065$570	116.431$000	222.988$910	386.648$077	83.662$665	788.420$940	449.053$068	192.928$660	18.035$875	74.688$500	2.857.923$265
1805	452.724$400	81.838$010	246.243$380	329.322$198	46.793$945	652.276$815	256.175$010	177.453$720	15.640$350	81.874$892	2.340.342$720
1806	520.484$950	6.500$800	140.454$035	335.548$375	46.435$490	506.891$695	296.449$270	159.291$510	18.796$590	79.598$250	2.110.450$965
1807	485.732$140	21.108$000	131.363$560	382.385$990	33.240$160	257.995$050	213.049$480	196.070$123	16.046$525	55.223$198	1.792.214$226
sub-total	5.584.888$341	373.971$205	2.606.010$625	4.923.373$250	625.079$979	9.501.178$082	5.486.040$188	2.038.598$367	196.932$624	882.757$322	32.071.651$093
1808	112.681$350	2.101$900	8.996$916	156.575$080	4.234$800	52.795$835	11.790$820	20.823$493	5.311$625	9.382$760	384.694$579
1809	138.728$890	34.144$794	17.758$680	236.437$880	28.426$940	117.026$030	160.907$520	53.728$500	25.618$115	37.760$475	850.537$824
1810	180.904$990	31.189$120	3.249$000	126.765$300	24.386$490	119.892$180	44.146$180	77.634$820	14.748$720	56.930$220	715.847$020
1811	169.253$660	9.394$000	528$800	173.966$720	11.062$200	67.408$940	17.597$000	39.204$660	10.655$330	38.071$960	537.143$270
TOTAL	6.047.728$341	450.801$019	2.636.544$021	5.653.118$230	693.190$409	9.858.301$067	5.720.481$708	2.229.989$840	253.266$414	1.016.452$737	34.559.873$786

Tabela 20

PARTICIPAÇÃO PORCENTUAL DOS PRODUTOS NA IMPORTAÇÃO DO BRASIL

BAHIA

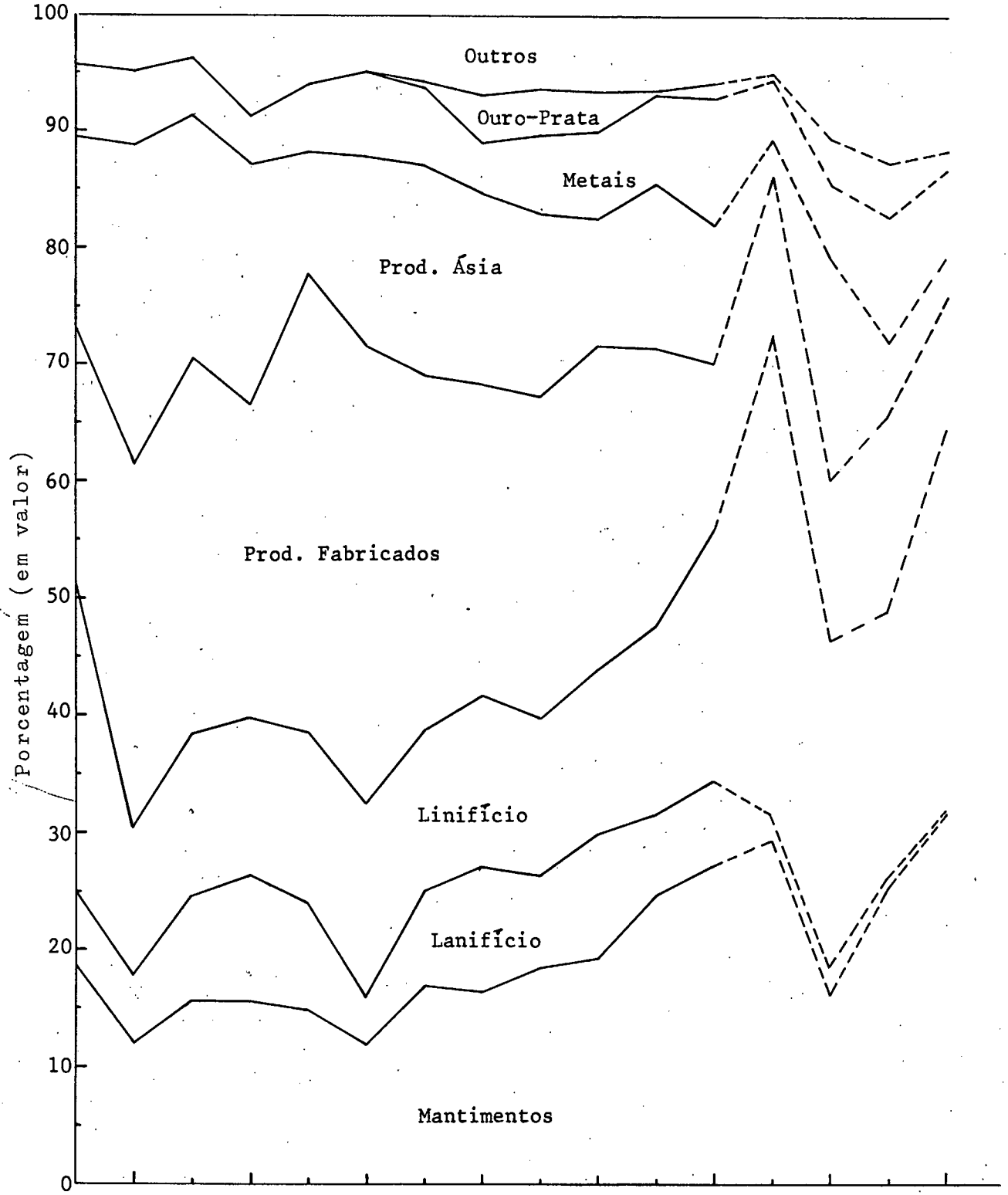


Gráfico 26

PARTICIPAÇÃO PORCENTUAL DOS PRODUTOS NA IMPORTAÇÃO DO BRASIL

BAHIA

PROD. / DATA	MANTIMEN.	OURO-PRATA	LANIFÍCIO	LINIFÍCIO	SEDAS	PROD.FAB.	PROD.ÁSIA	METAIS	DROGAS	VÁRIOS
1796	18,4	---	6,3	25,8	1,7	21,8	16,5	6,3	0,8	2,4
1797	11,8	---	5,8	12,5	1,2	31,3	27,3	6,4	0,4	3,3
1798	15,6	0,3	8,9	13,8	1,1	32,2	20,6	5,2	0,3	2,0
1799	15,5	---	10,9	13,7	1,4	31,9	20,3	4,2	0,3	1,9
1800	14,8	---	9,3	14,5	1,7	39,1	10,6	5,9	0,7	3,4
1801	11,9	0,4	4,1	16,2	1,4	39,0	16,3	7,3	0,7	2,7
1802	16,9	0,3	7,9	13,6	2,5	30,4	18,1	6,8	0,7	2,7
1803	16,4	4,0	10,6	14,7	3,7	26,7	16,4	4,5	0,6	2,4
1804	18,4	4,1	7,8	13,5	2,9	27,6	15,7	6,8	0,6	2,6
1805	19,3	3,5	10,5	14,1	2,0	27,9	10,9	7,6	0,7	3,5
1806	24,7	0,3	6,7	15,9	2,2	24,0	14,0	7,5	0,9	3,8
1807	27,1	1,2	7,3	21,3	1,9	14,4	11,9	10,9	0,9	3,1
1808	29,3	0,6	2,3	40,7	1,1	13,7	3,1	5,4	1,4	2,4
1809	16,3	4,0	2,1	27,8	3,3	13,8	18,9	6,3	3,0	4,5
1810	25,3	4,4	0,4	22,7	3,4	16,7	6,2	10,8	2,1	8,0
1811	31,5	1,7	0,1	32,4	2,1	12,5	3,3	7,3	2,0	7,1
TOTAL	17,5	1,3	7,6	16,4	2,0	28,5	16,6	6,5	0,7	2,9

Tabela 21

POSIÇÃO DOS PRODUTOS NA EXPORTAÇÃO DO BRASIL

REGIÃO: BAHIA

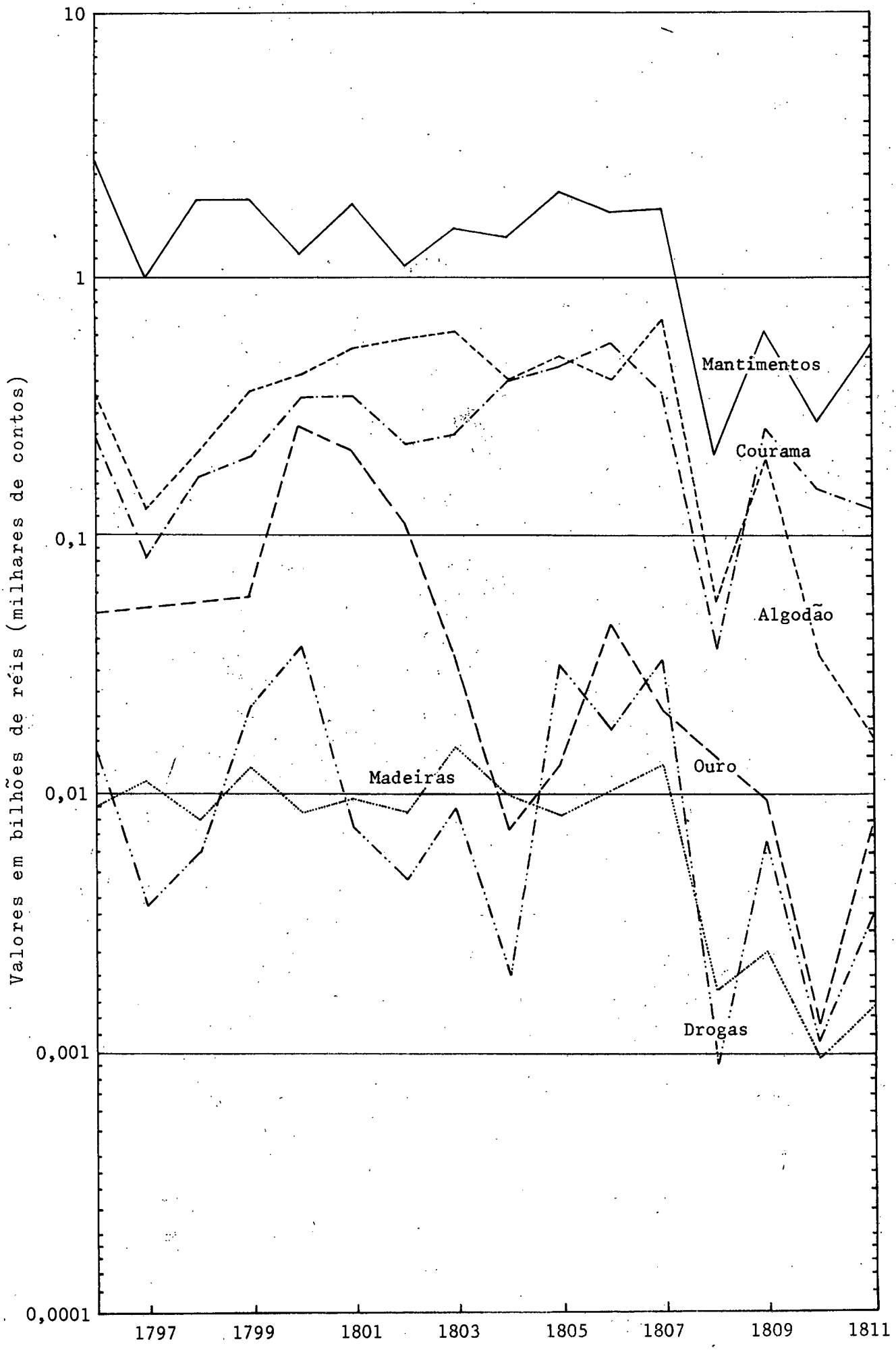


Gráfico 27

PARTICIPAÇÃO DOS PRODUTOS NA EXPORTAÇÃO

BAHIA

DATA	MANTIMENTOS	OURO	ALGODÃO	COURAMA	DROGAS	MADEIRAS	VÁRIOS	TOTAL
1796	2.721.347$087	50.367$440	345.840$000	242.296$003	15.761$020	9.024$210	575.864$300	3.960.500$060
1797	990.893$800	----	132.832$000	82.535$650	3.877$375	11.747$600	438.957$280	1.660.843$705
1798	1.930.599$950	----	212.316$400	169.180$224	6.083$400	8.004$500	537.180$640	2.863.365$114
1799	2.068.650$000	58.574$823	369.979$200	201.503$600	21.597$160	12.598$600	1.269.402$670	4.002.306$053
1800	1.223.244$025	262.381$131	413.251$500	342.383$830	36.922$000	8.791$300	353.820$100	2.640.793$886
1801	1.915.376$725	226.144$754	528.202$400	346.580$800	7.293$200	9.594$480	469.862$620	3.503.054$979
1802	1.165.121$925	115.059$836	586.703$440	235.986$340	4.691$820	8.687$380	503.540$840	2.619.791$581
1803	1.553.564$729	33.535$000	614.799$200	245.245$950	8.943$980	14.461$300	443.671$000	2.914.221$159
1804	1.418.832$762	7.203$254	405.280$000	392.122$440	1.998$120	9.928$400	464.266$980	2.699.631$956
1805	2.135.755$625	12.966$644	496.980$960	441.618$120	31.373$900	8.202$750	608.953$600	3.735.851$599
1806	1.794.853$400	46.009$943	399.702$400	570.023$885	17.140$700	10.218$540	446.736$540	3.284.685$408
1807	1.811.377$150	21.203$880	688.460$640	360.228$760	32.796$760	12.697$900	485.307$940	3.412.073$030
sub-total	20.729.617$178	833.446$705	5.194.348$140	3.629.705$602	188.479$435	123.956$960	6.597.564$510	37.297.118$530
1808	214.952$300	----	54.229$120	36.976$120	900$000	1.731$300	541.369$200	850.158$040
1809	602.028$050	9.725$984	199.536$400	252.569$750	6.479$560	2.421$400	300.590$650	1.373.351$794
1810	282.822$850	1.275$980	35.642$880	155.297$190	1.134$000	996$200	318.137$160	796.306$260
1811	553.170$100	7.806$668	16.660$000	131.734$980	3.464$500	1.499$400	247.699$050	962.034$698
TOTAL	22.383.590$478	852.255$337	5.500.416$540	4.206.283$642	200.457$495	130.605$260	8.005.360$570	41.278.969$322

Tabela 22

PARTICIPAÇÃO PORCENTUAL DOS PRODUTOS NA EXPORTAÇÃO DO BRASIL

BAHIA

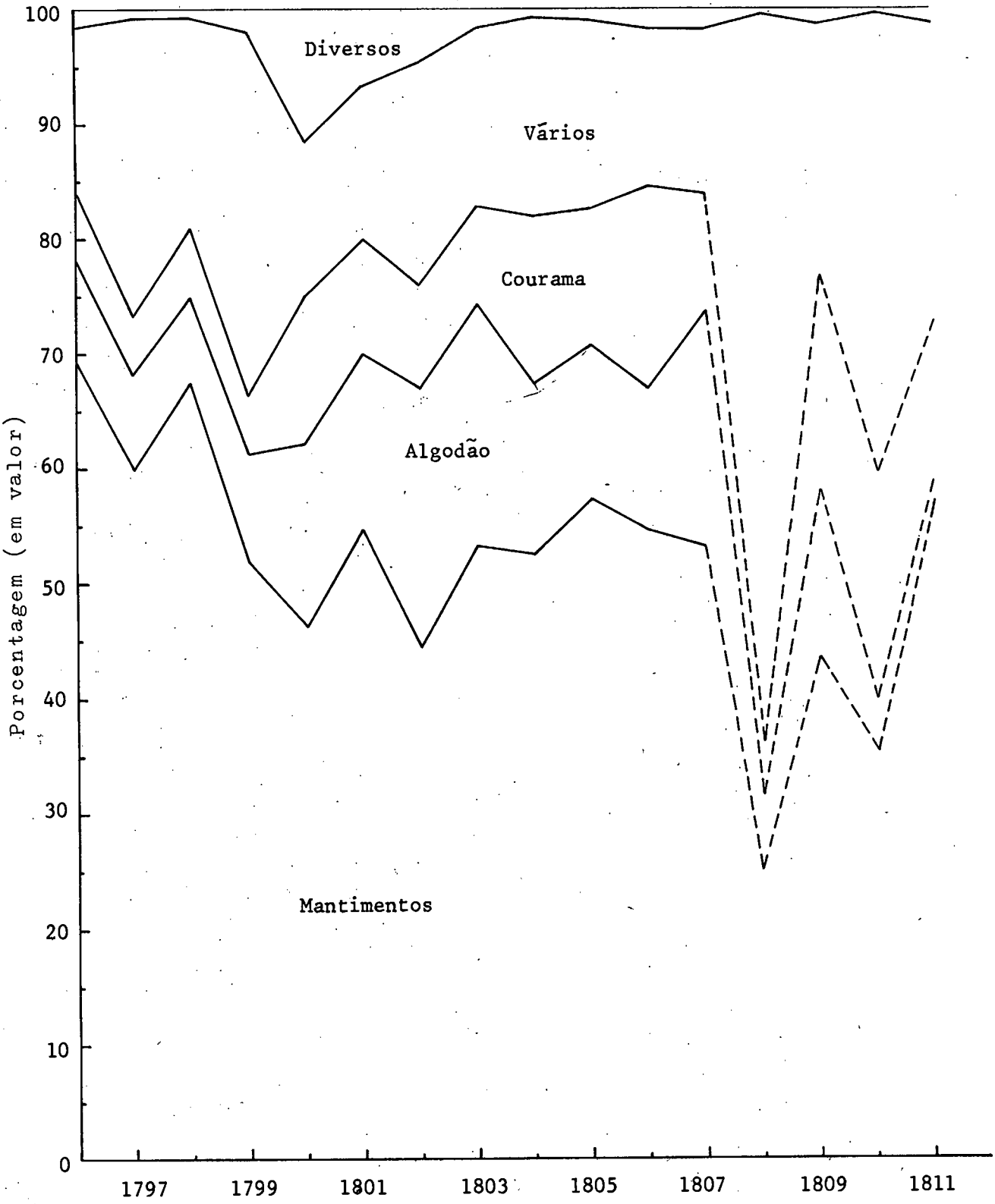


Gráfico 28

PARTICIPAÇÃO PORCENTUAL DOS PRODUTOS NA EXPORTAÇÃO DO BRASIL

BAHIA

PROD. / DATA	MANTIMENTOS	OURO	ALGODÃO	COURAMA	DROGAS	MADEIRAS	VÁRIOS-TABACO
1796	68,7	1,3	8,7	6,1	0,4	0,2	14,6
1797	59,7	---	8,0	5,0	0,2	0,7	26,4
1798	67,4	---	7,4	5,9	0,2	0,3	18,8
1799	51,7	1,5	9,3	5,0	0,5	0,3	31,7
1800	46,3	9,9	15,7	13,0	1,4	0,3	13,4
1801	54,7	6,4	15,1	9,9	0,2	0,3	13,4
1802	44,5	4,4	22,4	9,0	0,2	0,3	19,2
1803	53,3	1,2	21,1	8,4	0,3	0,5	15,2
1804	52,5	0,3	15,0	14,5	0,1	0,4	17,2
1805	57,2	0,4	13,3	11,8	0,8	0,2	16,3
1806	54,6	1,4	12,2	17,4	0,5	0,3	13,6
1807	53,1	0,6	20,2	10,5	1,0	0,4	14,2
1808	25,3	---	6,4	4,4	0,1	0,2	63,6
1809	43,8	0,7	14,5	18,4	0,5	0,2	21,9
1810	35,6	0,2	4,5	19,5	0,1	0,1	40,0
1811	57,5	0,8	1,7	13,7	0,4	0,2	25,7
TOTAL DO PERIODO							

Tabela 23

Variedade de Produtos Exportados pela BAHIA (1796-1811)

I. Alimentos

1. Aguardente
2. Açúcar Branco
3. Açúcar Mascavado
4. Arroz
5. Café
6. Mel
7. Doce
8. Farinha de Pão
9. Unto de Porco
10. Cacau
11. Tapioca
12. Melaço
13. Carne
14. Legumes
15. Milho
16. Farinha

II. Courama

17. Atanados
18. Secos
19. Solas
20. Vaquetas
21. Cabelos de Boi
22. Salgados
23. Tigre
24. Cotia
25. Lobo Marinho
26. Cabras
27. Arminho
28. Veado
29. Cavalo

III. Ouro

30. Ouro (Patacas Dobrões)

IV. Algodão

31. Algodão

V. Drogas

32. Anil
33. Epecacuanha
34. Grude
35. Raiz de Cipó
36. Raiz de Contra-Erva
37. Raiz de Butá
38. Óleo de Copahiba
39. Nós Moscada
40. Quina
41. Salitre

VI. Madeiras

42. Madeiras

VII. Vários Gêneros

43. Azeite de Peixe
44. Goma
45. Pontas de Boi
46. Cabos de Piassá
47. Cera em Pau
48. Coquilho
49. Estopa de Embira
50. Cera
51. Molhos de Piassá
52. Tabaco
53. Sementilha
54. Lã de Vegunia
55. Cobre
56. Estanho
57. Tabaco em Rolo
58. Cebo
59. Azeite de Peixe
60. Tabaco em Folha
61. Sumauma

Vocabulário dos produtos exportados pela Bahia

1. Contraerva: Planta de valor medicinal, adstringente, anti-febril (C. Aulete, pág. 927).
2. Copahiba: Bálsamo medicinal, com variadas aplicações (D. E. Internacional, pág. 2.956).
3. Cabos de Piassá: Fibras para fabrico de vassoura (C. Aulete, pág. 3.106).
4. Sementilha: O fruto em infusão aquosa produz espuma benéfica no tratamento de doenças da pele (C. Aulete, pág. 3,690).
5. Sumauma: O algodão produzido por esta planta serve para encher - colchões, etc. (C. Aulete, pág. 3.839).

HIERARQUIZAÇÃO DOS PRINCIPAIS PRODUTOS EXPORTADOS PELA BAHIA (1796 - 1811)

1º	-	AÇÚCAR BRANCO	6º	-	1/2 SOLA
2º	-	TABACO	7º	-	COUROS SALGADOS
3º	-	AÇÚCAR MASCAVADO	8º	-	AGUARDENTE
4º	-	ALGODÃO	9º	-	VAQUETAS
5º	-	COUROS SECOS	10º	-	EPECACUANHA

3. PERNAMBUCO

A supremacia do movimento de exportação sobre a importação é evidente em Pernambuco (Gráfico nº 29 e Tabela nº 9). Nos três primeiros anos do período, as exportações crescem, acompanhadas pelas importações. O Gráfico nº 30 e Tabela nº 10, que indicam os índices de exportação e importação, destacam nos anos de 1797 e 1798 como os dois únicos anos em que há preponderância da importação sobre a exportação. Nos anos restantes, dominam as exportações com índices muito altos em 1801 e 1806. O alinhamento da tendência pela média móvel trienal reduz os picos ocorridos em 1801 e 1806, ao mesmo tempo que eleva os pontos de mínima atingidos em 1802 e 1804, marcando nitidamente a supremacia do setor exportador (Gráfico nº 30 e Tabela nº 11).

Como seria de se esperar, os deficits ocorrem em apenas 2 anos, no início do período, porquanto os demais anos são superavitários, com picos destacados em 1801 e 1806 (Gráfico nº 31 e Tabela nº 12). Pelo gráfico de acumulados, percebe-se a importância de Pernambuco na criação de superavits na área colonial. Uma linha quase vertical, que começa em 1800 e vai até 1807 (Gráfico nº 32 e Tabela nº 13).

Comparando Pernambuco com as outras colônias portuguesas, constatamos que os superavits são destacados nas regiões brasileiras, ao passo que somente a Ásia, dentre as restantes colônias, apresenta tendência superavitária (Gráfico nº 33 e Tabela nº 15). Em termos de deficits e superavits acumulados, contrasta Pernambuco com a África e Ilhas, identificando-se com a Ásia. O superavit gerado por Pernambuco, em termos absolutos, é inferior ao da Ásia, mas no ano de 1806 conseguiu mesmo superá-la (Gráfico nº 34 e Tabela nº 16).

A importação de Pernambuco em termos absolutos está representada no Gráfico nº 35 e Tabela nº 24. A representação porcentual está no Gráfico nº 36 e Tabela nº 25. As tendências gerais são semelhantes às do Rio de Janeiro e Bahia. Existe a mesma tendência ao estreitamento da faixa correspondente aos produtos das fábricas, só que menos intensa em Pernambuco. Os alimentos também tendem a crescer de importância com a retração dos produtos das fábricas; a diferença é que a importação de alimentos tem um signifi

cado bem menor que nas outras regiões e anda por volta de 20%. Outra diferença, também, é o fato de que, na fase de contração das importações dos produtos das fábricas, tendeu a aumentar relativamente a categoria linifício, o que talvez demonstre a menor intensidade do contrabando nesta região. Os produtos da Ásia não têm a importância que os da Bahia, sendo notável, entretanto, o afluxo de ouro e prata da metrópole para a colônia, principalmente em 1803, 26,8%; em 1804, 27,2%; e, ainda, em 1805, com porcentagem quase igual. Este fato, mais do que nunca, evidencia a tendência superavitária de Pernambuco salientada nos gráficos anteriores.

O Gráfico nº 37 e a Tabela nº 26 contêm a participação absoluta, em escala logarítmica, da composição das exportações de Pernambuco. O Gráfico nº 38 e a Tabela nº 27, demonstram o valor porcentual das exportações. Os alimentos têm, no início do período, uma porcentagem significativa: 63,9%, em 1797, que vai diminuindo, até chegar a 30%, em 1802. Proporcionalmente a esta redução das exportações de mantimentos, cresce a exportação de algodão, dando-nos a nítida impressão de que os recursos foram desviados da cultura de alimentos para a matéria-prima. No início do período, as exportações de algodão correspondem, em 1797, a 26,9%. Em 1802, correspondem a 59,7%. Isto equivale a dizer, que o algodão começava a tomar conta da economia pernambucana. A faixa correspondente à courama não ultrapassava 10% do total.

Pernambuco é uma das regiões brasileiras que se pode enquadrar no conjunto da 'velha economia' colonial brasileira, ao lado da Bahia, apoiada no açúcar. Sua posição no conjunto das regiões brasileiras corresponde ao terceiro lugar, com tendência ascendente, em contraposição à progressão descendente da Bahia. Na verdade, em termos absolutos, Pernambuco disputa com a Bahia a posição de segunda região brasileira, neste período. Dá-nos a impressão de uma economia mais dinâmica, e esta observação não escapou aos homens da época: "Esta Praça de Pernambuco merece toda a atenção pois o seu commercio em muitos anos foi igual ao da Bahia, tanto na sua entrada, como na sua sahida" (36).

==========

(36) - Balança Geral do Commercio do Reino de Portugal com os seus Domínios, B. N. R. J., Seção de Manuscritos, 1802, f. 3.

A importância crescente de Pernambuco transparece nos comentários de M. J. T. de Moraes, especialmente no que tange à ameaça representada pelo contrabando: "e a não haver providências as nossas Fabricas estagnarão de todo, sendo certo que o commercio de Pernambuco merece toda a attenção" (37).

Em 1804, Pernambuco excedeu a Bahia, o que, por um lado, provocou regozijo por parte das autoridades portuguesas, e, por outro, trouxe apreensão. Isto porque, sendo superavitário o comércio de Pernambuco em relação a Portugal, a diferença monetária era embolsada pela colônia, em detrimento do capital metropolitano (38). Na medida em que se desenvolve o comércio de Pernambuco, esta tendência se agrava cada vez mais. Em 1805, pelo grande florescimento da sua agricultura, superou a Bahia e até mesmo o Rio de Janeiro - (39).

Evidentemente, o extravasamento monetário da Metrópole - para a colônia continua em desacato aos princípios mais rígidos da política mercantilista, o que justifica esta explosão do contador - geral: "Não devo passar em silencio a continuação das remessas que se fazem para a capitania de Pernambuco, de moeda metal, porque suposto este anno seja módica, contudo tem chegado em outros quaze 2 milhões de cruzados: ponderando que o commercio geralmente falando quer dizer a troca de mercadorias, e não a remessa do representativo qual he o dinheiro cuja invenção estabelecêo a Autoridade Publica para a compra dos generos, e não para a permutação dellas, sempre direi que esta Exportação sem duvida a mais prejudicial ao Estado, e que mais empobrece huma Nação, concluindo que o commercio muitas vezes he o mal do mesmo Estado, pela malicia ou ignorancia - dos seus Professores, pois se elles o fizessem como devem, as consequencias serião as mais favoráveis a todoa a sociedade; pareceme portanto que esta Exportação de moedas merece a attenção de V. A.

==========

(37) - Balança Geral do Commercio do Reino de Portugal com os - seus Domínios no Anno de 1803, Instituto Nacional de Estatística, Lisboa, Introduçao.

(38) - Balança Geral do Commercio do Reino de Portugal com os seus Domínios no Anno de 1804, Instituto Nacional de Estatística, Lisboa, Introduçao.

(39) - Balança Geral do Commercio do Reino de Portugal com os seus Domínios no Anno de 1805, Instituto Nacional de Estatística, Lisboa, Introduçao.

R." (40).

Apesar de tudo, era Pernambuco a capitania que mais resistia ao contrabando, a que mais se conservava dentro da lei.(41)

Outros produtos tinham aí condições ideais para o seu desenvolvimento. Era efetivamente o principal produtor de algodão do Brasil, seguido do Maranhão (42). Couros e madeiras completavam o rol das exportações desta capitania (43).

Não se pode esquecer, neste contexto, o fato de que Pernambuco recebia produtos de outras capitanias subalternas, tais como o Rio Grande do Norte (44), Ceará e Paraíba (45), cujas produções, durante muito tempo, foram exportadas por Pernambuco, Como o Rio de Janeiro no Centro-Sul, Pernambuco era um centro redistribuidor do Nordeste.

==========

(40) - Balança Geral do Commercio do Reino de Portugal com os seus Domínios e as Nações Estrangeiras no anno de 1808, - Instituto Historico e Geografico Brasileiro, Rio de Janeiro, Introdução.

(41) - "A Praça de Pernambuco, he aquella que mostra continuar - ainda debaixo da lei, e mais defendido o seu comercio do contrabando". Balança Geral do Commercio do Reino de Portugal com os seus Domínios no Anno de 1807, Instituto Nacional de Estatística, Lisboa, Introdução.

(42) - J. de Viveiros, História do Comércio do Maranhão 1612--1895, São Luís, 1954, pag. 121.

(43) - Descrição do Estado do Brasil, suas Capitanias, Produção e Comércio, com introdução de José Honório Rodrigues, Revista de História da Economia Brasileira (1769-1792), Vol. I, nº 1, 1953, pag. 97.

(44) - P. Calmon, História do Brasil, Vol. IV, Riquezas e Vicissitudes, Rio de Janeiro, 1961, pág. 1297.

(45) - "Huma parte do commercio que esta Praça faz com Lisboa - não he direta, mas sim por huma segunda, qual he Pernambuco, pela falta de generos que tem, para se adquirirem navios aquelle Porto e buscar carga", Balança Geral do Commercio do Reino de Portugal com os seus Domínios no anno de 1802, B. N. R. J., Seção de Manuscritos, Introdução.

CRUZAMENTO DAS CURVAS DE IMPORTAÇÃO-EXPORTAÇÃO

PERNAMBUCO

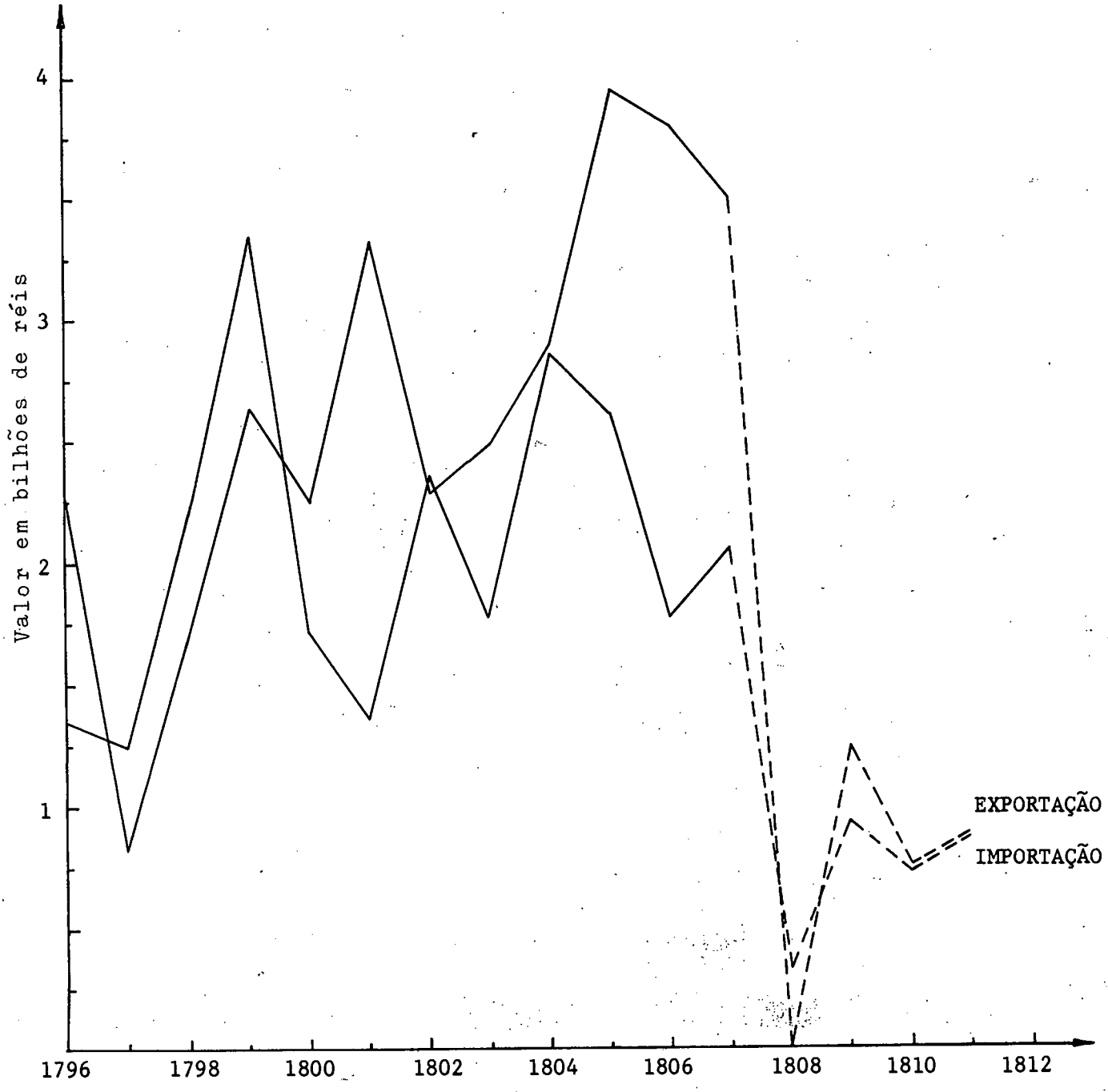


Gráfico 29

ÍNDICES EXPORTAÇÃO/IMPORTAÇÃO

PERNAMBUCO

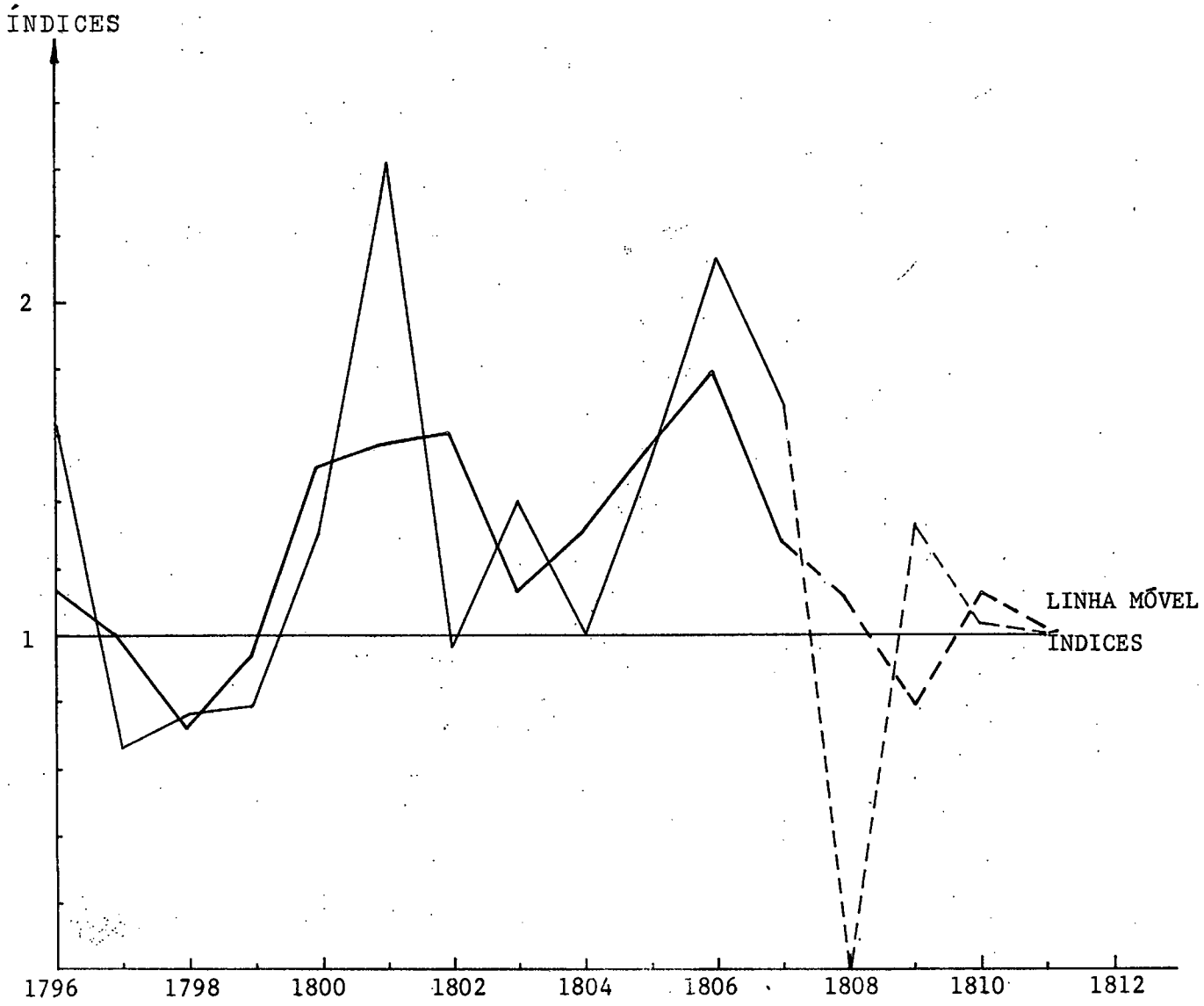


Gráfico 30

DEFICITS E SUPERAVITS

PERNAMBUCO

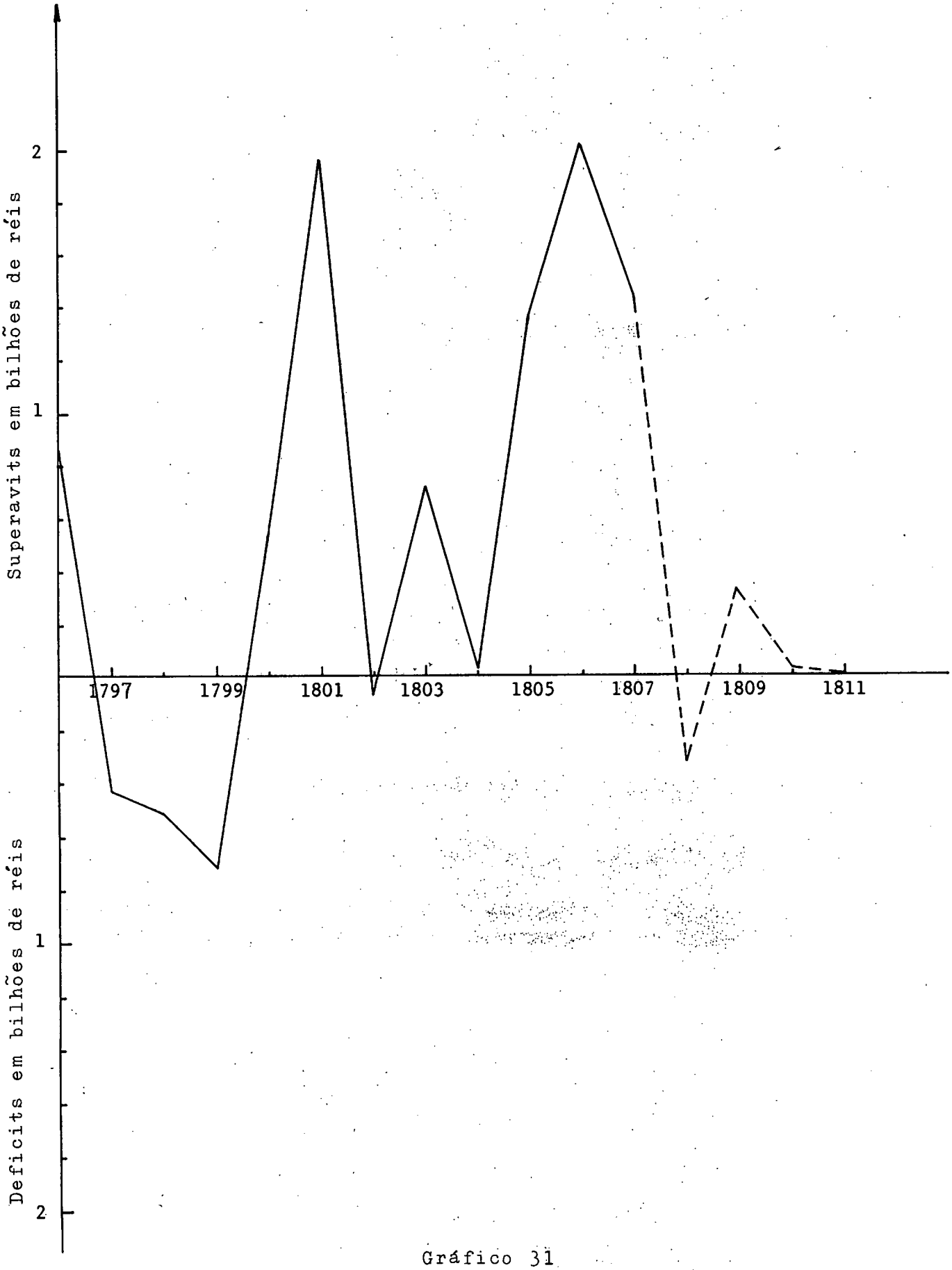


Gráfico 31

DEFICITS E SUPERAVITS ACUMULADOS

PERNAMBUCO

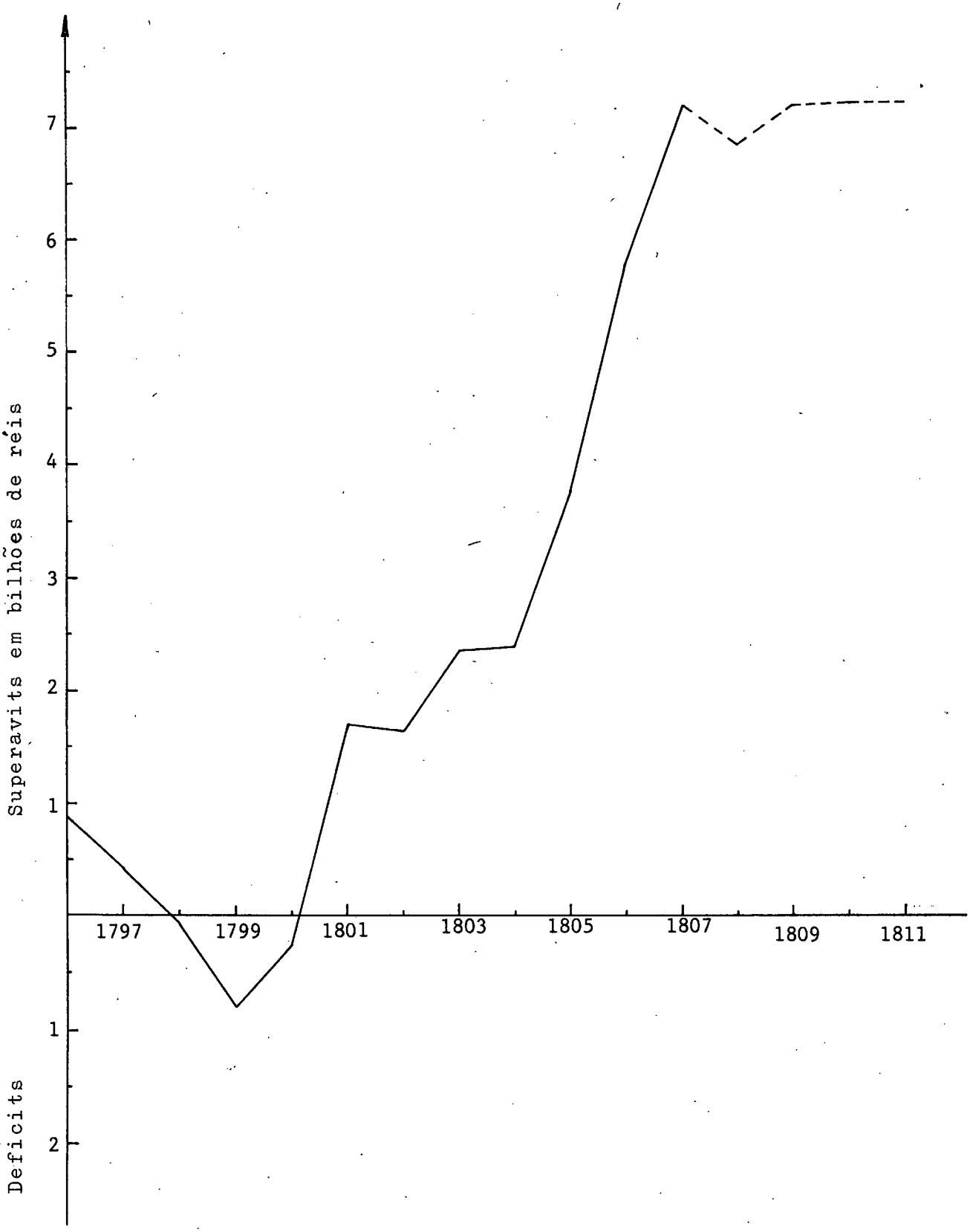


Gráfico 32

DEFICITS E SUPERAVITS

PERNAMBUCO E OUTRAS COLÔNIAS (ÁSIA, ÁFRICA, ILHAS)

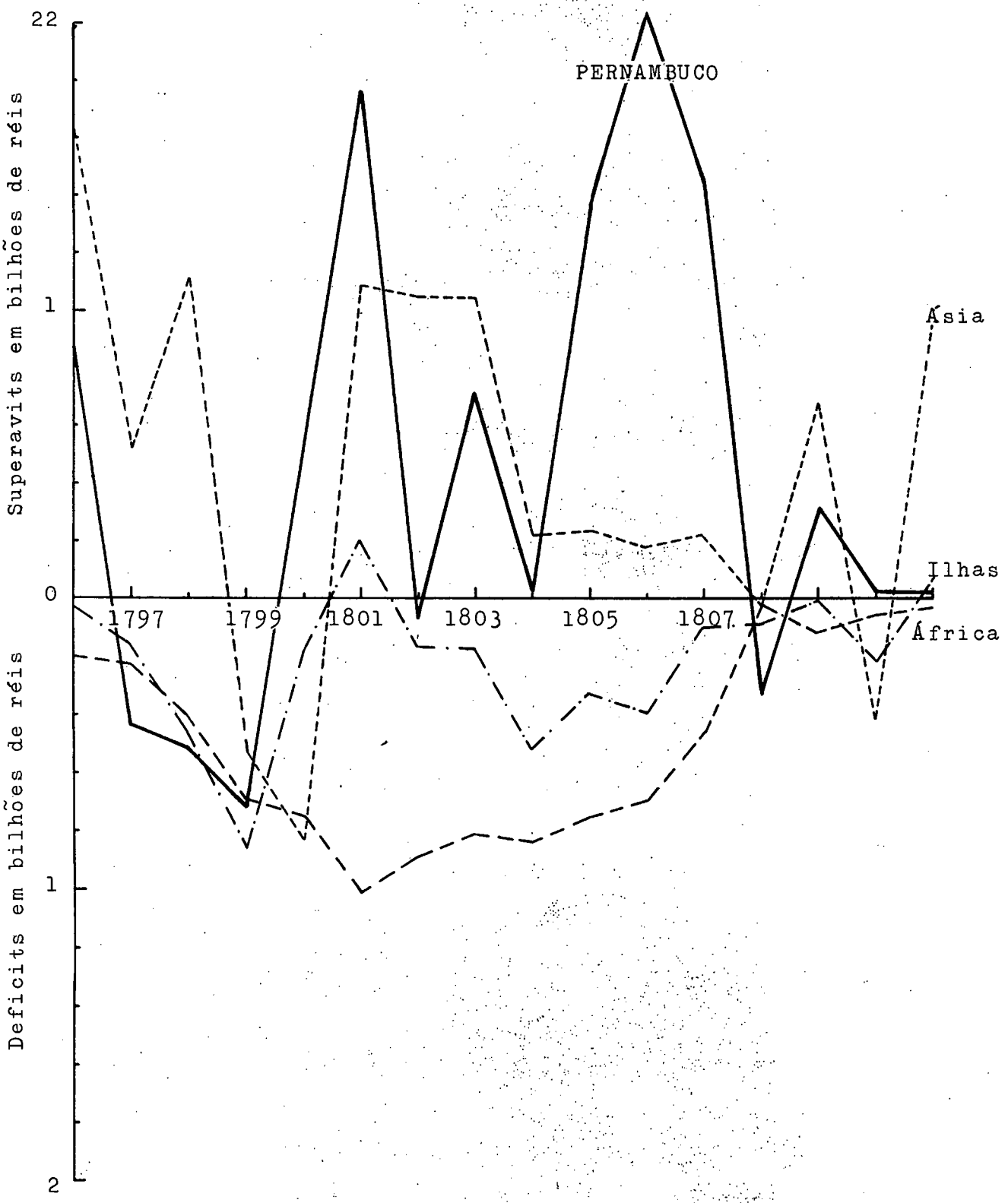


Gráfico 33

DEFICITS E SUPERAVITS ACUMULADOS

PERNAMBUCO E OUTRAS COLÔNIAS (ÁSIA, ÁFRICA, ILHAS)

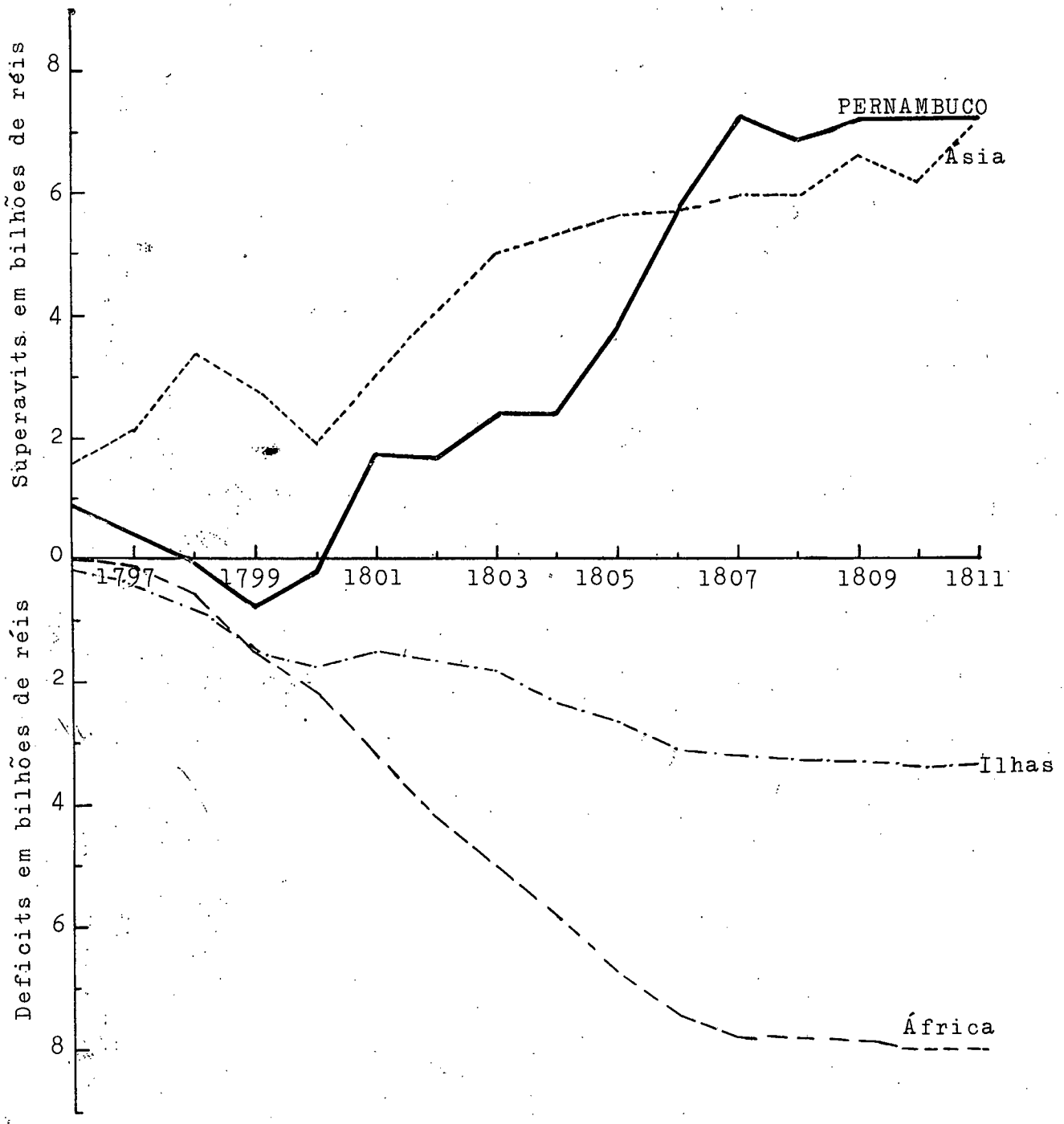


Gráfico 34

POSIÇÃO DOS PRODUTOS NA IMPORTAÇÃO DO BRASIL

REGIÃO: PERNAMBUCO

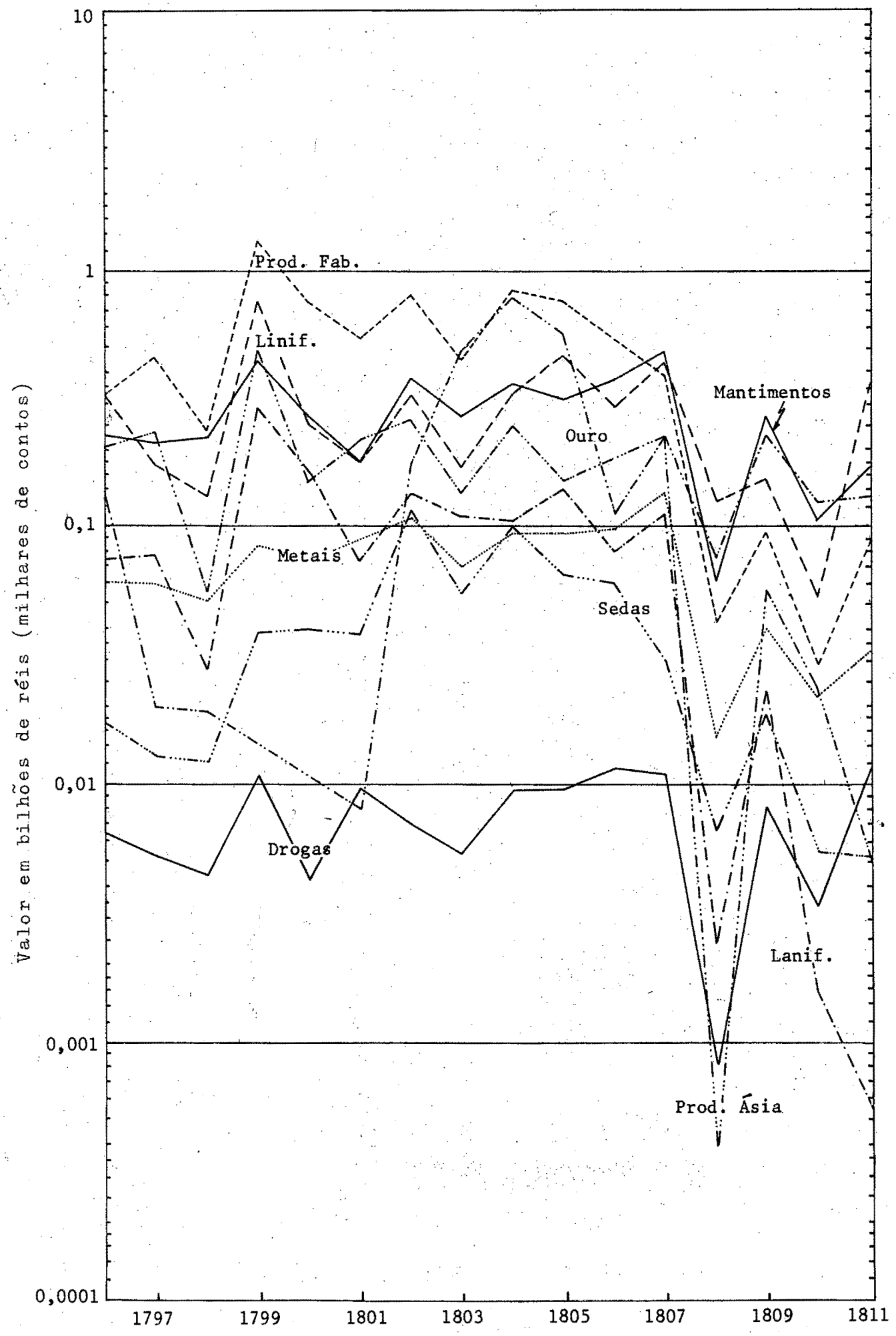


Gráfico 35

PARTICIPAÇÃO DOS PRODUTOS NA IMPORTAÇÃO

PERNAMBUCO

DATA	MANTIMENTOS	OURO-PRATA	LANIFÍCIO	LINIFÍCIO	SEDAS	PRODUTOS DAS FABRICAS	PRODUTO DA ÁSIA	METAIS	DROGAS	VÁRIOS	TOTAL
1796	221.689$699	132.955$000	73.017$653	312.956$679	17.419$089	326.871$029	201.892$973	61.721$771	6.279$053	29.121$501	1.383.924$447
1797	209.117$984	19.405$000	74.200$517	168.522$875	13.143$792	465.227$158	224.429$703	59.521$953	5.207$034	31.495$870	1.270.271$886
1798	213.979$345	18.886$500	28.810$795	131.252$067	12.182$919	236.422$070	54.355$560	51.666$848	4.386$255	29.199$300	781.141$659
1799	448.464$162	----------	279.041$500	753.890$365	37.011$433	1.235.327$252	469.315$350	82.092$290	10.715$944	52.642$480	3.368.500$776
1800	267.110$470	----------	162.750$350	250.969$065	39.410$360	747.857$015	150.290$500	75.238$950	4.202$995	35.649$995	1.733.479$700
1801	181.037$510	7.944$040	73.697$350	179.966$350	36.643$100	537.926$865	214.103$440	89.857$830	9.649$905	46.616$020	1.377.442$410
1802	376.822$710	169.902$600	138.073$828	329.666$772	117.356$330	798.012$272	260.409$220	104.246$387	6.937$770	60.138$020	2.361.565$909
1803	270.469$560	476.577$340	114.666$162	166.071$115	54.306$490	449.328$520	135.972$600	69.198$436	5.278$270	38.046$010	1.779.914$503
1804	356.104$750	791.512$850	104.089$890	330.897$160	99.865$575	807.328$345	248.895$351	95.388$250	9.185$510	63.386$965	2.906.654$646
1805	314.273$920	574.157$710	140.874$100	450.982$252	65.405$740	757.876$670	153.272$910	94.040$460	9.294$035	53.374$110	2.613.551$907
1806	365.241$680	108.246$200	80.716$190	290.031$375	60.407$834	536.359$075	182.560$510	97.642$565	11.158$850	56.430$990	1.788.795$269
1807	466.028$110	234.060$510	116.624$710	427.371$210	30.155$000	383.958$575	222.520$535	137.612$796	10.613$453	45.461$730	2.074.406$629
sub-total	3.690.339$900	2.533.647$750	1.386.563$045	3.792.577$285	583.307$662	7.282.494$896	2,518.018$652	1.018.228$536	92.909$074	5$1.562$991	23.439.649$791
1808	61.185$050	73.735$600	2.416$200	125.458$560	6.702$200	41.080$425	375$920	15.268$050	817$470	9.173$780	336.213$255
1809	262.291$520	231.575$100	23.925$500	155.909$070	18.242$170	95.368$040	58.111$280	39.487$250	8.254$290	47.398$540	940.562$760
1810	106.819$760	122.764$200	1.514$120	52.690$560	5.876$240	29.627$780	23.958$935	23.788$260	3.435$285	21.212$350	391.687$490
1811	172.342$030	126.216$500	550$000	365.078$350	5.304$200	88.368$560	5.262$730	31.293$140	10.189$450	30.345$760	834.950$720
TOTAL	4.292.978$260	3.087.939$150	1.414.968$865	4.491.713$825	619.432$472	7.536.939$651	2.605.727$517	1.128.065$236	115.605$569	649.693$421	25.943.063$966

Tabela 24

PARTICIPAÇÃO PORCENTUAL DOS PRODUTOS NA IMPORTAÇÃO DO BRASIL

PERNAMBUCO

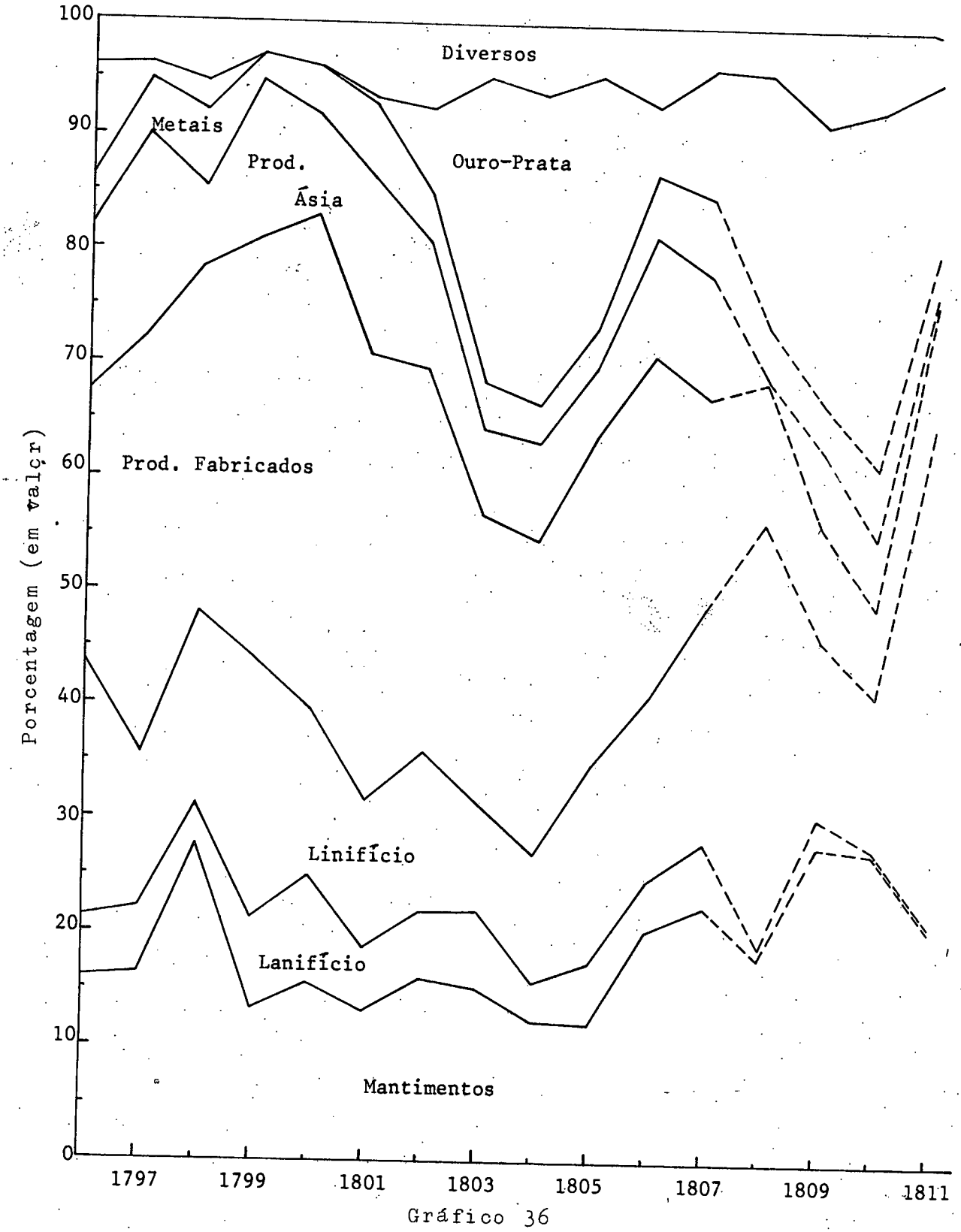


Gráfico 36

PARTICIPAÇÃO PORCENTUAL DOS PRODUTOS NA IMPORTAÇÃO DO BRASIL

PERNAMBUCO

PROD. / DATA	MANTIMEN.	OURO-PRATA	LANIFÍCIO	LINIFÍCIO	SEDAS	PROD.FAB.	PROD.ÁSIA	METAIS	DROGAS	VÁRIOS
1796	16,0	9,6	5,3	22,6	1,3	23,6	14,6	4,4	0,5	2,1
1797	16,5	1,5	5,8	13,3	1,0	36,6	17,7	4,7	0,4	2,5
1798	27,4	2,4	3,7	16,8	1,6	30,3	6,9	6,6	0,6	3,7
1799	13,3	---	8,3	22,4	1,1	36,7	13,9	2,4	0,3	1,6
1800	15,4	---	9,4	14,5	2,3	43,1	8,7	4,3	0,2	2,1
1801	13,1	0,6	5,3	13,1	2,7	39,1	15,5	6,5	0,7	3,4
1802	16,0	7,2	5,8	14,0	5,0	33,8	11,0	4,4	0,3	2,5
1803	15,2	26,8	6,5	9,3	3,1	25,2	7,6	3,9	0,3	2,1
1804	12,2	27,2	3,6	11,4	3,4	27,8	8,6	3,3	0,3	2,2
1805	12,0	22,0	5,4	17,3	2,5	29,0	5,9	3,5	0,4	2,0
1806	20,4	6,1	4,5	16,2	3,4	30,0	10,2	5,5	0,6	3,1
1807	22,5	11,3	5,6	20,6	1,5	18,5	10,7	6,6	0,5	2,2
1808	18,2	22,0	0,7	34,3	2,0	12,2	0,1	4,6	0,2	2,7
1809	27,9	24,6	2,6	16,6	1,9	10,1	6,2	4,2	0,9	5,0
1810	27,3	31,3	0,4	13,4	1,5	7,6	6,1	6,1	0,9	5,4
1811	20,7	15,1	0,1	43,7	0,6	10,6	0,6	3,8	1,2	3,6
TOTAL	16,5	11,9	5,5	17,3	2,4	19,1	10,0	4,3	0,5	2,5

Tabela 25

POSIÇÃO DOS PRODUTOS NA EXPORTAÇÃO DO BRASIL

REGIÃO: PERNAMBUCO

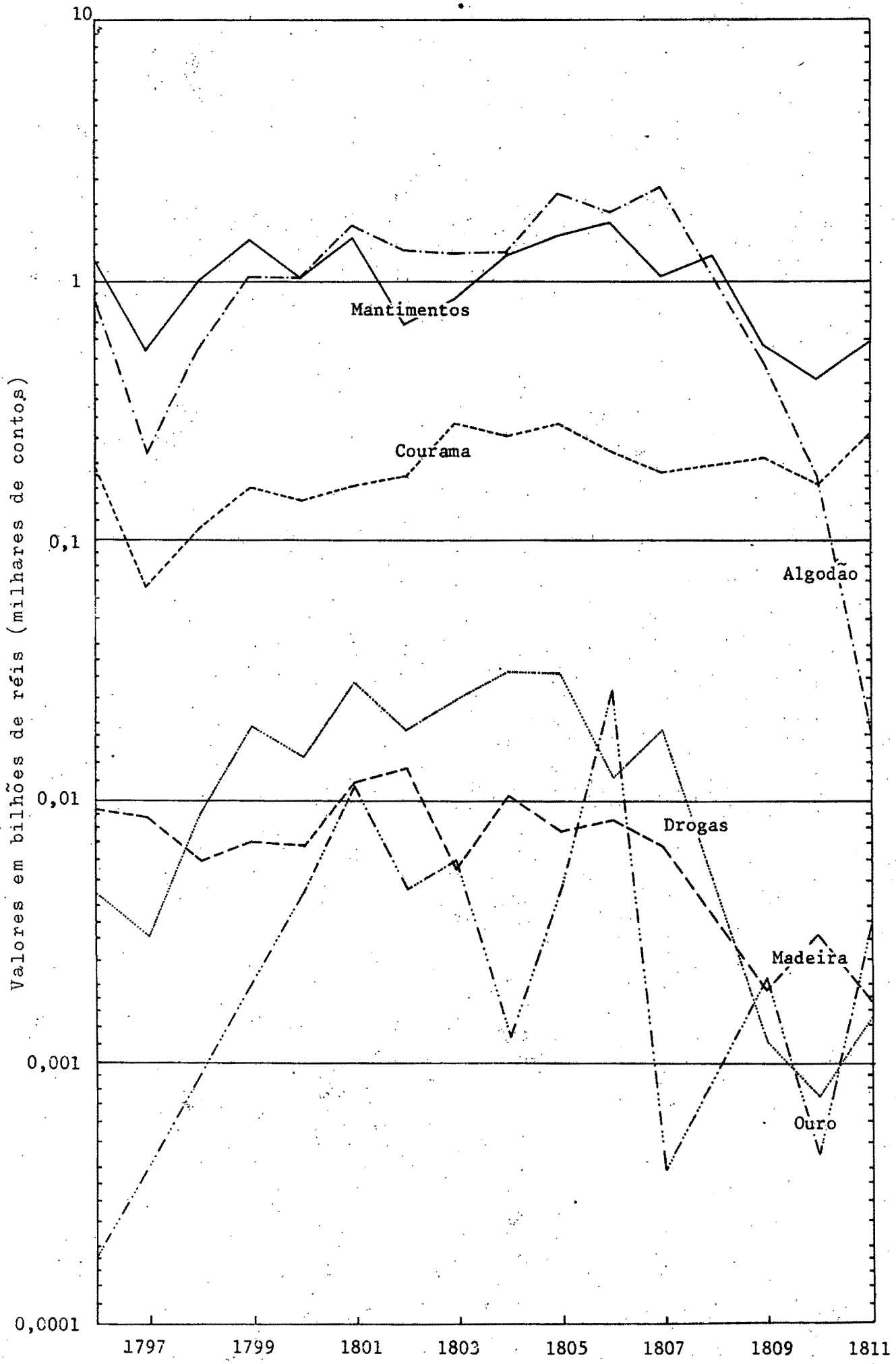


Gráfico 37

PARTICIPAÇÃO DOS PRODUTOS NA EXPORTAÇÃO

PERNAMBUCO

DATA	MANTIMENTOS	OURO	ALGODÃO	COURAMA	DROGAS	MADEIRAS	VÁRIOS	TOTAL
1796	1.207.448$943	188$000	827.016$200	199.452$250	4.413$650	9.240$880	2.508$410	2.250.268$333
1797	542.968$667	----	228.390$950	64.654$350	3.089$500	8.798$100	1.787$560	849.707$127
1798	1.001.586$572	----	553.030$400	114.071$300	8.805$200	5.918$880	6.212$000	1.689.624$352
1799	1.428.369$700	----	1.028.080$800	160.730$200	19.155$200	7.009$800	3.761$800	2.647.107$100
1800	1.050.617$000	4.358$600	1.044.986$000	145.712$000	15.304$000	6.793$600	2.015$000	2.269.786$200
1801	1.452.320$650	11.148$800	1.663.587$200	163.273$815	28.393$100	11.425$300	4.893$650	3.335.042$515
1802	690.834$775	4.748$800	1.370.925$200	195.514$800	19.817$795	13.065$380	935$050	2.295.841$800
1803	860.552$575	5.799$200	1.326.655$840	280.071$150	24.438$625	5.660$300	452$200	2.503.629$890
1804	1.258.129$525	1.312$000	1.349.985$920	252.544$150	31.122$150	10.369$100	10.887$100	2.914.349$945
1805	1.502.670$892	4.580$800	2.137.566$720	282.252$400	31.532$600	7.766$300	8.173$950	3.974.543$662
1806	1.697.386$175	26.065$747	1.844.310$080	227.655$900	12.502$400	8.277$630	1.554$650	3.817.752$582
1807	1.069.302$150	396$800	2.228.759$040	182.327$840	18.727$400	6.850$200	7.166$300	3.513.529$730
sub-total	13.762.205$624	58.598$747	15.603.294$350	2.268.260$155	217.301$620	101.175$470	50.347$270	32.061.183$236
1808	1.243$200	----	----	----	----	----	----	1.243$200
1809	587.423$350	2.176$000	473.602$960	240.350$700	1.260$000	2.910$400	208$500	1.262.931$910
1810	414.555$200	448$000	179.212$800	171.571$000	760$000	3.219$100	230$000	769.996$100
1811	594.629$700	3.424$000	19.368$960	256.334$600	1.522$000	1.713$600	2.261$800	879.254$660
TOTAL	15.351.057$074	64.646$747	16.275.479$070	2.900.516$455	220.843$620	109.018$570	53.047$570	34.974.609$106

Tabela 26

PARTICIPAÇÃO PORCENTUAL DOS PRODUTOS NA EXPORTAÇÃO DO BRASIL

PERNAMBUCO

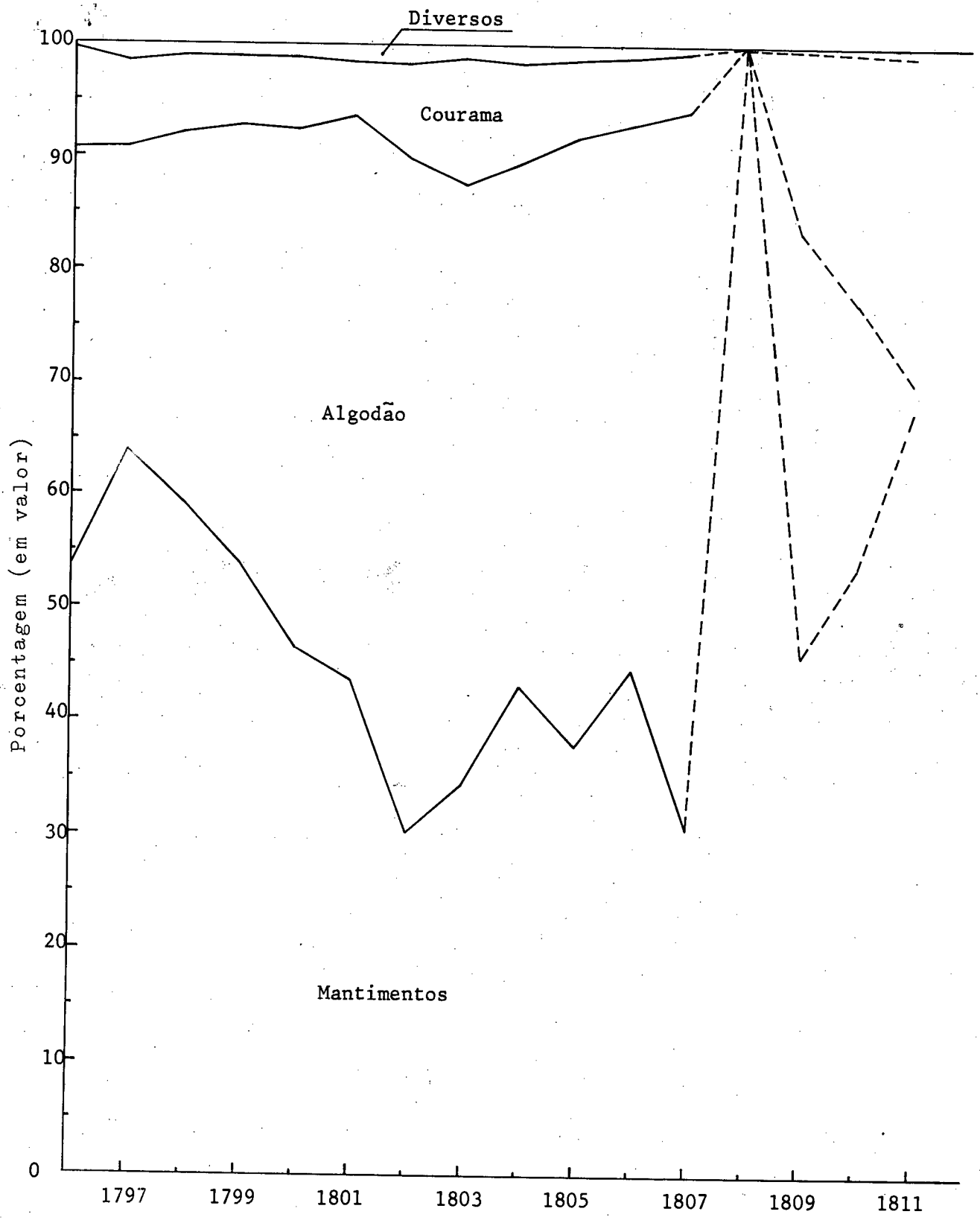


Gráfico 38

PARTICIPAÇÃO PORCENTUAL DOS PRODUTOS NA EXPORTAÇÃO DO BRASIL

PERNAMBUCO

PROD. / DATA	MANTIMENTOS	OURO	ALGODÃO	COURAMA	DROGAS	MADEIRAS	VÁRIOS-TABACO
1796	53,7	---	36,7	8,9	0,2	0,4	0,1
1797	63,9	---	26,9	7,6	0,4	1,0	0,2
1798	59,3	---	32,7	6,7	0,5	0,4	0,4
1799	54,0	---	38,8	6,7	0,7	0,3	0,1
1800	46,3	0,2	46,0	6,4	0,7	0,3	0,1
1801	43,6	0,3	49,9	4,9	0,9	0,3	0,2
1802	30,1	0,2	59,7	8,5	0,9	0,6	~ 0
1803	34,4	0,2	53,0	11,2	1,0	0,2	~ 0
1804	43,1	0,1	46,3	8,7	1,1	0,3	0,4
1805	37,8	0,1	53,8	7,1	0,8	0,2	0,2
1806	44,5	0,7	48,3	6,0	0,3	0,2	~ 0
1807	30,4	---	63,5	5,2	0,5	0,2	0,2
1808	100,0	---	---	---	---	---	---
1809	45,8	0,2	37,5	16,2	0,1	0,2	~ 0
1810	53,8	0,1	23,3	22,3	0,1	0,4	~ 0
1811	67,6	0,4	2,2	29,1	0,2	0,2	0,3
TOTAL DO PERIODO	43,9	0,2	46,5	8,3	0,6	0,3	0,2

Tabela 27

Variedade de Produtos Exportados por PERNAMBUCO (1796-1811)

I. Alimentos

1. Aguardente
2. Açúcar Branco
3. Açúcar Mascavado
4. Arroz
5. Mel
6. Doce
7. Farinha de Pão
8. Carne de Porco
9. Melaço
10. Unto de Porco
11. Café
12. Farinha

II. Courama

13. Atanados
14. Secos
15. Solas
16. Vaquetas
17. Salgados
18. Lobo
19. Tigre
20. Veado
21. Cabelos de Boi
22. Cabras
23. Carneiro
24. Cutia
25. Anta
26. Porco Montês
27. Vitela em Cabelo

III. Ouro (Patacas)

28. Ouro

IV. Algodão

29. Algodão

V. Drogas

30. Anil
31. Epecacuanha
32. Pau Brasil
33. Resina de Caju
34. Cola
35. Resina
36. Contra Erva
37. Goma de Peixe

VI. Madeiras

38. Madeiras

VII. Vários Gêneros

39. Goma
40. Pontas de Boi
41. Cera Amarela
42. Tabaco
43. Cera em Pau
44. Cocos para água
45. Cera Branca
46. Cebo
47. Cera
48. Azeite de Peixe
49. Marfim

Vocabulário dos produtos exportados por Pernambuco

1. Cera Amarela: Cera não curada que ainda está misturada com partículas de mel (G. D. da L. Portuguesa, pág. 1.094).
2. Marfim: Planta palmácea que produz um coco, cujo albume, depois de endurecido, assemelha-se ao marfim e o substitui em várias obras (C. Aulete, pág. 2.517).

HIERARQUIZAÇÃO DOS PRINCIPAIS PRODUTOS EXPORTADOS POR PERNAMBUCO (1796 - 1811)

1º	-	AÇÚCAR BRANCO	6º	-	COUROS SALGADOS
2º	-	ALGODÃO	7º	-	1/2 SOLA
3º	-	VAQUETAS	8º	-	COUROS SECOS
4º	-	AÇÚCAR MASCAVADO	9º	-	MELAÇO
5º	-	AGUARDENTE	10º	-	PAU BRASIL

4. MARANHÃO

Somente no ano de 1799, no Maranhão, as exportações não superaram as importações. No mais, a distância entre exportação e importação sempre foi enorme, em favor da exportação, e esta distância tende a aumentar no fim do período em questão. Em 1807, são mesmo dois movimentos divergentes, radicalizando-se as exportações para mais e as importações para menos (Gráfico nº 39 e Tabela nº9). O gráfico de índices confirma esta tendência (Gráfico nº 40 e Tabela nº 10). No ano de 1807, a ascensão da exportação maranhense tornou-se quase vertical no gráfico. As médias móveis trienais mais uma vez demonstram a predominância da exportação, praticamente desaparecendo a importação, que preponderou apenas em 1798 (Gráfico nº 40 e Tabela nº 11).

Em termos absolutos, o comércio de exportação do Maranhão passou de 1.055 contos, em 1796, para 1.776 contos, em 1807. É um crescimento significativo. No conjunto das regiões brasileiras não significa muito, quando o comparamos com o Rio de Janeiro, por exemplo. Entretanto, como as importações estavam muito por baixo das exportações, o saldo era significativo em benefício da colônia. O superavit é constante (Gráfico nº 41 e Tabela nº 12). A ascensão desses superavits é notável a partir de 1799 e traça uma linha quase vertical, a partir de 1801, confirmada no gráfico de acumulados (Gráfico nº 42 e Tabela nº 13).

O Maranhão, como as demais regiões brasileiras, já tratadas, assemelha-se à Ásia em termos de tendência dos deficits e superavits. (Gráfico nº 43 e Tabela nº 15). Se bem que o ritmo ascencional dos superavits fosse o mesmo da Ásia, havia uma diferença significativa entre os dois no que tange ao valor absoluto dos superavits (Gráfico nº 44 e Tabela nº 16).

O comércio de importação do Maranhão está representado no Gráfico nº 45 e Tabela nº 28. A representação porcentual, no Gráfico nº 46 e Tabela nº 29. Neste gráfico, distinguimos perfeitamente dois momentos na economia maranhense. Um, que vai de 1796 a 1803 e outro, de 1803 em diante. No primeiro período, a importação de alimentos se mantém por volta de 20%. A importação de lanifícios é insignificante. Maior importância tem a importação de linifícios que, em 1800, é igual a 25%. As produções das fábricas do Reino tra

çam, neste período, um verdadeiro arco, tendo, em 1800, chegado a representar 40,5%. Os metais e os produtos da Ásia participavam - com 10%, paoximadamente, cada um.

A partir de 1801, começa a crescer a entrada de ouro e prata, remetida pela metrópole para o Maranhão em pagamento das - mercadorias. Era o resultado do superavit da balança do Maranhão. Em 1803, esse mecanismo chegou ao seu ponto máximo, com a importação de 33,6% em ouro e prata.

Em 1803, as importações de produtos da Ásia, metais, produtos das fábricas e linifícios, estão completando um ciclo de retração. Os produtos das fábricas baixaram de 40,5%, em 1800, para 13,4%, em 1806, ampliando-se neste período a entrada de linifícios. Isto demonstra que o contrabando não deveria ser muito intenso no Maranhão.

Devemos notar, neste movimento de importação do Maranhão, que a retração em 1808 é menos violenta do que nas outras regiões - brasileiras. É uma prova de estabilidade da economia maranhense.

As exportações são testemunhadas pelo Gráfico nº 47 e Tabela nº 30, com dados absolutos em escala logarítmica. No Gráfico nº 48 e Tabela nº 31, temos a representação porcentual. O que vemos neste gráfico é extraordinariamente significativo. A economia do Maranhão poderia ser chamada "a economia do algodão". A participação deste produto na exportação variou entre 73% e 82%, quer dizer, era praticamente tudo. Os mantimentos mal chegavam a 20%, e o restante era por isso mesmo absolutamente insignificante. O ano de 1802 tornou-se para nós uma incógnita.Somente neste ano, o algodão reduz a sua participação de 80 para 16,9%. Amplia-se neste mesmo - ano a exportação de mantimentos, de uma forma surpreendente, porque o montante absoluto da exportação se manteve mais ou menos constante. Isto quer dizer que os alimentos, que andavam à casa de 15%, passaram de um ano para outro a 65%.

A significativa exportação maranhense é o resultado do desenvolvimento da agricultura,principalmente do cultivo do algo

dão e arroz (46). O crescimento das exportações do Maranhão já é patente entre 1780 e 1788, quando seu movimento comercial duplicou - (47). Em 1778, as exportações realizadas pela Companhia de Comércio do Grão-Pará e Maranhão estavam abaixo destas cifras (48).

O superavit comercial demonstrado acima era preconizado na Balança do Comércio, em razão do rápido desenvolvimento da agri-

(46) - Resumo da Exportação geral do algodão e arroz de 1805 a 1812.

Algodão de Pluma				Arroz Sucado		
Annos	Sacas	Arrobas	Libras	Sacas	Arrobas	Libras
1805	31089	168693	21	44703	235243	20
1806	32859	177009	11	73325	374331	13
1807	38979	206449	28	60638	321595	
1808	11314	58873		15815	83673	
1809	76484	402244		68790	37472	
1810	52460	285863	16	47962	254073	
1811	54761	298582	7	49154	257912	
1812	40570	217471	25			

Fonte: R. J. de S. Gaioso, Compêndio Histórico-Político dos Princípios da Lavoura do Maranhão (1818). Reprodução fotográfica do original, Rio de Janeiro, 1970, pág. 220.

(47) - Exportações do Maranhão entre 1780 e 1788

1780	.....	355.836$000
1781	.....	459.762$000
1782	.....	561.646$000
1783	.....	544.980$000
1784	.....	375.760$000
1785	.....	566.558$000
1786	.....	610.405$000
1787	.....	----------
1788	.....	686.746$000

Fonte: J. de Viveiros, História do Comércio do Maranhão - 1612-1895, São Luís, 1954, pág. 102.

(48) - Em 1774, a exportação da Companhia foi de 142.837$851; em 1775, de 166.354$825; em 1776, de 150.481$483; em 1777, de 322.236$600 e finalmente, em 1778, foi de 295.815$062. Infelizmente, não possuimos os valores e volumes exportados pela Companhia no período anterior a 1774. A exportação do ano de 1777 é excepcional, por ser o ano de liquidação da Companhia. Os dados sobre a exportação foram extraídos de M. N. Dias, A Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão - (1755-1778), Pará, 1970, tabelas entre a pagina 398 e 425.

cultura (49), envolvendo, como no caso de Pernambuco, extravasamento monetário (50), se bem que em proporções não tão alarmantes como em Pernambuco, tanto que este comércio era visto positivamente: "A agricultura do algodão e arroz nesta capitania tem florescido, e vemos pelo seu commercio produtivo de Importação de que nos provem o surgimento da Marinha, pois montam a 42 os navios carregados de generos que exportou para as Praças de Lisboa e Porto no corrente anno. Direitos que dellas se recebem nas alfandegas, e grande commercio com as nações estrangeiras donde resultão tantas vantagens a este Reino" (51).

Este desenvolvimento da economia maranhense é anterior ao ano de 1796. Já demonstramos que o movimento de exportação duplicou em apenas 8 anos (1780-1788). Da mesma forma, a tendência superavitária se manifesta a partir de 1792, pelos dados que extraímos de J. de Viveiros (52). Isto nos leva a conjecturar sobre

---

(49) - "Sempre seremos devedores a esta Praça pela Balança de Importação e Exportação de generos, que são o algodão e arroz que nos importa, e que em consequencia do augmento da sua grande agricultura, ella virá a ser muito mais credora". - Balança Geral do Commercio do Reyno de Portugal com os seus Dominios no anno de 1802, B. N. R. J., Seção de Manuscritos, f. 5.

(50) - Balança Geral do Commercio do Reino de Portugal com os seus Dominios no anno de 1803, Instituto Nacional de Estatística, Lisboa, 1803, f. 1v.

(51) - Balança Geral do Commercio do Reino de Portugal com os seus Dominios no anno de 1804, Instituto Nacional de Estatística, Lisboa, Introduçao.

(52) - Movimento de Importação e Exportação do Maranhão de 1792 a 1795.

Anos	Importação	Exportação	Superavit
1792	223.674$900	816.366$852	592.691$952
1793	168.542$230	819.706$080	651.163$850
1794	226.918$000	722.322$000	495.404$000
1795	220.690$000	1.352.723$000	1.132.033$000

Fonte: J. de Viveiros, História do Comércio do Maranhão - 1612-1895, São Luís, 1954, págs. 102-103.

a possibilidade de superavits nos decênios anteriores.

Este superavit, entretanto, precisa ser levado na devida conta, pois: "As Balanças do Commercio com o Maranhão desde o anno de 1796, sempre mostrarão o saldo contra Portugal; porem elle não he realmente o verdadeiro pelo encontro que lhe deve fazer o avanço também annual com as praças da África, pois que a falta de conhecimento exacto das relações comerciaes, entre huma e outras Praças faz, com que se não debite o Maranhão pelo valor da escravatura, que por ordens desta Praça, recebe das da África, e ao mesmo tempo se não creditem estas, do valor que recebeo aquellas, de sorte que por esta razão, a nossa dívida ao Maranhão não he o que se supoem" (53).

O Maranhão não estava isolado em relação às demais regiões brasileiras. A freguesia de Pastos Bons era uma região muito ativa no Maranhão; possuía gado excelente, e o remetia para a Bahia, Pará e Rio de Janeiro (54). O gado demandava a região açucareira através do Piauí (55). Destas regiões, o Maranhão recebia também escravos, indispensáveis à sua lavoura (56).

==========

(53) - Balança Geral do Commercio do Reino de Portugal com os seus Dominios no anno de 1805, Instituto Nacional de Estatistica, Lisboa, Introduçao.

(54) - "A frequesia de Pastos Bons é uma parte muito nervosa no Maranhão". Roteiro do Maranhão e Goiás pela Capitania do Piauí (Fins do século XVIII), Revista do Instituto Historico e Geografico Brasileiro, Vol. LXII, 1ª parte, 1900, pág. 67-68.; M. Diegues Junior, Regiões Culturais do Brasil, Rio de Janeiro, 1960, pág. 149-150.

(55) - R. N. M. de Santana, Evolução Histórica da Economia Piauiense, Teresina, 1964, pág. 56.

(56) - Descrição do Estado do Brasil, suas Capitanias, Produção e Comercio (1769-1792), com Introdução de Jose Honorio Rodrigues, Revista de História da Economia Brasileira, Vol. I, nº 1, 1953, pag. 93.

CRUZAMENTO DAS CURVAS DE IMPORTAÇÃO-EXPORTAÇÃO

MARANHÃO

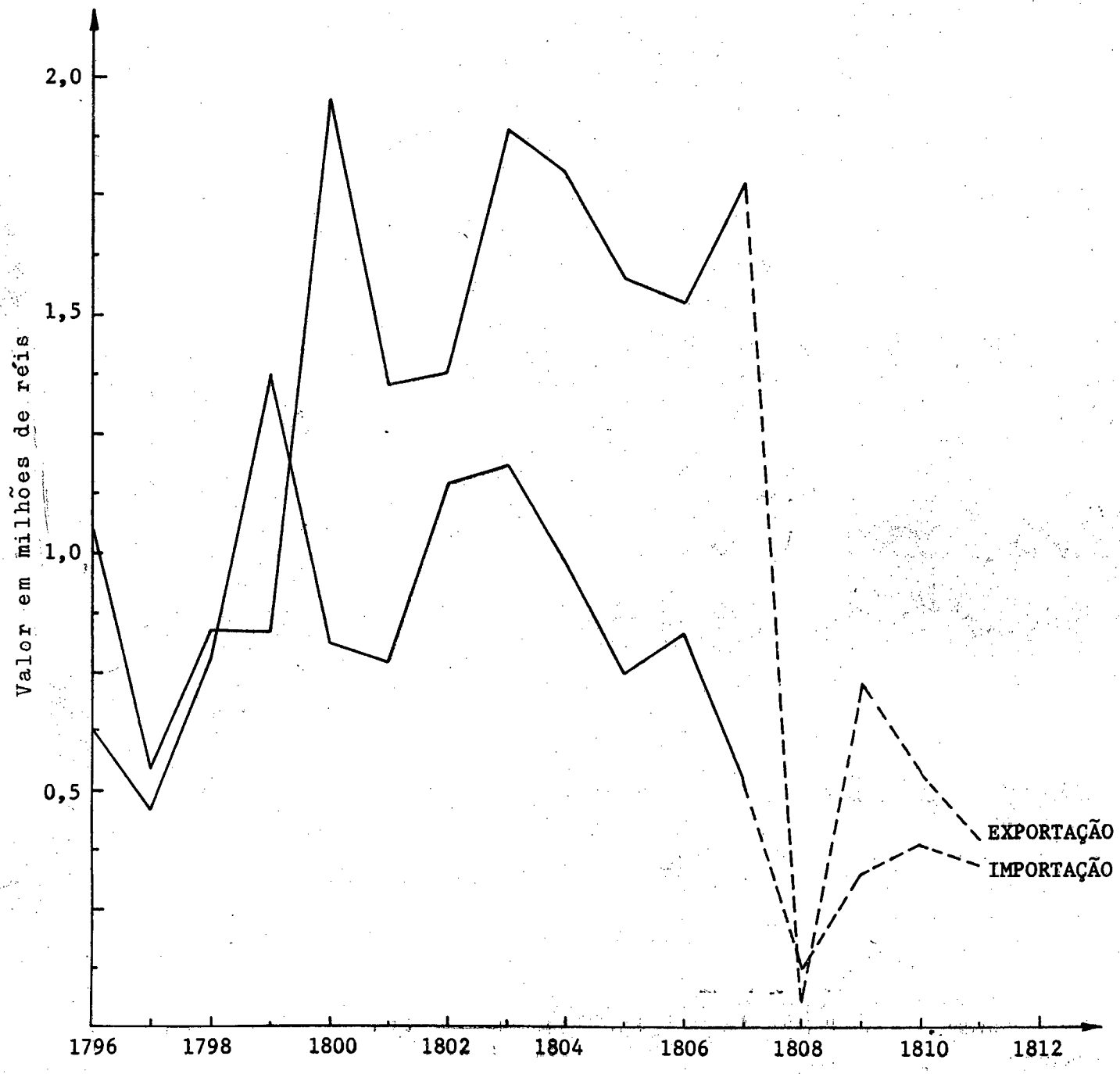


Gráfico 39

ÍNDICES EXPORTAÇÃO/IMPORTAÇÃO

MARANHÃO

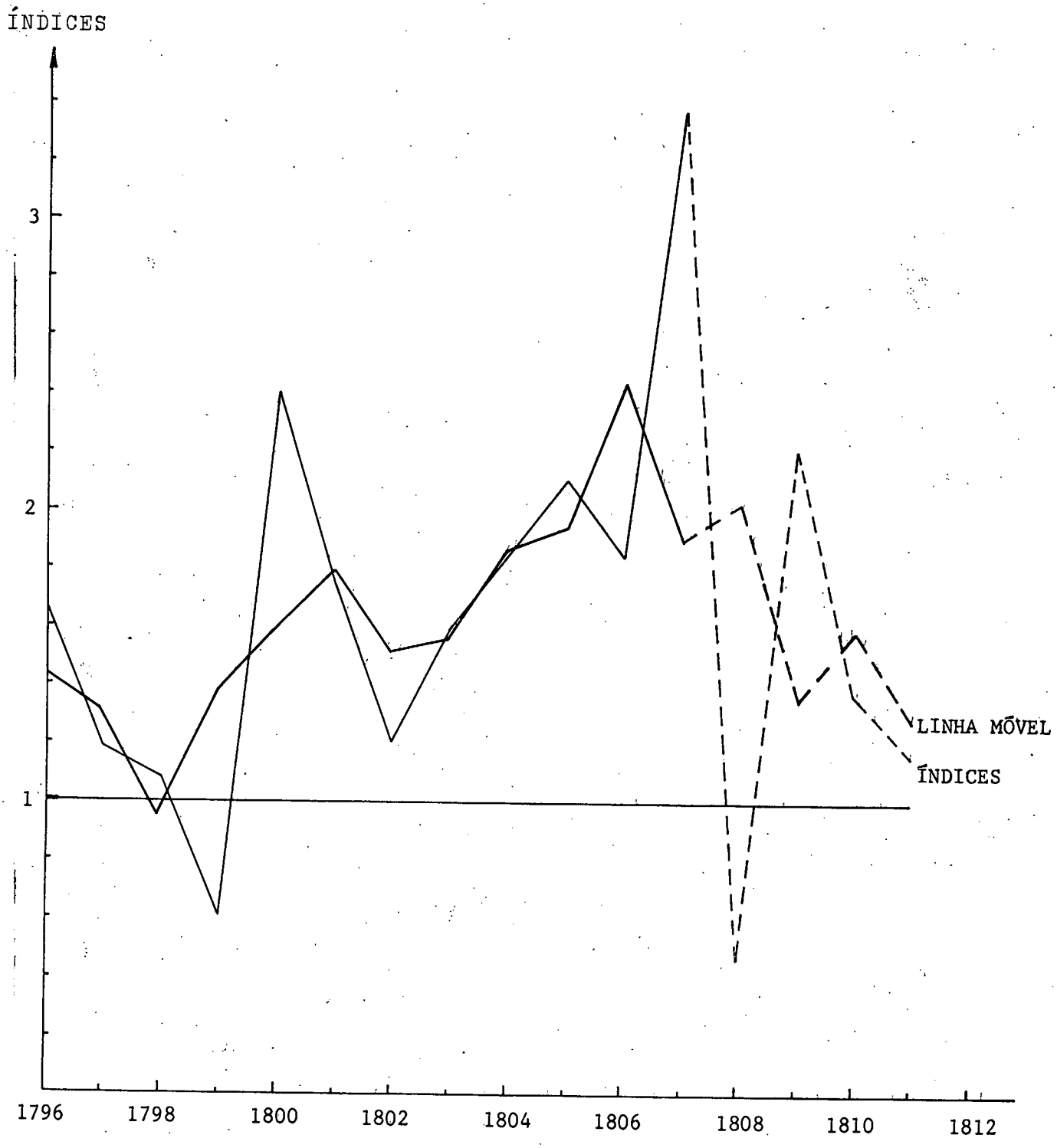


Gráfico 40

DEFICITS E SUPERAVITS

MARANHÃO

Gráfico 41

DEFICITS E SUPERAVITS ACUMULADOS

MARANHÃO

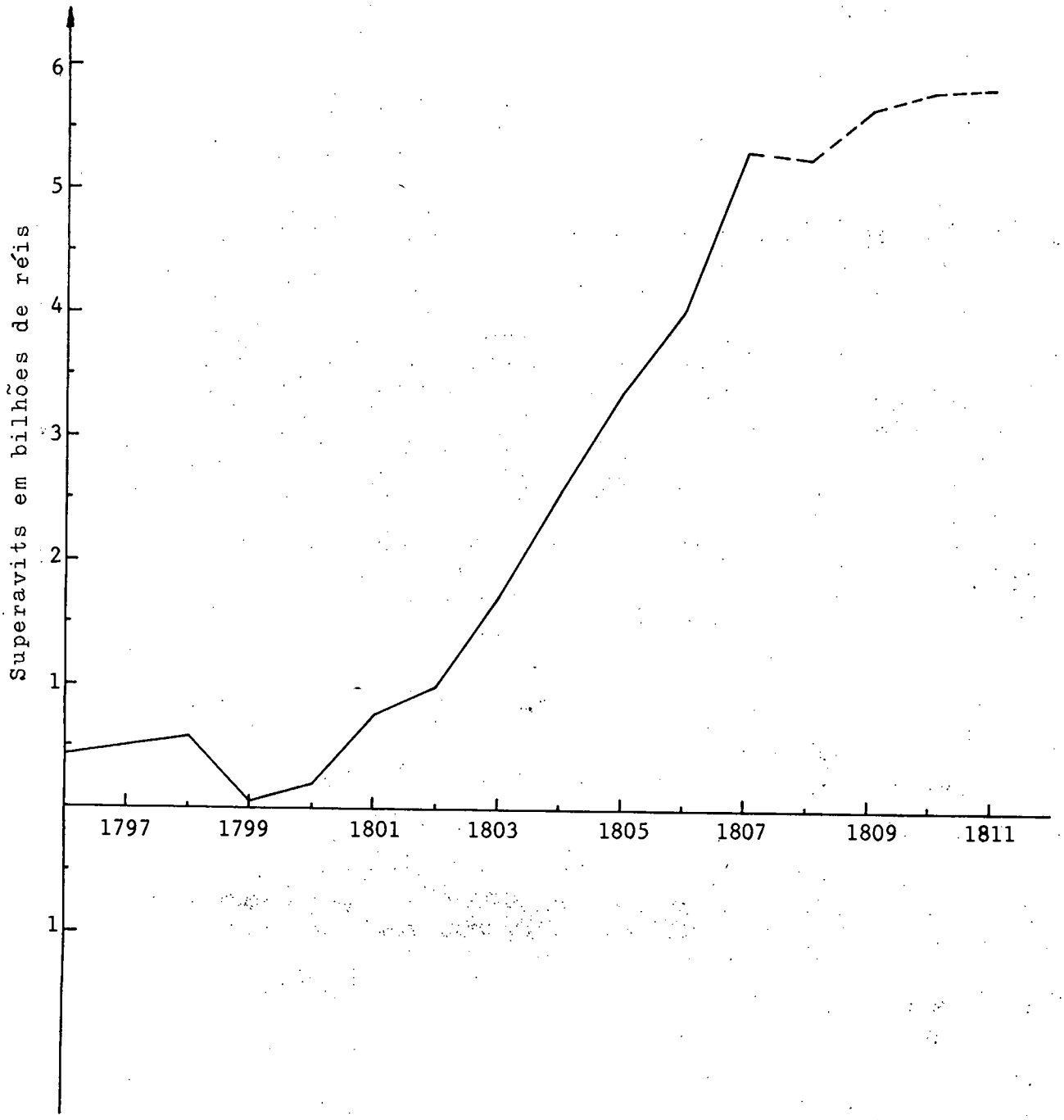


Gráfico 42

DEFICITS E SUPERAVITS

MARANHÃO E OUTRAS COLÔNIAS (ÁSIA, ÁFRICA, ILHAS)

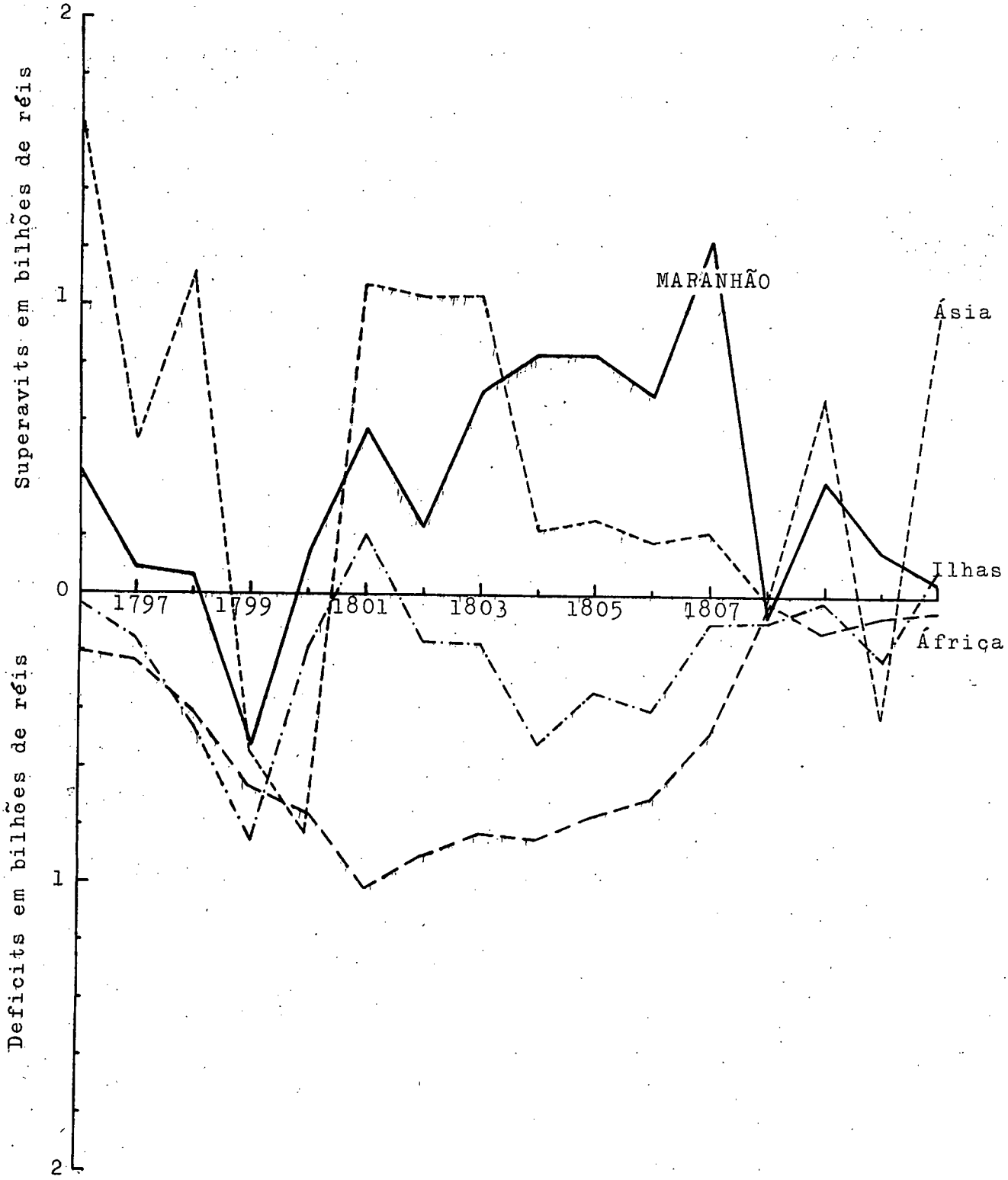


Gráfico 43

DEFICITS E SUPERAVITS ACUMULADOS

MARANHÃO E OUTRAS COLÔNIAS (ÁSIA, ÁFRICA, ILHAS)

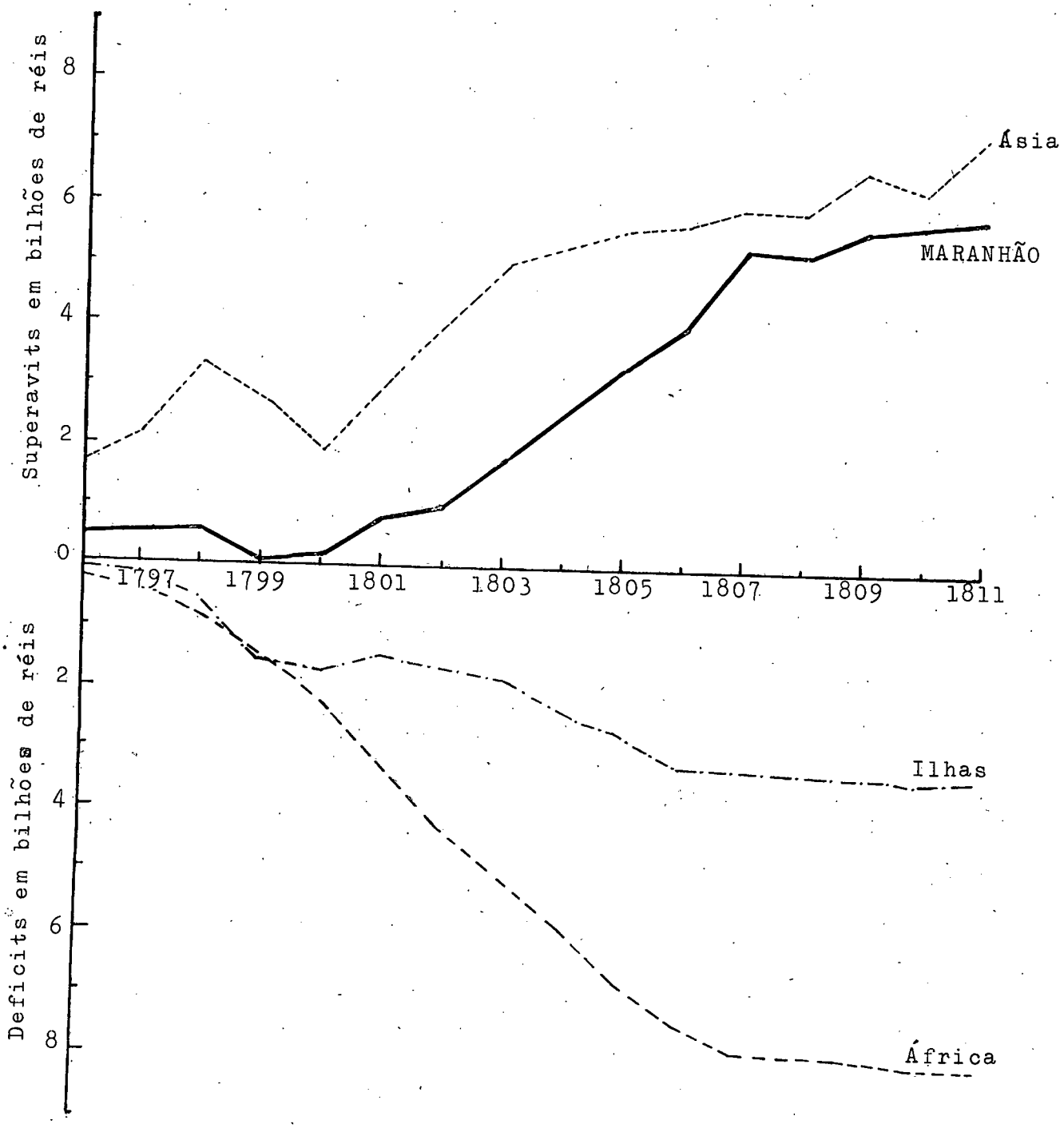


Gráfico 44

POSIÇÃO DOS PRODUTOS NA IMPORTAÇÃO DO BRASIL

REGIÃO: MARANHÃO

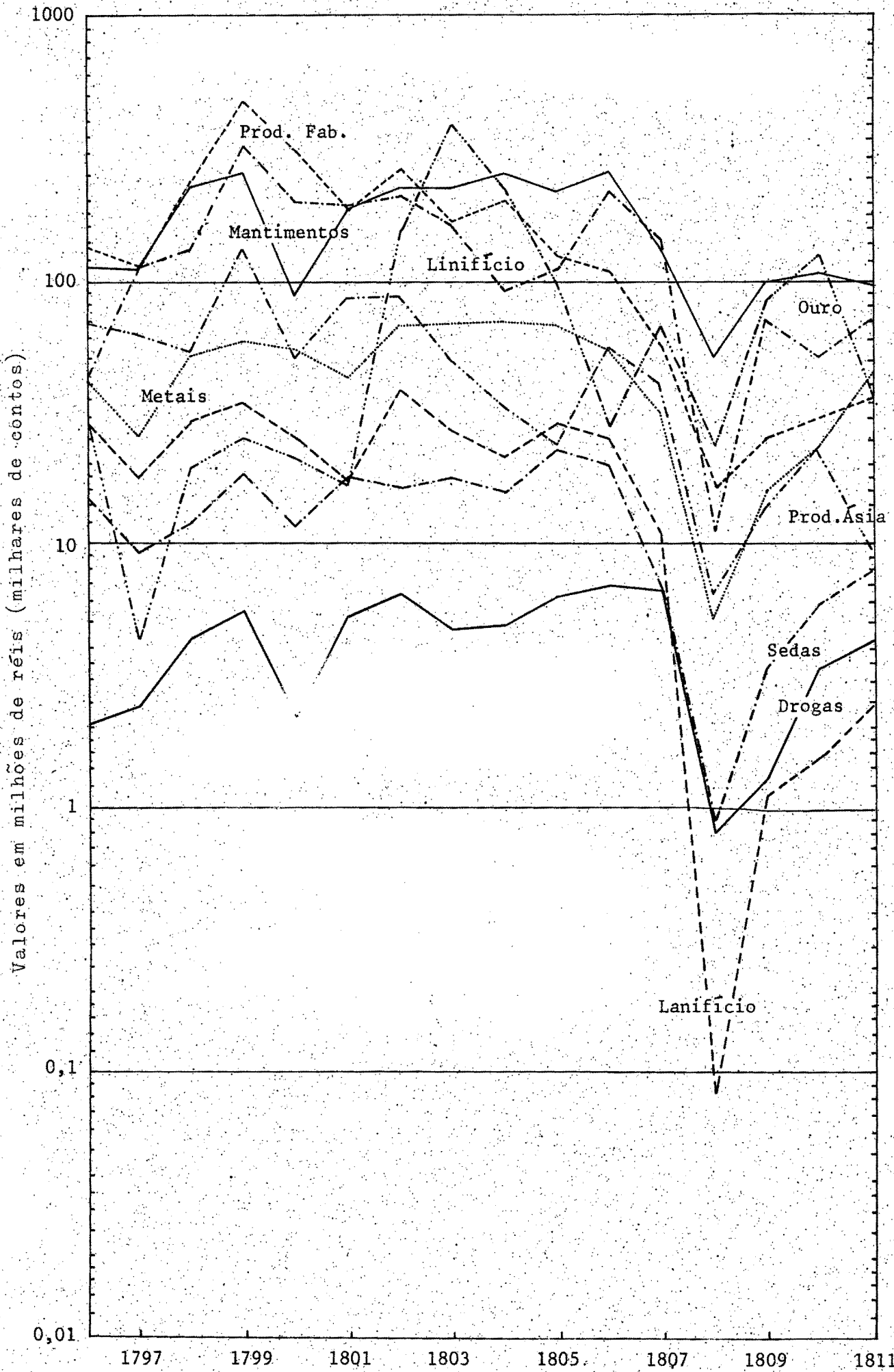


Gráfico 45

PARTICIPAÇÃO DOS PRODUTOS NA IMPORTAÇÃO

MARANHÃO

DATA	MANTIMENTOS	OURO-PRATA	LANIFÍCIO	LINIFÍCIO	SEDAS	PRODUTOS DAS FABRICAS	PRODUTOS DA ÁSIA	METAIS	DROGAS	VÁRIOS	MANUFAT. INGLESA	TOTAL
1796	110.854$189	31.347$000	29.525$407	43.809$490	14.982$429	138.519$588	67.192$468	41.456$701	2.178$168	24.734$445	----	,504.599$885
1797	106.305$513	4.261$000	18.011$974	106.909$073	9.638$294	108.705$656	63.318$698	26.935$714	2.465$708	15.446$817	----	461.998$441
1798	213.979$345	18.886$500	28.810$795	131.252$067	12.182$919	236.422$070	54.355$560	51.666$848	4.386$255	29.199$300	----	781.141$659
1799	257.301$702	25.179$940	34.263$235	321.540$145	18.257$290	478.993$220	126.466$750	58.632$985	5.576$033	45.381$155	----	1.371.592$455
1800	85.525$930	21.825$000	25.240$625	201.640$295	11.944$980	331.948$695	49.326$000	55.815$384	2.382$525	33.095$060	----	818.744$494
1801	181.996$426	16.912$270	17.503$500	194.615$620	17.996$400	183.317$715	83.378$680	42.423$941	5.167$500	35.528$570	----	778.840$622
1802	237.147$280	155.209$840	37.513$199	216.644$349	16.316$560	266.170$372	83.385$370	67.419$417	6.669$305	56.274$055	-----	1.142.749$747
1803	236.698$400	398.582$880	27.366$341	165.518$075	17.800$600	166.506$800	49.142$550	70.467$797	4.857$296	47.754$630	----	1.184.695$369
1804	256.352$890	232.961$600	22.744$108	92.888$995	15.907$195	201.515$910	33.352$776	70.109$000	4.974$840	46.795$610	----	977.602$924
1805	231.487$390	97.175$600	28.026$900	108.505$870	22.869$675	122.059$934	23.879$110	67.048$850	6.359$370	42.206$720	----	749.619$419
1806	258.288$250	27.542$490	25.628$890	223.524$970	20.364$455	111.103$430	54.674$430	54.101$337	7.073$235	49.299$280	----	831.600$767
1807	137.796$030	69.292$995	11.095$700	141.609$835	6.061$350	56.750$990	40.105$655	32.207$805	6.656$360	25.790$150	----	527.366$870
sub-total	2.313.733$345	1.099.177$115	305.730$674	1.948.458$784	184.322$147	2.402.014$374	728.578$047	683.917$703	62.582$595	451.505$792	----	10.476.839$142
1808	61.317$450	24.640$000	84$000	11.779$330	898$220	16.226$195	6.610$260	5.323$786	824$201	5.952$500	----	133.655$942
1809	98.557$300	82.500$910	1.138$280	73.828$260	3.347$990	25.142$720	13.225$270	16.048$450	1.272$520	15.206$010	----	330.267$710
1810	106.819$760	122.764$200	1.514$120	52.690$560	5.876$240	29.627$780	23.958$935	23.788$260	3.435$285	21.212$350	----	391.687$490
1811	97.340$020	36.739$000	2.450$220	70.091$450	7.722$200	36.404$270	9.617$025	45.632$380	4.262$745	35.093$830	933$350	346.286$490
TOTAL	2.677.767$875	1.365.821$225	310.917$294	2.156.848$384	202.166$797	2.509.415$339	781.989$537	729.078$655	68.541$346	528.970$482	933$350	11.332.450$284

Tabela 28

PARTICIPAÇÃO PORCENTUAL DOS PRODUTOS NA IMPORTAÇÃO DO BRASIL

MARANHÃO

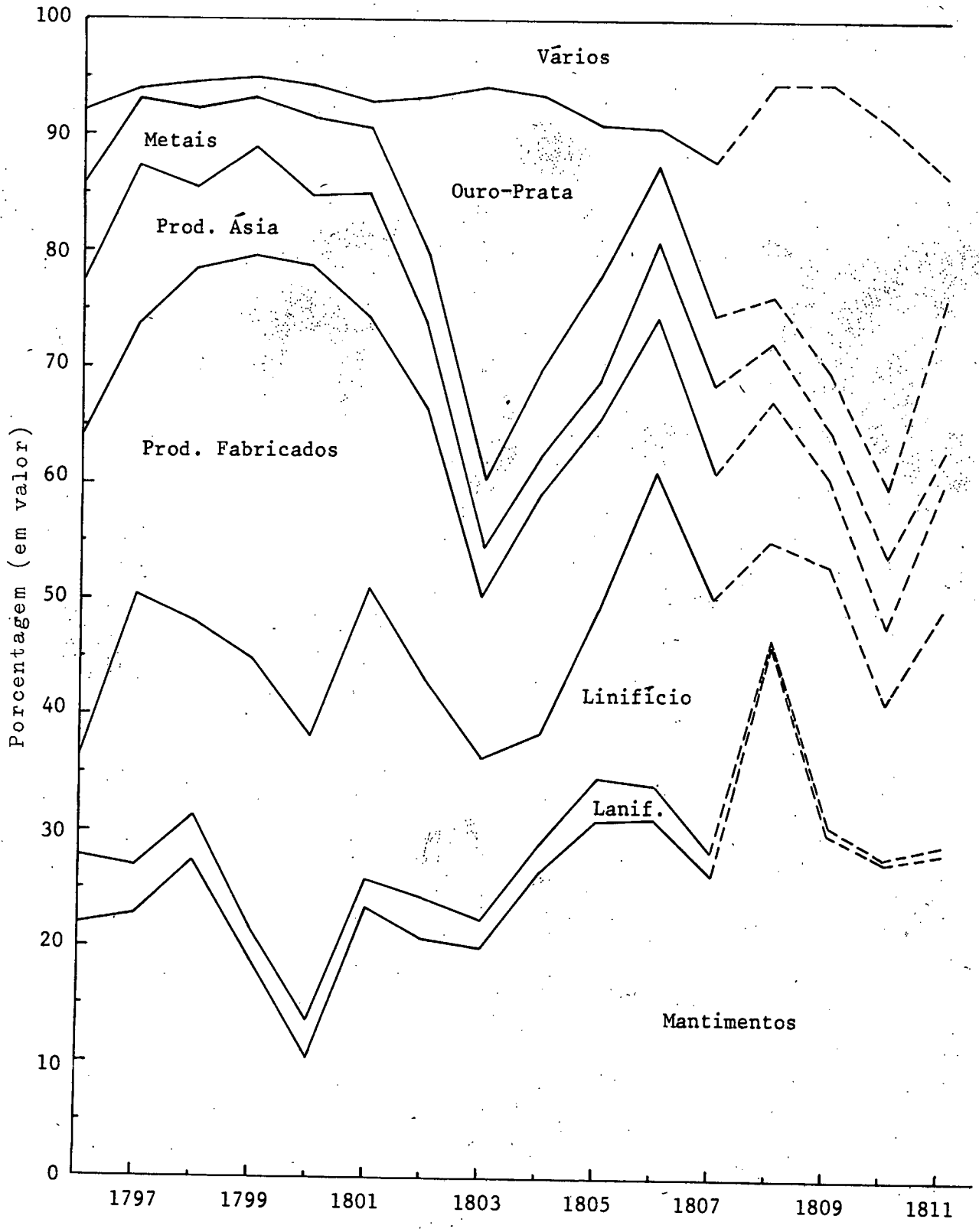


Gráfico 46

PARTICIPAÇÃO PORCENTUAL DOS PRODUTOS NA IMPORTAÇÃO DO BRASIL

MARANHÃO.

PROD. / DATA	MANTIMEN.	OURO-PRATA	LANIFÍCIO	LINIFÍCIO	SEDAS	PROD.FAB.	PROD.ÁSIA	METAIS	DROGAS	VÁRIOS
1796	22,0	6,2	5,8	8,7	3,0	27,5	13,3	8,2	0,4	4,9
1797	23,0	0,9	3,9	23,2	2,1	23,5	13,7	5,8	0,5	3,4
1798	27,4	2,4	3,7	16,8	1,6	30,3	7,0	6,6	0,5	3,7
1799	18,8	1,8	2,5	23,5	1,3	34,9	9,2	4,3	0,4	3,3
1800	10,5	2,7	3,1	24,6	1,5	40,5	6,0	6,8	0,3	4,0
1801	23,4	2,2	2,2	25,0	2,3	23,5	10,7	5,4	0,7	4,6
1802	20,7	13,6	3,3	19,0	1,4	23,3	7,3	5,9	0,6	4,9
1803	20,0	33,4	2,3	14,0	1,5	14,1	4,2	5,9	0,4	4,0
1804	26,2	23,8	2,3	9,5	1,7	20,6	3,4	7,2	0,5	4,8
1805	30,9	13,0	3,7	14,5	3,1	16,3	3,2	8,9	0,6	5,6
1806	31,0	3,3	3,1	26,9	2,4	13,4	6,6	6,5	0,9	5,9
1807	26,1	13,1	2,1	26,8	1,2	10,8	7,6	6,1	1,3	4,9
1808	45,9	18,5	0,1	8,8	0,7	12,1	5,0	4,0	0,6	4,5
1809	29,8	25,0	0,3	22,4	1,0	7,6	4,0	4,9	0,4	4,6
1810	27,3	31,3	0,4	13,4	1,5	7,6	6,1	6,1	0,9	5,4
1811	28,1	10,6	0,7	20,3	2,2	10,5	2,8	13,2	1,2	10,1
TOTAL	23,6	12,1	2,8	19,0	1,8	22,1	6,9	6,4	0,6	4,7

Tabela 29

POSIÇÃO DOS PRODUTOS NA EXPORTAÇÃO DO BRASIL

REGIÃO: MARANHÃO

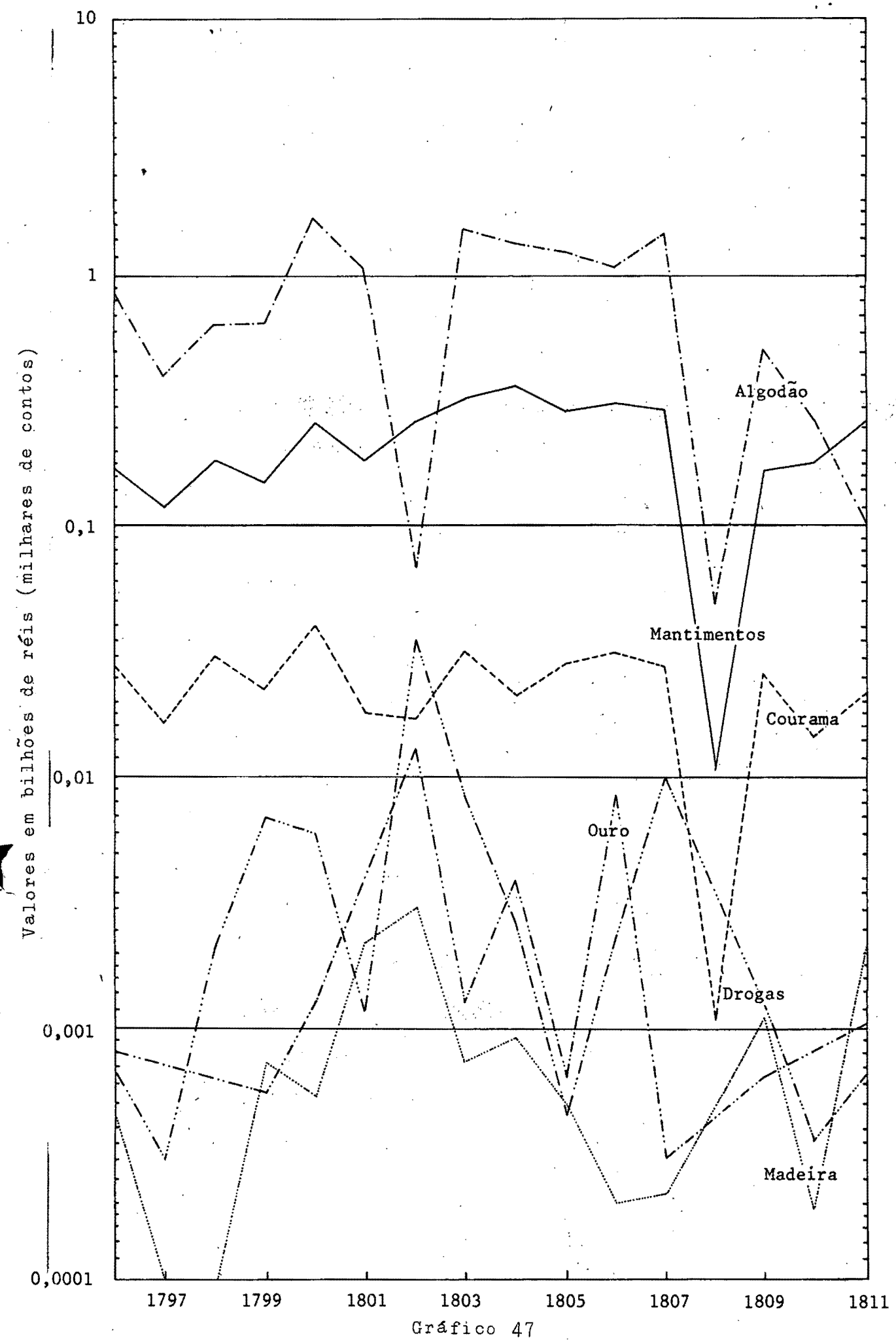


Gráfico 47

PARTICIPAÇÃO DOS PRODUTOS NA EXPORTAÇÃO

MARANHÃO

DATA	MANTIMENTOS	OURO	ALGODÃO	COURAMA	DROGAS	MADEIRAS	VÁRIOS	TOTAL
1796	171.504$460	800$000	854.906$800	28.677$300	686$140	460$250	7.320$560	1.064.355$510
1797	119.925$030	----	405.240$200	16.937$950	306$875	77$100	9.742$180	552.229$335
1798	181.298$500	----	620.262$000	30.628$800	2.126$800	85$000	10.144$000	844.545$100
1799	153.544$000	560$123	631.944$800	23.875$600	7.014$400	746$350	17.848$200	835.533$473
1800	257.497$900	1.292$800	1.618.048$000	39.939$640	6.105$600	563$900	32.596$000	1.956.043$840
1801	184.434$580	----	1.134.956$640	18.396$300	1.194$480	2.356$540	12.658$100	1.353.996$640
1802	267.342$962	13.534$302	69.638$400	17.172$150	35.369$870	3.030$000	4.782$640	410.870$324
1803	313.488$075	1.320$800	1.512.793$600	32.683$130	8.634$960	747$600	28.470$500	1.898.138$665
1804	365.194$315	3.904$000	1.388.748$000	22.676$610	2.667$000	937$200	23.370$400	1.807.497$525
1805	295.055$625	640$000	1.238.969$760	27.844$290	447$840	502$500	20.367$350	1.583.827$365
1806	316.559$560	8.755$200	1.148.153$600	32.477$360	2.205$800	201$120	19.366$400	1.527.719$040
1807	296.064$300	307$200	1.424.552$640	27.153$200	9.882$800	226$800	18.784$200	1.776.971$140
sub-total	2.921.909$307	31.114$425	12.048.214$440	318.462$330	76.642$565	9.934$360	205.450$530	15.611.527$957
1808	11.193$600	----	50.904$000	1.154$000	----	----	----	63.251$600
1809	169.479$650	640$000	517.665$280	26.031$000	1.231$120	1.171$700	13.154$400	729.373$150
1810	183.104$300	----	326.195$200	14.615$100	369$200	199$600	13.572$000	538.055$400
1811	262.357$050	1.024$000	106.913$600	22.806$400	682$400	2.113$600	7.523$760	403.420$810
TOTAL	3.548.043$907	32.778$425	14.049.892$520	383.068$830	78.925$285	13.419$260	239.700$690	17.345.828$917

Tabela 30

PARTICIPAÇÃO PORCENTUAL DOS PRODUTOS NA EXPORTAÇÃO DO BRASIL

MARANHÃO

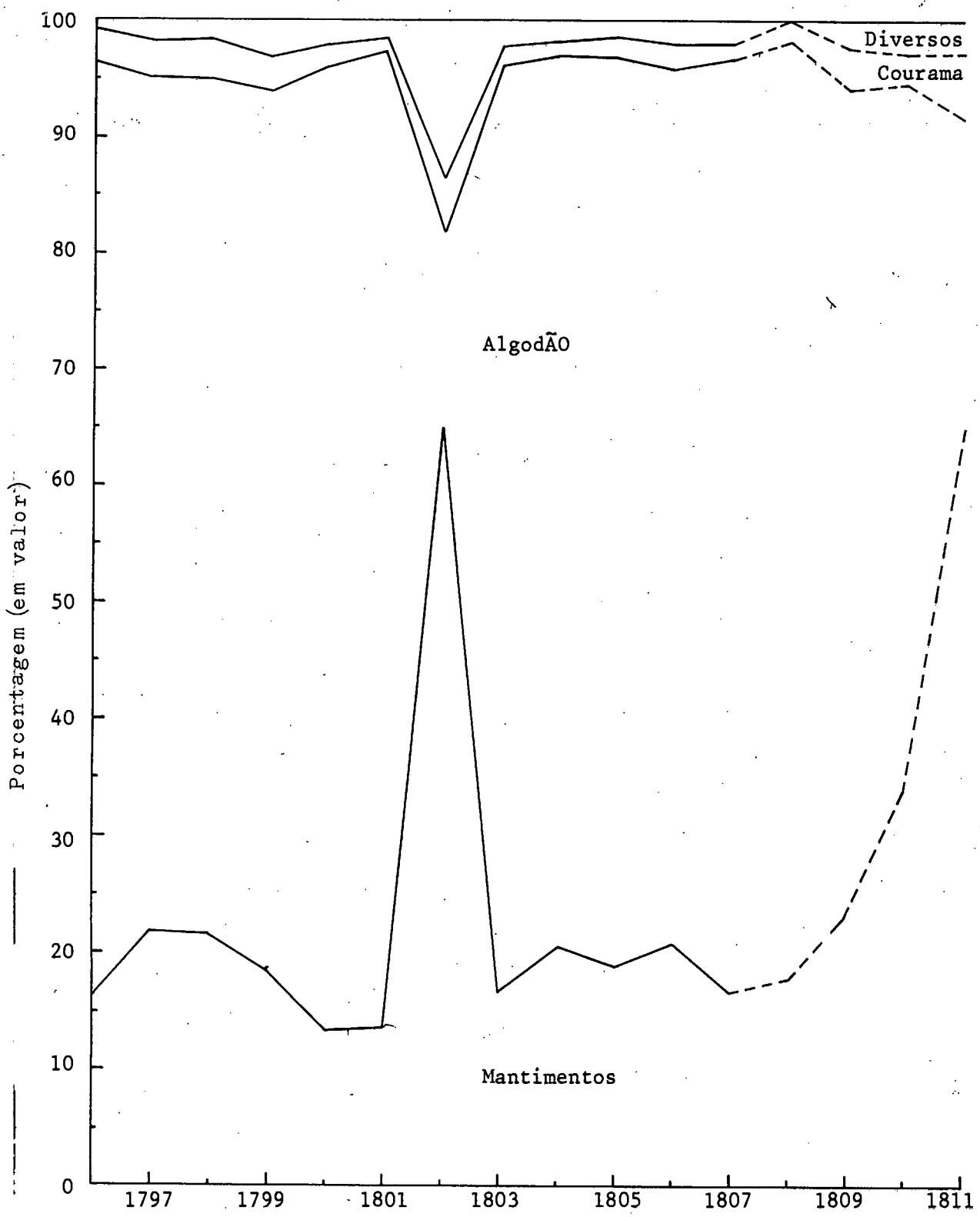


Gráfico 48

PARTICIPAÇÃO PORCENTUAL DOS PRODUTOS NA EXPORTAÇÃO DO BRASIL

MARANHÃO

PROD. / DATA	MANTIMENTOS	OURO	ALGODÃO	COURAMA	DROGAS	MADEIRAS	VÁRIOS-TABACO
1796	16,1	0,1	80,3	2,7	0,1	~ 0	0,7
1797	21,7	---	73,4	3,1	o,1	~ 0	1,7
1798	21,5	---	73,4	3,6	0,3	~ 0	1,2
1799	18,4	0,1	75,6	2,9	0,8	0,1	2,1
1800	13,2	0,1	82,7	2,0	0,3	~ 0	1,7
1801	13,6	---	83,8	1,3	0,1	0,2	1,0
1802	65,1	3,3	16,9	4,2	8,6	0,7	1,2
1803	16,5	o,1	79,7	1,7	0,5	~ 0	1,5
1804	20,2	0,2	76,8	1,3	0,1	0,1	1,3
1805	18,6	~ 0	78,3	1,8	~ 0	~ 0	1,3
1806	20,7	0,6	75,2	2,1	0,1	~ 0	1,3
1807	16,6	~ 0	80,2	1,5	0,3	~ 0	1,1
1808	17,7	---	80,5	1,8	---	---	---
1809	23,2	0,1	71,0	3,6	0,2	0,1	1,8
1810	34,0	---	60,6	2,7	0,1	0,1	2,5
1811	65,0	0,3	26,5	5,7	0,2	0,5	1,8
TOTAL DO PERIODO	20,4	0,2	75,2	2,2	0,5	0,1	1,4

Tabela 31

Variedade de Produtos Exportados Pelo MARANHÃO (1796-1811)

I. Alimentos
1. Arroz
2. Café
3. Cravo Fino
4. Farinha
5. Farinha de Pão
6. Açúcar Branco
7. Mel
8. Cacau
9. Tapioca
10. Melaço
11. Gergelim
12. Cravo
13. Carimã
14. Cravo Grosso
15. Carne
16. Legumes

II. Courama
17. Atanados
18. Vaquetas
19. Salgados
20. Solas
21. Veado
22. Lobo Marinho
23. Cabra

III. Algodão
24. Algodão

IV. Drogas
25. Epecacuanha
26. Gengibre
27. Salsa Parrilha
28. Salsa
29. Quina
30. Anil
31. Grude

V. Madeiras
32. Madeiras

VI. Vários Gêneros
33. Goma
34. Cera Amarela
35. Marfim
36. Cera em Velas
37. Cera
38. Cera em Pau
39. Cabelos de Boi
40. Tabaco em Folha
41. Tabaco em Rolo
42. Cebo
43. Cobre

Vocabulário dos produtos exportados pelo Maranhão

1. Carimã: Mandioca amolecida por fermentação na água. Farinha de mandioca fina e seca. (C. Aulete, pág. 706).
2. Gengibre: Droga e condimento com várias aplicações úteis (D. P. U. do Brasil, pág. 380).
3. Salsaparrilha: Planta de valor medicinal (C.Aulete,pág. 3.630).

HIERARQUIZAÇÃO DOS PRINCIPAIS PRODUTOS EXPORTADOS PELO MARANHÃO (1796 - 1811)

1º	ALGODÃO	6º	COUROS SALGADOS
2º	ARROZ	7º	FARINHA
3º	CERA	8º	ATANADOS
4º	VAQUETAS	9º	GOMA
5º	COUROS SECOS	10º	AGUARDENTE

5. PARÁ

O movimento de importação e exportação do Pará difere do Maranhão, em função da alternância que se verifica entre a importação e a exportação, bem como pelo valor absoluto deste movimento comercial (Gráfico nº 49 e Tabela nº 9). De 1801 em diante, crescem as importações, começando ambas a declinar em 1807. As importações do Pará não declinam muito, antes de 1807, como se verifica nas demais regiões brasileiras. No Gráfico nº 50 e Tabela nº 10, temos o índice das importações e exportações. Percebemos aí a menor importância do Pará em relação ao Maranhão, por não apresentar uma preponderância relevante das exportações. A média móvel trienal (Gráfico nº 50 e Tabela nº 11) fixa muito bem esta característica. E a decorrência imediata deste fato transparece nos gráficos de deficits e superavits anuais (Gráfico nº 51 e Tabela nº 12). Verifica-se nestes gráficos uma alternância constante entre deficits e superavits, que se sucedem a cada dois anos em média. A acumulação dos deficits e superavits (Gráfico nº 52 e Tabela nº 13), mostra que há deficits até 1805, quer dizer, praticamente durante todo o período analisado, com exceção dos últimos anos, quando se torna efetivamente superavitário.

Assim sendo, na comparação com as outras colônias portuguesas, o Pará se aproxima mais das Ilhas e da África do que da Ásia, destoando assim das anteriores regiões brasileiras, que encontravam maior paralelismo com a Ásia do que com a África e Ilhas - (Gráfico nº 53 e Tabela nº 15). Como sempre, o gráfico dos acumulados precisa com maior ênfase as tendências mais marcantes. O Pará coloca-se numa posição intermediária entre a tendência absolutamente deficitária das Ilhas e África, em flagrante contraste com a tendência superavitária da Ásia. É quase uma posição de neutralidade, que não depõe contra a acumulação de superavits por parte da colônia, mas também não a favorece (Gráfico nº 54 e Tabela nº 16).

Quanto às importações demonstradas pelo Gráfico nº 55 e Tabela nº 32, em termos de participação absoluta, e pelo gráfico nº 56 e tabela nº 33, em termos de participação porcentual, notamos algumas diferenças em relação às demais regiões brasileiras. Há uma - flutuação muito grande na composição das exportações. É talvez a região brasileira com mais alto índice de flutuação. Em 1798, os -

produtos das fábricas compõem 36,3% das importações do Pará. A tendência é declinante até 1805, quando atinge o porcentual mais baixo: 16,7%. Os mantimentos têm uma tendência a crescer de importância, oscilando entre 29,4 e 12,3%, de 1796 a 1800. Em 1803, tomam 39,4% das importações. Esta tendência é semelhante às das demais regiões brasileiras, já analisadas, isto é, cresce a importação de alimentos em detrimento dos produtos das fábricas. Os lanifícios praticamente não têm significado. Mas os linifícios alargam a sua participação, desde 1796 até 1800, diminuindo a seguir. Como os produtos da Ásia, 10% em média, e os metais, idem, mantêm-se de forma constante, chama a nossa atenção o crescimento da importação de vários gêneros e drogas que orçam por volta de 20% em todo o período. A importação de ouro e prata é insignificante, quando comparada à do Maranhão e Pernambuco, principalmente.

Observando-se os gráficos de exportação nº 57 e a tabela nº 34, que dão a participação absoluta e o Gráfico nº 58 e Tabela nº 35, que dão a participação porcentual, constatamos que, se o Maranhão era o algodão, o Pará é principalmente mantimentos. De fato, os mantimentos chegam a representar quase 80% das exportações em 1797, descendo, a seguir, até 1801, para crescer novamente a sua importância, que atinge novamente quase 80%, em 1806, e, em 1808 passa de 90%. O algodão é o segundo em termos de importância. Varia em todo o período por volta de 20% do movimento global. As drogas alargam sensivelmente a sua participação, que também gira em torno de 20%.

Quando comparamos o Pará com o Maranhão, sentimos o dinamismo do segundo e a relativa estagnação do primeiro. Apesar de estarmos num período de euforia econômica em todas as regiões brasileiras, o Pará parece estagnado.

Aliás, o fenômeno não é desta época. Se tomarmos os dados relativos ao valor das exportações do Pará no período de existência da Companhia de Comércio do Grão Pará e Maranhão, percebemos que, de 1756 até 1768, isto é, durante 13 anos, as exportações oscilaram entre 88.767$238 mil réis, em 1756, e 91.887$662, em 1768. De 1770 em diante, a variação esteve entre 114.669$083 mil réis e 170.508$251 (56). É evidente, nestes números, que o Pará está es-

---

(56) - M. N. Dias, A Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão - (1755-1778), Pará, 1970, entre as páginas 315 e 361.

tagnado nos 13 primeiros anos de existência da Companhia, dando um salto entre 1768 e 1770, para novamente manter o ritmo até 1777.

O Pará produzia uma variedade muito grande de produtos, - mas poucos eram comercializados (57). A principal limitação para o seu desenvolvimento era a falta de braços para a lavoura. Daí as medidas administrativas emanadas das autoridades, no sentido de que se "promovesse e auxiliasse a sahida dos escravos bons e robustos para a Capitania do Pará ficando livres de pagar Direitos de entrada no Rio de Janeiro todos aquelles que houverem de ser exportados para o Pará, aonde he preciso dar incremento á Povoação e com ella á cultura, trabalhos, e industria. E igualmente se lhe comunica que os Navios, que desaferrarem de Africa directamente para o Pará - transportando escravaria, são isentos de pagar Direitos de entrada e Sahida" (58).

Este fator, falta de braços para a lavoura, impedia que os produtos do Pará fossem explorados, produtos estes que tinham - mercado seguro na Europa: "Seria de grande consideração o commercio desta Praça se tivesse braços para a sua agricultura, e se ouvesse augmento de população pela introdução da Escravatura que lhe falta; pois que ella produz muitos mais generos que o Maranhão" (59).

---

(57) - "se costumão cultivar os seguintes: Cacau, café, açúcar, - tabaco, algodão, arroz, carrapato, Ierzelim, anil, couros, corauhú", Descrição do Estado do Brasil, Produção e Comércio, (1769-1792), com introdução de Jose Honorio Rodrigues, Revista de Historia da Economia Brasileira, Vol. I, nº 1,- 1953, pag. 88.

(58) - A. L. M. Baena, Compêndio das Eras da Província do Pará - (1830), Rio de Janeiro, 1969, pag. 237.

(59) - Balança Geral do Commercio do Reino de Portugal com os - seus Domínios no anno de 1804, Instituto Nacional de Estatística, Lisboa, 1804, Introdução.

CRUZAMENTO DAS CURVAS DE IMPORTAÇÃO-EXPORTAÇÃO

PARÁ

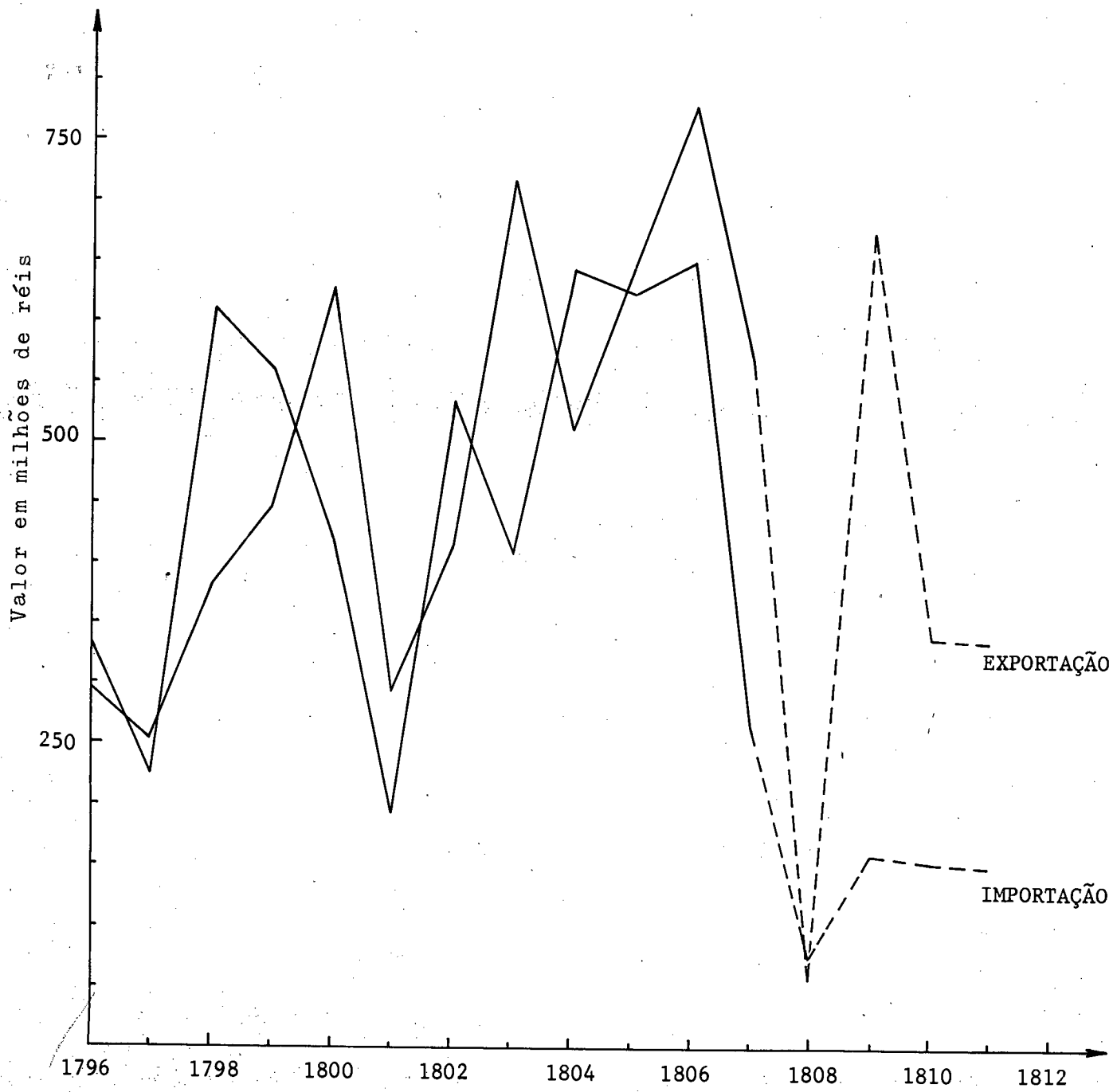


Gráfico 49

FFLCH - USP

ÍNDICES EXPORTAÇÃO/IMPORTAÇÃO

PARÁ

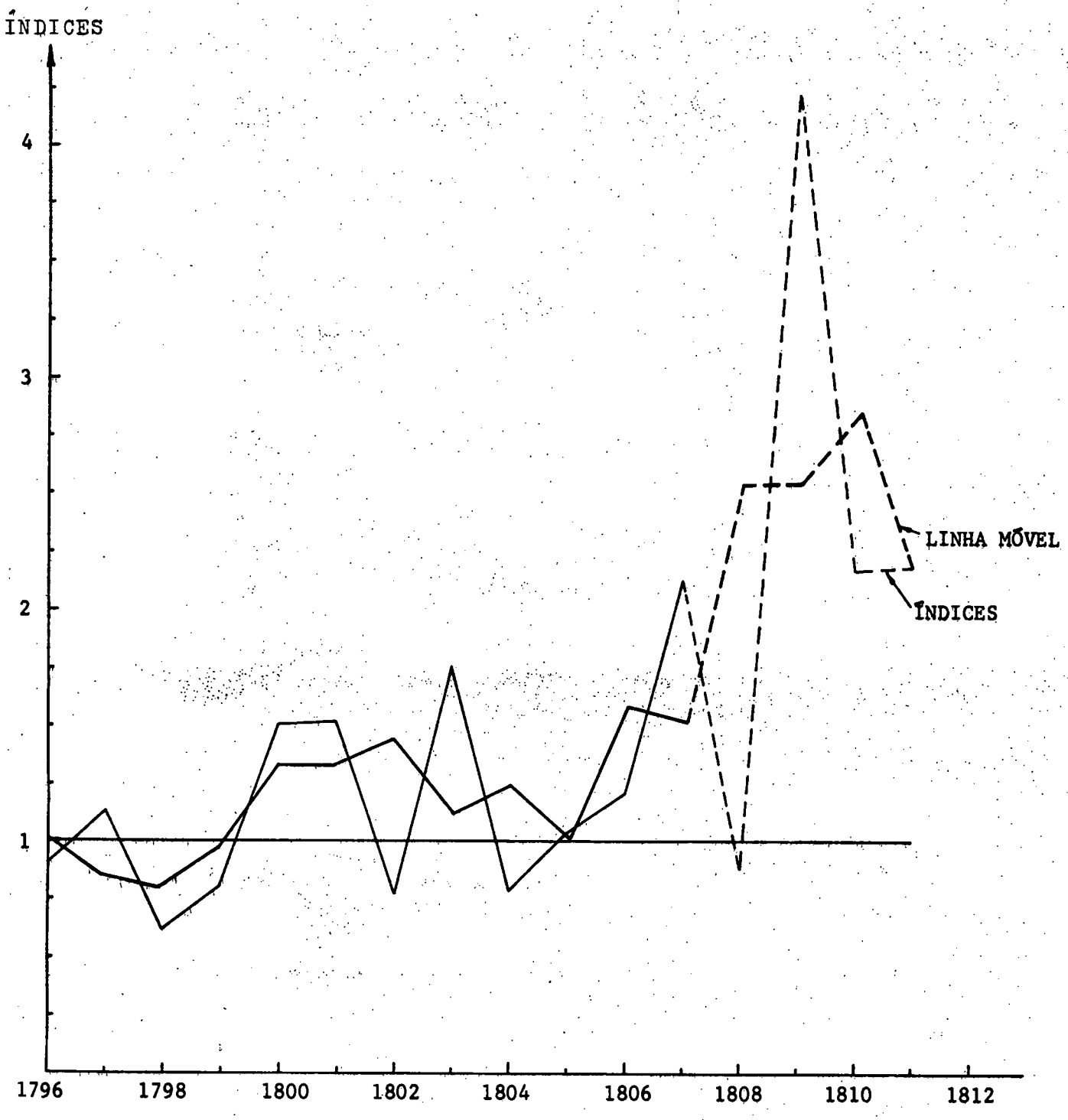


Gráfico 50

DEFICITS E SUPERAVITS

PARÁ

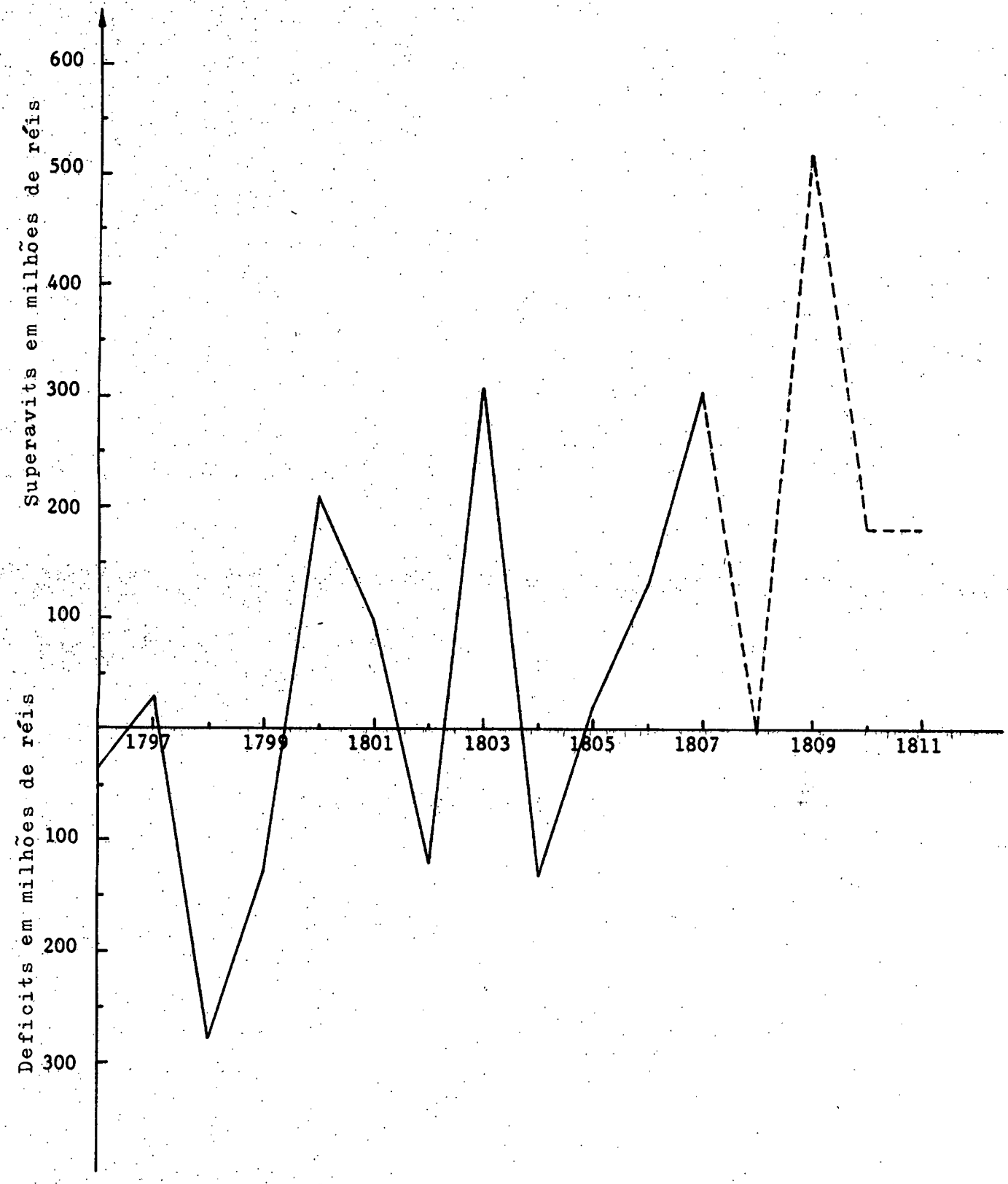


Gráfico 51

DEFICITS E SUPERAVITS ACUMULADOS

PARÁ

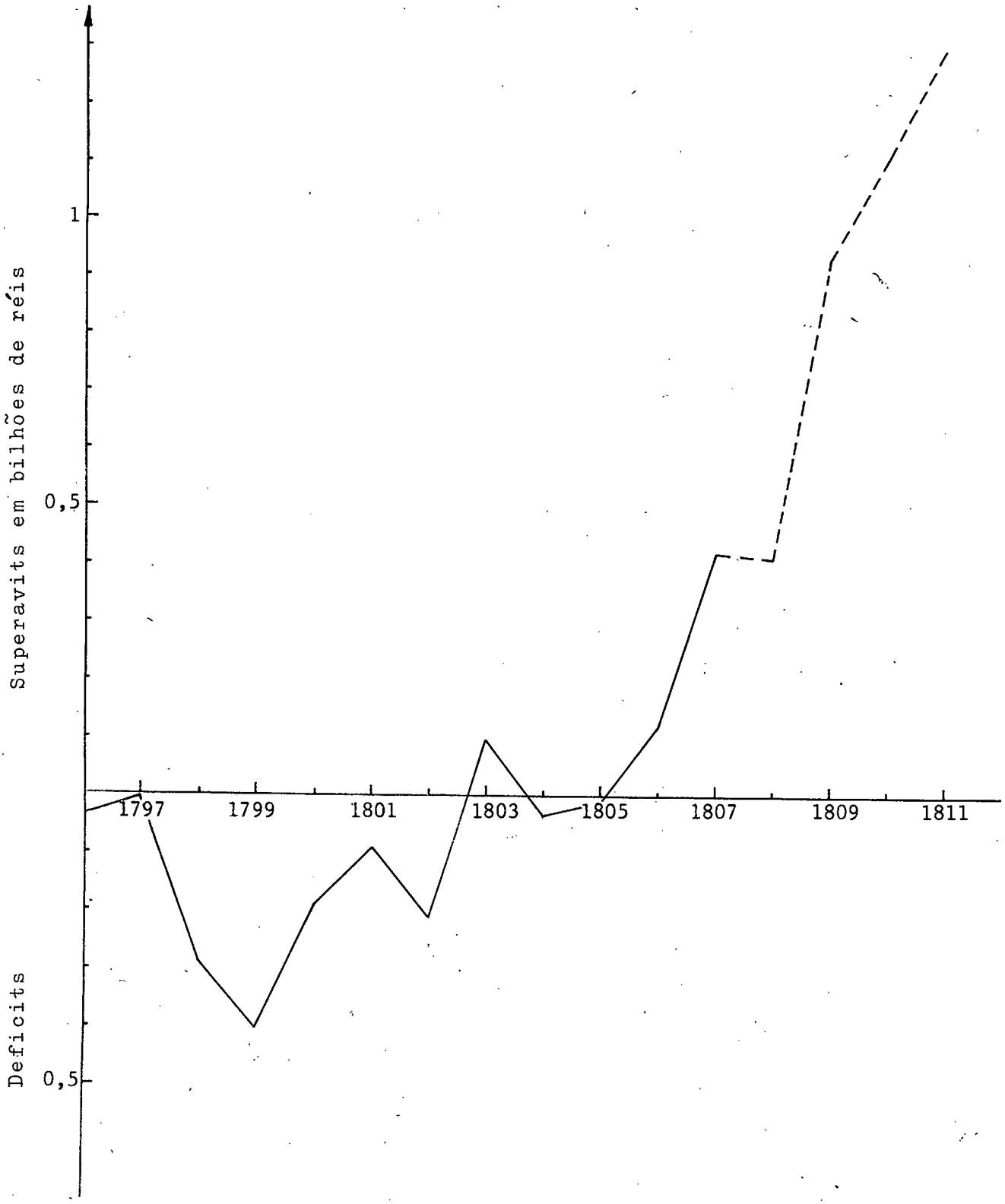


Gráfico 52

DEFICITS E SUPERAVITS

PARÁ E OUTRAS COLÔNIAS (ÁSIA, ÁFRICA, ILHAS)

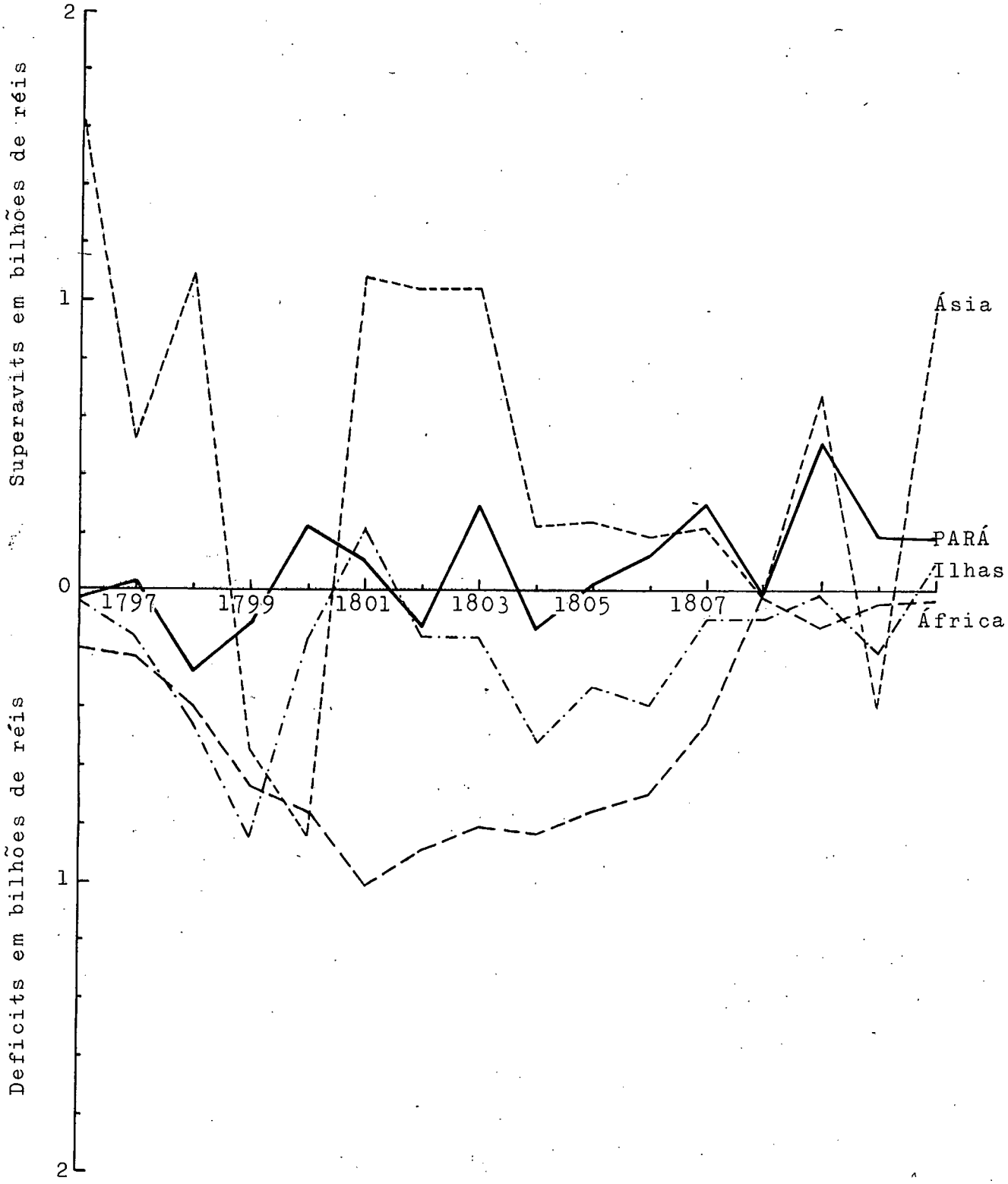


Gráfico 53

DEFICITS E SUPERAVITS ACUMULADOS

PARÁ E OUTRAS COLÔNIAS (ÁSIA, ÁFRICA, ILHAS)

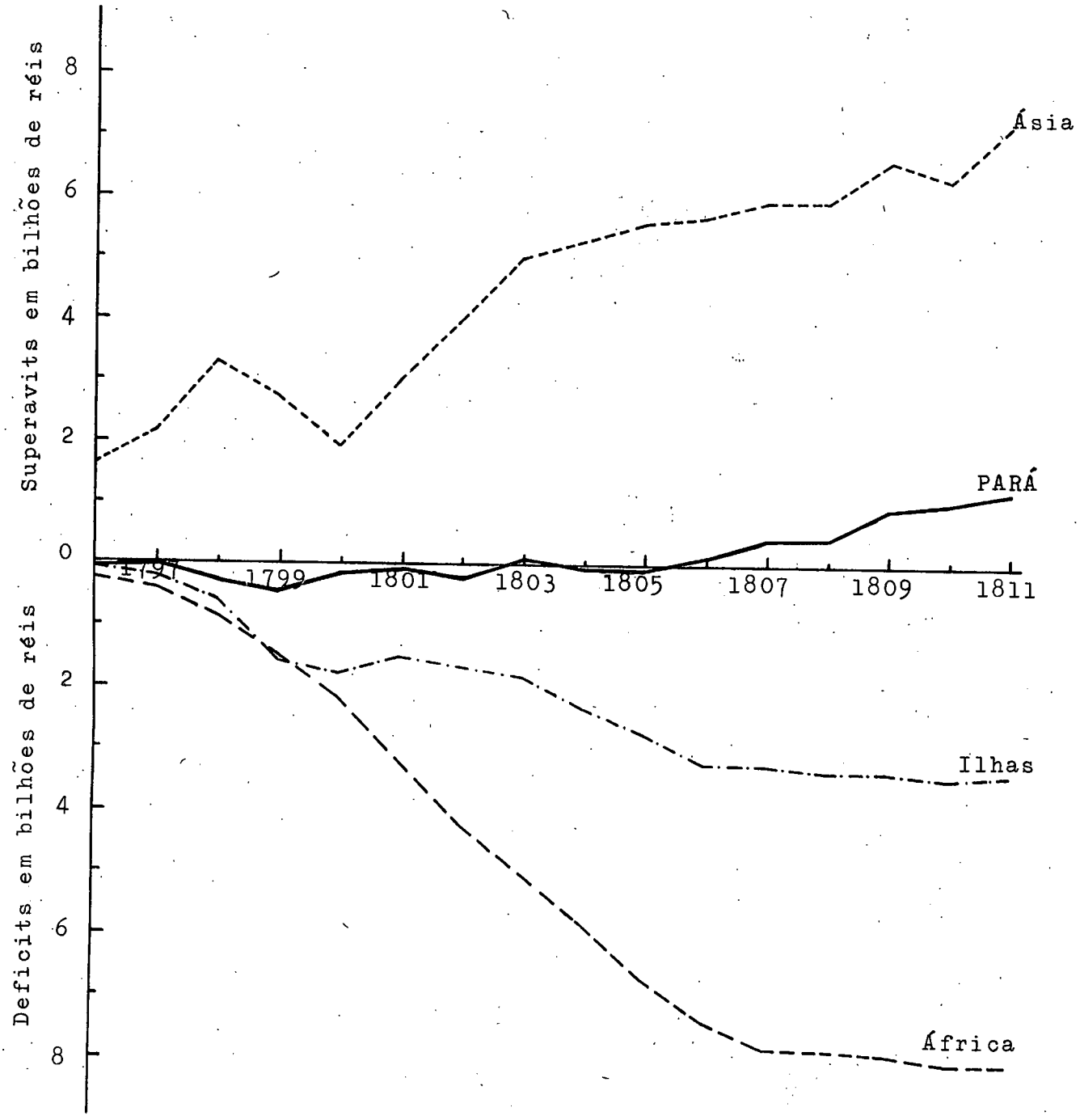


Gráfico 54

POSIÇÃO DOS PRODUTOS NA IMPORTAÇÃO DO BRASIL

REGIÃO: PARÁ

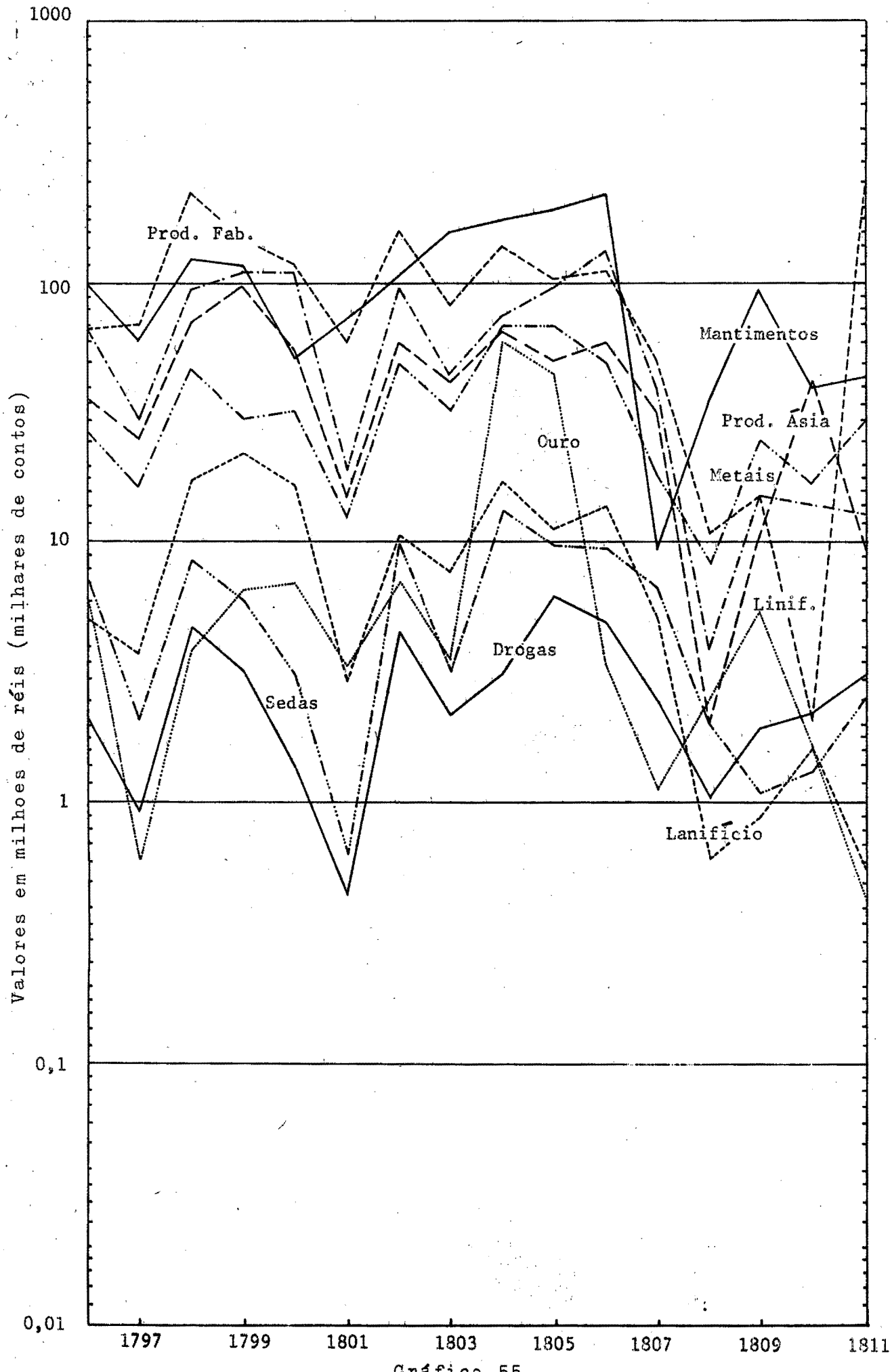


Gráfico 55

PARTICIPAÇÃO DOS PRODUTOS NA IMPORTAÇÃO

PARÁ

DATA	MANTIMENTOS	OURO-PRATA	LANIFÍCIO	LINIFÍCIO	SEDAS	PRODUTOS DAS FABRICAS	PRODUTO DA ÁSIA	METAIS	DROGAS	VÁRIOS	MANUFAT. INGLESA	TOTAL
1796	98.371$973	6.770$000	5.049$068	65.439$753	7.601$118	67.786$712	36.505$704	27.456$171	2.193$434	17.290$052	----	334.463$985
1797	60.943$684	584$800	3.735$180	30.775$643	2.192$064	70.396$412	26.841$126	16.413$989	934$942	13.630$271	----	226.448$111
1798	121.579$741	3.840$600	17.859$599	94.867$413	8.820$750	221.053$140	71.642$694	46.638$706	4.581$890	17.278$765	----	608.163$298
1799	118.880$504	6.483$660	22.788$320	112.637$025	6.014$997	147.990$155	98.010$060	31.662$451	3.223$320	17.419$395	----	565.109$887
1800	51.465$800	7.035$600	17.768$654	107.400$765	3.073$240	120.940$530	53.476$200	34.600$840	1.391$690	21.226$670	----	418.379$989
1801	72.057$580	3.368$200	2.962$420	18.951$380	638$520	59.675$000	15.087$400	12.929$310	464$545	8.260$340	----	194.394$695
1802	111.220$700	7.036$380	10.214$684	95.171$025	9.778$366	158.297$830	59.642$780	50.784$552	4.682$505	31.122$365	----	537.951$187
1803	159.450$130	3.621$800	7.827$092	42.083$170	3.348$870	84.108$145	42.069$860	38.526$357	2.256$550	21.403$710	----	404.695$684
1804	174.014$840	59.688$790	16.964$898	74.825$101	13.341$660	141.993$645	62.556$512	66.697$020	3.119$145	26.891$550	----	640.093$161
1805	198.101$415	44.297$700	11.796$440	97.977$790	9.951$670	104.356$050	50.241$855	69.036$825	6.085$900	33.768$882	----	625.614$527
1806	223.343$470	3.452$850	13.699$620	136.091$470	9.770$455	112.248$167	59.339$170	50.785$100	4.945$005	38.883$995	----	652.559$302
1807	9.419$800	1.142$480	5.065$620	39.923$950	6.791$130	50.493$396	32.597$840	18.741$185	2.573$585	15.203$535	----	181.952$521
sub-total	1.398.849$637	147.322$860	135.731$595	916.144$485	81.322$840	1.339.339$182	608.011$201	464.272$506	36.452$511	261.018$190	----	5.389.826$347
1808	36.595$800	----	642$800	3.785$780	2.088$000	11.316$390	2.058$740	8.262$080	1.041$140	3.834$300	----	69.625$030
1809	89.912$460	5.711$000	902$630	15.073$460	1.122$500	15.874$555	10.601$760	25.412$940	1.959$297	13.430$990	----	180.001$592
1810	39.498$800	1.616$000	1.620$260	2.048$130	1.323$780	14.539$041	43.494$460	16.941$920	2.278$610	14.939$510	----	138.300$511
1811	43.067$220	413$200	566$920	273.360$020	2.591$300	13.543$405	9.479$860	29.782$860	3.659$805	23.259$630	1.361$340	399.724$220
TOTAL	1.607.923$917	155.063$060	139.464$205	1.210.411$875	88.448$420	1.394.612$573	673.646$021	544.672$306	45.391$363	316.482$620	1.361$340	6.177.477$700

Tabela 32

PARTICIPAÇÃO PORCENTUAL DOS PRODUTOS NA IMPORTAÇÃO DO BRASIL

PARÁ

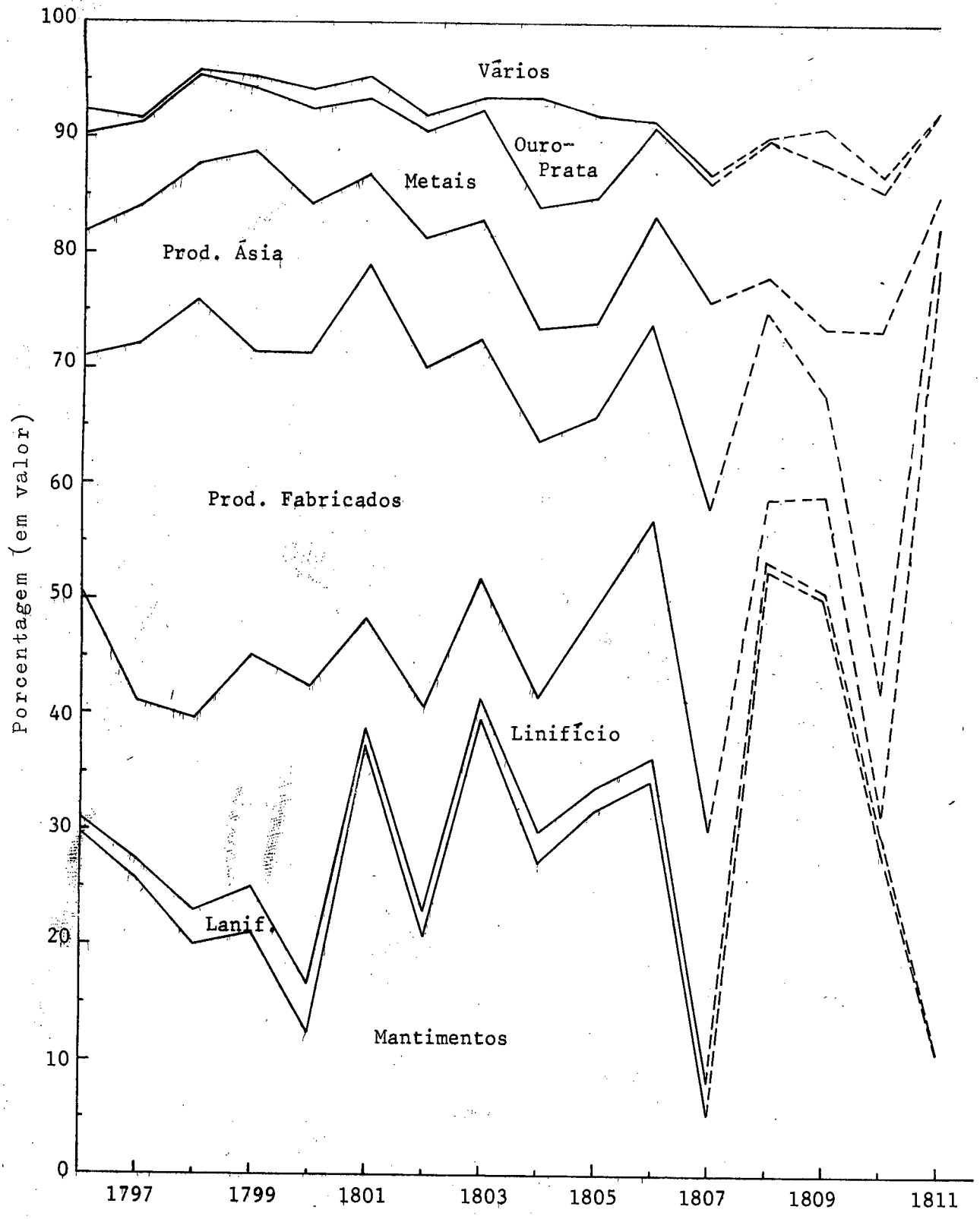


Gráfico 56

PARTICIPAÇÃO PORCENTUAL DOS PRODUTOS NA IMPORTAÇÃO DO BRASIL

PARÁ

PROD. / DATA	MANTIMEN.	OURO-PRATA	LANIFÍCIO	LINIFÍCIO	SEDAS	PROD.FAB.	PROD.ÁSIA	METAIS	DROGAS	VÁRIOS
1796	29,4	2,0	1,5	19,5	2,3	20,3	10,9	8,2	0,7	5,2
1797	26,9	0,3	1,6	13,6	1,0	31,1	11,9	7,2	0,4	6,0
1798	20,0	0,6	2,9	15,6	1,5	36,3	11,8	7,7	0,8	2,8
1799	21,0	1,1	4,0	19,9	1,1	26,2	17,4	5,6	0,6	3,1
1800	12,3	1,7	4,2	25,7	0,7	28,9	12,8	8,3	0,3	5,1
1801	37,1	1,7	1,5	9,7	0,3	30,7	7,8	6,7	0,2	4,3
1802	20,7	1,3	1,9	17,7	1,8	29,4	11,1	9,4	0,9	5,8
1803	39,4	0,9	1,9	10,4	0,8	20,8	10,4	9,5	0,6	5,3
1804	27,2	9,3	2,6	11,7	2,1	22,2	9,8	10,4	0,5	4,2
1805	31,6	7,1	1,9	15,7	1,6	16,7	8,0	11,0	1,0	5,4
1806	34,2	0,5	2,1	20,8	1,5	17,2	9,1	7,8	0,8	6,0
1807	5,2	0,6	2,8	21,9	3,7	27,8	17,9	10,3	1,4	8,4
1808	52,6	---	0,9	5,4	3,0	16,2	3,0	11,9	1,5	5,5
1809	49,9	3,2	0,5	8,4	0,6	8,8	5,9	14,1	1,1	7,5
1810	28,6	1,2	1,2	1,5	1,0	10,5	31,4	12,2	1,6	10,8
1811	10,8	0,1	0,1	68,4	0,6	3,4	2,4	7,5	0,9	5,8
TOTAL	26,1	2,5	2,3	19,6	1,4	22,6	10,9	8,8	0,4	5,1

Tabela 33

POSIÇÃO DOS PRODUTOS NA EXPORTAÇÃO DO BRASIL

REGIÃO: PARÁ

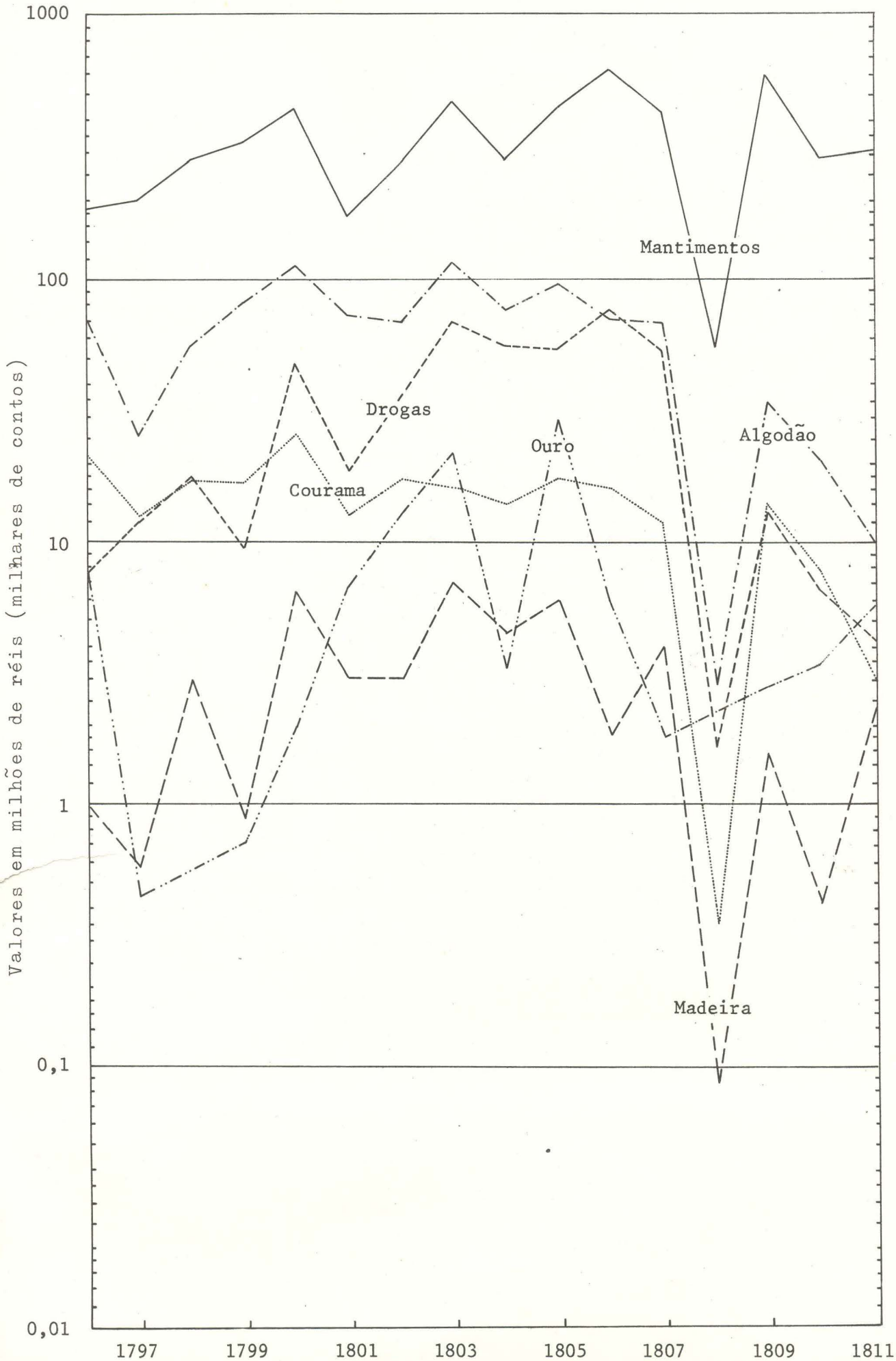


Gráfico 57

PARTICIPAÇÃO DOS PRODUTOS NA EXPORTAÇÃO

PARÁ

DATA	MANTIMENTOS	OURO	ALGODÃO	COURAMA	DROGAS	MADEIRAS	VÁRIOS	TOTAL
1796	186.064$223	8.141$739	71.056$260	22.640$600	7.755$353	992$000	758$950	297.409$125
1797	200.856$010	460$800	26.343$600	13.631$100	12.285$840	592$200	1.366$800	255.536$350
1798	283.914$300	----	56.718$800	17.259$500	17.409$080	2.924$600	3.094$000	381.320$280
1799	335.434$800	710$143	80.983$000	16.812$200	9.758$100	884$400	3.012$200	447.594$843
1800	425.228$900	1.984$000	114.696$000	25.511$850	48.293$350	6.218$550	6.562$000	628.494$650
1801	176.994$770	6.727$688	73.456$320	13.587$420	18.852$465	3.045$900	2.060$620	294.725$183
1802	273.600$327	13.534$302	69.638$400	17.172$150	35.369$870	3.030$000	4.782$640	417.127$689
1803	475.097$325	22.686$000	115.973$120	16.588$760	69.615$740	7.043$400	10.107$025	717.111$370
1804	342.038$675	3.356$039	78.010$880	13.936$540	57.873$710	4.526$280	12.573$430	512.315$554
1805	438.787$297	29.788$035	94.144$000	17.281$800	56.251$950	6.050$080	4.604$060	646.907$222
1806	614.219$920	5.600$981	71.030$400	16.362$960	76.265$200	1.812$800	636$680	785.928$941
1807	428.115$140	1.811$200	68.384$000	11.928$100	56.012$200	4.038$500	648$010	570.937$150
sub-total	4.180.351$687	94.800$927	920.434$780	202.712$980	465.742$858	41.158$710	50.206$415	5.955.408$357
1808	56.339$560	----	2.838$400	362$700	1.653$200	86$400	----	61.280$260
1809	606.856$775	2.762$096	35.025$600	14.087$100	13.238$670	1.622$880	3.419$840	677.012$961
1810	296.379$580	3.463$961	21.355$200	7.899$300	6.635$150	427$200	2.515$400	338.675$791
1811	308.482$590	5.798$150	9.868$320	3.133$200	4.583$820	2.350$400	2.682$820	336.899$300
TOTAL	5.448.410$192	106.825$134	989.522$300	228.195$280	491.853$698	45.645$590	58.824$475	7.369.276$669

Tabela 34

PARTICIPAÇÃO PORCENTUAL DOS PRODUTOS NA EXPORTAÇÃO DO BRASIL

PARÁ

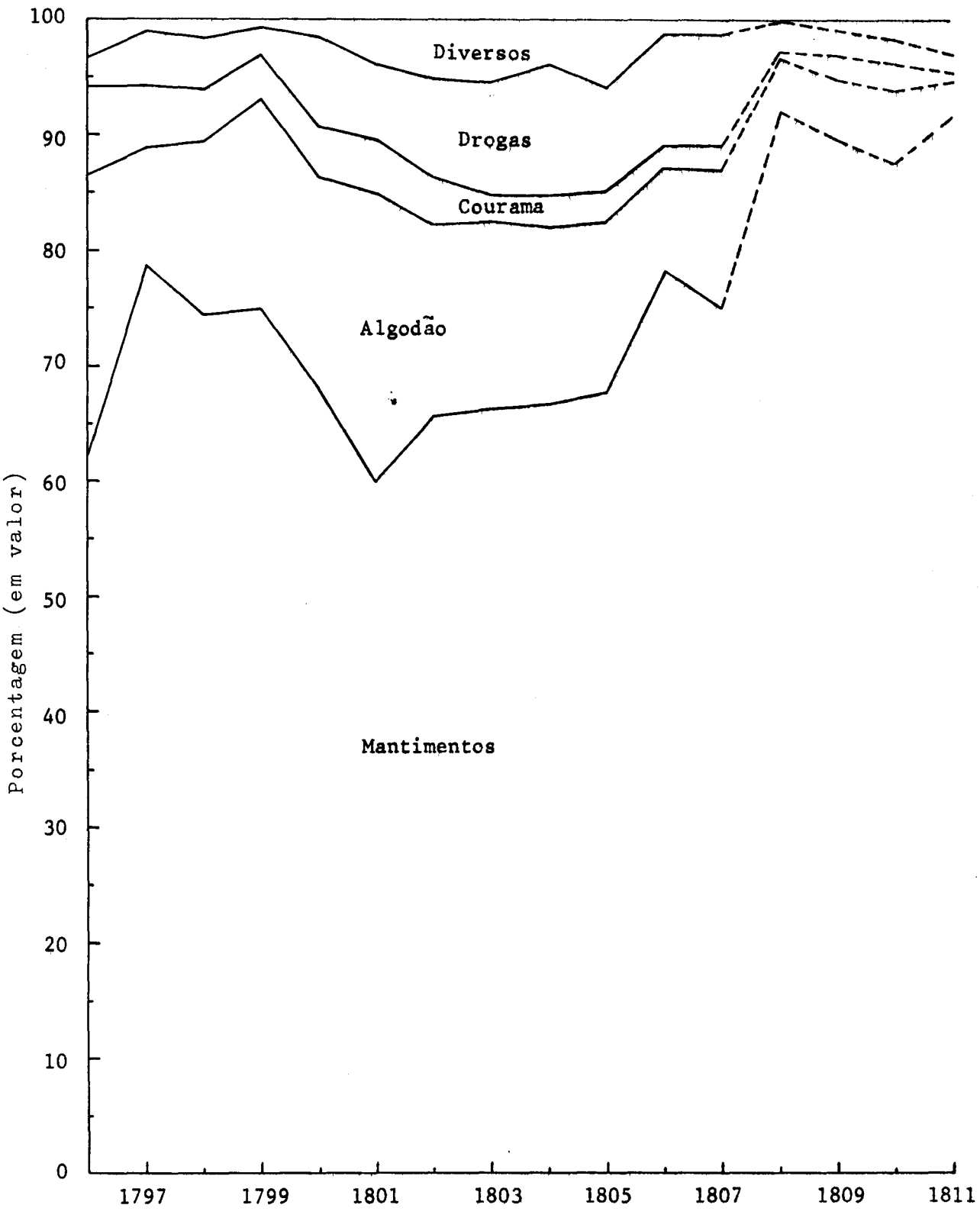


Gráfico 58

PARTICIPAÇÃO PORCENTUAL DOS PRODUTOS NA EXPORTAÇÃO DO BRASIL

PARÁ

PROD. / DATAS	MANTIMENTOS	OURO	ALGODÃO	COURAMA	DROGAS	MADEIRAS	VÁRIOS-TABACO
1796	62,6	2,7	23,9	7,6	2,6	0,3	0,3
1797	78,6	0,2	10,3	5,4	4,8	0,2	0,5
1798	74,4	---	14,9	4,5	4,6	0,8	0,8
1799	74,9	0,2	18,1	3,7	2,2	0,2	0,7
1800	67,7	0,3	18,2	4,1	7,7	1,0	1,0
1801	60,1	2,3	24,9	4,6	6,4	1,0	0,7
1802	65,6	3,2	16,7	4,1	8,5	0,7	1,2
1803	66,2	3,2	16,2	2,3	9,7	1,0	1,4
1804	66,8	0,6	15,2	2,7	11,3	0,9	2,5
1805	67,8	4,6	14,6	2,7	8,7	0,9	0,7
1806	78,2	0,7	9,0	2,1	9,7	0,2	0,1
1807	75,0	0,3	12,0	2,1	9,8	0,7	0,1
1808	92,0	---	4,6	0,6	2,7	0,1	---
1809	89,6	0,4	5,2	2,1	2,0	0,2	0,5
1810	87,5	1,0	6,3	2,3	2,0	0,1	0,8
1811	91,6	1,7	2,9	0,9	1,4	0,7	0,8
TOTAL DO PERIODO	73,9	1,5	13,4	3,1	6,7	0,6	0,8

Tabela 35

Variedade de Produtos Exportados pelo PARÁ (1796-1811)

I. Alimentos

1. Arroz
2. Café
3. Cravo Fino
4. Cravo Grosso
5. Castanha
6. Açúcar Branco
7. Mel
8. Farinha de Pao
9. Unto de Porco
10. Gergelim
11. Cacau
12. Tapioca
13. Melaço
14. Farinha Carimã
15. Aguardente
16. Cayana
17. Farinha
18. Cravo Gerofa

II. Courama

19. Atanados
20. Secos
21. Solas
22. Salgados
23. Vaquetas
24. Cabras

III. Ouro

25. Ouro (moedas)

IV. Algodão

26. Algodão

V. Drogas

27. Anil
28. Peixerim
29. Salsa
30. Ourucu
31. Óleo de Copahiba
32. Salsa Parilha
33. Grude
34. Goma de Peixe

VI. Madeiras

35. Madeiras

VII. Vários Gêneros

36. Goma
37. Pontas de Boi
38. Sumauma
39. Borrachas de Nervo
40. Cera
41. Borrachas
42. Óleo
43. Goma Arábica

Vocabulário dos produtos exportados pelo Pará

1. Cayana: Cana cayenna ou Bourbon, entrada no Brasil pela primeira vez, no Pará, de 1790 a 1793, sob o governo de Francisco de Souza Coutinho, e a segunda vez no Rio de Janeiro entre 1810 e 1811, sob o patrocínio do Marquês de Barbacena (D. de P. Úteis do Brasil, pág. 475).
2. Peixerim: Planta de valor medicinal que vegeta no Pará e Amazonas (E. D. Internacional, pág. 8.896).
3. Goma de Peixe: Membrana gelatinosa da vesícula natatória do solho e outros peixes (M. e Silva, pág. 533).
4. Goma Arábica: Árvore gumífera, que produz uma goma solúvel e adesiva (M. e Silva, pág. 533).

HIERARQUIZAÇÃO DOS PRINCIPAIS PRODUTOS EXPORTADOS PELO PARÁ
(1796 - 1811)

1º	CACAU	6º	SALSA PARRILHA
2º	ALGODÃO	7º	ATANADOS
3º	ARROZ	8º	AGUARDENTE
4º	CRAVO FINO	9º	ÓLEO DE COPAHIBA
5º	CAFÉ	10º	COUROS SECOS

6. SANTOS

O porto de Santos aparece no comércio de importação apenas em quatro anos durante todo o período: 1796, 1797, 1798, 1799. Nos dois primeiros anos, ocupou o sexto lugar entre as regiões brasileiras, e nos dois seguintes passou para o sétimo lugar (Gráfico e Tabela nº 1). Quanto à posição no comércio de exportação, em 1796 ocupou o sétimo lugar e, em 1797, o sexto lugar, alternando sempre com a Paraíba (Gráfico e Tabela nº 2).

A importação superou a exportação apenas no ano de 1796. Nos outros anos preponderou a exportação, isto, obviamente, enquanto houve. Dessa forma, em 1798, o índice de exportação superou tremendamente a importação. Nos anos de 1796 e 1799 ocorreram deficits, compensados pelos altíssimos superavits de 1797 e 1798.

Tanto no comércio de importação quanto no de exportação, Santos tem movimento inferior ao das outras colônias portuguesas, com a diferença de que, apesar de o movimento ser menor, a sua tendência é superavitária.

Quanto à composição das importações (Tabela nº 36), preponderam os mantimentos e os produtos das fábricas. Na exportação, (Tabela nº 37), predominam os mantimentos e os couros, aparecendo também o algodão.

Dos produtos constantes na pauta de exportação, não achamos mais do que 18 variedades, se bem que sabemos que esta pauta era muito mais variada no comércio interno (60). A produção paulista começa a crescer neste momento, desenvolvendo-se com rapidez a produção açucareira (61).

Esta euforia era um fenômeno bem recente em São Paulo. - Por volta de 1780, a impressão que emana das fontes é de estagna-

---

(60) - A Exportação e a Importação da Capitania de São Paulo em 1801, extraído de Antônio Manuel de Melo Castro e Mendonça por A. E. Taunay, Anais do Museu Paulista, Vol. XV, São Paulo, 1961, págs. 48 e 49.

(61) - Cf. M. T. S. Petrone, A Lavoura Canavieira em São Paulo, São Paulo, 1968, pág. 152 e segs.

ção, pois era considerado por alguns observadores como "a mais decadente da América" (62), sendo o arroz, café, anil, farinha de mandioca, milho, feijão e algodão os principais produtos da Capitania (63). Em larga medida preponderava a economia de subsistência, mal dando os excedentes para alimentar os viajantes, com exceção de algumas regiões, como o porto de Santos, mais abastado, que recebia fazendas do Rio de Janeiro e as enviava para Goiás e Mato Grosso, sendo também um distrito do sal (64).

A exportação registrada na Balança não pode servir como termômetro da Capitania de São Paulo, posto que grande parte da produção saía pelo Rio de Janeiro. Nos anos em que a Balança não registra a presença do porto de Santos é porque a exportação foi toda canalizada para o Rio de Janeiro.

Os governadores paulistas deste período preocuparam-se sobremodo com a exportação pelo porto de Santos, visando a estimular as exportações diretas para o Reino (65). Por isso mesmo, somente após o preenchimento da cota necessária ao carregamento dos barcos que iam a Santos é que se permitia a remessa dos produtos excedentes para outras capitanias, especialmente para o Rio de Janeiro (66).

---

(62) - M. P. Cleto, "Dissertação a respeito da Capitania de São Paulo. Sua decadência e modo de restabelecê-la (25 de outubro de 1782)", Anaes da Biblioteca Nacional, Vol. XXI, 1899, pág. 19.

(63) - Idem, Ibidem, pág. 198.

(64) - M. C. de Abreu, "Divertimento Admirável para os Historiadores Observarem as Máquinas do Mundo (1783)", Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, Vol. VI, 1902, pág. 287.

(65) - Correspondência oficial do Capitão General Antonio José da Franca e Horta (1802-1804), Documentos Interessantes para a História e Costumes de São Paulo, Vol. LV, 1937, págs. 229-230, nº CCLXXXIV.

(66) - "sendo o comercio directo pa. o Reino, aquelle q. mais deve promover em cumprimento das ordens de S.A.R., e geral beneficio de toda a Capnia., huma tal permissão não deve ter lugar, nem pa. os Assucares e Arros novos, nem pa. os mais generos q. se achão prohibidos té q. se complete a carga dos Navios que tem de vir ao Porto de Stos., prehenxida a qual, permitirá / como agora fez / em beneficio dos Negociantes, a exportação do excedente pa. as outras Capnias. d'America." Idem, Ibidem, pág. 309, nº CCCXCII.; "Do Recebimento desta em diante não deixará VMce. sahir desse Porto Embarcação alguma com arroz, q. não seja pa.a V.a de Santos". Idem, Ibidem, pág. 250, nº CCCX.

"Todos (governadores), entretanto, apesar de decisões aparentemente contraditórias, visaram a aumentar o número de navios - que procurassem os portos paulistas, especialmente o de Santos, para carregar açúcar. A lavoura canavieira de 'Serra Acima' deve seu impulso, em grande parte, às medidas tomadas por esses governadores, no sentido de aumentar o movimento de Santos" ... "Conseguir, porém a vinda de navios para a Capitania de São Paulo, principalmente o porto de Santos, não foi fácil. Apesar do Alvará de 1776 e das medidas do Morgado de Mateus para incrementar a produção de mercadorias exportáveis, os navios não se interessavam em chegar até esse Porto"... "O governo procurou resolver o problema da ausência de - embarcações, obrigando as (embarcações ?) do contrato do sal e as da companhia do Alto Douro a virem diretamente a Santos carregarem produto da terra" ... "Foi durante o governo de Francisco da Cunha Menezes (1782-1786) que começaram a carregar alguns navios no Porto de Santos com destino a Lisboa. Anteriormente, o anil e o açúcar eram levados para o Rio de Janeiro e de lá reexportados para Portugal"... "A agricultura já fornecia produtos exportáveis, que encontravam seu mercado no Rio de Janeiro, onde comerciantes mais fortes compravam os produtos paulistas"(67).

Na época do governo de D. João VI, com a destruição do antigo sistema colonial, a capitania de São Paulo começava a sair da letargia, mostrando sinais de progresso evidente (68).

==========

(67) - M. T. S. Petrone, A Lavoura Canavieira em São Paulo, São Paulo, 1968, págs. 140-141-142.

(68) - Cf. A. R. V. de Oliveira, "Memória sobre o melhoramento - da Província de São Paulo (1810-1822)", Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Vol. XXXVI,1968, pág. 5-60.

PARTICIPAÇÃO DOS PRODUTOS NA IMPORTAÇÃO

SANTOS

DATA	MANTIMENTOS	OURO-PRATA	LANIFÍCIO	LINIFÍCIO	SEDAS	PRODUTOS DAS FABRICAS	PRODUTO DA ÁSIA	METAIS	DROGAS	VÁRIOS	TOTAL
1796	185.154$031	10.692$000	4.709$220	1.281$002	236$760	6.703$700	3.463$696	1.742$562	----	297$568	214.280$539
1797	22.531$410	----	7.626$775	7.758$345	478$482	23.058$158	6.347$136	2.545$866	102$960	1.845$273	72.294$405
1798	10.239$210	----	----	188$757	----	4.711$210	1.610$900	----	----	65$140	16.815$120
1799	10.978$800	----	7.324$680	1.398$880	228$800	8.325$460	1.797$300	1.028$250	219$410	1.503$540	32.805$120
1800	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----
1801	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----
1802	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----
1803	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----
1804	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----
1805	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----
1806	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----
1807	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----
1808	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----
1809	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----
1810	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----
1811	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----
TOTAL	228.903$451	10.692$000	19.660$675	10.626$984	944$042	42.798$528	13.219$032	5.316$678	322$370	3.711$521	336.195$281

Tabela 36

PARTICIPAÇÃO DOS PRODUTOS NA EXPORTAÇÃO

SANTOS

DATA	MANTIMENTOS	OURO	ALGODÃO	COURAMA	DROGAS	MADEIRAS	VÁRIOS	TOTAL
1796	41.804$458	5.992$000	542$800	7.028$400	----	245$000	28$800	55.641$458
1797	15.468$650	----	2.233$000	6.652$210	----	86$400	387$240	24.827$500
1798	258.002$400	----	31.864$800	25.744$700	2.218$800	1.297$200	860$000	319.987$900
1799	----	----	----	----	----	----	----	----
1800	----	----	----	----	----	----	----	----
1801	----	----	----	----	----	----	----	----
1802	----	----	----	----	----	----	----	----
1803	----	----	----	----	----	----	----	----
1804	----	----	----	----	----	----	----	----
1805	----	----	----	----	----	----	----	----
1806	----	----	----	----	----	----	----	----
1807	----	----	----	----	----	----	----	----
1808	----	----	----	----	----	----	----	----
1809	----	----	----	----	----	----	----	----
1810	----	----	----	----	----	----	----	----
1811	----	----	----	----	----	----	----	----
TOTAL	315.275$508	5.992$000	34.640$600	39.425$310	2.218$800	1.628$600	1.276$040	400.456$858

Tabela 37

7. PARAÍBA

No comércio de importação, a Paraíba aparece em 1796, desaparecendo em 1803. Em 1796 e 1797, ocupou o último lugar entre as regiões brasileiras, exatamente a sétima posição. De 1798 em diante, passa para o sexto lugar, ocupado até então por Santos. (Gráfico e Tabela nº 1). Quanto à exportação, em 1796 ocupa o sexto lugar, com Santos em último. Em 1797 e 1798, a Balança não registra - sua presença. Volta a surgir em 1799 e 1800, desaparecendo a seguir (Gráfico e Tabela nº 2).

As exportações não foram constantes na Paraíba, mas, nos anos em que se verificaram, superaram de muito as importações. Isto explica que em termos de índice de exportação-importação haja uma irregularidade marcante. Nos anos de 1796, 1799 e 1800, o superavit foi enorme, claro, para as proporções do comércio da Paraíba.

Uma comparação com as demais colônias portuguesas demonstra-nos a insignificância do movimento comercial da Paraíba. É inferior ao comércio da África e das Ilhas. Assim como Santos.

A composição das importações da Paraíba está representada na Tabela nº 38, onde se nota a preponderância dos mantimentos, produtos das fábricas e produtos da Ásia. A exportação mais importante (Tabela nº 39) era a do algodão, seguido de perto pelos alimentos e outros menos significativos.

"Somente no ano de 1684, a Paraíba se tornou independente, ficou subordinada à de Pernambuco no ano de 1735; foi emancipada a 17 de janeiro de 1799 e no ano de 1822 passou a ser Província" (69). O seu comércio interno se resumia na exportação de carne seca para os portos do Sul, Maranhão e Pará. Outros congêneres, tais como couros salgados e sebo, também eram comercializados (70).

Apesar do estímulo ao comércio direto entre a Paraíba e

---

(69) - D. P. de Andrade, Evolução Histórica da Paraíba, Rio de Janeiro, 1946, pág. 172.

(70) - Descrição do Estado do Brasil, suas Capitanias, Produção e Comércio (1769-1792), com Introdução de José Honório Rodrigues, Revista de História da Economia Brasileira, Vol. I, - nº 1, 1953, pág. 93.

Portugal, "huma parte do commercio que esta Praça faz com Lisboa - não he direta, mas sim por huma segunda, qual he Pernambuco, e pela falta de generos que tem, para se adquirirem navios aquelle Porto a buscar carga" (71).

==========

(71) - Balança Geral do Commercio do Reino de Portugal com os - seus Domínios no anno de 1802, B. N. R. J., Seção de Manuscritos, f. 7.

PARTICIPAÇÃO DOS PRODUTOS NA IMPORTAÇÃO

PARAÍBA

DATA	MANTIMENTOS	OURO-PRATA	LANIFÍCIO	LINIFÍCIO	SEDAS	PRODUTOS DAS FABRICAS	PRODUTO DA ÁSIA	METAIS	DROGAS	VÁRIOS	TOTAL
1796	10.700$858	19.754$000	----	1.083$874	----	2.704$100	7.642$261	394$729	----	----	42.279$822
1797	2.702$783	9.468$000	1.444$775	4.527$549	548$781	10.743$475	7.708$855	1.414$914	140$815	716$332	39.416$279
1798	11.009$460	3.363$400	1.535$090	3.621$420	831$488	7.615$790	2.039$336	1.420$480	103$290	315$100	31.854$854
1799	21.902$730	10.465$000	1.686$450	8.373$640	171$362	18.246$385	6.770$220	1.189$055	133$800	1.023$000	69.961$642
1800	7.651$870	10.885$000	4.199$900	14.259$620	472$530	18.481$720	14.049$080	3.605$370	445$500	1.125$460	75.176$050
1801	1.780$500	----	1.042$680	664$200	233$000	4.441$200	1.927$400	2.397$360	----	862$040	13.348$380
1802	4.383$060	200$000	1.536$409	6.069$330	444$000	4.090$850	4.334$200	2.875$537	----	628$648	24.562$034
1803	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----
1804	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----
1805	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----
1806	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----
1807	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----
1808	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----
1809	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----
1810	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----
1811	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----
TOTAL	60.131$261	54.135$400	11.445$304	38.599$633	2.701$161	66.323$520	44.471$352	13.297$445	823$405	4.670$580	296.599$061

Tabela 38

PARTICIPAÇÃO DOS PRODUTOS NA EXPORTAÇÃO

PARAÍBA

DATA	MANTIMENTOS	OURO	ALGODÃO	COURAMA	DROGAS	MADEIRAS	VÁRIOS	TOTAL
1796	65.933$292	----	82.405$290	4.914$180	----	111$200	23$760	153.387$722
1797	----	----	----	----	----	----	----	----
1798	----	----	----	----	----	----	----	----
1799	67.851$000	----	56.534$400	1.824$400	----	----	190$400	126.400$200
1800	71.928$000	----	117.662$400	2.073$600	----	592$600	221$200	192.477$800
1801	----	----	----	----	----	----	----	----
1802	----	----	----	----	----	----	----	----
1803	----	----	----	----	----	----	----	----
1804	----	----	----	----	----	----	----	----
1805	----	----	----	----	----	----	----	----
1806	----	----	----	----	----	----	----	----
1807	----	----	----	----	----	----	----	----
sub-total	205.712$292	----	256.592$090	8.812$180	----	703$800	435$360	472.265$722
1808	----	----	----	----	----	----	----	----
1809	----	----	----	----	----	----	----	----
1810	----	----	----	----	----	----	----	----
1811	----	----	----	----	----	----	----	----
TOTAL	205.712$292	----	256.602$090	8.812$180	----	703$800	435$360	472.265$722

Tabela 39

Variedade de Produtos Exportados pela PARAÍBA (1796-1811)

I. Alimentos

1. Aguardente
2. Açúcar Branco
3. Açúcar Mascavado
4. Arroz
5. Mel
6. Doce
7. Melaço

II. Courama

8. Secos
9. Salgados
10. Vaquetas
11. Veado

III. Algodão

12. Algodão

IV. Madeiras

13. Madeiras

V. Drogas

14. Goma

HIERARQUIZAÇÃO DOS PRINCIPAIS PRODUTOS EXPORTADOS PELA PARAÍBA (1796 - 1811)

1º - ALGODÃO
2º - AÇÚCAR BRANCO
3º - AÇÚCAR MASCAVADO
4º - COUROS SALGADOS
5º - VAQUETAS
6º - MELAÇO
7º - GOMA

8. CEARÁ

Pela sua participação no comércio de importação e exportação, o Ceará era efetivamente a última região brasileira nesse comércio. A sua participação nas importações teve início em 1803 (Gráfico e Tabela nº 1). A exportação, iniciada no mesmo ano, foi interrompida em 1807 (Gráfico e Tabela nº 2).

Em 1802 e 1803, as importações superaram as exportações, invertendo-se a relação a seguir. Em termos de índices, a exportação supera de muito a importação, entre 1804 e 1807, produzindo-se neste período um superavit razoável, que se contrapõe ao deficit dos anos de 1803 e 1804. Tanto no comércio de importação quanto no de exportação, o Ceará ocupou sempre o último lugar, que correspondia à sexta posição, por não constarem mais Santos e Paraíba.

Por ordem, os principais produtos de importação do Ceará eram: mantimentos, produtos das fábricas, produtos da Ásia, linifício, metais, lanifícios, vários gêneros e drogas (Tabela nº 40).

Na exportação, o produto preponderante é o algodão, com 205.072$320 mil réis no período todo. Segue-se a exportação de couros, alimentos, drogas, madeiras e vários gêneros (Tabela nº 41).

Pela mesma Carta Régia de 17 de janeiro de 1799, a Paraíba e o Ceará foram separados de Pernambuco, determinando-se, no mesmo documento, que passassem a ter comércio direto com o Reino, sem a mediação de Pernambuco. "Os géneros de exportação desta Província são levados à praça de Pernambuco por uma enfadonha e arriscada navegação, que equivale à desta Colónia em direitura à Capital; pagam um frete quase igual ao que pagariam sendo da mesma forma levados a Portugal; e o lucro, que na metrópole deviam encontrar, fica nas mãos dos negociantes de Pernambuco que têm sabido tirar, pela experiência, o melhor partido possível da falta de navegação e comércio direto desta Província com a sua Capital. Dobrados fretes, dobradas comissões e triplicadas despesas evaporam o lucro do triste agricultor, ou lho diminuem ao ponto de não poder trocar os produtos das suas fadigas, e das suas lavras, pelos géneros importados da metrópole, precisos à manutenção dela e que são objectos essenciais do consumo desta Colónia. Eis aqui a causa física do lento progres-

so da agricultura, da indolência e inércia do Ceará" (72).

Foi somente em 1803, a 10 de março, que chegou o primeiro navio ao porto de Macuripe, tendo partido da cidade do Porto e apenas tocado a ilha da Madeira (73). "Este hé o primeiro anno que temos commercio direto com a Capitania do Siará, e para vermos a prosperidade que faz a sua agricultura que tanto a tem favorecido o - Principe Regente nosso Senhor com a izenção de Direitos na sua Importação e Exportação" (74).

A isenção de direitos tinha uma finalidade protecionista, tendo sido concedida por seis anos. A produção do Ceará, que até então saía por Pernambuco, constituía-se principalmente de algodão, - sal e bastante carne seca, chamada "do sertão" (75).

Como resultado das medidas de estímulo, prosperou muito a agricultura do Ceará. Em 1804, aumentou muito o seu comércio de exportação e importação, realizado com as Praças de Lisboa, Porto e Figueira (76).

---

(72) - R. Girão, História Económica do Ceará, Fortaleza, 1947, págs. 168-169.

(73) - Idem, Ibidem, pág. 166.

(74) - Balança Geral do Commercio do Reino de Portugal com os seus Domínios no anno de 1803, Instituto Nacional de Estatística, Lisboa, f. 7.

(75) - F. A. de Varnhagen, História Geral do Brasil antes de - sua separação e Independência de Portugal, 5ª Ed., Sao Paulo, 1956, Tomo V, pag. 71.

(76) - Balança Geral do Commercio do Reino de Portugal com os seus Domínios no anno de 1804, Instituto Nacional de Estatística, Lisboa, Introduçao.

PARTICIPAÇÃO DOS PRODUTOS NA IMPORTAÇÃO
CEARÁ

'A	MANTIMENTOS	OURO-PRATA	LANIFÍCIO	LINIFÍCIO	SEDAS	PRODUTOS DAS FABRICAS	PRODUTO DA ÁSIA	METAIS	DROGAS	VÁRIOS	TOTAL
96	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----
97	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----
98	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----
99	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----
00	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----
01	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----
02	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----
03	2.123$400	----	435$000	4.036$446	----	3.756$290	6.040$000	464$560	----	517$500	17.373$196
04	5.344$150	----	7.005$100	8.007$890	1.865$200	26.032$590	6.629$830	5.939$880	149$750	3.014$730	63.989$120
05	5.166$050	----	267$040	2.168$740	505$700	1.848$280	10.644$950	383$760	86$320	631$400	21.702$240
06	4.511$500	----	1.944$900	7.448$860	1.271$550	3.692$640	5.479$140	1.644$960	204$840	1.031$480	27.166$870
07	9.264$460	----	----	448$000	----	3.079$000	1.374$700	----	----	467$750	14.633$910
-total	26.409$560	----	9.652$040	22.109$936	3.692$450	38.345$800	30.168$620	8.433$160	440$910	5.662$860	144.865$336
08	----	----	----	1.760$700	----	----	----	196$040	----	----	1.956$740
09	12.543$000	----	144$000	266$500	989$875	1.882$000	4.441$850	3.695$460	----	754$820	24.446$505
10	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----
11	2.720$000	----	----	----	----	----	----	----	----	----	2.720$000
AL	41.672$560	----	9.796$040	24.137$136	4.541$325	40.227$800	34.610$470	12.324$660	440$910	6.237$680	173.988$581

Tabela 40

PARTICIPAÇÃO DOS PRODUTOS NA EXPORTAÇÃO

CEARÁ

DATA	MANTIMENTOS	OURO	ALGODÃO	COURAMA	DROGAS	MADEIRAS	VÁRIOS	TOTAL
1796	----	----	----	----	----	----	----	----
1797	----	----	----	----	----	----	----	----
1798	----	----	----	----	----	----	----	----
1799	----	----	----	----	----	----	----	----
1800	----	----	----	----	----	----	----	----
1801	----	----	----	----	----	----	----	----
1802	----	----	----	----	----	----	----	----
1803	----	----	3.934$720	53$900	28$000	----	----	4.016$620
1804	----	----	15.600$640	5.363$800	416$240	201$600	----	21.582$280
1805	----	----	39.987$200	6.993$700	----	----	309$700	47.290$600
1806	1.697$100	454$400	54.219$200	9.461$750	1.147$200	380$000	----	67.359$650
1807	130$800	----	91.330$560	12.611$300	----	317$000	385$000	104.744$660
1808	----	----	----	----	----	----	----	----
1809	----	----	----	----	----	----	----	----
1810	----	----	----	----	----	----	----	----
1811	----	----	----	----	----	----	----	----
TOTAL	1.827$900	454$400	205.072$320	34.484$450	1.591$440	898$600	694$700	245.023$810

Tabela 41

Variedade de Produtos Exportados pelo CEARÁ (1796-1811)

I. Alimentos

1. Açúcar Branco
2. Arroz

II. Ouro

3. Moeda metal

III. Algodão

4. Algodão

IV. Courama

5. Couros Secos
6. Salgados
7. Vaquetas
8. Pele de Veado
9. Meia Sola
10. Várias Peles

V. Drogas

11. Salitre
12. Resina
13. Óleo de Copahiba

VI. Madeiras

14. Madeiras

VII. Vários Gêneros

15. Cera
16. Goma
17. Tartaruga

HIERARQUIZAÇÃO DOS PRINCIPAIS PRODUTOS EXPORTADOS PELO CEARÁ (1796 - 1811)

1º	ALGODÃO	4º	COUROS SECOS
2º	VAQUETAS	5º	SALITRE
3º	MADEIRAS	6º	RESINA

III. POSIÇÃO DAS REGIÕES BRASILEIRAS NO COMÉRCIO PORTUGUÊS

1. Comparação com as outras colônias: Ásia, África e Ilhas

Façamos agora uma comparação de conjunto que envolva todas as colônias do Império Português, para termos uma idéia exata da importância de cada uma das regiões brasileiras no comércio colonial.

Os dados absolutos sobre a importação das colônias em relação à metrópole (exportação da metrópole), correspondem ao Gráfico nº 59 e Tabela nº 42, enquanto que a representação porcentual está no Gráfico nº 60 e Tabela nº 43. Consideramos a média porcentual do período todo (1796-1807) e encontramos a seguinte participação:

1. Rio de Janeiro	-	29,9%
2. Bahia	-	21,2%
3. Pernambuco	-	16,5%
4. Ásia	-	12,0%
5. Maranhão	-	6,8%
6. África	-	5,3%
7. Ilhas	-	4,3%
8. Pará	-	3,6%
9. Paraíba	-	0,2%
10. Santos	-	0,1%
11. Ceará	-	0,1%

Notamos por este quadro a extraordinária importância das regiões brasileiras no comércio português de exportação colonial). No período todo, as regiões brasileiras consumiram 78,4% das mercadorias vendidas por Portugal, ao passo que as demais colônias portuguesas participavam com apenas 21,6%. Somente o Rio de Janeiro, ou a Bahia, importam tanto isoladamente quanto todas as demais colônias da Ásia, África e Ilhas reunidas.

Façamos o mesmo raciocínio considerando agora a exportação de produtos feitos pela colônia (importação metropolitana). Os dados absolutos constam do Gráfico nº 61 e Tabela nº 44. Os dados porcentuais estão no Gráfico nº 62 e Tabela nº 45. Tomamos novamente a média da participação porcentual das regiões brasileiras no período que vai de 1796 a 1807, comparadas com a participação -

das outras colônias portuguesas, e encontramos a seguinte hierarquização:

1º	Rio de Janeiro	28,7%
2º	Bahia	22,1%
3º	Pernambuco	19,3%
4º	Ásia	14,3%
5º	Maranhão	9,8%
6º	Pará	3,5%
7º	Ilhas	1,9%
8º	Paraíba	0,3%
9º	Santos	0,2%
10º	Ceará	0,1%
11º	África	0,1%

Se a participação das regiões brasileiras era importante na importação de produtos da metrópole, é ainda mais importante na exportação de produtos para a metrópole. As regiões brasileiras exportaram para Portugal 83,7%, no período de 1796 a 1807, enquanto as outras colônias somadas exportaram apenas 16,3%.

Percebemos, nestes índices porcentuais, que as regiões brasileiras são mercados consumidores e fornecedores, enquanto as Ilhas e a África são praticamente mercados consumidores de produtos metropolitanos, mas nada fornecem para o comércio da metrópole. Em oposição, a Ásia é mais um mercado fornecedor do que consumidor. É notável, nestes índices porcentuais, que as três regiões brasileiras menos importantes, Paraíba, Santos e Ceará, são mais importantes do que a África.

De fato, se o comércio das regiões brasileiras era fundamental e positivo para o Império Português, o mesmo não acontecia com as demais colônias, que, além de não terem o mesmo significado geral, ainda apresentavam alguns problemas, que diminuiam ainda mais a sua importância no conjunto do Império, o que equivale a dizer que evidenciavam ainda mais a importância das regiões brasileiras.

O comércio das Ilhas, como vimos, insignificante no conjunto, era considerado útil, porque a sua reduzida exportação e elevada importação traduziam-se, para Portugal, num superavit que recebido em gêneros, transformava-se em saldo monetário prodigali-

zado pela reexportação para as nações estrangeiras (77).

O comércio da África era sempre deficitário em relação à Metrópole. Contudo, deve-se fazer uma ressalva, pois esta diferença que transparece nos índices não é real, porque as Praças de Angola, Cacheu e Bissau faziam comércio de escravos pelo Rio de Janeiro, Bahia e Maranhão, por ordem dos credores de Lisboa (78).

Já o comércio da Ásia parecia não ser muito vantajoso para Portugal; contudo, sempre havia algum benefício: o aumento da marinha mercante, que servia para recrutar a marinha de guerra; a mão de obra para a estamparia do algodão; a reexportação das especiarias, chá e outros gêneros para as nações estrangeiras; diminuição das importações de fazendas brancas de Hamburgo e Holanda, que se reexportam para a América e África, acompanhadas de tecidos das Fábricas do Reino (79). Todos esses argumentos positivos apresentados pelas autoridades portuguesas soam como uma racionalização, - pois a cada momento transparecem os efeitos considerados negativos e que, efetivamente, superam os positivos: "O nosso commercio com esta parte do mundo tem circunstancias que o fazem precario a Portugal, tanto pela grande quantidade de moedas que para alli se exportam, e que neste anno anda por 5 milhões e meyo, como por se - receberem em troco fazendas que ou não são da primeira necessidade ou que podiam ser supridas com as das nossas Fabricas de tecidos - de algodão, se fossem animadas"(80).

Por maiores que fossem as vantagens, "contudo não são - vantagens que possam equilibrar os graves prejuízos resultantes do ouro que annualmente nos levão, e que jamais o veremos girar na

---

(77) - Balança Geral do Commercio do Reino de Portugal com os - seus Domínios no anno de 1802, B. N. R. J., Seçao de Manuscritos, f. 10v.

(78) - Balança Geral do Commercio do Reino de Portugal com os - seus Domínios no anno de 1803, Instituto Nacional de Estatística, Lisboa, fl 10.

(79) - Balança Geral do Commercio do Reino de Portugal com os - seus Domínios, no anno de 1804, Instituto Nacional de Estatística, Lisboa, Introdução.

(80) - Balança Geral do Commercio do Reino de Portugal com os - seus Domínios, no anno de 1805, Instituto Nacional de Estatística, Lisboa, Introdução.

Europa" (81). Este fato aproxima sensivelmente a Ásia de Pernambuco onde o mesmo fenômeno se dava, pois, sendo o comércio superavitário em relação à Metrópole, sugava as moedas do que o Reino tanto carecia para o giro mercantil no mercado internacional. A diferença é que Pernambuco exportava produtos primários de fácil colocação no mercado internacional e altamente rentáveis, ao passo que os produtos fornecidos pela Ásia chegavam mesmo a entravar as possibilidades da indústria de tecidos de algodão na Metrópole.

==========

(81) - Balança Geral do Commercio do Reino de Portugal com os seus Dominios, no anno de 1806, Instituto Nacional de Estatistica, Lisboa, Introdução.

POSIÇÃO DAS REGIÕES BRASILEIRAS E OUTRAS COLÔNIAS NO COMÉRCIO DE IMPORTAÇÃO

PERÍODO: 1796-1807

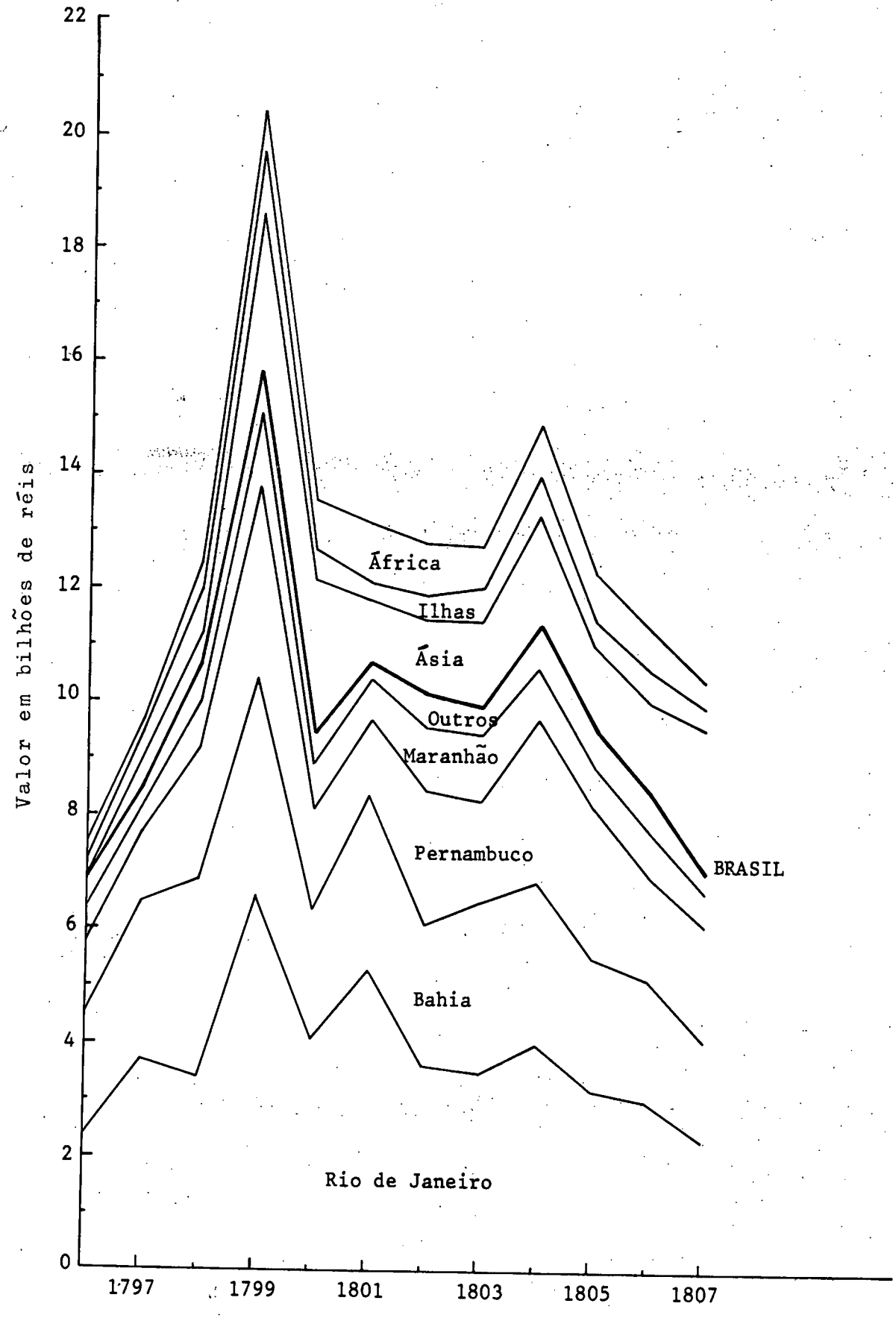


Gráfico 59

POSIÇÃO DAS REGIÕES BRASILEIRAS E OUTRAS COLÔNIAS NO COMÉRCIO DE IMPORTAÇÃO

PERÍODO: 1796 - 1807

REGIÕES	1796	1797	1798	1799	1800	1801
R.JANEIRO	2.474.170$036	3.721.268$306	3.413.346$404	6.574.672$263	4.080.456$444	5.331.627$428
BAHIA	2.069.637$404	2.734.082$845	3.509.894$391	3.818.301$438	2.305.920$437	2.985.400$240
PERNAMBUCO	1.383.924$447	1.270.271$886	2.303.991$562	3.368.500$776	1.733.479$205	1.377.442$410
MARANHÃO	634.599$945	461.998$441	781.141$659	1.371.592$435	818.744$499	777.840$622
PARÁ	330.464$055	226.447$931	611.163$298	565.109$863	418.379$989	194.394$695
PARAÍBA	42.279$822	39.416$279	31.854$854	69.961$642	75.176$050	13.354$380
SANTOS	47.280$539	72.294$405	16.785$217	32.800$120		
CEARÁ						
TOTAL BRASIL	6.982.356$248	8.525.780$093	10.668.177$385	15.800$938$555	9.432.156$624	10.680.059$775
ASIA	40.476$000	514.118$642	541.105$744	2.789.636$486	2.834.122$436	1.104.438$200
ILHAS	278.393$028	375.722$474	771.636$855	1.173.722$856	519.502$067	304.314$885
AFRICA	226.423$437	236.113$197	437.734$691	694.310$586	735.329$690	1.044.729$288
TOTAL COLONIAS	545.292$465	1.125.954$313	1.750.477$290	4.657.669$928	4.088.954$193	2.453.482$373
TOTAL GERAL	7.527.648$713	9.651.734$406	12.418.654$675	20.458.608$483	13.521.110$817	13.133.542$148

Tabela 42

POSIÇÃO DAS REGIÕES BRASILEIRAS E OUTRAS COLÔNIAS NO COMÉRCIO DE IMPORTAÇÃO

PERÍODO: 1796 - 1807

1802	1803	1804	1805	1806	1807	TOTAL
3.578.882$219	3.493.084$169	3.959.016$724	3.150.423$183	3.015.506$966	2.277.419$299	45.069.873$441
2.505.947$169	3.041.761$931	2.857.922$545	2.340.342$720	2.110.468$965	1.792.214$226	32.071.894$311
2.361.565$909	1.779.894$503	2.879.654$646	2.613.553$907	1.788.795$289	2.074.406$628	24.935.481$168
1.142.749$747	1.186.695$369	977.602$919	753.619$419	831.600$767	527.366$870	10.265.552$710
537.953$157	409.695$684	645.093$070	625.614$527	652.559$302	266.898$521	5.483.774$092
24.562$034						296.605$061
						169.160$281
	17.373$196	63.989$120	21.702$240	27.166$610	14.651$910	144.883$076
10.151.660$235	9.928.504$852	11.383.279$024	9.505.255$996	8.426.097$899	6.952.957$454	118.437.224$140
1.288.950$557	1.459.497$802	1.942.056$420	1.507.794$035	1.622.805$430	2.543.648$160	18.188.647$912
421.247$514	526.288$386	709.881$835	453.241$781	535.874$755	365.741$927	6.435.568$363
938.454$869	827.020$882	870.743$240	778.727$335	729.534$470	486.255$200	8.005.376$885
2.648.652$940	2.812.804$070	3.522.681$495	2.739.763$151	2.888.215$655	3.395.645$287	32.629.593$160
12.800.313$175	12.741.308$922	14.905.960$519	12.245.019$147	11.314.313$554	10.348.602$741	151.066.817$300

Tabela 42

PARTICIPAÇÃO PORCENTUAL DAS REGIÕES BRASILEIRAS E OUTRAS COLÔNIAS NO COMÉRCIO DE IMPORTAÇÃO

PERÍODO: 1796 - 1807

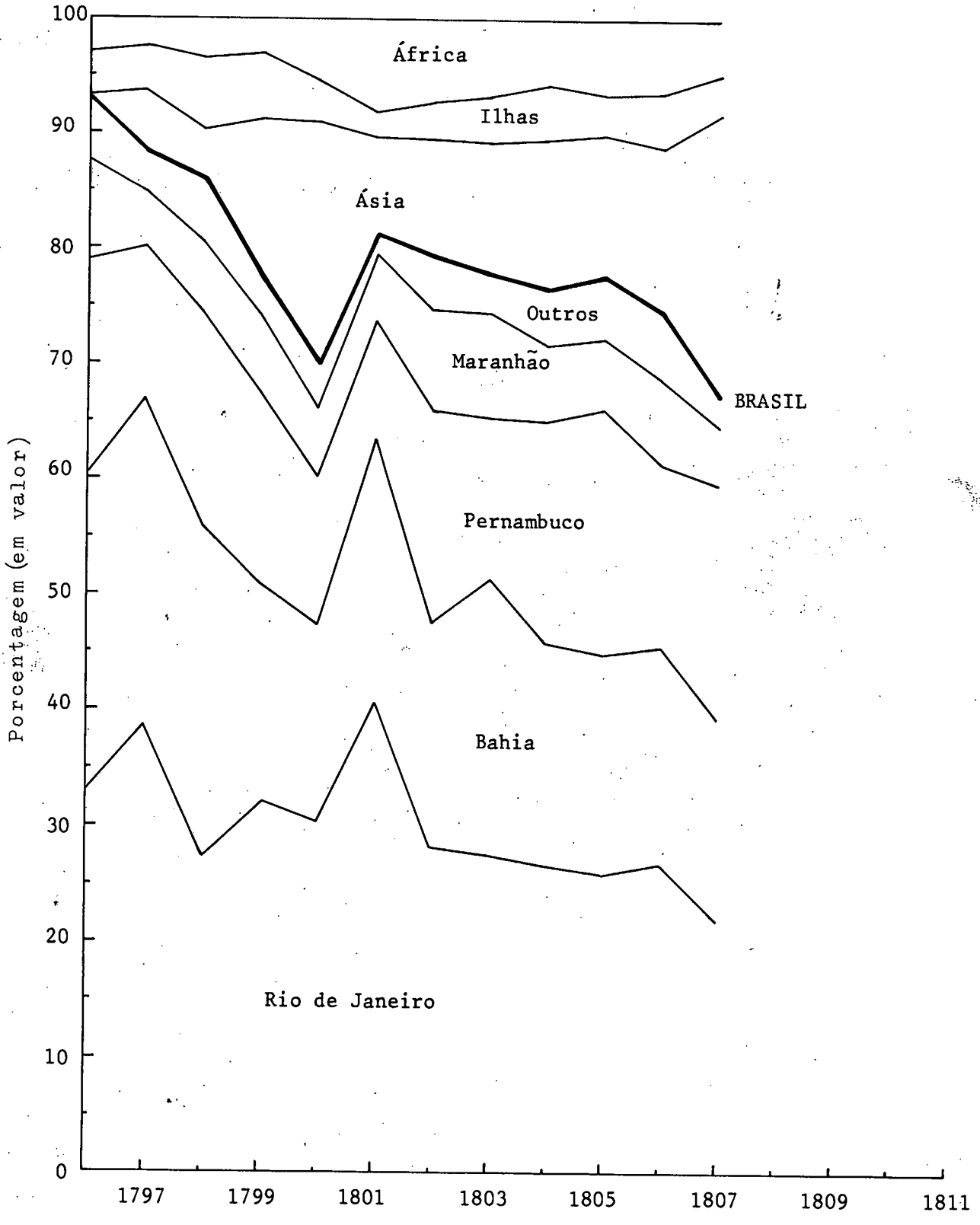


Gráfico 60

PARTICIPAÇÃO PORCENTUAL DAS REGIÕES BRASILEIRAS E OUTRAS COLÔNIAS NO COMÉRCIO DE IMPORTAÇÃO

REGIÕES	1796	1797	1798	1799	1800	1801	1802	1803	1804	1805	1806	1807	TOTAL P/PORTO (PERÍODO)
R. JANEIRO	32,9	38,6	27,5	32,1	30,2	40,6	28,0	27,4	26,6	25,7	26,7	22,0	29,9
BAHIA	27,5	28,3	28,3	18,7	17,0	22,7	19,6	23,9	19,2	19,1	18,7	17,3	21,2
PERNAMBUCO	18,4	13,2	18,5	16,5	12,8	10,5	18,4	14,0	19,3	21,3	15,8	20,1	16,5
MARANHÃO	8,4	4,8	6,3	6,7	6,1	5,9	8,9	9,3	6,6	6,2	7,3	5,1	6,8
PARÁ	4,4	2,3	4,9	2,8	3,1	1,5	4,2	3,2	4,3	5,1	5,8	2,6	3,6
PARAÍBA	0,6	0,4	0,3	0,3	0,6	0,1	0,2	---	---	---	---	---	0,2
SANTOS	0,6	0,7	0,1	0,2	---	---	---	---	---	---	---	---	0,1
CEARÁ	---	---	---	---	---	---	---	0,1	0,4	0,2	0,2	0,1	0,1
BRASIL	92,8	88,3	85,9	77,3	69,8	81,3	79,3	77,9	76,4	77,6	74,5	67,2	78,4
ÁSIA	0,5	5,3	4,4	13,6	21,0	8,4	10,1	11,5	13,0	12,3	14,3	24,6	12,0
ILHAS	3,7	3,9	6,2	5,7	3,8	2,3	3,3	4,1	4,8	3,7	4,7	3,5	4,3
ÁFRICA	3,0	2,5	3,5	3,4	5,4	8,0	7,3	6,5	5,8	6,4	6,5	4,7	5,3
TOTAL DAS COLÔNIAS	7,2	11,7	14,1	22,7	30,2	18,7	20,7	22,1	23,6	22,4	25,5	32,8	21,6
PERÍODO TODO TOTAL P/ANO	5,0	6,4	8,2	13,5	9,0	8,7	8,5	8,4	9,9	8,1	7,5	6,8	100,0

Tabela 43

POSIÇÃO DAS REGIÕES BRASILEIRAS E OUTRAS COLÔNIAS NO COMÉRCIO DE EXPORTAÇÃO

PERÍODO: 1796 - 1807

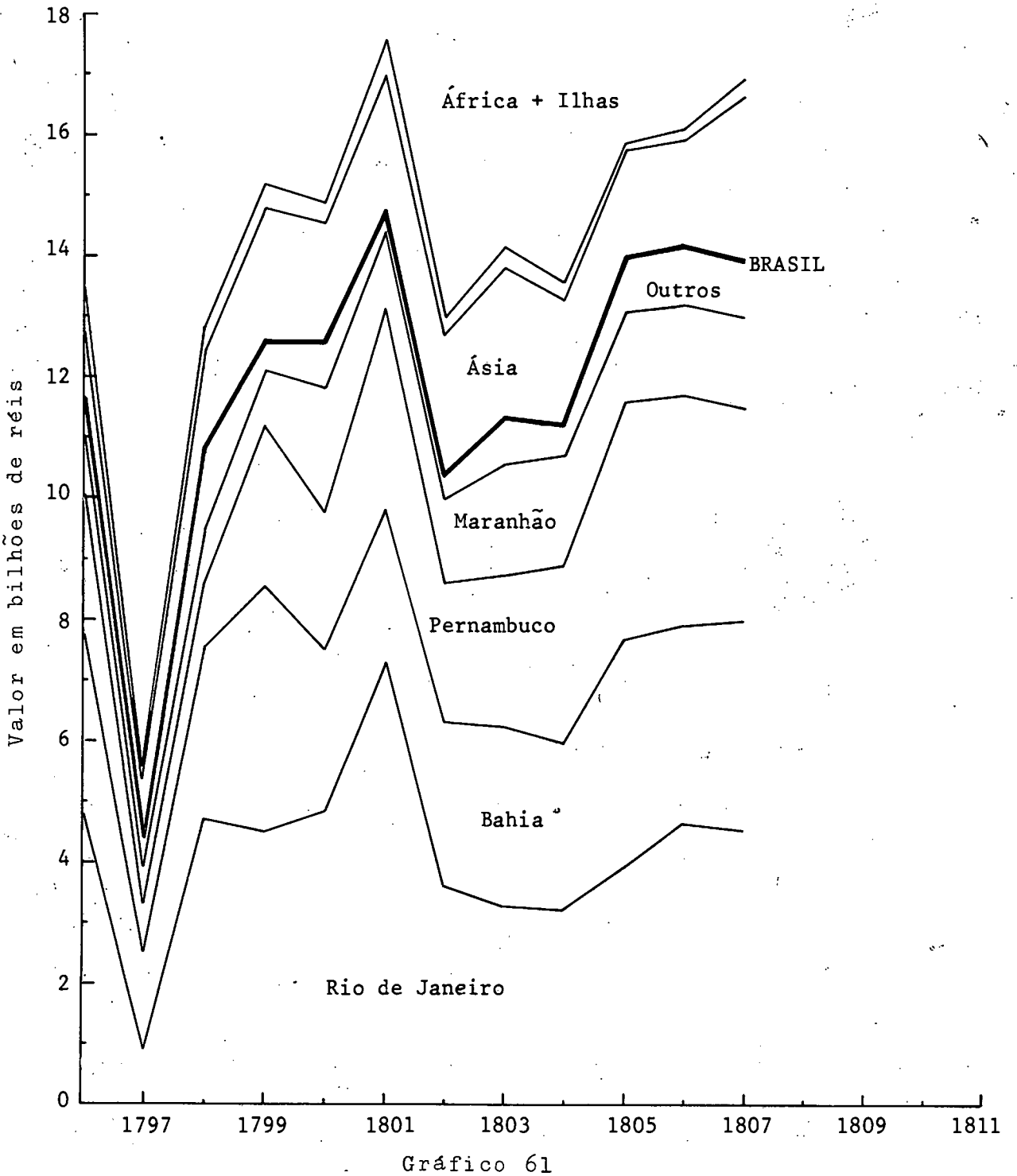


Gráfico 61

POSIÇÃO DAS REGIÕES BRASILEIRAS E OUTRAS COLÔNIAS NO COMÉRCIO DE EXPORTAÇÃO

PERÍODO: 1796 - 1807

REGIÕES	1796	1797	1798	1799	1800	1801
R.JANEIRO	3.702.181$721	.915.718$453	4.717.688$282	4.525.553$470	4.840.455$180	6.289.887$227
BAHIA	3.960.500$060	1.660.843$705	2.863.365$114	4.002.306$053	2.640.773$886	3.503.054$984
PERNAMBUCO	2.250.369$333	849.707$127	1.689.624$352	2.647.107$100	2.269.786$200	3.335.042$515
MARANHÃO	1.055.355$510	552.229$335	844.545$100	835.543$473	1.956.046$840	1.353.996$640
PARÁ	297.429$127	255.506$350	381.320$280	447.594$843	628.494$650	294.725$183
PARAÍBA	153.387$722			126.400$200	192.537$800	
SANTOS	55.641$458	24.818$500	320.017$900			
CEARÁ						
TOTAL BRASIL	11.474.863$931	4.258.823$470	10.816.561$028	12.584.505$139	12.528.091$556	14.776.706$549
ÁSIA	1.667.063$372	1.046.591$526	1.659.060$862	2.264.768$780	1.989.298$370	2.200.752$700
ILHAS	246.049$485	214.397$612	301.247$732	309.485$600	328.817$850	522.899$885
ÁFRICA	25.288$250	58$000	25.221$250	10.546$200	4.728$600	27.364$800
TOTAL BRASIL	1.938.401$107	1.261.047$138	1.985.529$844	2.584.800$580	2.322.844$820	2.751.017$385
TOTAL GERAL	13.413.265$038	5.519.870$608	12.802.090$872	15.169.305$719	14.850.936$376	17.527.723$934

Tabela 44

POSIÇÃO DAS REGIÕES BRASILEIRAS E OUTRAS COLÔNIAS NO COMÉRCIO DE EXPORTAÇÃO

PERÍODO: 1796 - 1807

1802	1803	1804	1805	1806	1807	TOTAL
3.643.419$554	3.294.712$010	3.244.545$598	3.960.238$153	4.670.310$810	4.549.505$626	48.354.216$084
2.619.791$581	2.914.221$114	2.699.631$956	3.735.851$599	3.284.684$868	3.412.073$030	37.297.097$950
2.294.841$800	2.503.609$890	2.914.349$945	3.974.543$662	3.817.755$582	3.513.537$730	32.060.274$236
1.378.064$307	1.898.138$665	1.807.497$525	1.583.827$365	1.527.719$040	1.776.971$140	16.569.931$940
417.127$689	717.111$370	512.315$554	646.907$222	785.928$941	570.937$150	5.955.398$359
						472.325$722
						400.477$858
	4.497$620	21.582$280	47.290$600	67.362$650	104.774$660	245.507$810
10.353.244$931	11.332.290$669	11.199.922$858	13.948.658$601	14.153.761$891	13.927.799$336	141.355.229$959
2.333.266$030	2.506.345$130	2.169.263$324	1.767.156$850	1.794.679$145	2.766.364$930	24.164.611$019
250.934$044	352.381$636	191.120$735	121.751$494	126.887$414	272.303$795	33.238.277$282
29.108$675	2.336$000	19.567$800	5.914$500	28.637$800	2.342$000	181.113$875
2.613.308$749	2.861.062$766	2.379.951$859	1.894.822$844	1.950.204$359	3.041.010$725	27.584.002$176
12.966.553$680	14.193.353$435	13.579.874$717	15.843.481$445	16.103.966$250	16.968.810$061	168.939.232$135

Tabela 44

PARTICIPAÇÃO PORCENTUAL DAS REGIÕES BRASILEIRAS E OUTRAS COLÔNIAS NO COMÉRCIO DE EXPORTAÇÃO

PERÍODO: 1796 - 1807

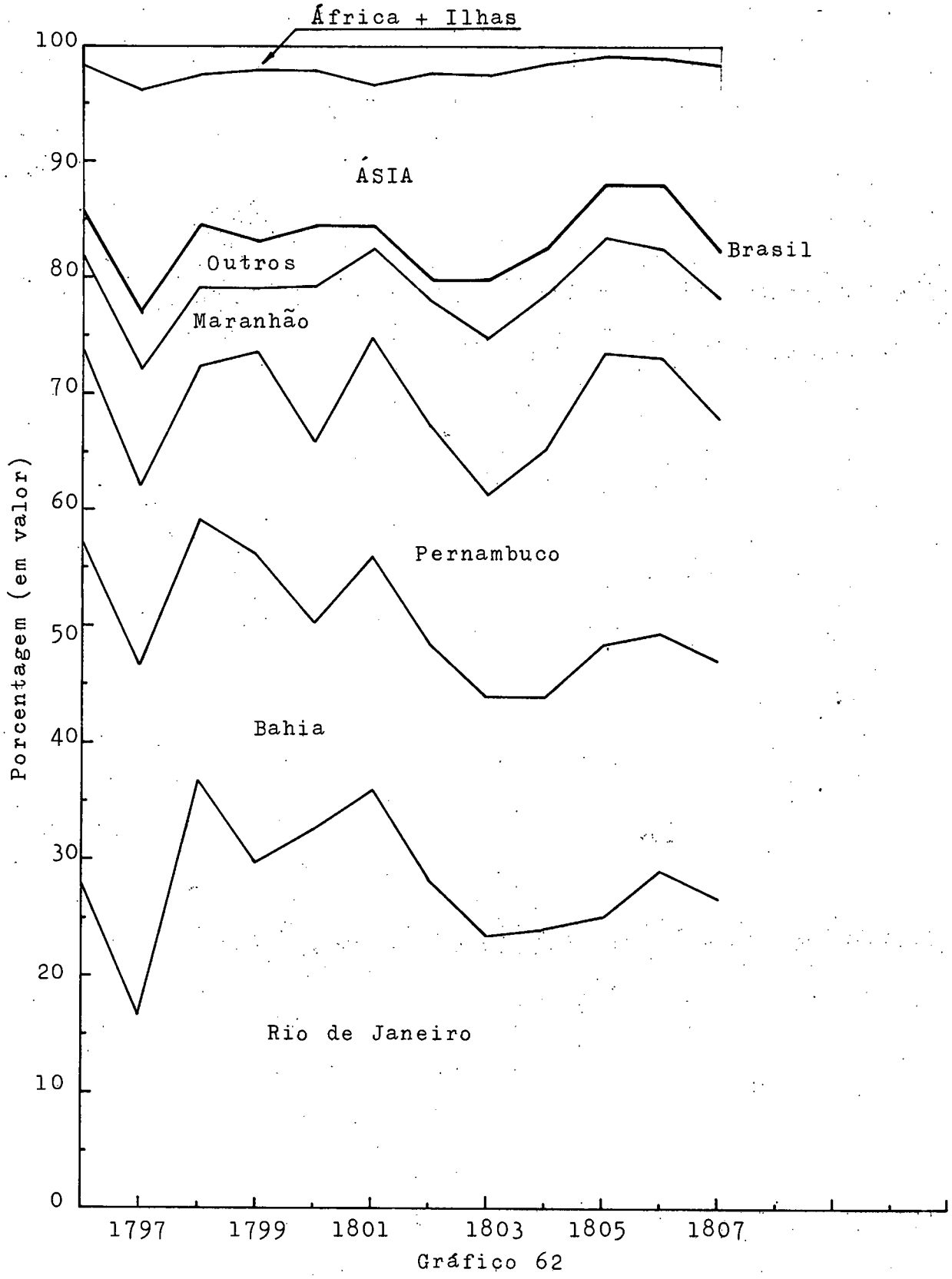


Gráfico 62

PARTICIPAÇÃO PORCENTUAL DAS REGIÕES BRASILEIRAS E OUTRAS COLÔNIAS NO COMÉRCIO DE EXPORTAÇÃO

REGIÕES	1796	1797	1798	1799	1800	1801	1802	1803	1804	1805	1806	1807	TOTAL P/PORTO (PERÍODO)
R. JANEIRO	27,6	16,6	36,8	29,8	32,6	35,9	28,1	23,2	23,9	25,0	29,0	26,8	28,7
BAHIA	29,5	30,1	22,4	26,4	17,8	20,0	20,2	20,5	19,9	23,5	20,4	20,1	22,1
PERNAMBUCO	16,8	15,4	13,2	17,5	15,3	19,0	17,7	17,6	21,4	25,1	23,7	20,7	19,0
MARANHÃO	7,9	10,0	6,6	5,5	13,2	7,7	10,6	13,4	13,3	10,0	9,5	10,5	9,8
PARÁ	2,2	4,6	3,0	3,0	4,2	1,7	3,2	5,1	3,8	4,1	4,9	3,4	3,5
PARAÍBA	1,1	---	---	0,8	1,3	---	---	---	---	---	---	---	0,3
SANTOS	0,4	0,4	2,5	---	---	---	---	---	---	---	---	---	0,2
CEARÁ	---	---	---	---	---	---	---	~0	0,2	0,3	0,4	0,6	0,1
BRASIL	85,5	77,1	84,5	83,0	84,4	84,3	79,8	79,8	82,5	88,0	87,9	82,1	83,7
ÁSIA	12,5	19,0	13,0	14,9	13,4	12,5	18,0	17,7	16,0	11,2	11,1	16,3	14,3
ILHAS	1,8	3,9	2,3	2,0	2,2	3,0	2,0	2,5	1,4	0,8	0,8	1,6	1,9
ÁFRICA	0,2	---	0,2	0,1	---	0,2	0,2	~0	0,1	~0	0,2	~0	0,1
TOTAL DAS COLONIAS	14,5	22,9	15,5	17,0	15,6	15,7	20,2	20,2	17,5	12,0	I2,1	17,9	16,3
PERÍODO TODO TOTAL P/ANO	7,9	3,3	7,6	9,0	8,8	10,4	7,7	8,4	8,0	9,4	9,5	10,0	100,0

Tabela 45

2. Posição das Regiões Brasileiras no Comércio Internacional.

A relação que pretendemos fazer entre as regiões brasileiras e o comércio internacional não é direta, nem poderia ser, porque os produtos brasileiros atingiam as nações estrangeiras através de Portugal. Entretanto, como nós sabemos quais são as regiões brasileiras mais importantes no comércio de exportação, ao mostrarmos a produção total do Brasil reexportada por Portugal, em comparação com produtos de outras origens, e sabendo quais são os principais países compradores de produtos brasileiros, teremos uma idéia da vinculação de cada região brasileira a cada nação estrangeira, através de Portugal. Esta é uma primeira abordagem deste tema que voltará a ser tocado no capítulo seguinte.

O ponto máximo atingido pelas exportações portuguesas para as nações estrangeiras foi no ano de 1801, quando o movimento global atingiu a cifra de 25.000 contos, dos quais a participação do Brasil foi de 15.000 contos. As exportações portuguesas para as nações estrangeiras cresce extraordinariamente desde 1797, quando não chegava a 11.000 contos, até 1801, quando, já o dissemos, alcançou a marca de 25.000 contos. Este movimento comercial desce durante o ano de 1808, reduzindo-se de 20.000 contos para 5.500 contos. A preponderância das exportações brasileiras, como vemos no Gráfico

nº 63 e Tabela nº 46, em termos de representação aditiva e no Gráfico nº 64 e Tabela nº 46, como representação absoluta em escala logarítmica, tem a primazia das exportações, garantindo um excelente saldo para Portugal. O segundo lugar cabe aos produtos do Reino, vindo a seguir os produtos reexportados de outras nações; depois, a Ásia, e, finalmente, as Ilhas, nem aparecendo a África.

Em termos porcentuais, no período todo, a cota parte do Brasil equivale a 60%, ficando os produtos do Reino com 30%. Sem os produtos do Brasil, seria muito difícil para Portugal manter uma balança comercial favorável em relação às nações estrangeiras.

Os produtos brasileiros exportados por Portugal eram adquiridos pelas nações estrangeiras numa ordem de importância que viu alternar Hamburgo, Inglaterra e França nos primeiros lugares. Em 1796 e 1797, foi Hamburgo; em 1798 e 1799, foi a Inglaterra; em 1800 e 1801, foi Hamburgo; em 1802 e 1803, a Inglaterra; em 1804, a França; em 1805, a Inglaterra; de 1806 a 1808, a França, e, no restante do período, a Inglaterra (Tabela nº 47).

A participação absoluta consta dos Gráfico nº 65 e 66, representação logarítmica, dividida em duas partes por causa da disparidade de importância dos vários países relacionados. Assim, no Gráfico nº 65 e Tabela nº 48 estão os principais fregueses dos produtos brasileiros; conseqüentemente, os principais países que indiretamente mantinham relação com as regiões brasileiras: Hamburgo, França, Itália, Inglaterra, Holanda, Castela e Prússia. No segundo grupo aparecem a Dinamarca, Suécia, Alemanha, Barbária e Rússia (Gráfico nº 66 e Tabela nº 48). Os demais países que constam das tabelas não puderam ser representados graficamente por causa da sua insignificância.

Pelo Gráfico nº 67 e Tabela nº 49, temos a representação porcentual dos países compradores de produtos brasileiros. Para nós existe uma surpresa, pois esperávamos que a primeira posição fosse da Inglaterra, mas ela cabe a Hamburgo, com 29,1%, de 1796 a 1807. Segue-se a Inglaterra, com 24%; a Itália, com 20,2%; a França, com 16,0%; a Holanda, com 3,7%; e Castela, com 3,5%.

O comércio de Portugal com a praça de Hamburgo era sempre favorável ao primeiro. Este crédito se devia aos gêneros coloniais

exportados por Portugal (82). A mesma coisa acontecia com a Itália, onde os produtos da América tornavam Portugal credor, apesar da grande entrada de sedas e manufaturas italianas em Portugal (83).

Realmente, os grandes compradores de produtos brasileiros eram as praças da Itália, Nápoles, Veneza e Gênova. Das três, a mais importante era Gênova, a tal ponto que se torna quase errado falar em Itália, Talvez o mais correto fosse falar em comércio com Gênova, tal é a superioridade das importações que esta praça tem com Portugal, em comparação com as demais praças citadas. A Itália, ou melhor, Gênova, e Hamburgo poderiam ser considerados como verdadeiros depósitos dos "effeitos coloniaes" (84). Isto equivale a dizer que, tanto para o comércio português quanto para as regiões brasileiras, em especial, qualquer interrupção do comércio com essas duas praças européias teria maior repercussão no Brasil do que se a interrupção fosse com a Inglaterra.

Os lanifícios e alimentos eram importados da Inglaterra pelos portugueses. Destacavam-se manufaturas de lã, manteiga e bacalhau, importados e com a finalidade de abastecer o mercado interno português e também os domínios ultramarinos (85). É significativo, por exemplo, que, em 1804, a maior importação fosse de mantimentos, que Portugal consumia em parte, e o restante reexportava para a América, Castela e Itália (86). O mercado inglês para os produtos coloniais, tinha uma característica diferente de Hamburgo ou Gênova, visto que estas duas últimas praças eram redistribuidoras, enquanto as importações inglesas se destinavam principalmente ao seu mercado interno.

==========

(82) - Balança Geral do Commercio do Reino de Portugal com as Nações Estrangeiras no anno de 1802, B. N. R. J., Seção de Manuscritos, f. 21 v e 22. "O commercio desta cidade se reduz essencialmente a comissões e câmbios". Correio Mercantil e Econômico de Portugal, 14-4-1795, pág. 115. Biblioteca Nacional de Lisboa, J. 84.

(83) - Idem, Ibidem, f. 27v.

(84) - Balança Geral do Commercio do Reino de Portugal com as Nações Estrangeiras no anno de 1804, Instituto Nacional de Estatística, Lisboa, Introduçao.

(85) - Balança Geral do Commercio do Reino de Portugal com as Nações Estrangeiras no anno de 1802, B. N. R. J., Seção de Manuscritos, f. 19v.

(86) - Balança Geral do Commercio do Reino de Portugal com as Nações Estrangeiras no anno de 1804, Instituto Nacional de Estatística, Lisboa, Introduçao.

Como vimos pelos gráficos e tabelas, a França apareceu tardiamente com importância na Balança de Comércio de Portugal. Mas a sua carreira foi fulminante. A França estava em 10º lugar em 1796-97. Chegou mesmo a desaparecer em 1799. Em 1800, começou a subir, passando do sétimo lugar para o quinto, em 1801; já estava em segundo, em 1802, para tomar o primeiro lugar à Inglaterra, em 1804. O crescimento das importações francesas está relacionado aos problemas ocorridos nas colônias no decurso da Revolução Francesa. Isto explica as aquisições feitas em Portugal, na sua maior parte, de gêneros coloniais, pau-brasil, tabaco, couros, cacau, café, açúcar e, principalmente, algodão, cujas importações rivalizaram com as da própria Inglaterra (87).

O comércio com a Espanha sempre foi favorável para Portugal. Da Espanha os portugueses importavam lã, ferro e patacas, que reexportavam obtendo bons lucros. Nem sempre o comércio com a Espanha era legal; o contrabando de tabaco e algodão era muito intenso (88). Com essas grandes praças, o comércio de Portugal apresentava superavits, geralmente, em função das exportações dos produtos coloniais. Com praças menores para o comércio português, em geral era deficitário. Isto acontecia em relação à Holanda, à Rússia, à Dinamarca, à Suécia, à Prússia e aos Estados Unidos.

Os portugueses importavam grande quantidade de linho, trigo e cevada da Rússia. Estes alimentos indispensáveis, juntamente com os linifícios "precisos à Marinha, e para uso comum dos seus diferentes tecidos, sempre nos fara credores a esta Nação" (89). Da Suécia, as principais importações consistiam em metais, e os portugueses seriam muito credores a esta nação se não tivessem o sal, único produto adquirido pela Suécia em Portugal (90). O comércio com a Dinamarca era bem diminuto, baseando-se também na exportação de sal (91). A necessidade de cereais em Portugal tornava a balança comercial do país deficitária em relação à Prússia, que fazia entrar

---

(87) - Balança Geral do Commercio do Reino de Portugal com as Nações Estrangeiras no anno de 1804, Instituto Nacional de Estatística, Lisboa, Introdução.; Idem, ano de 1802, f. 22v.

(88) - Idem, Ibidem, f. 24v.

(89) - Idem, Ibidem, f. 25.

(90) - Idem, Ibidem, f. 26.

(91) - Idem, Ibidem, f. 26.

grande quantidade de centeio, cevada e trigo em Portugal (92). O mesmo se poderia dizer do comércio com os Estados Unidos. Este país introduzia grande quantidade de farinha, trigo e milho em Portugal, levando sal e vinho, em troca. A vantagem era enorme, e pertencia - aos Estados Unidos, ficando Portugal praticamente indefeso. Em 1801, Portugal ficou devedor de mais de 5 milhões de cruzados, ano "em - que esta Republica se aproveitou de nossa necessidade" (93).

Uma característica geral deste comércio internacional português é ter superavits em relação às grandes praças e deficits com as menores. Para as grandes praças, o produto que dava vantagem vinha das colônias, principalmente do Brasil. As pequenas praças, que não importavam gêneros coloniais, mas somente os produtos alimentícios de Portugal, eram superavitárias em relação ao comércio português.

==========

(92) - Balança Geral do Commercio do Reino de Portugal com as Nações Estrangeiras no anno de 1804, Instituto Nacional de Estatística, Lisboa, Introdução.

(93) - Idem, Ibidem, Introdução.

EXPORTAÇÕES PORTUGUESAS PARA OUTRAS NAÇÕES: PRODUTOS DO BRASIL, DO REINO, REEXPORTADOS, DA ÁSIA E ILHAS

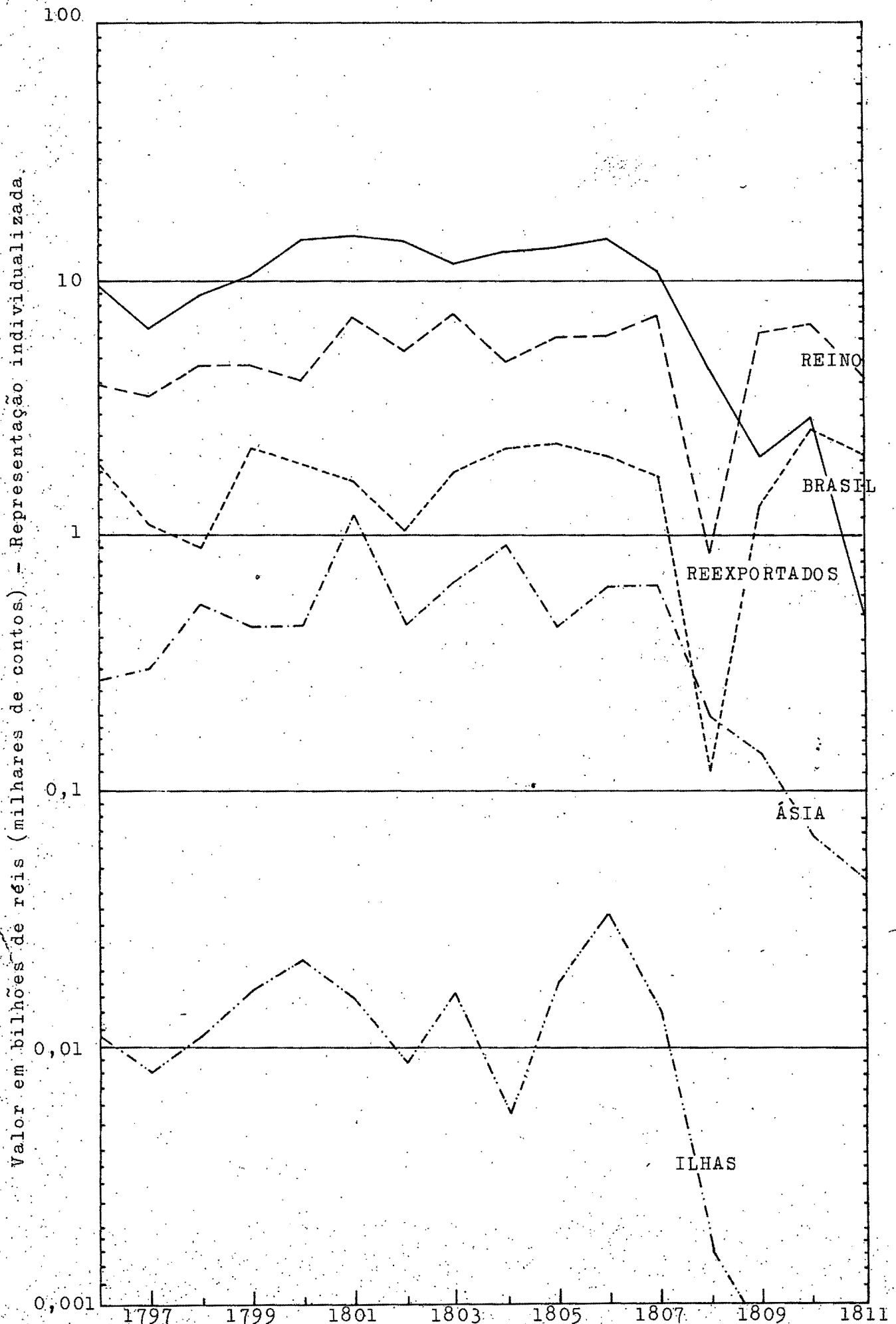


Gráfico 63

EXPORTAÇÕES PORTUGUESAS PARA OUTRAS NAÇÕES: PRODUTOS DO BRASIL, DO REINO, REEXPORTADOS, DA ÁSIA E ILHAS

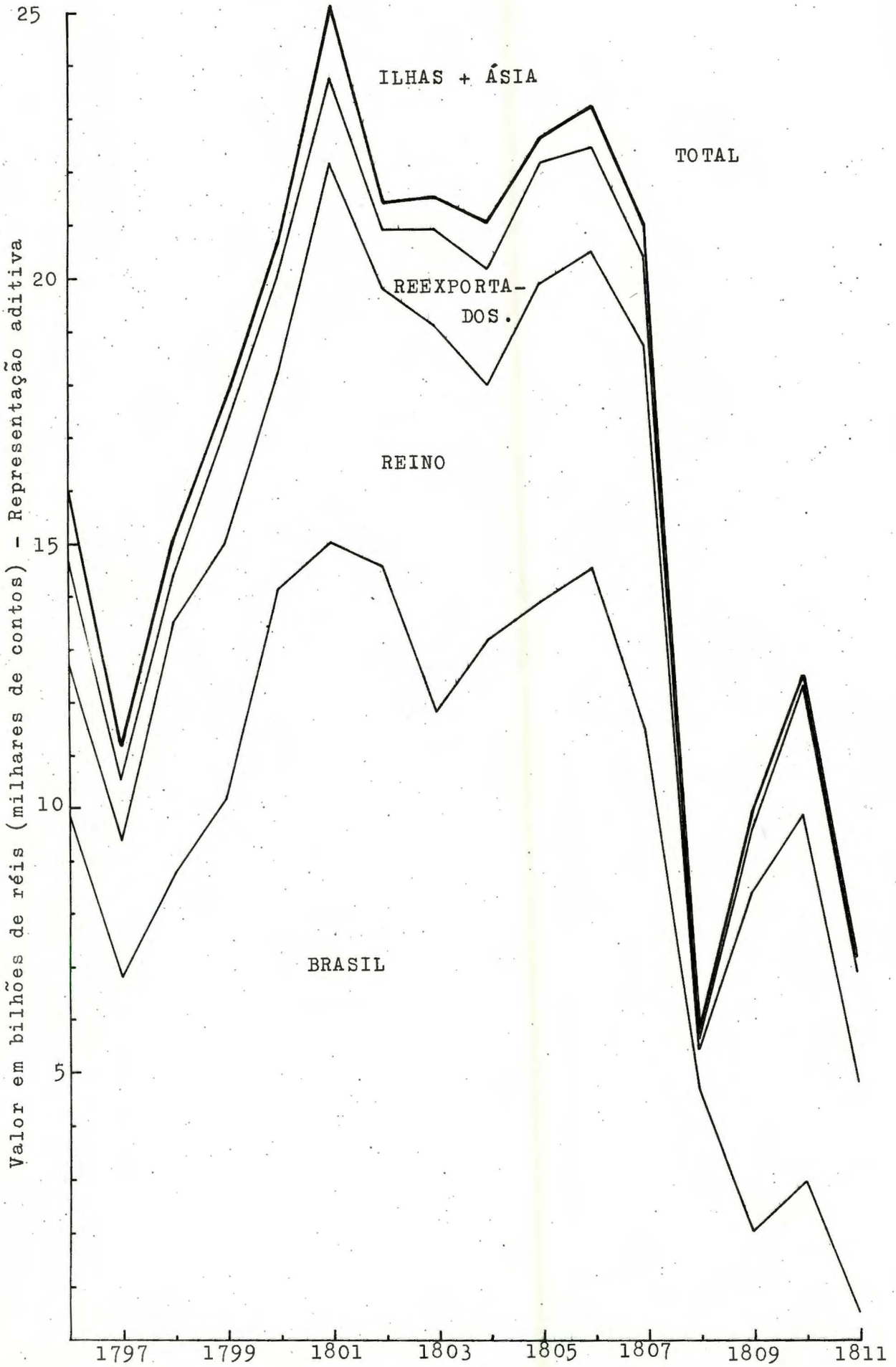


Gráfico 64

EXPORTAÇÕES PORTUGUESAS PARA OUTRAS NAÇÕES

DATA	REINO	ILHAS	BRASIL	ÁSIA	REEXPORTADOS	TOTAL
1796	3.911.778$669	11.432$200	9.883.946$717	277.936$401	1.928.262$611	16.013.356$598
1797	3.572.058$979	8.103$200	6.789.415$431	300.815$897	1.152.576$517	11.822.970$024
1798	4.727.860$746	11.518$000	8.881.529$623	527.307$084	905.745$477	15.053.960$930
1799	4.878.954$325	17.147$200	10.202.526$910	451.237$620	2.138.241$796	17.688.107$851
1800	4.077.677$650	21.809$000	14.173.413$965	458.254$710	1.953.646$973	20.684.802$298
1801	7.176.424$030	15.917$600	15.092.956$970	1.189.123$040	1.629.363$550	25.103.785$190
1802	5.318.917$155	8.832$000	14.538.325$439	443.448$820	1.095.825$658	21.405.349$072
1803	7.231.050$010	16.428$400	11.831.151$658	660.047$940	1.789.671$555	21.528.379$563
1804	4.821.105$620	5.808$000	13.167.969$276	914.267$655	2.151.811$950	21.060.962$501
1805	5.998.441$855	18.121$920	13.893.192$268	442.205$920	2.302.242$330	22.654.204$293
1806	6.080.209$710	34.073$600	14.506.024$046	624.932$100	2.010.265$685	23.255.505$141
1807	7.229.652$715	13.710$000	11.434.569$041	625.911$060	1.695.663$515	20.999.506$331
1808	854.536$830	1.644$000	4.635.424$220	199.630$560	119.803$010	5.811.038$620
1809	6.337.494$374	470$400	2.061.200$555	142.787$160	1.316.270$250	9.858.222$739
1810	6.888.955$857	487$500	2.961.732$515	68.522$580	2.602.261$985	12.521.960$437
1811	4.250.589$988	- - - -	512.591$895	48.371$540	2.102.371$505	6.913.924$928
TOTAL						

Tabela 46

POSIÇÃO DOS PRODUTOS BRASILEIROS NAS EXPORTAÇÕES PORTUGUESAS PARA AS NAÇÕES ESTRANGEIRAS
PERÍODO: 1796 - 1811

POSIÇÃO	1796	1797	1798	1799	1800
1º	HAMBURGO 5.044.431$773	HAMBURGO 3.015.316$636	INGLATERRA 2.984.372$106	INGLATERRA 4.181.680$250	HAMBURGO 5.647.502$888
2º	INGLATERRA 2.201.898$548	INGLATERRA 1.905.520$824	HAMBURGO 2.873.218$713	HAMBURGO 3.163.068$120	ITALIA 3.649.659$961
3º	ITÁLIA 1.876.910$871	ITÁLIA 1.119.026$002	ITÁLIA 1.918.207$833	ITÁLIA 1.772.435$280	INGLATERRA 2.758.331$814
4º	HOLANDA 356.037$115	HOLANDA 349.064$473	CASTELA 704.768$320	CASTELA 630.485$480	PRÚSSIA 735.897$356
5º	CASTELA 127.578$576	PRÚSSIA 140.343$042	DINAMARCA 144.459$407	DINAMARCA 162.760$160	CASTELA 647.919$215
6º	PRÚSSIA 104.575$580	CASTELA 89.663$214	PRÚSSIA 109.565$991	HOLANDA 94.157$700	DINAMARCA 572.333$063
7º	ALEMANHA 53.871$400	ALEMANHA 39.216$594	ALEMANHA 63.410$532	PRÚSSIA 83.987$300	FRANÇA 87.531$950
8º	SUÉCIA 31.146$348	DINAMARCA 28.295$872	SUÉCIA 29.717$188	ALEMANHA 58.408$800	RÚSSIA 23.826$013
9º	MALTA 23.567$573	SUÉCIA 26.331$580	BARBÁRIA 19.026$402	SUÉCIA 26.141$070	HOLANDA 23.389$800
10º	FRANÇA 23.260$800	FRANÇA 16.520$110	HOLANDA 18.216$991	RÚSSIA 23.792$260	BARBÁRIA 18.435$339
11º	DINAMARCA 17.005$393	BARBÁRIA 12.038$160	FRANÇA 16.109$100	BARBÁRIA 5.610$490	SUÉCIA 7.520$446
12º	BARBÁRIA 13.158$268	RÚSSIA 2.150$756	RÚSSIA 475$040		E. UNIDOS 1.066$120
13º	RÚSSIA 10.318$898	E. UNIDOS 928$168			
14º	E. UNIDOS 185$576				
BRASIL	9.883.946$717	6.789.415$431	8.881.529$623	10.202.526$910	14.173.413$965
OUTROS	6.129.409$888	5.033.554$593	6.172.431$307	7.485.580$943	6.511.388$333
TOTAL	16.013.356$605	11.822.970$024	15.053.960$930	17.688.107$851	20.684.802$298

Tabela 47

POSIÇÃO DOS PRODUTOS BRASILEIROS NAS EXPORTAÇÕES PORTUGUESAS PARA AS NAÇÕES ESTRANGEIRAS
PERÍODO: 1796 - 1811

1801	1802	1803	1804	1805	1806
HAMBURGO 7.305.166$428	INGLATERRA 4.045.796$000	INGLATERRA 3.399.991$626	FRANÇA 4.197.959$754	FRANÇA 3.759.345$690	FRANÇA 5.045.885$865
ITÁLIA 3.124.925$592	FRANÇA 3.271.468$315	HAMBURGO 2.671.193$102	INGLATERRA 2.807.601$074	FRANÇA 3.282.856$522	ITÁLIA 2.958.892$084
INGLATERRA 2.679.215$570	HAMBURGO 3.210.144$350	ITÁLIA 2.514.444$454	HAMBURGO 2.342.824$174	HAMBURGO 2.869.017$812	INGLATERRA 2.534.011$910
PRÚSSIA 730.124$272	ITÁLIA 3.032.550$287	FRANÇA 2.064.307$979	ITÁLIA 2.216.697$618	ITÁLIA 2.573.500$147	HAMBURGO 2.481.645$622
FRANÇA 618.441$516	HOLANDA 529.055$355	HOLANDA 394.413$454	HOLANDA 1.122.756$278	HOLANDA 705.580$240	HOLANDA 864.095$880
CASTELA 412.428$369	CASTELA 306.364$290	CASTELA 326.328$309	CASTELA 386.067$224	CASTELA 290.226$785	CASTELA 415.595$525
DINAMARCA 68.797$938	SUÉCIA 49.238$517	PRÚSSIA 290.094$616	DINAMARCA 133.967$805	PRÚSSIA 192.977$160	RÚSSIA 108.223$160
SUÉCIA 42.245$692	BARBÁRIA 27.686$145	RÚSSIA 60.351$718	RÚSSIA 76.252$113	SUÉCIA 154.747$045	SUÉCIA 58.340$715
HOLANDA 40.442$544	PRÚSSIA 24.019$770	DINAMARCA 53.644$040	PRÚSSIA 41.195$011	RÚSSIA 38.726$027	BARBÁRIA 29.450$535
BARBÁRIA 38.475$708	DINAMARCA 22.562$200	SUÉCIA 38.007$005	SUÉCIA 33.840$536	DINAMARCA 13.889$325	PRÚSSIA 6.381$150
RÚSSIA 29.969$901	RÚSSIA 19.132$545	BARBÁRIA 15.408$305	BARBÁRIA 9.801$689	BARBÁRIA 10.632$045	DINAMARCA 3.501$600
E. UNIDOS 2.723$440	E. UNIDOS 307$665	E. UNIDOS 2.997$050		E. UNIDOS 1.743$470	
15.092.956$970	14.538.325$439	11.831.181$658	13.167.969$276	13.893.192$268	14.506.024$046
10.010.828$220	6.867.023$633	9.697.197$905	7.892.993$225	8.761.012$025	8.749.481$095
25.103.785$190	21.405.349$072	21.528.379$563	21.060.962$501	22.654.204$293	23.255.505$141

Tabela 47

POSIÇÃO DOS PRODUTOS BRASILEIROS NAS EXPORTAÇÕES PORTUGUESAS PARA AS NAÇÕES ESTRANGEIRAS
PERÍODO: 1796 - 1811

4. 1807	1808	1809	1810	1811	TOTAL
FRANÇA 4.432.629$470	FRANÇA 3.609.544$600	INGLATERRA 1.047.282$560	INGLATERRA 1.921.282$860	INGLATERRA 216.165$560	59.854.354$066
ITÁLIA 2.360.455$915	INGLATERRA 345.089$800	ITÁLIA 660.484$580	CASTELA 571.817$720	ITÁLIA 179.254$680	36.027.405$550
HAMBURGO 1.344.688$410	CASTELA 343.604$840	CASTELA 340.452$625	ITÁLIA 447.278$910	CASTELA 97.379$015	28.167.973$870
INGLATERRA 1.330.471$705	ITÁLIA 330.524$380	BARBÁRIA 6.101$860	RÚSSIA 9.193$155	E. UNIDOS 11.629$820	17.607.999$589
CASTELA 935.228$220	BARBÁRIA 4.845$000	SUÉCIA 5.043$680	BARBÁRIA 6.874$530	BARBÁRIA 8.162$820	6.417.557$373
HOLANDA 847.894$600	SUÉCIA 1.815$600	RÚSSIA 1.835$250	SUÉCIA 5.285$340		3.764.136$840
RÚSSIA 115.197$760					1.286.514$732
SUÉCIA 56.723$030					647.740$679
BARBÁRIA 9.778$630					355.712$980
E. UNIDOS 1.338$480					253.675$904
DINAMARCA 162$821					146.892$4955
11.434.569$041	4.635.424$220	2.061.200$555	2.961.732$515	512.591$895	154.566.000$529
9.564.937$290	1.175.614$400	7.797.022$184	9.560.227$922	6.401.333$033	117.810.035$994
20.999.506$331	5.811.222$739	9.858.222$739	12.521.960$437	6.913.924$928	272.376.036$523

Tabela 47

PARTICIPAÇÃO ABSOLUTA DOS PAÍSES COMPRADORES DE PRODUTOS BRASILEIROS

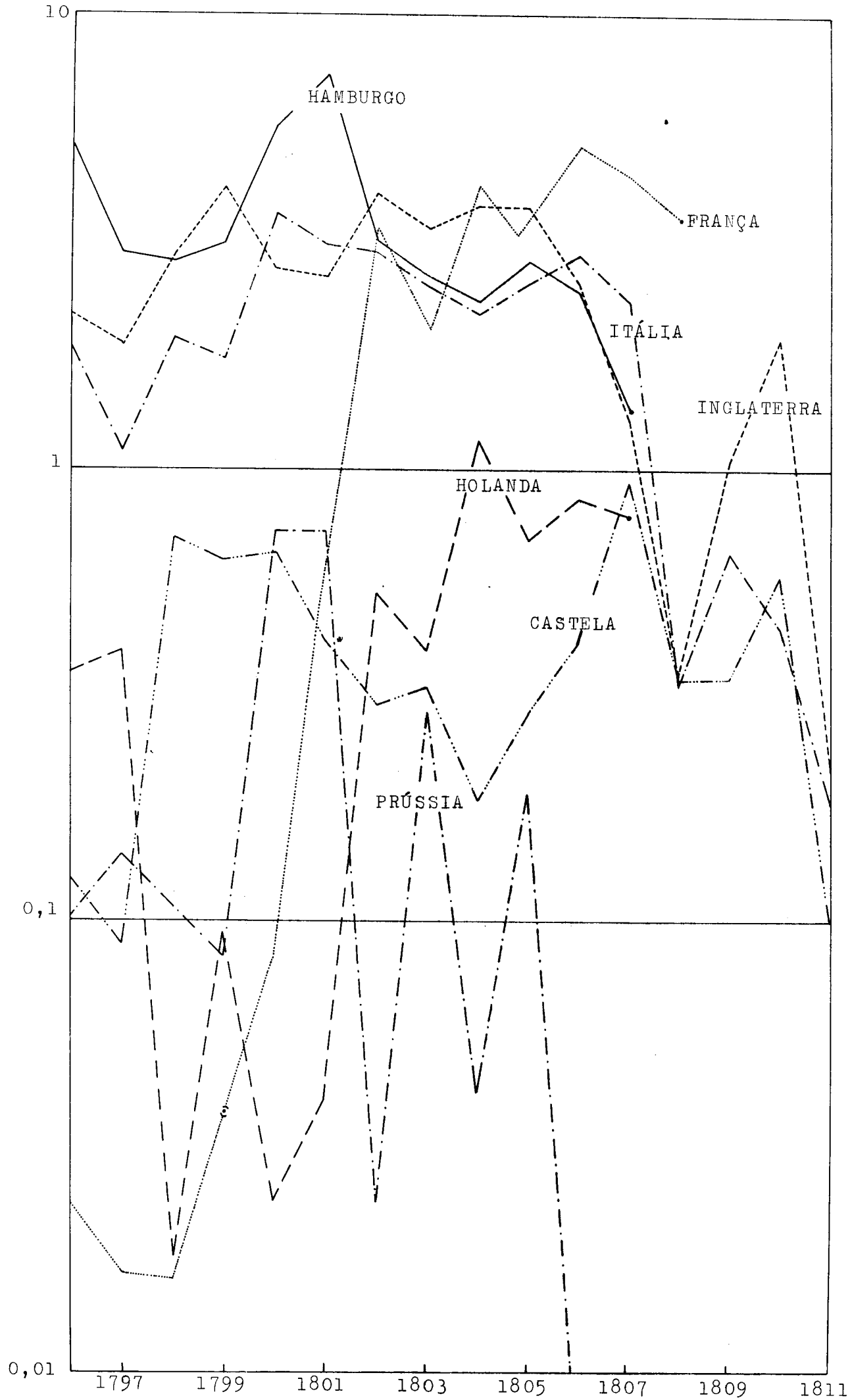


Gráfico 65

PARTICIPAÇÃO **ABSOLUTA** DOS PAISES COMPRADORES DE PRODUTOS BRASILEIROS

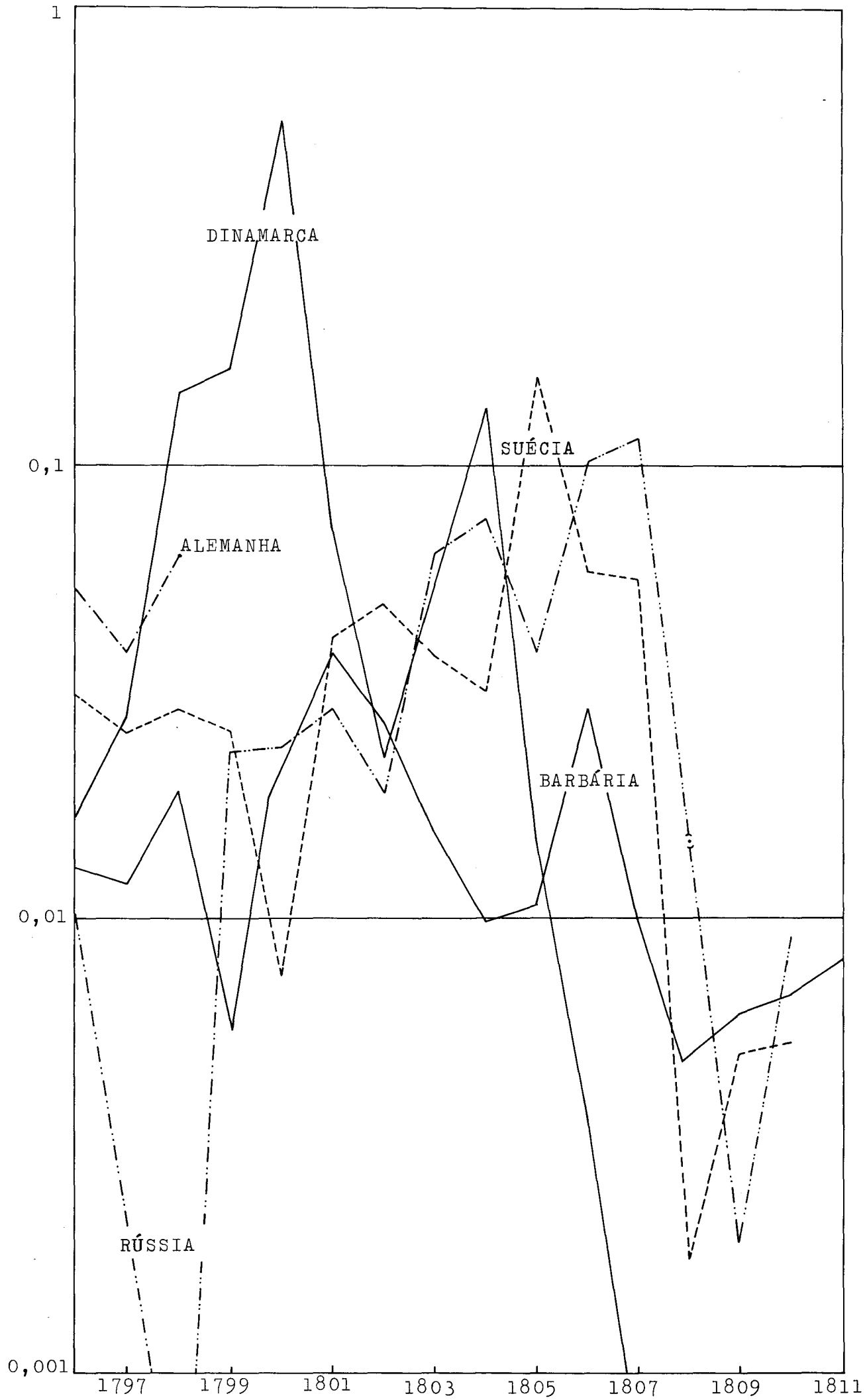


Gráfico 66

PARTICIPAÇÃO ABSOLUTA DOS PAÍSES COMPRADORES DE PRODUTOS BRASILEIROS

PERÍODO: 1796 - 1811

DATA / PROD.	1796	1797	1798	1799	1800	1801
HAMBURGO	5.044.431$773	3.015.316$636	2.873.218$713	3.163.068$120	5.647.502$888	7.305.166$428
INGLATERRA	2.201.898$548	1.905.520$824	2.984.372$106	4.181.680$250	2.758.331$814	2.679.215$570
ITÁLIA	1.876.910$871	1.119.026$002	1.918.207$833	1.772.435$280	3.649.659$961	3.124.925$592
FRANÇA	23.260$800	16.520$110	16.109$100		87.531$950	618.441$516
CASTELA	127.578$576	89.663$214	704.768$320	630.485$480	647.919$215	412.428$369
PRÚSSIA	104.575$580	140.343$042	109.565$991	83.987$300	735.897$356	730.124$272
SUÉCIA	31.146$348	26.331$580	29.717$188	26.141$070	7.520$446	42.245$692
DINAMARCA	17.005$393	28.295$872	144.459$407	162.760$160	572.333$063	68.797$938
E U A	185$576	928$168			1.066$120	2.723$440
HOLANDA	356.037$115	394.064$473	18.216$991	94.157$700	23.389$800	40.442$544
MALTA	23.567$571					
BARBÁRIA	13.158$268	12.038$160	19.026$402	5.610$490	18.435$339	38.475$708
RÚSSIA	10.318$898	2.150$756	457$040	23.792$260	23.826$013	29.969$901
ALEMANHA	53.871$400	39.216$554	63.410$532	58.408$800		

Tabela 48

PARTICIPAÇÃO **ABSOLUTA** DOS PAÍSES COMPRADORES DE PRODUTOS BRASILEIROS

PERÍODO: 1796 -1811

1802	1803	1804	1805	1806	1807	SUB-TOTAL
3.210.144$350	2.671.193$102	2.342.824$174	2.869.017$812	2.481.645$622	1.344.688$410	41.968.218$028
4.045.756$000	3.399.991$626	2.807.601$074	3.759.345$690	2.534.011$910	1.330.471$705	34.588.237$117
3.032.550$287	2.514.444$454	2.216.697$618	2.573.500$147	2.958.892$084	2.360.455$915	29.177.706$044
3.271.468$315	2.064.307$979	4.197.957$754	3.282.856$522	5.045.885$865	4.432.629$470	23.056.971$381
306.364$290	326.328$309	186.067$224	290.226$785	415.545$525	935.228$220	5.072.653$527
24.019$770	290.094$616	41.195$011	192.977$160	6.381$150		2.459.161$248
49.238$517	38.007$005	32.846$556	154.747$045	58.340$715	56.723$030	553.005$172
22.562$200	53.644$040	133.967$805	13.839$325	3.501$600	162$821	1.221.329$624
307$665	2.997$050		1.743$470		1.338$480	11.289$269
529.055$355	394.413$454	1.122.756$278	705.580$240	864.095$880	847.894$600	5.390.104$430
						23.567$571
27.686$145	15.408$305	9.801$689	10.632$045	29.450$535	9.778$630	209.502$726
19.132$545	60.351$718	76.252$113	38.726$027	108.223$160	115.197$760	508.398$191
						214.907$326
						144.395.051$344

Tabela 48

PARTICIPAÇÃO ABSOLUTA DOS PAÍSES COMPRADORES DE PRODUTOS BRASILEIROS

PERÍODO: 1796 - 1811

1808	1809	1810	1811	TOTAL
				41.968.218$028
345.099$800	1.047.282$560	1.921.282$860	216.165$560	38.118.057$897
330.524$380	660.484$580	447.278$910	179.254$680	30.735.248$594
3.609.544$600				26.666.515$981
343.604$840	340.452$625	571.812$720	97.375$015	6.425.907$727
				2.459.162$248
1.815$600	5.043$680	5.285$340		555.149$792
				1.221.329$624
			11.629$820	22.919$789
				5.390.204$430
4.845$006				23.567$571
4.845$006	6.101$860	6.874$530	8.162$820	235.485$926
	1.835$250	9.193$155		519.426$596
				214.907$326
				154.566.000$529

Tabela 48

PARTICIPAÇÃO PORCENTUAL DOS PRINCIPAIS PAÍSES COMPRADORES

DOS PRODUTOS BRASILEIROS

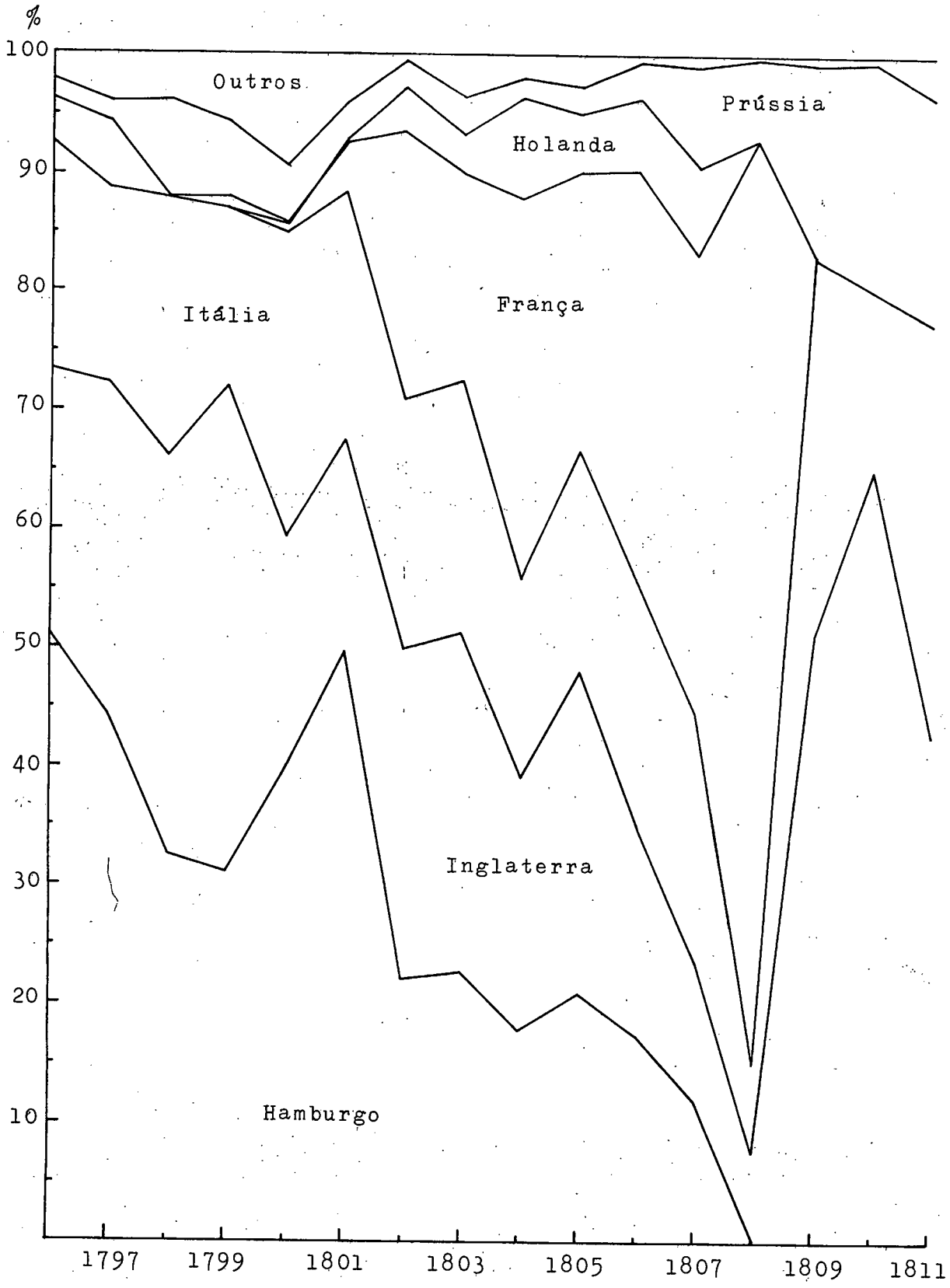


Gráfico 67

PARTICIPAÇÃO PORCENTUAL DOS PAISES COMPRADORES DE PRODUTOS BRASILEIROS

DATA / PROD.	1796	1797	1798	1799	1800	1801	1802	1803	1804	1805	1806	1807	SUB-TOTAL	1808	1809	1810	1811	TOTAL
HAMBURGO	51,0	44,4	32,4	31,0	39,8	48,4	22,1	22,6	17,8	20,7	17,1	11,8	29,1	--	--	--	--	27,1
INGLATERRA	22,3	28,1	33,6	41,0	19,5	17,8	27,8	28,7	21,3	27,0	17,5	11,6	24,0	7,4	50,8	64,9	42,2	24,7
ITÁLIA	19,0	16,5	21,7	17,3	25,7	20,7	20,9	21,3	16,8	18,5	20,4	20,6	20,2	7,2	32,1	15,1	34,9	19,9
FRANÇA	0,2	0,2	0,2	--	0,6	4,1	22,5	17,4	31,9	23,6	34,8	38,8	16,0	77,9	--	--	--	17,3
CASTELA	1,3	1,3	7,9	6,2	4,6	2,7	2,1	2,8	1,4	2,1	2,9	8,2	3,5	7,4	16,5	19,3	19,0	4,1
PRÚSSIA	1,1	2,1	1,2	0,8	5,2	4,8	0,2	2,5	0,3	1,4	0,04	--	1,7	--	--	--	--	1,6
SUÉCIA	0,3	0,4	0,3	0,3	0,1	0,2	0,3	0,3	0,3	1,1	0,4	0,5	0,4	0,03	0,2	0,2	--	0,4
DINAMARCA	0,2	0,4	1,6	1,6	4,0	0,5	0,2	0,5	1,0	0,1	0,02	~0	0,8	--	--	--	--	0,8
E U A	~0	~0	--	--	~0	~0	~0	0,02	--	~0	--	0,01	~0	--	--	--	2,3	0,01
HOLANDA	3,6	5,8	0,2	0,9	0,2	0,3	3,6	3,3	8,5	5,1	6,0	7,4	3,7	--	--	--	---	3,5
MALTA	0,2	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	0,01	--	--	--	--	
BARBÁRIA	0,1	0,2	0,2	0,1	0,1	0,3	0,2	0,1	0,1	0,1	0,2	0,1	0,1	0,1	0,3	0,2	1,6	0,2
RÚSSIA	0,1	0,03	~0	0,2	0,2	0,2	0,1	0,5	0,6	0,3	0,7	1,0	0,4	--	0,1	0,3	--	0,3
ALEMANHA	0,6	0,6	0,7	0,6	--	--	--	--	--	--	--	--	0,1	--	--	--	--	0,1

Tabela 49

VARIEDADE DE PRODUTOS BRASILEIROS CONSUMIDOS PELAS NAÇÕES ESTRANGEIRAS

HAMBURGO

1. Açúcar Branco
2. Açúcar Mascavado
3. Algodão
4. Anil
5. Arroz
6. Cacau
7. Café
8. Couros Secos
9. Couros Salgados
10. Ipecacuanha
11. Óleo de Copahiba
12. Pau-brasil
13. Quina
14. Salsaparrilha
15. Tabaco
16. Tapioca
17. Pontas de Boi
18. Salsa
19. Atanados
20. Vaquetas

INGLATERRA

1. Algodão
2. Açúcar Branco
3. Açúcar Mascavado
4. Anil
5. Cebo Bruto
6. Couros Secos
7. Couros Salgados
8. Ipecacuanha
9. Ourucu
10. Óleo de Copahiba
11. Pau-brasil
12. Salsa
13. Tabaco
14. Tapioca
15. Pontas de Boi
16. Salsaparrilha
17. Pau tatajuba
18. Goma elástica
19. Couros em cabelo
20. Cacau
21. Couro de cavalo
22. Barba de Baleia
23. Café

FRANÇA

1. Açúcar Branco
2. Açúcar Mascavado
3. Algodão
4. Anil
5. Arroz
6. Barba de Baleia
7. Cacau
8. Café
9. Couros Secos
10. Couros Salgados
11. Ipecacuanha
12. Óleo de Copahiba
13. Pau-brasil
14. Quina
15. Salsa
16. Tabaco
17. Tartaruga
18. Goma Elástica
19. Sementilha
20. Azeite de Peixe
21. Atanados
22. Coquilho
23. Gengibre

24. Goma
25. Óleo

ITÁLIA

1. Açúcar Branco
2. Açúcar Mascavado
3. Algodão
4. Anil
5. Atanados
6. Cacau
7. Café
8. Cravo Grosso
9. Ipecacuanha
10. Melaço
11. Pau-brasil
12. Salsaparrilha
13. Tabaco
14. Vaquetas
15. Goma
16. Cravo Fino
17. Couros Secos
18. Couros Salgados
19. Salsa
20. Meia Sola
21. Coquilho

HOLANDA

1. Açúcar Branco
2. Açúcar Mascavado
3. Algodão
4. Café
5. Couro Seco
6. Couro Salgado
7. Drogas
8. Pau-Brasil
9. Tabaco
10. Coquilho
11. Tapioca
12. Salsa
13. Cacau
14. Óleo de Copahiba
15. Anil
16. Ipecacuanha
17. Salsaparrilha
18. Arroz
19. Aguardente
20. Pau amarelo
21. Contraerva

CASTELA

1. Açúcar Branco
2. Açúcar Mascavado
3. Algodão
4. Café
5. Couros Secos
6. Couros Salgados
7. Cravo Grosso
8. Pau brasil
9. Tabaco
10. Vaquetas
11. Cacau
12. Meia Sola
13. Anil
14. Arroz
15. Salsa
16. Couros em cabelo
17. Salsaparrilha

DINAMARCA

1. Couros Secos
2. Açúcar Branco
3. Açúcar Mascavado
4. Café
5. Pau brasil
6. Drogas
7. Couros Salgados
8. Cacau
9. Algodão
10. Salsaparrilha
11. Anil

12. Tabaco

SUÉCIA

1. Açúcar Branco
2. Açúcar Mascavado
3. Couros Secos
4. Algodão
5. Couros Salgados
6. Atanados
7. Anil
8. Café
9. Cacau
10. Vaquetas
11. Pau brasil

BARBÁRIA

1. Açúcar Branco
2. Açúcar Mascavado
3. Arroz
4. Cacau
5. Café
6. Cravo Grosso
7. Couros Secos
8. Salsa
9. Tabaco
10. Cravo Fino
11. Couros Salgados
12. Pau brasil
13. Algodão

RÚSSIA

1. Açúcar Branco
2. Açúcar Mascavado
3. Algodão
4. Café
5. Salsaparrilha
6. Couros
7. Salsa
8. Aguardente
9. Arroz
10. Tabaco

PRÚSSIA

1. Couros Secos
2. Açúcar Branco
3. Açúcar Mascavado
4. Algodão
5. Cacau
6. Café
7. Couros Salgados
8. Tabaco

ESTADOS UNIDOS

1. Açúcar
2. Arroz
3. Couros Secos
4. Ipecacuanha
5. Borracha
6. Óleo
7. Café

3. Modelo do Comércio Colonial Brasileiro

A idéia da construção deste modelo devemo-la a F. Mauro. Estamos conscientes de que não o fizemos exatamente dentro das concepções propostas pelo referido autor, no seu artigo da Economic - History Review, "Towards an Intercontinental Model: European Overseas Expansion Between 1500 and 1800" (94).

A dificuldade que encontramos para a elaboração deste modelo residiu principalmente na escassez de tempo para que fosse possível quantificar todos os dados que possuímos, de modo a torná-los significativos no modelo.

O que fizemos foi apenas um ensaio das relações comerciais entre as regiões brasileiras e Portugal, e, deste, com as Nações estrangeiras. Poderíamos ter quantificado as relações, produto por produto, o que não foi possível por razões já citadas.

Optamos, assim, por uma demonstração porcentual das relações comerciais realizadas no período de 1796 a 1807, subdividindo as exportações e importações em produtos primários e secundários. Aos produtos da exportação colonial consideramo-los todos primários, apesar de o açúcar, por exemplo, sofrer uma primeira transformação, de modo a podermos categorizá-lo como semi-transformado, Para não tornar o modelo muito complexo, consideramos este produto também na categoria de produto primário. Quanto aos produtos importados pelo Brasil, estes, sim, foram divididos em produtos primários e secundários, o mesmo acontecendo com os produtos importados por Portugal das Nações Estrangeiras.

Pretendemos demonstrar, através do modelo, com quais países as regiões brasileiras se ligavam mais diretamente; por exemplo, sabendo-se que o Rio de Janeiro é o principal exportador de

---

(94) - Este artigo primeiramente publicado pela Economic History Review, Vol. XIV, nº 1, 1961, págs. 1-18, foi traduzido e inserido no livro Nova História e Novo Mundo, São Paulo, 1969, págs. 55-78. O modelo exemplo criado por Mauro neste trabalho, à pág. 77, foi reproduzido no capítulo II desta tese, à pág. 68.

produtos primários do Brasil, e Hamburgo é um dos principais consumidores dos mesmos, ficamos sabendo que alterações no comércio de Hamburgo afetariam muito mais o Rio de Janeiro do que qualquer outra região brasileira.

Assim sendo, insistimos em que o modelo elaborado é uma primeira aproximação do modelo ideal, que, para ser realizado plenamente, teria que ser equacionado em termos matemáticos, como fez Mauro no seu trabalho.

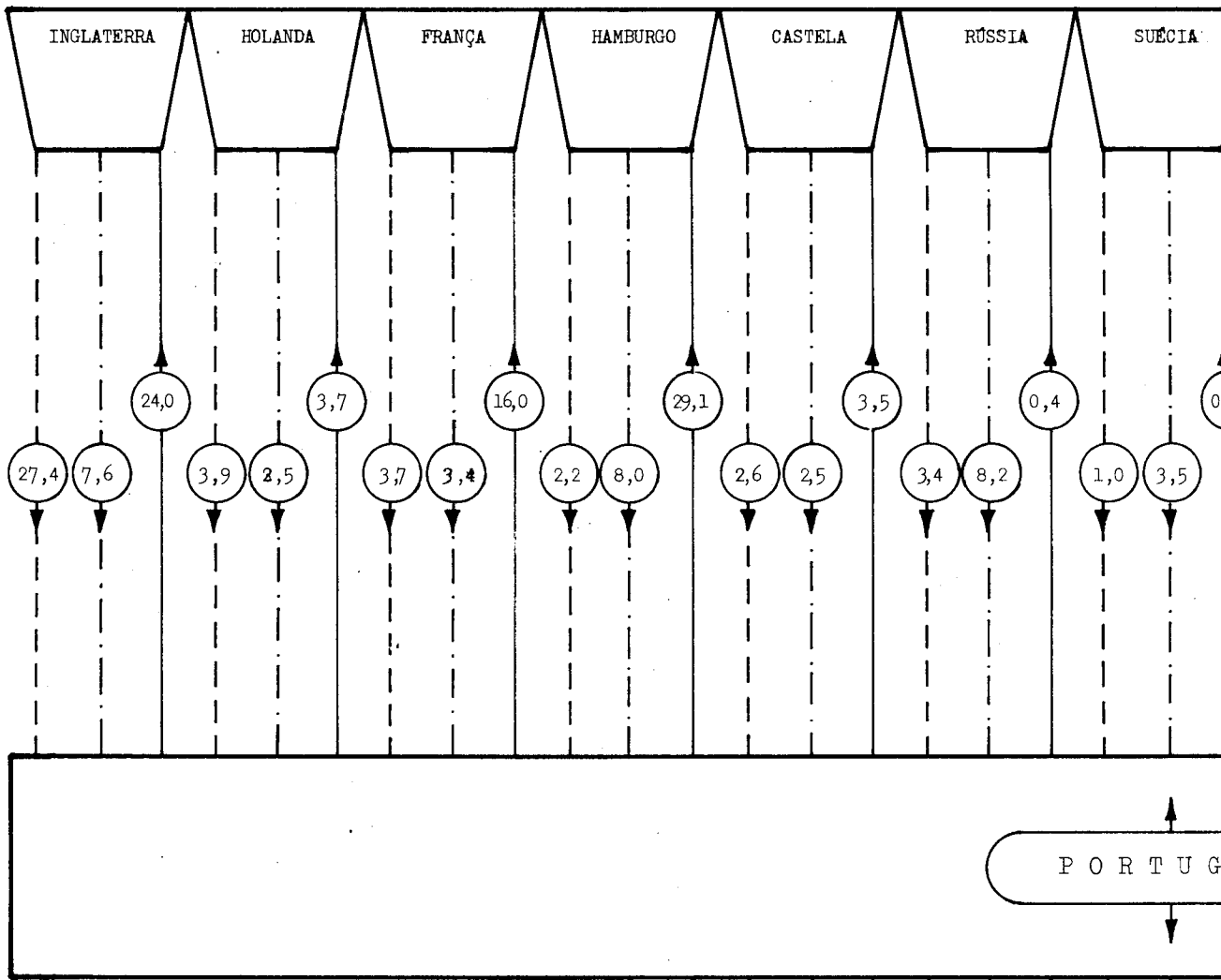
Entretanto, a vantagem que o nosso trabalho apresenta é a de constituir, em termos limitados, é claro, uma primeira quantificação com dados concretos. Sabemos, muito bem, que para estar perfeito, seria preciso integrar o comércio com a África e com a América Espanhola, o que, entretanto, já estaria fora do comércio chamado 'colonial', e, portanto, precariamente registrado, o que torna quase impossível a quantificação do modelo neste particular. Mauro compreendeu muito bem este problema, indicando, no seu trabalho, que "seria possível, porém, escolher uns poucos movimentos, cuja documentação seja, por acaso, satisfatoriamente rica" (95), e este é o caso das Balanças do Comércio.

==========

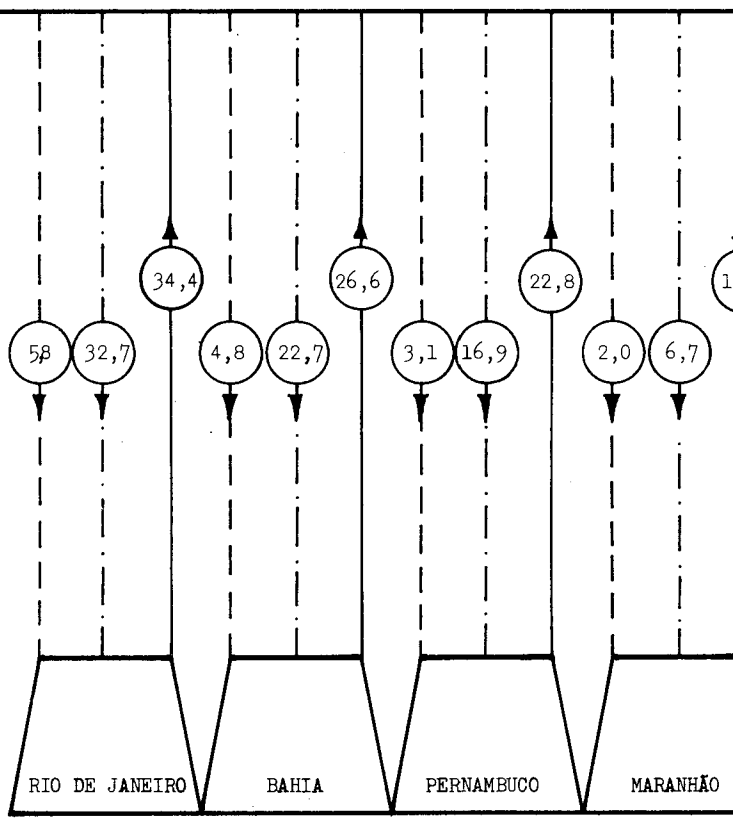
(95) - F. Mauro, Artigo Citado, pág. 75.

MODELO QUANTIFICADO DAS IMPORTAÇÕES

SECUNDÁRIOS ENTRE AS REGIÕES BRASIL

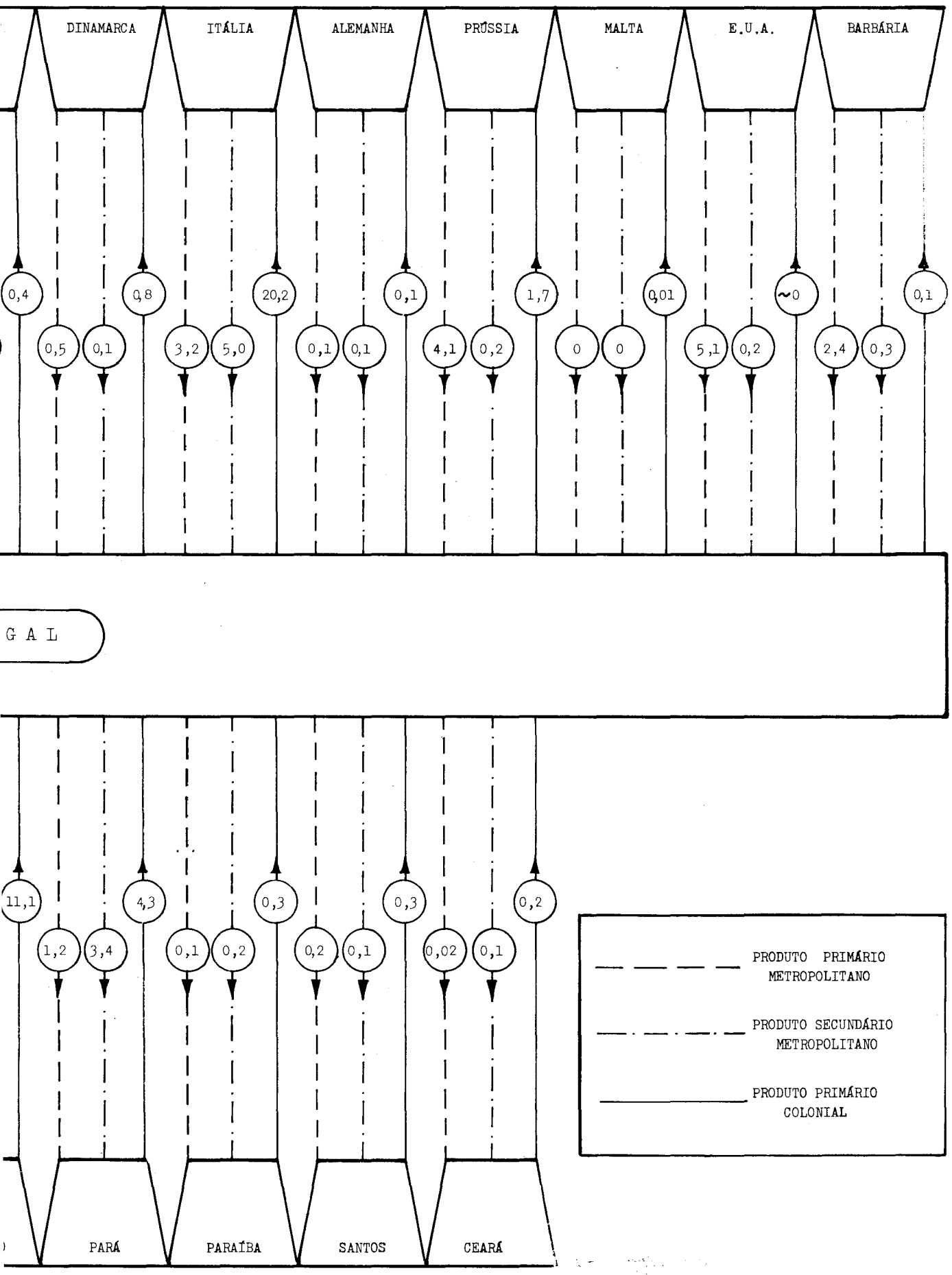


PERÍODO 1796 - 1807		
EXP. DO BRASIL	=	140. 397. 500 $ 534
REEXPORTAÇÃO	=	144. 395. 051 $ 344
IMP. DE PORTUGAL	=	195. 855. 570 $ 846
IMP. DO BRASIL	=	117. 025. 030 $ 725



E EXPORTAÇÕES DE PRODUTOS PRIMÁRIOS E

LEIRAS — PORTUGAL — NAÇÕES ESTRANGEIRAS



IMPORTAÇÃO ABSOLUTA E PORCENTUAL DAS REGIÕES BRASILEIRAS

1796 - 1807

PRODUTO / REGIÕES	P R I M Á R I O		S E C U N D Á R I O		T O T A L	
	ABSOLUTO	PORCENTUAL	ABSOLUTO	PORCENTUAL	ABSOLUTO	PORCENTUAL
R. JANEIRO	6.782.778$408	5,8	38.237.627$332	32,7	45.020.405$740	38,5
BAHIA	5.584.888$341	4,8	26.633.941$642	22,7	32.218.829$983	27,5
PERNAMBUCO	3.690.339$900	3,1	19.749.309$841	16,9	23.439.649$741	20,0
MARANHÃO	2.313.733$345	2,0	7.866.287$231	6,7	10.180.020$576	8,7
PARÁ	1.398.849$637	1,2	3.989.615$370	3,4	5.388.465$007	4,6
PARAÍBA	60.131$261	0,1	236.467$800	0,2	296.599$061	0,3
SANTOS	228.903$451	0,2	107.291$830	0,1	336.195$281	0,3
CEARÁ	26.409$560	0,02	118.455$776	0,1	144.865$336	0,1

EXPORTAÇÃO ABSOLUTA E PORCENTUAL DAS REGIÕES BRASILEIRAS

1796 - 1807

PRODUTOS / REGIÃO	P R I M Á R I O		S E C U N D Á R I O		T O T A L	
	ABSOLUTO	PORCENTUAL	ABSOLUTO	PORCENTUAL	ABSOLUTO	PORCENTUAL
R. JANEIRO	48.354.316$064	34,4			48.354.316$064	34,4
BAHIA	37.297.118$530	26,6			37.297.118$530	26,6
PERNAMBUCO	32.061.183$236	22,8			32.061.183$236	22,8
MARANHÃO	15.611.727$957	11,1			15.611.727$957	11,1
PARÁ	5.955.408$357	4,3			5.955.408$357	4,3
PARAÍBA	472.265$722	0,3			472.265$722	0,3
SANTOS	400.456$858	0,3			400.456$858	0,3
CEARÁ	245.023$810	0,2			245.023$810	0,2

IMPORTAÇÃO ABSOLUTA E PORCENTUAL DE PORTUGAL DAS NAÇÕES ESTRANGEIRAS

1796 - 1807

PRODUTOS / REGIÕES	P R I M Á R I O		S E C U N D Á R I O		T O T A L	
	ABSOLUTO	PORCENTUAL	ABSOLUTO	PORCENTUAL	ABSOLUTO	PORCENTUAL
INGLATERRA	53.693.809$368	27,4	15.066.311$128	7,6	68.760.120$496	35,0
HOLANDA	7.606.966$593	3,9	4.526.454$601	2,5	12.133.421$194	6,2
FRANÇA	5.113.093$873	2,7	6.666.506$629	3,4	11.779.600$502	6,1
HAMBURGO	4.479.970$591	2,2	15.821.055$577	8,0	20.301.026$168	10,2
CASTELA	5.205.957$160	2,6	4.888.660$544	2,5	10.094.617$704	5,1
RÚSSIA	6.310.006$306	3,4	16.003.605$363	8,2	22.313.611$669	11,6
SUÉCIA	2.132.129$474	1,0	6.789.362$040	3,5	8.921.491$514	4,5
DINAMARCA	1.063.696$504	0,5	139.147$797	0,1	1.202.844$301	0,6
ITÁLIA	6.243.006$579	3,2	9.732.519$330	5,0	15.975.525$909	8,2
ALEMANHA	361.619$097	0,1	25.078$965	0,1	386.698$062	0,2
PRÚSSIA	8.037.208$368	4,1	390.820$723	0,2	8.428.029$091	4,3
E.U.A.	10.045.389$106	5,1	156.622$246	0,2	10.202.011$352	5,3
BARBARIA	4.865.797$976	2,4	490.779$908	0,3	5.356.572$889	2,7

EXPORTAÇÃO ABSOLUTA E PORCENTUAL DE PORTUGAL PARA AS NAÇÕES ESTRANGEIRAS

1796 - 1807

PRODUTOS / REGIÕES	P R I M Á R I O		S E C U N D Á R I O		T O T A L	
	ABSOLUTO	PORCENTUAL	ABSOLUTO	PORCENTUAL	ABSOLUTO	PORCENTUAL
INGLATERRA	34.588.237$117	24,0			34.588.237$117	24,0
HOLANDA	5.390.104$430	3,7			5.390.104$430	3,7
FRANÇA	23.056.971$381	16,0			23.056.971$381	16,0
HAMBURGO	41.968.218$028	29,1			41.968.218$028	29,1
CASTELA	5.072.653$527	3,5			5.072.653$527	3,5
RÚSSIA	508.398$191	0,4			508.398$191	0,4
SUÉCIA	553.005$172	0,4			552.005$172	0,4
DINAMARCA	1.221.329$624	0,8			1.221.329$624	0,8
ITÁLIA	29.117.706$044	20,2			29.117.706$044	20,2
ALEMANHA	214.907$326	0,1			214.907$326	0,1
PRÚSSIA	2.459.161$248	1,7			2.459.161$248	1,7
MALTA	23.567$571	0,01			23.567$571	0,01
E.U.A.	11.289$969	0,0			11.289$969	0,0
BARBARIA	209.501$716	0,1			209.501$716	0,1

IV. PROBLEMAS DECORRENTES DO ESTUDO DAS REGIÕES BRASILEIRAS

Inúmeros foram os problemas resultantes da análise das regiões brasileiras até aqui realizada. Discutiremos apenas os mais importantes.

Como se viu na primeira parte deste estudo, a nossa análise começa em 1796, quando o movimento comercial português atingiu um índice significativo em relação ao ano anterior, de 1795, tanto que não se esperava que o 'alcance' atingisse o mesmo nível no ano seguinte (96). De fato, as exportações do Brasil para Portugal caíram verticalmente no ano de 1797 apresentando o ponto mais baixo de todo o período analisado. Tal redução se explica pela guerra, que reteve os comboios do Rio de Janeiro e da Bahia, e também pela crise internacional de 1797, na Inglaterra, considerada por muitos autores a primeira crise internacional do capitalismo (98).

A Inglaterra começava a se tornar o pólo dinâmico das relações internacionais, com a Revolução Industrial, extraordinaria-

---

(96) - "Este excessivo alcance não pode regular para os annos futuros por ser proveniente de huma grande quantidade de ouro e mais generos entrados neste anno, que por efeito da guerra se demorou por tres, ou mais annos nas Praças da America". Balança Geral do Commercio do Reyno de Portugal com os seus Dominios no anno de 1796, Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, Secção de Manuscritos, Introdução.

(97) - "Neste anno ficamos excessivamente credores á America, quazi de igual quantia, de que fomos devedores no anno de 1796, ... pela razão inversa que houve de ter entrado um rico comboyo, que por effeito da guerra se demorou, e que fez a grande importação de 1796, o que não succedeo no corrente anno, pela falta de comboyos do Rio, e Bahia, e que talvez vira a accumular no anno futuro de 1798, fazendo esta alternativa, a irregularidade das entradas dos navios daquelle continente". Balança Geral do Commercio do Reyno de Portugal com os seus Dominios no anno de 1797, Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, Secção de Manuscritos, Introdução.

(98) - J. Akerman, Estructuras y Ciclos Económicos, Trad. Esp. Madri, 1960, pag. 233.

mente acelerada entre 1780 e 1790, período durante o qual a taxa de crescimento da produção industrial cresceu 2% ao ano (99) e o comércio internacional inglês quadruplicou. "O comércio britânico constituía cerca de 27% do comércio mundial, em 1800, e 24%, em 1840; no comércio mundial, a Inglaterra representava um mercado de 42%, em 1800, e 36%, em 1840, para produtos estrangeiros; das importações de todos os países, a Inglaterra fornecia cerca de 40%, em 1800, e 25%, em 1840" (100).

Esta situação privilegiada do comércio inglês transforma a economia inglesa num centro indutor da economia mundial, cujas crises de retração ou de desenvolvimento se refletiriam necessariamente em todos os países com os quais mantinha relações estreitas, como era o caso de Portugal, e, por decorrência, do Brasil.

A crise de 1797 na Inglaterra foi realmente muito grave, e refletiu-se sobre as economias periféricas. Tanto, que os ingleses, foram obrigados a abandonar temporariamente o padrão ouro neste ano (101). Ato contínuo, caíram as exportações de produtos coloniais para a Inglaterra. Não obstante, as exportações inglesas conseguiram manter um certo ritmo, tanto que as importações do Brasil em relação a Portugal não diminuiram; pelo contrário, desenvolveram-se neste período. Evidencia-se, neste esquema explicativo, o caráter dependente das economias coloniais, pois, quando a crise se manifestou no centro dinâmico, contrairam-se as suas importa-

---

(99) - Cf. W. Beveridge, "The Trade Cycle in Britain Before 1850", Oxford Economic Papers, nº 3, 1940, pág. 74 e segs.; Idem, "The Trade Cycle in Britain Before 1850 : A Postscript", Oxford Economic Papers, nº 4, 1940, pág. 63 e segs.; E. J. Hamilton, "Profit Inflation and the Industrial Revolution", The Quarterly Journal of Economics, Vol. LVI, nº 1, 1941, pág. 256 e segs.; R. M. Hartwell, "The Causes of the Industrial Revolution. An Essay in Methodology", The Economic History Review, Vol. XVIII, nº 1, 1965, pag. 164 e segs.; e especialmente, W. Hoffmann, "The Growth of Industrial Production in Great Britain: A Quantitative Study", The Economic History Review, Vol.II, nº2, 1949, pág. 162-180.

(100) - R. M. Hartwell, "Economic Change in England and Europe, 1780-1830, The New Cambridge Modern History, Vol. IX, War & Peace in an Age of Upheavel 1793-1830, pág. 45.

(101) - F. Crouzet, "Bilan de l'Économic Britannique Pendant les Guerres de la Révolution et de l'Empire", Revue Historique, Vol. CCXXXIV, 1965, pág. 81.

ções, afetando as exportações coloniais, mantendo-se, contudo o ritmo das exportações. A desvantagem da colônia está no fato de fornecer produtos perecíveis ou supletivos nas economias centrais, o que os torna dispensáveis num momento de crise. A vantagem da economia motora é a produção de bens duradouros e menos dispensáveis, mesmo num momento de crise.

Outro problema decorrente da análise que fizemos foi a elevação das importações da Metrópole feitas pela colônia, no período de 1797 a 1800 (102). De 1800 em diante, as importações da colônia diminuem até o fim do período analisado. Vários foram os motivos desta retração. Salientaremos primeiramente o papel das licenças, concedidas pelo governo português a comerciantes ingleses, para comerciarem livremente em certas praças brasileiras, principalmente, no Rio de Janeiro. O efeito desta medida foi instantâneo. Imediatamente declinaram as exportações das fábricas do Reino para o Brasil, e quem o diz é o próprio contador geral da Balança do Comércio, Maurício José Teixeira de Moraes: "Neste anno enfraqueceo muito o commercio com a nossa America por se ter permittido em alguns dos seus portos a entrada de manufaturas inglezas, o que deu cauza a suspenderem se as ordens para a remessa das Nacionaes, e forçozamente sera muito menor a exportação em 1801" (103).

Efetivamente, no ano de 1801, a gravidade do problema aumentou (104), continuando, as licenças, a ser concedidas até o

---

(102) - "No comércio de Portugal com suas colônias,... as importações crescem, entre 1797 e 1807, a 6% ao ano; as exportações (de Portugal para as colônias) crescem de 20% ao ano entre 1797 e 1800; decrescem, depois, até 1806, 6,5% ao ano, resultando no cômputo geral um crescimento médio de 1,6% ao ano". F. A. Novais, "Notas para o estudo do Brasil no comércio Internacional do fim do século XVIII e início do século XIX (1796-1808)", Colóquio Internacional de História Quantitativa do Brasil, C.N.R.S., Paris, 1971.(Ex.Mim.)

(103) - Balança Geral do Commercio do Reino de Portugal com os seus Domínios no anno de 1800, B.N.R.J., Seção de Manuscritos, Introdução.

(104) - "Para que não enfraqueça o nosso commercio da America se fas summamente necessaria a inalteravel observancia das leis que prohibem absolutamente a entrada das manufacturas inglezas naquelles Portos, não se permittindo por motivo algum como sucedeu nos annos proximos preteritos, com grave prejuízo da nossa industria". Balança Geral do Commercio do Reyno de Portugal com os seus Domínios no anno de 1801, B. N. R. J., Seção de Manuscritos, Introdução.

ano de 1802 (105).

Existe precedente na concessão destas licenças (106), e poderiam representar em parte a precariedade dos transportes portugueses neste período, o que obrigou Portugal a alienar este direito exclusivo em benefício do comércio inglês (107). Por outro lado, estas licenças são o resultado do crescimento comercial da Inglaterra, cuja área de ação passara da Europa para o Báltico e Mediterrâneo (108) e, daí, para as áreas coloniais, que se tornaram o elemento dinâmico do comércio inglês (109).

Em última análise, as concessões feitas à Inglaterra de-

---

(105) - "Esta diferença pode ser proveniente do commercio clandestino da nossa America, aonde se faz necessaria, a inalteravel observancia das leis, que proibem absolutamente a entrada das manufacturas estrangeiras naquelles portos, - não se permitindo por motivo algum, como tem sucedido nos annos passados, com graves prejuizos para nossas fabricas, da Real Fazenda, e do Publico. Mas virão a decahir, a não se lhes derem energicas providencias, que pedem semelhantes estabelecimentos que tanto tem custado a criar". Balança Geral do Commercio do Reyno de Portugal com os seus Dominios no anno de 1802, B.N.R.J., Seção de Manuscritos, Introducao.

(106) - "Os mais favorecidos foram os ingleses, tradicionalmente **ligados** a Portugal por laços políticos que levavam a laços mercantis. Por atos de privilégio que lhes foram **outorgados**, os negociantes ingleses estabelecidos em Portugal, e eles não eram poucos, podiam negociar diretamente com os portos do Brasil". A. César Ferreira Reis, "O Comércio Colonial e as Companhias Privilegiadas", História Geral da Civilização Brasileira, dirigida por Sérgio Buarque de Holanda, São Paulo, 1960, pág. 312.

(107) - "Il existe des exceptions au principe même du pacte colonial. Des licences sont accordées à des navires de nationalité étrangère, surtout lorsqu'on manque de moyens de transport". F. Mauro, Le Portugal et L'Atlantique au XVIIe Siècle 1570-1670, Paris, 1960, pág. 229.

(108) - R. Davis, "English Foreing Trade, 1700-1774", The Economic History Review, Vol. XV, nº 2, 1962, pág. 288.

(109) - "The principal dynamic element in English export trade - during all the middle decades of the eighteenth century was, therefore, colonial trade. This is well known. More than this; colonial trade introduced to English industry the quite new possibility of exporting in great quantities manufactures other than woollen goods, to markets - where there was no question of the exchange of manufactures for other manufactures". Idem, Ibidem, pág. 290.

monstram a força desta potência, que se formara no quadro do capitalismo comercial (110), ao mesmo tempo em que põe em evidência a contradição básica do Império Português: pequeno Reino com vasto Império (111). Esta contradição básica obrigou-o a concessões de ordem econômica, alienação de "exclusivo" colonial, em troca de proteção política e militar (112).

As licenças, como sabemos, restringiram-se a um curto espaço de tempo, entre 1800 e 1802, portanto, durante três anos. Não poderiam, por isso mesmo, ser responsabilizadas totalmente pelo declínio das importações coloniais em relação a Portugal. Por isso mesmo, aduzimos um segundo fator explicativo, o comércio inter-colonial.

Este comércio foi várias vezes permitido no período anterior ao tratado por nosso trabalho. Não nos cabe aqui um histórico das leis permissivas e restritivas do comércio inter-colonial. Apontamos, entretanto, que a primeira concessão oficial ocorreu em 1699, quando se permitiu que navios do Rio de Janeiro, em número de 24, partissem anualmente em busca de escravos na África, fato este evidentemente relacionado à descoberta de ouro em Minas Gerais, que demandava maior oferta de braços (113). Mais tarde, esta concessão foi ampliada, tornando-se livre (114). A última proibição ao comércio inter-colonial ocorreu em 1772 (115). No momento

---

(110) - Cf. A. K. Manchester, British Preëminence in Brazil - Its Rise and Decline - A stury in European Expansion, New York, 1964, pág. 1-26.; N.Werneck Sodré, As Razões da Independência, Rio de Janeiro, 1965, pág. 15 e segs.

(111) - Cf. C. Prado Júnior, História Econômica do Brasil, 6ª ed., São Paulo, 1961, pág. 125 e segs.

(112) - "Se uma metrópole concedia licenças a mercadores estrangeiros, estava simplesmente transferindo essas vantagens para outrem em troca de proteção política", F. A. Novais, "Sistema Colonial, Industrialização e Etapas do Desenvolvimento", Encontro sobre História e Desenvolvimento, Marília, 1970, (Ex. Mimeografado), pág. 8.

(113) - A. E. Taunay, "Subsídios para a história do tráfico africano no Brasil", Anais do Museu Paulista, Vol.X, 1941, pág. 187.

(114) - Idem, Ibidem, pág. 205.

(115) - F.A.Novais, Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808), (Ed.Mimeografada), São Paulo, 1972, pág. 88.

estudado, o comércio inter-colonial era permitido na prática. Tanto que do Rio de Janeiro e Bahia se remetiam navios para a África com a finalidade de resgatar escravos. Em 1803, o Rio de Janeiro enviou 13 navios a Angola e 10 barcos para Benguela. Destas feitorias africanas, esse porto recebeu 9.397 escravos no valor de . . 841.971$200 réis (116). Nos anos de 1799, 1800, 1802, 1804, 1805 e 1807, a Bahia importou da Costa da Mina 29.191 escravos. De Angola e Benguela, nos mesmos anos, totalizou 13.965 escravos importados da África diretamente. O valor global destas operações elevou-se a 4.036.300$000 réis (117).

Este comércio direto com a África afetava, necessariamente, o comércio de Portugal com o Brasil. É o que se depreende desta afirmação: "O nosso commercio com as Praças da África parece ser vantajozo, por sermos sempre credores, como se mostra nas Balanças de 1796 té a prezente; porem deve-se attender, que nos falta huma verdadeira entrada das Praças de Angola, Bissau, Cacheu, etc., por fazerem estas o seu commercio de cera, marfim, e escravatura, pelo Rio de Janeiro, Bahia, Maranhão" (118).

Este problema se torna tanto mais grave no caso da Bahia, quanto considerarmos que os comerciantes de escravos desta Praça eram colonos, que faziam uma verdadeira concorrência aos mercadores metropolitanos, da qual se saíam vencedores, por terem o único produto de escambo admitido na África: o tabaco (119). De fato, os holandeses controlavam o castelo de São Jorge de Mina, e exigiam 10% da carga de tabaco dos navios que lá aportavam para permitir o comércio de escravos (este tabaco, os holandeses usavam-no nas suas próprias aquisições). Disto se aproveitavam os mer

---

(116) - Mapa das Fazendas e gêneros importados na Alfândega da Cidade do Rio de Janeiro, no ano de 1803, (Por Antonio Luiz Ferreira de Menezes), B.N.R.J., Seção de Manuscritos, I-32, 14, 5.

(117) - Mappa de imprtação que fez Portugal, Feitorias da Costa de Africa e Portos do Brasil sobre a Bahia em todo o anno de 1799, 1800, 1802, 1804, 1805, 1807, B.N.R.J., Seção de Manuscritos, I-17, 2, 4, ; I-17, 12, 6.

(118) - Balança Geral do Commercio do Reino de Portugal com os seus Domínios no anno de 1802, B.N.R.J., Seção de Manuscritos, Introdução.

(119) - Cf. P.Verger, Flux et Réflux de la Traite de Nègres entre le Golfe de Bénin et Bahia de Todos os Santos, Paris, 1968, pág. 10 e segs.

cadores baianos, para trocar a sua carga em tabaco por mercadorias manufaturadas da França ou da Inglaterra, subtraindo, destarte, uma boa parcela das possíveis exportações portuguesas para o Brasil, - pois as mercadorias entravam no Brasil a baixo preço, uma vez que não pagavam direitos alfandegários (120).

Com o crescimento da produção colonial neste período que estamos estudando, aumentou proporcionalmente a demanda de braços para a lavoura (121). Tendo seqüência, por conseguinte, o comércio clandestino de panos europeus, que vinham ter ao Brasil através do comércio africano (122).

O desenvolvimento do comércio inter-colonial era um processo irrefreável. Resultava do próprio desenvolvimento econômico da colônia. Desenvolvimento, este, contraditório, na medida em que ameaçava os interesses da própria Metrópole. O elemento paradoxal está no fato de que, para explorar a colônia, a Metrópole tinha - que desenvolvê-la, mas, ao levar a cabo esta política de fomento, gerava contradições internas insuperáveis no quadro do sistema colonial (123).

==========

(120) - Carta de José da Silva Lisboa para o Dr. Domingos Vandelli (1781). Anaes da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, Vol. XXXII, 1910, pág. 505.

(121) - L. Viana Filho, O Negro na Bahia, Rio de Janeiro, 1946, - pag. 79.

(122) - Importação de panos da Costa da Mina pelos comerciantes - de escravos da Bahia.

1798	.....	4.800$000
1799	.....	5.000$000
1800	.....	3.200$000
1802	.....	1.913$600
1804	.....	3.248$000
1805	.....	2.470$800
1807	.....	3.200$000

Fonte: Mappa de importação que fez Portugal, Feitorias da Costa da África e Portos do Brasil sobre a Bahia em todo o anno de 1798, 1799, 1800, 1802, 1804, 1805, 1807. B.N.R.J., Seção de Manuscritos, I-17, 2, 4; I-17, 12, 6.

(123) - "Não é possível explorar a colônia sem desenvolvê-la; - isto significa ampliar a área ocupada, aumentar o povoamento, fazer crescer a produção". F.A.Novais, "As Dimensões da Independência", 1822 Dimensões, org. por C. G. - Mota, São Paulo, 1972, pag. 23.

No nosso modo de ver, foi o contrabando o fator precípuo da retração das importações das regiões brasileiras em relação a Portugal. Como se sabe, o comércio ilícito é tanto mais estimulado quanto maior for o valor das mercadorias em relação ao seu volume, como é o caso do ouro (124). Ou, então, quando os impostos e restrições elevam de tal forma o preço de um produto, que, mesmo volumoso, tornam atraente o comércio ilegal, valendo a pena correr o risco da apreensão (125).

Abundam as informações sobre o contrabando. Difícil é quantificá-lo. Façamos uma tentativa a título aproximativo; apenas em caráter estimativo.

Como sabemos, pelos nossos gráficos que contêm as exportações e as importações brasileiras de Portugal, a tendência do comércio de exportação da colônia para Portugal é crescente em todo o período. Já o comércio de importação cresce à taxa de 20%, entre 1797 e 1800, diminuindo a partir de então, gradativamente, até 1808. São, pois, dois processos convergentes até 1800, radicalizando-se a partir de então os movimentos, caminhando as exportações - para mais e as importações para menos. Estes são os índices porcentuais tomados por ano das importações, e das exportações brasileiras, no período estudado:

PERÍODO	IMPORTAÇÃO	EXPORTAÇÃO
1796-1797	Mais 22,0%	Menos 188,0%
1797-1798	Mais 25,0%	Mais 154,0%
1798-1799	Mais 43,0%	Mais 16,0%
1799-1800	Menos 40,0%	Neutro 0,0%
1800-1801	Mais 11,3%	Mais 17,5%
1801-1802	Menos 5,0%	Menos 30,0%
1802-1803	Menos 2,3%	Mais 9,5%
1803-1804	Mais 15,0%	Menos 1,5%
1804-1805	Menos 16,5%	Mais 25,0%
1805-1806	Menos 11,3%	Mais 1,5%
1806-1807	Menos 17,5%	Menos 1,5%

(124) - "Serious as was the contraband gold trade at Brazilian ports, particularly Bahia and Rio de Janeiro...". C.R. Boxer, "Brazilian Gold and British Traders in the First Half of the Eighteenth Century", Hispanic American Historical Review, Vol. XLIX, nº 3, 1969, pág. 464.

(125) - Cf. W.A.Cole, "Trends in Eighteenth-Century Smuggling", The Economic History Review, Vol. X, nº 3, 1958, págs. 395-410.

Estes dados são contraditórios, pois se as exportações cresceram durante todo o período, provavelmente, as importações teriam que crescer também, porque o aumento da produção demandaria um proporcional aumento das importações de produtos indispensáveis à produção e ao consumo.

Uma simples média aritmética poderia dar-nos a taxa porcentual de retração do comércio de importação colonial, em relação ao movimento de exportação. Preferimos uma média geométrica que indicasse a tendência média. Para tanto, tomamos a relação entre os deficits e os superavits no período de 1796 a 1808. Primeiramente, traçamos uma média móvel trienal, mas a tendência não se definiu, permanecendo as oscilações. Somente com uma média móvel qüinqüenal é que foi possível alinhar a curva geral, que nos permitiu calcular a tendência de crescimento dos superavits anuais (Gráfico nº 68). A taxa média encontrada foi de 386.300$000 réis. Para o período todo, teríamos a seguinte tabela:

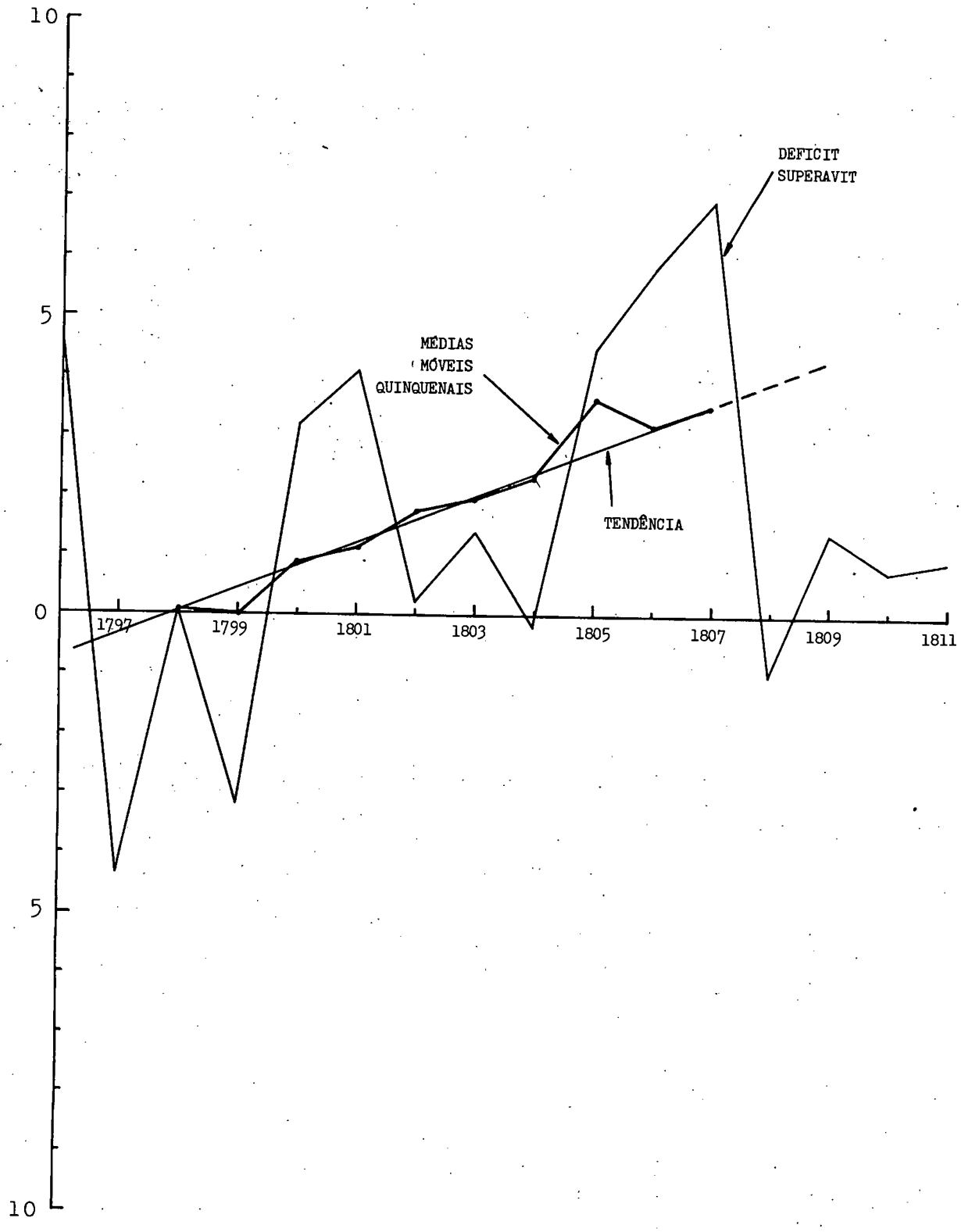
1798	51.000$000
1799	437.000$000
1800	823.600$000
1801	1.309.900$000
1802	1.596.200$000
1803	1.982.500$000
1804	2.368.800$000
1805	2.755.100$000
1806	3.141.400$000
1807	3.527.700$000

As cifras anuais encontradas representam o avanço do comércio colonial em relação à Metrópole. Reciprocamente, evidenciam a retração do comércio metropolitano de exportação para o Brasil. Significam, portanto, a perda anual do comércio português em relação à colônia. É esta cifra anual que poderíamos, grosso modo, atribuir às fontes ilegais de abastecimento da colônia: licenças, comércio inter-colonial e contrabando.

Se levarmos em conta que o comércio inter-colonial não era registrado na Balança de Comércio, a sua influência neste cômputo deixa de ter significado. As licenças foram concedidas para o período restrito de três anos. Isto quer dizer que ao contrabando se deve atribuir a quase totalidade desta retração do comércio português no Brasil. Em termos absolutos, significa 17.893.500$000 -

D E F I C I T S E S U P E R A V I T S

Médias móveis, quinquenais, e tendência média



réis, num movimento global de importação cujo valor era . . . . . 102.929.087$799.

Estamos conscientes do caráter aproximativo destes dados. São meras estimativas, cuja intenção é a de aproximar-nos da realidade concreta. Pois sabemos muito bem que o valor das exportações coloniais poderia ser bem superior, não fosse a recepção, por parte dos contrabandistas, de mercadorias coloniais. E, ainda mais, que nem toda renda gerada no setor exportador teria que se transformar, necessariamente, em produtos de importação; que poderia haver entesouramento de parte dos lucros obtidos na exportação; que o superavit não se traduziria em moedas e sim em crédito a ser saldado com mercadorias nos anos seguintes; que estes lucros coloniais poderiam transferir-se para a Metrópole através dos comerciantes que,auferindo os lucros no Brasil, eram portugueses e lá tinham a matriz de suas filiais brasileiras.

Qualquer destas variáveis poderia alterar o resultado final do nosso raciocínio. Ocorre, porém, que a mensuração de cada uma destas possibilidades é praticamente impossível. Assim sendo, preferimos deixar os cálculos obtidos como estão, insistindo veementemente no seu caráter hipotético; no entanto, pareceu-nos valer a pena realizá-los.

Poderíamos acompanhar o aumento crescente do contrabando no comércio colonial, e os efeitos nefastos para a indústria portuguesa, cujas exportações para o Brasil diminuíam a olhos vistos. À audácia dos contrabandistas se somava a conivência dos colonos e a concupiscência das autoridades. Os meios de repressão do Estado tornavam-se ineficazes, obsoletos. A única esperança de salvação era a sorte (126).

Reiterados alertas partem do Superintendente Geral dos Contrabandos. Insistentemente chama a atenção das autoridades para

---

(126) - "E queira a sorte que não suceda o mesmo nos annos futuros pela abundancia de contrabando que se introduz na América". Balança Geral do Commercio do Reino de Portugal e seus Domínios no anno de 1802, B.N.R.J., Seção de Manuscritos, f. 8.

o perigo do comércio ilegal que burla as leis restritivas (127).

O abuso crescia a olhos vistos. Tornara-se irrefreável. - Atinge, em 1806, proporções alarmantes. Cresce a conivência dos comerciantes coloniais, o que açula ainda mais o ânimo dos contrabandistas. O aparelho repressivo torna-se inoperante. O contrabando é realizado abertamente na barra dos portos (128). Em 1807, a situação era de calamidade pública. Chegou a tal ponto que o próprio responsável pela contenção dos abusos, pelo combate aos descaminhos, - caía em desânimo diante da própria impotência, desiludindo-se do comércio português na América, que outrora fora tão florescente (129).

Como entender o contrabando ? Como um dado normal ou anormal do sistema colonial ? Sem dúvida, como um elemento normal. Fruto do próprio sistema. Representa, em última instância, a disputa -

---

(127) - "Se estas diminutas exportaçõens procedem indubitavelmente do muito contrabando, cuja entrada quazi que está franqueada, naquelles Portos, com o mais escandalozo abuso; e se pelo contrario as Importações neste Reino não tem diminuido, segue-se, que o referido contrabando, he todo vendido a troco de moeda corrente, rezultando deste pernicioso commercio huma extinção continua da moeda girante, de que se originão as consequencias mais ruinozas a huma Nação". Balança Geral do Commercio do Reino de Portugal e seus Domínios no anno de 1805, Instituto Nacional de Estatística, Lisboa, Introdução.

(128) - "estangação do commercio... provêm do ruinozo principio - da introdução clandestina das mercadorias prohibidas neste, e naquelle continente, pela falta de patriotismo de alguns negociantes que esquecidos das leys que nos regem, procurão somente os seus interesses, por este illicito, e ruinozo commercio favorecendo a industria alheia, e impecendo a nacional com tanto escandalo como se verificou no anno proximo passado, pelas grandes tomadias que se fizerão fora da barra. Sendo so huma dellas no vallor de mais de 500 mil cruzados: não conhecendo que a riqueza da Nação, a sua opulencia e fortuna, he a agricultura, e as - suas manufacturas". Balança Geral do Commercio do Reyno - de Portugal com os seus Dominios, Instituto Nacional de Estatística, Lisboa, 1806, Introdução.

(129) - "Tenho muito pouco que ponderar do estado do nosso commercio, no anno passado de 1807, que não seja huma repetição do que disse nos annos de 1805 e 1806, por elle ja caminhar para a sua decadencia, e abatimento, a vista do estado florecente a que chegou pelos annos de 1798 e 1802". - Balança Geral do Commercio do Reyno de Portugal e seus - Domínios, Instituto Nacional de Estatística, Lisboa, 1807, Introdução.

entre as metrópoles européias pela apropriação do excedente colonial (130).

Este conjunto de contradições, licenças, comércio inter-colonial, contrabando, gerados no cerne do próprio sistema colonial, explicam algumas das flutuações do comércio colonial brasileiro nos fins do século XVIII e início do século XIX.

Resta-nos um problema a colocar. Haveria de fato um ciclo inter-anual no comércio entre o Brasil e Portugal ? Estaríamos em presença de um ciclo sazonal de tipo comercial, como foi preconizado por F. Mauro ? (131).

==========

(130) - "Em suma, licenças, concessões, contrabandos, parecem-nos fenômenos que se situam mais na área da disputa entre as várias metrópoles européias para se apropriarem das vantagens da exploração colonial - que funciona no conjunto do sistema, isto é, nas relações da economia central européia com as economias coloniais periféricas. - Não atingem, - portanto, a essência do sistema de exploração colonial". F.A. Novais, Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808). (Ex. Mimeografado), São Paulo, - 1972, pág. 97. Em apoio a esta afirmação: "The problems - of overseas dependencies are problems of the world economy". A.P. Usher, "The Role of Monopoly in Colonial Trade and in the Expansion of Europe Subsequent to 1800", The American Economic Review, Vol. XXXVIII, nº3, 1948, pág. - 55; "The conflict was inevitable because to the mercantilist the ascendancy of one state was gained at the expanse of the others, either by an enlargement of the sources of the wealth of the state or by the destruction of the sources of a rival's wealth. Trade and conquest went - together". The American Historical Review, Vol. XX, nº 3, 1915, pág. 542-543; "The schemes for world monopolies of colonial products broke down through the competition of empires". R. Pares, "The Economic Factors in the History of the Empire", The Economic History Review, Vol. VII, - nº 2, 1937, pág. 124.

(131) - "El movimiento estacional no es sólo de origen agrícola. Puede estar ligado tanbién al ritmo del gran comercio y del comercio marítimo especialmente en los puertos, en los grandes centros financieros o en las zonas em que se hacía sentir la influencia económica del Oceano. Sin embargo, el ritmo puede no ser anual si la rotación del - capital dura de 15 a 18 meses". F.Mauro, Europa en Siglo XVI - Aspectos Económicos, Paris, 1969, pág. 105.

CAPÍTULO IV

ANÁLISE DA CONJUNTURA: PREÇOS

1. A Alta dos Preços no Final do Século XVIII e Início do Século XIX

Já vimos, num capítulo anterior (Capítulo II), a delimitação da conjuntura de longa e curta duração dos preços. Definimos a conjuntura final do século XVIII e início do século XIX em termos de prosperidade mundial e portuguesa. A conjuntura latino-americana deixava-nos um problema relacionado à possibilidade de sincronia ou não entre a conjuntura mundial e latino-americana (1).

Apesar da ênfase que P. Chaunu dá à concordância do grande comércio Atlântico com os ritmos das grandes plantações e dos metais americanos até o final do século XVIII (2),constata-se, neste final do século, mais precisamente de 1780 em diante,uma dissincronia (3).

Esta mesma dissincronia foi constatada, por F.Mauro quando da análise da conjuntura brasileira na época da Independência. Evidenciou-se aí uma bifurcação entre a conjuntura brasileira e a portuguesa, explicada pelo autor como resultante de um ritmo mais acelerado no Brasil do que em Portugal, ritmo este que permetia a prosperidade continuar até a época da independência, ao passo que, em Portugal, já havia começado a crise entre 1808 e 1813 (4).

De qualquer forma, a conjuntura mundial é de franca prosperidade no final do século XVIII, aliás, como já demonstramos no no capítulo II. O que nos preocupa agora é a explicação desta fase

---

(1) - Vide Capítulo II, parte 3, a conjuntura de curta duração do final do século XVIII e início do século XIX,especialmente, a pág. 80 e segs.

(2) - P. Chaunu, A América e as Américas, Rumos do Mundo, sob a direção de L. Febvre e F. Braudel, trad. port., sob a direção de M. Nunes Dias, Rio de Janeiro, 1969, pág. 50.

(3) - Idem, Ibidem, pág. 50.

(4) - Cf. F. Mauro, "A Conjuntura Atlântica e a Independência do Brasil", 1822 Dimensões, org. por C. G. Mota, São Paulo, 1972, pág. 38 e segs.

de euforia. Porque os preços estavam em alta? Por causa da guerra? Ou seria o afluxo da prata mexicana? Ou, ainda, a emissão escritural? Ou, e finalmente, as inovações técnicas produzidas no decurso da Revolução Industrial?

A Revolução Industrial é um marco decisivo na história do capitalismo. Para muitos, constitui-se num processo lento que se arrasta desde os fins da Idade Média. Para outros,é um processo que envolve uma brusca mudança qualitativa, com notáveis conseqüências em toda a estrutura da sociedade (5). Mais recentemente, o desenvolvimento da história quantitativa analisa o problema em termos de crescimento da taxa de produção (6). No fundo,é a velha oposição metodológica entre os defensores da ruptura e os adeptos da continuidade.

Variados e complexos são os fatores explicativos da Revolução Industrial. Em última análise, todos os fatores acabam integrando-se. O problema é encontrar o elemento fundamental,em função do qual é possível caracterizar todo o sistema e seus componentes estruturais (7). Uma verdadeira miscelânea de fatores poderiam ser arrolado para explicar o fenômeno: acumulação de capital,inovações agrícolas e industriais, liberalismo econômico, expansão de mercados e numerosos outros (8).

Há mesmo quem insista numa pré-revolução industrial, entre 1540 e 1640, cujo pólo dinâmico tinha sido a indústria do carvão (9). Tal fenômeno não é exclusivo da Inglaterra. Manifestou-se

==========

(5) - Cf. G. Mori, Revolución Industrial-Historia y Significado de un Conceito, Madrid, 1970, pag. 27 e segs.

(6) - Idem, Ibidem, pág. 39 e segs.

(7) - A. Marchal, Sistemas e Estruturas Económicas, Trad.Port., Lisboa, s.d., pag. 115 e segs.

(8) - Cf. R. M. Hartwell, "The Causes of the Industrial Revolution. An Essay in Methodology", The Economic History Review, Vol. XVIII, nº 1, 1965, págs. 164-182.

(9) - Cf. J. U. Nef, La Conquista del Mundo Material, Trad. Esp., Buenos Aires, 1969, pag. 131 e segs.

também na França, no mesmo período (10). Como nessas regiões a industrialização foi mais precoce, costuma-se relacionar esta possibilidade ao descompasso entre o aumento salarial e o custo dos bens de consumo, o que se convencionou chamar 'profit inflation', designação popularizada pelas análises de E. J. Hamilton (11), que provocou numerosos debates e mesmo sérias oposições (12).

Das análises mais tradicionais (13) às mais modernas, há uma infinidade de enfoques do problema. A ênfase sobre a expansão comercial é uma constante em vários trabalhos. A abertura de mercados consumidores e fornecedores é tida como um pressuposto fundamental no estímulo à produção industrial(14). O desenvolvimento do espírito científico, a aplicação da ciência à técnica são considerados fator crucial por vários autores (15). Como decorrência, consideram mesmo alguns que a Revolução Industrial é, acima de tudo, um processo de mudanças tecnológicas (16).

Uma das primeiras ênfases sobre os problemas sociais envolvidos no processo da Revolução Industrial, considerada como um processo veloz de mudanças que trouxe sérias repercussões, foi rea

---

(10) - Cf. J. U. Nef, "The Industrial Revolution Reconsidered", separata do Studi in Onore di Gino Luzzatto, Milão, 1950, Vol. II, pág. 275 e segs.

(11) - Cf. E. J. Hamilton, "Profit Inflation and the Industrial Revolution, 1751-1800", The Quarterly Journal of Economics, Vol. LVI, nº 1, 1941, págs. 256-273.

(12) - Cf. D. Felix, "Profit Inflation and Industrial Growth: The Historic Record and Contemporary Analogies", The Quarterly Journal of Economics, Vol. LXX, nº 3, 1956, págs. 441-463.

(13) - Cf. G. Bry, Histoire Industrielle & Économique de L'Angleterre depuis les origines jusqu'à nos jours, Paris, 1900, pág. 404 e segs.

(14) - Cf. A. Birnie, História Econômica da Europa, Trad. Port., Rio de Janeiro, 1964, pág. 15; G.D.H. Cole, Introduction to Economic History 1750-1950, London, 1953, pág. 37; E.L. Osgood, A History of Industry, Boston, s.d., pág. 260 e segs.

(15) - Cf. J.U. Nef, Fundamentos Culturales de la Civilizacion Industrial, Trad. Esp., Buenos Aires, 1964, pág. 83 e segs.; H. M. Croome e R.J. Hammond, An Economic History of Britain, London, 1947, pág. 133.

(16) - R. J. Forbes, Historia de la Tecnica, Trad. Esp., México, - 1958, pág. 183 e segs.; H. L. Beales, The Industrial Revolution 1750-1850, London, 1958, pág. 49.

lizada por P. Mantoux,ate hoje uma análise clássica (17).Nesta mesma linha, mais profunda, porém, é a análise de M.Dobb, que considera o processo da Revolução Industrial como uma alteração de ritmo da estrutura da indústria e das relações sociais. Foi "uma era de alteração técnica que rapidamente aumentava a produtividade do trabalho, testemunhou também um aumento anormalmente rápido das fileiras do proletariado... A essência da transformação estava na alteração do caráter da produção que em geral se associa à utilização da máquina movida por energia não-humana e não-animal" (18).

Mais recentemente, o desenvolvimento dos estudos de história quantitativa levou a uma reinterpretação da Revolução Industrial, à luz destes novos conceitos, métodos e técnicas. Neste contexto, o conceito de take-off tornou-se fundamental. Por esse caminho enveredaram numerosos historiadores ou economistas,enfatizando o momento crucial do arranco, no qual o crescimento da produção supera o ritmo de crescimento da população, numa taxa que permite o reinvestimento e, portanto, o deslizamento para um crescimento prolongado (19).

Diga-se, de passagem, que o crescimento da indústria francesa neste período final do século era também notável. Seu ritmo de crescimento chegava mesmo a ultrapassar o ritmo da Inglaterra (20). Os demais países da Europa teriam que esperar a terceira década do século XIX, para darem início aos respectivos processos de industrialização (21).

==========

(17) - P.Mantoux, La Revolución Industrial en el Siglo XVIII,Trad. Esp., Madrid, 1962, passim.

(18) - M.Dobb, A Evolução do Capitalismo, Trad. Port.,Rio de Janeiro,1965, págs. 313-316. Na mesma linha de análise, Cf. J.A. Hobson, The Evolution of Modern Capitalism, London, s.d., pág. 25 e segs.

(19) - Cf. M. Niveau, História dos Fatos Econômicos Contemporâneos, Trad.Port.,São Paulo,1969, pág. 15 e segs.; P.Deane, A Revolução Industrial, Trad.Port., Rio de Janeiro, 1969, pág. 11 e segs.; W. Hoffmann, "The Growth of Industrial Production in Great Britain: A Quantitative Study",The Economic History Review,Vol. II, nº 2, 1949, pág. 162-180.

(20) - H.Hauser, The Characteristic Features of French Economic History from the Middle of the Sixteenth to the Middle of the Eighteenth Century",The Economic History Review, Vol.IV,nº 3, 1933, págs. 257-272.; F.Crouzet,"Croissances comparées de l'Anglaterre et de la France au XVIIIe siècle", Annales Économies-Sociétés-Civilisations, Vol.XXI,nº 2,1966,pags.254-291.

(21) - W.O.Henderson,Britain and Industrial Europe 1750-1870,Liverpool, 1954, passim.

Não é o nosso propósito, neste trabalho, discutir estas várias possibilidades de interpretação da Revolução Industrial,mas apenas indicar os problemas atinentes à questão, e tomar a Revolução Industrial como um dado concreto. Nesta medida, é indiscutível que o aceleramento da produção industrial na Inglaterra, na França, nesse período, teve o condão de dinamizar a economia mundial.Pois, como se sabe, "freqüentemente,a conjuntura mundial não passa de uma conjuntura particular, cujo ritmo acaba por se impor aos outros. Sectores de actividades e espaços exercem uns sobre os outros influências recíprocas mas desiguais. Pelas massas de riquezas e de poderios criados, pela amplitude excepcional dos fluxos emitidos, certos sectores e certos espaços agem muito mais sobre os outros do que por eles são influenciados. O sector ou o espaço dominante é aquele cujo ritmo acaba por se impor, aquele cuja conjuntura comanda a conjuntura global" (22).

Sob os impulsos deste centro dinâmico,cresce a participação da Inglaterra no comércio mundial. Verifica-se, no final do século, uma verdadeira revolução no comércio inglês (23). Realmente, o papel do desenvolvimento industrial é decisivo nesta propulsão do comércio inglês (24), sem que possamos desconsiderar, também, a retomada das relações comerciais com os Estados Unidos (25).O crescimento das importações acompanha o rápido crescimento da população (26).

Neste período, ocorreram algumas mudanças na estrutura do comércio inglês. Cresceram as importações de matérias-primas, baixando, na mesma proporção, as importações de produtos manufaturados. A redução das exportações, em termos porcentuais,foi acompa

---

(22) - P. Chaunu, A América e as Américas, Rumos do Mundo, sob a direção de L. Febvre e F. Braudel, trad. port., sob a direção de M. Nunes Dias, Lisboa, 1969, pág. 50.

(23) - C. Day, Historia del Comercio, Trad. Esp., 4ª ed. inglesa, México, 1941, I Vol. pág. 211; Idem, H. Elmer Burns, Historia de la Economia del Mundo Occidental, trad.Esp., México, 1967, pág. 267.

(24) - F. Hall, Elements of Commercial History, London, 1935, pág. 96.

(25) - W.H.B. Court, A Concise Economic History of Britain From 1950 to Recent Times, Cambridge, 1954, pág. 74.

(26) - J. B. Condliffe, The Commerce of Nations,London,1951,pág.143.

nhada, porém, de um sensível aumento da parcela de produtos alimentícios transformados pela indústria inglesa, e ampliação da capacidade de consumo do mercado interno, que passou a absorver uma quantidade maior de manufaturados (27). O consumo de matérias-primas industriais deu um salto brusco. O consumo de algodão passou de 15.5 milhões de libras peso, entre 1781-1790, a 98,7 milhões, entre 1811-1920 (28).

Podemos acompanhar este aumento do movimento comercial, no próprio aumento da tonelagem mercante inglesa. "A tonelagem dos navios que partiam da Inglaterra, que ascendia a 317.000 toneladas em 1700 e a 448.000 em 1714, se elevava a 661.000 em 1751, a 959.000 em 1783, e, por último, a 1.968.000 em 1821. As importações, que em 1715 eram de apenas 6 milhões de libras esterlinas, ascenderam, em 1785, a 16 milhões, e em 1800 a 30 milhões". (29).

Finalmente, é necessário dizer que este boom comercial não era um fenômeno específico inglês. Na França e na Rússia, por exemplo, o progresso comercial era marcante (30).

Há uma certa concordância quanto ao papel das guerras na determinação dos ciclos econômicos. As divergências são de ênfase (31). Exatamente na fase de alta dos preços e de euforia econômica,

---

(27) - F. Mauro, Histoire de L'Économie Mondiale, Paris, 1971, pág. 9.

(28) - Idem, Ibidem, pág. 9.

(29) - H. Sée, Origen y Evolución, del Capitalismo Moderno, Trad. Esp. 4ª ed., Mexico, 1952, pag. 81.; Idem, P.T.Ellsworth, The International Economy, New York, 1950, pág. 236.

(30) - J. Maillet, Histoire des Faits Économiques des Origines au XXe Siècle, Paris, 1952, pag. 245.

(31) - G. Imbert, Des Mouvements de Longue Durée Kondratieff, Aix-en-Provence, 1959, pag. 292.

estão ocorrendo as guerras da Revolução Francesa e do Império Napoleônico. Estas, particularmente, muito têm a ver com a elevação dos preços neste período, por terem redundado em bloqueios e contra-bloqueios.

A perfeita compreensão do bloqueio envolve a dissociação preliminar entre política aduaneira, bloqueio continental e sistema continental.

A política aduaneira da França perseguia certos objetivos definidos, a partir de 1789: garantir a subsistência, proteger e alimentar a indústria com matéria-prima, dar vazão no mercado europeu aos produtos coloniais da França. Proibição para a exportação de cereais porque eram escassos. As mercadorias coloniais não-francesas seriam pesadamente taxadas. Em relação à Inglaterra, proibiu-se a venda de produtos alimentícios e materiais estratégicos. O bloqueio continental deve ser definido como o conjunto de medidas políticas, militares, diplomáticas, econômicas, aplicadas por Napoleão com a finalidade de obrigar a Europa a seguir as diretrizes já em execução na França. O Decreto de Berlim não continha qualquer medida excepcional, além daquelas que já estavam em funcionamento na França. Por seu turno, o sistema continental engloba um conjunto de problemas mais amplos. Pode ser definido como a concepção napoleônica da organização política, institucional, social e econômica da Europa. Neste sentido, constitui-se num aspecto da política imperialista executada por Napoleão (32).

Efetivamente, a guerra tarifária da França em relação à Inglaterra é bem anterior a 1806. Desde que um grupo de burgueses assumiu o controle da Revolução Francesa a partir de 1789, procurou transformar a política tarifária num instrumento de proteção econômica (33).

==========

(32) - R. Dufraisse, "Régime douanier, blocus, système continental: éssai de mise au point", Revue D'Histoire Économique et Sociale, Vol. XLIV, nº 4, 1966, pág. 534-535.

(33) - "As the struggle between French Revolutionaries and their enemies went on, means of bringing injury to England, so hard to accomplish by either military or naval force, were sought out. It was decided that the most obvious thing to do was to close French markets to English goods". S.B. Clough e C.W. Cole, Economic History of Europe, Boston, 1941, pág. 470.

Este foi um período de guerras comerciais e marítimas de dimensões mundiais. As armas da guerra comercial foram utilizadas sobejamente: o bloqueio, o boicote, a captura de barcos inimigos, o corso, etc. (34). "Desde 1803 se tomaram medidas para aniquilar o comércio inglês. Proibiram-se os artigos coloniais ingleses; se fecharam os portos franceses a todo navio procedente da Inglaterra, se impuseram taxas enormes aos produtos que podiam favorecer a Inglaterra" (35). A reação da Inglaterra não se fez esperar. Em 11 de novembro de 1806, o almirantado inglês proclamava o bloqueio marítimo de todos os portos, desde Brest até Hamburgo (36). Napoleão respondeu com o decreto de Berlim, de 21 de novembro de 1806, pelo qual todos os súditos ingleses no continente seriam presos e seus bens confiscados, os barcos ingleses aprisionados e as mercadorias apreendidas (37).

Um ano depois, exatamente a 11 de novembro de 1807, o almirantado inglês respondia ao decreto de Berlim. Pelo decreto inglês, todos os navios neutros, antes de se dirigirem ao porto de destino, deveriam passar por uma vistoria nos portos ingleses, escolhendo o mais próximo da sua rota, Londres, Gibraltar, Malta, Heligolândia, etc., para se submeter a uma verificação do carregamento e receber licença para continuar a viagem, pagando por esta licença uma taxa elevada (38). Pelo decreto de Milão, 17 de desembro de 1807, veio a resposta de Napoleão. Todos os navios neutros que se submetessem às injunções inglesas pagando-lhes as licenças exigidas, seriam aprisionados pelos franceses e considerados presas de guerra (39).

==========

(34) - H. E. Friedlaender e J. Oser, Historia Económica de la Europa Moderna, Trad. Esp., México, 1957, pág. 124.

(35) - L. André, Historia Económica desde los Descubrimientos Hasta Nuestros Dias, Trad. Esp., 6ª ed. francesa, México, 1940, pág. 92.

(36) - Idem, Ibidem, pág. 92.

(37) - V. Vázquez de Prada, Historia Económica Mundial, Madrid, 1968, II Vol. pág. 101.

(38) - A. Gobert, Vers le Liberalisme, in Histoire du Commerce, dirig. por J. Lacour-Gayet, Paris, 1951, pág. 330.

(39) - Idem, Ibidem, pág. 331.

A situação do comércio dos países neutros tornou-se insustentável, pois eram atacados tanto pelos ingleses quanto pelos franceses. O contrabando foi a arma usada para furar o bloqueio dentro do continente. A fuga da monarquia portuguesa para o Brasil representou outra fissura no conjunto.

Dentre os países neutros, e que normalmente poderiam usufruir da guerra entre a França e a Inglaterra, pela poderosa marinha mercante que possuía, estavam os Estados Unidos. Por isso mesmo, a guerra comercial os afetava mais intensamente do que aos outros países. Isto explica a reação dos americanos com sua Lei de Embargo, de dezembro de 1807, que proibia a todos os barcos sairem dos Estados Unidos em direção aos portos estrangeiros (40). A Lei não foi cumprida à risca, porque as dificuldades aumentavam os lucros, valendo a pena correr o risco (41).

As conseqüências para os países envolvidos no conflito não foram as mesmas. O fechamento dos portos europeus favoreceu o desenvolvimento da indústria francesa e mesmo européia (42). Verificou-se uma interiorização da economia francesa, em direção ao vale do Reno, em detrimento das regiões portuárias, que entraram em fase de recessão (43). Em compensação, as regiões correspondentes à Europa Oriental foram muito prejudicadas, já que a exportação de matérias-primas agrícolas, o trigo e a madeira, foi restringida em favor da concorrência americana e canadense (44).

Os produtos coloniais tiveram seus preços elevados na França e continente em geral. A falta de café e chá impôs a busca de sucedâneos, como a chicória. A falta de matéria prima industrial, como o algodão, prejudicou muito a indústria francesa (45).

---

(40) - H. E. Friedlaender e J. Oser, Historia Económica de la Europa Moderna, Trad. Esp., Mexico, 1957, pág. 125.

(41) - F. A. Shannon, America's Economic Growth, 5ª ed., New York, 1940, pág. 172.

(42) - Cf. O. Viennet, Napoléon et L'Industrie Française, Paris, 1947. pág. 43 e segs.

(43) - Idem, Ibidem, pág. 107 e segs.

(44) - C. Brinkmann, Historia Económica y Social, Trad. Esp., Buenos Aires, 1962, pág. 163.

(45) - O. Viennet, Obra Citada, pág. 189.

Se a França se reservou o mercado da Europa continental, para a Inglaterra restaram os mares e as colônias. Não lhe faltavam pois as matérias-primas necessárias para alimentar a sua indústria, mantendo-se baixos os preços destes produtos na Inglaterra. O contrabando ajudou no escoamento das mercadorias. O consumo americano foi de grande valia. O comércio continuou a se desenvolver. A falta de alimentos criou os problemas mais sérios dentro da Inglaterra, provocando inclusive revoltas dos trabalhadores esfaimados (46).

Em 1810 e 1811, uma grave crise assaltou a indústria francesa (47). Napoleão adotou então o sistema de licenças, através das quais os produtos coloniais e as matérias-primas, como o ferro e o algodão, foram admitidos, a tarifas mais baixas (48).

Como resultado das dificuldades comerciais, os preços tenderam a subir (49), principalmente os dos gêneros cujo abastecimento se dificultava, i.é., os gêneros coloniais. Pode-se mesmo falar de um crescimento durante a guerra. A produção global da agricultura cresceu de maneira nítida na Inglaterra e na França. "A produção industrial cresceu na França e na Inglaterra e, provavelmente, nos outros países, pelo que podemos presumir"... "A produção de algodão, metalurgia, minas, tiveram um rápido avanço" (50).

Passamos agora ao problema monetário. Ao relacionamento entre moedas e preços. Neste particular, a bibliografia sobre pre

==========

(46) - Cf. F. Crouset, "Bilan de l'économie britanique pendant les guerres de la Révolution et de l'Empire", Revue Historique, Vol. CCXXXIV, 1965, 107 e segs.

(47) - Cf. O. Viennet, Obra Citada, pág. 107 e segs.

(48) - R. Dufraisse, "Régime douanier, blocus, système continental: éssai de mise au point", Révue D'Histoire Économique et Sociale, Vol. XLIV, nº 4, 1966, pág. 534.

(49) - G. Luzzato, Storia Economica Dell'Età Moderna e Contemranea, Padova, 1960, II Vol. pág. 222.

(50) - R. Dufraisse, Artigo Citado, pág. 539.

ços é extraordinariamente farta (51). Da mesma forma que excede a bibliografia concernente aos problemas monetários, que estão diretamente afetos aos problemas dos preços; mais especialmente, a bibliografia atinente à teoria quantitativa da moeda (52).

Sob o ponto de vista histórico, a aplicação da teoria quantitativa da moeda sempre teve numerosos adeptos que vêm constantemente se renovando. Sem contarmos os estudos referentes ao século XVI (53), preocupados em demonstrar a relação entre o afluxo de metal americano e a elevação dos preços, ou a relação entre a emissão fiduciária na época de John Law e a elevação dos preços na França (54), encontramos estudos monetários mais recentes, na época napoleônica (55).

---

(51) - Sobre a teoria dos preços, Vide F.Zamora, Tratado de Teoría Económica, México, 1953, pág. 193 e segs.; G. J. Stigles, A Teoria dos Preços, Trad.Port., 2ª ed., São Paulo. 1966, passim; R.R. Hicks, Valor y Capital, 2ª ed., Trad. Esp., México, 1954, pag. 220 e segs.; A. Aftalion, Monnaie, Prix et Change, Paris, 1937, passim; J. S. Bain, Price Theory, 2ª ed.; New York, 1967, pag. 190 e segs.; C.L. Allen, A. Morgner, R. H. Strotz, Problemas Sôbre Teoria dos Preços, Trad.Port. São Paulo, 1970, pág. 27 e segs.; A. Julin, Statistique des Prix et Méthode des Index-Numbers, Paris, 1928, passim.

(52) - D.C. Hague e A.W. Stonier, Elementos de Economia, Trad. Port., São Paulo, 1966, pág. 86 e segs.; A.Castro e C. Lessa, Introdução à Economia, 5ª ed., Rio de Janeiro , 1970, pag. 111 e segs.; J. Marchal, Cours D'Économie Politique, 2ª ed., Paris, 1952, pág. 780 e segs.; G.D. H. Cole, Presente y Futuro del Dinero, Trad. Esp., 3ª ed. inglesa, México, 1947, pág.25 e segs.; A.Pose, De la Théorie Monétaire à la Théorie Économique, Paris , 1930, passim; R. Gonnard, Précis D'Économie Monétaire, Paris, 1930, pág. 56 e segs. L.V. Chandler, Teoría Monetaria, Trad. Esp., 1942, pág. 41 e segs.; E. Gudin, Princípios de Economia Monetária, 7ª ed., Rio de Janeiro, 1970, pág. 159 e segs.

(53) - Cf. J.Y. Le Branchu, "La Théorie Quantitative de la Monnaie au XVIe Siècle", Révue D'Économie Politique, Vol. LXVIII, 1934, págs. 1241-1256.

(54) - Cf. E.J. Hamilton, Prices and Wages at Paris Under John Law System", The Quarterly Journal of Economics, Vol.II, 1937, págs. 42-70.

(55) - Cf. G. Thuillier,"Pour une histoire monétaire du XIXe siècle: la crise monétaire de l'autonne 1810", Révue Historique, Vol. CCXXXVIII, 1967, págs. 51-84.

Neste contexto, os estudos monetários e o seu relacionamento com o metal nobre levaram conseqüentemente ao estudo das produções metalíferas (56), que não deixaram de trazer uma contribuição ao estudo da teoria dos preços (57).

"Segundo a teoria quantitativa da moeda, toda variação da quantidade de moeda provoca uma variação da mesma intensidade no nível geral dos preços. A quantidade de moeda determina diretamente o nível dos preços" (58). Até 1930, a teoria quantitativa dominou o pensamento econômico, mas a crise de 1929 desferiu-lhe um rude golpe, do qual se recuperou no período posterior à Segunda Guerra Mundial.

A teoria que se opõe a esta concepção chama-se nominalista, que insiste em atribuir à moeda apenas um valor de troca. Neste caso, o valor da moeda é expresso em termos de poder de compra (59).

A fórmula tradicionalmente usada pelos monetaristas foi desenvolvida por Irving na qual os preços dependem diretamente da quantidade de moedas em circulação, i.é., $P = \frac{M}{T}$ (60). Esta fórmula leva em consideração a quantidade de metal, as moedas não-metálicas, a velocidade de circulação das diferentes moedas, metálicas ou não, e, finalmente, o volume das transações. Mas como o regime de conversibilidade garante a constância da relação entre a moeda não metálica e o ouro, e como o volume das transações e a velocidade da circulação são tidos como constantes, somente a variação do estoque de ouro exerce finalmente uma influência decisiva sobre os

---

(56) - Cf. J. Lescure, "L' Accroissement de la Production de l'Or", Révue D'Économie Politique, Vol. XXV, 1911, págs. 729-744.

(57) - Cf. W. A. Berridge, "The World's Gold Supply", The Review of Economic Statistics and Supplements, 1920, págs. 181-201.

(58) - C. Ponsard, "La Théorie Quantitative de la Monnaie", Annales Économies-Sociétés-Civilisations, Vol. XIV, nº 1, 1959, pág. 107.

(59) - C. Ponsard, "La Théorie Quantitative de la Monnaie", Annales Économies-Sociétés-Civilisations, Vol. XIV, nº 1, 1959, pág. 110.

(60) - Diccionario de Ciencias Económicas, org. por J. Romeuf, Trad. Esp., Barcelona, 1966, pág. 447.

preços (61).

As reservas que se podem fazer à teoria quantitativa da moeda na atualidade são numerosas (62). Se bem que o problema do sub-desenvolvimento tenha vindo abrir-lhe novas perspectivas de aplicação (63). No contexto do antigo regime, a sua validade é muito maior do que numa economia plenamente desenvolvida. Assim mesmo, deixa margens a reservas, como as apontadas por V. M. Godinho para o caso de Portugal (64).

Vejamos como se coloca concretamente o problema nos fins do século XVIII, apoiados no pensamento de que "o preço resulta do equilíbrio momentâneo entre a oferta e a procura, compreendendo a oferta e a procura de moedas" (65).

A produção de ouro brasileiro, na primeira metade do século XVIII, mudou a proporção entre este metal e a prata. Disto resultou a valorização da prata e o novo estímulo à produção deste metal, que tem lugar por volta de 1775-1776 (66). Por volta de 1800, o México produzia 66% da produção mundial de prata e as colônias americanas da Espanha contribuíam com 90% da produção mundial (67).

---

(61) - C. Ponsard, Artigo Citado, pág. 111.

(62) - Idem, Ibidem, pág. 108.

(63) - Idem, Ibidem, pág. 113.

(64) - "Em Portugal os preços começam a subir por alturas de 1960, antes do afluxo de ouro do Brasil, e a sua escala da detém-se em 1716, quando está na preamar; permanecem horizontais durante os decénios das chegadas do metal amarelo brasileiro, para retomarem a subida por alturas de 1788- as frotas já só trazem metade, ou mesmo o terço do que traziam anteriormente. Em ambos os casos a subida de preços é consecutiva à política de fomento - industrial, manufactureiro". V.M.Godinho, Introdução à História Económica, Lisboa, s.d., pág. 56.

(65) - P. Vilar, "Remarques sur l'Histoire des Prix", Annales Économies-Sociétes-Civilisations, Vol. XVI, nº 1, 1961, pag. 115.

(66) - P. Vilar, Oro y Moneda en la Historia 1450-1920, Barcelona, 1969, pag. 349.

(67) - S. J. Stein e B. H. Stein, La Herencia Colonial de América Latina, Trad. Esp., 2ª ed., México, 1971, pág. 98.

Segundo P. Vilar, "a longo prazo, a exploração das grandes minas e a enorme diferença entre os custos de produção de prata americana e os custos de produção das minas européias, determinaram a baixa do preço mundial da prata e a alta dos preços-prata no mundo inteiro, em ritmos diversos" (68). Entretanto, mesmo a curto prazo, a confrontação entre a prata e as mercadorias, no México, em Cádiz e nos portos europeus, acarreta saltos bruscos dos preços (69). Outro fenômeno corrente na Europa é o descompasso no ritmo da chegadado metal. Isto se verifica, principalmente, durante as guerras, o que provoca alta repentina dos preços, nos principais portos de chegada do metal (70). Esta alta de preços acabou sendo bastante homogênea em toda a Europa (71), pois a "difusão na Europa, a partir de Cádiz e da França, dos metais preciosos americanos e dos benefícios coloniais, sustenta o aumento dos preços gerais" (72).

As guerras aumentam as necessidades monetárias do Estado, forçando emissões fiduciárias. Em Portugal, o escasseamento do afluxo de ouro brasileiro dá início à emissão de papel-moeda de curso forçado em 1796 (73). Na Espanha, a própria guerra e as dificulda-

---

(68) - P. Vilar, Oro y Moneda en la Historia 1450-1920, Barcelona, 1969, pág. 359.

(69) - Idem, Ibidem, pág. 358.

(70) - Idem, Ibidem, pág. 359.

(71) - "De hecho, las alzas de precios europeos después de 1795 y hasta después de las guerras napoleónicas, serán debidas a la inflación de distintas clases de papel moneda. Se abre por tanto com los "assignats" franceses, los "vales" españoles y el billete ingles de curso forzoso un nuevo episodio monetario". Idem, Ibidem, pág. 361.

(72) - Idem, Ibidem, pág. 362.

(73) - Emissões de papel moeda em Portugal:

1797	.....	4.058.236$323
1798	.....	4.248.098$283
1799	.....	4.623.321$828
1805	.....	450.771$600
1806	.....	567.503$450
1807	.....	582.140$850

Fonte: V. M. Godinho, Prix et Monnaies au Portugal, Paris, 1955, pág. 210.

des que acarretava para o abastecimento da prata provocam emissões. "As guerras com a Inglaterra forçaram a Espanha a emitir seu primeiro papel-moeda em 1780, e após 1793 os sucessivos conflitos com a França e com a Inglaterra, resultaram em inflação incontrolável" (74). Na França, as emissões se constituíram nos meios normais, - através dos quais o governo revolucionário procurou equilibrar o orçamento do Estado. Na Inglaterra, o crescimento da dívida pública estimulou o aumento dos preços durante a maioria das guerras, desde a Revolução de 1688 (75).

Notamos que os preços já vinham em ascensão no período anterior às guerras, certamente relacionados com a impulsão dada pela Revolução Industrial. Os problemas militares desde 1793 contribuíram para o crescimento dos preços, quer seja pela desorganização do comércio internacional ou pelas emissões forçadas, que vieram acompanhar o aumento da produção neste período, acentuando ainda mais o processo da alta. Passada a guerra, em 1815, voltava-se à normalidade, e os preços entraram numa fase de baixa geral. Tinha-se caracterizado, na economia mundial, a primeira fase do primeiro ciclo Kondratieff.

==========

(74) - E. J. Hamilton; "Monetary Problemas in Spain and Spanish America", The Journal of Economic History, Vol. IV, nº 2, 1944, pág. 48.

(75) - E. J. Hamilton, "Origin and growth of the national debt in France and England", Separada do Studi in Onore di Gino Luzzatto, Milão, 1950, Vol. II, pág. 258.

2. Condições da Alta dos Preços no Brasil

Como decorrência da conjuntura européia, os preços dos produtos coloniais foram sensivelmente afetados. As dificuldades impostas ao trânsito marítimo, ligadas ao aumento do consumo na Europa, resultante do acréscimo da produção, valorizavam sobremodo os produtos coloniais, tanto alimentícios como as matérias-primas.

Mesmo as emissões monetárias realizadas na Europa, têm repercussões no mundo colonial. Haja vista o exemplo das colônias espanholas, pois, se a emissão se deu na Europa, e as moedas papel não tinham circulação nas colônias espanholas, em princípio não deveria haver qualquer reflexo. Mas há, na medida em que os impostos são aumentados nas colônias, com a finalidade de cobrir o deficit gerado pelas emissões, criando, conseqüentemente, problemas econômicos para os coloniais (76).

No caso do Brasil, a relação entre as emissões e os preços não dispensam uma abordagem especial.

O alvará de 19 de dezembro de 1695 definia a política de cunhagem de moedas na Colônia. Até então, os governadores tinham-se limitado a contramarcar as moedas em curso, segundo ordens recebidas da Metrópole. A nova lei determinava que seriam cunhadas - moedas para circulação esclusiva na Colônia. E, a próposito de restringir a sua circulação, "o valor nominal das moedas foi taxado em 10% sobre o das peças correspondentes em Portugal", sendo proibido o uso de moedas metropolitanas (77).

A esta altura, podiam-se definir três regiões monetárias

---

(76) - "The redundant paper currency was a factor in the conquest of Spain by Napoleon and the early movement for independence in America". E. J. Hamilton, "Monetary - Problems in Spain and Spanish America", The Journal of Economic History, Vol. IV, nº 2, 1944, pág. 48.

(77) - J. Pandiá Calógeras, A Política Monetária do Brasil, Trad. Port., São Paulo, 1960, pág. 9.

no Brasil. A primeira região correspondia às cidades do litoral, onde normalmente havia circulação de moeda metal. A segunda era constituída pelo interior agrícola, quase sem necessidade de moeda, - usando muitas vezes o gado nas suas trocas. A última região era caracterizada pelos distritos mineiros, onde circulava o ouro em pó (78).

Fazer um levantamento do meio circulante na Colônia neste período não é uma tarefa fácil. Contudo, temos algumas indicações que nos permitem uma leve aproximação estimativa.

D. Rodrigo de Souza Coutinho, em carta de 27 de setembro de 1796, pedia ao governador da Bahia, D. Fernando José de Portugal, que informasse sobre o tipo de moeda e a quantidade que havia em circulação na Bahia (79). A resposta foi dada a 11 de abril de 1797; nela eram enumeradas as várias moedas em circulação na Bahia, e, de acordo com um levantamento nos registros na casa de emissão existente em Salvador, constava que, desde 1729 até 1774, tinham sido cunhadas em moedas provinciais de ouro, cobre e prata, a soma de 357.657$757 réis. Aconselhando ainda, pela mesma carta, que, para se ter uma idéia mais correta do meio circulante colonial, seria necessário proceder-se a um levantamento semelhante na casa da moeda do Rio de Janeiro, e, ao mesmo tempo, averiguar "que porção de moeda provincial se tem cunhado em Lisboa para se remeter para o Pará e Pernambuco"... "dando-se-lhe o desconto daquela que se terá perdido" (80).

Um levantamento semelhante na casa da moeda do Rio de Janeiro, realizado pelo Conde de Resende, demonstrou a quantidade de moedas cunhadas no Rio de Janeiro desde 1768 até 1796, com a soma total de 60.186.681$885 (81). Soma bem mais avultada do que se emitira na Bahia.

Estes dados relativos ao Rio de Janeiro foram tratados

---

(78) - Idem, Ibidem, pág. 18.

(79) - S. Sombra, História Monetária do Brasil Colonial, Rio de Janeiro, 1938, pág. 253.

(80) - Idem, Ibidem, pág. 254.

(81) - Idem, Ibidem, pág. 255.

por H. B. Johnson, que reproduz as cifras anuais desde 1768 até 1796, o que lhe permite chegar a algumas conclusões, segundo as quais o 'trend' das emissões estavam em declínio, justificando as reclamações da população carioca pela falta de meio circulante(82). Aliás, a carência de moedas na colônia sempre se constituiu num problema sério, a ponto de, em vários momentos, ter se institucionalizado a circulação de 'bilhetes da Extração' ou de 'permuta'(83)

Se a emissão de bilhetes de curso forçado ocorria na Colônia em situações especiais, em Portugal a emissão de curso forçado foi conseqüência da baixa da produção de ouro. "De 1793 a 1807, o ouro baixa a 44,55% apenas das moedas cunhadas"... "Coincidia a queda mais acentuada da produção do ouro, com um período em que,aumentada grandemente a produção do império, e iniciado neste um processo de emancipação econômica, haveria necessidade premente de expandir os meios de pagamento, não somente para o custeio da máquina administrativa, para o fluir das transações mercantis, como também para os investimentos indispensáveis" (84).

Com a vinda da família real para o Brasil, foi mudada a política monetária da Colônia. Com a criação do primeiro Banco do Brasil, em 1808, ficou oficializada a circulação fiduciária na Colônia (85). As emissões do banco foram moderadas, de 1809 até 1813 Nos inícios de 1814, as necessidades governamentais cresceram e a emissão se intensificou, a ponto de adquirir um caráter inflacionário. Assim sendo, considerando apenas o suprimento monetário, podemos distinguir três fases das emissões monetárias no Brasil, a par

---

(82) - H. B. Johnson, "Money and Prices in Rio de Janeiro 1760 -1820", Colóquio Internacional de História Quantitativa do Brasil, C.N.R.S., Paris, 1971, págs. 4-5.

(83) - P. de Aguiar, Bancos no Brasil Colonial, Salvador, 1960, pág. 22-23.

(84) - P. de Aguiar, Bancos no Brasil Colonial, Salvador, 1960, pág. 19.

(85) - J. Pandiá Calógeras, A Política Monetária do Brasil,Trad. Port., 1910, pag. 29.

tir do modelo, válido para o Rio de Janeiro:

1763-1809	Deflacionário
1810-1813	Neutro
1814-1823	Inflacionário.

(86).

Estes dados são suficientes para os nossos propósitos. Constatamos que o período em que se insere o nosso trabalho é um período de neutralidade monetária, equivalendo a dizer que a ascensão ou baixa dos preços coloniais no período não podem ser atribuídas a uma injeção monetária. Em Portugal, as emissões e as ondas dos preços apresentam uma defasagem notável, e até mesmo uma certa oposição, pois, por exemplo, a escalada dos preços em direção à alta se dá entre 1782 e 1790, sendo que somente em 1796 começam as emissões mais consideráveis. "A diminuição das emissões monetárias de 1801 a 1806, pelo contrário, coincide com a fase de baixa de um ciclo médio que afeta a maior parte dos preços" (87). A elevação dos preços, no fim do século XVIII e durante os dez ou quinze pri

---

(86) - H. B. Johnson, "Money and Prices in Rio de Janeiro 1760--1820", Congresso Internacional de História Quantitativa do Brasil, C.N.R.S., Paris, 1971, pag. 9.; Idem, P. de Aguiar, Aspectos da Economia Colonial, Salvador, 1959, pag. 59.

(87) - "La progression des moyennes annuelles de la production mondiale de métaux précieux pris ensemble pendant la deuxième moitié du XVIIIe siècle s'accorde avec la montée modérée mais opiniâtre des prix mondiaux à la même époque. Progression de + 7,5% de 1741-1760 à 1761-1780, quand les prix montent à peine. Progression de + 16,9% de 1761-1780 à 1781-1800, quand les prix grimpent vertigineusement. Léger recul, 1,3% de 1781-1800 à 1801-1810, la hausse des prix persiste mais hésite parfois. Ensuite, contraction assez nette, de - 38,3% de 1801-1810 à 1811-1820"... "On peut remarquer, d'autre part, que l'accroissement de la production mondiale de métaux précieux à la fin du XVIIIe siècle rest bien inférieure à la hausse des prix: à peine + 17%, contre plus de 32% de hausse des prix mondiaux - et la montée des prix portugais dépasse généralement + 100%". V. M. Godinho, Prix et Monnaies au Portugal, Paris, 1955, págs. 207 - 208.

meiros anos do século XIX, parece estar em relação com a extração do metal branco e não com o ouro (88). Além do mais,a alta dos preços acelera a velocidade de circulação dos meios de pagamento, sem aumentar a massa monetária, e somente em seguida, quando a aceleração já não é mais suficiente,é que a massa monetária em espécie ou papel em circulação aumenta. "Quando os preços baixam,esta descida diminui a velocidade de circulação dos meios de pagamento, e mais tarde, mas somente mais tarde, as emissões monetárias começam a diminuir" (89). Dessa forma, há um complexo de forças que supõem todo o conjunto das trocas internacionais, toda uma estrutura intrincada e, no fundo, o rol dos rendimentos e o custo da produção(90).

Equacionado o problema dos condicionantes da formação dos preços, vejamos agora os preços dos principais produtos coloniais exportados e metropolitanos importados.

Os preços e quantidades representados nos nossos gráficos e tabelas foram extraídos das Balanças do Comércio, exaustivamente tratadas no capítulo I. Como já vimos, são preços que refletem o mercado internacional. São verdadeiros preços de Bolsa, dos melhores que há para o estudo de preços num mercado internacional. O critério para determinação das quantidades e preços contidos na Balança do Comércio foi o seguinte: "As quantidades e qualidades de todos os generos de Importação e Exportação que fazem o objeto da Balança do Commercio são extrahidos dos livros das cargas dos navios, confrontados com os mapas, que dos Portos do ultramar, e Ilhas, vem remettidos a Contadoria da Superintendencia Geral dos Contrabandos e Descaminhos dos Reais Direitos, das Rellações das alfandegas do Reino, que tem Portos de Mar, das Mezas Fiscaes desta cidade, e outros documentos que annualmente se pedem a outras Repartições para se conseguir a possível perfeição" (91). São in-

---

(88) - Idem, Ibidem, pág. 218.

(89) - V. M. Godinho, Prix et Monnaies au Portugal, Paris, 1955, pág. 205.

(90) - Idem, Ibidem, pág. 228.

(91) - Balança Geral do Commercio do Reino de Portugal com os seus Domínios no anno de 1802, B.N.R.J., Seção de Manuscritos, Introdução.

cluídos na relação mesmo os produtos "que são izentos de direitos" (92). E também as relações de preços da Companhia do Porto (93).

"Formou-se o calculo dos generos de Importação pelos preços medios do custo, e gastos das fazendas chegadas aos Portos de Portugal, antes de pagarem os direitos de Entrada nas alfandegas, e nos preços de Exportação se acumularão sobre o valor comum as comissões, direitos de saida, e mais despesas de bordo" (94). E para um maior aperfeiçoamento destes preços, "para reconhecimento dos preços foram ouvidos alguns negociantes de Grosso tracto, e segundo as suas declarações, e mais exatames a que se procedeu, se extrahirão os ditos Preços Medios" (95). Neste conjunto, o cálculo dos produtos da Ásia era uma exceção, pois "os preços porque vão calculados as fazendas e mais generos vindos da Azia comprehendem somente o custo delles nas Terras onde se comprão, não se lhe accumulando os excessivos fretes, seguros, e comissões, por estes serem em beneficio do commercio Portuguêz" (96).

Interpretando todas estas passagens, seguiremos o raciocínio de A. Balbi, que assim as resumiu: "O valor dos artigos de importação foram deduzidos dos preços médios dos primeiros custos nos portos de origem, aumentados dos direitos de saída, despesas de comissões e fretes, mas sem contar os direitos pagos na entrada dos portos de Portugal. O preço das mercadorias exportadas foram

---

(92) - Balança Geral do Commercio do Reino de Portugal com as Nações Estrangeiras no anno de 1796, B.N.R.J., - Seção de Manuscritos, Introdução.

(93) - Balança Geral do Commercio do Reino de Portugal com os seus Domínios e Nações Estrangeiras no anno de 1810, Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Introdução.

(94) - Balança Geral do Commercio do Reino de Portugal com as Nações Estrangeiras no anno de 1802, B.N.R.J., - Seção de Manuscritos, Introdução:

(95) - Balança Geral do Commercio do Reyno de Portugal com as Nações Estrangeiras no anno de 1796, B.N.R.J., - Seção de Manuscritos, Introdução.

(96) - Balança Geral do Commercio do Reino de Portugal com os seus Domínios no anno de 1802, B.N.R.J., Seção de Manuscritos, Introdução.

calculados juntando-se ao preço médio de custo as despesas de comissões, os direitos de saída e outras despesas até o embarque. Neste quadro estão incluidos todos os artigos que, importados para o arsenal de terra e de mar, para a Casa da Moeda e as fábricas do Reino, são isentos de todos os direitos" (97).

Com a maior parte das despesas incluídas no custo médio dos produtos, poderemos jogar com os preços como se fossem dados absolutos. Pois as despesas não incluídas são reduzidas. As despesas mais importantes estão incorporadas ao preço, como é o caso dos fretes, pelo menos dos produtos originários da América. Como estes fretes eram muito altos, se não constassem do preço arrolado na Balança de Comércio, limitar-se-ia bastante o alcance dos dados (98).

Usamos a metrologia do tempo na definição das quantidades, fazendo apenas algumas conversões quando apareciam quantidades em unidades diferentes. Em geral, realizamos a conversão de medidas em arratel para arrobas, que, na maior parte dos produtos analisados, constitui-se na medida padrão. Não fizemos a conversão dos preços para metal, porquanto a unidade básica, tanto em Portugal quanto no Brasil, era o mil réis (99), e porque uma tal conversão apresenta muitos problemas, correndo-se o risco de uma deforma

---

(97) - A. Balbi, Éssai Statistique sur le Royaume de Portugal et D'Algarve, compare aux autres états de L'Europe, Paris, 1822, pag. 431.

(98) - "Estes generos devem produzir pelas vendas em Portugal mais de quarenta por cento para salvar seguros de Mar e Corsarios, grandiozos fretes que seguramente montão a mais de 800.000$000 réis, e beneficio". Estas são considerações referentes às exportações da Bahia no ano de 1798, que somaram ao todo 2.688.345$070, demonstrando-se que o valor do frete era realmente elevado. Mappa da Export. da Ba. para Portug. em 1798. Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, Seção de Manuscritos, I-17, 12, 6.

(99) - Sobre os problemas do preço-metal vide M. Bloch, "Prix Monnaies-Courbes", Annales Économies-Sociétés-Civilisations, Vol. I, Nº 3, 1946, págs. 355-357.

ção das curvas (100). Preferimos manter os preços nominais que traduzem a evolução da produção e do consumo (101). "Nós não construimos a curva dos preços-prata e sim a curva dos preços", e portanto, quando observamos esta curva, "não estaremos observando a curva dos preços arranjados, mas a curva dos preços" (102). Evidentemente, estamos conscientes de que os preços somente são conhecidos dentro de uma certa taxa de aproximação (103).

Foi dentro desta orientação metodológica que escolhemos 26 produtos, dos 126 constantes da nossa pauta de exportação. O critério adotado foi o de importância, quer dizer, foram estudados os principais produtos em termos de valor no conjunto da exportação. Para além destes, para atingirmos este número de 26, porque tantos não são os produtos importantes da exportação colonial, escolhemos os produtos que apareciam todos os anos na Balança do Comércio, e que, por isso mesmo, poderiam fornecer-nos uma série completa. Tornou-se mais difícil selecionar estes produtos, na medida em que a incidência dos produtos tinha que ocorrer tanto na lista de exportação do Brasil para Portugal, quanto na lista de reexportação de Portugal para as Nações estrangeiras.

==========

(100) - Cf. A.V. Judges, "Scopi e metodi della storia dei prezzi", Rivista Storica Italiana, Vol. LXIII, nº 2, 1951, págs. 162-179.

(101) - R. Baehrel, "Économie et Histoire à Propos des Prix", Éventail de L'Histoire Vivante, Paris, 1953, Vol. I , pág. 286.

(102) - R. Baehrel, "Prix, superficies, statistique, croissances", Annales Économies-Sociétés-Civilisations, Vol. XVI, nº4, 1961, pág. 700.

(103) - "L'ordre de grandeur des erreurs une fois qu'il est connu et que le chercheur en a pris conscience ne peut être un obstacle à l'étude scientifique. Toute mésure, qu'elle soit un prix en matière économique; une longueur ou un poids en matière physique, une durée de révolution en astronomie, est un nombre approximatif". J. Fourastié, L'Évolution Des Prix a Long Terme, Paris, 1969, pág. 35.

O mesmo fizemos com os produtos de importação. Tomamos os mais importantes dentro de cada categoria. Como a importação tinha um interesse menor dentro dos nosso objetivos, a lista se reduziu a 10 produtos.

Os gráficos compostos para cada produto contêm a quantidade total exportada no período de 1796 a 1811, e quanto desta totalidade foi reexportado em direção a outros países. Da mesma forma, os gráficos contêm o preço de exportação e reexportação. Assim sendo, estaremos em condições de analisar a relação entre preço e quantidade na exportação e na reexportação, bem como a parcela do produto retida dentro de Portugal, a quantidade reexportada, a diferença de preço, etc..

Completaremos a nossa análise dos produtos de exportação e importação colonial com uma demonstração quantitativa, calculada eletronicamente, do ganho de monopólio, isto é, o sobre-preço que representava o lucro metropolitano na exploração do comércio colonial.

3. Análise dos Principais Produtos de Exportação

AÇÚCAR BRANCO: Gráfico nº 69 - Tabelas nºs 50-51

Como se vê pelo gráfico, é um dos principais produtos brasileiros na reexportação metropolitana. As curvas da exportação colonial entrelaçam-se com as curvas da reexportação metropolitana. Isto é possível pelo armazenamento do produto, que não se estraga de um ano para outro. Daí entendermos porque,em certos anos, 1797, 1800, 1802, a quantidade reexportada superou a quantidade remetida do Brasil para Portugal. De 1796 a 1803, notamos esta alternância, que demonstra o alto consumo do produto no mercado internacional. De 1802,em diante, a quantidade reexportada diminuiu,sem que tivesse diminuído na mesma proporção a exportação do Brasil para Portugal. Como decorrência, o preço teria que sofrer uma inflexão neste período. O ano de 1801 foi o mais pródigo, tanto para a exportação quanto para a reexportação. O hiato entre a quantidade exportada e a quantidade reexportada se alarga de 1803 para a frente, definindo-se sua maior amplitude em 1806, quando apenas metade do açúcar enviado a Portugal pelos brasileiros foi reexportado.

Sendo o mercado brasileiro monopolizado por Portugal, seria de se esperar que os preços internos da colônia fossem mais constantes do que aparecem neste gráfico do açúcar branco.Pelo contrário, o que notamos é uma certa sincronia entre as flutuações dos preços de exportação e de reexportação, na qual se percebe uma razoável margem de lucro, resultante da diferença entre o preço de compra (da Colônia) e venda (às Nações Estrangeiras).

Tal fato se explica pela concorrência internacional.Como o açúcar era um produto que entrava num mercado de concorrência,os preços internacionais afetavam até mesmo os preços internosna área de produção. Em 1808, notamos a maior diferença entre preço de exportação e reexportação. O lucro dos comerciantes metropolitanos foi bastante alto, pois, enquanto o preço do açúcar exportado andava à volta de 2$000 réis, o preço da reexportação ultrapassou - 4$000 réis. A ascensão dos preços, a partir do ano de 1796, principalmente os preços de reexportação, pode ser explicada pela guerra que se desenrolava na Europa. De 1800 até 1802,os preços descem rapidamente, o que também se explica por uma parada nas atividades

bélicas em 1802, com a paz de Amiens (104). De um modo geral, na França (105), e na Inglaterra (106), passa-se por uma fase de estagnação nas atividades econômicas. Quanto à tendência posterior dos preços do açúcar, a tendência manifestou-se ascendente de novo, em 1803, em 1804, até 1805. Coincidiu outra vez com a retomada da guerra entre a França e a Inglaterra.

No caso específico de Portugal, a elevação dos preços neste período tem também uma explicação especial. É que a França passava a comprar produtos coloniais em Portugal, tendo em vista a desorganização da produção das Antilhas Francesas, como se pode constatar no Gráfico 65, Tabela 48. A baixa dos preços, em 1806 e 1807, coincide com a retração na França e em Portugal no mesmo período. (107).

A queda dos preços, de 1808 até 1811, está ligada à desorganização do comércio de açúcar, depois da fuga da família real para o Brasil. Os preços do produto no Brasil mantiveram-se baixos até 1813. Somente em 1817 os preços começaram a retomar o ritmo dos preços registrados na Europa (108).

==========

(104) - "Il se marque bien dans ce mouvement des prix un baisse assez curieuse en 1802, après la paix d'Amiens": F. Simiand, Recherches Anciennes et Nouvelles sur le Mouvement Général des prix du XVIe Siecle, Paris, 1932, pag. 556.

(105) - "De 1798 à 1801: époque de déflation sévére et de stagnation économique"... "parenthèse dévarable dans l'année de de disette 1802-1803". A. Chabert, Éssai sur les Mouvements des Revenus et do L'Activité Économique en France de 1798 à 1820, Paris, 1949, pag. 422.

(106) - "La depresión subsistió hasta 1802 en el comercio y en la industria, y la coyuntura de paz que siguió a la firma del tratado de Amiens fué de corta duración". J. Akerman, Estruturas y Ciclos Económicas, Trad.Esp., Madrid, 1960, pag.

(107) - "Les exportations de manufactures portugaises à destination des colonies commencent à baisser au delá d'une fluctuation cyclique - la production industrielle portugaise se contracte". V. M. Godinho, Prix et Monnaies au Portugal, Paris, 1955, pág. 277.

(108) - H. B. Johnson, "Money and Prices in Rio de Janeiro 1760-1820", Congresso Internacional de História Quantitativa do Brasil, C.N.R.S., Paris, 1791, Ex. Mimeografado, pag. 11.

O bispo Azeredo Coutinho, na sua "Memória Sobre o Preço do Açúcar", notou com extraordinária perspicácia o mecanismo de alta dos preços deste produto (109). Detectou o caráter mundial da alta, quando diz que "m Paris se está vendendo a 400 réis o arrátel e, nesta Côrte, a 140 e a 160 réis" (110), "em Salé, está a 400 réis o arrátel" (111). Esta alta de preços o autor a atribuiu à "desgraçada revolução nas colônias francesas, nossas maiores rivais neste gênero de agricultura, e pelas grandes inundações que tem havido nas colônias espanholas e nas inglêsas,pelos furacões-de vento muito fortes" (112).

Nesta explicação, afora um elemento de caráter social e político, o contingente entra como fator decisivo,o que lhe dá um caráter passageiro. Entretanto, segundo as explicações do Bispo Azeredo Coutinho, Portugal poderia tirar vantagens consideráveis-dessa conjuntura favorável, porque o retraso da produção nas outras áreas daria a vantagem imediata aos portugueses (113).

Mais ousada e sugestiva é a explicação de Pinto de Aguiar, quando propõe a seguinte análise: "O ano de 1799 fôra mesmo de conjuntura excepcional, representando as maiores cifras conhecidas até então, nas vendas para o exterior (114). Parece que uma razoável soma de poupanças deveria existir, já que a balança de comér

---

(109) - Memória sobre o Preço do Açúcar, (1791), in Obras Econômicas de J.J. da Cunha Azeredo Coutinho, com introdução de Sérgio Buarque de Holanda,São Paulo, 1966, pág. 175.

(110) - Idem, Ibidem, pág. 175.

(111) - Idem, Ibidem, pág. 176.

(112) - Idem, Ibidem, pág. 175.

(113) - Cf. Idem, Ibidem, pág. 176 e segs.

(114) - Parece-nos haver um certo engano quanto à data em que as exportações foram excepcionais. No ano de 1799,verificou-se a maior importação de todo o período final da época colonial. As regiões brasileiras receberam de Portugal o equivalente a 15.800.938$555 réis, em mercadorias. A maior exportação colonial, no período, ocorreu em 1801, quando exportamos para Portugal a soma de 14.776.706$549 réis,em produtos primários. Tal ressalva, entretanto, não afeta o raciocínio do autor.

cio nos era francamente favorável. E tentava-se evitar que o balanço de pagamento fôsse desfavorável, recusando-se a Portugal a saída de recursos sob a forma de subscrição de empréstimos e de aceitação de moeda papel. Estariam estas poupanças investidas em bens, justificando-se a maior necessidade de meios de pagamento pelo - maior volume de negócios? Seria esta - o aumento da demanda de um mercado enriquecido - a causa do aumento de preços?" (115).

Os preços internos desse produto, como podemos observar-na tabela anexa, varia bastante entre as regiões brasileiras. Qualidade do produto deve ser o fator explicativo para esta flutuação. Rio de Janeiro, Pernambuco e Bahia são os principais exportadores do produto. Só para termos uma idéia da importância destas três regiões, tomamos o ano de 1807 por exemplo. Neste ano foram esportados 1.494.341 arrobas de açúcar, contribuindo o Rio de Janeiro com 561.945 arrobas, a bahia com 450.628 e Pernambuco com 421.104.

O grande comprador de açúcar brasileiro era Hamburgo, seguido da Itália, Holanda, Castela, França e outros. Em 1801,a reexportação atingiu 1.910.000 arrobas. Somente Hamburgo adquiriu - 1.265.717 arrobas. A Itália comprou 493.164 arrobas.

==========

(115) - P. de Aguiar, "Aspectos da Economia Colonial, Salvador, 1959, pags. 60-61.

A Ç Ú C A R B R A N C O

Gráfico 69

A Ç Ú C A R B R A N C O (A R R O B A S)

ANOS	PORTOS	R.JANEIRO	BAHIA	PERNAMBUCO	MARANHÃO	PARÁ	PARAÍBA	SANTOS	CEARÁ	PREÇO MÉDIO	QUANTIDADE
1796	P	2.450	2.800	2.200	2.200	2.200	2.800	2.450		2.573	
	Q	475.672	676.163	502.538	284	1.109	20.848	11.817			1.688.431
1797	P	2.500	2.800	2.400	2.400			2.500		2.580	
	Q	222.551	248.696	201.470	12			4.406			677.134
1798	P	2.800	3.000	2.650				2.800		2.821	
	Q	801.088	434.468	342.695				82.333			1.660.578
1799	P	3.200	3.300	3.000		3.000	3.000			2.340	
	Q	523.868	373.188	417.114		424	20.766				1.335.360
1800	P	2.200	2.400	2.600		2.400	2.800			2.460	
	Q	153.035	339.718	365.296		1.443	24.578				884.070
1801	P	2.600	2.300	2.100						1.720	
	Q	870.282	598.985	647.753							2.117.020
1802	P	1.625	1.325	1.450						1.983	
	Q	674.481	163.662	452.857							1.291.000
1803	P	1.900	1.975	2.250						2.080	
	Q	520.751	498.458	302.490							1.321.699
1804	P	2.400	2.400	2.400						2.400	
	Q	397.514	343.357	436.971							1.177.842
1805	P	2.500	2.500	2.375						2.440	
	Q	444.315	499.307	559.725							1.503.347
1806	P	2.200	2.200	2.350					2.350	2.260	
	Q	568.640	450.628	670.633					618		1.690.519
1807	P	2.000	2.000	2.300						2.080	
	Q	561.945	511.292	421.104							1.494.341
1808	P	1.800	2.000							1.962	
	Q	17.632	76.480								94.112
1809	P	1.400	1.400	1.400						1.400	
	Q	117.444	251.089	377.178							740.011
1810	P	1.500	1.300	1.600						1.482	
	Q	208.710	161.255	216.507							586.472
1811	P	1.300	1.500	1.400						1.380	
	Q	50.169	10.112	201.951							262.232

Tabela 50

AÇÚCAR BRANCO (ARROBAS)

PAISES ANOS		HAMBURGO	INGLATERRA	ITÁLIA	FRANÇA	HOLANDA	CASTELA	PRÓSSIA	DINAMARCA	SUÉCIA	RÚSSIA	ALEMANHA	BARBÁRIA	MALTA	E.UNIDOS	QUANTIDADE PREÇO MEDIO
1796	Q	851.857	703	268.799		54.529	2.932			7.504	1.914	32.195	2 290	88	11	1.202.723
	P															3.142
1797	Q	497.621	916	193.561		57.007	721	56.506	2.516			1.752	1.900			793.120
	P															3.142
1798	Q	347.304	547	232.573	1.650	283	91.624		12.287	1.286		2.350	2.083			692.387
	P															3.730
1799	Q	464.322	1.532	250.823		11.730	33.576	23.390	25 957	4.392	4.927	.150	869			825.668
	P															3.730
1800	Q	748.624	2.136	569.680	12.840	2.160	52.951	74.128		1.328	3.640		3.114			1.470.601
	P															3.700
1801	Q	1.265.717	4.948	435.164	24.392	2.529	6.720	33.160	5.617	2.693	8.015				120	1.910.080
	P															3.362
1802	Q	561.052	205.640	543.928	215.021	65.537	41.212	7.914	3.538	12.935	5.030		2.786			1.669.603
	P															2.600
1803	Q	462.854		311.244	38.884	47.529	13.715	49.653	2.800	6.527	6.160		599			1.014.432
	P															3.390
1804	Q	310.664		62.570	26.786	43.200	6.076	279	18.507		15.263		1.545			484.890
	P															3.825
1805	Q	403.093	264.554		36.037	24.205	23.052	15.105		24.019	5.453		395			795.918
	P															3.570
1806	Q	434.940	2.601	229.490	33.926	44.979	14.239			9.521	21.539		1.716			792.951
	P															3.015
1807	Q	255.767	1.121	219.973	35.057	12.693	55.942			9.569	22.692					612.814
	P															2.850
1808	Q			6.122	600		4.302									11.324
	P															4.200
1809	Q		902	26.676			357				565		10			28.510
	P															2.550
1810	Q		27.107	7.044			5.421				3.398					42.970
	P															2.665
1811	Q						2.878						923			3.801
	P															2.162

Tabela 51

ALGODÃO: Gráfico nº 70 - Tabelas nºs 52-53

O algodão é o segundo produto da exportação colonial em termos de importância. Pelo gráfico, notamos algumas oscilações. De 1796 a 1797, a quantidade exportada declina, para começar, daí em diante, uma marcha ascendente violenta, que faz passar a exportação, de 136.420 arrobas em 1797, para 593.535 arrobas em 1803, o que equivale a dizer que houve uma quadruplicação da produção. De 1803 em diante, a exportação se mantém neste alto nível, flutuando anualmente, até atingir, em 1807, o máximo alcançado no período estudado, com 632.812 arrobas.

A curva das reexportações acompanha grosso modo a curva das exportações. O ano de 1800 marca uma descida violenta na quantidade reexportada, o que se explica pela desorganização do mercado de Hamburgo, grande centro redistribuidor de produtos coloniais (116). A recuperação dos anos seguintes é estupenda. Tem o mesmo grau de ascensão das exportações. Chega mesmo a ultrapassá-las, em 1802. Como se percebe pela alternância entre as quantidades exportadas e reexportadas, entre 1801 e 1807, estoques de um ano são vendidos no ano seguinte. A queda das exportações coloniais, em 1808, coincide com a queda das reexportações. É digno de nota, neste gráfico, o fato de que praticamente a totalidade do algodão exportado pelo Brasil para Portugal era reexportado em direção ao estrangeiro. O único descompasso neste mecanismo se deu entre 1799

---

(116) - "Nos fins do mez passado erão 120 as casas principais de negocio que tinham quebrado nesta praça (Hambrugo), e as suas dividas deitavam a 36 milhões de marcos de banco"... "Por informação autentica consta haverem recebido os nossos negociantes naquelle anno 46 milhões de arrateis de café, e 89 dito de assucar. Os que fizerão estes avultados provimentos a preços bastantemente subidos, pensarão que os poderiam vender com grande lucro; mas, como se apresentassem no anno de 1799 novas remessas dos mesmos generos a preços muito mais baixos, e estes se mantivessem, não puderão dar sahida aos seus primeiros sortimentos, de maneira que muitos negociantes se virão com os seus armazens atulhados". Correio Mercantil e Económico de Portugal, 1800, n. 6, 11/2/1800, pág. 44. Biblioteca Nacional de Lisboa, J. 84.

e 1801. Isto classifica o algodão como um produto típico do mercado internacional, produto cujos preços necessariamente teriam que ser dados pelo jogo na concorrência no mercado mundial. Tal consumo se explica, não seria preciso dizê-lo, pela Revolução Industrial.

Como os preços deste produto são condicionados pela procura internacional, verifica-se que os preços de exportação variam mais ou menos na mesma proporção dos preços de reexportação apesar de o mercado colonial ser monopolizado, e isto justificar uma estabilidade maior dos preços.

Os preços mais altos atingidos pela exportação ocorreram no ano de 1801. Exatamente o período,como sabemos, em que as exportações coloniais atingiram o ponto mais alto em termos de valor O que deve ser explicado, portanto,pela alta de preços,se bem que a quantidade exportada estivesse crescendo no mesmo período.

O ponto máximo dos preços de reexportação foi atingido em 1799,exatamente o ano em que se deu a maior importação por parte da Colônia, em termos de valor. Como se vê, também explicada por uma alta de preços. Em 1802, estamos numa fase de baixa de preços do algodão, para a qual já aventamos uma hipótese explicativa relacionada à paz de Amiens, e uma certa retração cíclica geral da economia européia. A tendência geral do preço do algodão é ascendente de 1802 em diante.

Quando comparamos os preços e as quantidades, notamos que a alta dos preços ocorrida em 1799 estimulou a produção, que cresceu vertiginosamente de 1800 em diante,quando o ritmo da reexportação é célere. Em 1801, a linha da quantidade exportada e reexportada ultrapassa a linha dos preços, que,neste momento, estão convergindo para a baixa, o que nos permite concluir a respeito da correlação preço-quantidade no sentido convergente, i,é.,ao aumentar a quantidade, o preço tendeu a baixar. Isto se justifica,pelo que já dissemos acima a respeito do enquadramento do algodão numa economia de mercado internacional, onde funciona com mais elasticidade a lei da oferta e da procura. A sincronia entre as quantidades e os preços de reexportação são, neste caso,quase perfeitas.

Comparando-se as flutuações do algodão com as do açúcar, que acabamos de analisar, notamos que o açúcar não funcionava nesta mesma sincronia. Havia, naquele caso, um certo descompasso,certo retardamento na produção em acompanhar a alta dos preços,o que explica a convergência descompassada que se verifica neste produ-

to. Assim mesmo, seríamos obrigados a dizer que tanto o algodão - quanto o açúcar têm os seus preços e produções condicionados pela pressão da conjuntura mundial.

Vale a pena notar, ainda, que, mesmo no plano interno,os preços variam muito durante o ano, como se depreende desta afirmação: "Os preços dos generos (de) produção da Capitania da Bahia, e de toda a America varião com tanta facilidade que se não pode dar certeza delles por dias, semanas, e mezes" (117).

Os preços internos, em cada região brasileira, flutuam bastante como se pode perceber na tabela anexa. Em geral,o algodão da Bahia e de Pernambuco era o que obtinha melhor preço pela sua superior qualidade. O preço do produto no Rio de Janeiro e outras regiões menos importantes era bem menor. A ordem de importância - das regiões brasileiras na exportação de algodão era a seguinte: Pernambuco, Maranhão, Bahia, Rio de Janeiro e Pará. O grosso da exportação saía pelo Maranhão e Pernambuco. Em 1807,ponto máximo das exportações, das 632.812 arrobas exportadas, Pernambuco remeteu 290.203 arrobas e o Maranhão, 211.987.

O principal país comprador de algodão é a Inglaterra,que retém a maior parte da produção brasileira. As compras da França - superam as da Inglaterra no final do período. A maior exportação ocorreu em 1804. Exportaram-se, neste ano, 610.574 arrobas. Nesse ano, a França adquiriu 323.951 arrobas, contra 228.680 da Inglaterra.

==========

(117) - Mappa da Export. da Ba. para Portug. em 1798, B.N.R.J., Seçao de Manuscritos, I-17, 12, 6.

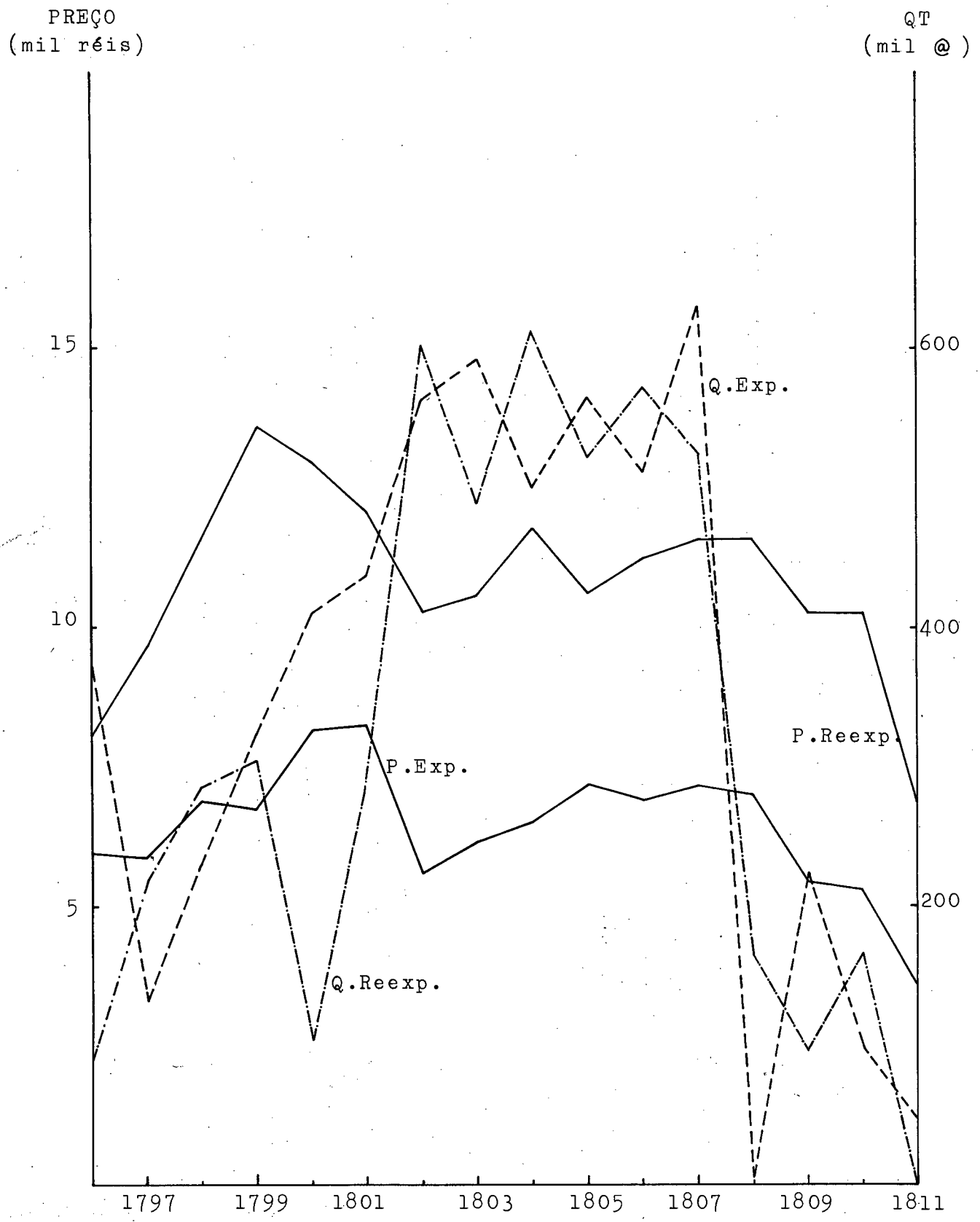

PREÇO
(mil réis)
QT
(mil @)
15
10
5
600
400
200
Q.Exp.
P.Reexp.
P.Exp.
Q.Reexp.
1797
1799
1801
1803
1805
1807
1809
1811

Gráfico 70

A L G O D Ã O (A R R O B A S)

ANOS	PORTOS	R.JANEIRO	BAHIA	PERNAMBUCO	MARANHÃO	PARÁ	PARAÍBA	SANTOS	CEARÁ	PREÇO MÉDIO	QUANTIDADE
1796	P	4.600	6.400	5.800	5.800	5.610	5.610	4.600		5.940	
	Q	619	54.037	142.589	145.846	12.666	14.689	118			370.564
1797	P	4.600	6.400	5.800	5.800	5.800		5.800		5.878	
	Q	1.492	20.755	39.377	69.869	4.542		885			136.420
1798	P	4.800	6.800	6.400	6.800	6.800		6.800		6.848	
	Q	10.113	31.223	86.411	90.495	8.341		4.686			231.269
1799	P	4.300	7.200	7.200	5.800	7.000	7.200			6.677	
	Q	3.059	51.386	142.789	108.956	11.569	7.852				326.611
1800	P	6.600	8.600	8.600	8.000	7.200	7.200			8.168	
	Q	5.069	48.052	121.510	202.256	15.930	16.342				409.159
1801	P	5.280	8.800	8.800	6.720	6.720				8.260	
	Q	9.227	60.023	189.044	168.814	10.931					438.039
1802	P	4.960	6.560	6.560	4.480	4.960				5.609	
	Q	18.155	89.436	208.982	232.532	14.040					563.146
1803	P	4.480	7.360	7.520	5.120	5.120			5.120	6.150	
	Q	14.700	83.532	176.417	295.467	22.650			768		593.535
1804	P	3.840	6.400	7.360	6.080	5.120			5.120	6.500	
	Q	8.625	63.325	183.422	228.412	15.236			3.047		502.068
1805	P	3.840	6.720	7.680	6.720	6.400			6.400	7.150	
	Q	8.311	73.955	278.328	184.370	14.010			6.248		565.303
1806	P	4.160	6.400	7.520	6.400	6.400			7.520	6.900	
	Q	6.486	62.453	245.254	179.399	11.098			7.210		511.900
1807	P	4.190	6.720	7.680	6.720	6.400			7.680	7.150	
	Q	5.776	102.449	290.203	211.987	10.685			11.892		632.812
1808	P	5.120	7.040			6.400				6.991	
	Q	63	7.703			443					8.209
1809	P	4.160	5.600	5.920	5.120	4.800				5.450	
	Q	213	35.631	79.999	101.106	7.297					224.247
1810	P	4.160	3.200	6.400	5.120	4.800				5.302	
	Q	326	5.206	28.002	63.710	5.449					102.693
1811	P	3.000	5.760	3.840	3.200	2.880				3.561	
	Q	428	6.188	5.044	33.410	3.426					48.397

Tabela 52

A L G O D Ã O (A R R O B A S)

PAISES ANOS		HAMBURGO	INGLATERRA	ITÁLIA	FRANÇA	HOLANDA	CASTELA	PRÚSSIA	DINAMARCA	SUÉCIA	RÚSSIA	ALEMANHA	BARBÁRIA	QUANTIDADE PREÇO MÉDIO
1796	Q	28.589	38.400	24.555		1.035	948			35	4	314	19	93.900
	P													8.060
1797	Q	61.493	134.290	15.352		1.503	632	195	1.633				170	215.269
	P													9.600
1798	Q	45.753	249.216	2.642		97	839		3.517	610		1.345		284.764
	P													11.581
1799	Q	7.749	295.297	201		885	1.449	141	332	39				306.093
	P													13.600
1800	Q	75.295	12.097	1.144	1.720		5.144	9.470	158	145				105.174
	P													12.960
1801	Q	59.736	198.872	2.896	19.476	644	331	9.061	437	123				291.476
	P													12.032
1802	Q	10.361	379.463	19.976	187.716	5.122	250	183		82				603.155
	P													10.240
1803	Q	16.319	302.278	8.212	149.750	964	1.650	3.945	3.654		2.922		27	489.721
	P													10.560
1804	Q	8.894	228.680	28.390	323.951	16.985	1.683	671	188	582	550			610.574
	P													11.776
1805	Q	3.230	304.838	5.415	200.027	5.157	149	2.174	127	2.053	106			523.276
	P													10.600
1806	Q	7.490	196.085	12.578	347.087	4.075	5.261							572.576
	P													11.200
1807	Q	1.518	102.232	32.621	328.073	28.237	32.131			94				524.906
	P													11.520
1808	Q		24.659	554	139.316									164.519
	P													11.520
1809	Q		91.897	1.238			1.004			1.824			102	96.065
	P													10.240
1810	Q		115.630	878			50.605							1 .113
	P													10.240
1811	Q		18.965				10.207							29.762
	P													8.720

Tabela 53

AÇÚCAR MASCAVADO: Gráfico nº 71 - Tabelas nºs 54-55

Muitas das considerações feitas a propósito da análise do açúcar branco poderiam ser repetidas aqui, a propósito do açúcar mascavado.

O ano de 1797 foi um ano de baixa das exportações, quando toda a exportação colonial diminuiu, pela retenção das embarcações nos portos do Brasil, por causa da guerra (118). As exportações elevam-se no ano de 1798, mantendo-se a retração das reexportações, - que somente crescem no ano seguinte.

As exportações de açúcar mascavado orçam por volta de 500.000 arrobas, tendo seu ponto de mínima em 1797, 260.209 arrobas, e o máximo em 1806, 713.803 arrobas. A quantidade máxima de açúcar branco exportado ocorreu em 1801, quando tivemos o total de 2.117.020 arrobas. Portanto, não era apenas em preço que o açúcar branco superava o açúcar mascavado, também o fazia em termos de quantidade exportada.

Comparando-se a exportação com a reexportação, ainda quanto à quantidade, constatamos que a maior parte da produção exportada do Brasil era reexportada para o estrangeiro. A simetria das cruvas, entretanto, não é a mesma do açúcar branco, quando havia uma identidade quase perfeita entre os dois movimentos. Disto concluimos que o açúcar branco era mais produto de exportação do que o açúcar mascavado, cujo consumo interno em Portugal era maior, o que é perfeitamente explicável numa economia mercantil que concorre num mercado internacional, numa faixa de mercado em que não se tem mais monopólio da produção.

Nosso gráfico demonstra também que eram mantidos estoques em Portugal para reexportação no ano seguinte, o que explica o excedente de reexportação sobre a exportação, em 1800 e 1801. O maior descompasso entre quantidade exportada e reexportada deu se em 1803.

==========

(118) - Balança Geral do Commercio do Reino de Portugal e seus Dominios no anno de 1797, B.N.R.J., Seção de Manuscritos, Introdução.

Os preços de exportação e de reexportação flutuam com a mesma variação, mecanismo este que já constatamosnnos produtos açúcar branco e algodão. A explicação é a mesma: é um produto cujo preço é comandado pelo mercado internacional.

A correlação preço-quantidade é positiva. A alta de preços sempre antecipa a elevação da produção, que, ao dar-se, provoca convergência da produção para baixa, e vice-versa.

O ano de 1802 representa novamente um ponto dde inflexão dos preços, que crescem, em seguida, até 1808. Além das várias razões já apontadas no início deste capítulo para explicar a alta dos preços, particularmente com relação ao açúcar, é de se considerar que "a partir do último quartel do século XVIII, o açúcar de distribuição inglesa deixa de se interessar muito pelo mercado externo, pois é quase todo consumido nas próprias Ilhas Britânicas. Indício de melhoria do nível de vida inglês, o facto provocou uma carência nos mercados antes abastecidos por ingleses. O açúcar brasileiro, justamente conceituado, permitiu que Portugal recuperasse, desde então, esses mercados antigos, além de outros novos, suscitando-se uma crescente exportação" (119).

A Bahia e o Rio de Janeiro obtinham os melhores preços para a exportação deste produto. Preço, aliás, que variava em todas as regiões brasileiras. A Bahia era o principal exportador deste produto, seguida do Rio de Janeiro e, em seguida, por Pernambuco. A exportação máxima ocorreu em 1801, quando da Bahia saíram 390.039 arrobas, do Rio de Janeiro, 329.806 e, de Pernambuco, 70.265 arrobas.

Hamburgo é novamente o grande consumidor deste produto. Seguem-se Itália, Holanda e Castela. Em 1801, a exportação foi excelente, 1.003.131 arrobas, das quais 641.495 para Hamburgo e 258.754 para a Itália.

---

(119)) - J. Borges de Macedo, Problemas de História da Indústria Portuguesa no Século XVII, Lisboa, 1963, pag. 199.

A Ç Ú C A R M A S C A V A D O

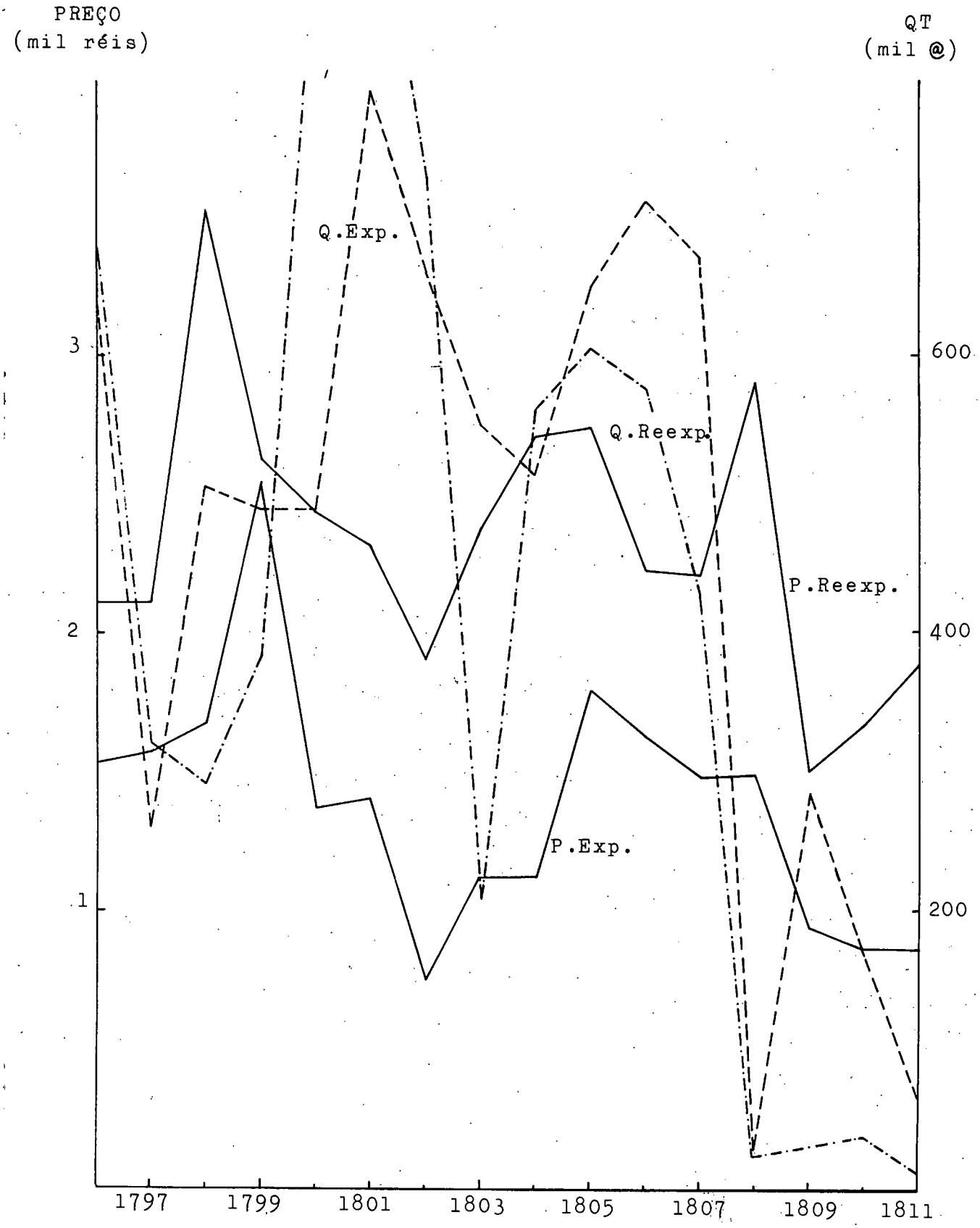


Gráfico 71

A Ç Ú C A R M A S C A V A D O (A R R O B A S)

ANOS	PORTOS	R.JANEIRO	BAHIA	PERNAMBUCO	MARANHÃO	PARÁ	PARAÍBA	SANTOS	CEARÁ	PREÇO MÉDIO	QUANTIDADE
1796	P	1.230	1.650	1.250			1.650	1.250		1.550	
	Q	64.519	489.263	70.180			3.997	8.418			636.377
1797	P	1.300	1.650	1.350				1.350		1.577	
	Q	44.558	174.260	40.869				522			260.209
1798	P	1.800	1.900	1.700				1.800		1.669	
	Q	171.830	324.380	51.035				7.042			554.287
1799	P	2.600	2.600	2.200			2.200			2.540	
	Q	109.429	306.296	70.209			2.355				488.289
1800	P	1.400	1.350	1.250		1.400	1.250			1.374	
	Q	153.150	268.581	62.691		212	2.080				486.714
1801	P	1.600	1.300	1.050						1.403	
	Q	329.806	390.039	70.265							790.110
1802	P	875	700	700						749	
	Q	185.125	441.548	35.746							662.419
1803	P	1.100	1.050	1.350						1.120	
	Q	103.280	407.990	41.194							551.564
1804	P	1.700	1.700	1.700						1.700	
	Q	108.793	309.692	94.477							512.962
1805	P	1.700	1.850	1.690						1.790	
	Q	152.666	409.457	89.752							651.875
1806	P	1.600	1.600	1.750						1.620	
	Q	209.019	442.516	62.268							713.803
1807	P	1.500	1.500	1.700						1.470	
	Q	174.169	442.085	53.459							669.713
1808	P	1.400	1.500							1.485	
	Q	4.332	25.467								29.799
1809	P	900	900	900						900	
	Q	34.236	213.389	36.661							284.286
1810	P	1.000	800	900						865	
	Q	45.401	106.469	24.091							175.961
1811	P	700	900	800						856	
	Q	6.863	43.051	14.691							64.605

Tabela 54

A Ç Ú C A R M A S C A V A D O (A R R O B A S)

PAISES / ANOS		HAMBURGO	INGLATERRA	ITÁLIA	FRANÇA	HOLANDA	CASTELA	PRÚSSIA	DINAMARCA	SUÉCIA	RÚSSIA	ALEMANHA	BARBARIA	QUANTIDADE / PREÇO MÉDIO
1796	Q	54.6883	924	85.723		30.919	315			2.884	205	10.565		678.418
	P													2.110
1797	Q	225.035	674	66.933	895	18.835	50	8.213	1.040			1.020		322.695
	P													2.110
1798	Q	184.380		80.121		200	21.200		6.680	264		350	840	294.035
	P													3.517
1799	Q	250.730	1.425	95.431		5.920	9.822		13.355	2.487	2.025	2.020		383.215
	P													2.630
1800	Q	603.500	577	207.240	6.400	2.560	29.280	92.360			2.200		282	944.399
	P													2.430
1801	Q	641.495	16.762	258.754	5.540	1.230	745	69.000	3.700	4.606	1.299			1.003.131
	P													2.315
1802	Q	394.575	3.512	164.295	115.599	24.817	15.166	756		6.370				725.090
	P													1.900
1803	Q	19.358		108.029	21.522	24.309	7.496	25.169	400	2.429	640			209.532
	P													2.375
1804	Q	167.801		225.768	82.301	72.759	1.490	981	11.586		244			562.930
	P													2.712
1805	Q	354.813		74.769	75.998	53.855	21.702	19.260		3.839	170		928	605.334
	P													2.735
1806	Q	314.687	5.205	135.884	52.762	47.324	10.991			360	7.007		2.005	576.225
	P													2.125
1807	Q	177.600	2.941	134.494	44.170	27.196	35.299			676	3.944			426.320
	P													2.100
1808	Q		1.446	7.553			15.615							24.814
	P													2.900
1809	Q		5.451	25.505			313				263		533	32.065
	P													1.500
1810	Q		33.141	1.621						2.659				37.421
	P													1.660
1811	Q				12.619									12.619
	P													1.885

Tabela 55

TABACO: Gráfico nº 72 - Tabelas nºs 56-57

O quarto produto na hierarquia da exportação colonial é o tabaco. É um produto que se destina principalmente ao mercado interno português. A quantidade reexportada entre 1796 e 1800 é ínfima. No ano de 1801, a reexportação supera a exportação, aproveitando-se, obviamente, de estoques acumulados nos anos retrasados. De 1801 a 1803, sobe bastante a quantidade reexportada, começando a cair em 1803 e assim continuando até 1808.

O preço de exportação está em ascenção até 1799, quando atingiu o seu ponto mais alto. Declina gradativamente, com pequenas oscilações, até 1807. Com um certo atraso, os preços de exportação acompanham os preços de reexportação. De 1801 em diante, os preços de reexportação e exportação começam a divergir. Tende a cair o preço de exportação, subindo os preços de reexportação. O descompasso entre os preços de exportação e reexportação é enorme em 1808.

No Brasil, apenas uma região exporta o produto. É a Bahia. Pernambuco fez uma pequena remessa em 1796, que não passou de 951 arrobas. Nos anos seguintes, consta somente a exportação da Bahia, que se confunde com a totalidade da exportação colonial, cujo ponto máximo foi atingido em 1799, com 438.120 arrobas.

Diga-se, de passagem, que esta não é a totalidade da produção baiana, pois, uma quantidade considerável de tabaco era anualmente remetida para a África com o objetivo de resgatar escravos. O tabaco que se destinava a Portugal, era usado na industrialização de cigarros e similares.

Itália, Hamburgo e Castela, são os principais compradores de tabaco brasileiro. O ano de maior exportação foi de 1803, quando foram exportadas 284.582 arrobas do produto. Somente a Itália comprou 179.664 arrobas.

T A B A C O

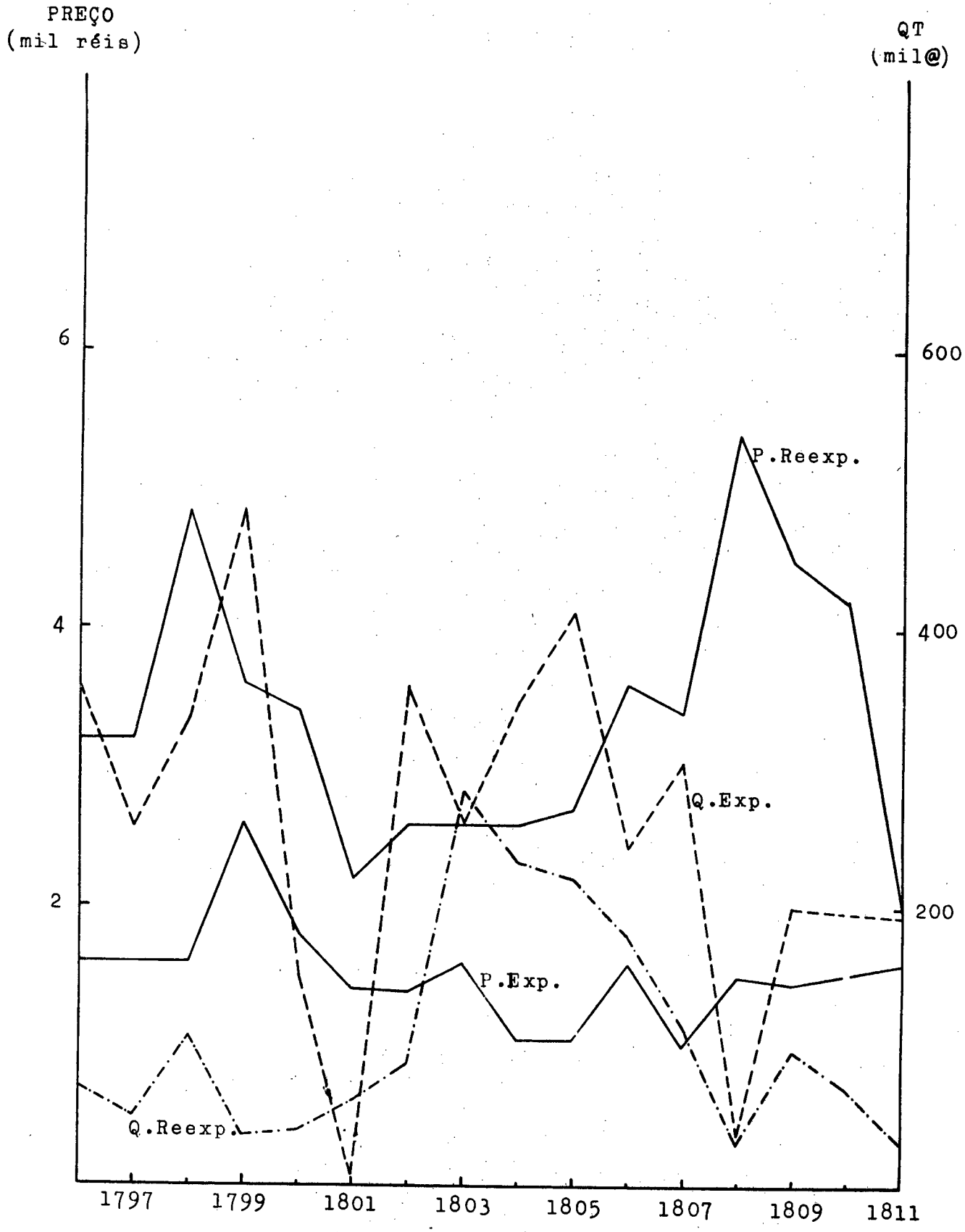


Gráfico 72

T A B A C O (A R R O B A S)

ANOS	PORTOS	R.JANEIRO	BAHIA	PERNAMBUCO	MARANHÃO	PARÁ	PARAÍBA	SANTOS	CEARÁ	PREÇO MÉDIO	QUANTIDADE
1796	P		1.600	1.600						1.600	
	Q		356.994	951							357.945
1797	P		1.600							1.600	
	Q		273.457								273.457
1798	P		1.600							1.600	
	Q		332.343								332.343
1799	P		2.600							2.600	
	Q		438.120								438.120
1800	P		2.200							2.200	
	Q		154.476								154.476
1801	P		1.400							1.400	
	Q		3.733								3.733
1802	P		1.400							1.400	
	Q		356.195								356.195
1803	P		1.600							1.600	
	Q		261.602								261.602
1804	P		1.350							1.350	
	Q		308.435								308.435
1805	P		1.350							1.350	
	Q		414.271								414.271
1806	P		1.600							1.600	
	Q		242.369								242.369
1807	P		1.300							1.300	
	Q		306.069								306.069
1808	P		1.500							1.500	
	Q		36.030								36.030
1809	P		1.450							1.450	
	Q		202.516								202.516
1810	P										
	Q										
1811	P		1.600							1.600	
	Q		196.137								196.137

Tabela 56

T A B A C O (A R R O B A S)

PAISES ANOS		HAMBURGO	INGLATERRA	ITÁLIA	FRANÇA	HOLANDA	CASTELA	PRÚSSIA	DINAMARCA	SUÉCIA	RÚSSIA	ALEMANHA	BARBARIA	QUANTIDADE PREÇO MÉDIC
1796	Q	23.732		8.862	7.269	658	31.905					1.185		073.611
	P													3.200
1797	Q	32.332	280	13.160		168						2.421		48.361
	P													3.200
1798	Q	14.670	490	77.280		294	8.000		1.600	2.672		2.715		107.721
	P													4.830
1799	Q	28.928	7.000			1.968						410		38.306
	P													3.600
1800	Q	30.146				2.055	8.000				75			40.276
	P													3.400
1801	Q	52.962	2.992			90	6.600							62.644
	P													2.200
1802	Q	46.296	3.464		11.085	586	21.392						5.488	88.308
	P													2.600
1803	Q	42.290	2.000	179.664	19.024	960	35.428	2.496					2.720	284.582
	P													2.600
1804	Q	57.522		139.336	17.651	3.862	16.480							234.851
	P													2.600
1805	Q	56.548		136.916	9.025	1.394	16.880		560					221.323
	P													2.700
1806	Q	29.488		119.783	7.376	6.850	14.720	1.152			1.024			180.393
	P													3.600
1807	Q	25.873		49.944	3.491	512	35.584							115.404
	P													3.400
1808	Q		4.545	27.795			3.000						600	35.940
	P													5.400
1809	Q		5.668	66.025			28.000							99.693
	P													4.500
1810	Q		3.210	69.960										73.170
	P													4.200
1811	Q		1.185	33.645			940							35.770
	P													2.000

Tabela 57

COUROS SECOS: Gráfico nº 73 - Tabelas nºs 58-59

Neste período analisado, o couro seco se constitui no quinto produto de exportação colonial. As aplicações deste produto na indústria de transformação européia eram variadíssimas (120). Também no Brasil apresentava variadas utilidades (121).

As quantidades de exportação e reexportação entrecruzam-se, evidenciando a importância deste produto no mercado internacional. Estoques de um ano são exportados no ano seguinte. Em 1801, e 1806, a exportação apresentou um descompasso em relação à reexportação. São os dois anos em que a exportação foi maior em todo o período. A tendência é para o aumento da exportação desse produto.

Os preços de exportação e de reexportação apresentam a mesma convergência. As flutuações são sincrônicas, o que também se explica pela ação do mercado internacional. A partir de 1797, os preços estão em ascensão, até o ano de 1801. Começam a declinar em seguida, e o fazem até 1802, quando novamente começa uma fase de alta.

O aumento de preço sempre foi acompanhado de proporcional aumento na produção, menos em 1808, quando baixou a exportação, baixando também os preços de exportação, mas conservando-se os preços de reexportação, que tendem inclusive para a alta. A tendência geral dos preços é ascendente, sendo alcançado o preço máximo de reexportação no ano de 1805.

Chama a nossa atenção a estabilidade dos preços internos do couro seco. Em geral, a característica é a flutuação dos preços nas várias regiões brasileiras. O Rio de Janeiro detém a primazia das exportações desse produto. Segue-se a Bahia, e outros, de menor expressão. Em 1806, foram exportadas 882.067 arrobas desse produto, cabendo ao Rio de Janeiro 642.932 arrobas e 225.295 à Bahia. A maior parte da produção se destinava à Itália e Hamburgo. Mais tarde, a França tornou-se um importante mercado. Tanto que, em 1806, das 684.754 arrobas exportadas, somente a França comprou 244.818.

= = = =

C O U R O S S Ê C O S

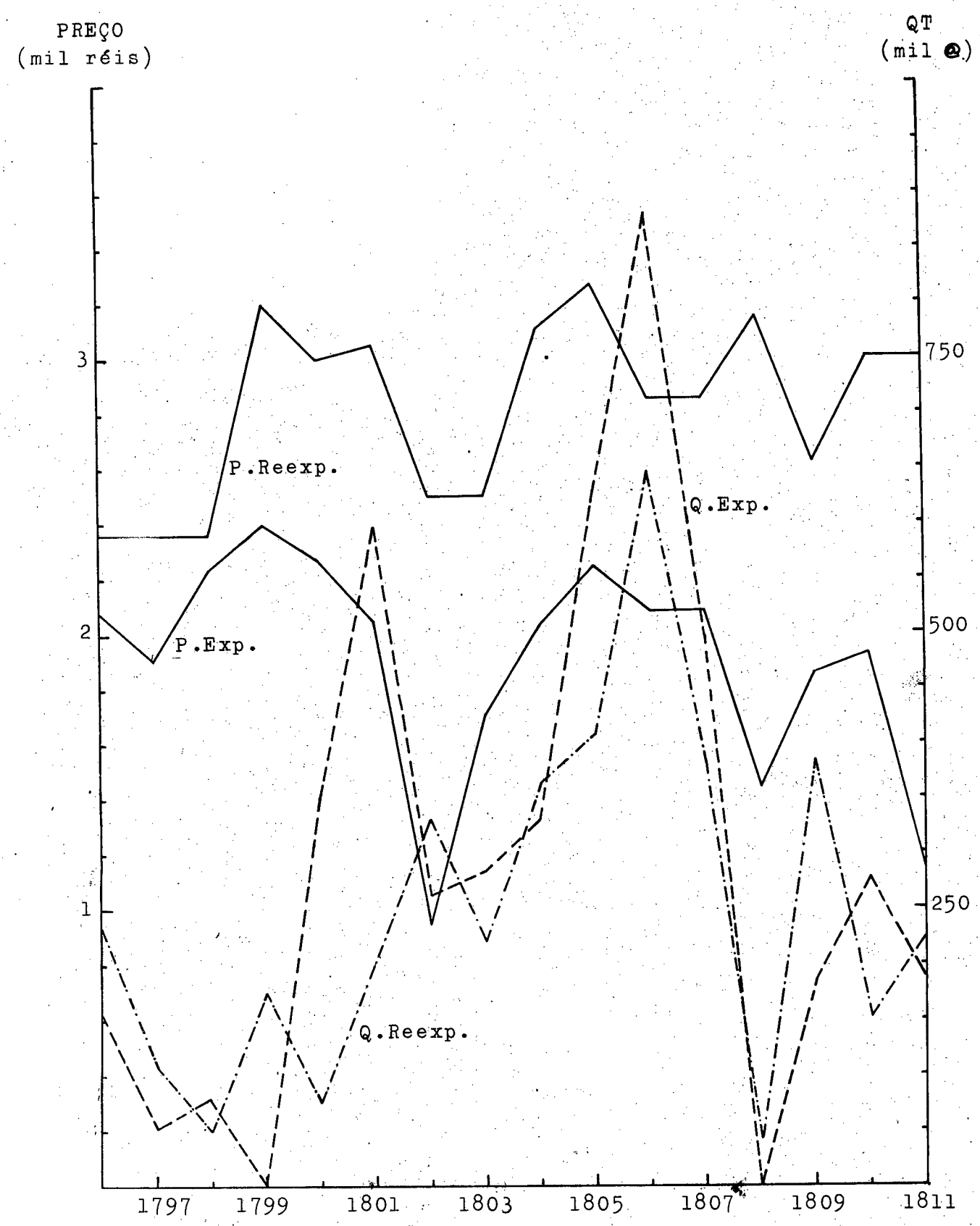


Gráfico 73

C O U R O S S Ê C O S (A R R O B A S)

ANOS	PORTOS	R.JANEIRO	BAHIA	PERNAMBUCO	MARANHÃO	PARÁ	PARAÍBA	SANTOS	CEARÁ	PREÇO MÉDIO	QUANTIDADE
1796	P	2.080	2.080	2.080	2.080	2.080	2.080	2.080		2.080	
	Q	98.838	4.811	42.954	6.022	333	326	3.367			156.654
1797	P	2.080	1.600	2.080	2.080	900		2.080		1.904	
	Q	27.482	11.473	6.062	2.423	3.326		2.838			53.604
1798	P	2.240	1.856	2.240	2.240	1.000		2.240		2.230	
	Q	48.330	16.411	490	6.680	2.181		8.200			80.111
1799	P				2.400					2.400	
	Q				1.621						1.621
1800	P	2.880	2.880		1.000	850	850			2.265	
	Q	160.637	78.451		13.414	6.811	30				356.343
1801	P	2.100	1.900				880			2.044	
	Q	476.659	113.453				8.899				599.011
1802	P	1.760	1.760			850				943	
	Q	203.698	46.609			12.613					262.920
1803	P	1.760	1.760			750			750	1.707	
	Q	219.552	50.120			14.755			28		284.455
1804	P	2.080	2.080		800	800			750	2.033	
	Q	216.244	104.648		570	10.146			543		332.151
1805	P	2.240	2.240							2.240	
	Q	482.581	145.770								628.351
1806	P	2.080	2.080			1.000				2.080	
	Q	642.932	225.295			13.480					882.067
1807	P	2.080	2.080	2.080						2.080	
	Q	379.599	108.618	6.853							495.070
1808	P	1.760	1.400							1.440	
	Q	620	4.800								5.420
1809	P	1.920	1.920			800				1.850	
	Q	112.882	58.565			10.816					182.263
1810	P	1.920	1.920							1.920	
	Q	233.608	40.646								274.254
1811	P	1.920	1.920			800				1.154	
	Q	66.691	49.909			2.188					188.788

Tabela 58

C O U R O S S Ê C O S (A R R O B A S)

PAISES / ANOS		HAMBURGO	INGLATERRA	ITÁLIA	FRANÇA	HOLANDA	CASTELA	PRUSSIA	DINAMARCA	SUÉCIA	RÚSSIA	ALEMANHA	BARBARIA	MALTA	E.UNIDOS	QUANTIDADE / PREÇO MÉDIO
1796	Q	66.762		114.963		34.256	1.000		816			7.448	1.800	5.243		232.288
	P															2.360
1797	Q	50.902	3.200			45.548		1.914				9.084	1.179			111.827
	P															2.360
1798	Q	22.110	3.805	15.304	3.490	999	270		3.834	1.114						50.926
	P															2.360
1799	Q	100.278	2.588	9.343		3.121	49.465		7.514			2.750				175.059
	P															3.200
1800	Q	28.629	100				46.460									75.189
	P															3.000
1801	Q	72.656	2.358	1.132	33.210	3.372	75.747	21.600								210.075
	P															3.050
1802	Q	44.048	15.833	84.837	116.950	75.012	19.435	500								356.615
	P															2.500
1803	Q	28.712	33.762	63.552	39.812	38.580	11.336	1.000		3.950					921	220.474
	P															2.500
1804	Q	39.417	92.167	70.265	70.961	76.832	5.022	6.581		3.750						364.995
	P															3.100
1805	Q	4.540	74.894	91.313	119.207	96.712	3.129	9.352		8.760	717					408.624
	P															3.270
1806	Q	25.313	83.827	176.280	244.818	127.692	18.405	2.239	1.160	4.601			419			684.754
	P															2.850
1807	Q	11.944	28.517	79.378	131.421	104.432	20.819			3.171	650					380.332
	P															2.850
1808	Q			9.414	2.184		32.192									43.790
	P															3.150
1809	Q		11.600	32.811			42.292			600						383.303
	P															2.620
1810	Q		141.124	7.745			4.334									153.203
	P															3.000
1811	Q		8.288	10.666			1.718								1.818	22.490
	P															3.000

Tabela 59

ARROZ: Gráfico nº 74 - Tabelas nºs 60-61

O arroz ocupa o sexto lugar dentre os produtos coloniais de exportação. É um produto relativamente recente nas exportações. A produção tinha um mercado seguro no Reino, o que estimulou a produção no Brasil, atraindo a atenção de numerosos empresários portugueses no fim do período colonial (122).

A exportação de arroz tem um ritmo crescente no conjunto. Flutuou de 1796 até 1801, quando, então, firma-se a tendência crescente do volume das exportações, que atingem o auge em 1806. A produção havia passado de 347.215 arrobas, em 1797, para 780,893 arrobas em 1806, o que significa ter duplicado, em 10 anos.

Desse total geral exportado do Brasil para Portugal, uma parcela ínfima foi destinada à reexportação, que acontece esporadicamente, nos anos de 1796, 1805, 1806, 1807, 1808 e 1809. No mais, toda a produção foi consumida no próprio Reino, equivalendo a dizer que o arroz era tipicamente um produto do mercado interno. Seu preço, portanto, deveria sentir menos a pressão dos preços internacionais. Era o arroz brasileiro, que praticamente abastecia o mercado português, dispensando-se as importações do similar estrangeiro (123).

Como o produto não foi reexportado em todos os anos do período estudado, o nosso gráfico apresenta uma lacuna de dados, preenchida com uma linha imaginária, desde 1799 até 1805. Os poucos anos em que os dados aparecem, entretanto, dão-nos uma idéia da tendência ascendente dos preços de reexportação. O preço de exportação flutuou nos primeiros anos, firmando-se a tendência altista de 1801 em diante, período em que cresceu, na mesma proporção, a quantidade

= = = =

exportada do Brasil para Portugal. De 1801 a 1803, esta correlação se mantém; daí em diante, a quantidade continua a crescer, mas o preço tende para baixa até 1806.

Não sendo este produto destinado ao mercado externo, seria de se esperar que os preços fossem mais estáveis. Acontece que, sendo um produto novo e extraordinariamente procurado no mercado português, funciona novamente a lei da oferta e da procura fazendo flutuar os preços, como se nota no gráfico.

A flutuação dos preços não ocorre apenas em relação ao exterior. Varia também quando consideramos as principais regiões brasileiras. Assim, em 1796, custava a arroba 700 réis no Rio de Janeiro, 1$200 em Pernambuxo, 720 no Maranhão, 638 no Pará e Paraíba, 750 em Santos. Flutuações semelhantes ocorrem nos outros anos. A explicação para tal fato decorre da diferença de qualidade do produto nas variadas regiões brasileiras.

Em termos de importância das regiões brasileiras com relação à exportação desse produto, temos o Maranhão em primeiro lugar, o Rio de Janeiro em segundo e o Pará em terceiro, entre os mais importantes. A parcela reexportada era muito pequena, dirigindo-se principalmente para Castela e Hamburgo.

A R R O Z

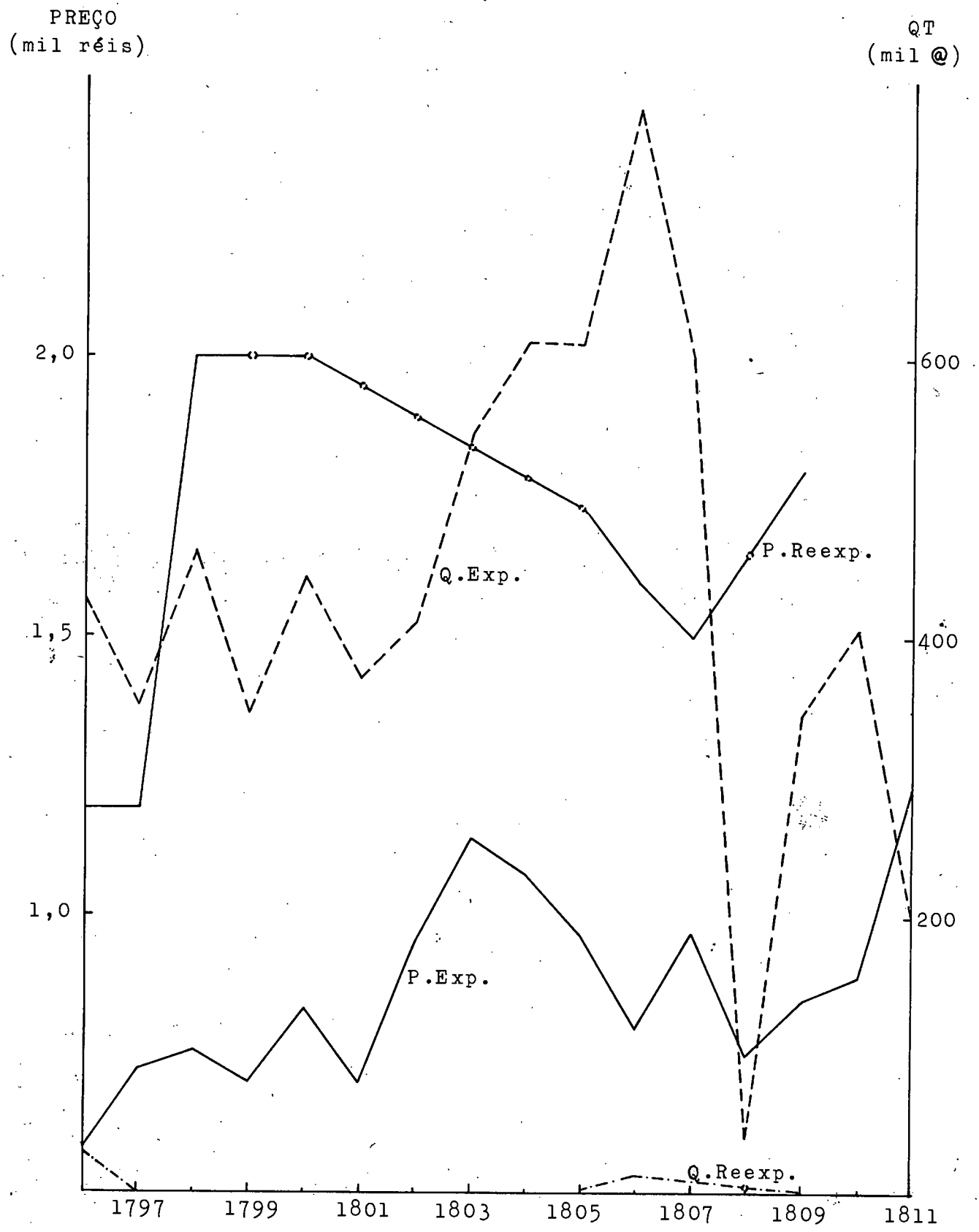


Gráfico 74

A R R O Z (A R R O B A S)

ANOS	PORTOS	R.JANEIRO	BAHIA	PERNAMBUCO	MARANHÃO	PARÁ	PARAÍBA	SANTOS	CEARÁ	PREÇO MÉDIO	QUANTIDADE
1796	P	750	700	1.200	720	638	638	750		582	
	Q	139.116	16.177	38	234.704	35.272	559	1.316			427.182
1797	P	750	700		720	650		750		722	
	Q	126.328	4.516		165.507	46.345		4.519			347.215
1798	P	750	700		750	800		750		756	
	Q	146.760	2.719		238.858	59.618		14.600			462.555
1799	P	500	500	600	800	800				703	
	Q	97.922	11.770	1.771	185.745	46.417					343.625
1800	P	700	700	700	850	850				832	
	Q	47.506	8.344	1.061	294.950	90.836					442.697
1801	P	725	725	725	800	800				699	
	Q	84.402	2.637	1.568	213.600	69.264					371.371
1802	P	825	825	825	975	975				948	
	Q	72.171	1.550	760	271.151	65.467					411.099
1803	P	1.100	1.100	1.100	1.150	1.150				1.140	
	Q	137.410	16.106	5.332	269.771	115.091					543.710
1804	P	1.000	1.000	1.000	1.100	1.150				1.075	
	Q	151.139	25.722	12.884	328.609	96.184					614.538
1805	P	830	830	830	1.050	1.050				968	
	Q	190.284	36.630	3.586	279.496	100.494					610.490
1806	P	800	800	800	800	800			800	800	
	Q	227.505	63.698	2.487	393.422	93.475			306		780.893
1807	P	800	800	800	900	900				970	
	Q	147.354	50.995	2.243	328.013	66.663					595.268
1808	P	750	750		750	750				750	
	Q	15.050	5.516		14.376	8.248					43.190
1809	P	850	850	850	850	850				850	
	Q	52.244	25.695	5.518	198.618	61.087					343.162
1810	P	1.200	1.200	1.200	800	800				890	
	Q	63.159	29.956	2.020	227.406	83.944					406.485
1811	P	1.200	1.200			1.250				1.225	
	Q	70.351	27.072			98.968					196.391

Tabela 60

A R R O Z (A R R O B A S)

PAISES / ANOS		HAMBURGO	INGLATERRA	FRANÇA	HOLANDA	CASTELA	PRÚSSIA	DINAMARCA	SUÉCIA	RÚSSIA	BARBÁRIA	E.UNIDOS	QUANTIDADE / PREÇO MÉDIO
1796	Q	30.693	1 4		3.020	1.469			298	790	75	61	35.410
	P												1.290
1797	Q		134			60	80				8		282
	P												1.290
1798	Q					58		25			2		85
	P												2.000
1799	Q												
	P												
1800	Q	354											354
	P												2.000
1801	Q												
	P												
1802	Q												
	P												
1803	Q											15	15
	P												
1804	Q												
	P												
1805	Q				1.341	1.366							2.707
	P												1.730
1806	Q	3.276		2.028		5.881				2.524	330		14.039
	P												1.600
1807	Q	6.995				4.005					540		11.540
	P												1.500
1808	Q												
	P												
1809	Q					1.296							1.296
	P												1.800
1810	Q												
	P												
1811	Q												
	P												

Tabela 61

CACAU: Gráfico nº 75 - Tabelas nºs 62-63

Este é o sétimo produto da exportação colonial. É um produto que se destina ao mercado interno português e à reexportação. Como se nota pelo gráfico, uma parcela elevada da exportação é reexportada para outros países. Apenas numa oportunidade, em 1801, a reexportação foi superior à exportação.

A flutuação do movimento de exportação e reexportação é notável. É quase um ciclo periódico que se repete a cada três anos.

Os preços de exportação acompanham a flutuação dos preços de reexportação com nitidez, mantendo sempre a mesma defasagem. O maior distanciamento entre os dois preços ocorre em 1808. De certa forma, há uma relação entre preços e quantidades, na medida em que a alta dos preços é acompanhada por um aumento da produção, e vice-versa. Há um certo retraso nesse acompanhamento, que é justificado, talvez, pela necessidade de adaptar a produção ao ritmo do consumo e aos problemas dos transportes, que não mantinham um ritmo regular.

Com exceção da Paraíba, Santos e Ceará, todas as demais regiões brasileiras exportavam cacau. Ínfimas porções em Pernambuco, Rio de Janeiro, Maranhão e Bahia. A quase totalidade das exportações era suprida pelo Pará. O ano de maior exportação foi 1806, quando o total atingiu 215.775 arrobas, correspondendo 212.075 à parcela do Pará. A maior parte desta exportação dirigia-se para a Itália, Castela e Hamburgo, tornando-se a França um ótimo comprador no fim do período.

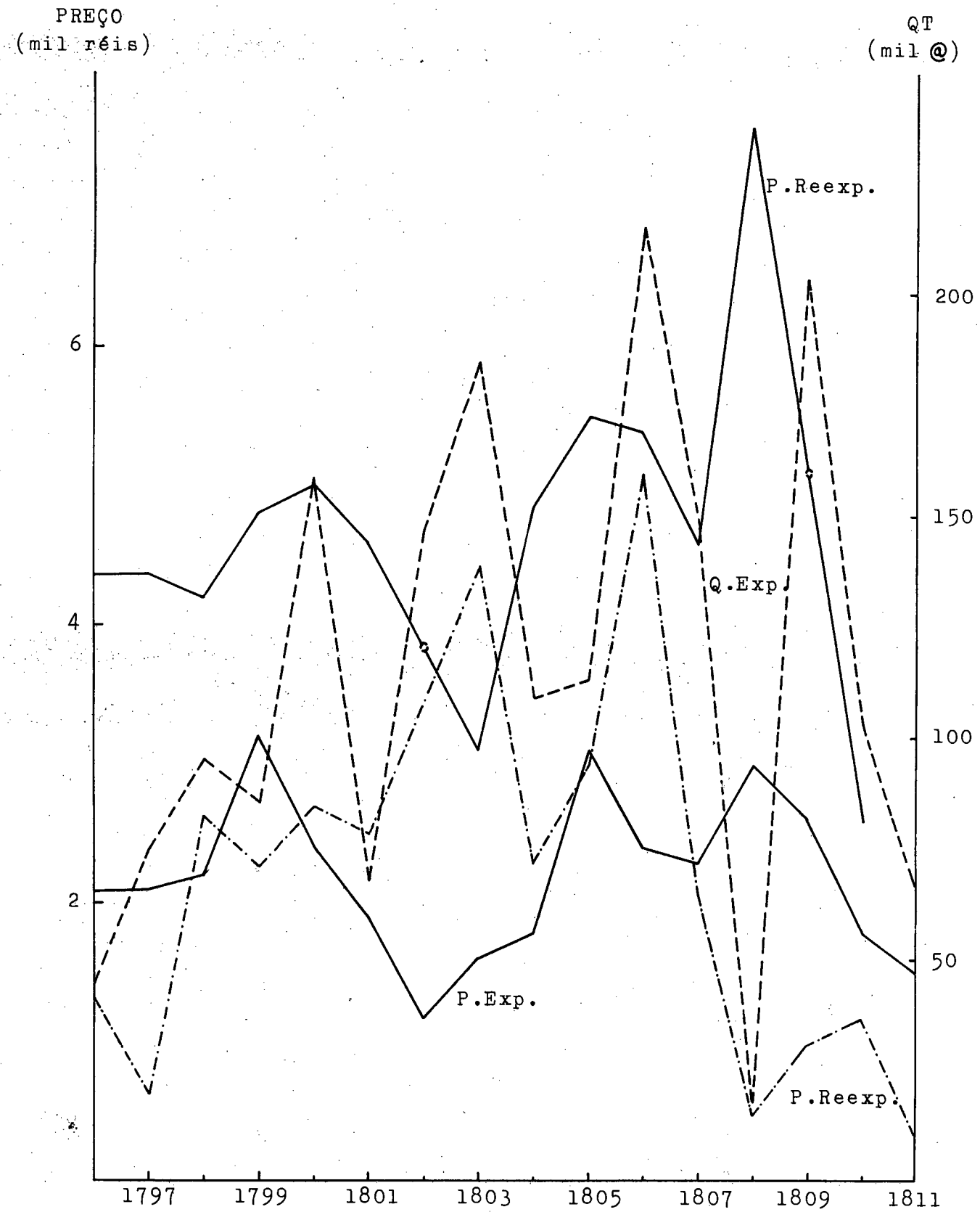

PREÇO
(mil réis)
QT
(mil @)
P.Reexp.
Q.Exp.
P.Exp.
P.Reexp.
6
4
2
200
150
100
50
1797
1799
1801
1803
1805
1807
1809
1811

Gráfico 75

C A C A U (A R R O B A S)

ANOS	PORTOS	R.JANEIRO	BAHIA	PERNAMBUCO	MARANHÃO	PARÁ	PARAÍBA	SANTOS	CEARÁ	PREÇO MÉDIO	QUANTIDADE
1796	P		2.850		2.850	2.090				2.096	
	Q		128		244	44.197					44.569
1797	P		2.850		2.850	2.100				2.100	
	Q		20		41	74.284					74.345
1798	P		2.850		3.000	2.200				2.204	
	Q		12		490	94.367					94.869
1799	P	3.200	3.200		3.200	3.200				3.200	
	Q	926	36		218	84.302					85.482
1800	P	2.400	2.400		2.400	2.400				2.400	
	Q	27.111	3.708		784	127.181					158.784
1801	P	1.900	1.900			1.900				1.900	
	Q	2.434	1.484			64.475					68.393
1802	P				1.150	1.150				1.150	
	Q				311	145.669					145.980
1803	P					1.600				1.600	
	Q					184.304					184.304
1804	P		1.750			1.750				1.750	
	Q		323			107.752					108.075
1805	P		3.100			3.100				3.100	
	Q		14.603			99.094					113.697
1806	P	2.400	2.400		2.400	2.400				2.400	
	Q	3.181	158		361	212.075					215.775
1807	P		2.300			2.300				2.300	
	Q		10.735			144.974					146.049
1808	P					3.000				3.000	
	Q					16.465					16.465
1809	P	2.600		2.600		2.600				2.600	
	Q	1.388		841		205.217					207.446
1810	P			1.800		1.800				1.800	
	Q			1.000		105.213					106.213
1811	P					1.500				1.500	
	Q					65.266					65.266

Tabela 62

C A C A U (A R R O B A S)

PAISES / ANOS		HAMBURGO	INGLATERRA	ITÁLIA	FRANÇA	HOLANDA	CASTELA	PRÚSSIA	DINAMARCA	SUÉCIA	RÚSSIA	ALEMANHA	BARBÁRIA	MALTA	QUANTIDADE / PREÇO MÉDIO
1796	Q	1.017	150	36.086		540	359				22	744		319	39.238
	P														4.360
1797	Q	11.306	28	1.587		5.487	792								19.200
	P														4.360
1798	Q	17.261	181	23.425	450	2.100	35.612		1.140		90		1.070		81.329
	P														4.200
1799	Q	8.054		21.450		597	40.795	368				382			71.646
	P														4.800
1800	Q	23.788	43	44.218	352	438	9.564	4.551	150		68				83.172
	P														5.000
1801	Q	17.664	35	32.987	2.381	43	21.863	2.434		45					77.409
	P														4.600
1802	Q	14.990	1.335	53.344	17.138	7.844	13.671				692				108.514
	P														
1803	Q	17.972		79.344	17.682		23.013								138.011
	P														3.166
1804	Q	1.265		35.975	15.063	5.307	11.423	1.276	638		317				71.262
	P														4.840
1805	Q	5.746		33.464	29.463	5.210	13.388	5.872			188		815		94.146
	P														5.500
1806	Q	10.730	870	90.387	27.296	3.643	24.054				285		1.514		158.779
	P														5.400
1807	Q	1.235	1.293	24.289	13.478	4.699	17.779				1.060				63.833
	P														4.600
1808	Q		1.198	5.749			7.609								14.556
	P														7.600
1809	Q		11.501	12.027			6.023						514		30.065
	P														4.000
1810	Q		27.977	2.551			5.473								36.001
	P														2.600
1811	Q		4.465	5.095			1.392								10.956
	P														2.600

Tabela 63

AGUARDENTE: Gráfico nº 76 - Tabelas nºs 64-65

A aguardente é o oitavo produto de exportação brasileira. Destina-se com exclusividade ao mercado interno português. A quantidade exportada do Brasil para Portugal cresce vertiginosamente de 1797 a 1803, quando passa de 12.866 para 112.606 almudes. Há oscilações violentas. Reduziu-se violentamente a exportação de 1803 a 1804, quando baixou para 45.425 almudes, recupera-se no ano seguinte e volta a cair em 1806, quando a exportação foi de 37.815 almudes. Em 1807, tinha voltado a ser de 95,869 almudes.

O preço de exportação é um preço crescente, com uma redução sensível em 1803, apenas. O preço de reexportação é crescente. Sua aceleração é muito mais intensa que a dos preços de exportação. Em 1809, temos o maior distanciamento entre os preços de exportação e reexportação. Notamos também uma certa sincronia entre o aumento dos preços e das quantidades.

Todas as regiões brasileiras exportavam aguardente, com exceção do Ceará. A maior parcela cabia ao Rio de Janeiro, seguindo-se Bahia e Pernambuco. A exportação de aguardente da Bahia cresce muito de 1803 em diante. No período anterior era bem inferior à do Rio de Janeiro. Os preços nas várias regiões brasileiras oscila bastante. Os mais altos eram os do Rio de Janeiro.

A G U A R D E N T E

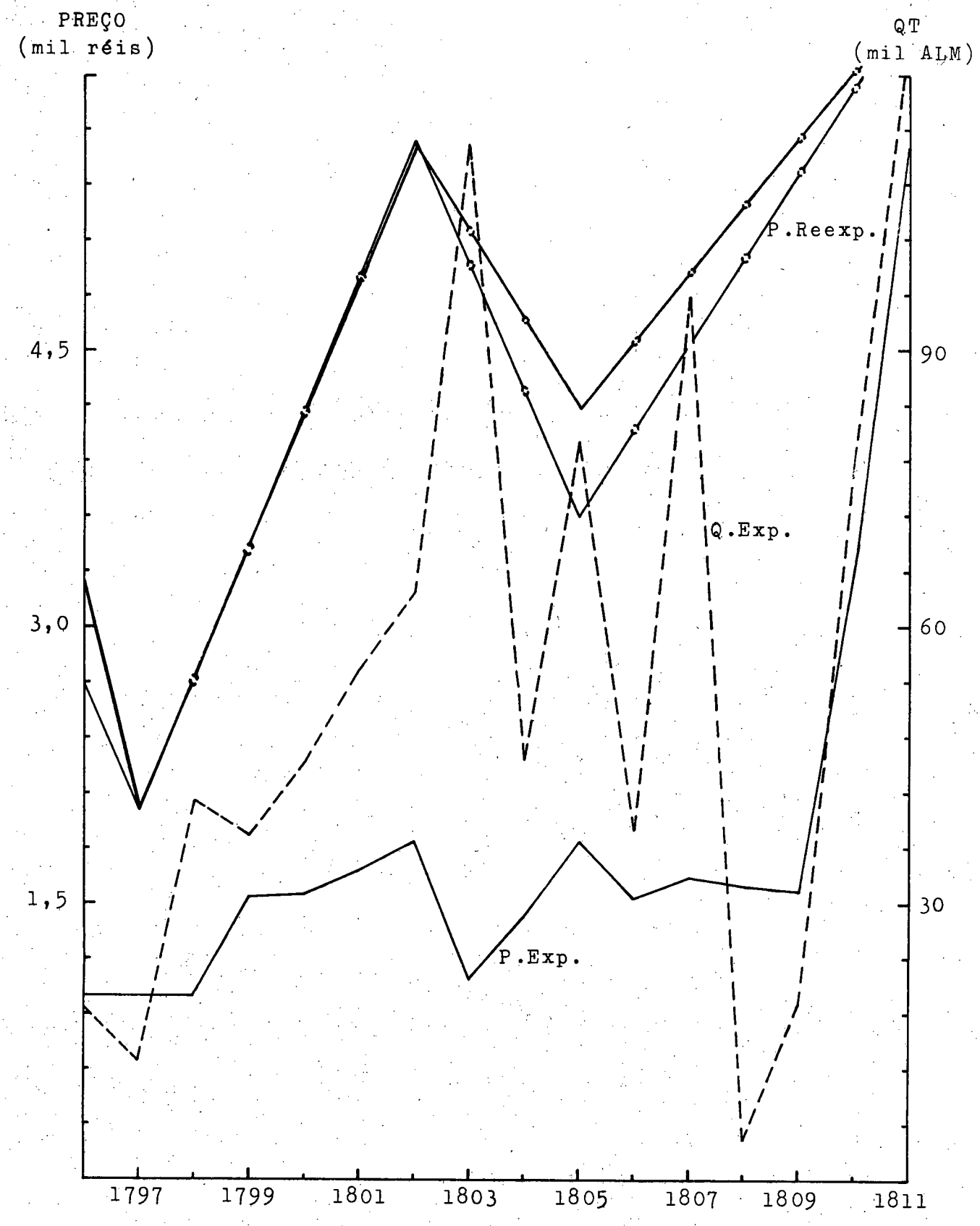


Gráfico 76

A G U A R D E N T E (A L M U D E S)

ANOS	PORTOS	R.JANEIRO	BAHIA	PERNAMBUCO	MARANHÃO	PARÁ	PARAÍBA	SANTOS	CEARÁ	PREÇO MÉDIO	QUANTIDADE
1796	P	1.000	1.000	1.000			1.000	1.000		1.000	
	Q	16.015	1.569	11			72	1.025			18.682
1797	P	1.000	1.000	1.000						1.000	
	Q	12.310	20	536							12.866
1798	P	1.000	1.000					1.000		1.000	
	Q	39.033	380					1.838			41.251
1799	P	1.600	1.300	1.300						1.536	
	Q	29.349	7.080	930							37.404
1800	P	1.600	1.400	1.200						1.550	
	Q	38.174	3.181	4.305							45.390
1801	P	1.700		1.500						1.688	
	Q	52.065		3.285							55.350
1802	P	1.900		1.700						1.842	
	Q	45.243		18.477							63.720
1803	P	1.900	1.700	1.300						1.093	
	Q	55.724	50.202	6.680							112.606
1804	P	1.600	1.250	1.000						1.432	
	Q	27.861	10.724	6.840							45.425
1805	P	1.900	1.650	1.450		1.400				1.836	
	Q	62.391	12.828	4.604		306					80.129
1806	P	1.600	1.400	1.200						1.530	
	Q	27.364	7.745	2.706							37.815
1807	P	1.800	1.600							1.641	
	Q	70.356	25.513								95.869
1808	P		1.600							1.600	
	Q		3.733								3.733
1809	P	1.600	1.600	1.400						1.566	
	Q	7.047	9.168	3.303							19.518
1810	P	3.606	10.000	3.200		3.600				3.310	
	Q	24.625	33.487	18.837		1.400					78.349
1811	P	.400	3.200	10.000	10.000	400				5.605	
	Q	57.150	21.862	43.675	1.038	4.020					123.725

Tabela 64

A G U A R D E N T E (A L M U D E S)

PORTOS / ANOS		INGLATERRA	SUÉCIA	HOLANDA	RÚSSIA	P.MÉDIO	QUANTIDADE
1796	P	3.230				3.230	
	Q	74					74
1797	P		2.000			2.000	
	Q		236				236
1798	P						
	Q						
1799	P						
	Q						
1800	P						
	Q						
1801	P						
	Q						
1802	P		5.600			5.600	
	Q		115				115
1803	P						
	Q						
1804	P						
	Q						
1805	P			3.600	4.320	4.180	
	Q			186	50		236
1806	P						
	Q						
1807	P						
	Q						
1808	P						
	Q						
1809	P						
	Q						
1810	P						
	Q						
1811	P	6.400				6.400	
	Q	51					51

Tabela 65

VAQUETAS: Gráfico nº 77 - Tabelas nºs 64-65

As vaquetas entram na lista de exportação em nono lugar. A quantidade exportada cresce de 1797 em diante, até 1802, desce em 1802, voltando a subir, em seguida, até 1805, quando começa o declínio vertiginoso, até 1808.

A quantidade reexportada é mínima, de 1797 até 1802. De 1802 em diante, cresceu espetacularmente até 1805, ano em que as exportações do Brasil para Portugal também atingiram seu ponto máximo.

Os preços não seguem a mesma tendência. Há oposições violentas, como, por exemplo, em 1800, quando os preços de exportação estão crescendo e os preços de reexportação estão descendo. Em 1801, invertem-se: baixa o preço de exportação e sobe o preço de reexportação. Patamar, a seguir, nos dois preços. Em 1803, a relação entre o preço de exportação e reexportação torna-se mais definida. De maneira geral, a tendência do preço de reexportação é para a alta e de exportação para a baixa, a partir de 1800.

A relação entre a quantidade e o preço manifesta-se positiva no primeiro momento. A produção está crescendo e os preços também. A partir de 1804, a quantidade está em declínio, mas os preços continuam a subir (obviamente, os preços de reexportação), porque os preços de exportação tendem a cair também.

Os preços das vaquetas nas diferentes regiões brasileiras variava bastante. Os preços mais altos eram obtidos pelo produto de Pernambuco. Os mais baixos ocorriam no Maranhão. O principal exportador do produto era Pernambuco, seguido da Bahia, Maranhão e Rio de Janeiro. A participação de cada um pode ser detectada nestes dados referentes à participação de cada um no ano de 1804, quando se verificou a maior exportação: Pernambuco, 134.845 unidades, Bahia, 101.312, Maranhão, 10.141 e Rio de Janeiro, 8.109 peles. A maior parte da reexportação destinava-se à Itália, o principal comprador deste produto. Em 1805, adquiriu 79.180 unidades, das 84.280 exportadas.

V A Q U E T A S

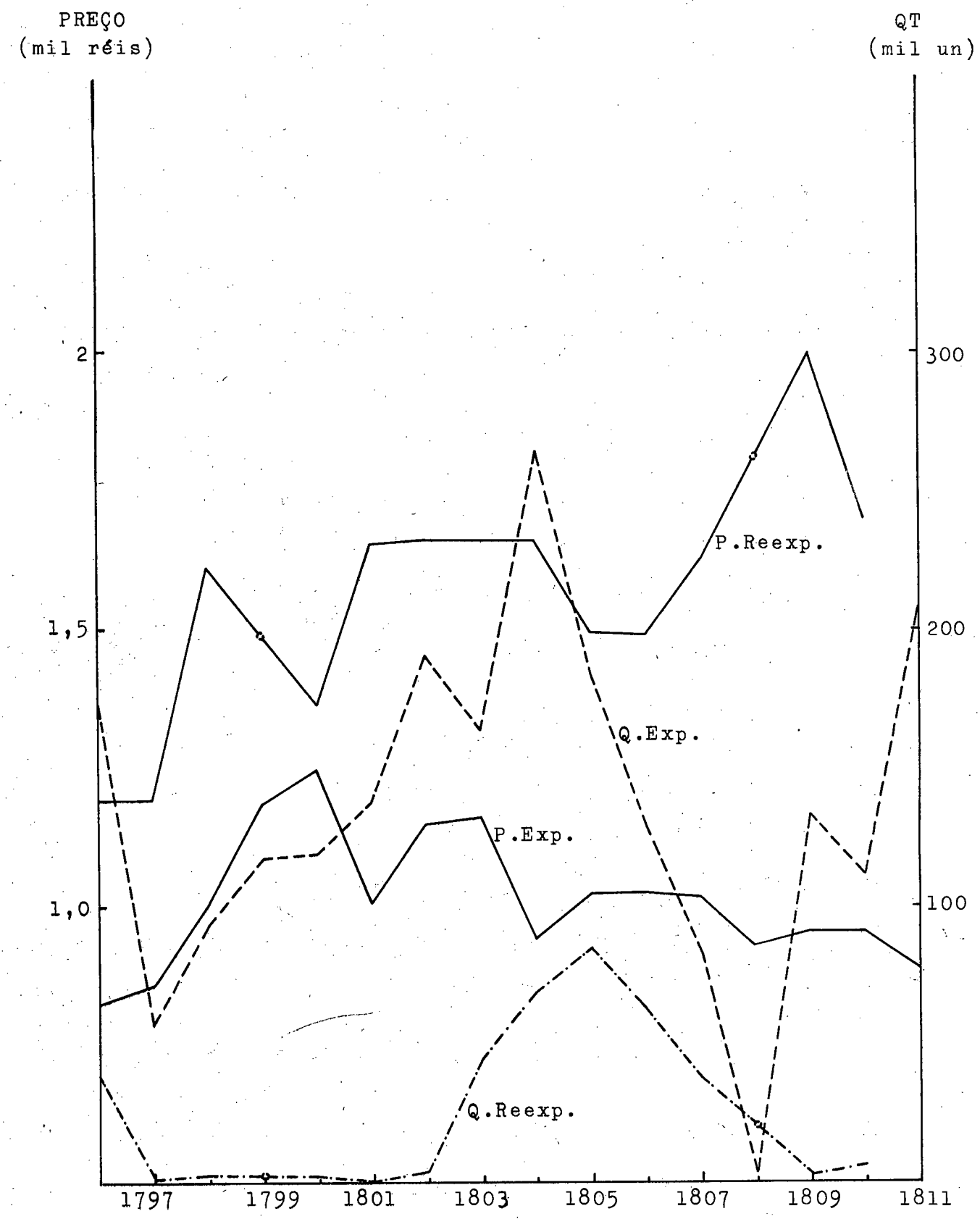


Gráfico 77

V A Q U E T A S (U N I D A D E S)

ANOS	PORTOS	R.JANEIRO	BAHIA	PERNAMBUCO	MARANHÃO	PARÁ	PARAÍBA	SANTOS	CEARÁ	PREÇO MÉDIO	QUANTIDAD
1796	P	800	800	850	800					821	
	Q	4.392	85.814	72.379	9.918						172.503
1797	P	800	800	900	900	1.000				855	
	Q	1.881	24.881	24.868	4.513	1.063					57.206
1798	P	1.000	1.000	1.000	1.000	1.000		1.000		1.000	
	Q	2.728	28.775	51.676	10.402	73		240			93.894
1799	P	1.000	1.000	1.500	1.000	1.000	1.500			1.176	
	Q	10.112	37.391	58.880	9.241	1.498	712				117.834
1800	P	1.050	1.050	1.500	900	900				1.246	
	Q	2.206	21.139	58.198	17.996	182					119.621
1801	P	930	930	1.080	850					1.008	
	Q	6.866	39.711	78.778	12.570						137.925
1802	P	975	975	1.300	950	950				1.148	
	Q	10.833	62.594	102.151	13.998	474					190.050
1803	P	975	975	1.300	880				880	1.160	
	Q	3.325	58.786	92.731	8.574				555		163.971
1804	P	1.000	850	1.050	650	650			650	940	
	Q	8.109	101.312	134.845	10.141	2.484			7.622		264.513
1805	P		900	1.050					650	1.020	
	Q		38.581	144.296					2.275		185.152
1806	P	900	900	1.100	700	700			1.100	1.025	
	Q	4.413	21.211	88.300	9.286	660			4.218		128.088
1807	P	960	960	1.100	700	700			1.100	1.015	
	Q	1.136	5.746	52.625	7.510	905			703		83.922
1808	P	750	960							930	
	Q	365	2.210								2.575
1809	P		850	1.000	700	700				955	
	Q		2.869	103.580	7.780	889					133.118
1810	P	900	800	1.000	700	700				954	
	Q	200	14.856	89.156	5.968	835					111.015
1811	P	800	950	900	700					889	
	Q	1.125	17.241	171.444	17.002						206.812

Tabela 66

V A Q U E T A S (U N I D A D E S)

PAISES ANOS		HAMBURGO	ITÁLIA	FRANÇA	HOLANDA	CASTELA	MALTA	PREÇO MEDIO	QUANTIDADE
1796	Q	10	35.891				2.282		38.183
	P							1.290	
1797	Q		1.310			50			1.360
	P							1.290	
1798	Q		1.010		340	990			2.340
	P							1.711	
1799	Q								
	P								
1800	Q	540				2.119			2.759
	P							1.366	
1801	Q	120							120
	P							1.650	
1802	Q	200		3.000		1.024			4.224
	P							1.660	
1803	Q		42.424			1.622			44.046
	P							1.660	
1804	Q	2.000	65.477			2.049			69.526
	P							1.630	
1805	Q	5.100	79.180						84.280
	P							1.495	
1806	Q		62,118						62.118
	P							1.490	
1807	Q	1.400	37.386						38.786
	P							1.625	
1808	Q								
	P								
1809	Q		916			2.503			3.419
	P							2.000	
1810	Q		6.295						6.295
	P							1.700	
1811	Q								
	P								

Tabela 67

CAFÉ: Gráfico nº 78 - Tabela nºs 66-67.

O café é um dos mais novos produtos de exportação das regiões brasileiras. A exportação deu um salto em 1798, absolutamente anormal, pois, de 1799 em diante, a produção cresce sem jamais atingir o índice atingido em 1798. Somente em 1801 a reexportação passa a ter maior importância, igualando-se, no ano de 1803, o montante da exportação ao da reexportação.

O preço de exportação oscila violentamente nos dois primeiros anos do período. Em 1797, a exportação foi nula e os preços subiram bastante. Em 1798, a exportação cresceu bastante e os preços baixaram outro tanto. Descem as exportações no ano seguinte, subindo novamente o preço. De 1802 em diante, a tendência das exportações é aumentar, e a dos preços também. Os preços de reexportação oscilam juntamente com os preços de reexportação, indicando que é um produto típico de mercado internacional.

Também varia o preço interno do produto. Em alguns anos, há coincidências de preços. A principal região exportadora é o Rio de Janeiro, seguida pela Bahia e pelo Pará. A exportação das outras regiões é insignificante. O ano de maior exportação foi 1807, quando, no total exportaram-se 112.157 arrobas de café. Ao Rio de Janeiro coube a cota parte de 104.923 arrobas, ficando 4.979 para a Bahia e 2.255 para o Pará. A Itália era o maior consumidor de café brasileiro, seguindo-se Hamburgo e, posteriormente, a França. A maior exportação do período ocorreu em 1806, quando foram exportadas pelo Brasil 68.711 arrobas de café. Deste total, 24.310 foram para a Itália.

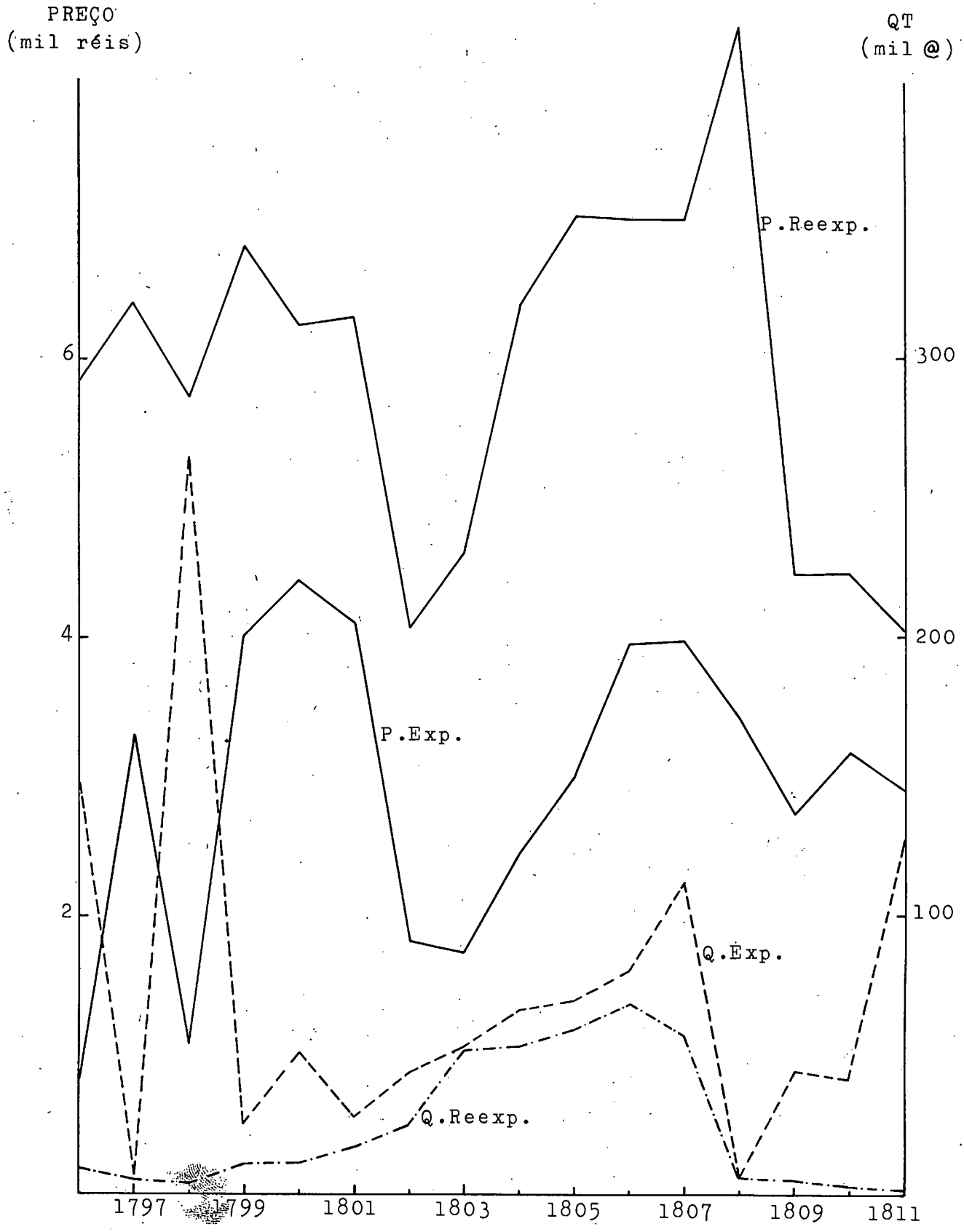

PREÇO
(mil réis)
QT
(mil @)
P.Reexp.
P.Exp.
Q.Exp.
Q.Reexp.
6
4
2
300
200
100
1797
1799
1801
1803
1805
1807
1809
1811

Gráfico 78

C A F É (A R R O B A S)

ANOS	PORTOS	R.JANEIRO	BAHIA	PERNAMBUCO	MARANHÃO	PARÁ	PARAÍBA	SANTOS	CEARÁ	PREÇO MÉDIO	QUANTIDADE
1796	P	750	3.100		3.100	3.410		3.300		855	
	Q	139.116	1.983		165	3.942		13			145.219
1797	P	3.300	3.100		3.100	3.410		3.300		3.315	
	Q	2.949	758		23	2.170		107			6.007
1798	P	3.800	3.200		750	2.550		3.800		984	
	Q	14.642	5.020		238.858	5.019		528			264.067
1799	P	4.000	4.000	4.000	4.000	4.000				4.000	
	Q	17.147	4.917	20	97	3.224					25.405
1800	P	4.000	4.000	4.000	4.000	4.000				4.000	
	Q	40.682	5.193	137	304	4.903					51.219
1801	P	4.100	4.100		4.100	4.100				4.100	
	Q	21.178	4.872		208	2.562					28.820
1802	P	2.050	2.050			1.700				1.824	
	Q	31.836	6.433			4.793					43.062
1803	P	1.750	1.750	1.750	1.700	1.700				1.750	
	Q	41.389	6.520	994	324	4.376					53.603
1804	P	2.200	3.000	3.000		3.500				2.420	
	Q	53.191	6.927	584		6.255					66.957
1805	P	3.000	3.100			3.500				3.020	
	Q	62.914	4.267			2.624					69.805
1806	P	4.000	3.500	3.200	4.000	4.000				3.940	
	Q	70.547	6.950	304	132	2.456					80.389
1807	P	4.000	3.400			4.000				3.980	
	Q	104.923	4.979			2.255					112.157
1808	P	4.000	3.200							3.425	
	Q	1.662	4.247								5.909
1809	P	2.800	2.500			2.500				2.730	
	Q	34.225	7.267			2.976					44.468
1810	P	3.200	2.000			3.200				3.157	
	Q	35.603	2.953			2.498					41.054
1811	P	2.600				3.000				2.900	
	Q	27.638				98.968					126.606

Tabela 66

C A F É (A R R O B A S)

PAISES / ANOS		HAMBURGO	INGLATERRA	ITÁLIA	FRANÇA	HOLANDA	CASTELA	PRÚSSIA	DINAMARCA	SUÉCIA	RÚSSIA	ALEMANHA	BARBÁRIA	MALTA	E.UNIDOS	QUANTIDADE / PREÇO MÉDIO
1796	Q	1.308		7.507		54				24			70	317	2	9.283
	P															5.835
1797	Q	3.151	13	1.963		516		82			16		103			5.884
	P															6.400
1798	Q	2.226		1.424			67		2			263	3			3.985
	P															5.733
1799	Q	6.128	373	4.862		4		67			2					11.436
	P															6.800
1800	Q	4.514	719	4.118			1.573	1.162	68	62	286		703			13.205
	P															6.233
1801	Q	8.725	25	1.134	3.418	157	152	2.110	206	408						16.425
	P															6.300
1802	Q	3.321		11.509	6.691	1.715				218	572		453			24.479
	P															4.065
1803	Q	37.721			10.171	1.059	783	1.384	943		557					52.619
	P															4.600
1804	Q	25.666		7.969	10.936	6.707		382	867	1.153	160					53.740
	P															6.380
1805	Q	14.171		33.270	7.366	3.608	383		769	201					180	59.948
	P															7.010
1806	Q	10.455	589	24.310	16.107	14.944	771				1.286		249			68.711
	P															7.000
1807	Q	2.416	482	45.966	3.311	1.632	692			333	1.072		169			56.073
	P															7.000
1808	Q			5.285												5.285
	P															8.400
1809	Q		1.938	3.034												4.972
	P															4.450
1810	Q		608	2.550							45					3.203
	P															4.450
1811	Q		1.076													1.076
	P															4.050

Tabela 67

MEIOS DE SOLA: Gráfico nº 79 - Tabela nºs 68-69

Meios de sola coloca-se como o décimo primeiro produto da exportação colonial. A exportação do Brasil para Portugal cresce de 1798 até 1803, com algumas flutuações. De 1803 até 1806 cai verticalmente. Há uma breve recuperação em 1807, para cair novamente em 1808.

Dessa quantidade exportada, Portugal reexportava uma parcela mínima, que apenas tem significado em 1799. Isto transforma este produto numa matéria-prima típica do consumo interno do Reino.

Os preços de exportação são estagnantes. Tendem a declinar de 1797 até o final do período. Em contraposição, os preços de reexportação crescem durante todo o período, com exceção dos anos de 1803, 1804 e 1805, quando se verifica uma queda do preço de reexportação. A alta do preço no mercado externo é pujante, de 1805 em diante, até 1808.

O crescimento da exportação no período inicial foi acompanhado da alta dos preços de reexportação. A divergência mais séria nesta correlação se dá em 1803 e 1807, quando o preço de reexportação desceu e a quantidade exportada sobe. Em 1807, é o preço que sobe em oposição à quantidade, que desce.

O preço unitário desse produto no mercado interno também oscilava bastante. Isto dependia da qualidade do produto, que variava muito. A principal região exportadora desse produto é a Bahia, seguindo-se Pernambuco, Rio de Janeiro e Pará, em pé de igualdade. O ano em que se registrou a maior exportação foi 1803. Neste ano, foram exportados 96.005 meios de sola. Da Bahia saíram 42.125 unidades, de Pernambuco 38.468, e do Rio de Janeiro 12.081. Somente Castela e Itália adquiriam este produto brasileiro.

MEIOS DE SOLA

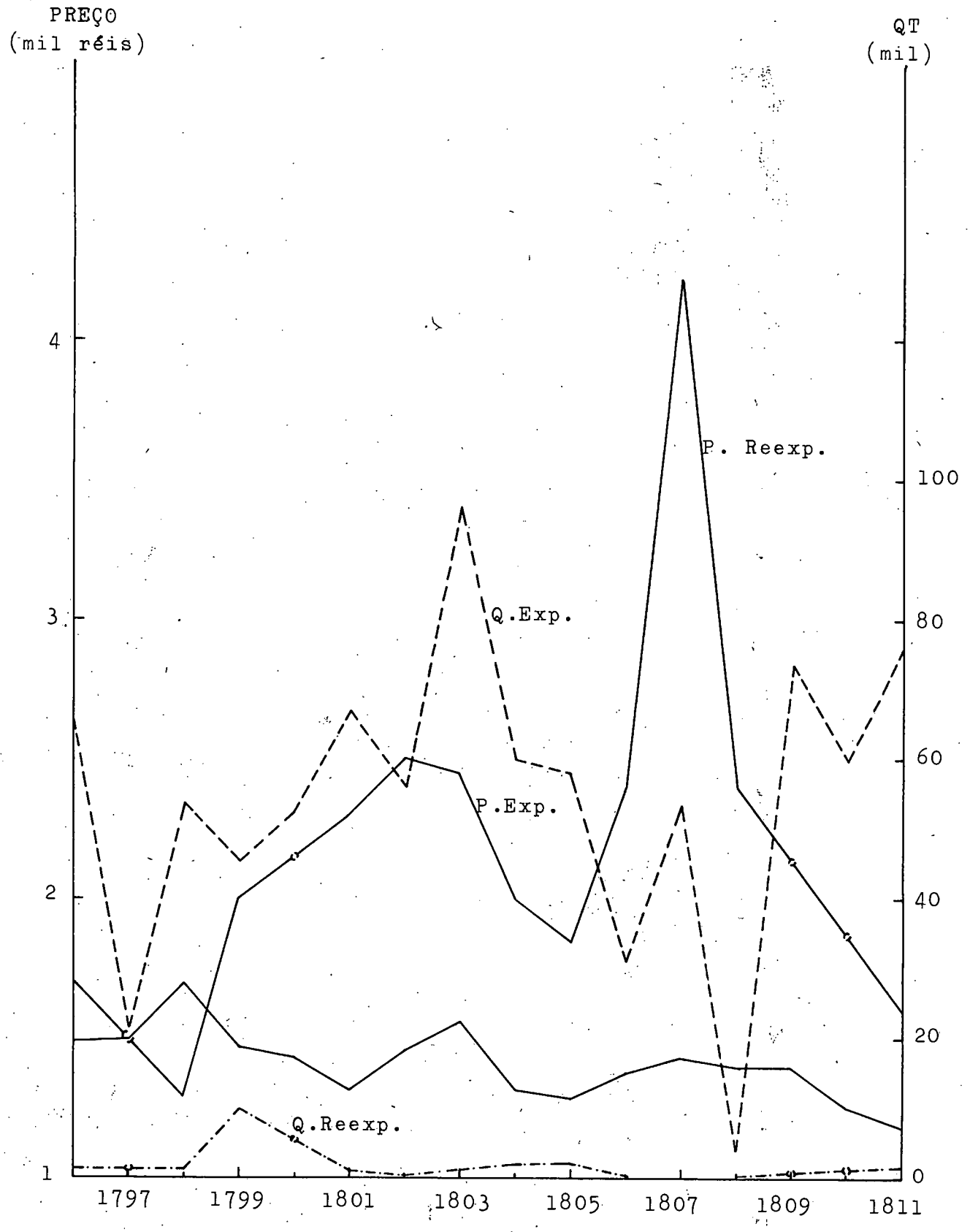


Gráfico 79

M E I O S D E S O L A (U N I D A D E)

ANOS	PORTOS	R.JANEIRO	BAHIA	PERNAMBUCO	MARANHÃO	PARÁ	PARAÍBA	SANTOS	CEARÁ	PREÇO MEDIO	QUANTIDADE
1796	P	1.000	1.600	1.200	1.600	1.600	1.000	1.000		1.490	
	Q	73	51.878	12.541	694	1.330	59	24			66.599
1797	P	1.000	1.600	1.300	1.300	1.700		1.700		1.500	
	Q	1.307	11.473	7.233	5	1.571		440			22.029
1798	P	1.300	1.800	1.600		1.700		1.700		1.700	
	Q	2.352	43,541	6.576		1.303		451			54.223
1799	P	1.800	1.400	1.600	1.400	1.400				1.469	
	Q	1.625	31.194	13.281	390	1.265					47.755
1800	P	1.400	1.400	1.500	1.400	1.500	1.500			1.430	
	Q	1.395	32.348	15.834	2.717	150	223				52.667
1801	P	1.275	1.275	1.425						1.322	
	Q	2.368	43.953	21.367							67.686
1802	P	1.200	1.400	1.600	1.600	1.600				1.460	
	Q	2.970	33.550	15.734	3.071	1.395					56.770
1803	P	1.200	1.375	1.600	1.600	1.600				1.560	
	Q	12.081	42.125	38.468	1.889	1.442					96.005
1804	P		1.300	1.350						1.320	
	Q		28.302	32.138							60.440
1805	P		1.300	1.300					950	1.290	
	Q		29.901	25.722					3.041		58.664
1806	P		1.325	1.500						1.385	
	Q		19.903	9.905							29.808
1807	P		1.400	1.500						1.430	
	Q		37.911	17.839							55.750
1808	P		1.400							1.400	
	Q		4.800								4.800
1809	P		1.400	1.400	1.400					1.400	
	Q		44.878	27.968	1.437						74.283
1810	P		1.000	1.400						1.260	
	Q		21.494	38.384							59.888
1811	P	800	1.200	1.200		700				1.187	
	Q	2.320	21.551	52.209		114					76.194

Tabela 68

MEIOS DE SOLA (UNIDADES)

PAISES / ANOS		HAMBURGO	INGLATERRA	ITÁLIA	FRANÇA	HOLANDA	CASTELA	PREÇO MÉDIO	QUANTIDADE
1796	Q			1.372			85		1.457
	P							1.700	
1797	Q								
	P								
1798	Q			696			730		1.426
	P							1.291	
1799	Q						10.540		10.540
	P							2.000	
1800	Q								
	P								
1801	Q						1.845		1.845
	P							2.300	
1802	Q						465		465
	P							2.500	
1803	Q			260			1.650		1.910
	P							2.450	
1804	Q			2.314			1.161		3.475
	P							2.000	
1805	Q			2.676			890		3.566
	P							1.850	
1806	Q						409		409
	P							2.400	
1807	Q						570		570
	P							4.212	
1808	Q						272		272
	P							2.400	
1809	Q								
	P								
1810	Q								
	P								
1811	Q						1.637		1.637
	P							1.600	

Tabela 69

COUROS SALGADOS: Gráfico nº 80 - Tabelas nºs 70-71

Couro salgado é um produto que se destina ao mercado externo. A supremacia da reexportação sobre a exportação em vários anos indica essa tendência. Claro que, não sendo um produto perecível, os estoques permitem esta defasagem entre a quantidade exportada e a quantidade reexportada.

A tendência marcante é o crescimento do volume da exportação e também da reexportação, declinando verticalmente de 1807 para 1808. No ano de 1806, atingiu-se a máxima reexportação.

Os preços de exportação e reexportação crescem no início do período. A exportação, até 1798; e a reexportação, até 1799. Daí para frente, os preços estão em fase de baixa. O declínio é mais acentuado nos preços de exportação do que nos preços de reexportação.

Em geral, há um descompasso anual entre a alta dos preços e o crescimento do volume das exportações. As quantidades sempre seguem a tendência dos preços. Somente em 1805 e 1806 é que esta tendência se modifica, quando o volume das exportações e reexportações cresce, independentemente da retração que se manifestava nos preços.

A Bahia e Pernambuco disputam a primazia da exportação desse produto. Em terceiro lugar vem o Maranhão. Em 1807, ocorreu a maior exportação, com o total de 174.084 arrobas. Da Bahia saíram 99.642 arrobas e, de Pernambuco, 45.096. Os preços variam entre as regiões brasileiras, sendo os preços do Maranhão os mais baixos. Os principais compradores deste produto eram a Itália, Hamburgo e a Inglaterra. A França somente se torna um consumidor efetivo do produto no fim do período. Para Castela, irregularmente, partiam quantias consideráveis.

C O U R O S S A L G A D O S

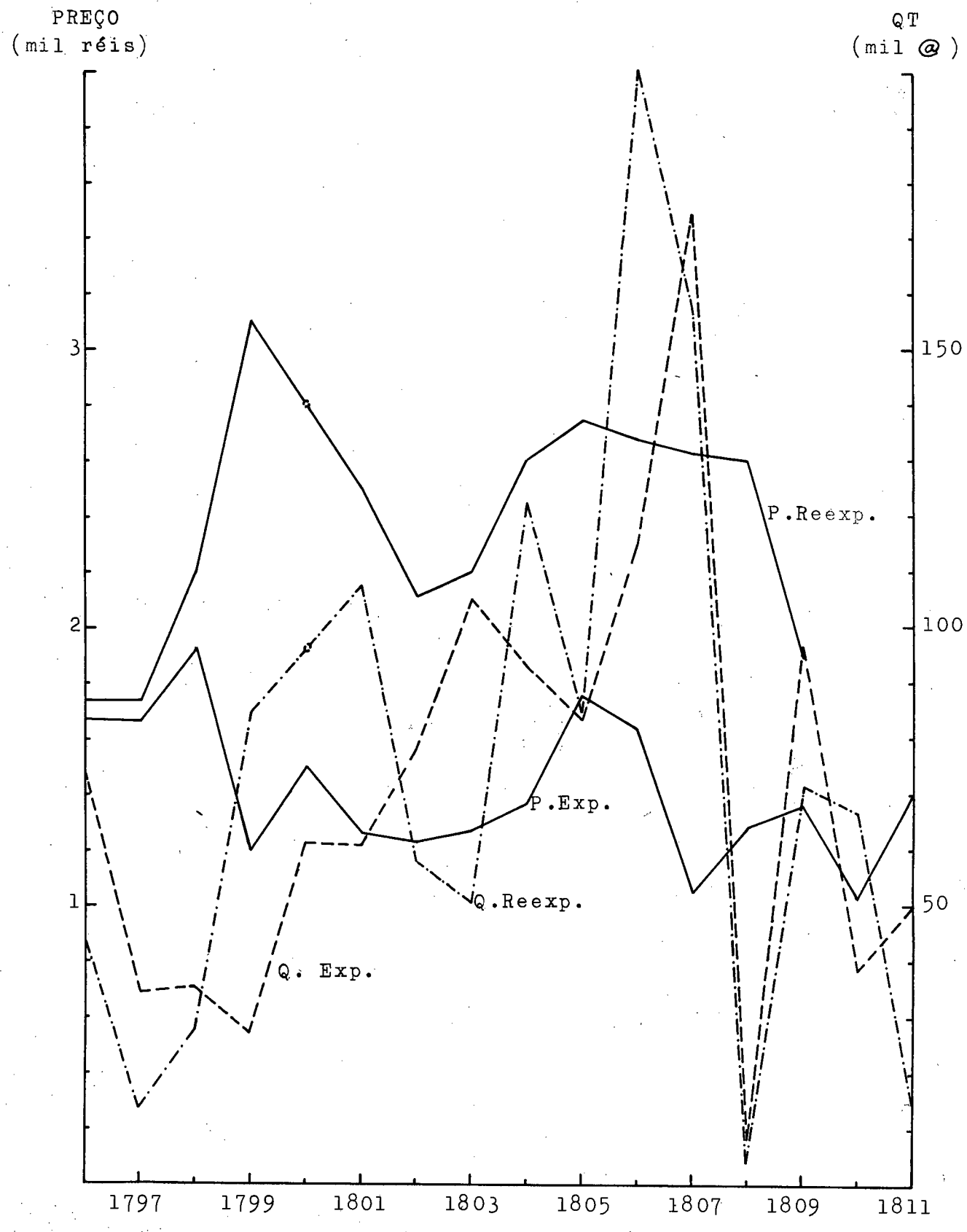


Gráfico 80

C O U R O S S A L G A D O S (A R R O B A S)

ANOS	PORTOS	R.JANEIRO	BAHIA	PERNAMBUCO	MARANHÃO	PARÁ	PARAÍBA	SANTOS	CEARÁ	PREÇO MÉDIO	QUANTIDADE
1796	P		1.850	1.850	1.250	1.000	1.850			1.679	
	Q		43.267	12.224	5.424	11.053	2.256				74.224
1797	P		1.850	1.850	1.300	1.100				1.663	
	Q		15.653	8.896	5.430	4.814					37.793
1798	P		2.080	1.900	1.800	1.200				1.928	
	Q		13.714	19.240	862	1.970					35.786
1799	P			1.200	1.400	1.200	1.200			1.200	
	Q			18.901	5.830	2.128	590				27.499
1800	P	1.500	1.500	1.500			1.400			1.500	
	Q	17.836	17.469	24.760			1.224				61.289
1801	P		1.600	1.600	800	550				1.261	
	Q		21.582	29.841	8.333	1.374					61.130
1802	P		1.300	1.450	725	725				1.230	
	Q		34.041	25.002	15.913	3.190					78.146
1803	P		1.400	1.500	750					1.268	
	Q		29.311	47.242	25.462						105.015
1804	P		1.500	1.500	800	700				1.375	
	Q		33.082	44.100	11.258	4.582					93.022
1805	P		1.500	2.050		850			2.000	1.759	
	Q		27.032	47.364		7.767			1.180		83.343
1806	P		1.550	1.850	1.000				1.850	1.628	
	Q		33.129	61.746	18.590				2.487		115.952
1807	P		2.080	1.850	1.000	1.000			1.000	1.054	
	Q		99.642	45.096	14.845	9.593			4.908		174.084
1808	P		1.500		1.000	900				1.287	
	Q		6.764		984	403					8.151
1809	P		1.400	1.500	800					1.361	
	Q		42.181	41.077	12.979						96.237
1810	P		1.500	1.500	800					1.036	
	Q		13.243	18.422	7.162						38.827
1811	P		1.400	1.500	1.000					1.400	
	Q		17.670	25.835	6.550						50.055

Tabela 70

C O U R O S S A L G A D O S (A R R O B A S)

PAISES ANOS		HAMBURGO	INGLATERRA	ITÁLIA	FRANÇA	HOLANDA	CASTELA	PRUSSIA	DINAMARCA	SUÉCIA	RÚSSIA	ALEMANHA	BARBARIA	MALTA	QUANTIDADE PREÇO MÉDIO
1796	Q	9.330		25.679		1.142				42		1.677		2.560	40.430
	P														1.740
1797	Q	683	1.292	2.031	8.409	1.217		174							13.806
	P														1.740
1798	Q	22.309	600	4.648						350					27.907
	P														2.205
1799	Q	27.329	13.628	30.542			3.321	400	531	867		8.009			84.627
	P														3.100
1800	Q														
	P														
1801	Q	64.374	2.537		16.005	3.500	10.594	10.887							107.897
	P														2.500
1802	Q			49.226	7.402	1.457									58.085
	P														2.110
1803	Q		12.756	21.461	9.279	4.500	686	2.077							50.759
	P														2.200
1804	Q	23.904	39.062	40.221	8.660	4.800	3.507		1.705	310	304				122.473
	P														2.600
1805	Q	799	27.317	29.908	22.855	2.577			112	1.060					84.628
	P														2.745
1806	Q	10.106	83.100	31.936	56.795	12.633	827			5.374					200.771
	P														2.675
1807	Q	800	11.447	40.739	51.570	32.313	15.692			4.510					157.071
	P														2.625
1808	Q		1.178	2.285						656					4.119
	P														2.600
1809	Q		15.329	41.465			12.473			1.500			602		71.369
	P														1.900
1810	Q		27.682	38.527			608								66.817
	P														1.800
1811	Q		3.571	7.639			2.121								13.331
	P														2.000

Tabela 1

ATANADOS: Gráfico nº 81 - Tabelas nºs 72-73

Deste produto em diante, não estaremos mais obedecendo à hierarquia, porque os produtos que às vezes são mais importantes na exportação não o são na reexportação, faltando, neste caso, os dados para compararmos preços e quantidades de exportação e reexportação. Neste caso, preferimos os produtos, que, apesar de menos importantes, são produtos de reexportação, e com uma série de dados mais se quente.

O atanado se constitui num produto típico de consumo interno, no mercado do Reino. As quantidades reexportadas são mínimas, pelo menos de 1797 a 1803, quando cresce um pouco a reexportação, até 1804, flutuando, a seguir. A flutuação da exportação do Brasil para Portugal é intensa, e a tendência geral é declinante. As baixas mais notáveis ocorrem em 1797 e 1805.

O preço de exportação tende a baixar até 1801, subindo levemente no período posterior, com o ponto de máxima em 1809. Enquanto o preço de exportação tende para a baixa em 1798, o preço de reexportação sobe violentamente, apresentando o descompasso mais notável do período. A tendência dos preços de reexportação é declinar, desde 1799, até 1805, quando atingiu o ponto mais baixo, exatamente no momento em que o preço de exportação caminhava para atingir o seu ponto mais alto. O preço de reexportação volta a subir, até 1807.

Os preços de reexportação estão subindo em 1797, quando a quantidade de exportação está baixando. Em 1799, os preços de reexportação continuam subindo, começando, neste mesmo ano, a subir da subir a quantidade de exportação. No ano seguinte, dá-se a queda dos preços de reexportação e das quantidades de exportação. A seguir, os movimentos continuam a ser divergentes.

A principal região exportadora do produto é o Rio de Janeiro, que tem a secundá-la o Maranhão e o Pará. O Rio de Janeiro apresenta uma tendência mais ou menos constante no movimento de exportação desse produto. Nas outras regiões, entretanto, as quantidades exportadas variam bastante.

Os preços são próximos, mas não idênticos. Mais uma vez, a qualidade do produto parece ser a explicação para o fato. A técnica de curtir couros não estava muito desenvolvida na época, o que explica qualidades variantes. A maior exportação ocorreu em 1796,

quando foram exportados 1.045.986 atanados, cabendo ao Rio de Janeiro 919.846 unidades, o que demonstra claramente a sua preponderância neste setor. A maior parte da reexportação destinava-se à Itália.

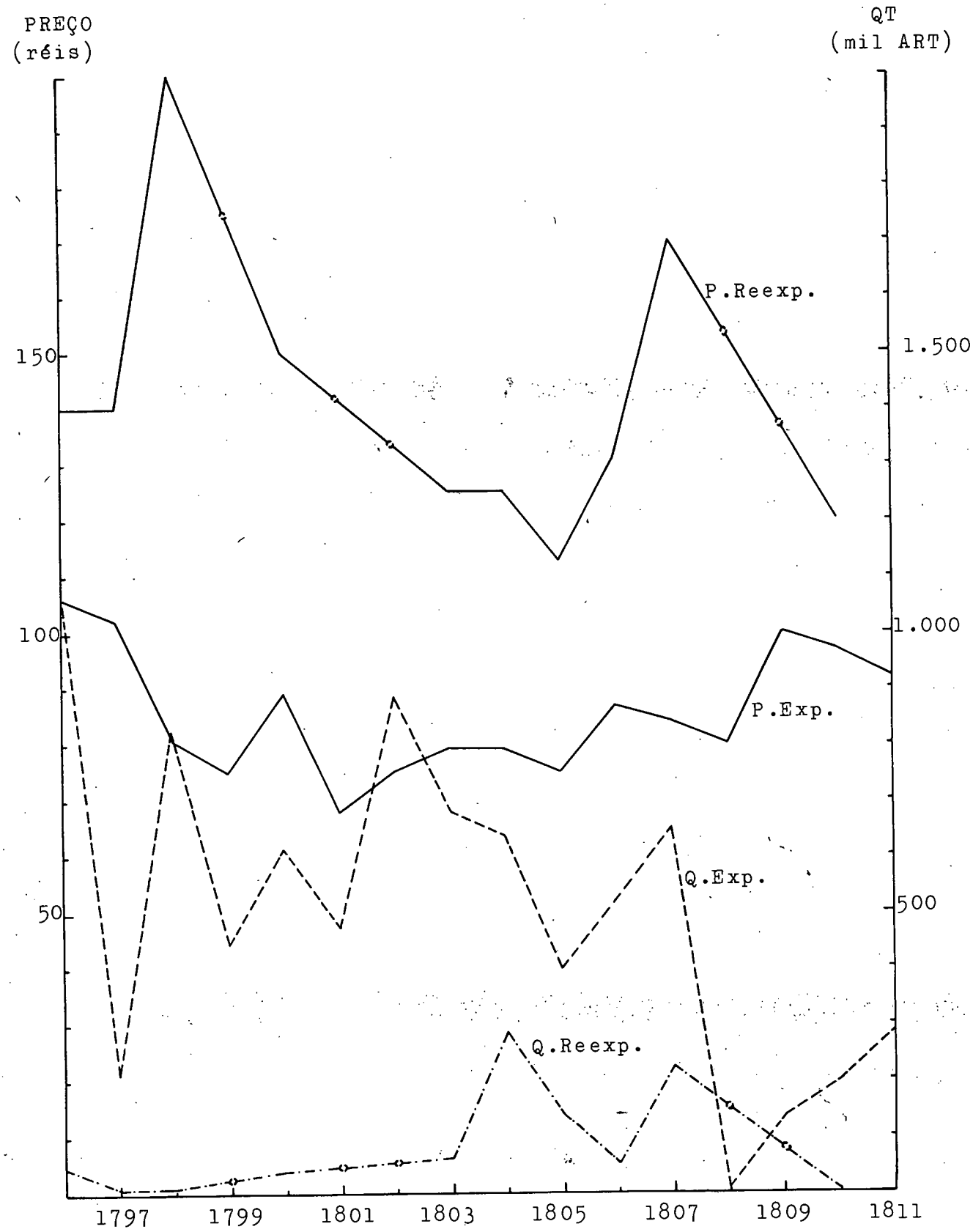

PREÇO
(réis)
QT
(mil ART)
P.Reexp.
P.Exp.
Q.Exp.
Q.Reexp.
150
100
50
1.500
1.000
500
1797
1799
1801
1803
1805
1807
1809
1811

Gráfico 81

A T A N A D O S (A R R A T E I S)

ANOS	PORTOS	R.JANEIRO	BAHIA	PERNAMBUCO	MARANHÃO	PARÁ	PARAÍBA	SANTOS	CEARÁ	PREÇO MÉDIO	QUANTIDADE
1796	P	108	100	100	100	60				106	
	Q	919.846	3.300	107.800	440	15.100					1.045.986
1797	P	108		100	100	70				102	
	Q	148.258		36.520	7.700	22.980					215.458
1798	P	75		75	100	100		100		81	
	Q	601.280		19.488	35.280	104.160		64.000			822.208
1799	P	75		75	75	75				75	
	Q	272.000		128	27.168	146.240					445.536
1800	P	100			80	80				89	
	Q	92.760			81.568	241.088					615.424
1801	P	68			68	68				68	
	Q	378.624			22.816	72.736					474.176
1802	P	75		75	75	75				75	
	Q	780.032		2.816	92.352	15.680					890.880
1803	P	78			80	80				79	
	Q	544.896			102.892	31.416					698.904
1804	P	78			75	80				79	
	Q	534.568			88.300	12.488					635.356
1805	P	75			75	75				75	
	Q	234.059			177.348	39.760					398.446
1806	P	90			80	80				87	
	Q	407.386			87.332	25.762					520.480
1807	P	100		80		80				84	
	Q	361.303		88.140		21.270					650.713
1808	P	80								80	
	Q	15.319									15.319
1809	P	100	100		100	100				100	
	Q	1.225.600	3.509		81.900	[illegible].120					1.359.129
1810	P	100				90				97	
	Q	147.534				49.470					197.004
1811	P	90			100	100				92	
	Q	233.769			43.550	9.900					287.219

Tabela 72

A T A N A D O S (A R R A T E I S)

PAISES / ANOS		HAMBURGO	INGLATERRA	ITÁLIA	FRANÇA	CASTELA	SUÉCIA	BARBÁRIA	PREÇO MÉDIO	QUANTIDADE
1796	Q			76.360		45	460			46.865
	P								140	
1797	Q			11.500						11.500
	P								140	
1798	Q					3.600				3.600
	P								200	
1799	Q									
	P									
1800	Q			33.000		6.000				39.000
	P								150	
1801	Q									
	P									
1802	Q									
	P									
1803	Q			63.500						63.500
	P								125	
1804	Q			231.584	32.000		24.000			287.584
	P								125	
1805	Q			137.508			6.400			143.904
	P								113	
1806	Q			52.000						52.000
	P								131	
1807	Q	31.600		195.349						226.949
	P								170	
1808	Q									
	P									
1809	Q									
	P									
1810	Q					3.500				3.500
	P								120	
1811	Q									
	P									

Tabela 73

GOMA: Gráfico nº 82 - Tabelas nºs 74-75

A quantidade de goma exportada pelo Brasil em direção a Portugal sofreu oscilações violentas. Em 1796, a exportação foi de 9.945 arrobas. No ano de 1798, passou para 40.690 arrobas. Em 1802, desceu para 16.250 arrobas, voltando, em 1804, a elevar-se para 54.042 arrobas. Certamente, a tendência do volume das exportações é crescer. Isto até 1804, pois, de 1806 em diante, declina violentamente a exportação desse produto; portanto, muito antes da abertura dos portos.

Tratava-se, evidentemente, de um produto consumido na indústria portuguesa, pois o volume de reexportação é insignificante face ao volume da exportação. Pode mesmo ser considerado simbólico, de 1800 a 1805, quando deixa de ser reexportado.

Os preços de exportação oscilam no início do período, com intensidade, estabilizando-se de 1801 em diante. Em 1805, começa a fase de retração dos preços. O preço de reexportação, nos poucos anos em que foi registrado, manteve-se baixo, primeiro, crescendo muito, depois. No ano de 1800, a defasagem entre o preço de exportação e o preço de reexportação é enorme. Em relação às quantidades, os preços se mantêm razoavelmente estáveis, pelo menos o preço de exportação.

O Rio de Janeiro é o principal exportador do produto. Segue-se o Maranhão, Pará, Bahia e Pernambuco, com quantidades irrisórias. A maior exportação ocorreu em 1804, quando atingiu 54.042 arrobas. Neste ano, o Rio de Janeiro exportou 37.822 arrobas, isto é, mais da metade de toda a exportação. Até 1798, o preço da goma variou de região para região. Firmou-se o preço a partir de 1799, mantendo-se constante até o final do período.

Os países compradores desse produto são: Inglaterra, Itália, França, Hamburgo e Castela.

G O M A

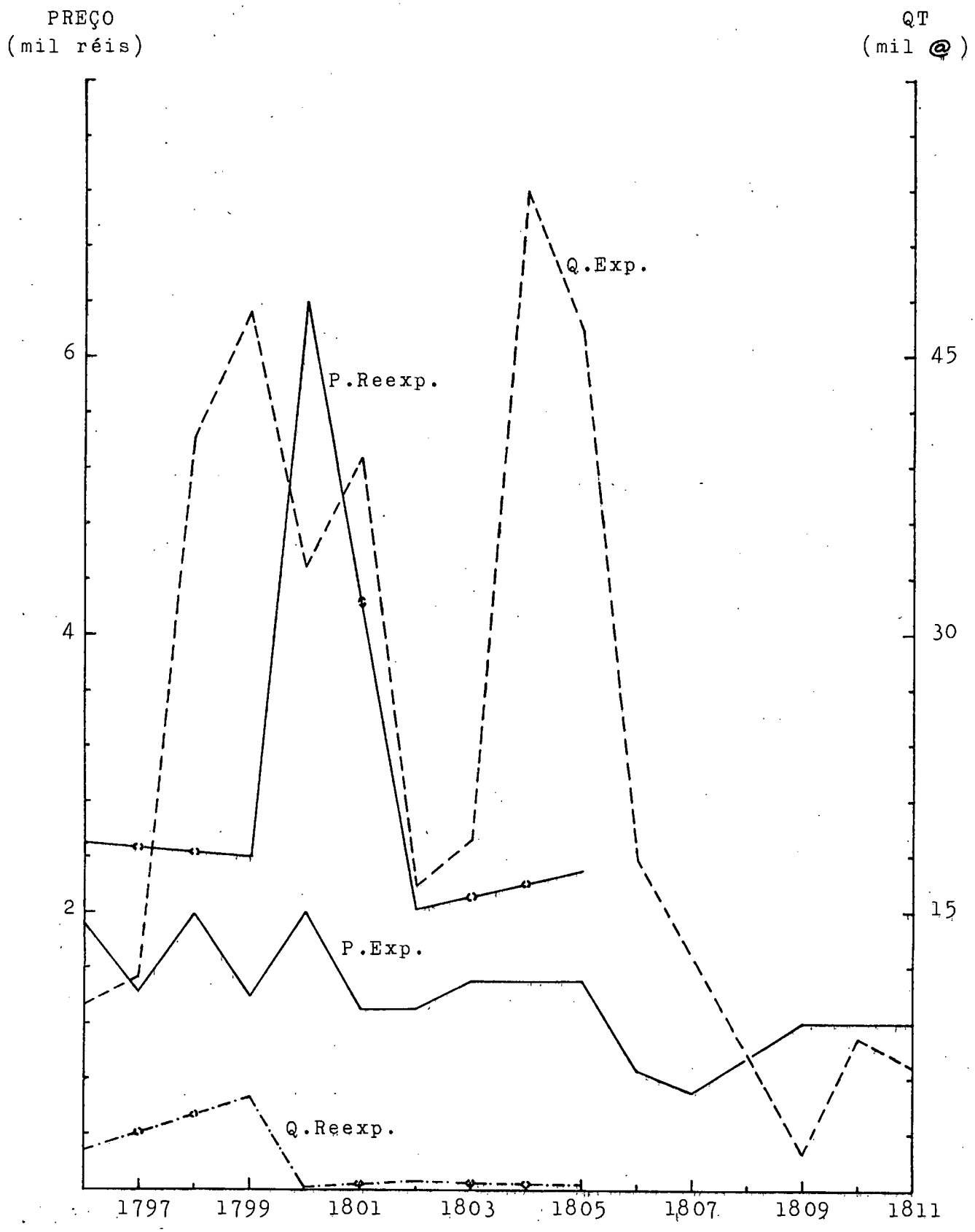


Gráfico 82

G O M A (A R R O B A S)

ANOS	PORTOS	R.JANEIRO	BAHIA	PERNAMBUCO	MARANHÃO	PARÁ	PARAÍBA	SANTOS	CEARÁ	PREÇO MÉDIO	QUANTIDADE
1796	P	1.400	600	1.400	800	880	880			1.907	
	Q	6.405	1.001	498	1.196	818	27				9.945
1797	P	1.600	1.000	1.920	1.600	1.600		1.920		1.436	
	Q	9.005	577	35	856	822		197			11.492
1798	P	2.000	1.600	2.000	2.000	2.000		2.000		1.988	
	Q	34.654	1.198	488	2.573	1.391		386			40.690
1799	P	1.400	1.400	1.400	1.400	1.400	1.400			1.400	
	Q	35.305	5.260	881	3.687	2.128	136				47.397
1800	P	2.000	2.000	2.000	2.000	2.000	2.000			2.000	
	Q	25.870	1.402	861	4.299	1.074	96				33.602
1801	P	1.300	1.300	1.300	1.300	1.300				1.300	
	Q	30.938	1.348	1.763	2.656	1.381					38.086
1802	P	1.300	1.300	1.300	1.300	1.300				1.300	
	Q	10.254	498	249	3.019	2.230					16.250
1803	P	1.500	1.500		1.500	1.500				1.500	
	Q	5.650	1.692		10.051	1.498					18.891
1804	P	1.500	1.500	1.500	1.500	1.500				1.500	
	Q	37.822	335	6.760	6.547	2.577					54.042
1805	P	1.500	1.500	1.500	1.500	1.500				1.500	
	Q	28.557	5.699	5.071	4.919	2.046					46.219
1806	P	800	800	800	1.600	800				850	
	Q	13.038	2.102	1.179	1.088	412					17.819
1807	P	700			700				700	700	
	Q	11.152			933				550		12.635
1808	P										
	Q										
1809	P		1.200		1.200	1.200				1.200	
	Q		150		732	1.040					1.922
1810	P	1.200			1.200	1.200				1.200	
	Q	6.528			554	1.085					8.140
1811	P	1.200	1.200		1.200	1.200				1.200	
	Q	1.681	1.146		3.086	738					6.651

Tabela 74

G O M A (A R R O B A S)

PAISES / ANOS		HAMBURGO	INGLATERRA	ITÁLIA	FRANÇA	HOLANDA	CASTELA	PRÚSSIA	DINAMARCA	QUANTIDADE / PREÇO MÉDIO
1796	Q	1.437	706				8			2.151
	P									2.500
1797	Q									
	P									
1798	Q									
	P									
1799	Q		3.542	1.458						5.000
	P									2.400
1800	Q		105							105
	P									6.400
1801	Q									
	P									
1802	Q				551					551
	P									2.050
1803	Q									
	P									
1804	Q									
	P									
1805	Q	285								285
	P									2.300
1806	Q									
	P									
1807	Q									
	P									
1808	Q									
	P									
1809	Q									
	P									
1810	Q									
	P									
1811	Q									
	P									

Tabela 75

ANIL: Gráfico nº 83 - Tabelas nºs 76-77

Notamos uma grande flutuação neste produto. A quantidade exportada flutua terrivelmente, passando de 193.350 arratéis, em 1796, para 55.322, no ano seguinte, voltando a ser de 129.383, em 1798, caindo novamente para 39.960, em 1799. De 1800, ponto mais baixo da exportação no período, subiu rapidamente, para alcançar, em 1807, o ponto mais alto, com 214.634 arratéis de exportação.

O movimento de reexportação flutua muito, sem acompanhar o movimento da exportação. Em 1800, a reexportação supera a exportação. O maior descompasso entre os dois movimentos se deu no ano de 1806.

O preço de exportação tende a crescer no período, até - 1803, tendendo em seguida para a baixa. O preço de reexportação também oscila muito. Sofre uma profunda inflexão em 1799, subindo, a seguir, para atingir o melhor preço do período em 1801, declinando constantemente, a seguir. A relação entre quantidade e preço é divergente, até mesmo confusa.

A principal região exportada do produto era o Rio de Janeiro, seguindo-se o Pará e a Bahia. Afora estas três regiões, apenas Santos fez uma pequena exportação em 1798. De fato, ao Rio de Janeiro cabia a quase totalidade da exportação brasileira. A maior exportação ocorreu em 1807, quando 214.634 arratéis de anil foram exportados pelo Brasil. Coube ao Rio de Janeiro a exportação de 212.324 arratéis, e, ao Pará, apenas 2.310 arratéis. Hamburgo comprava a maior parcela das exportações brasileiras, seguido pela Inglaterra e Itália.

A N I L

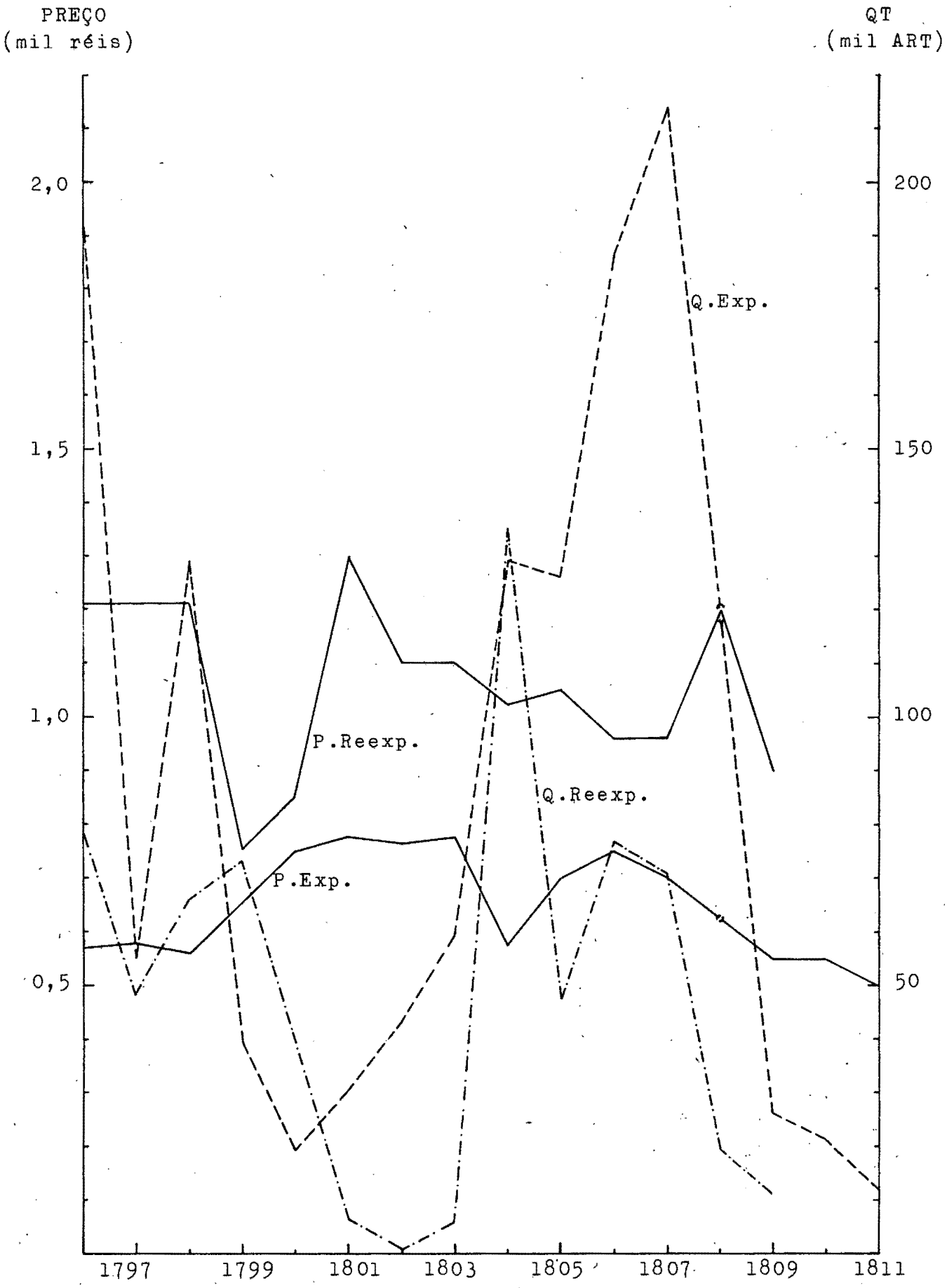


Gráfico 83

A N I L (A R R A T E I S)

ANOS	PORTOS	R.JANEIRO	BAHIA	PERNAMBUCO	MARANHÃO	PARÁ	PARAÍBA	SANTOS	CEARÁ	PREÇO MÉDIA	QUANTIDADE
1796	P	560	575			1.200				568	
	Q	188.902	2.144			2.304					193.350
1797	P	560	575			1.200				576	
	Q	53.690	205			1.427					55.322
1798	P	560				1.200		1.200		559	
	Q	116.175				5.389		1.849			129.383
1799	P	650	650			650				650	
	Q	37.542	752			1.666					39.960
1800	P	750	750			750				750	
	Q	2.178	672			16.333					19.183
1801	P	775				775				775	
	Q	27.427				2.551					29.978
1802	P	765				765				765	
	Q	41.669				1.808					43.477
1803	P	775				775				775	
	Q	53.667				5.926					59.593
1804	P	575				575				575	
	Q	128.860				975					129.835
1805	P	700				700				700	
	Q	124.120				2.427					126.547
1806	P	750				750				750	
	Q	183.540				2.300					185.840
1807	P	700				700				700	
	Q	212.324				2.310					214.634
1808	P										
	Q										
1809	P	550	550			550				550	
	Q	20.798	4.376			877					26.051
1810	P	550	500							549	
	Q	20.782	517								21.299
1811	P	500								500	
	Q	11.913									11.913

Tabela 76

A N I L (A R R Á T E I S)

PAISES / ANOS		HAMBURGO	INGLATERRA	ITÁLIA	FRANÇA	HOLANDA	CASTELA	PRÚSSIA	SUÉCIA	RÚSSIA	ALEMANHA	BARBÁRIA	QUANTIDADE / PREÇO MÉDIO
1796	Q	39.991	6.544	16.204		13.190			120	230	3.456	32	79.767
	P												1.210
1797	Q	28.927	4.022	1.378		11.110		816		1.290	853		48.396
	P												1.210
1798	Q	15.906	49.304	1.184			98						66.492
	P												1.207
1799	Q	8.275	17.018	23.050		576							73.457
	P												750
1800	Q	16.804		19.976	495			880		2.723			40.878
	P												850
1801	Q	4.746	816				896						6.458
	P												1.300
1802	Q		519										519
	P												1.100
1803	Q		5.470										5.470
	P												1.100
1804	Q	6.782	10.614	2.052	17.714	1.425			1.865				40.452
	P												1.023
1805	Q	17.409	15.160	2.934	11.911								47.414
	P												1.050
1806	Q	6.773	9.763	14.078	42.466	3.531							76.611
	P												960
1807	Q	4.248	10.774	17.349	25.100	3.215							60.686
	P												960
1808	Q			3.884	1.488		14.400						19.767
	P												1.200
1809	Q		4.676				6.586						11.262
	P												900
1810	Q												
	P												
1811	Q												
	P												

Tabela 77

MELAÇO: Gráfico nº 84 - Tabelas nºs 78-79

A flutuação do volume da exportação do melaço é violenta. Em 1797, exportaram-se apenas 118 almudes do produto. Em 1799, pula-se para 27.451. Crescimento extraordinário da exportação. Em compensação, no ano de 1802 caiu para 3.986 almudes. Flutuando, ainda, nos anos seguintes, num verdadeiro ciclo regular, mas com tendência declinante.

O volume da reexportação é crescente, mas insignificante. Isto significa, que também o melaço é um produto típico do mercado interno do Reino.

O preço de exportação eleva-se nos primeiros anos de período. Atinge o máximo em 1802 e 1803. De 1804 a 1809, mantém um planalto em baixo nível. Os preços de reexportação têm o pico em 1798. No ano de 1803, descem abaixo do preço de exportação. A correlação entre preço e quantidade é contraditória. As tendências não são definidas.

Os preços internos desse produto são muito estáveis. A principal região exportadora é Pernambuco, secundado pela Bahia. Em 1799, ocorreu a maior exportação, 27.251 almudes. Somente de Pernambuco, saíram 20.148.

Apenas a Itália, Hamburgo e Inglaterra compravam este produto, sendo a Itália o principal comprador, adquirindo, praticamente, toda a produção.

M E L A Ç O

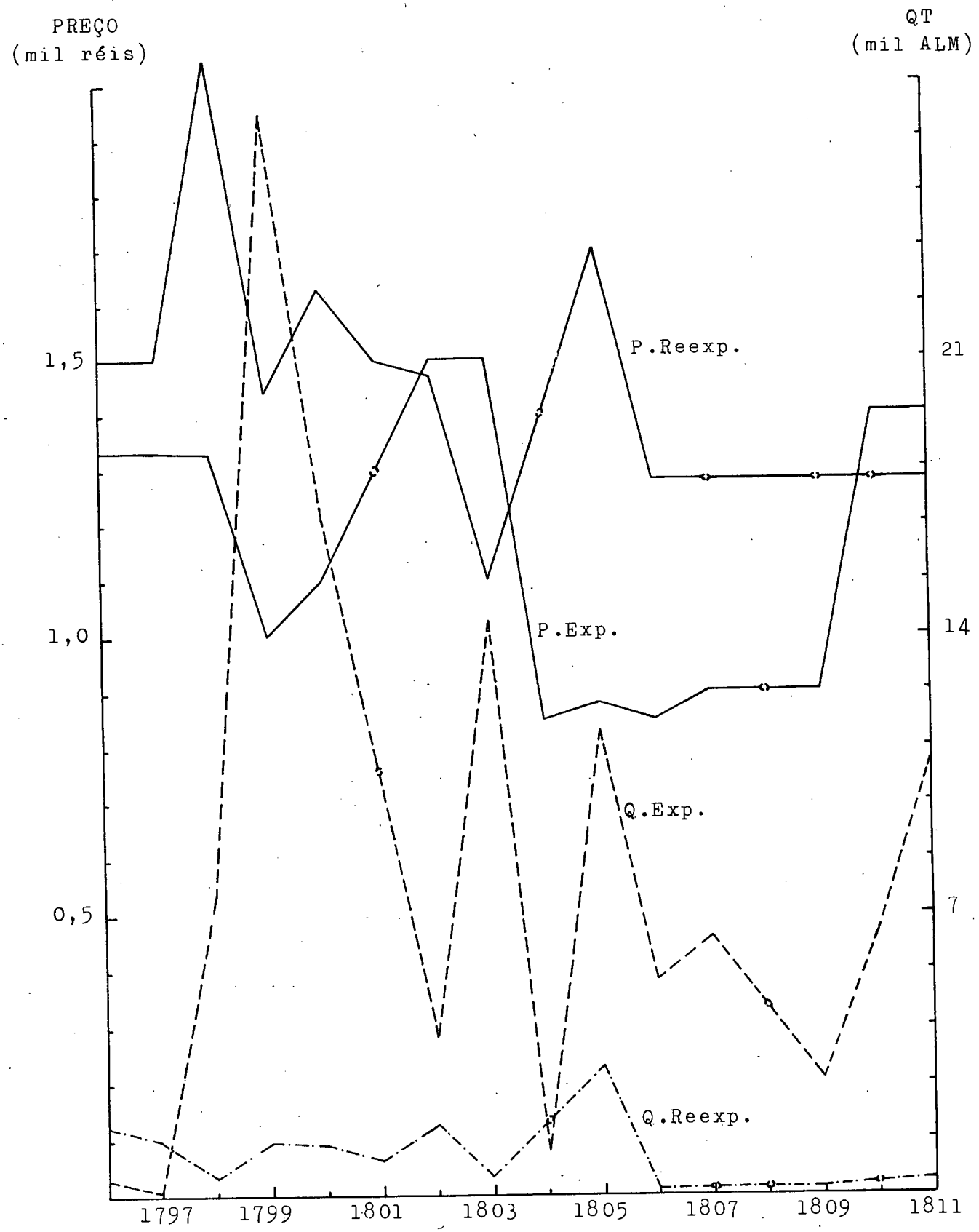


Gráfico 84

M E L A Ç O (A L M U D E S)

ANOS	PORTOS	R.JANEIRO	BAHIA	PERNAMBUCO	MARANHÃO	PARÁ	PARAÍBA	SANTOS	CEARÁ	PREÇO MÉDIO	QUANTIDAD
1796	P	1.333	1.333	1.333				1.333		1.333	
	Q	54	89	140				176			459
1797	P	1.333		1.333						1.333	
	Q	69		49							118
1798	P	1.330	1.330	1.330		1.500				1.330	
	Q	83	2.297	4.992		102					7.474
1799	P	1.000	1.000	1.000	1.000	1.000	1.000			1.000	
	Q	360	5.772	20.148	78	324	312				27.251
1800	P		1.100	1.100			1.100			1.100	
	Q		2.402	14.178			462				17.048
1801	P										
	Q										
1802	P			1.500						1.500	
	Q			3.986							3.986
1803	P		1.500	1.500						1.500	
	Q		3.366	10.980							14.346
1804	P		850							850	
	Q		1.234								1.234
1805	P			880						880	
	Q			11.658							11.658
1806	P			850						850	
	Q			5.400							5.400
1807	P			900						900	
	Q			6.468							6.468
1808	P										
	Q										
1809	P			900						900	
	Q			2.898							2.898
1810	P			1.400						1.400	
	Q			6.570							6.570
1811	P			1.400						1.400	
	Q			10.890							10.890

Tabela 78

M E L A Ç O (A L M U D E S)

PAISES / ANOS		HAMBURGO	INGLATERRA	ITÁLIA	FRANÇA	HOLANDA	CASTELA	PRÚSSIA	RÚSSIA	MALTA	QUANTIDADE / PREÇO MÉDIO
1796	Q		22	1.596						126	1.744
	P										1.500
1797	Q		170	480					26		676
	P										1.500
1798	Q			443							443
	P										2.047
1799	Q			1.320							1.320
	P										1.440
1800	Q	1.080	202								1.282
	P										1.670
1801	Q	600	288								888
	P										1.500
1802	Q			1.790							1.790
	P										1.470
1803	Q			494							494
	P										1.200
1804	Q										
	P										
1805	Q			3.222							3.222
	P										1.700
1806	Q			1.956							1.956
	P										1.280
1807	Q										
	P										
1808	Q										
	P										
1809	Q			1.956							1.956
	P										1.280
1810	Q										
	P										
1811	Q		4.260								4.260
	P										1.280

Tabela 79

TAPIOCA: Gráfico nº 85 - Tabelas nºs 78-79

A tapioca é um produto típico do consumo no mercado brasileiro, mas, como notamos pelo gráfico, também se destinava à exportação para Portugal e para a reexportação. É significativo, mesmo, que, em alguns anos, a quantidade reexportada tenha superado a quantidade exportada do Brasil para Portugal. Isto aconteceu de 1796 a 1799, em 1803 e 1804, e de 1806 em diante. Claro está que os estoques dos anos precedentes tinham condições de cobrir a diferença entre a exportação e a reexportação, principalmente porque não se trata de um produto perecível. Constatamos, pelo gráfico, que a tapioca se constituía num produto com condições de entrar no mercado internacional. A elasticidade do consumo é patente.

A tendência geral da exportação é crescente até 1802. Daí para a frente, a tendência é decrescente. A reexportação apresenta uma tendência mais intensamente crescente do que a exportação.

Os preços de exportação e reexportação flutuam mais ou menos com a mesma amplitude. O preço de exportação atinge o pico em 1798, enquanto o de reexportação atinge o máximo em 1803. Sofre uma inflexão sensível em 1804, recuperando-se a seguir.

Não é possível definir uma correlação entre preços e quantidade, pois suas curvas oscilam divergentemente. Uma constatação geral é possível: enquanto a exportação está crescendo, os preços de reexportação também crescem. Quando começa a retração da exportação em 1802, em 1803 os preços da reexportação começam a cair também. A exportação aumenta em 1804; em seguida, os preços aumentam também. Tem-se a nítida impressão de que é a produção que está comandando ao preço e não o preço à produção.

A tapioca é um produto típico da exportaçãc paraense. Do Rio de Janeiro, Bahia e Maranhãó, as exportações saíram apenaa em anos esparsos. Ela é mais constante no Pará; assim mesmo, há lacunas em certos anos, como se percebe pela tabela. Os preços do produto coincidem nas várias regiões. A exportação dc Pará representa a quase totalidade da exportação do produto. São dois os principais compradores: Hamburgo e Inglaterra.

T A P I O C A

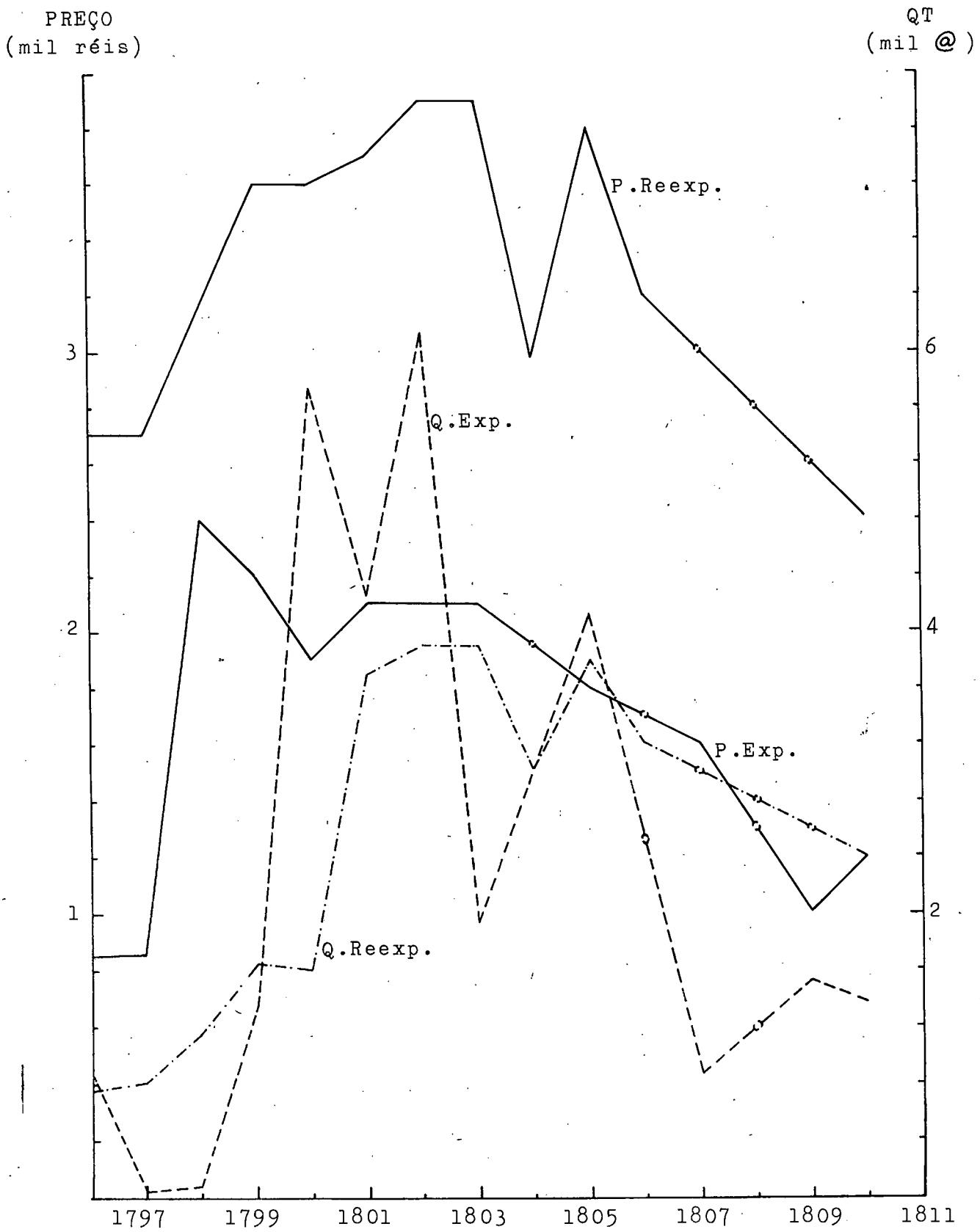


Gráfico 85

T A P I O C A (A R R O B A S)

ANOS	PORTOS	R.JANEIRO	BAHIA	PERNAMBUCO	MARANHÃO	PARÁ	PARAÍBA	SANTOS	CEARÁ	PREÇO MÉDIO	QUANTIDADE
1796	P		850		850	850				850	
	Q		250		10	626					886
1797	P		850		850					850	
	Q		20		8						28
1798	P					850				850	
	Q					82					82
1799	P	2.400								2.400	
	Q	1.372									1.372
1800	P					2.200				2.200	
	Q					5.743					5.743
1801	P					1.900				1.900	
	Q					4.257					4.257
1802	P					2.100				2.100	
	Q					7.136					7.136
1803	P					2.100				2.100	
	Q					1.938					1.938
1804	P										
	Q										
1805	P					1.800				1.800	
	Q					4.118					4.118
1806	P										
	Q										
1807	P					1.600					1.600
	Q					834					834
1808	P										
	Q										
1809	P					1.000				1.000	
	Q					1.521					1.521
1810	P					1.200				1.200	
	Q					1.373					1.373
1811	P										
	Q										

Tabela 78

T A P I O C A (A R R O B A S)

PAISES / ANOS		HAMBURGO	INGLATERRA	ITÁLIA	SUÉCIA	RÚSSIA	ALEMANHA	E.UNIDOS	PREÇO MÉDIO	QUANTIDADE
1796	Q	19	728	4	15			1		767
	P								2.700	
1797	Q		762				40			802
	P								2.700	
1798	Q	106	1.030			2				1.138
	P								3.150	
1799	Q		1.677							1.677
	P								3.600	
1800	Q	1.578	29							1.607
	P								3.600	
1801	Q	1.872	1.412							3.284
	P								3.700	
1802	Q	3.931	2.134		28					6.093
	P								3.900	
1803	Q	1.349	706							2.055
	P								3.900	
1804	Q	1.752								1.752
	P								2.970	
1805	Q	2.251	2.277							4.528
	P								3.800	
1806	Q	1.603	1.742							3.345
	P								3.200	
1807	Q	543								543
	P								3.000	
1808	Q									
	P									
1809	Q									
	P									
1810	Q		1.081							1.081
	P								2.400	
1811	Q									
	P									

Tabela 79

CRAVO-GROSSO: Gráfico nº 86 - Tabelas nºs 80-81

Excepcionalmente, este produto começa com reexportação superior à exportação, o que se explica pela existência de estoques anteriores, principalmente em se tratando de cravo-grosso, um produto não perecível. De 1796 a 1800, a reexportação esteve sempre acima da exportação. Bem distanciadas nos primeiros anos; bem próximas nos últimos. Novamente, em 1802, 1803 e 1804, a reexportação superou a exportação. Definitivamente, a exportação supera a reexportação de 1805 para a frente. Tal fato demonstra ser o cravo-grosso um produto típico de comércio exterior português.

Se atentarmos para a tendência geral dos preços no período, notamos a curva ascendente, principalmente dos preços de reexportação. O ponto máximo dos preços de exportação é atingido em 1803. Quanto à reexportação, o máximo ocorre em 1809.

Num primeiro momento, a exportação diminui, enquanto os preços sobem. Os preços continuam a subir, sendo acompanhados, agora, pelos da exportação. Em 1803, descem todos, em conjunto, até 1805, ponto de inflexão para este produto no período. A elevação da exportação em 1807 foi acompanhada pela reexportação, subindo os preços no mesmo período.

Somente duas regiões brasileiras exportavam este produto: Pará e Maranhão, sendo mínima a contribuição do Maranhão, restringindo-se a dois anos, 1802 e 1803. Todo o restante era exportado pelo Pará. O ponto máximo da exportação deu se em 1807, quando o Pará exportou 984 arrobas de cravo-grosso. Itália, Castela e e Barbária compravam quase toda a produção reexportada.

C R A V O G R O S S O

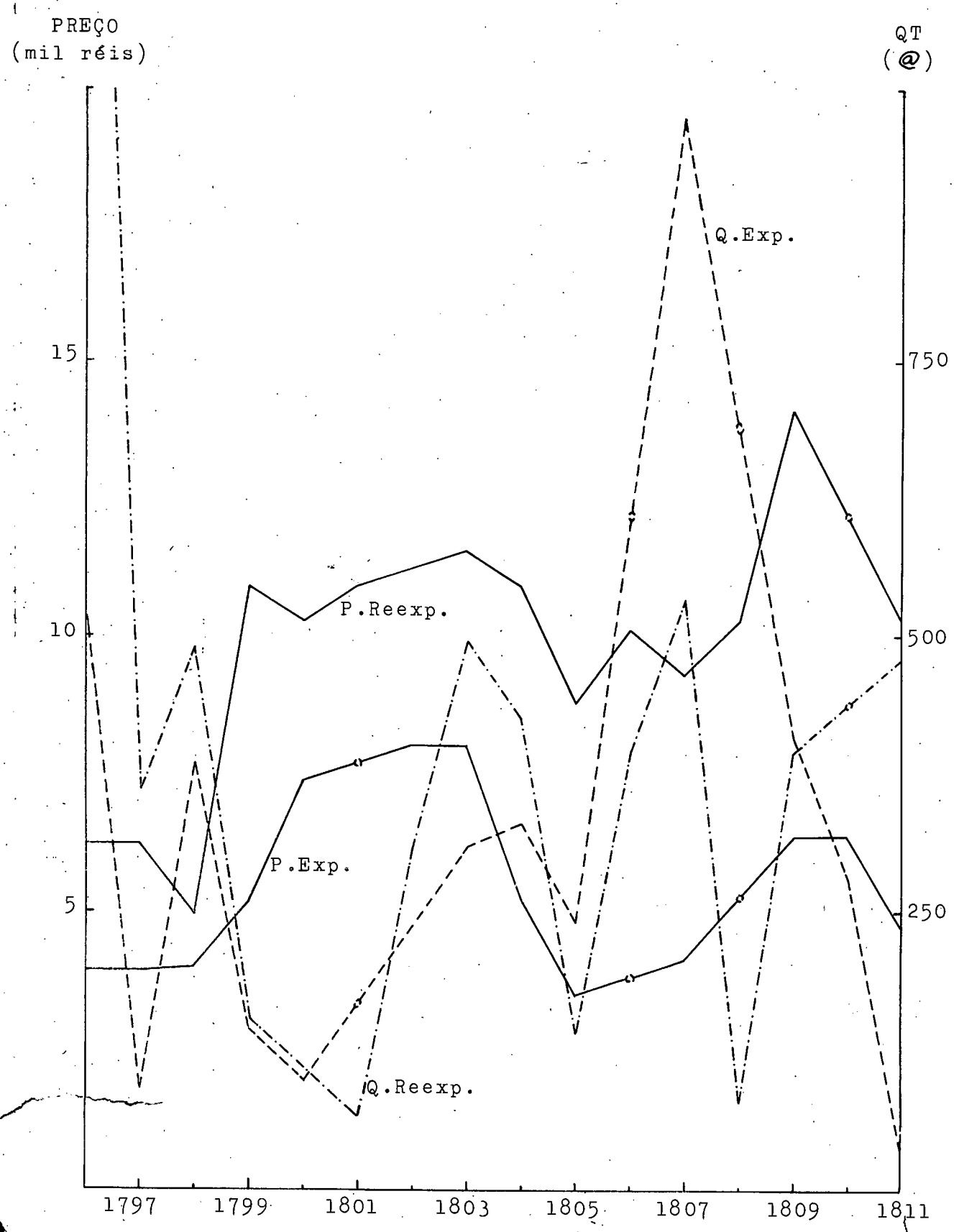


Gráfico 86

C R A V O G R O S S O (A R R O B A S)

ANOS	PORTOS	R.JANEIRO	BAHIA	PERNAMBUCO	MARANHÃO	PARÁ	PARAÍBA	SANTOS	CEARÁ	PREÇO MÉDIO	QUANTIDADE
1796	P					3.960				3.960	
	Q					511					511
1797	P					3.960				3.960	
	Q					89					89
1798	P					4.000				4.000	
	Q					384					384
1799	P					5.200				5.200	
	Q					145					145
1800	P					7.360				7.360	
	Q					99					99
1801	P										
	Q										
1802	P				8.000	8.000				8.000	
	Q				40	196					236
1803	P				8.000	8.000				8.000	
	Q				51	259					310
1804	P					5.280				5.280	
	Q					331					331
1805	P					3.520				3.520	
	Q					239					239
1806	P										
	Q										
1807	P					4.160				4.160	
	Q					984					984
1808	P										
	Q										
1809	P					6.400				6.400	
	Q					408					408
1810	P					6.400				6.400	
	Q					282					282
1811	P					4.680				4.680	
	Q					35					35

Tabela 80

C R A V O G R O S S O (A R R O B A S)

PAÍSES / ANOS		HAMBURGO	INGLATERRA	ITÁLIA	HOLANDA	CASTELA	BARBÁRIA	MALTA	PREÇO MÉDIO	QUANTIDADE
1796	Q	10	1.500	717	88	23	108	4		2.450
	P								6.200	
1797	Q	101				200	60			361
	P								6.200	
1798	Q					491				491
	P								4.987	
1799	Q			177			74			151
	P								10.880	
1800	Q						109			109
	P								10.240	
1801	Q			65						65
	P								10.880	
1802	Q		58	179			66			303
	P								11.200	
1803	Q			353		110	35			498
	P								11.520	
1804	Q			335			90			425
	P								10.912	
1805	Q			138						138
	P								8.800	
1806	Q					230	164			394
	P								10.099	
1807	Q			533						533
	P								9.280	
1808	Q					80				80
	P								10.240	
1809	Q			166		229				395
	P								14.080	
1810	Q									
	P									
1811	Q					110	373			483
	P								10.240	

Tabela 81

CRAVO-FINO: Gráfico nº 87 - Tabelas nºs 82-83

Enquanto o cravo-grosso era um produto típico de reexportação, o cravo-fino era um produto mais do consumo interno em Portugal. A tendência é a diminuição da reexportação deste produto, em benefício do consumo interno. O ponto mais alto das reexportações foi atingido em 1798, declinando constantemente, a seguir.

A exportação varia muitíssimo. Anos de elevada exportação intercalam-se com anos de reduzidíssimas exportações. A tendência geral é crescente até 1803, quando começa uma fase de declínio das exportações.

O preço de exportação e de reexportação flutuam mais ou menos no mesmo sentido. Os preços de exportação são crescentes até 1800, começando o declínio neste mesmo ano, até 1805. Já os preços de reexportação continuam a ascenção até 1804, quando entram em declínio, juntamente com os preços de exportação. De fato, os preços de reexportação são mais constantes do que os preços de exportação. O maior descompasso entre os dois preços ocorreu em 1805

No período inicial, mesmo com os preços em alta constante, a produção flutua violentamente. Há uma sincronia maior entre estes dois movimentos a partir de 1804, quando todos tendem a declinar, recuperando-se em 1805.

O Maranhão exportou este produto, no período, apenas uma vez, em 1801. No mais, toda exportação brasileira foi realizada pelo Pará, que tinha praticamente o monopólio desse produto no Brasil. A Itália comprava a maior parte da reexportação portuguesa, vindo Castela em segundo lugar.

C R A V O F I N O

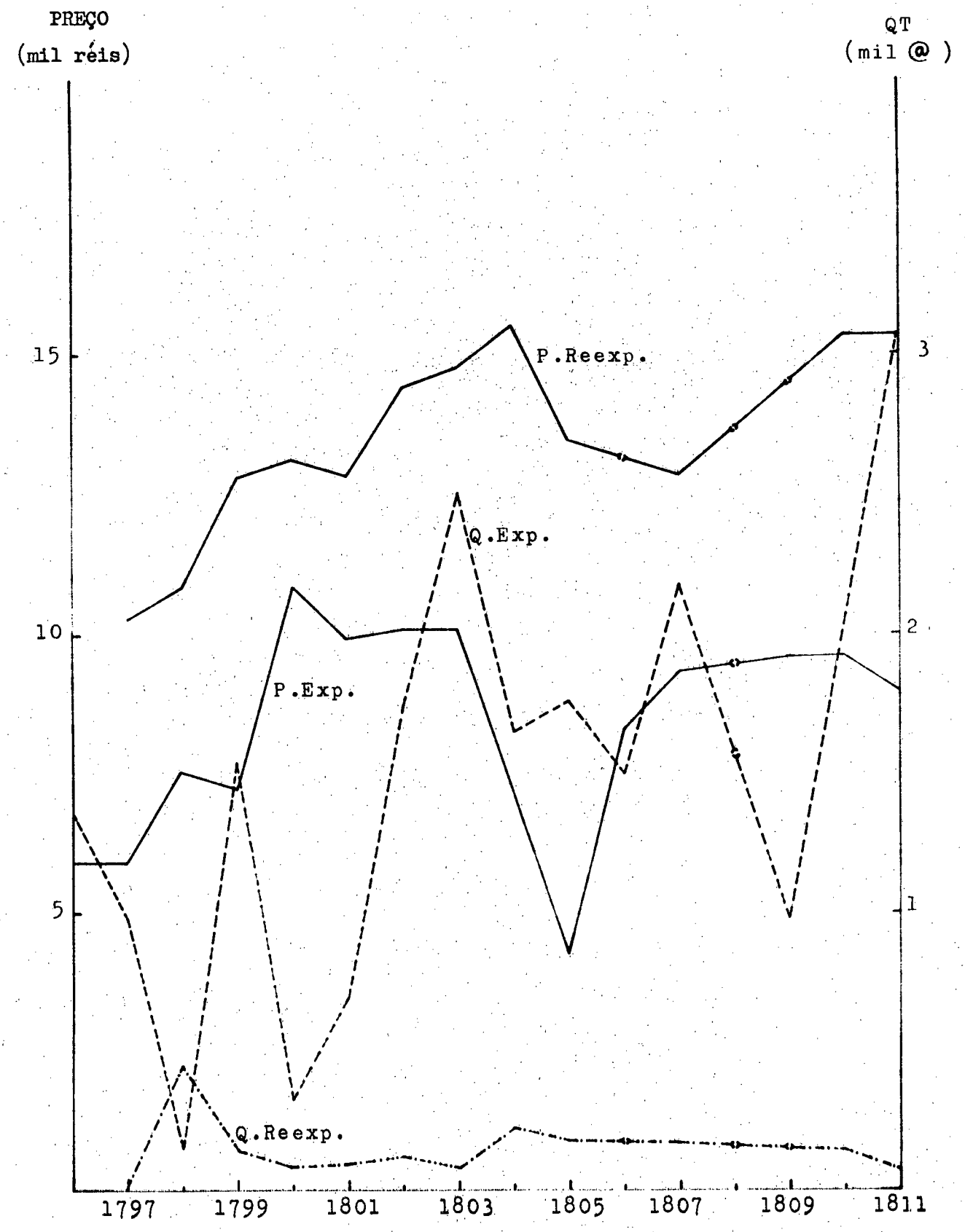


Gráfico 87

C R A V O F I N O (A R R O B A S)

ANOS	PORTOS	R.JANEIRO	BAHIA	PERNAMBUCO	MARANHÃO	PARÁ	PARAÍBA	SANTOS	CEARÁ	PREÇO MÉDIO	QUANTIDADE
1796	P					6.930				6.930	
	Q					1.368					1.368
1797	P					6.930				6.930	
	Q					978					978
1798	P					7.500				7.500	
	Q					148					148
1799	P					7.200				7.200	
	Q					1.543					1.543
1800	P					10.880				10.880	
	Q					333					333
1801	P				9.920	9.920				9.920	
	Q				286	411					697
1802	P					10.080				10.080	
	Q					1.740					1.740
1803	P					10.080				10.080	
	Q					2.512					2.512
1804	P					7.040				7.040	
	Q					1.652					1.652
1805	P					4.250				4.250	
	Q					1.766					1.766
1806	P					8.320				8.320	
	Q					1.508					1.508
1807	P					9.280				9.280	
	Q					2.180					2.180
1808	P										
	Q										
1809	P					9.600				9.600	
	Q					988					988
1810	P					9.600				9.600	
	Q					2.001					2.001
1811	P					8.960				8.960	
	Q					3.070					3.070

Tabela 82

C R A V O F I N O (A R R O B A S)

PAISES / ANOS		HAMBURGO	INGLATERRA	ITÁLIA	HOLANDA	CASTELA	BARBÁRIA	MALTA	PREÇO MÉDIO	QUANTIDADE
1796	Q									
	P									
1797	Q					9				9
	P								10.240	
1798	Q			457						457
	P								10.832	
1799	Q		20	313		129	61			523
	P								12.800	
1800	Q					80				80
	P								13.080	
1801	Q			91						91
	P								12.800	
1802	Q			112						112
	P								14.400	
1803	Q			88						88
	P								14.720	
1804	Q			140			86			226
	P								15.488	
1805	Q			177						177
	P								13.440	
1806	Q									
	P									
1807	Q			168						168
	P								12.800	
1808	Q									
	P									
1809	Q									
	P									
1810	Q					146				146
	P								15.360	
1811	Q		72							72
	P								15.360	

Tabela 83

PAU-BRASIL: Gráfico nº 88 - Tabelas nºs 84-85

A exportação e a reexportação desse produto alternam durante todo o período. Durante os primeiros anos, a reexportação superou a exportação, acontecendo o mesmo em anos posteriores. Percebemos que uma parcela razoável do montante exportado era reexportado. A tendência geral da reexportação e da exportação é crescente, até 1802, para a reexportação, e 1803, para a exportação.

O pau-brasil é um produto monopolizado pelo Estado, que vendia a sua exploração sob contrato, com preço definido. Isto se evidencia claramente no gráfico, pois o preço do produto no Brasil e em Portugal não se alterou desde 1796 até 1804, quando o preço sobe ligeiramente. O preço de reexportação também se manteve fixo nos quatro primeiros anos do período, subindo aceleradamente de 1800 para 1801, num pulo realmente excepcional. Há algumas flutuações a seguir, sempre com tendência altista, cujo máximo ocorre em 1808. A diferença entre o preço de exportação e reexportação é grande, nos primeiros quatro anos, mas não é aberrante. De 1808 em diante, entretanto, a diferença entre os dois preços torna se espetacular.

Os preços mantiveram-se em ascensão durante todo o período, i.é., os preços de reexportação, ao passo que a quantidade exportada ou reexportada variou durante todo o período. Efetivamente, no caso do pau-brasil, o aumento da quantidade ou a sua diminuição não afetaram os preços.

Somente uma região exportava pau-brasil: Pernambuco. Os preços são fixos desde 1796 até 1804, quando o quintal de pau brasil custava 1$000 réis. Em 1805, passou para 1$600 réis, e, em 1806, a 2$000, o que significa, obviamente, uma alteração no preço do contrato do produto. Este produto destinava-se a Hamburgo e à Inglaterra, principalmente.

P A U B R A S I L

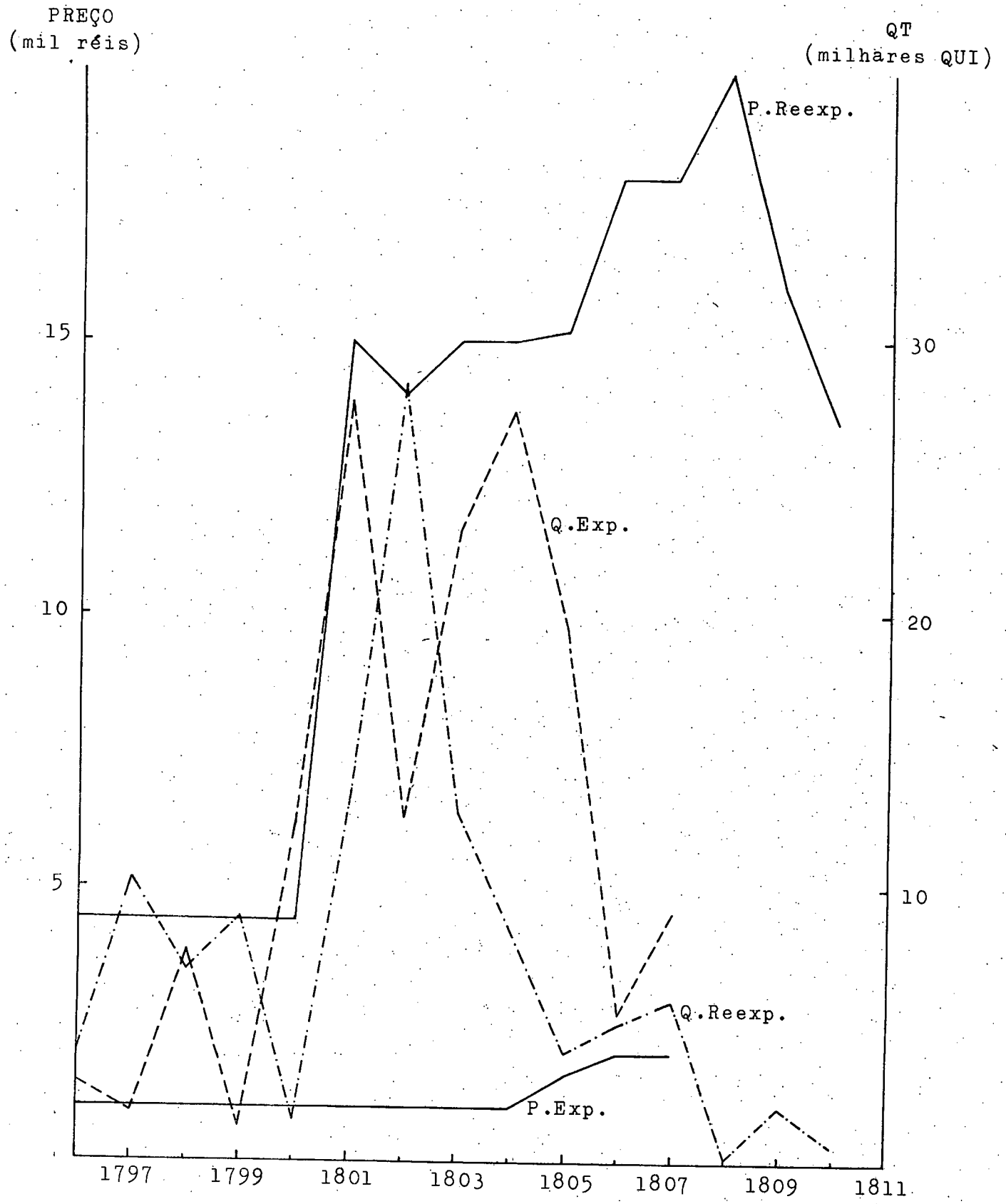


Gráfico 88

P A U B R A S I L (Q U I N T A E S)

ANOS	PORTOS	R.JANEIRO	BAHIA	PERNAMBUCO	MARANHÃO	PARÁ	PARAÍBA	SANTOS	CEARÁ	PREÇO MÉDIO	QUANTIDADE
1796	P			1.000						1.000	
	Q			2.939							2.939
1797	P			1.000						1.000	
	Q			1.801							1.801
1798	P			1.000						1.000	
	Q			7.474							7.474
1799	P			1.000						1.000	
	Q			1.030							1.030
1800	P			1.000						1.000	
	Q			12.149							12.149
1801	P			1.000						1.000	
	Q			27.740							27.740
1802	P			1.000						1.000	
	Q			12.426							12.426
1803	P			1.000						1.000	
	Q			22.742							22.742
1804	P			1.000						1.000	
	Q			27.401							27.401
1805	P			1.600						1.600	
	Q			19.544							19.544
1806	P			2.000						2.000	
	Q			5.459							5.459
1807	P			20000						2.000	
	Q			9.199							9.199
1808	P										
	Q										
1809	P										
	Q										
1810	P										
	Q										
1811	P										
	Q										

Tabela 84

P A U B R A S I L (Q U I N T A E S)

PAISES / ANOS		HAMBURGO	INGLATERRA	ITÁLIA	FRANÇA	HOLANDA	CASTELA	PRÚSSIA	DINAMARCA	SUÉCIA	RÚSSIA	ALEMANHA	BARBÁRIA	MALTA	QUANTIDADE / PREÇO MÉDIO
1796	Q	2.655		768		144	426			9	1	44	55	15	04.117
	P														4.400
1797	Q	7.643	768			1.344	510						108		10.373
	P														4.400
1798	Q	5.748	192	20		420	259		292				107		7.038
	P														4.400
1799	Q	5.664	1.553				989	480					178		8.864
	P														4.400
1800	Q	1.450											87		1.537
	P														4.400
1801	Q	2.692	10.359				201								13.252
	P														15.000
1802	Q	21.543	3.368			2.400	974						150		28.435
	P														14.000
1803	Q	3.124	1.919	1.152	864	2.974	2.531						358		12.922
	P														15.000
1804	Q		96	500	2.552	4.316	300		1.000						8.764
	P														15.000
1805	Q	1.344			1.056	1.446	269						65		4.180
	P														15.200
1806	Q	1.196		1.094	720	1.050	44		1.094						5.198
	P														18.000
1807	Q	2.880		864	1.968					144			70		5.926
	P														18.000
1808	Q		71										71		142
	P														20.000
1809	Q		1.001	863			212								2.076
	P														16.000
1810	Q		560				98								658
	P														14.000
1811	Q														
	P														

Tabela 85

EPECACUANHA: Gráfico nº 89 - Tabelas nºs 86-87

A Epecacuanha é tipicamente um produto de reexportação. Tanto que a reexportação chega a superar a exportação, em 1797, 1801, 1802, 1803, 1804 e 1805.

De 1797 até 1798, a exportação deu um verdadeiro salto. No ano seguinte, sobe a quantidade reexportada; ambos descem a seguir, num movimento sincrônico.

Tanto o preço de exportação quando o de reexportação - crescem até 1801. Daí em diante, começa o movimento de baixa até 1804, para uma breve recuperação a seguir.

Pela primeira vez, num produto de reexportação, acontece do preço de reexportação ser inferior ao preço de exportação, como se nota no ano de 1798. De uma maneira geral, o distanciamento entre o preço de exportação e de reexportação não é, no caso deste produto, tão destacado quanto nos outros que já estudamos até aqui. As flutuações são tão numerosas que se torna praticamente impossível traçar um paralelo entre quantidade e preço, na tentativa de encontrar convergência ou divergência. De uma maneira geral, quando a quantidade de exportação está crescendo, o preço está baixando, e vice-versa. Mas há momentos em que a quantidade e os preços baixam com a mesma intensidade, por exemplo, no período de 1801 a 1804.

As regiões brasileiras que exportavam este produto eram, por ordem de importância, Bahia, Rio de Janeiro, Pernambuco e Maranhão. Com uma raríssima exceção ocorrida em 1796, os preços são os mesmos em todas as regiões que exportam o produto. Caso único até aqui. Talvez por se tratar de um produto extrativo. Em 1805, ocorreu a maior exportação do período, com 63.371 arratéis, dos quais o Rio de Janeiro exportou 60.080 arratéis e a Bahia, apenas 3.291. Inglaterra, Hamburgo e Itália eram os principais compradores deste produto.

E P E C A C U A N H A

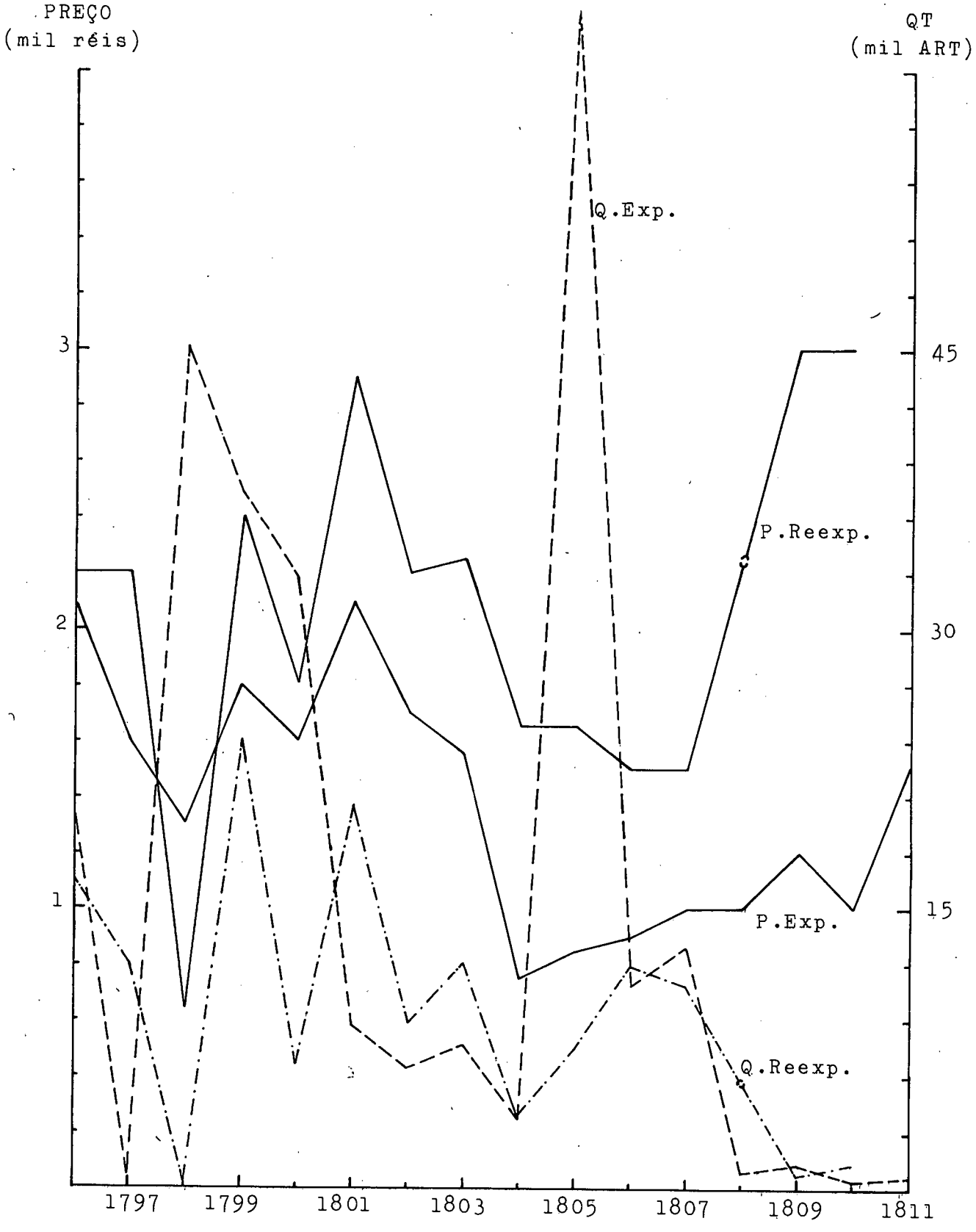


Gráfico 89

E P E C A C U A N H A (A R R A T E I S)

ANOS	PORTOS	R, JANEIRO	BAHIA	PERNAMBUCO	MARANHÃO	PARÁ	PARAÍBA	SANTOS	CEARÁ	PREÇO MÉDIO	QUANTIDADE
1796	P	1.500	4.160	1.600						2.104	
	Q	18.380	972	864							20.216
1797	P			1.600						1.600	
	Q			805							805
1798	P		1.300	1.600	1.300					1.305	
	Q		43.880	832	480						45.192
1799	P	1.800	1.800	1.800	1.800					1.800	
	Q	20.883	11.317	5.004	64						37.328
1800	P	1.600	1.600	1.600	1.600					1.600	
	Q	12.082	18.410	1.792	512						37.796
1801	P	2.100	2.100	2.100	2.100					2.100	
	Q	4.887	3.427	311	96						8.721
1802	P	1.700	1.700	1.700						1.700	
	Q	3.690	2.536	177							6.403
1803	P	1.550	1.550							1.550	
	Q	2.502	5.252								7.754
1804	P	750	750							750	
	Q	2.624	1.090								3.719
1805	P	850	850							850	
	Q	60.080	3.291								63.371
1806	P	900	900							900	
	Q	5.969	4.965								10.934
1807	P	1.000	1.000							1.000	
	Q	9.061	3.872								12.933
1808	P		1.000							1.000	
	Q		900								900
1809	P		1.200							1.200	
	Q		1.310								1.310
1810	P		1.000							1.000	
	Q		499								499
1811	P		1.500							1.500	
	Q		500								500

Tabela 86

E P E C A C U A N H A (A R R Á T E I S)

PAISES / ANOS		HAMBURGO	INGLATERRA	ITÁLIA	FRANÇA	HOLANDA	CASTELA	PRÚSSIA	DINAMARCA	RÚSSIA	ALEMANHA	E. UNIDOS	QUANTIDADE / PREÇO MÉDIO
1796	Q	1.046	8.950	5.237		499				950	192		16.514
	P												2.200
1797	Q	7.086	4.214	185		56					1.232		12.101
	P												2.200
1798	Q								365				365
	P												642
1799	Q	10.027	9.859	2.793		950		300			169		24.098
	P												2.400
1800	Q	6.505	176										6.681
	P												1.800
1801	Q	7.862	11.717	85		160						800	20.624
	P												2.900
1802	Q		1.344	4.348	2.254		310		608				8.864
	P												2.200
1803	Q	3.510	5.169		3.500								12.181
	P												2.250
1804	Q	643	1.751		1.452								3.846
	P												1.650
1805	Q		4.076	2.221	1.161								7.458
	P												1.650
1806	Q	2.466	2.839	3.083	1.873	1.696							11.957
	P												1.500
1807	Q		2.557	4.008	3.271	968							10.804
	P												1.500
1808	Q												
	P												
1809	Q	856											856
	P												3.000
1810	Q		1.340										1.340
	P												3.000
1811	Q												
	P												

Tabela 87

SALSA PARRILHA: Gráfico nº 90 - Tabelas nºs 88-89

A salsa parrilha é um produto que se destina ao mercado interno português e ao mercado externo. Percebemos pelo gráfico que pelo menos metade da produção era exportada, retendo-se o restante no Reino português. Somente em 1799 é que as exportações superaram as exportações. O crescimento das exportações acompanha a reexportação, pelo menos até 1803. Daí em diante, distancia-se a quantidade exportada em relação à quantidade reexportada. No ano de 1805, a reexportação é praticamente nula.

Os preços de exportação e reexportação seguem a mesma tendência até 1800. De 1801 em diante, tendem os dois preços a distanciar-se, crescendo os preços de reexportação, até 1803. Notamos que a tendência é aumentar a diferença entre o preço de exportação e o preço de reexportação.

As quantidades exportadas e os preços funcionam mais ou menos no mesmo ritmo, pois, quando cresce o preço, aumenta a exportação, e, quando vem a baixa dos preços, reduz-se a exportação também. Em 1806, a quantidade exportada cai violentamente, mantendo-se o preço de exportação e reexportação, bem como o volume da reexportação.

Novamente o Maranhão e o Pará são as duas regiões exportadoras do produto, sendo o Maranhão menos importante do que o Pará, porque apresenta lacuna em vários anos. Os preços do produto divergem de 1796 até 1798, sendo mais alto no Pará do que no Maranhão. A maior exportação ocorreu em 1803, com um total de 4.084 arrobas de salsa parrilha, cabendo ao Pará 3.143 arrobas, e,ao Maranhão, apenas 51. Os dois principais países compradores desse produto eram Hamburgo e Inglaterra.

S A L S A P A R R I L H A

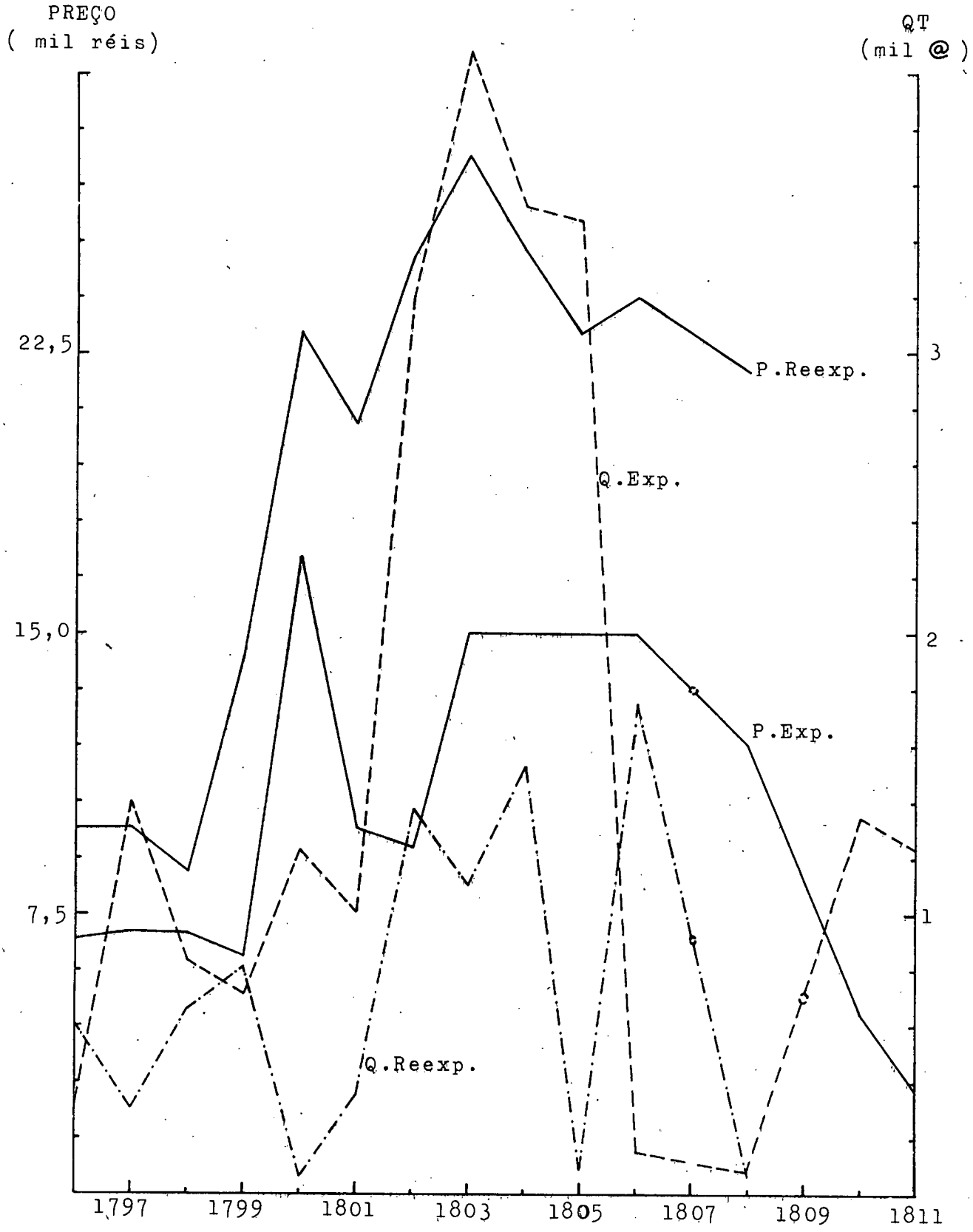


Gráfico 90

S A L S A P A R R I L H A (A R R O B A S)

ANOS	PORTOS	R.JANEIRO	BAHIA	PERNAMBUCO	MARANHÃO	PARÁ	PARAÍBA	SANTOS	CEARÁ	PREÇO MÉDIO	QUANTIDADE
1796	P				6.300	6.930				6.894	
	Q				18	298					316
1797	P				6.400	7.000				6.991	
	Q				20	1.380					1.400
1798	P				6.400	7.000				6.987	
	Q				18	816					834
1799	P				6.400	6.400				6.400	
	Q				9	703					712
1800	P					1.700				1.700	
	Q					1.236					1.236
1801	P				9.800	9.800				9.800	
	Q				22	1.021					1.043
1802	P				9.300	9.300				9.300	
	Q				51	3.143					3.194
1803	P					15.000				15.000	
	Q					4.084					4.084
1804	P					15.000				15.000	
	Q					3.522					3.522
1805	P				15.000	15.000				15.000	
	Q				16	3.456					3.472
1806	P					15.000				15.000	
	Q					151					151
1807	P										
	Q										
1808	P					12.000				12.000	
	Q					85					85
1809	P										
	Q										
1810	P					4.800				4.800	
	Q					1.341					1.341
1811	P					2.800				2.800	
	Q					1.221					1.221

Tabela 88

S A L S A P A R R I L H A (A R R O B A S)

PAISES / ANOS		HAMBURGO	INGLATERRA	ITÁLIA	FRANÇA	HOLANDA	CASTELA	DINAMARCA	RÚSSIA	ALEMANHA	BARBÁRIA	QUANTIDADE / PREÇO MÉDIO
1796	Q	91	209	241		46			3		10	601
	P											6.800
1797	Q	180	105						8		14	307
	P											9.800
1798	Q	181	394	74							10	695
	P											8.652
1799	Q	365	430							19		814
	P											14.400
1800	Q	63										63
	P											23.000
1801	Q	320			40							360
	P											20.600
1802	Q	630	107	38	549						60	1.384
	P											25.000
1803	Q	801			148			10	147			1.106
	P											27.800
1804	Q	1.109	53						374			1.536
	P											25.300
1805	Q		44			47						91
	P											23.000
1806	Q	748	64	885			55					1.752
	P											24.000
1807	Q											
	P											
1808	Q		73									73
	P											22.000
1809	Q											
	P											
1810	Q											
	P											
1811	Q											
	P											

Tabela 89

GENGIBRE: Gráfico nº 91 - Tabelas nºs 90-91

No início do período, praticamente toda quantidade exportada era reexportada. De 1798 em diante, cai a reexportação, enquanto a exportação aumenta bastante. Em 1803, a reexportação supera a exportação.

Os preços de exportação crescem no início do período, até 1800, declinando em seguida. Os preços de reexportação não acompanham a tendência. Em 1802, quando cresce a quantidade reexportada, também cresce o preço na reexportação.

Toda exportação colonial do produto saía do Maranhão. Os principais consumidores eram a Itália, França, Hamburgo, Holanda, Inglaterra.

G E N G I B R E

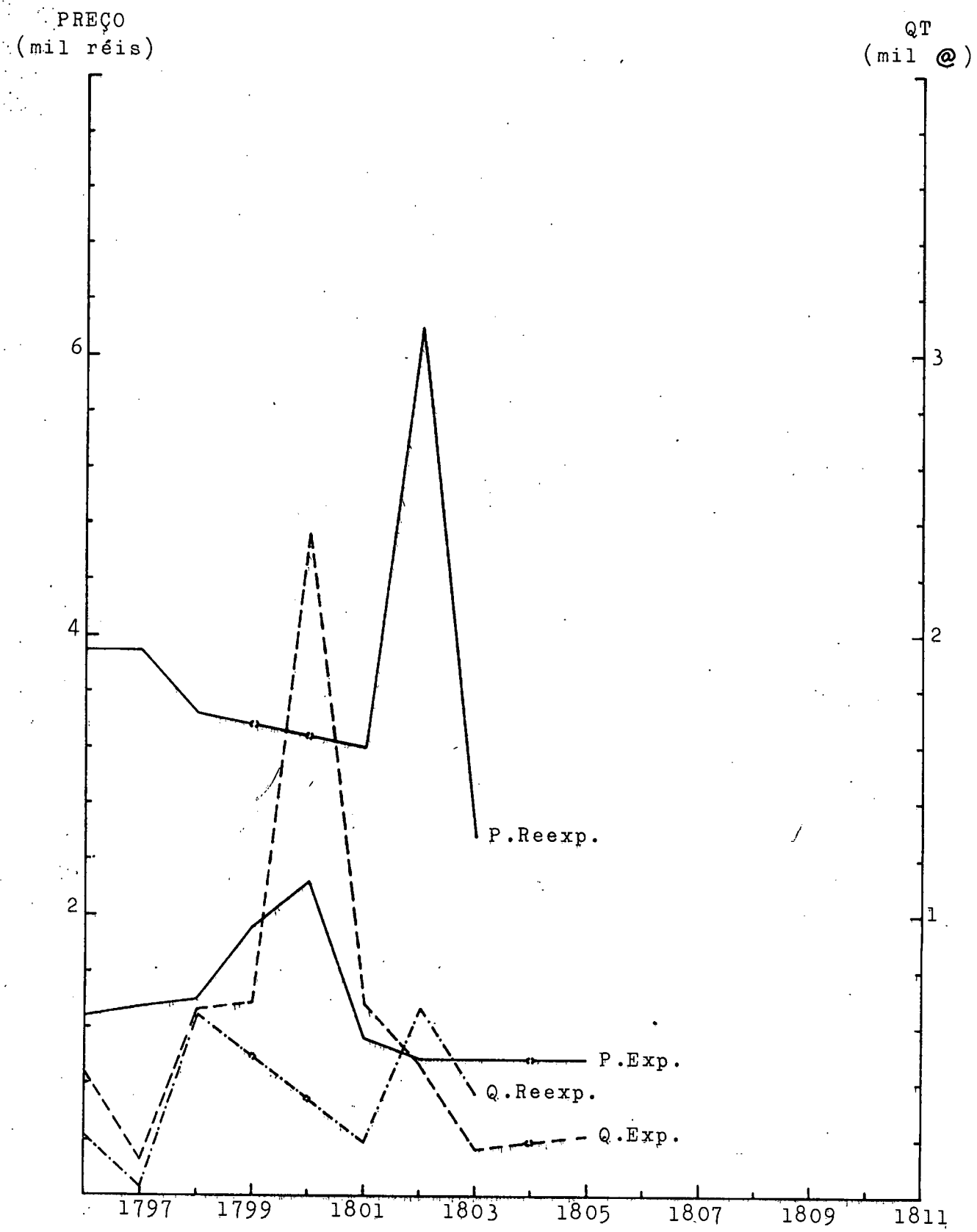


Gráfico 91

G E N G I B R E (A R R O B A S)

PAISES / ANOS		HAMBURGO	INGLATERRA	ITÁLIA	FRANÇA	HOLANDA	CASTELA	BARBÁRIA	QUANTIDADE / PREÇO MÉDIO
1796	Q			52		145	12	0,2	209
	P								3.892
1797	Q	10	18				4		32
	P								3.840
1798	Q			643			12		655
	P								3.442
1799	Q								
	P								
1800	Q								
	P								
1801	Q	194							194
	P								3.200
1802	Q				670				670
	P								6.200
1803	Q				364				364
	P								2.560
1804	Q								
	P								
1805	Q								
	P								
1806	Q								
	P								
1807	Q								
	P								
1808	Q								
	P								
1809	Q								
	P								
1810	Q								
	P								
1811	Q								
	P								

Tabela 90

G E N G I B R E (A R R O B A S).

ANOS	PORTOS	R.JANEIRO	BAHIA	PERNAMBUCO	MARANHÃO	PARÁ	PARAÍBA	SANTOS	CEARÁ	PREÇO MÉDIO	QUANTIDADE
1796	P				1.280					1.280	
	Q				438						438
1797	P				1.350					1.350	
	Q				123						123
1798	P				1.400					1.400	
	Q				662						662
1799	P				1.920					1.920	
	Q				690						690
1800	P				2.240					2.240	
	Q				2.360						2.360
1801	P				1.120					1.120	
	Q				694						694
1802	P				960					960	
	Q				470						470
1803	P				960					960	
	Q				176						176
1804	P										
	Q										
1805	P				960					960	
	Q				216						216
1806	P										
	Q										
1807	P										
	Q										
1808	P										
	Q										
1809	P										
	Q										
1810	P										
	Q										
1811	P										
	Q										

Tabela 91

ÓLEO DE COPAHIBA: Gráfico nº 92 - Tabelas nºs 92-93

Produto novo da exportação colonial. As exportações são crescentes até 1800, declinando sempre no restante do período, com uma recuperação sensível em 1807. No início, a reexportação supera a exportação. Depois, verifica-se um hiato enorme, até 1803. Pelo gráfico percebemos que é um produto de reexportação, mais do que produto do mercado português.

A curva dos preços de exportação e de reexportação têm o mesmo perfil, com um retraso da primeira em relação à segunda, dando a impressão de que primeiramente subiam os preços da reexportação para, em seguida, subir o preço da exportação.

Também há uma sincronia entre os preços e as quantidades. Os preços sobem primeiro e o volume da exportação acompanha, em seguida, com o intervalo de 1 ano ou dois. De tal sorte que, quando o preço está subindo, a produção está caindo, e assim sucessivamente.

Somente o Pará produzia e exportava este produto. A Bahia exportou apenas uma vez, a preço exorbitante em relação ao Pará. A Inglaterra, Hamburgo, Holanda e França eram os principais consumidores do óleo de copahiba.

ÓLEO DE COPAHIBA

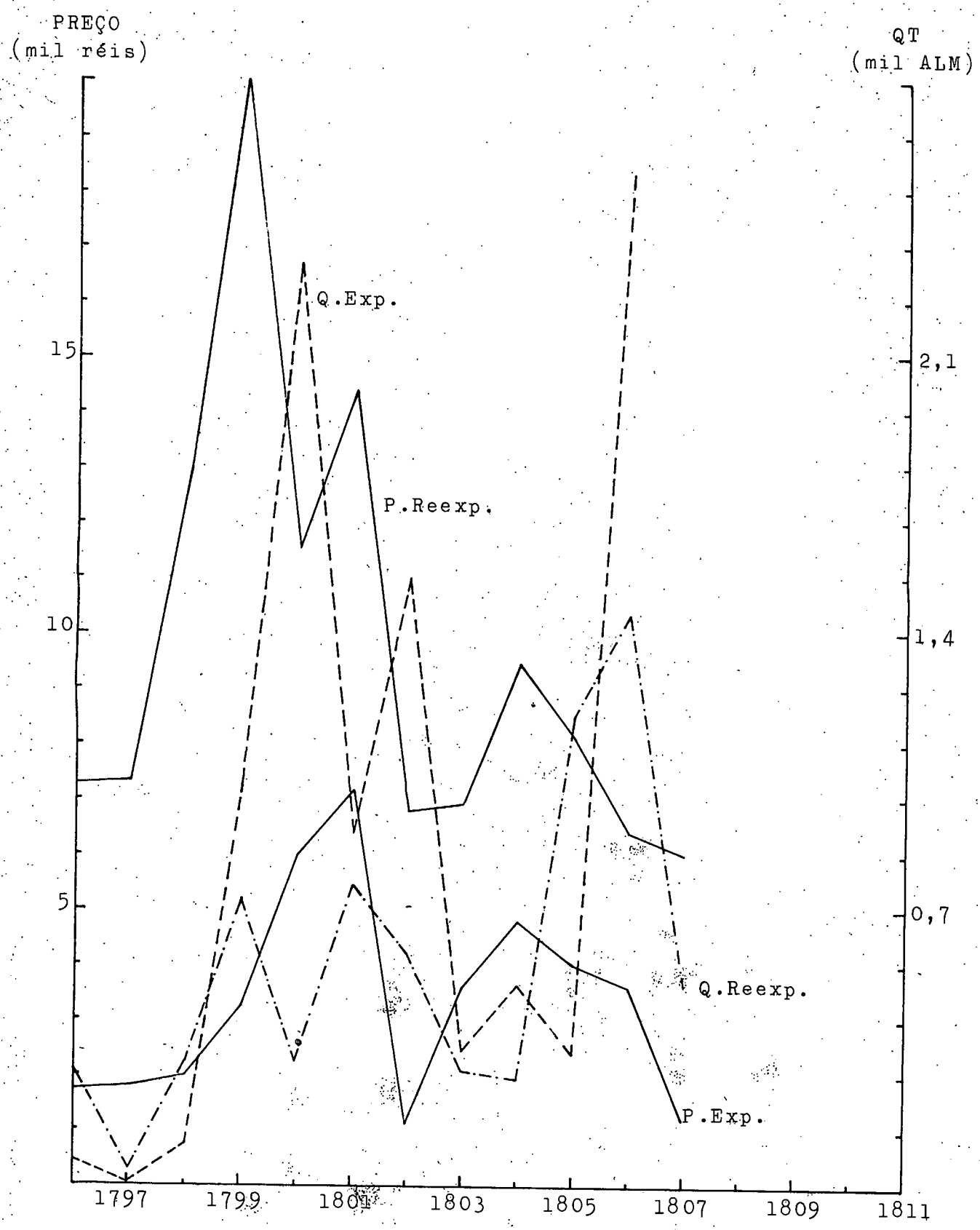


Gráfico 92

ÓLEO DE COPAHIBA (ALMUDES)

ANOS	PORTOS	R.JANEIRO	BAHIA	PERNAMBUCO	MARANHÃO	PARÁ	PARAÍBA	SANTOS	CEARÁ	PREÇO MÉDIO	QUANTIDADE
1796	P					1.760				1.760	
	Q					63					63
1797	P					1.800				1.800	
	Q					4					4
1798	P					2.000				2.000	
	Q					106					106
1799	P		10.000			3.333				13.333	
	Q		6			1.008					1.014
1800	P					6.000				6.000	
	Q					2.340					2.340
1801	P					7.200				7.200	
	Q					897					897
1802	P					1.133				1.133	
	Q					1.536					1.536
1803	P					3.600				3.600	
	Q					341					341
1804	P					4.800				4.800	
	Q					513					513
1805	P					4.000				4.000	
	Q					331					331
1806	P					3.600				3.600	
	Q					2.565					2.565
1807	P					1.200				1.200	
	Q					4.152					4.152
1808	P										
	Q										
1809	P										
	Q										
1810	P										
	Q										
1811	P										
	Q										

Tabela 92

ÓLEO DE COPAHIBA (ALMUDES)

PAISES / ANOS		HAMBURGO	INGLATERRA	ITÁLIA	FRANÇA	HOLANDA	PRÚSSIA	BARBÁRIA	QUANTIDADE / PREÇO MÉDIO
1796	Q	12	269	4					285
	P								7.300
1797	Q	14	28						42
	P								7.350
1798	Q	61	252						313
	P								12.757
1799	Q	101	627						728
	P								20.000
1800	Q		300				16		316
	P								11.500
1801	Q	220	512			32			764
	P								14.400
1802	Q		441		149				590
	P								6.800
1803	Q		292						292
	P								6.950
1804	Q	164				109			273
	P								9.460
1805	Q	177	889			128			1.194
	P								8.125
1806	Q	586	389		223	252			1.450
	P								6.400
1807	Q		507						507
	P								6.000
1808	Q								
	P								
1809	Q								
	P								
1810	Q								
	P								
1811	Q								
	P								

Tabela 93

OURUCU: Gráfico nº 93 - Tabelas nºs 94-95

Este produto destina-se principalmente ao mercado exterior, tanto que a reexportação em muitos anos supera a exportação. O volume global da exportação cresce acompanhado pela reexportação.

Os preços de exportação são crescentes até 1803, após o que começam a baixar. O perfil da curva dos preços de reexportação é ascendente, mas flutua muito.

Não é possível, para este produto, uma correlação entre os preços e a produção, dada a dissincronia dos movimentos. Contudo, tanto o volume quanto os preços tendem a subir.

Somente o Pará produzia e exportava este produto. O principal comprador era a Inglaterra, que ficava com a quase totalidade da produção.

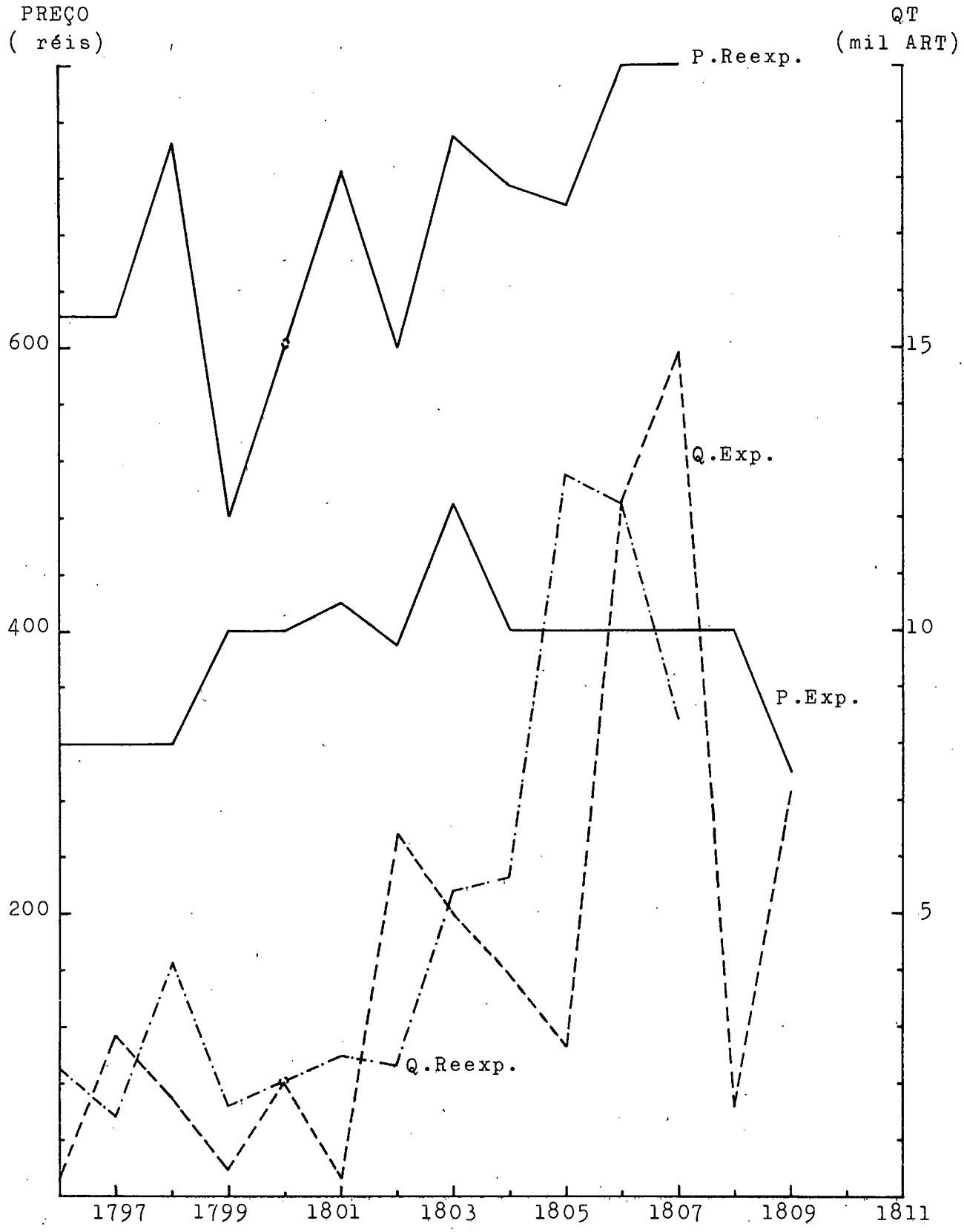

PREÇO
(réis)
QT
(mil ART)
P.Reexp.
Q.Exp.
P.Exp.
Q.Reexp.
600
400
200
15
10
5
1797
1799
1801
1803
1805
1807
1809
1811

Gráfico 93

O U R U C U (A R R Á T E I S)

ANOS	PORTOS	R.JANEIRO	BAHIA	PERNAMBUCO	MARANHÃO	PARÁ	PARAÍBA	SANTOS	CEARÁ	PREÇO MEDIO	QUANTIDADE
1796	P					320				320	
	Q					359					359
1797	P					320				320	
	Q					2.832					2.832
1798	P					320				320	
	Q					1.744					1.744
1799	P					400				400	
	Q					448					448
1800	P					400				400	
	Q					2.019					2.019
1801	P					420				420	
	Q					320					320
1802	P					390				390	
	Q					6.437					6.737
1803	P					490				490	
	Q					4.951					4.951
1804	P					400				400	
	Q					3.872					3.872
1805	P					400				400	
	Q					2.635					2.635
1806	P					400				400	
	Q					12.328					12.328
1807	P					400				400	
	Q					14.993					14.993
1808	P					400				400	
	Q					1.568					1.568
1809	P					300				300	
	Q					7.156					7.156
1810	P										
	Q										
1811	P										
	Q										

Tabela 94

O U R U C U (A R R Á T E I S)

PAÍSES / ANOS		HAMBURGO	INGLATERRA	ITÁLIA	HOLANDA	CASTELA	PRÚSSIA	SUÉCIA	MALTA	RÚSSIA	ALEMANHA	QUANTIDADE / PREÇO MEDIO
1796	Q		2.080		192							2.272
	P											622
1797	Q		1.424									1.424
	P											622
1798	Q		3.104			1.024						4.128
	P											745
1799	Q		1.613									1.613
	P											480
1800	Q											
	P											
1801	Q		2.496									2.496
	P											725
1802	Q		2.310									2.310
	P											600
1803	Q		5.401									5.401
	P											750
1804	Q		5.660									5.660
	P											715
1805	Q		12.744									12.744
	P											700
1806	Q		12.226									12.226
	P											800
1807	Q		8.442									8.442
	P											800
1808	Q											
	P											
1809	Q											
	P											
1810	Q											
	P											
1811	Q											
	P											

Tabela 95

4. Análise dos Principais Produtos de Importação

AZEITE: Gráfico nº 94 - Tabela nº 96

O Azeite era um dos principais produtos da importação colonial, ao lado do vinho, do sal e do bacalhau, isto no rol dos produtos alimentícios, porque as importações dos produtos das Fábricas do Reino eram muito significativas.

No caso do azeite, como é um produto produzido em Portugal, não temos os preços de importação portuguesa. Neste caso, tomamos os preços contidos na obra de V. M. Godinho, Prix et Monnaie au Portugal, pág. 74.

O resultado é uma linha muito próxima entre os preços de Portugal e os preços de venda na Colônia. Por este gráfico, nota-se que o azeite era um dos produtos menos lucrativos para o comércio português. A tendência geral dos preços é crescente, na Colônia. Em Portugal, há períodos de baixa acentuada, como, por exemplo, 1802.

Este produto era largamente importado pelas regiões brasileiras. A proporcionalidade da importância corresponde mais ou menos à hierarquização das regiões brasileiras no período. O Rio de Janeiro, a Bahia e Pernambuco eram os principais consumidores. Os preços do azeite flutuam muito pouco nas várias regiões brasileiras.

A Z E I T E

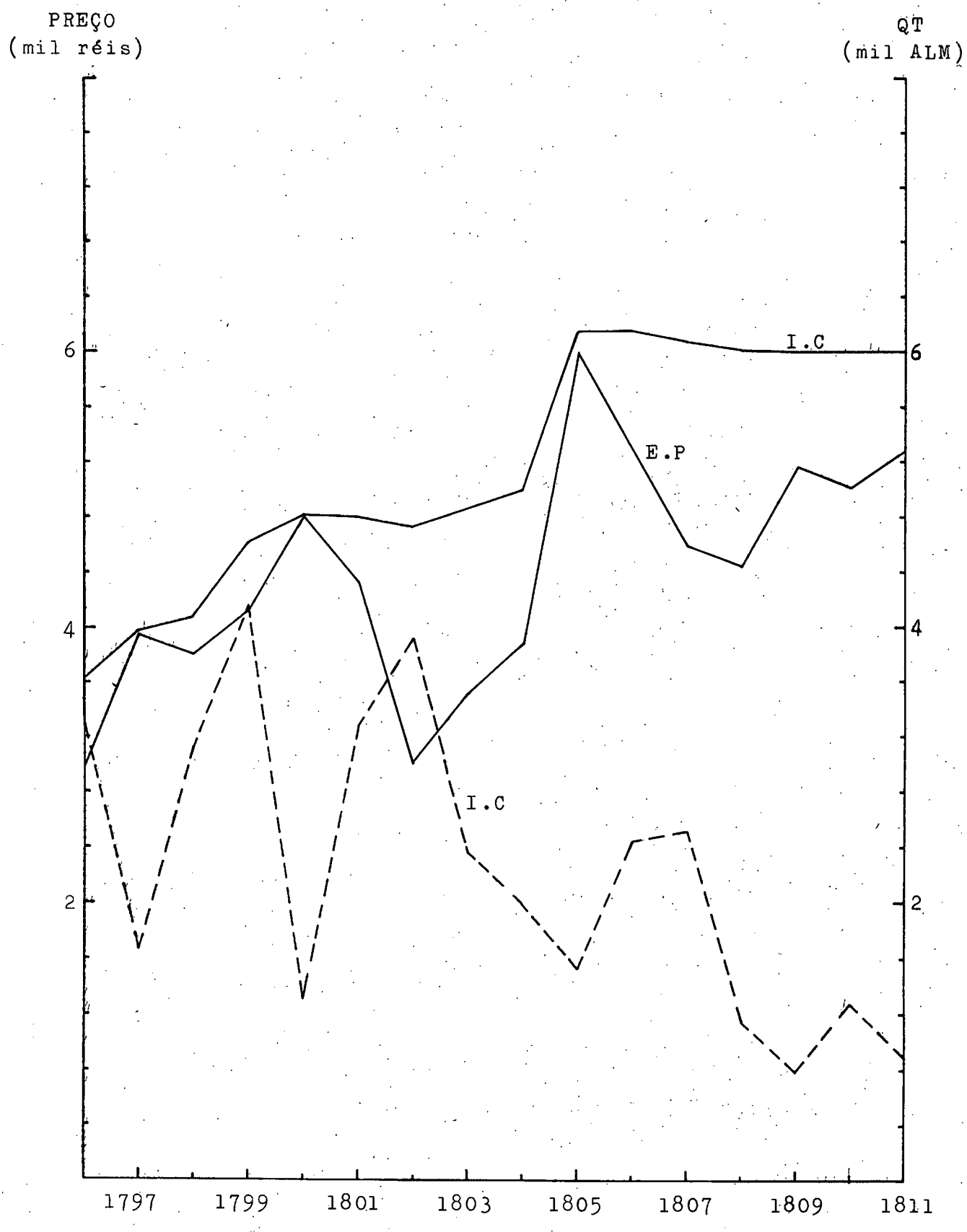


Gráfico 94

A Z E I T E (A L M U D E S)

ANOS	PORTOS	R.JANEIRO	BAHIA	PERNAMBUCO	MARANHÃO	PARÁ	PARAÍBA	SANTOS	CEARÁ	PREÇO MÉDIO	QUANTIDADE
1796	P	3.638	3.618	3.600	3.600	3600	3.600	3.600		3.618	
	Q	8.438	14.934	5.732	2.268	1.737	8	40			33.157
1797	P	3.977	3.974	3.962	3.960	3.960	3.960	3.960		3.972	
	Q	7.493	4.720	2.486	1.123	397	13	99			16.331
1798	P	4.034	4.100	4.100	4.097	4.100	4.100			4.090	
	Q	4.540	12.319	8.316	4.324	1.662	36				31.197
1799	P	4.663	4.618	4.664	4.600	4.171	4.600			4.604	
	Q	17.483	14.777	3.949	1.903	3.395	160				41.667
1800	P	4.871	4.823	4.800	4.800	4.800	4.800			4.829	
	Q	3.905	4.452	2.484	1.204	752	130				12.927
1801	P	4.815	4.800	4.800	4.800	4.800	4.800			4.805	
	Q	10.987	12.640	4.894	3.339	860	54				32.774
1802	P	4.706	4.800	4.800	4.800	4.800				4.773	
	Q	11.376	14.956	10.236	2.547	82					39.197
1803	P	4.926	4.800	4.903	4.800	4.800				4.854	
	Q	7.642	10.779	3.029	1.645	601					23.696
1804	P	5.000	5.000	5.000	5.000	5.000			5.000	5.000	
	Q	5.212	6.500	3.834	2.975	1.139			156		19.816
1805	P	6.334	6.091	6.085	6.000	6.114			6.000	6.172	
	Q	5.589	4.305	2.838	1.322	1.127			116		15.297
1806	P	6.295	6.173	6.137	6.036	6.023				6.194	
	Q	8.995	8.272	4.077	1.954	1.126					24.424
1807	P	6.095	6.000	6.043	6.637	6.000				6.096	
	Q	6.931	9.224	6.238	2.356	537					25.286
1808	P	6.180	6.000	6.000	6.000	6.000				6.026	
	Q	1.663	5.450	1.531	1.631	1.145					11.420
1809	P	6.000	6.000	6.000	6.000	6.000				6.000	
	Q	3.391	1.260	2.516	365	438					7.970
1810	P	6.000	6.000	6.000	6.000	6.000				6.000	
	Q	2.734	4.063	4.194	1.215	534					12.740
1811	P	6.000	6.000	6.000	6.000	6.000				6.000	
	Q	3.115	560	3.269	1.625	394					8.963

Tabela 96

SAL: Gráfico nº 95 - Tabela nº 97

Para este produto, infelizmente, não conseguimos preços portugueses para comparar com os preços no mercado brasileiro. Sendo este um produto de Portugal, não tivemos possibilidade de captar o preço de aquisição do produto nos outros países, como fizemos para os produtos de importação colonial. Os preços que conseguimos, e com os quais poderíamos fazer uma comparação, eram preços provinciais e da produção não refinada, sem distinção entre sal de consumo e para a salga de peixes, dados estes que se encontram em V. M. Godinho.

Como este produto de importação era muito importante para a Colônia, sendo inclusive um produto estancado, julgamos de bom alvitre reproduzir o gráfico apenas com a quantidade e o preço de importação colonial.

Como é sabido, em 1801 desaparece o estanco do sal. Como se percebe no gráfico, isto não afetou imediatamente a quantidade importada, mas afetou tremendamente o preço, que despencou, de 1800 a 1801, recuperando-se um poucos nos anos seguintes.

As principais regiões brasileiras equivalem-se na importação deste produto, que, de modo geral, era importado por todas as regiões, onde os preços flutuavam bastante, em função da qualidade.

S A L

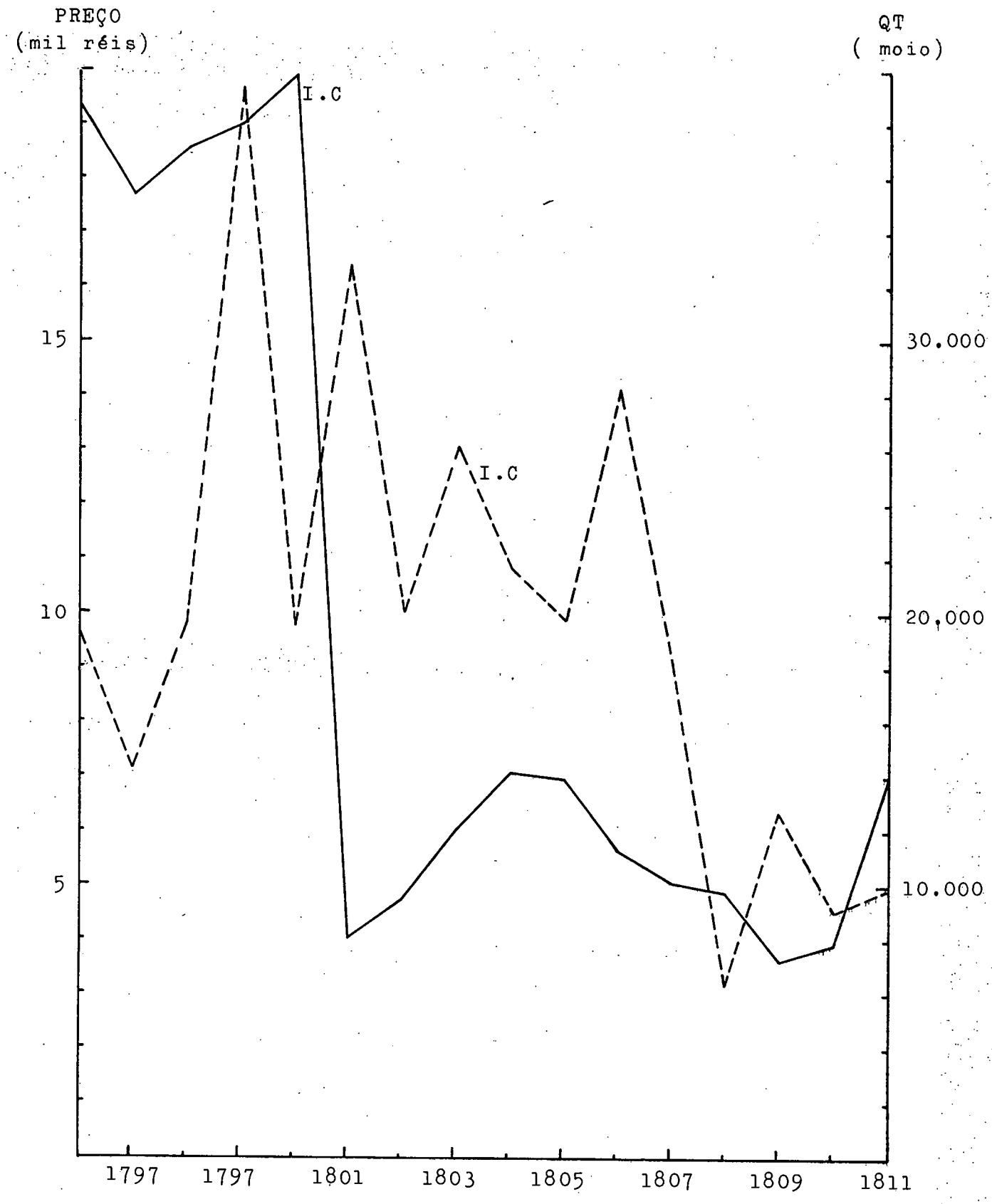


Gráfico 95

S A L (M O I O)

ANOS	PORTOS	R.JANEIRO	BAHIA	PERNAMBUCO	MARANHÃO	PARÁ	PARAÍBA	SANTOS	CEARÁ	PREÇO MÉDIO	QUANTIDADE
1796	P	21.300	21.300	21.300	6.000	6.000	21.300	21.300		19.398	
	Q	7.121	5.993	2.829	995	1.406	399	567			19.310
1797	P	21.070	21.300	21.300	6.000	6.000		21.300		17.707	
	Q	6.109	2.708	1.351	1.381	1.877		838			14.264
1798	P	20.334	21.300	21.236	6.000	6.000	21.300	21.300		18.591	
	Q	3.942	6.538	5.236	1.200	2.028	401	418			19.763
1799	P	20.999	21.300	21.233	2.369	2.969	21.300			19.062	
	Q	15.362	10.293	8.374	3.090	1.335	663				39.382
1800	P	21.300	21.300	21.300	3.000	3.000	21.300			19.921	
	Q	7.168	6.586	4.188	1.098	384	246				19.670
1801	P	4.039	4.012	4.000	4.000	4.075	4.000			4.017	
	Q	8.570	14.538	5.746	3.270	586	154				32.864
1802	P	5.262	4.494	4.400	4.400	4.625				4.768	
	Q	7.058	8.914	1.437	594	2.031					20.034
1803	P	6.392	5.848	5.950	6.169	5.895				6.043	
	Q	7.675	10.355	4.157	1.127	2.838					26.152
1804	P	7.260	7.029	7.000	7.000	7.000				7.093	
	Q	6.857	7.986	5.170	131	1.564					21.708
1805	P	7.231	6.824	6.800	6.800	6.800				6.980	
	Q	7.700	9.357	1.845	68	725					19.695
1806	P	6.059	5.290	5.260	6.002	5.452				5.613	
	Q	10.341	9.219	5.625	1.523	1.520					28.228
1807	P	6.374	5.937	5.924	5.900	5.900				6.054	
	Q	5.050	8.144	3.948	509	400					18.051
1808	P	4.925	4.800	4.875	4.800	5.116				4.881	
	Q	1.226	1.948	1.962	538	679					6.353
1809	P	3.819	3.520	3.600	3.600	3.824				3.614	
	Q	2.505	6.299	2.705	553	599					12.661
1810	P	4.323	3.600	3.600	2.600	3.934				3.924	
	Q	4.085	2.421	1.584	255	686					9.031
1811	P	7.081	6.823	7.200	7.200	7.098				6.988	
	Q	2.697	4.466	1.493	343	894					9.893

Tabela 97

VINHO: Gráfico nº 96 - Tabela nº 98

O problema que se coloca aqui é o mesmo do sal. Os preços que procuramos em V. M. Godinho não especificam o tipo de vinho e, portanto, seus preços não poderiam servir de comparação. O preço constante das tabelas e dos gráficos são preços médios entre os chamados vinhos de embarque e de ramo.

O que podemos notar pelo gráfico é a violenta oscilação na importação deste produto, com uma tendência declinante no transcorrer de todo o período. Em contraposição, a tendência do preço é crescente, até 1803. Declina, a seguir, até 1808, passando em seguida a elevar-se, até o final do período.

No Brasil, o produto era largamente consumido, sendo mesmo o principal produto alimentício de importação colonial. É notável a importação do Pará, que se igualava às principais regiões brasileiras.

V I N H O

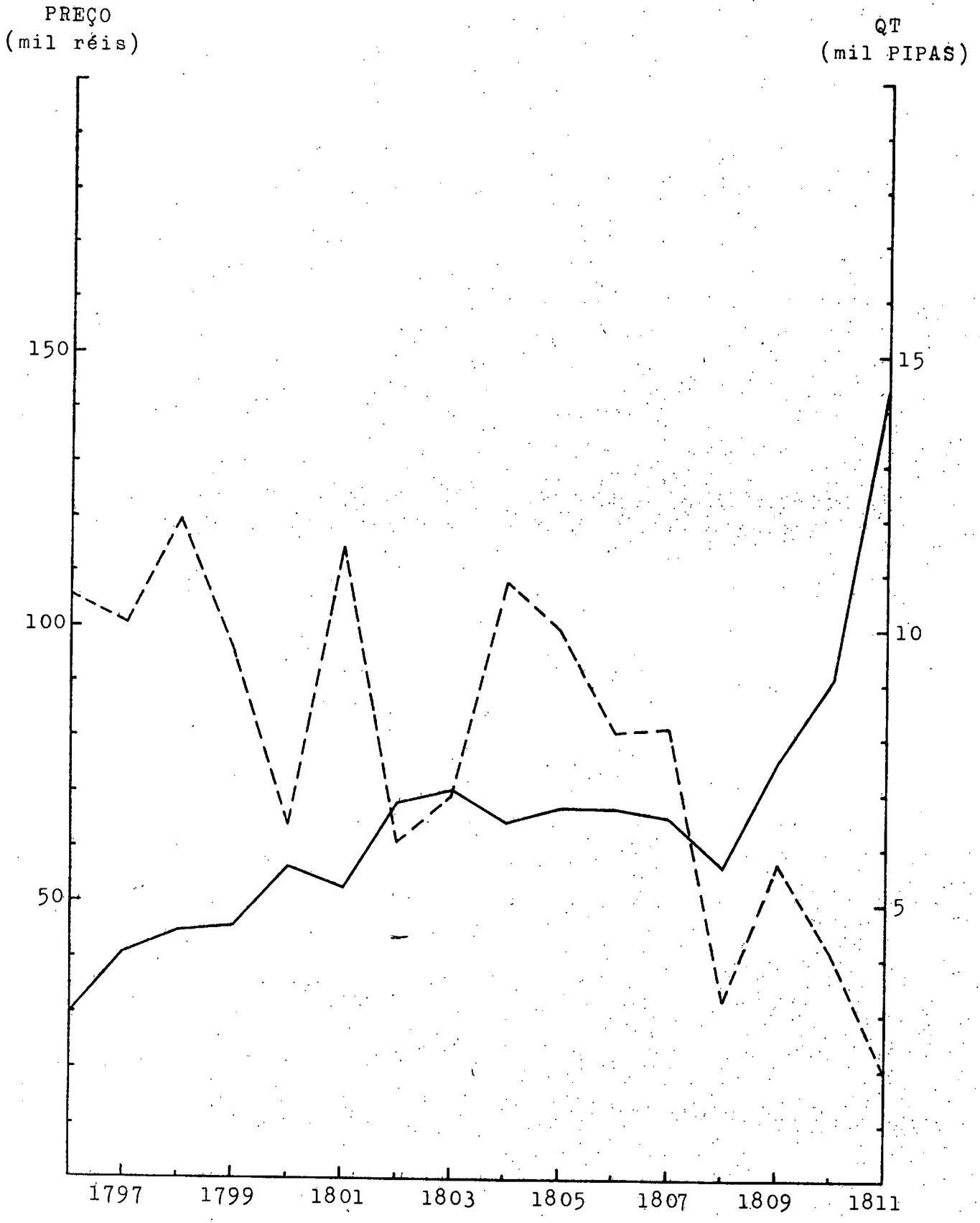


Gráfico 96

V I N H O (P I P A S)

ANOS	PORTOS	R.JANEIRO	BAHIA	PERNAMBUCO	MARANHÃO	PARÁ	PARAÍBA	SANTOS	CEARÁ	PREÇO MÉDIO	QUANTIDAD
1796	P	20.149	41.962	44.000	44.000	43.487	44.000	44.000		29.383	
	Q	6.341	1.352	1.175	817	760	11	106			10.562
1797	P	35.715	48.000	48.000	48.000	48.000	48.000	48.000		40.889	
	Q	5.830	1.415	1.645	649	462	23	48			10.072
1798	P	41.595	48.265	47.007	46.688	48.101	48.000	50.000		44.832	
	Q	5.446	2.311	1.923	1.422	833	10	24			11.969
1799	P	40.563	50.018	49.429	49.137	47.506	50.000	50.000		45.950	
	Q	3.617	1.687	1.665	1.558	840	71	66			9.504
1800	P	52.577	60.273	60.109	60.000	60.000	60.000			56.412	
	Q	3.136	1.157	1.282	436	343	7				6.361
1801	P	48.272	60.845	60.317	58.372	60.173	60.000			52.580	
	Q	7.206	1.302	1.136	1.187	601	8				11.440
1802	P	59.472	70.257	71.646	67.176	74.663	72.000			68.224	
	Q	1.198	1.391	1.853	1.210	398	6				6.056
1803	P	67.631	72.220	72.847	66.096	75.934			72.000	70.554	
	Q	2.177	1.800	1.429	810	685			11		6.912
1804	P	59.872	67.078	67.700	66.776	66.737			60.000	64.757	
	Q	3.563	2.736	2.215	1.419	895			20		10.848
1805	P	64.906	71.106	68.979	64.000	65.969			61.382	67.211	
	Q	2.697	2.148	2.394	1.457	1.212			34		9.942
1806	P	64.193	67.865	70.469	63.199	68.621			70.500	67.166	
	Q	1.177	2.519	1.836	1.503	1.031			43		8.109
1807	P	59.952	67.886	67.521	60.936	69.956			70.000	65.560	
	Q	1.708	2.482	2.826	753	343			53		8.165
1808	P	47.691	59.098	61.846	70.500	66.216				56.503	
	Q	1.317	807	536	284	275					3.219
1809	P	67.595	80.035	79.275	75.583	80.166			80.000	76.011	
	Q	1.524	715	2.365	532	451			146		5.733
1810	P	95.723	82.358	90.000	90.569	90.632				91.186	
	Q	1.747	726	896	605	144					4.118
1811	P	156.927	146.829	138.725	121.633	139.815			160.000	143.694	
	Q	703	287	502	343	108			17		1.960

Tabela 98

MANTEIGA: Gráfico nº 97 - Tabelas nºs 99-100

As importações de manteiga eram consideráveis em Portugal. Uma boa parcela destinava-se à reexportação para as colônias ou mesmo para outras nações estrangeiras. A cota referente à importação brasileira era mínima, não tendo muita importância no conjunto. O mercado importante para este produto era mesmo o metropolitano. O movimento de importação flutua muito, numa tendência crescente, até 1804, e decrescente, daí para a frente. As importações do Brasil são mais estáveis, com menor flutuação, demonstrando um mercado mais estável, com uma tendência igualmente crescente, até o ano de 1804.

Este é o produto, até aqui considerado, que apresenta a menor distância entre os preços pagos pelos importadores portugueses e os preços pelos quais o produto era vendido na Colônia. Em 1804, estão no mesmo nível. A flutuação dos preços é intensa. Sobem até 1800. Caem até 1804, voltando a subir novamente no final do período.

Os preços são os mesmos em todas as regiões brasileiras, sendo o Rio de Janeiro e a Bahia os principais importadores. Os preços pagos pelos comerciantes portugueses no exterior são, em geral, mais altos na Holanda, por a qualidade do produto ser superior. O grande fornecedor deste produto a Portugal era a Inglaterra.

M A N T E I G A

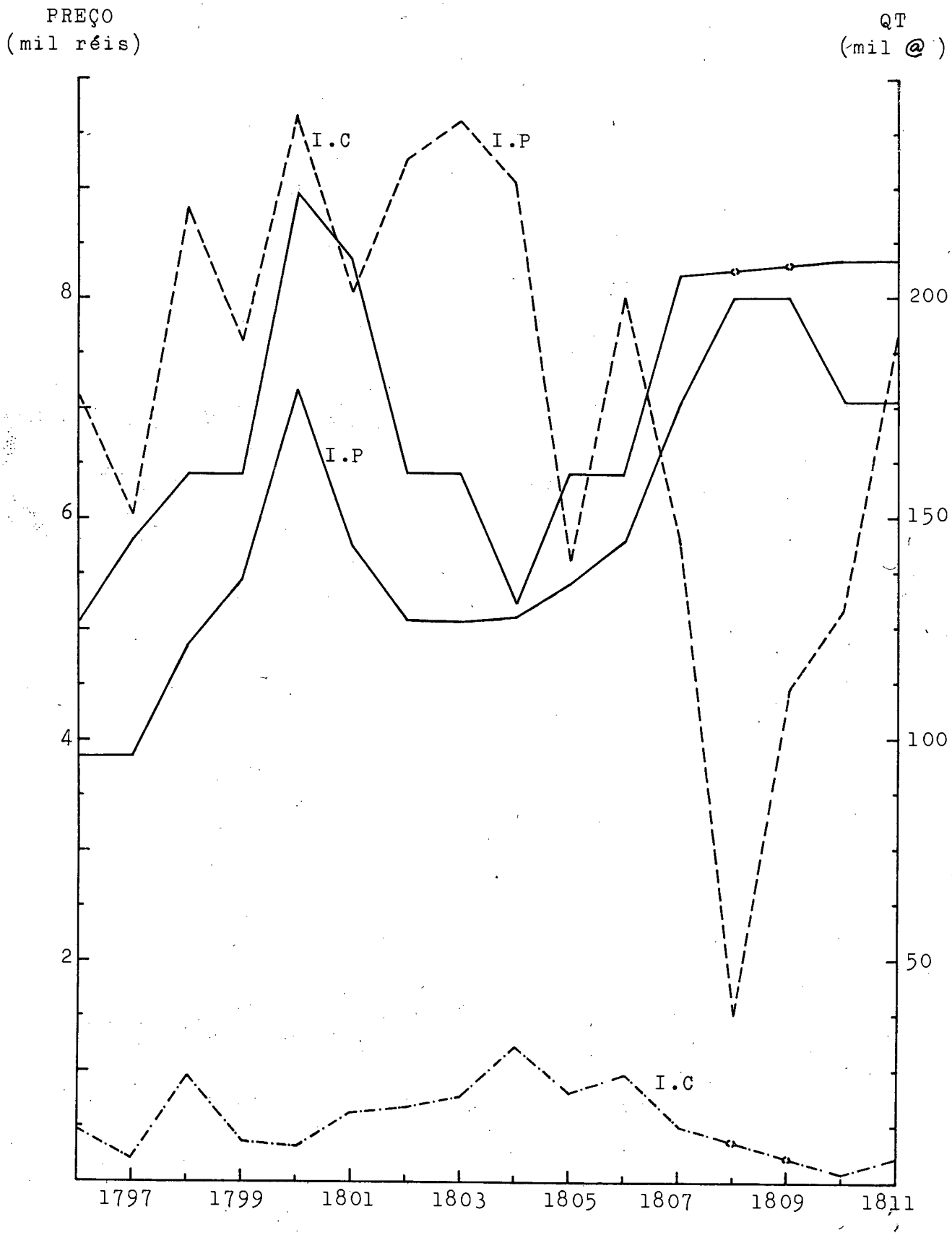


Gráfico 97

M A N T E I G A (A R R O B A S)

ANOS	PORTOS	R.JANEIRO	BAHIA	PERNAMBUCO	MARANHÃO	PARÁ	PARAÍBA	SANTOS	CEARÁ	P.MÉDIO	QUANTIDADE
1796	P	5.280	5.280	5.280	5.280	5.280	5.280	5.280	5.280	5.280	
	Q	3.589	2.387	1.544	1.518	2.195	75	94 94			11.403
1797	P	5.808	5.808	5.808	5.808	5.808	5.808			5.808	
	Q	1.803	1.799	671	708	139	11				5.131
1798	P	6.400	6.400	6.400	6.400	6.400	6.400			6.400	
	Q	6.930	7.900	3.076	4.019	1.627	112				23.664
1799	P	6.400	6.400	6.400	6.400	6.400	6.400			6.400	
	Q	3.588	2.900	1.537	1.287	.354	50				9.716
1800	P	8.960	8.960	8.960	8.960	8.960				8.960	
	Q	2.190	3.222	1.906	1.129	301					8.748
1801	P	8.320	8.320	8.320	8.320	8.320				8.320	
	Q	6.456	4.491	1.516	2.334	475					15.272
1802	P	6.400	6.400	6.400	6.400	6.400	6.400			6.400	
	Q	5.926	4.069	3.308	2.383	802	92				16.581
1803	P	6.400	6.400	6.400	6.400	6.400				6.400	
	Q	7.760	4.995	1.817	2.791	976					18.340
1804	P	5.200	5.200	5.200	5.200	5.200				5.200	
	Q	12.104	7.361	4.005	5.241	1.605					30.317
1805	P	6.400	6.400	6.400	6.400	6.400				6.400	
	Q	8.010	3.873	2.530	1.986	1.310					17.710
1806	P	6.400	6.400	6.400	6.400	6.400				6.400	
	Q	7.818	7.033	3.389	3.680	1.357					23.278
1807	P	8.160	8.160	8.160	8.160	8.160				8.160	
	Q	3.702	3.798	3.471	1.458	470					12.900
1808	P										
	Q										
1809	P	832								832	
	Q	381									381
1810	P	8.320		8.320						8.320	
	Q	1.151		265							1.416
1811	P	8.320	8.320							8.320	
	Q	4.387	1.528								5.915

Tabela 99

M A N T E I G A (A R R O B A S)

PORTOS / ANOS		INGLATERRA	HOLANDA	FRANÇA	E.UNIDOS	RÚSSIA	HAMBURGO	CASTELA	SUÉCIA	ALEMANHA	DINAMARCA	QUANTIDADE PREÇO MÉDIO
1796	P	3.840	5.864				3.840	6.400				3.847
	Q	177.667	576				526	1				178.770
1797	P	3.840	5.058		3.840		3.840	3.840				3.854
	Q	129.613	1.799		103		14.395	5.652				151.562
1798	P	4.800	6.400	4.800	4.800		4.800	4.800				4.859
	Q	186.393	8.126	16.524	192		1.354	6.949				219.538
1799	P	5.440	6.400	5.540			5.440				5.440	5.464
	Q	172.956	4.416	304			501				100	178.277
1800	P	7.200	7.200	6.400			7.200	7.118				7.183
	Q	228.396	1.722	4.634			2.116	5.561				242.429
1801	P	6.400	6.400	4.800	6.400		6.400	6.400				5.750
	Q	105.792	591	77.550	3.836		771	2.229				190.769
1802	P	5.120	5.120	4.880			4.480					5.071
	Q	183.462	3.027	45.870			484					232.843
1803	P	5.120	5.120	4.480			5.120					5.064
	Q	219.122	741	21.104			156					241.123
1804	P	5.120	5.120	4.480								5.099
	Q	212.388	1.015	7.150								220.553
1805	P	5.440	5.120				6.400					5.433
	Q	136.380	3.599				176					140.155
1806	P	5.759	5.902									5.760
	Q	197.496	1.734									199.220
1807	P	7.040	7.040	6.400								7.023
	Q	139.940	631	1.836								144.484
1808	P	8.000										8.000
	Q	37.659										37.659
1809	P	8.000			8.000							8.000
	Q	110.941			1.043							111.984
1810	P	7.040		7.040								7.040
	Q	127.064		2.377								129.441
1811	P	7.040		7.040								7.040
	Q	189.545		1.471								191.016

Tabela 100

BACALHAU: Gráfico nº 98 - Tabelas nºs 101-102

O bacalhau apresenta características semelhantes às da manteiga. Importado em grande quantidade por Portugal, era consumido internamente, destinando-se uma parcela reduzida para a Colônia, como se pode constatar pelo gráfico. A camada social em condições de consumir o produto na Colônia era bastante reduzida.

As importações portuguesas do produto oscilam constantemente, no decorrer de todo o período. Em 1806, ocorreu o ponto máximo das importações. Até aí, o ritmo poderia ser considerado crescente. Já a importação colonial é bem mais estável, com duas ligeiras elevações, em 1799 e 1806. A flutuação das importações depende, portanto, do mercado português e não do mercado colonial.

Os preços crescem tanto na Colônia quanto no mercado - português, num ritmo mais ou menos constante. A partir de 1802, os preços do produto na Europa começam a declinar. Na Colônia, ainda estão subindo até 1804, quando também começam a descer. Isto equivale a dizer que a baixa do preço na Europa não se reflete imediatamente nos preços pagos pelos colonos.

O preço do produto no Brasil é exatamente o mesmo em todas as regiões. A região que mais importava o produto era a Bahia que procedia da Inglaterra e dos Estados Unidos, excepcionalmente de Castela. O grande fornecedor deste produto para Portugal, entretanto, era a Inglaterra.

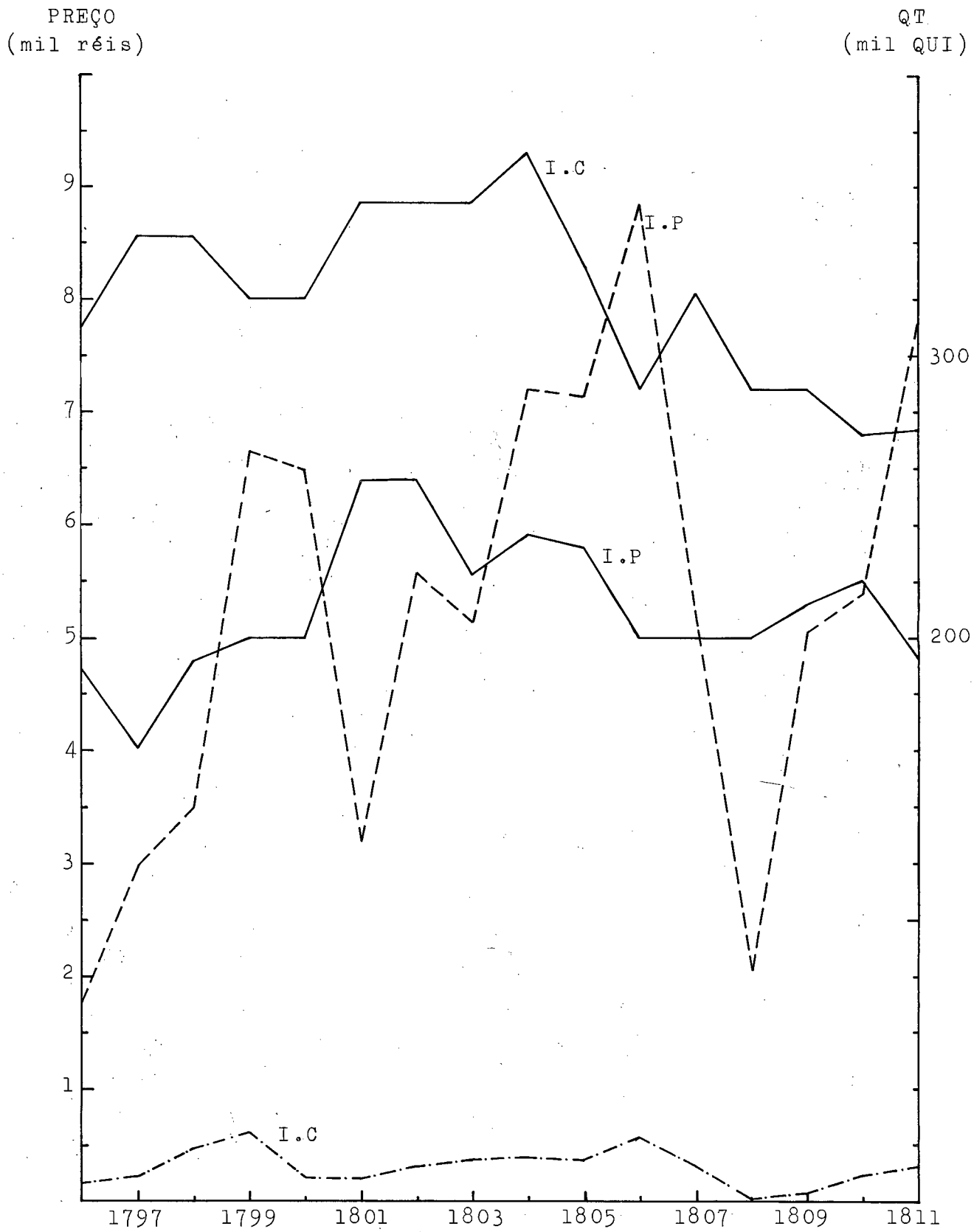

PREÇO
(mil réis)
QT
(mil QUI)
I.C
I.P
I.P
I.C
9
8
7
6
5
4
3
2
1
300
200
1797
1799
1801
1803
1805
1807
1809
1811

Gráfico 98

B A C A L H A U (Q U I N T A E S)

ANOS	PORTOS	R.JANEIRO	BAHIA	PERNAMBUCO	MARANHÃO	PARA	PARAIBA	SANTOS	CEARA	PREÇO MÉDIO	QUANTIDADE
1796	P	7.770	7.770	7.770	7.770	7.770	7.770	7.770		7.770	
	Q	1.298	3.644	2.203	399	112	79	22			7.580
1797	P	8.547	8.547	8.547	8.547	8.547	8.547	8.547		8.547	
	Q	1.994	4.960	3.731	465	99	26	87			9.401
1798	P	8.550	8.550	8.550	8.550	8.550	8.550	8.550		8.550	
	Q	2.062	10.935	5.100	1.108	42	25				19.072
1799	P	8.000	8.000	8.000	8.000	8.000	8.000	8.000		8.000	
	Q	5.861	9.210	7.463	1.981	291	102	33			24.642
1800	P	8.000	8.000	8.000	8.000		8.000			8.000	
	Q	883	3.811	3.463	225		47				8.429
1801	P	8.840	8.840	8.840	8.840					8.840	
	Q	2.184	4.034	1.792	292						8.303
1802	P	8.840	8.840	8.840	8.840	8.840				8.840	
	Q	3.718	5.576	2.993	307	157					12.753
1803	P	8.840	8.840	8.840	8.840	8.840				8.840	
	Q	3.475	8.188	2.773	715	206					15.359
1804	P	9.300	9.300	9.300	9.300	9.300				9.300	
	Q	5.044	6.618	3.661	545	233					16.102
1805	P	8.300	8.300	8.300	8.300	8.300				8.300	
	Q	3.912	7.779	2.976	514	151					15.025
1806	P	7.200	7.200	7.200	7.200	7.200				7.200	
	Q	6.596	9.267	6.242	748	332					23.188
1807	P	8.050	8.050	8.050	8.050	8.050				8.050	
	Q	2.414	3.648	6.747	263	150					13.222
1808	P		7.200	7.200						7.200	
	Q		1.033	70							1.103
1809	P	7.200	7.200	7.200						7.200	
	Q	419	2.034	1.149							3.602
1810	P	6.800	6.800	6.800						6.800	
	Q	1.336	5.489	2.510							9.335
1811	P	6.840	6.840	6.840	6.840	6.840				6.840	
	Q	2.941	5.016	3.855	282	159					12.253

Tabela 101

B A C A L H A U (Q U I N T A E S)

PORTOS / ANOS		INGLATERRA	HOLANDA	FRANÇA	E. UNIDOS	HAMBURGO	CASTELA	RÚSSIA	SUÉCIA	ALEMANHA	DINAMARCA	P. MÉDIO QUANTIDADE
1796	P	4.712			4.000		7.200					4.712
	Q	70.846			41		6					70.893
1797	P	4.000			4.000							4.000
	Q	117.840			2.032							119.872
1798	P	4.800			4.800		4.000					4.800
	Q	139.846			232		15					140.093
1799	P	5.000			5.000							5.000
	Q	264.638			2.198							266.836
1800	P	5.000			5.000							5.000
	Q	259.138			225							259.363
1801	P	6.400			6.400							6.400
	Q	125.511			1.670							127.181
1802	P	6.400			6.400							6.400
	Q	217.098			6.365							223.464
1803	P	5.550			5.550							5.550
	Q	203.629			1.848							205.477
1804	P	5.900			5.900		9.600					5.912
	Q	285.237			2.603		900					288.740
1805	P	5.800			5.800							5.800
	Q	285.170			250							285.420
1806	P	5.000										5.000
	Q	354.895										354.895
1807	P	5.000										5.000
	Q	207.666										207.666
1808	P	5.000										5.000
	Q	82.223										82.223
1809	P	5.300										5.300
	Q	202.415										202.415
1810	P	5.597			2.000							5.499
	Q	209.951			5.832							215.783
1811	P	4.800			4.800							4.800
	Q	312.049			1.068							313.117

Tabela 102

BAETAS: Gráfico nº 99 - Tabelas nºs 103-104

Com relação às baetas, há uma grande diferença quando - comparadas às bretanhas. Como estas eram linifícios, adequavam-se mais ao mercado colonial na área dos trópicos. As baetas são lanifícios, mais adaptados ao clima europeu, daí serem consumidos mais em Portugal. É isto que demonstra a relação entre as quantidades importadas por Portugal da Europa e as importações feitas pela Colônia em Portugal.

O perfil das duas linhas é sincrônico . Quando as importações crescem na Colônia, crescem também as importações portuguesas, tendo-se a impressão de que o mercado português era mais ou menos estável e que a expansão e contração das importações dependia do consumo colonial.

Os preços de importação portuguesa e importação colonial são muito próximos em 1796, distanciando-se violentamente para o restante do período. Os preços da importação portuguesa tendem - mesmo a cair, de 1797 a 1808, somente subindo neste período excepcional, ao passo que os preços da importação colonial sobem sempre, de 1796 a 1809. Estas observações são importantes, porque, - quando comparamos a tendência deste preço em relação aos preços - dos produtos coloniais de exportação, notamos que os produtos manufaturados têm uma taxa de crescimento mais acentuada. A variação das quantidades não afetou os preços, que, baixando ou subindo, as quantidades se mantêm firmes na sua tendência altista.

Este era um produto barato, de grande consumo. A importação do Rio de Janeiro era a mais elevada da Colônia. Os preços deste produto são bastante estáveis nas varias regiões brasileiras. O grande fornecedor de Portugal era a Inglaterra.

BAETAS DE CÔRES ORDINÁRIAS

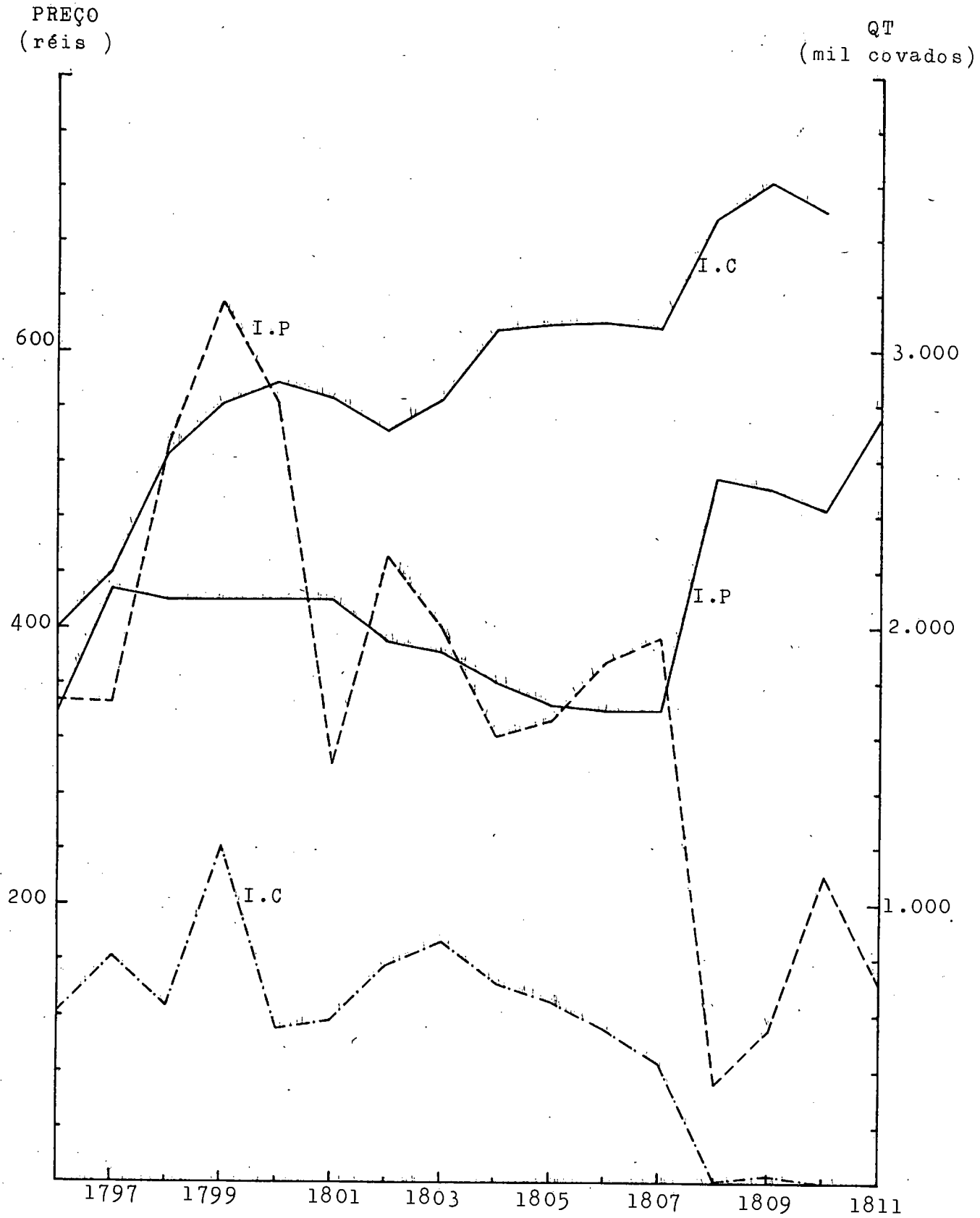


Gráfico 99

B A E T A D E C Ô R E S O R D I N Á R I A S (C O V A D O S)

ANOS	PORTOS	R.JANEIRO	BAHIA	PERNAMBUCO	MARANHÃO	PARÁ	PARAÍBA	SANTOS	CEARÁ	PREÇO MÉDIO	QUANTIDADE
1796	P	400	400	400	400	400		400		400	
	Q	343.286	161.498	44.033	54.176	2.351		8.013			613.357
1797	P	440	440	440	440	440	440	440		440	
	Q	555.762	144.146	73.282	25.875	937	1.313	7.333			808.648
1798	P	440	600	600	600	600	600			524	
	Q	296.549	235.572	73.988	15.712	4.909	572				627.302
1799	P	560	560	560	560	600	560	600		561	
	Q	723.078	358.924	101.743	12.745	5.293	1.173	10.077			1.213.033
1800	P	560	600	600	600	600	600			577	
	Q	3.8.910	153.096	57.274	12.813	4.864	2.664				549.621
1801	P	560	600	600	600					566	
	Q	495.074	55.109	28.118	3.976						582.277
1802	P	520	600	600	650	600				552	
	Q	483.147	176.265	100.727	19.507	1.739					781.385
1803	P	545	600	600	650	860				565	
	Q	572.815	206.204	62.063	19.725	2.040					862.847
1804	P	632	582	570	630	630			658	615	
	Q	462.648	181.984	46.964	14.338	5.623			5.539		717.096
1805	P	630	580	630	630	630				619	
	Q	387.556	142.841	98.963	16.219	3.171					648.750
1806	P	633	579	630	630	630				621	
	Q	339.022	118.700	69.759	13.880	6.184					547.545
1807	P	629	579	630	560					616	
	Q	237.610	101.473	81.417	8.925						429.425
1808	P	700	672							696	
	Q	10.356	1.779								12.135
1809	P	730	720	720						723	
	Q	9.766	10.939	14.240							34.945
1810	P	700								700	
	Q	889									889
1811	P										
	Q										

Tabela 103

B A E T A S D E C Ô R E S O R D I N Á R I A S (C O V A D O S)

PORTOS ANOS		INGLATERRA	HOLANDA	FRANÇA	E.UNIDOS	HAMBURGO	CASTELA	RÚSSIA	QUANTIDADE PREÇO MÉDIO
1796	P	339							339
	Q	1.843.408							1.843.408
1797	P	429							429
	Q	1.735.637							1.735.637
1798	P	420							420
	Q	1.639.379							1.639.379
1799	P	420							420
	Q	1.177.363							1.177.363
1800	P	420							420
	Q	1.803.933							1.803.933
1801	P	420							420
	Q	1.494.592							1.494.592
1802	P	390							390
	Q	1.257.434							1.257.434
1803	P	382							382
	Q	1.994.221							1.994.221
1804	P	360							360
	Q	1.607.961							1.607.961
1805	P	344							344
	Q	1.663.391							1.663.391
1806	P	340							340
	Q	1.856.135							1.856.135
1807	P	340							340
	Q	1.981.338							1.981.338
1808	P	508							508
	Q	360.033							360,033
1809	P	499							499
	Q	553.876							553.876
1810	P	483							483
	Q	1.106.201							1.106.201
1811	P	550							550
	Q	711.377							711.377

Tabela 104

BRETANHA: Gráfico nº 100 - Tabelas nºs 105-106

O gráfico demonstra que as bretanhas eram tecidos comprados por Portugal no exterior, com a finalidade de abastecer o mercado colonial, principalmente o brasileiro. Isto se percebe pela correlação entre as duas linhas segmentadas, que representam a importação portuguesa das nações estrangeiras e a importação colonial em relação a Portugal. Os estoques desse tecido explicam porque em certos anos a quantidade importada pela Colônia era superior à importada por Portugal. Os dois movimentos caminham paralelamente em ascenção até 1799, baixando, no restante do período, com uma breve retomada das importações portuguesas, em 1802.

Os preços pagos pelos portugueses pelo produto mantiveram-se estagnados durante quase todo o período, com uma ligeira elevação, que se manifesta em 1803, e que se torna mais acentuada de 1805 em diante. Por oposição, os preços pagos pela Colônia têm uma tendência nitidamente crescente, com um fenômeno significativo, que é a aproximação entre os preços de importação portuguesa e colonial no fim do período; por exemplo; em 1807, a distância entre os dois é mínima.

Este fenômeno é explicado pelo mercado de concorrência, onde era adquirido o produto, que leva a uma conservação do preço no mercado internacional. Mas como o mercado brasileiro é monopolizado pelos portugueses, na medida em que se expande o consumo, o preço pode ser forçado para a alta.

Este era outro produto de largo consumo na Colônia. Os preços eram bastante estáveis. A variação notada em alguns anos - resulta da necessidade de se tomar um preço médio entre produtos de qualidade um pouco diferentes, que se apresentavam somados na Balança do Comércio. O grande fornecedor era, novamente, a Inglaterra.

B R E T A N H A S

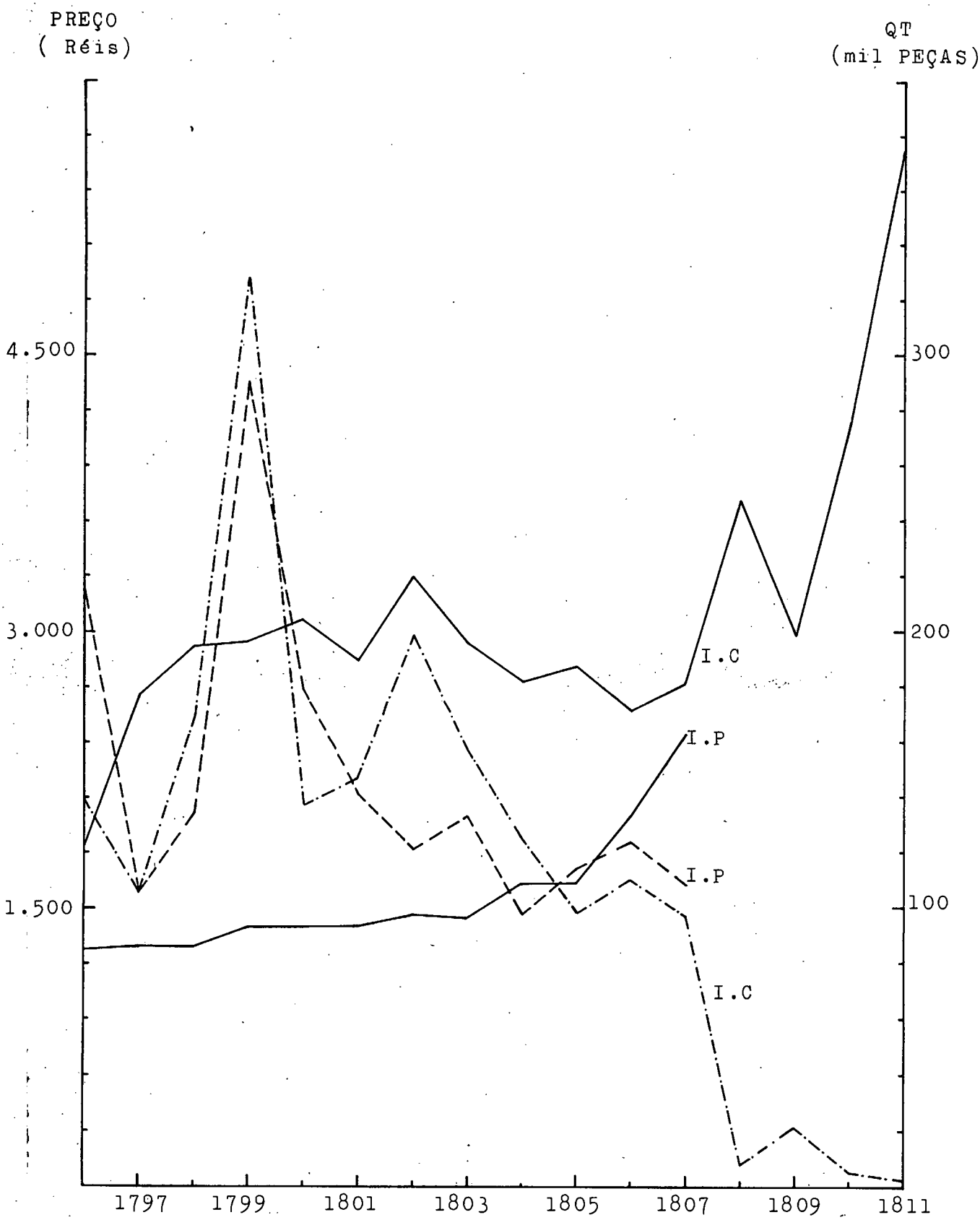


Gráfico 100

B R E T A N H A S (P E Ç A S)

ANOS	PORTOS	R.JANEIRO	BAHIA	PERNAMBUCO	MARANHÃO	PARÁ	PARAÍBA	SANTOS	CEARÁ	PREÇO MÉDIO	QUANTIDADE
1796	P	1.838	1.838	1.838	1.838	1.838		1.838		1.838	
	Q	25.795	36.854	30.318	38.325	7.222		220			138.734
1797	P	2.021	2.950	2.020	2.950	2.872	2.950	2.950		2.650	
	Q	3.347	46.288	30.118	17.108	6.567	798	1.052			105.278
1798	P	2.950	2.901	2.921	2.944	2.950	2.950	2.950		2.926	
	Q	37.416	60.799	32.317	20.202	17.975	527	8			169.244
1799	P	2.700	3.007	3.034	3.048	3.034	3.040	2.200		2.943	
	Q	86.101	68.434	95.593	58.881	18.590	1.106	202			328.907
1800	P	3.058	3.034	3.100	3.071	3.100	3.100			3.062	
	Q	46.861	39.547	2.556	23.606	23.020	1.569				137.159
1801	P	2.200	3.100	3.100	3.100	3.100				2.832	
	Q	44.044	56.095	25.180	20.084	2.493					147.896
1802	P	2.750	3.577	3.141	3.655	3.600				3.298	
	Q	40.723	54.036	57.062	29.404	18.569					199.794
1803	P	3.133	2.310	3.146	2.310	2.310				2.931	
	Q	95.319	2.362	23.525	30.380	6.340					157.926
1804	P	2.310	2.828	3.142	2.310	2.310			3.000	2.733	
	Q	21.068	40.630	37.002	12.541	12.190			1.175		124.606
1805	P	2.363	2.796	3.155	2.310	2.310				2.812	
	Q	2.539	30.128	41.084	12.061	12.840					98.652
1806	P	2.400	2.879	2.919	2.400	2.400			2.400	2.569	
	Q	29.870	36.811	2.222	23.373	17.739			973		110.988
1807	P	2.950	2.400	3.164	2.400	2.400				2.715	
	Q	14.852	29.347	29.429	17.538	6.060					97.226
1808	P	4.440	4.440	3.440	3.440					3.706	
	Q	1.098	796	4.287	942						7.123
1809	P	3.240	2.880	2.880						2.981	
	Q	6.079	10.184	5.320							21.583
1810	P	4.700		4.300	4.000	3.600				4.147	
	Q	244		3.257	675	977					5.153
1811	P					5.673				5.673	
	Q					2.182					2.182

Tabela 105

B R E T A N H A S (P E Ç A S)

PORTOS ANOS		INLATERRA	HOLANDA	FRANÇA	E.UNIDOS	HAMBURGO	CASTELA	RÚSSIA	SUÉCIA	ALEMANHA	DINAMARCA	QUANTIDADE PREÇO MÉDIO
1796	P	1.284										1.284
	Q	215.515										215.515
1797	P	1.290										1.290
	Q	105.341										105.341
1798	P	1.290										1.290
	Q	135.416										135.416
1799	P	1.400										1.400
	Q	291.691										291.691
1800	P	1.400										1.400
	Q	179.552										179.552
1801	P	1.400										1.400
	Q	141.422										141.422
1802	P	1.461										1.461
	Q	121.223										121.223
1803	P	1.452										1.452
	Q	133.264										133.264
1804	P	1.638										1.638
	Q	97.121										97.121
1805	P	1.641										1.641
	Q	114.417										114.417
1806	P	2.019										2.019
	Q	124.362										124.362
1807	P	2.445										2.445
	Q	108.577										108.577
1808	P											
	Q											
1809	P											
	Q											
1810	P											
	Q											
1811	P											
	Q											

Tabela 106

AÇO: Gráfico nº 101 - Tabelas nºs 107-108

O ponto mais alto das importações deste produto por Portugal ocorreu em 1799. Daí para a frente, é clara a tendência descendente, com flutuações intensas, quase um ciclo trienal. Quanto às importações coloniais, podemos dizer que a tendência é descendente. Somente em 1801 as importações coloniais tiveram importância maior, porque coincidem com um momento de declínio das importações metropolitanas. Neste ano, o volume das importações portuguesas é quase igual ao das importações coloniais.

Os preços pagos pela Colônia são bem mais altos do que os preços pagos pelos importadores metropolitanos. A diferença tende a alargar-se no decorrer do período. É notável que, de 1800 a 1805, os preços se mantiveram paralizados no mercado europeu. Este mecanismo se produziu na Colônia com o retraso de um ano, pois os preços de importação colonial subiram até 1802 e definiram um planalto, que continua, mesmo depois de ter começado outra vez a alta no mercado internacional. A tendência geral dos preços do aço é crescente.

Este produto era consumido por todas as regiões brasileiras. Os preços do produto eram exatamente os mesmos em todas elas, sendo o Rio de Janeiro o principal importador. A Suécia era a grande fornecedora do produto, seguida à distância pela Inglaterra. Os preços no mercado externo eram estáveis em todos os países fornecedores de Portugal.

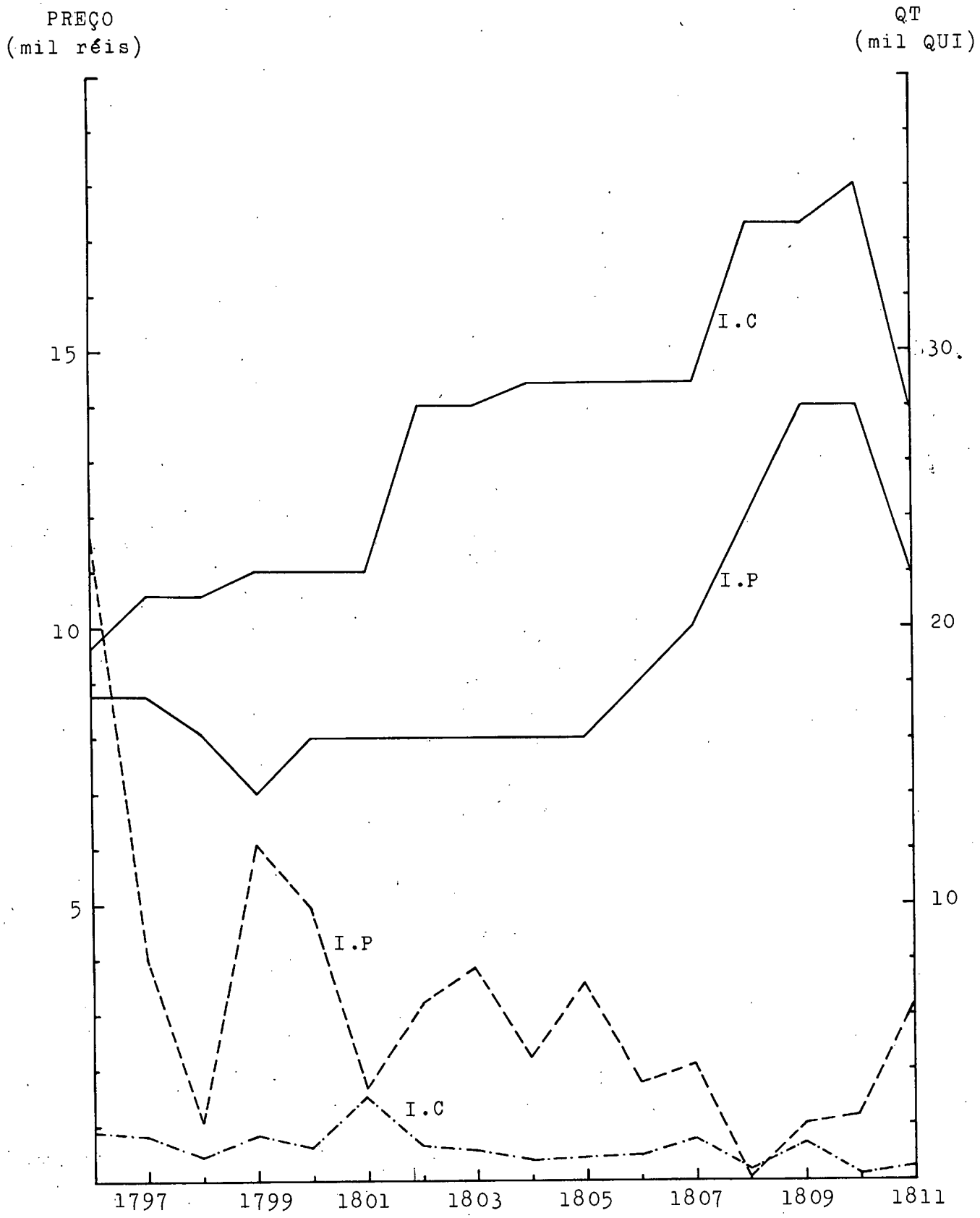

PREÇO
(mil réis)
QT
(mil QUI)
15
10
5
30
20
10
I.C
I.P
I.P
I.C
1797
1799
1801
1803
1805
1807
1809
1811

Gráfico 101

AÇO (QUINTAES)

ANOS	PORTOS	R.JANEIRO	BAHIA	PERNAMBUCO	MARANHÃO	PARÁ	PARAÍBA	SANTOS	CEARÁ	PREÇO MÉDIO	QUANTIDADE
1796	P	9.625	9.625	9.625	9.625	9.625	9.625	9.625	9.625	9.625	
	Q	773	344	313	256	260	3	10			1.791
1797	P	10.587	10.587	10.587	10.587	10.587	10.587	10.587		10.587	
	Q	526	174	459	24	80	9	32			1.705
1798	P	10.580	10.580	10.580	10.580	10.580	10.580			10.580	
	Q	459	347	37	4	30	2				879
1799	P	11.000	11.000	11.000	11.000	11.000				11.000	
	Q	1.095	183	92	220	20					1.611
1800	P	11.000	11.000	11.000	11.000	11.000				11.000	
	Q	463	286	354	115	16					1.235
1801	P	11.000	11.000	11.000	11.000	11.000	11.000			11.000	
	Q	2.483	364	106	37	10	8				3.009
1802	P	14.000	14.000	14.000	14.000	14.000	14.000			14.000	
	Q	440	328	122	212	43	115				1.260
1803	P	14.000	14.000	14.000	14.000	14.000	14.000			14.000	
	Q	688	104	353	103	35					1.095
1804	P	14.400	14.400	14.400	14.400	14.400			14.400	14.400	
	Q	329	228	157	47	27			5		735
1805	P	14.400	14.400	14.400	14.400	14.400				14.400	
	Q	263	113	164	115	183					839
1806	P	14.400	14.400	14.400	14.400	14.400				14.400	
	Q	374	64	349	133	32					953
1807	P	14.400	14.400	14.400	14.400	14.400				14.400	
	Q	597	419	446	87						1.551
1808	P	17.280	17.280			17.280				17.280	
	Q	309	17			64					390
1809	P	17.280	17.280	17.280	17.280	17.280			17.280	17.280	
	Q	285	520	456	9	73			4		1.348
1810	P	18.000	18.000	18.000	18.000					18.000	
	Q	100	70		23						193
1811	P	14.000	14.000	14.000	14.000	14.000				14.000	
	Q	285	47	47	74	33					486

Tabela 107

A Ç O (Q U I N T A E S)

PORTOS ANOS		INGLATERRA	HOLANDA	FRANÇA	E.UNIDOS	HAMBURGO	CASTELA	RÚSSIA	ALEMANHA	SUÉCIA	ITÁLIA	QUANTIDADE PREÇO MÉDIO
1796	P	8.750	8.750							8.750	8.750	8.750
	Q	125	334							19.726	3.708	23.260
1797	P	8.750								8.750		8.750
	Q	227								7.842		8.070
1798	P	7.000	7.000			7.000				7.000	7.000	7.000
	Q	15	4			117				1.296	685	2.119
1799	P		8.000			8.000	8.000			8.000	8.000	8.000
	Q		22			154	136			10.923	1.051	12.247
1800	P	8.000				8.000	8.000			8.000	8.000	8.000
	Q	254				152	35			5.794	3.599	9.837
1801	P	8.000				8.000				8.000	8.000	8.000
	Q	290				441				2.325	263	3.300
1802	P	8.000	8.000			8.000				8.000	8.000	8.000
	Q	4	60			37				4.423	1.820	6.345
1803	P	8.000	8.000			8.000				8.000	8.000	8.000
	Q	63	25			60				5.369	51	7.713
1804	P	8.000	8.000							8.000	8.000	8.000
	Q	123	70							2.229	229	4.554
1805	P	8.000	8.000			8.000				8.000	8.000	8.000
	Q	8	10			210				722	271	7.223
1806	P	9.000	9.000			9.000		9.000		9.000	9.000	9.000
	Q	649	35			37		12		2.207	579	3.520
1807	P	10.000								10.000	10.000	10.000
	Q	323								3.313	588	4.214
1808	P	12.000								12.000		12.000
	Q	107								2		109
1809	P	14.000						14.000		14.000	14.000	14.000
	Q	740						515		697	55	2.010
1810	P	14.000					14.000					14.000
	Q	2.331					3					2.334
1811	P	11.000					11.000					11.000
	Q	6.295					57					6.353

Tabela 108

COBRE EM PASTA: Gráfico nº 102 - Tabelas nºs 109-110

Dentre as variedades de cobre importadas pelo Brasil, destaca-se o cobre em pasta, que tinha consumo seguro nos engenhos de açúcar. No início do período, as importações coloniais foram superiores às importações portuguesas. Há um ciclo bem definido nas importações coloniais, que no conjunto decrescem até 1803, subindo - no final do período. Enquanto isso, as importações feitas por Portugal são extraordinariamente flutuantes. Em 1800, sobem vertiginosamente. Em 1802, baixam. Em 1805, sobem outra vez.

Os preços de importação portuguesa e colonial sobem e descem no mesmo compasso, tendo sempre os preços coloniais um atraso de pelo menos um ano em relação aos preços europeus. Assim, o ponto mais alto dos preços europeus acontece em 1802; na Colônia , em 1803.

Quando os preços europeus já estão em ascensão, na Colônia há um planalto. O esquema se inverte em 1806, quando os preços coloniais arrancam antes dos preços de importação portuguesa.

No Brasil, a região que mais importava este produto era o Rio de Janeiro. A Inglaterra e Hamburgo, mais a Suécia, eram os principais fornecedores deste produto para Portugal. O preço é o mesmo em todas as regiões brasileiras, da mesma forma que os preços pagos pelos comerciantes portugueses.

C O B R E E M P A S T A

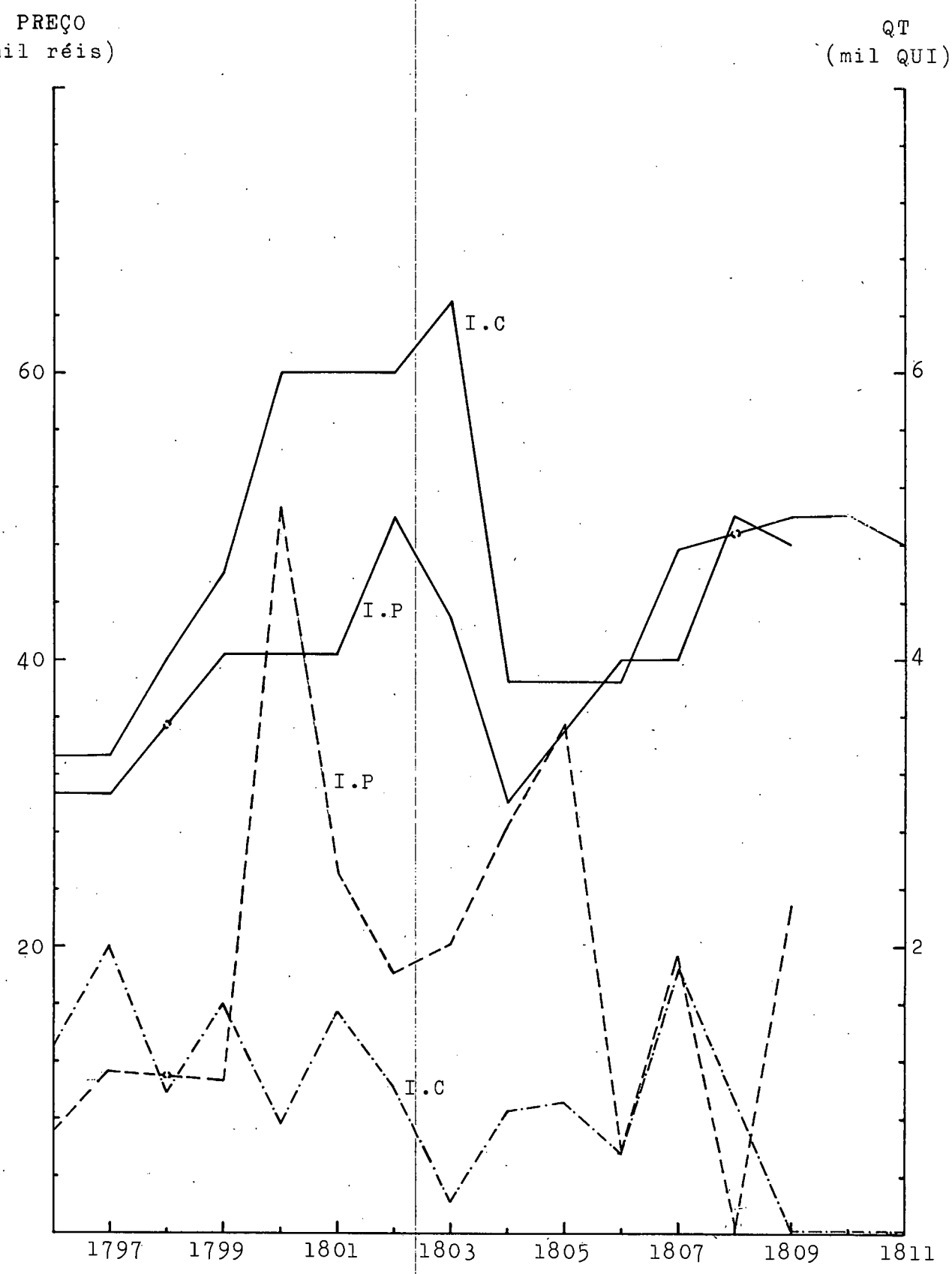


Gráfico 102

C O B R E E M P A S T A (Q U I N T A E S)

ANOS	PORTOS	R.JANEIRO	BAHIA	PERNAMBUCO	MARANHÃO	PARÁ	PARAÍBA	SANTOS	CEARÁ	PREÇO MÉDIO	QUANTIDADE
1796	P	33.152	33.152	33.152						33.152	
	Q	890	353	69							1.312
1797	P	33.152	33.152	33.152						33.152	
	Q	998	835	163							1.996
1798	P	40.000								40.000	
	Q	974									974
1799	P	46.000	46.000			46.000				46.000	
	Q	1.398	170			32					1.600
1800	P	60.000	60.000	60.000	60.000	60.000				60.000	
	Q	472	139	112	36	4					764
1801	P	60.000	60.000	60.000						60.000	
	Q	875	674	87							1.537
1802	P	60.000	60.000	60.000						60.000	
	Q	414	563	38							1.016
1803	P			60.000	60.000					60.000	
	Q			99	120						220
1804	P	38.400	38.400	38.400	38.400					38.400	
	Q	506	216	72	61						856
1805	P	38.400	38.400	38.400	38.400	38.400				38.400	
	Q	661	203	22	13	24					924
1806	P	38.400		38.400						38.400	
	Q	219		382							601
1807	P	47.870		47.870						47.870	
	Q	261		1.600							1.862
1808	P										
	Q										
1809	P			50.000						50.000	
	Q			2							2
1810	P		50.000							50.000	
	Q		27								27
1811	P					48.000				48.000	
	Q					12					12

Tabela 109

C O B R E E M P A S T A (Q U I N T A E S)

PORTOS / ANOS		INGLATERRA	HOLANDA	FRANÇA	E.UNIDOS	HAMBURGO	CASTELA	RÚSSIA	ALEMANHA	SUÉCIA	ITÁLIA	QUANTIDADE PREÇO MÉDIO
1796	P	30.720			30.720					30.720		30.720
	Q	573			4					143		720
1797	P	30.720				30.720				30.720		30.720
	Q	575				520				104		1.199
1798	P											
	Q											
1799	P	40.320				40.320						40.320
	Q	708				365						1.073
1800	P	40.320				40.320				40.320		40.320
	Q	2.962				855				1.235		5.053
1801	P	40.320				40.320				40.320		40.320
	Q	1.864				637				23		2.524
1802	P	50.000				50.000	50.000			50.000		50.000
	Q	511				781	493			40		1.825
1803	P	40.000				40.000						40.000
	Q	325				1.694						2.019
1804	P	30.000	30.000									30.000
	Q	2.825	14									2.839
1805	P					30.000						30.000
	Q					3.555						3.555
1806	P	40.000				40.000						40.000
	Q	146				456						592
1807	P	40.000				40.000				40.000		40.000
	Q	1.655				204				85		1.944
1808	P	50.000										50.000
	Q	59										59
1809	P	46.000					46.000			46.000		46.000
	Q	2.227					5			47		2.279
1810	P											
	Q											
1811	P											
	Q											

Tabela 110

FERRO EM BARRA: Gráfico nº 103 - Tabelas nºs 111-112

A importação portuguesa de ferro apresenta flutuações incríveis, como, por exemplo, o ponto elevadíssimo alcançado em 1800, e a retração violenta de 1804. As importações coloniais flutuam com uma regularidade maior. Quanto aos preços, a flutuação é mais concatenada. Há uma certa regularidade na alta dos preços de importação portuguesa e da importação colonial. A distância entre os dois preços se mantém, grosso modo, durante todo o período. Os preços sobem rapidamente até 1799. Formam um planalto, a seguir, com uma elevação no fim do período.

As regiões brasileiras que mais importavam o produto eram: Rio de Janeiro, Bahia e Pernambuco. O preço do produto era exatamente o mesmo em todas as regiões. As importações portuguesas eram contraídas, principalmente, nos seguintes países: Alemanha, Inglaterra, Holanda, Hamburgo, Castela e Rússia. Da mesma forma que no mercado interno brasileiro, também no mercado externo, em cada país, os preços não variavam.

F E R R O E M B A R R A

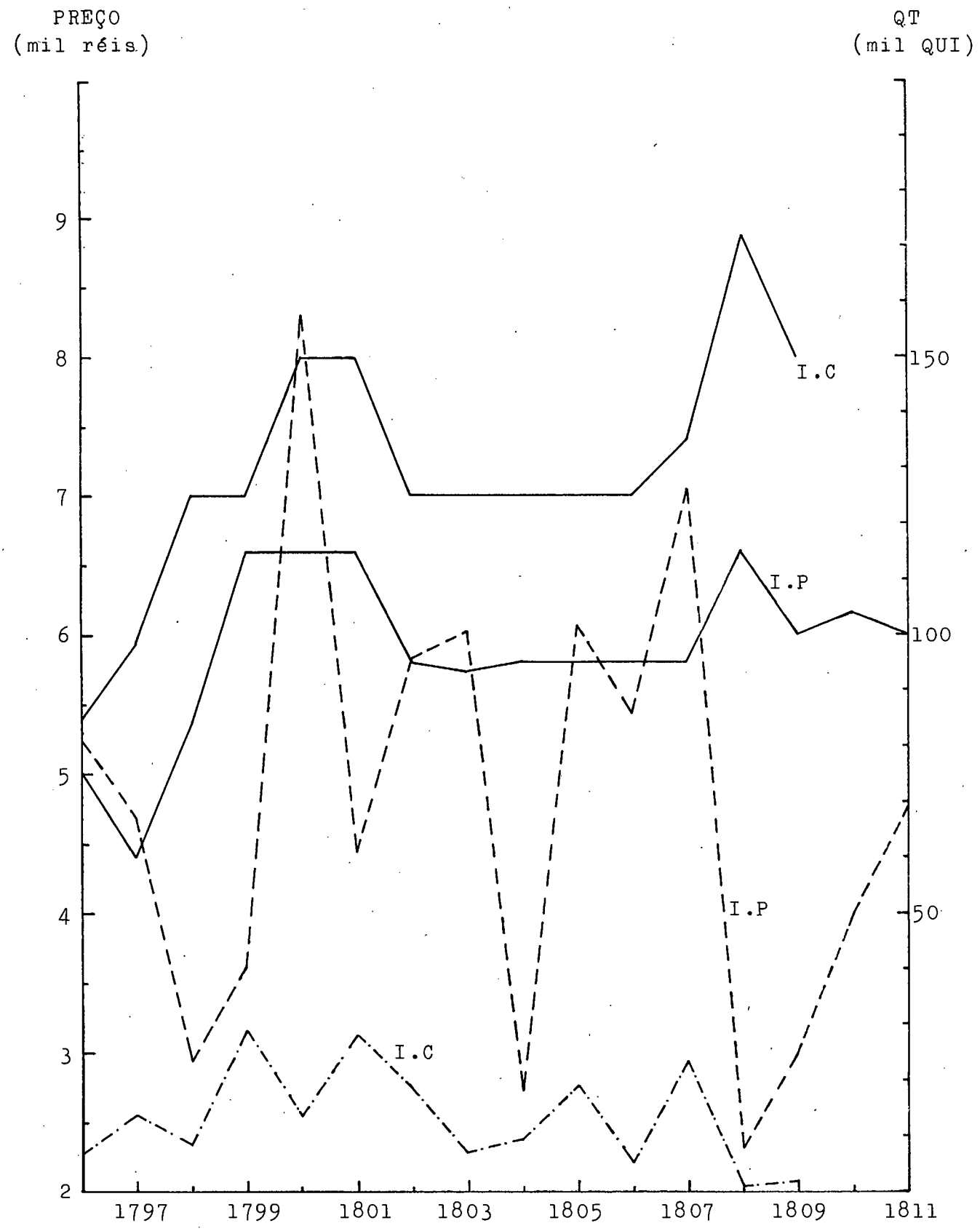


Gráfico 103

F E R R O E M B A R R A (Q U I N T A E S)

ANOS	PORTOS	R.JANEIRO	BAHIA	PERNAMBUCO	MARANHÃO	PARÁ	PARAÍBA	SANTOS	CEARÁ	P.MÉDIO	QUANTIDADE
1796	P	5.390	5.390	5.390	5.390	5.390	5.390	5.390		5.390	
	Q	2.662	2.375	1.448	690	367	50	80			7.672
1797	P	5.928	5.928	5.929	5.929	5.929	5.929	5.929		5.928	
	Q	7.345	3.607	1.369	568	45	46	104			13.084
1798	P	7.000	7.000	7.000	7.000	7.000	7.000			7.000	
	Q	3.768	3.930	586	68	235	21				8.608
1799	P	7.000	7.000	7.000	7.000	7.000	7.000	7.000		7.000	
	Q	17.647	8.126	2.162	548	454	30	103			29.070
1800	P	8.000	8.000	8.000	8.000	8.000	8.000			8.000	
	Q	5.405	3.564	2.041	1.038	1.047	255				13.350
1801	P	8.000	8.000	8.000	8.000	8.000	8.000			8.000	
	Q	18.881	6.076	3.310	102	3	8				28.380
1802	P	7.000	7.000	7.000	7.000	7.000	7.000			7.000	
	Q	13.157	2.148	2.082	520	330	227				18.464
1803	P	7.000	7.000	7.000	7.000	7.000				7.000	
	Q	6.003	268	110	491	218					7.090
1804	P	7.000	7.000	7.000	7.000	7.000			7.000	7.000	
	Q	4.692	3.302	728	368	465			20		9.575
1805	P	7.000	7.000	7.000		7.000				7.000	
	Q	11.660	5.424	1.855		434					19.374
1806	P	7.000	7.000	7.000						7.000	
	Q	100	3.846	1.126							5.073
1807	P	7.400	7.400							7.400	
	Q	11.287	2.279								13.567
1808	P		8.880							8.880	
	Q		80								80
1809	P	8.000							8.000	8.000	
	Q	1.393							105		1.498
1810	P										
	Q										
1811	P										
	Q										

Tabela 111

F E R R O E M B A R R A (Q U I N T A E S)

PORTOS / ANOS		INGLATERRA	HOLANDA	FRANÇA	E. UNIDOS	HAMBURGO	CASTELA	RÚSSIA	SUÉCIA	ALEMANHA	DINAMARCA	P. MÉDIO QUANTIDADE
1796	P	5.060	5.060		5.060	5.060	4.400	5.060		5.060	5.060	5.022
	Q	1.152	4.913		25	75	4.723	3.179		67.430	109	81.606
1797	P	4.500	4.400			4.400	4.400	4.400		4.400	4.400	4.400
	Q	336	12.994			3.025	2.932	5.073		44.140	9	68.509
1798	P		5.404			5.404	4.240	5.504		5.504		5.373
	Q		1.915			1.036	2.331	2.684		16.835		24.801
1799	P	6.600					6.600		6.600	6.600		6.600
	Q	11.858					7.323		217	22.033		41.431
1800	P	6.600	6.600	6.600		6.600	6.600			6.600		6.600
	Q	28.334	4.401	38		4.615	3.484			117.706		158.578
1801	P	6.600	6.600			6.600	6.600	6.600		6.600		6.600
	Q	6.767	1.236			5.959	7.387	455		38.357		60.161
1802	P	5.600	5.600			5.600	5.600			5.600		5.600
	Q	8.844	14.367			2.387	1.217			69.251		96.066
1803	P	5.600	5.600			5.600	4.600	5.600		5.600		5.536
	Q	791	5.227			418	6.463	788		87.139		100.826
1804	P	5.600	5.600		5.600	5.600				5.600		5.600
	Q	1.998	7.161		183	175				58.658		68.175
1805	P	5.600	5.600				5.600	5.600		5.600		5.600
	Q	1.538	5.938				2.976	3.315		87.944		101.711
1806	P	5.600	5.600				5.600	5.600		5.600		5.600
	Q	16.906	7.607				5.044	209		56.067		85.833
1807	P	5.600	5.600			5.600	5.600	5.600		5.600	5.600	5.600
	Q	26.107	8.447			150	5.376	339		85.138	660	126.217
1808	P	6.600								6.600		6.600
	Q	7.074								511		7.585
1809	P	6.000					6.000	6.000		6.000		6.000
	Q	13.717					1.914	2.834		6.079		24.544
1810	P	6.200					6.000	6.200				6.187
	Q	44.966					3.285	1.401				49.652
1811	P	6.000					6.000					6.000
	Q	67.408					1.746					69.154

Tabela 112

5. Quantificação da Lucratividade Comercial

Nesta unidade, o nosso objetivo é determinar o lucro do comércio português em relação ao Brasil. Para tanto, tomamos os 25 produtos cujas curvas de importação, exportação e reexportação, em termos de preços e quantidades, acabamos de analisar, para calcular o lucro médio de cada produto no período de 1796 a 1811.

Denominamos x o preço da exportação e y o preço reexportação. Pará cada produto determinou-se uma série de n pares correspondentes a um período de aproximadamente 12 anos, uma vez que alguns produtos apresentavam lacunas nas séries de reexportação.

O sobre-preço, aqui chamado ganho de monopólio, é definido pela relação:

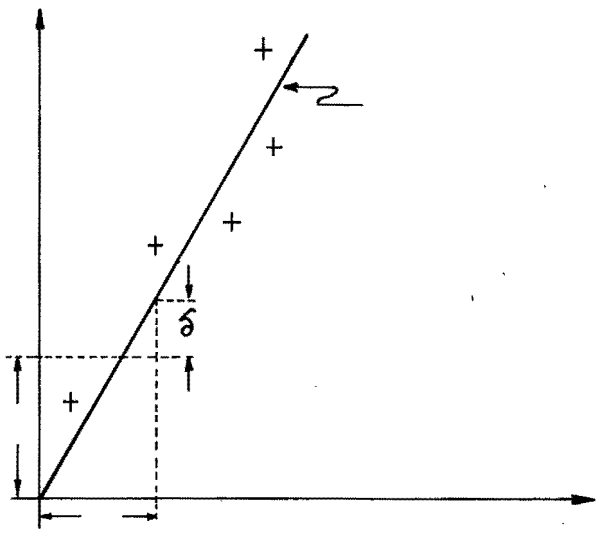
$$g = \left(\frac{y}{x} - \right) \times 100$$

A determinação dos ganhos de monopólio médios para os diversos produtos foi realizada através do método estatístico de regressão linear (mínimos quadrados), onde se procura determinar o coeficiente a na relação:

$$y = a\,x$$

Para tanto, consideram-se os n pares (x_i, y_i) e calculam-se os desvios δ_i, dados por:

$$\delta_i = y_i - ax_i$$



No método dos mínimos quadrados, calcula-se a soma (Δ) dos quadrados dos desvios e determina-se o valor de a que a torna mínima. Isto é feito considerando-se a derivada de Δ em relação ao parâmetro a e igualando essa derivada a zero:

$$\Delta = \sum_{i=i}^{n} (\delta_i)^2 = \sum_{i=i}^{n} (y_i - ax_i)^2$$

e:

$$\frac{d\Delta}{da} = \sum_{i=i}^{n} 2(y_i - ax_i)(-x_i) = 0$$

ou finalmente:

$$a = \frac{\sum_{i=i}^{n} y_i \; x_i}{\sum_{i=i}^{n} x_i^2}$$

De onde se pode obter:

$$\frac{y}{x} = a$$

Através de um programa de computador, calcularam-se os valores de a para os diversos produtos. Os ganhos de monopólio, em porcentagem, são obtidos desta forma por meio da expressão:

$$g = (a-1) \times 100 \qquad (*)$$

A seguir, reproduziremos os índices porcentuais de cada produto, agrupando-os em função do seu significado econômico em termos de sobre-preço. Para cada produto, corresponde um gráfico, onde está representada a regressão linear.

Consideremos de baixa lucratividade os produtos que estão abaixo de trinta por cento. O único caso deste tipo na nossa lista é o Melaço, cujo sobre-preço é de 21,5% (Gráfico nº 104).

(*) - Estes cálculos foram elaborados pelo Prof. Antônio Galvão Naclério Novaes, da Escola Politécnica da USP.

Como produtos de média lucratividade, consideramos os produtos entre 40 e 60% de sobre-preço. Neste grupo, encontramos alguns dos principais produtos da exportação colonial, como o açúcar branco, o algodão, o açúcar mascavado, e outros. O índice porcentual encontrado foi o seguinte:

PRODUTO	PORCENTAGEM	GRÁFICO Nº
Epecacuanha	39,45%	105
Açúcar Branco	41,70%	106
Couros Secos	43,27%	107
Cravo-Fino	52,63%	108
Aguardente	51,00%	109
Anil	53,80%	110
Vaquetas	54,74%	111
Sola	57,32%	112
Couros Salgados	57,59%	113
Açúcar Mascavado	57,82%	114
Couros Atanados	58,71%	115
Algodão	64,58%	116
Salsa-Parrilha	69,22%	117

Produtos de alta lucratividade são aqueles cujo sobre-preço está entre 70 e 100%. Neste conjunto, encontramos alguns produtos muito importantes, como o tabaco, cacau, arroz, café, goma, e outros. Segue-se a tabela do sobre-preço de cada produto desta categoria.

PRODUTO	PORCENTAGEM	GRÁFICO Nº
Cravo-Grosso	74,44%	118
Ourucu	75,47%	119
Café	84,68%	120
Tapioca	98,28%	121
Goma	98,32%	122
Cacau	99,70%	123
Arroz	101,29%	124
Tabaco	103,74%	125

Temos agora os produtos de lucratividade absolutamente excepcional. Ultrapassam a casa dos 100%. É bem verdade que não são produtos muito expressivos no conjunto da exportação. Assim mesmo, são indicativos do nível que o sobre-preço poderia atingir no sistema de monopólio colonial.

PRODUTO	PORCENTAGEM	GRÁFICO Nº
Óleo de Copahiba	144,08%	126
Gengibre	216,07%	127
Pau-Brasil	778,71%	128

O nosso critério de dividir em lucratividade baixa, média, alta e excepcional deve ser encarado no contexto do sistema colonial, e no período analisado. É evidente que, em termos atuais, não se poderia considerar a lucratividade, que está por volta de 50%, lucratividade média. É um excelente lucratividade. O que não dizer então dos sobre-preços que estão acima de 70 e mesmo 100%!

Vejamos agora o sobre-preço dos produtos de importação. Neste caso, selecionamos os mesmos produtos que já foram analisados na unidade anterior. Reaparece aqui o mesmo problema já levantado na unidade anterior, o de não termos, para alguns produtos - da produção interna de Portugal, os preços para comparação, o que impossibilitou o cálculo do sobre-preço.

Da variedade imensa de produtos importados pela Colônia, escolhemos os mais significativos em cada categoria geral da importação. Infelizmente, não conseguimos preços internos de Portugal para os produtos das Fábricas do Reino, o que nos impediu de tratar alguns dos produtos desta categoria. A amostra que escolhemos, entretanto, é representativa.

Os produtos cujo sobre-preço estava abaixo de 30%, consideramo-los de lucratividade baixa. Aí se encontram alguns dos principais produtos da importação colonial, tal como o azeite, a manteiga e o ferro.

PRODUTO	PORCENTAGEM	GRÁFICO Nº
Cobre	12,3 %	129
Azeite	17,23%	130
Manteiga	20,22%	131
Ferro	24,18%	132

Na faixa dos produtos de sobre-preço médio, encontramos o aço, o bacalhau e as baetas.

PRODUTO	PORCENTAGEM	GRÁFICO Nº
Aço	41 %	133
Baeta	42,01%	134
Bacalhau	50,98%	135

Finalmente, o produto de alta lucratividade: bretanhas, Este era o tecido mais consumido na Colônia naquele período, dentre os produtos importados por Portugal das Nações estrangeiras. A sua procedência era inglesa. O sobre-preço da bretanha era de 74,82% (Gráfico 136).

Comparando o sobre-preço dos produtos de importação com o sobre-preço dos produtos de exportação colonial, chegamos à conclusão de que o lucro maior do comércio português era obtido na revenda dos produtos brasileiros no exterior, e não na venda de produtos europeus ou portugueses na Colônia. Assim mesmo, não podemos considerar desprezível o sobre-lucro de 50% obtido em alguns dos principais produtos de importação colonial.

M E L A Ç O

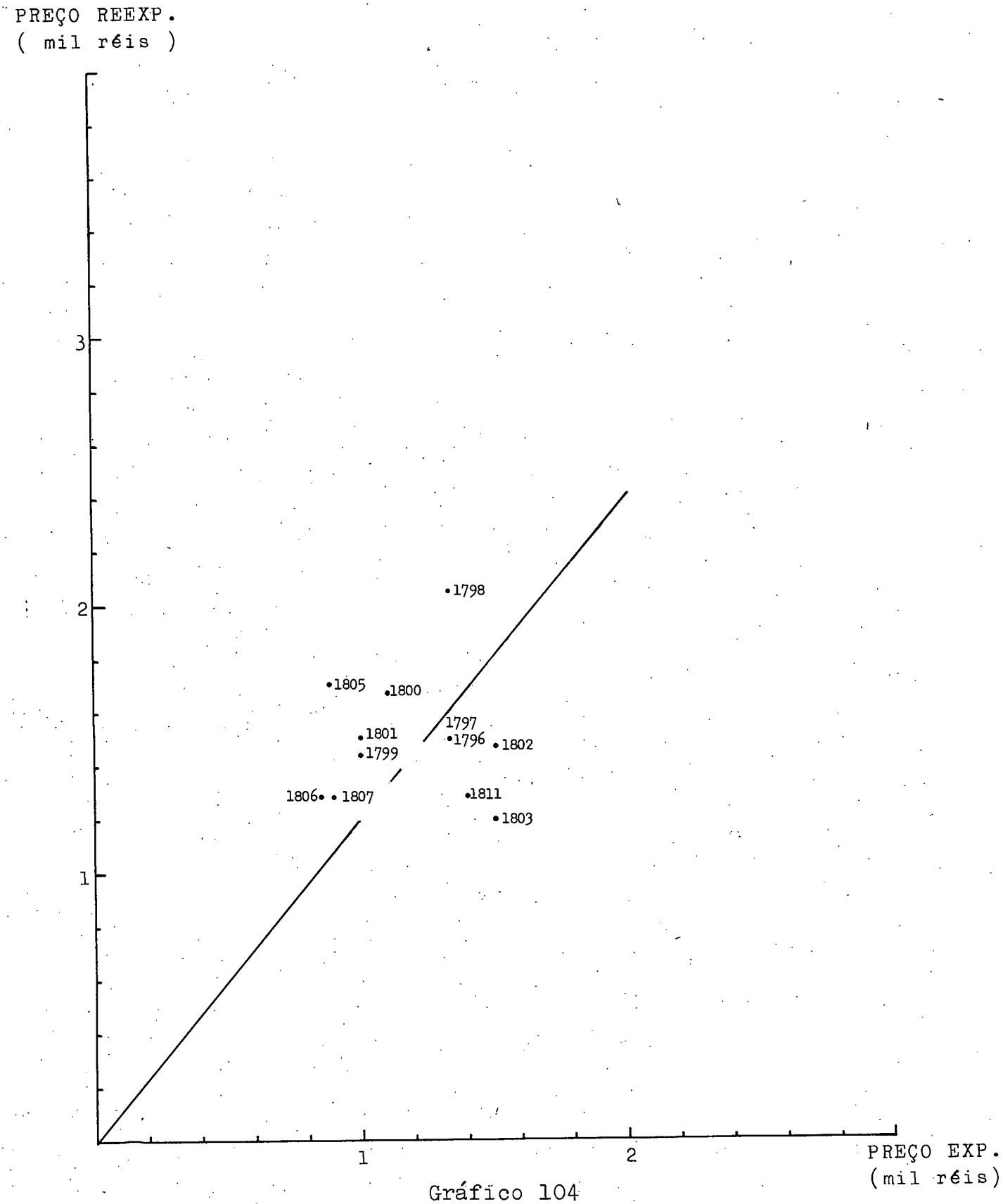


Gráfico 104

E P E C A C U A N H A

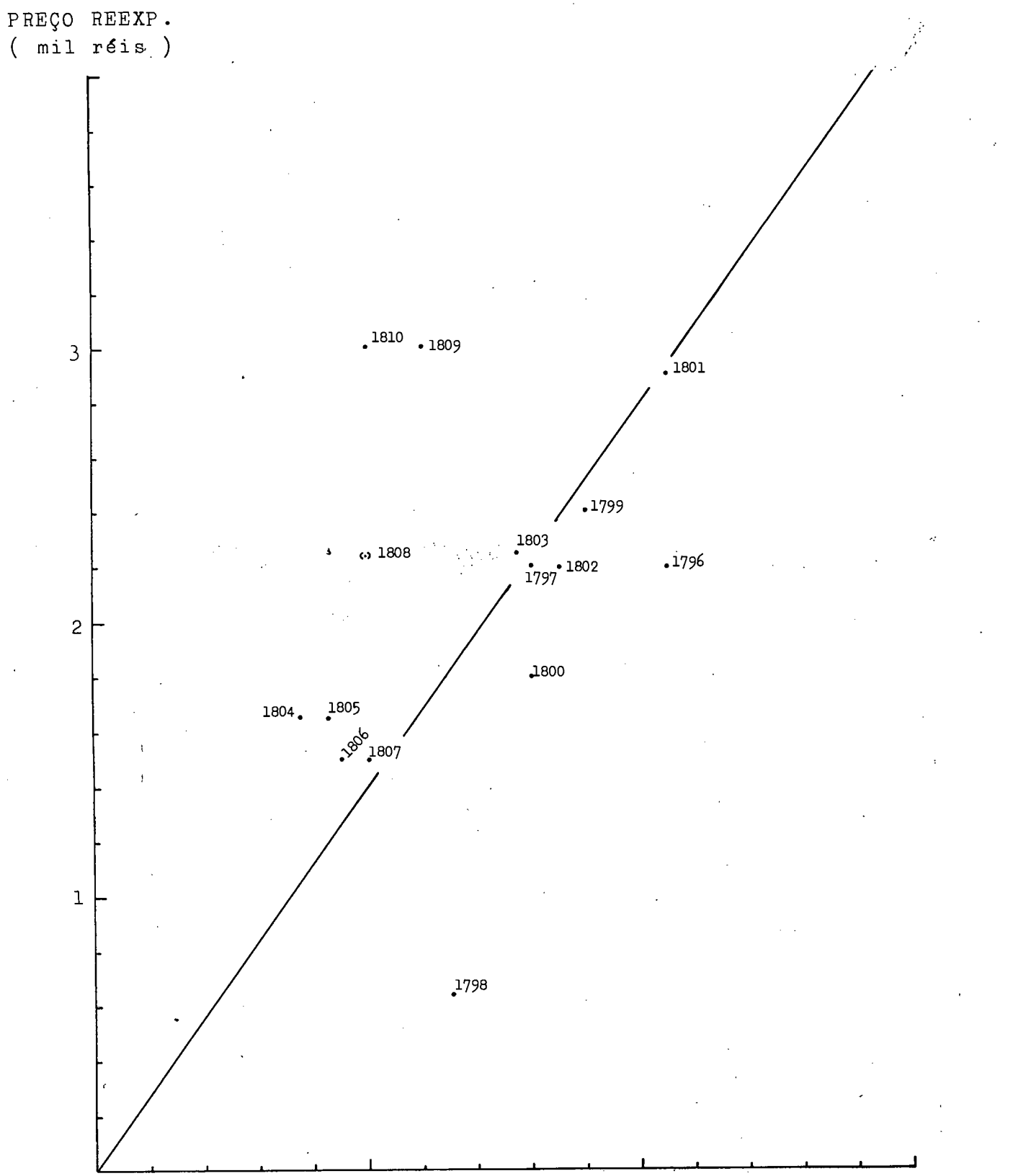


Gráfico 105

A Ç Ú C A R B R A N C O

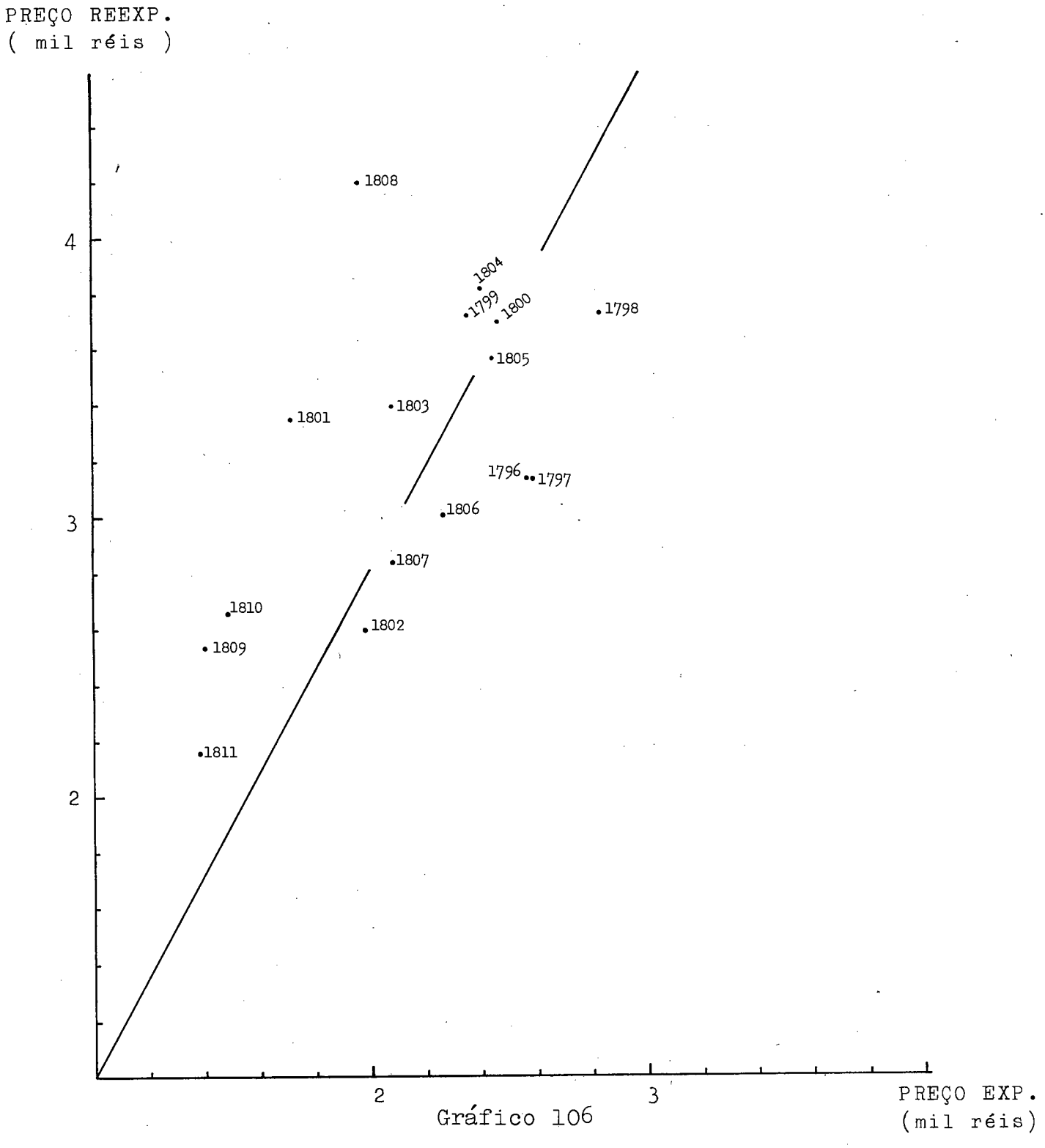


Gráfico 106

C O U R O S S Ê C O S

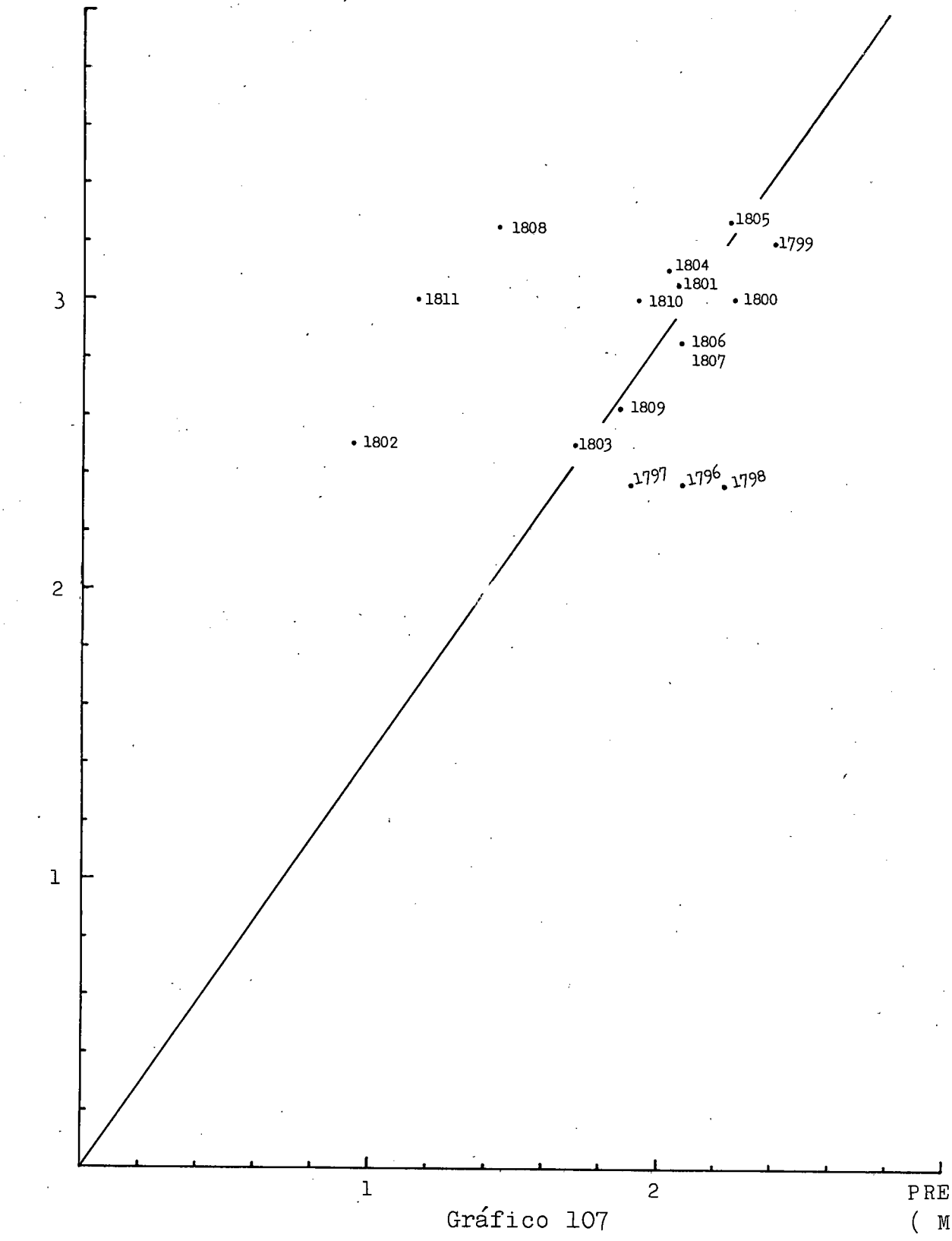


Gráfico 107

C R A V O F I N O

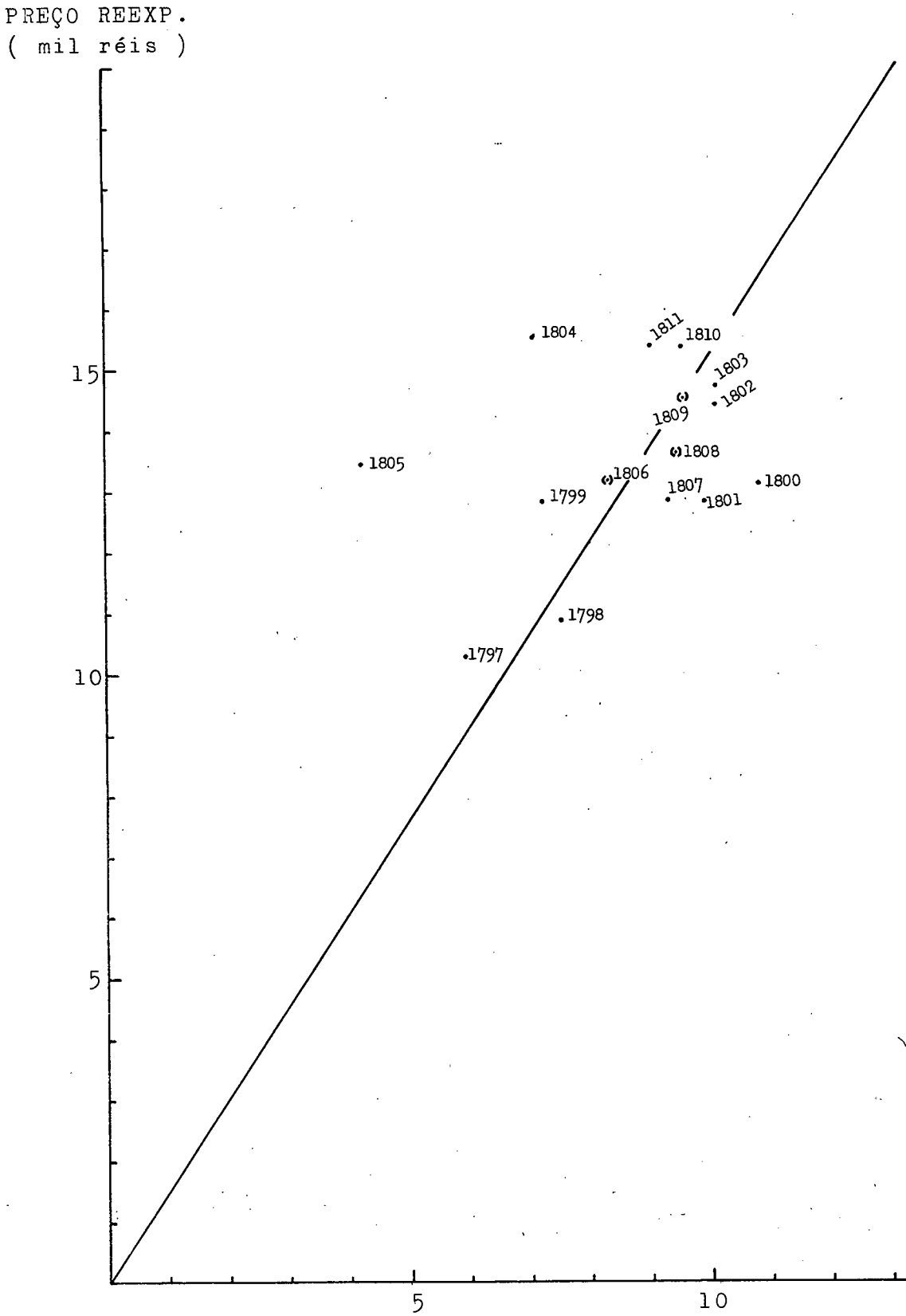


Gráfico 108

A G U A R D E N T E

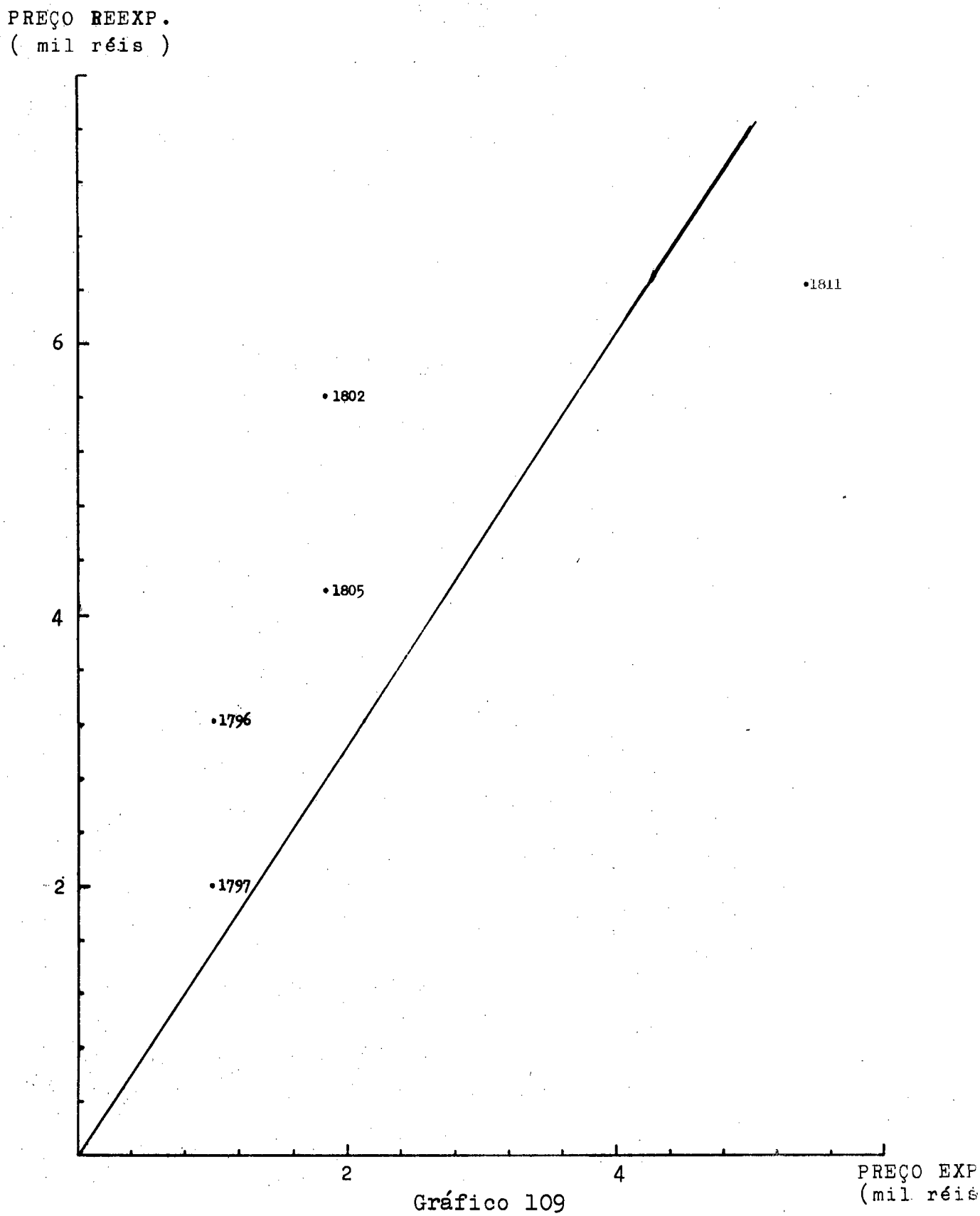


Gráfico 109

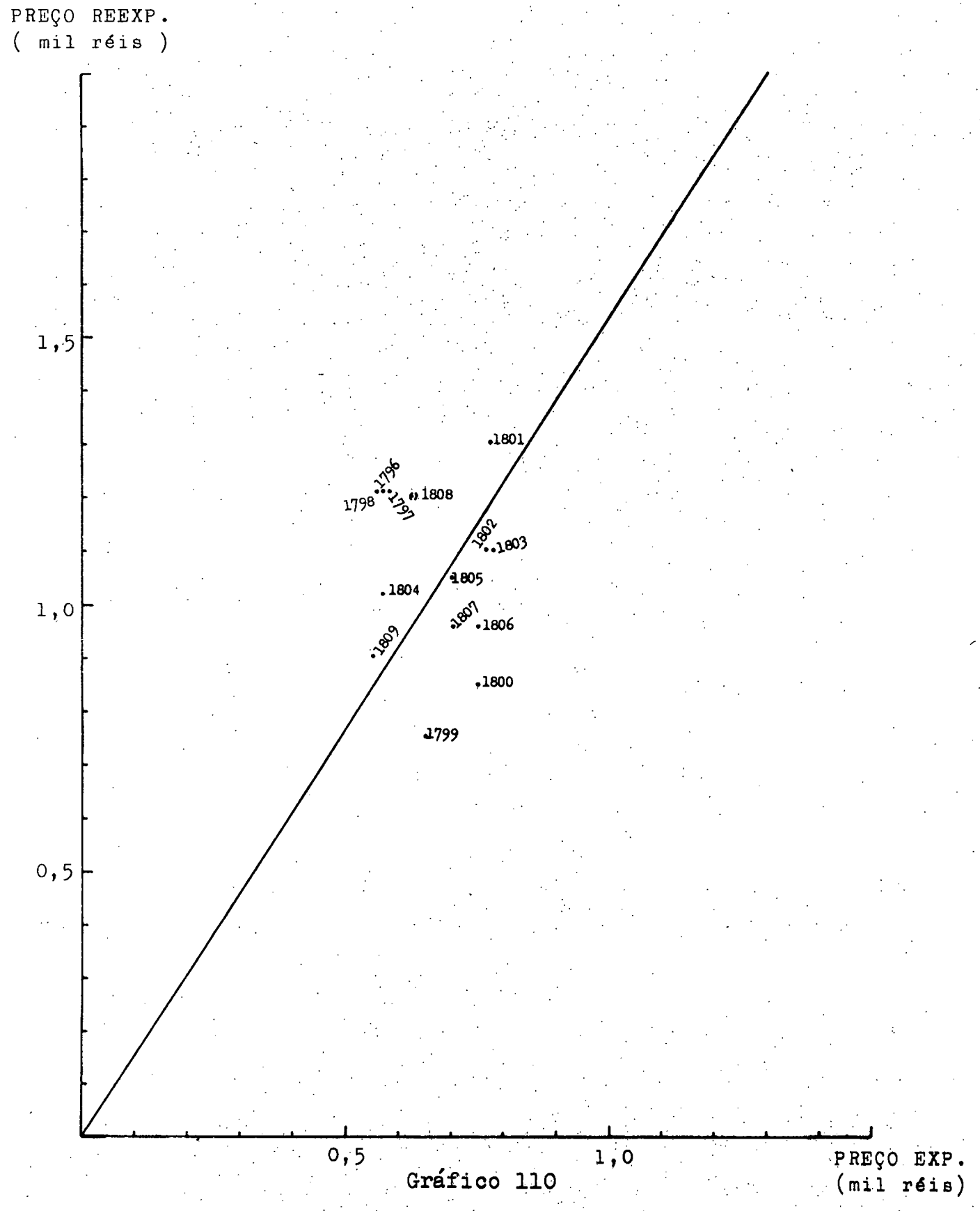

PREÇO REEXP.
(mil réis)
1,5
1,0
0,5
1801
1796
1798
1797
1808
1802
1803
1805
1804
1807
1806
1809
1800
1799
0,5
1,0
PREÇO EXP.
(mil réis)

Gráfico 110

V A Q U E T A S

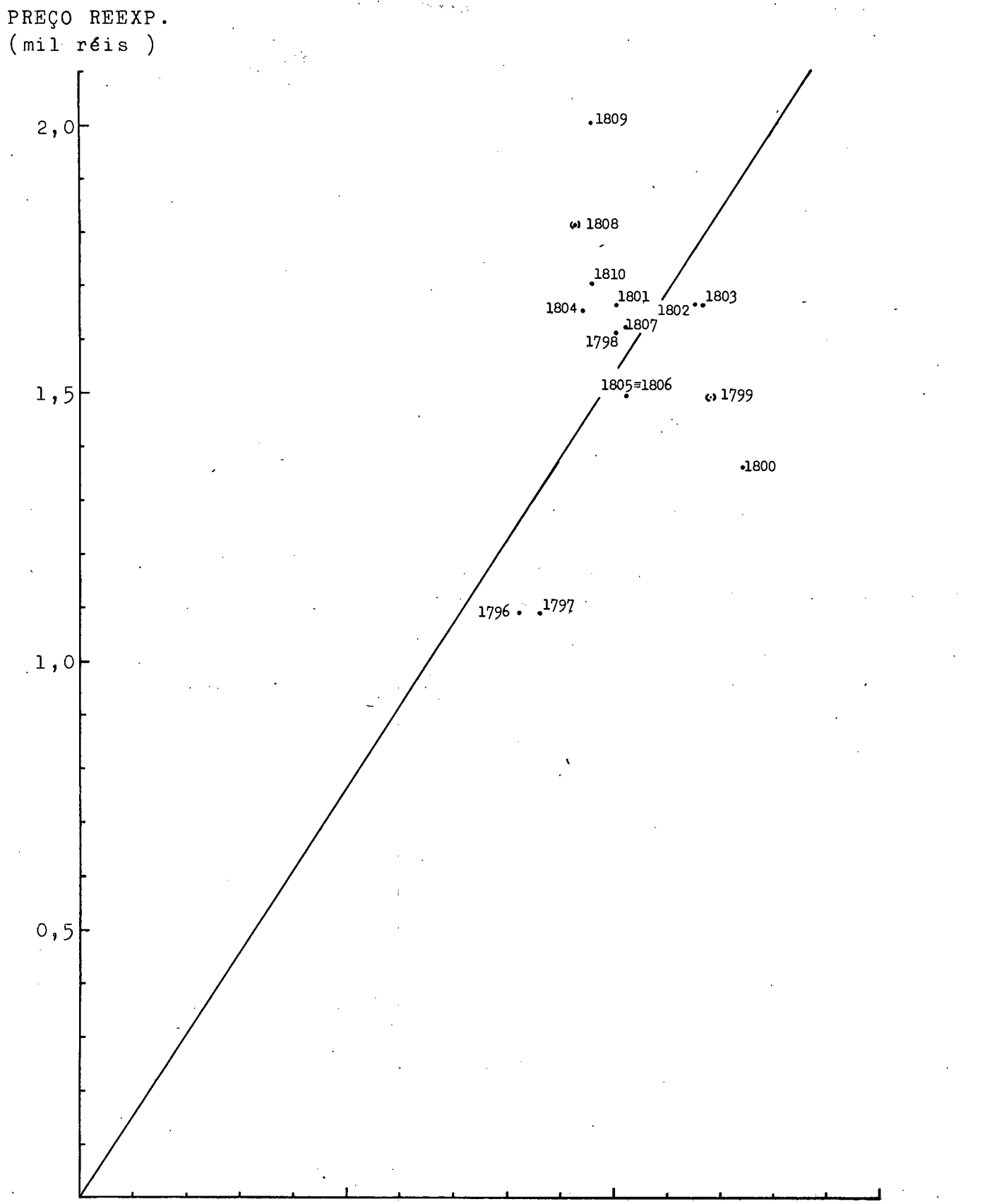


Gráfico 111

M E I O S D E S O L A

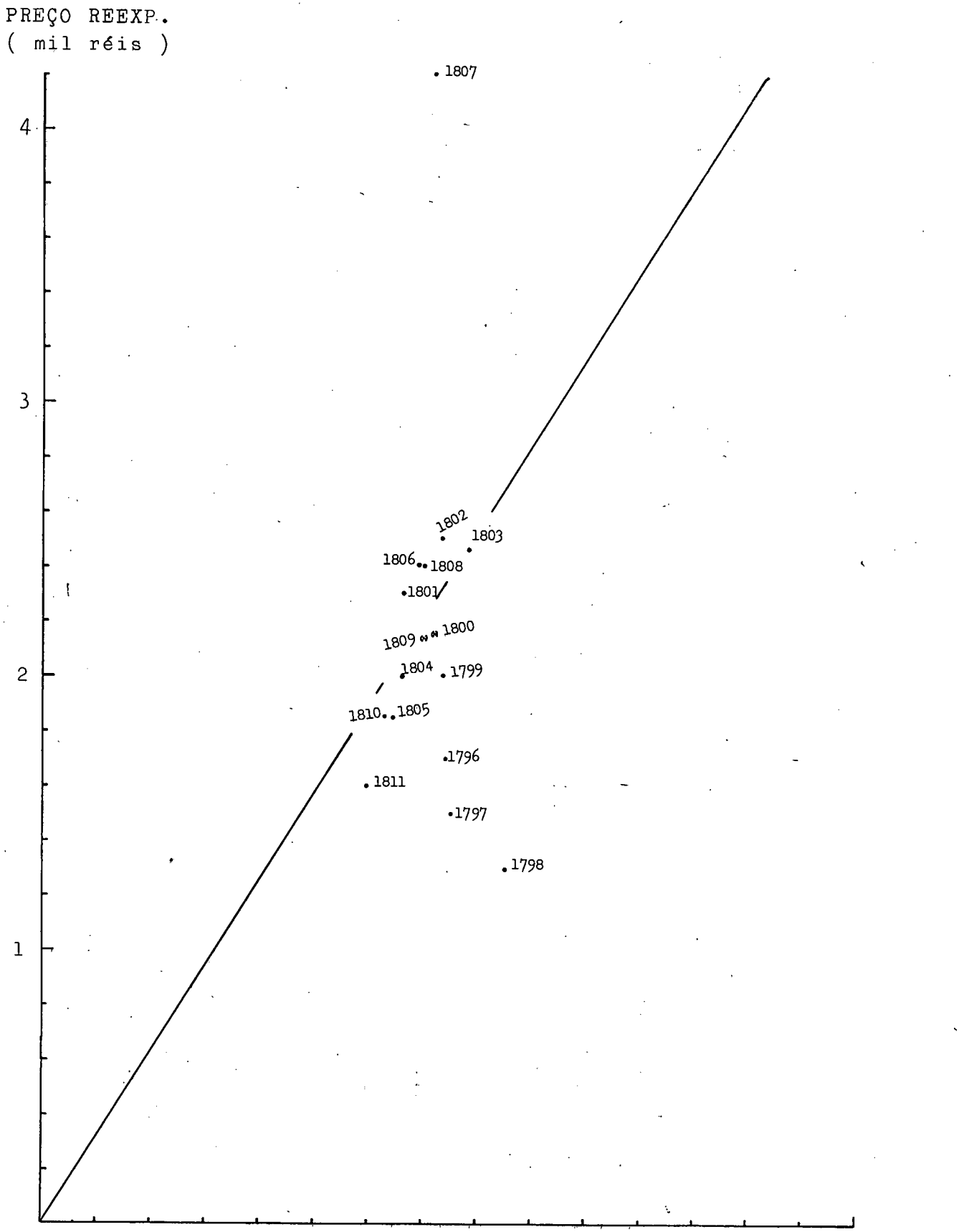


Gráfico 112

C O U R O S S A L G A D O S

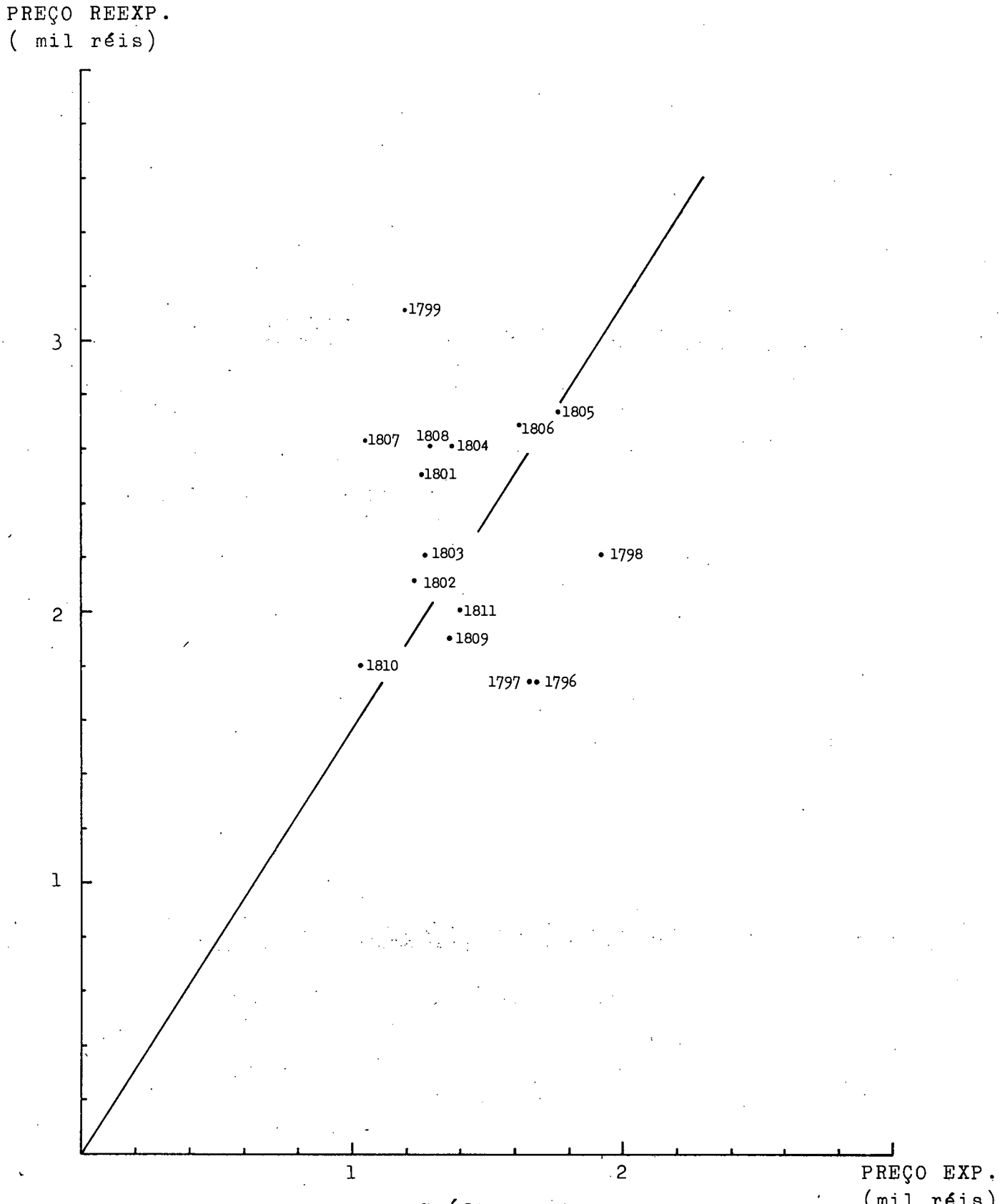


Gráfico 113

A Ç Ú C A R M A S C A V A D O

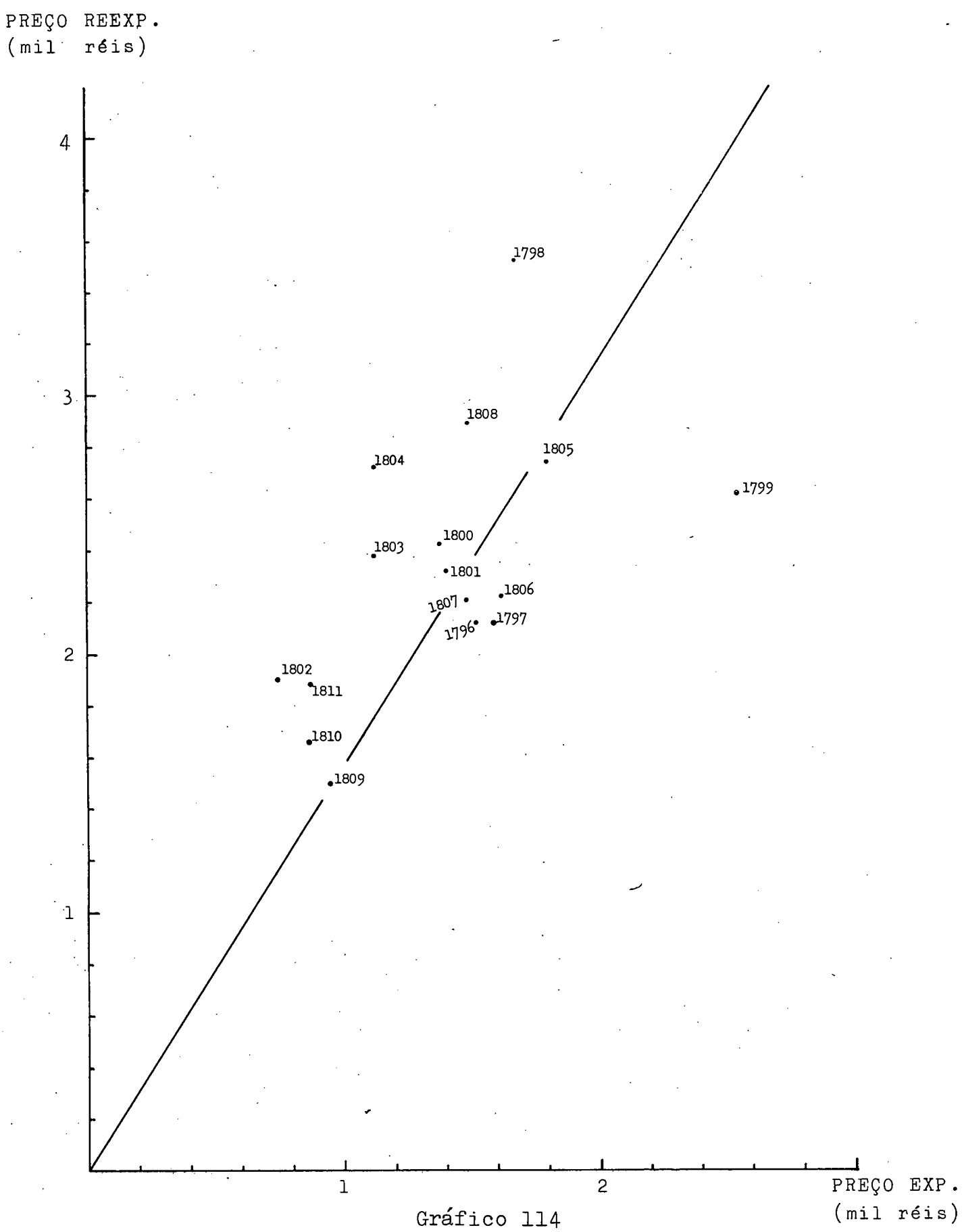


Gráfico 114

A T A N A D O S

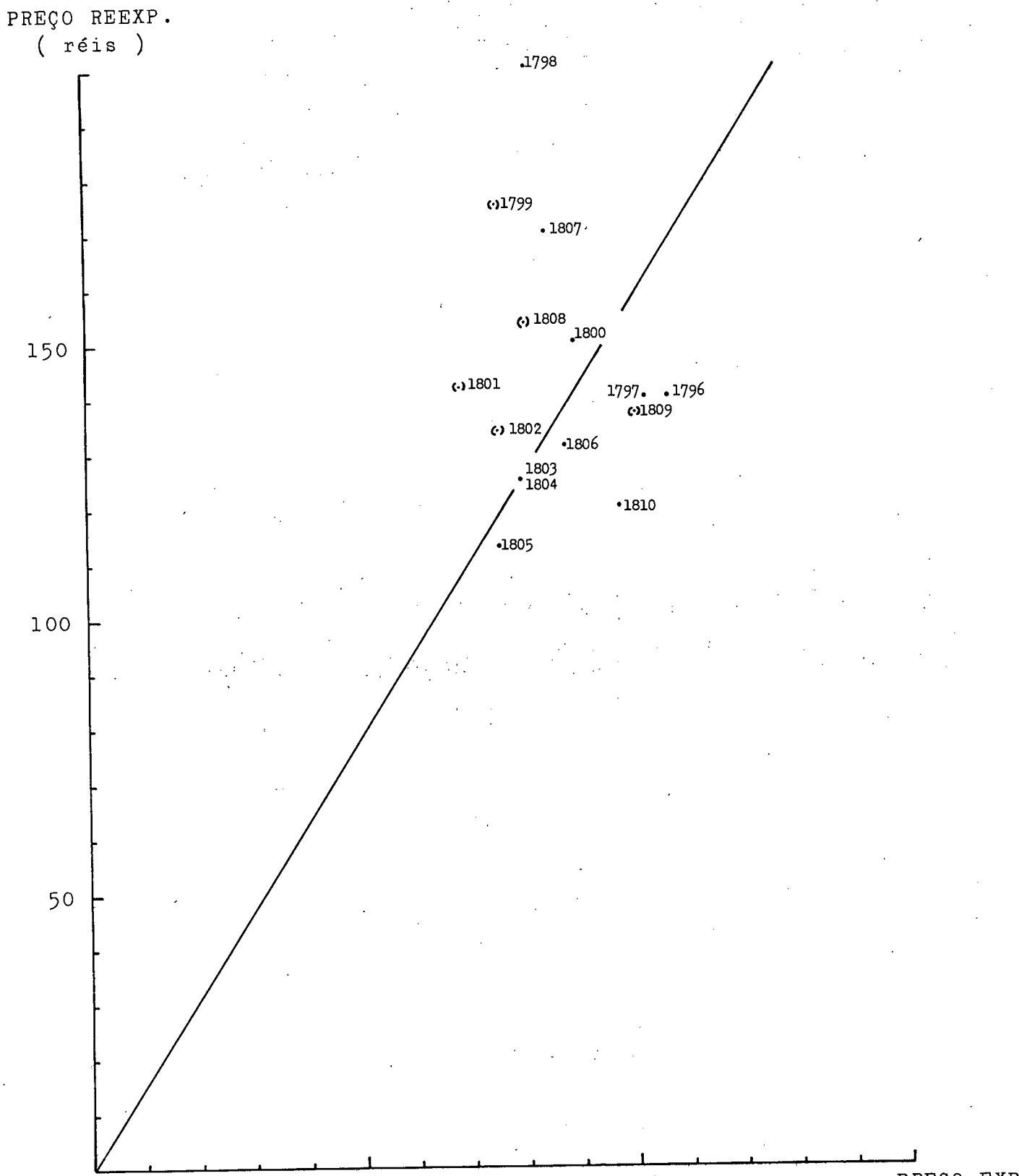


Gráfico 115

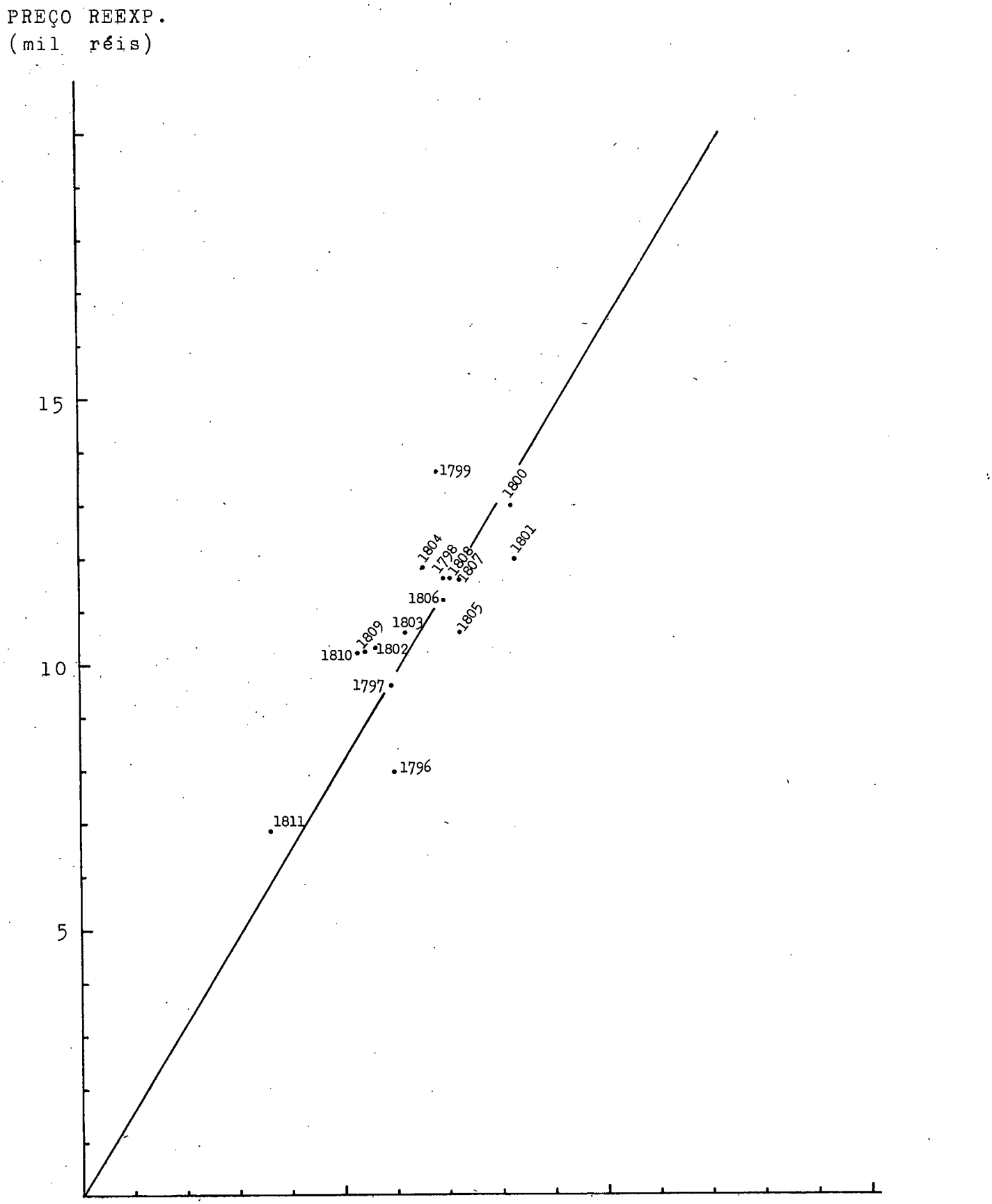

PREÇO REEXP.
(mil réis)
15
10
5
1799
1800
1804
1798
1808
1807
1801
1806
1805
1803
1809
1810
1802
1797
1796
1811
5
10
PREÇO EXP.
(mil réis)

Gráfico 116

S A L S A P A R R I L H A

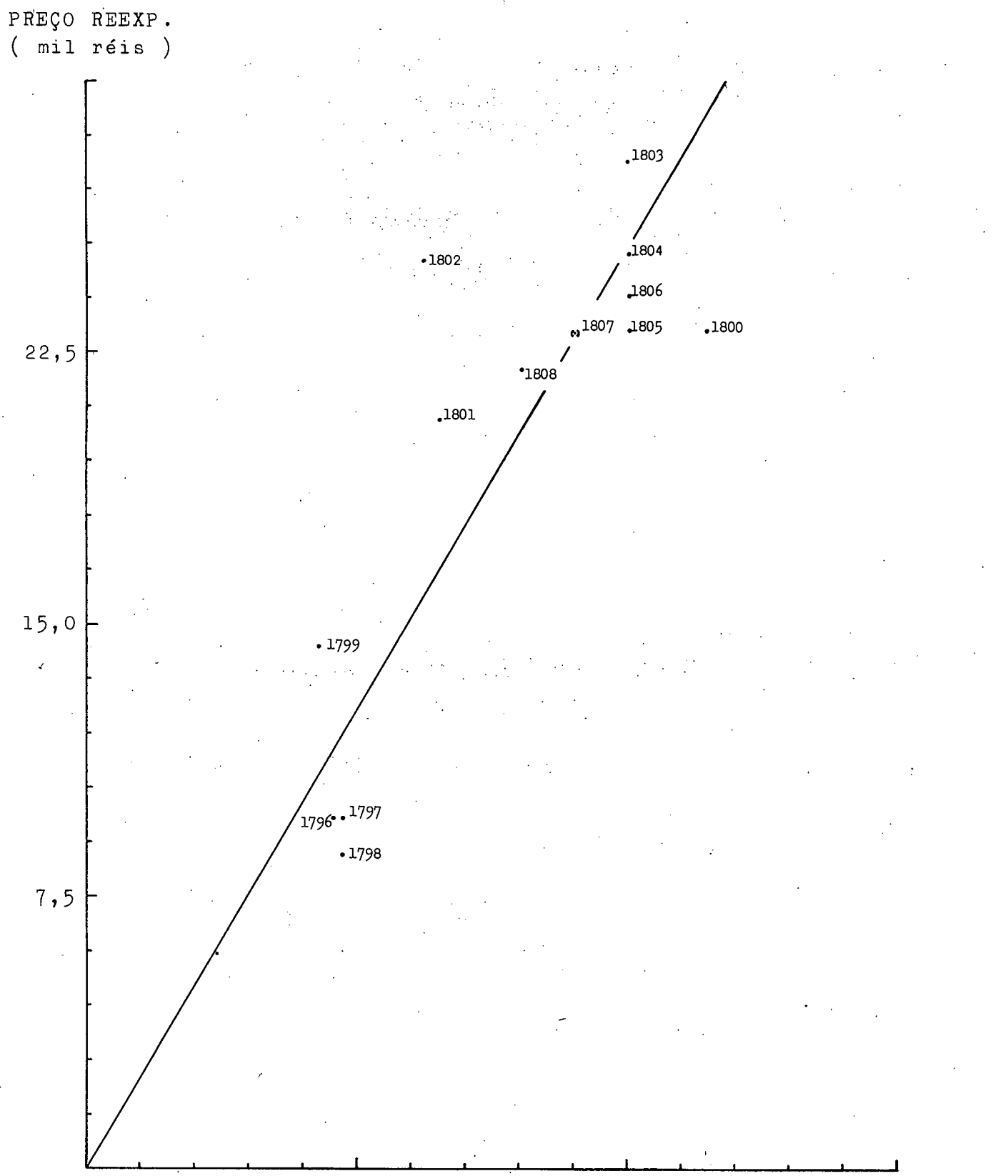


Gráfico 117

C R A V O G R O S S O

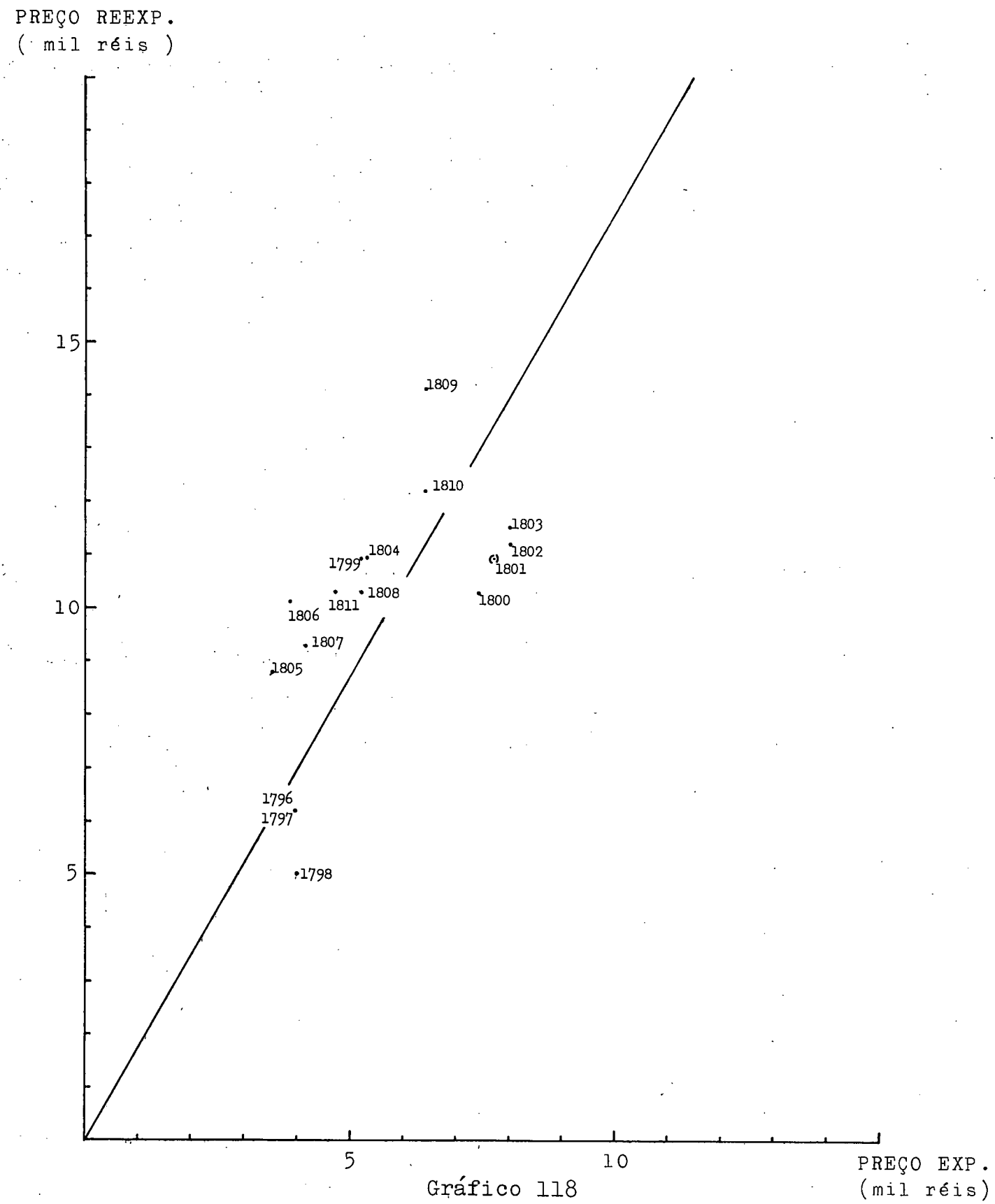


Gráfico 118

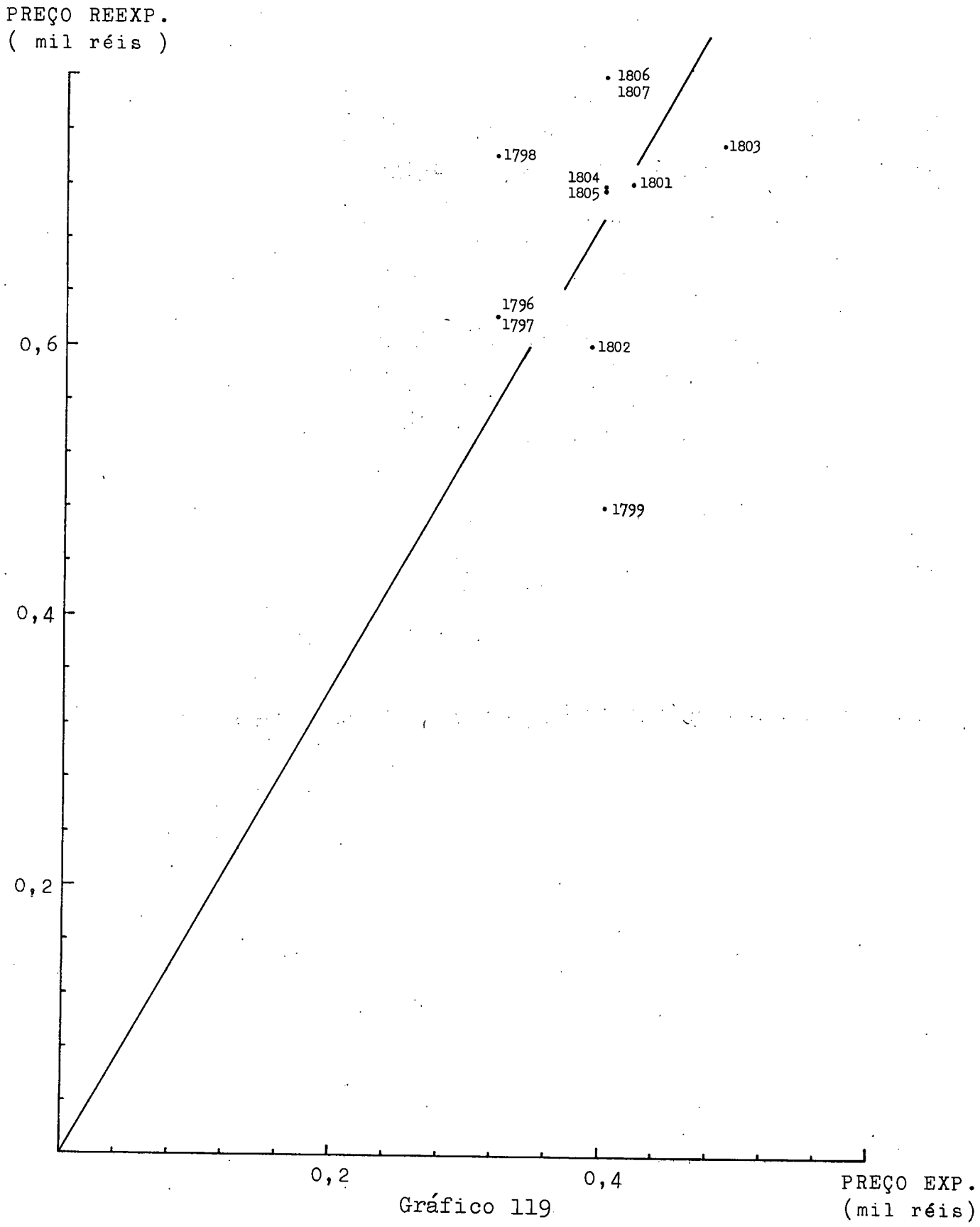

PREÇO REEXP.
(mil réis)
1806
1807
1798
1803
1804
1805
1801
1796
1797
1802
1799
0,6
0,4
0,2
0,2
0,4
PREÇO EXP.
(mil réis)

Gráfico 119

C A F É

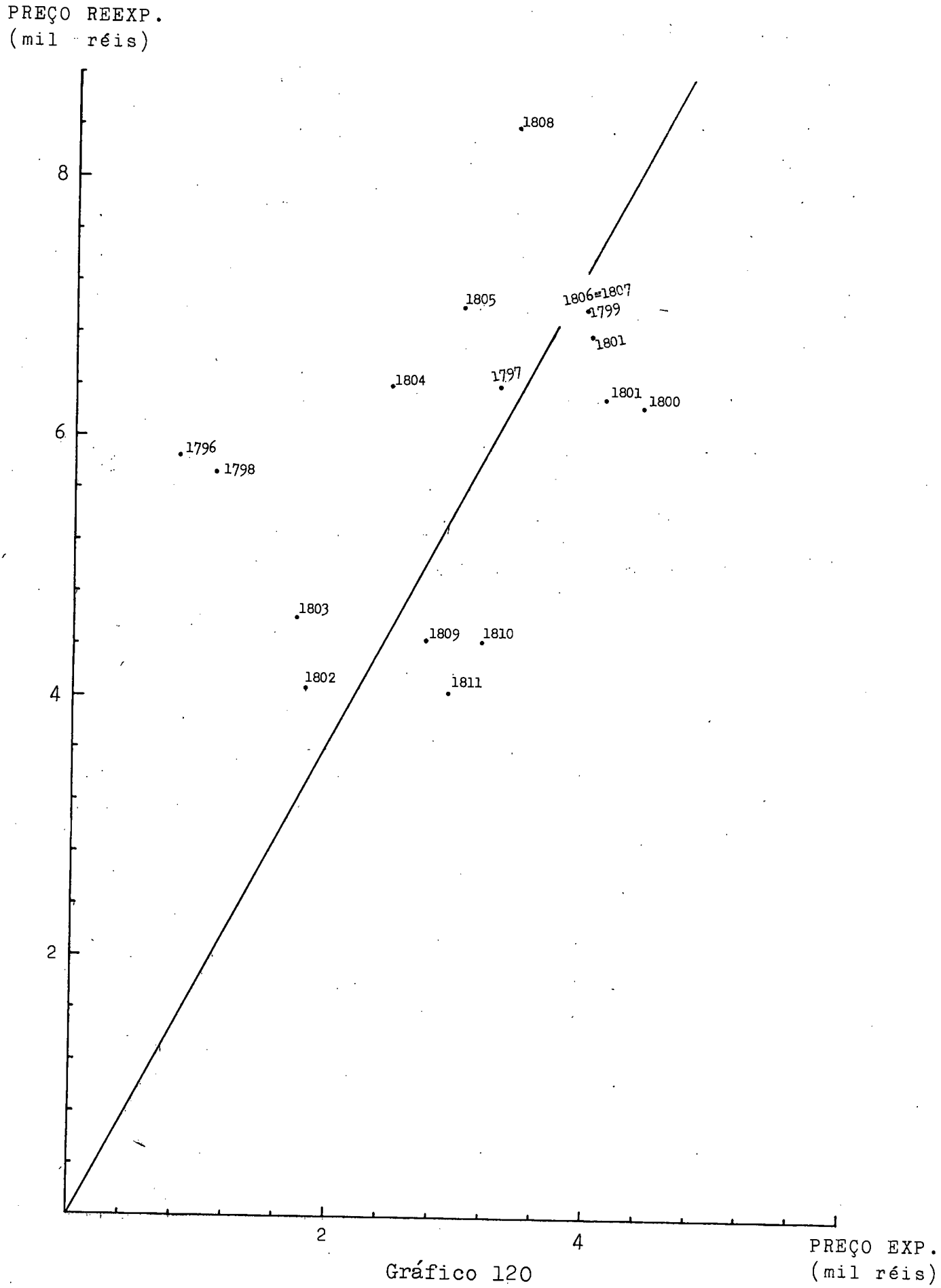


Gráfico 120

T A P I O C A

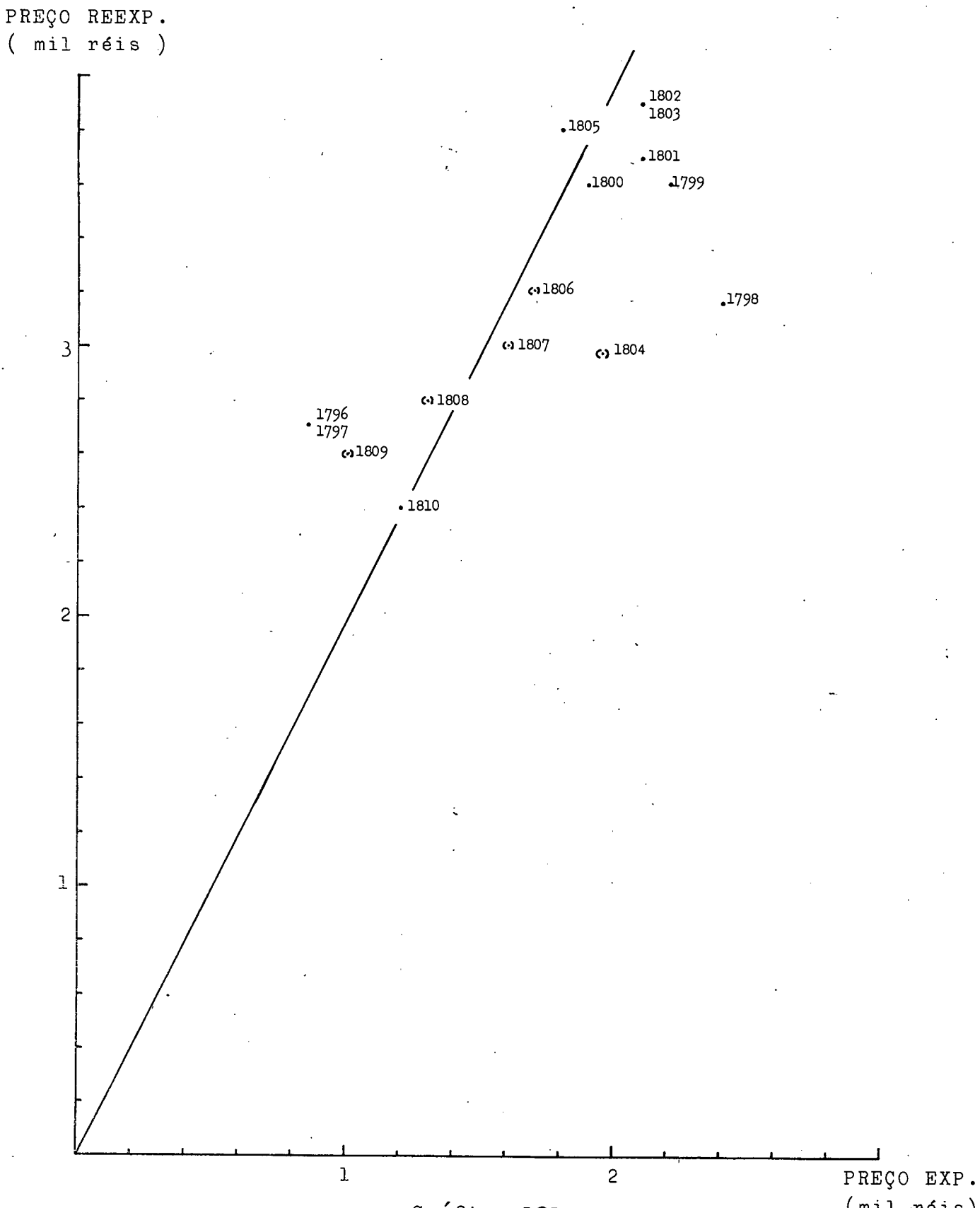


Gráfico 121

G O M A

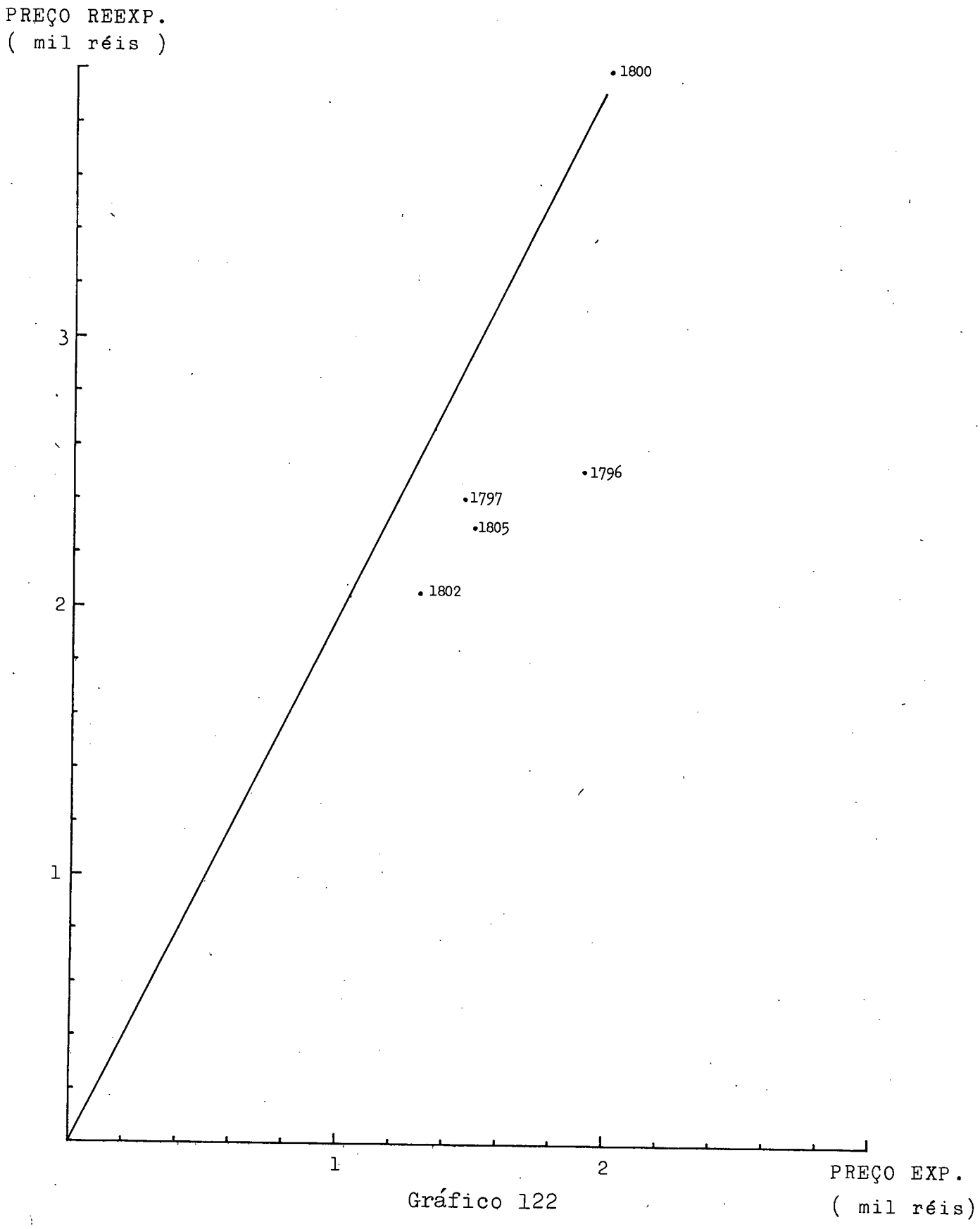


Gráfico 122

A R R O Z

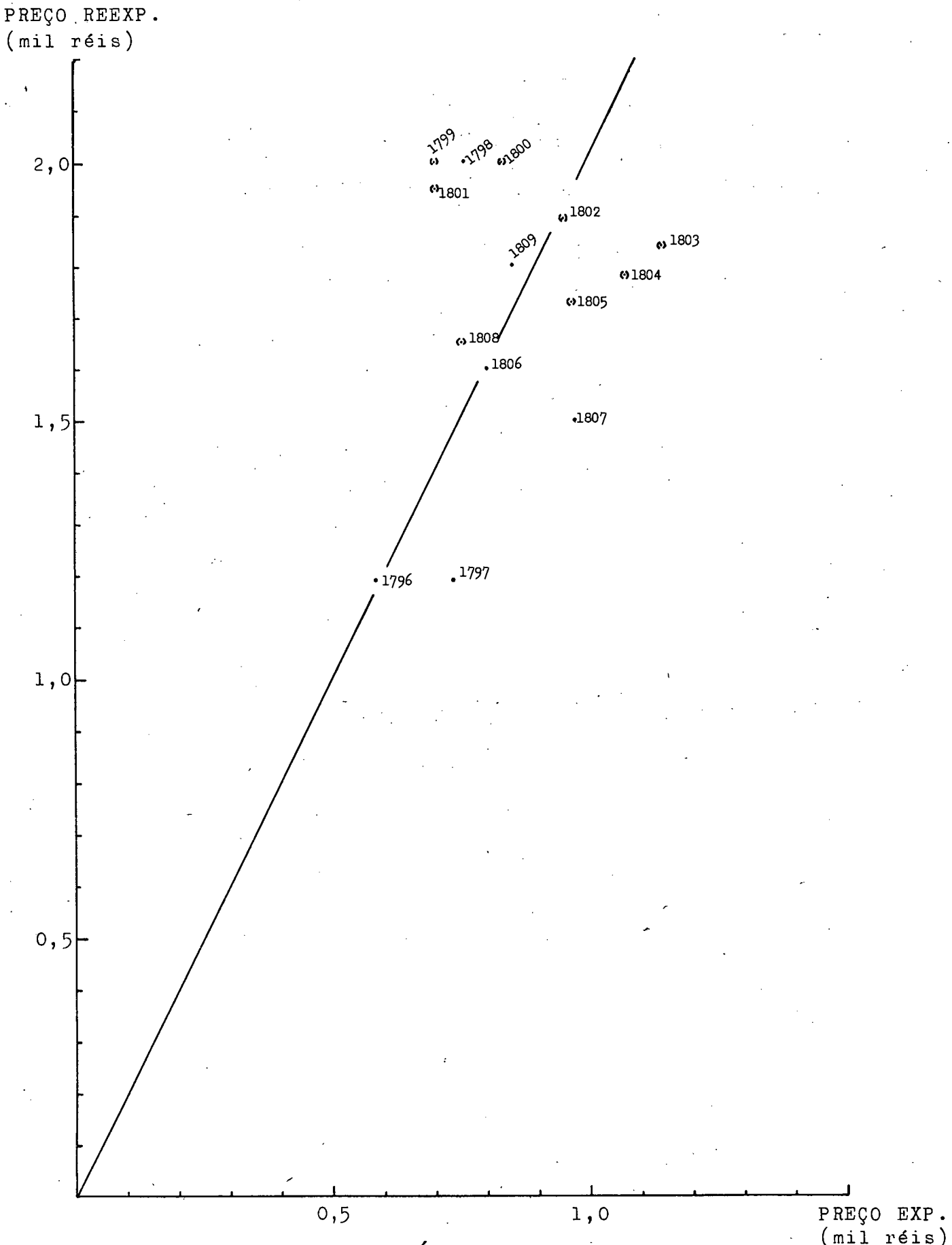


Gráfico 123

T A B A C O

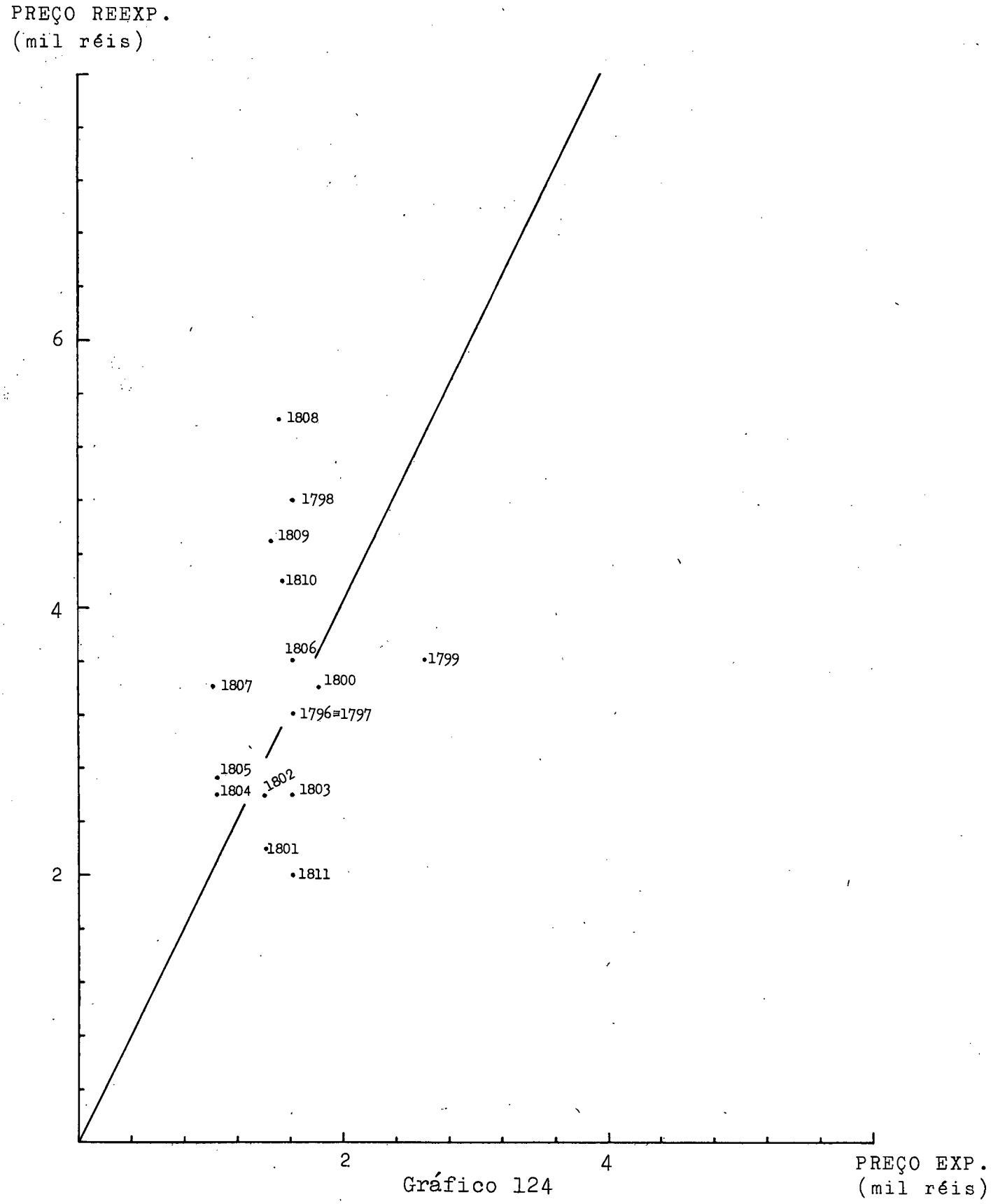


Gráfico 124

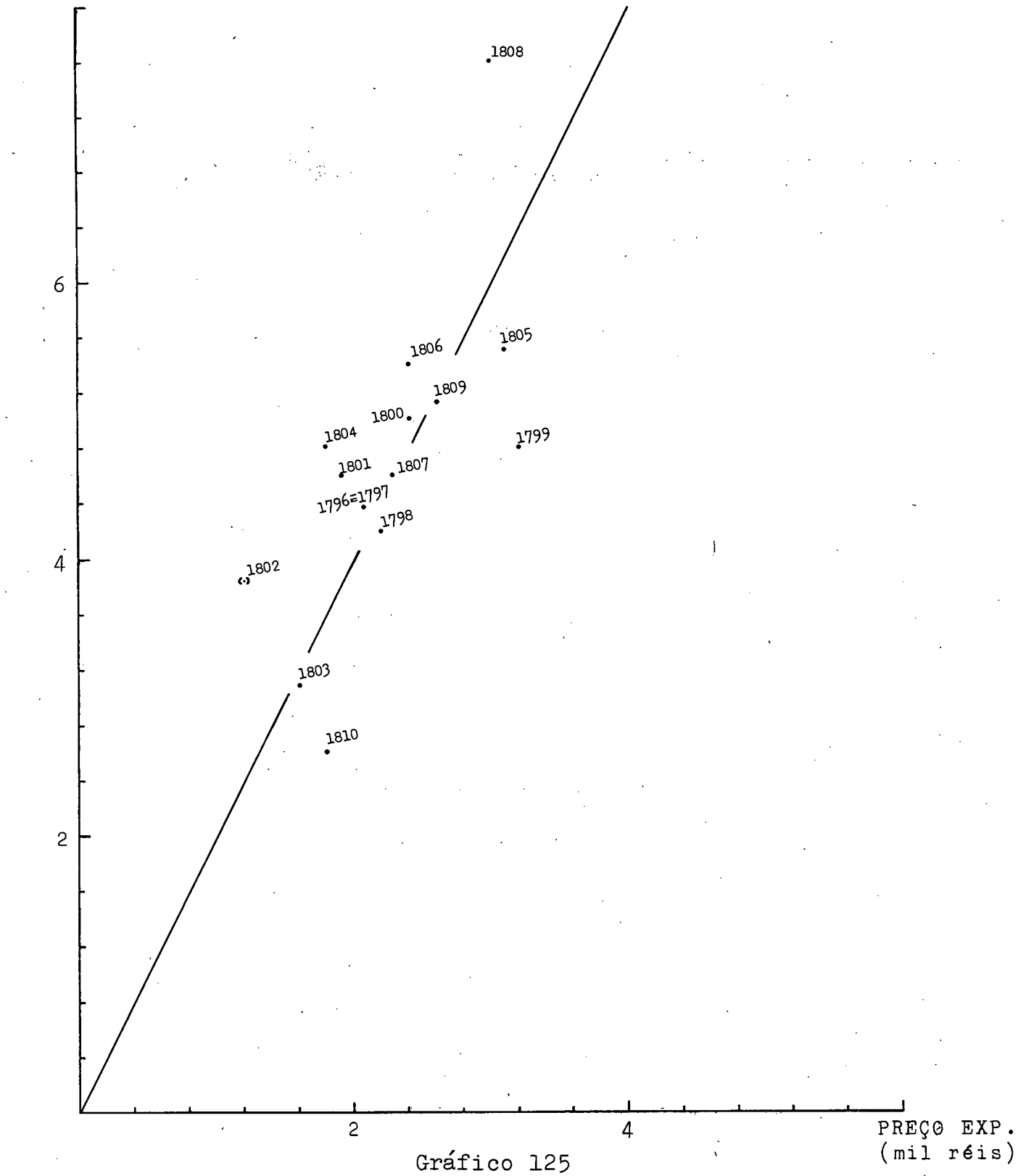

PREÇO REEXP.
(mil réis)
6
4
2
2
4
PREÇO EXP.
(mil réis)
1808
1806
1805
1809
1800
1804
1799
1801
1807
1796=1797
1798
1802
1803
1810

Gráfico 125

Ó L E O D E C O P A H I B A

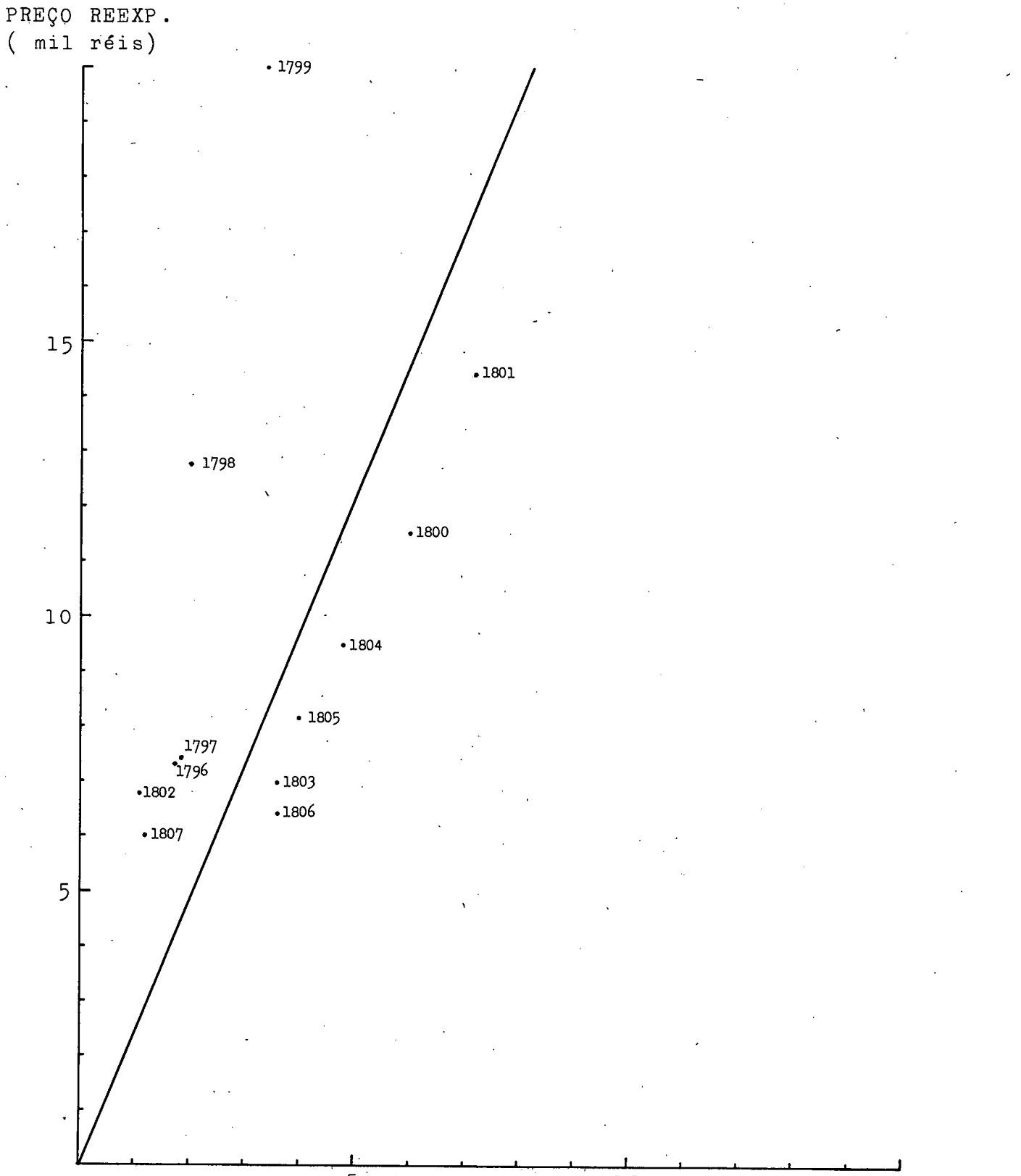


Gráfico 126

G E N G I B R E

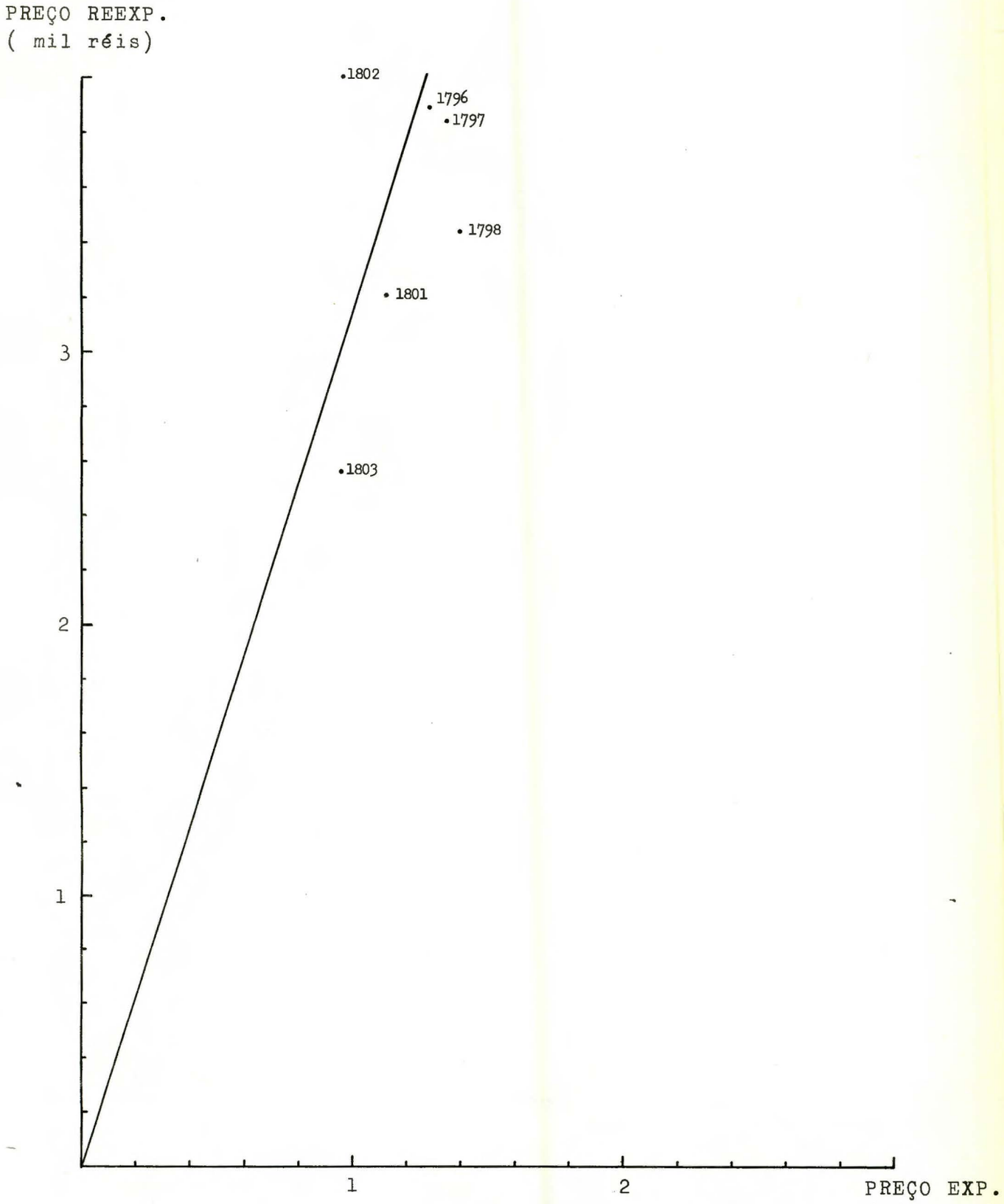


Gráfico 127

P A U B R A S I L

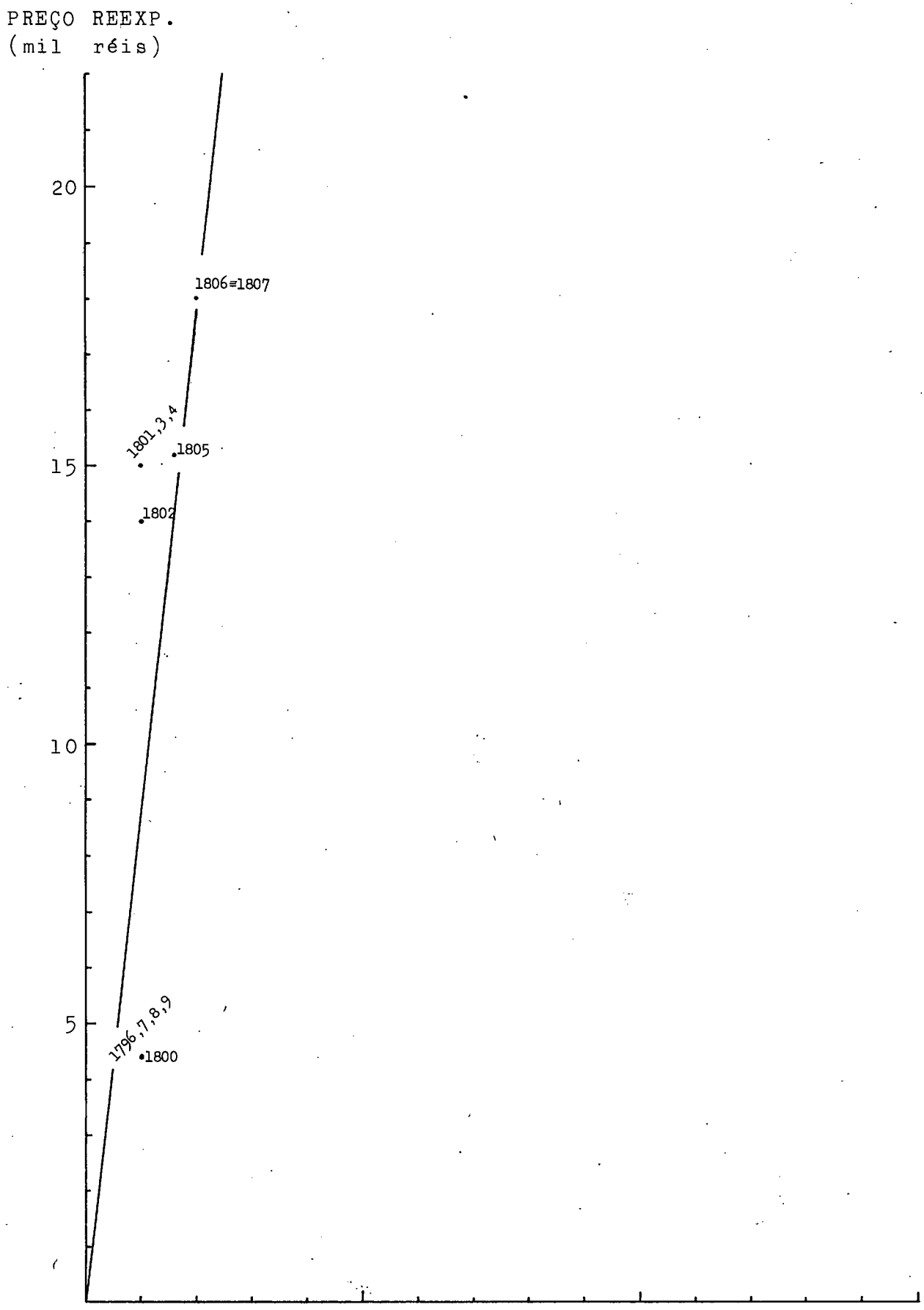


Gráfico 128

C O B R E E M P A S T A

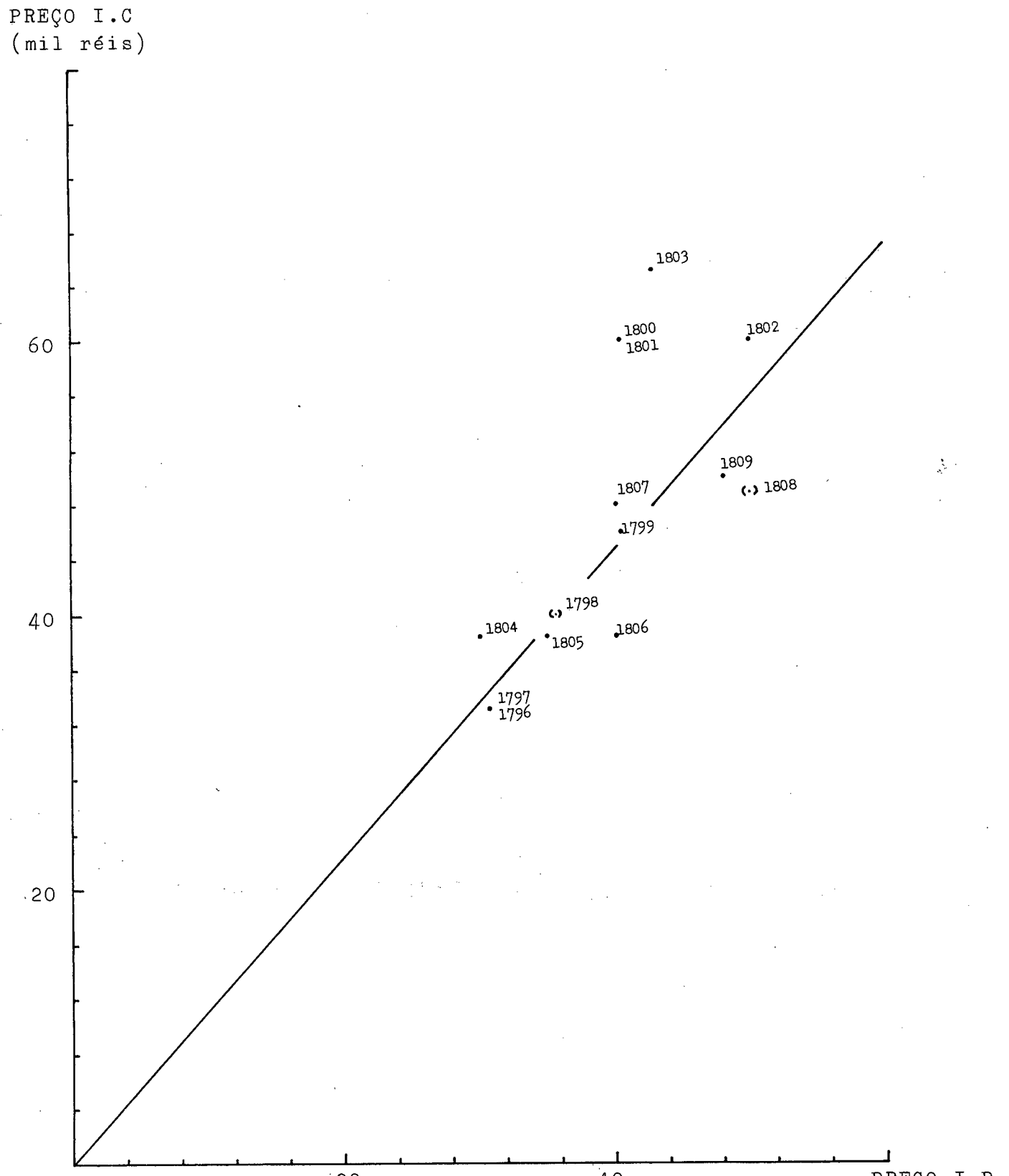


Gráfico 129

A Z E I T E

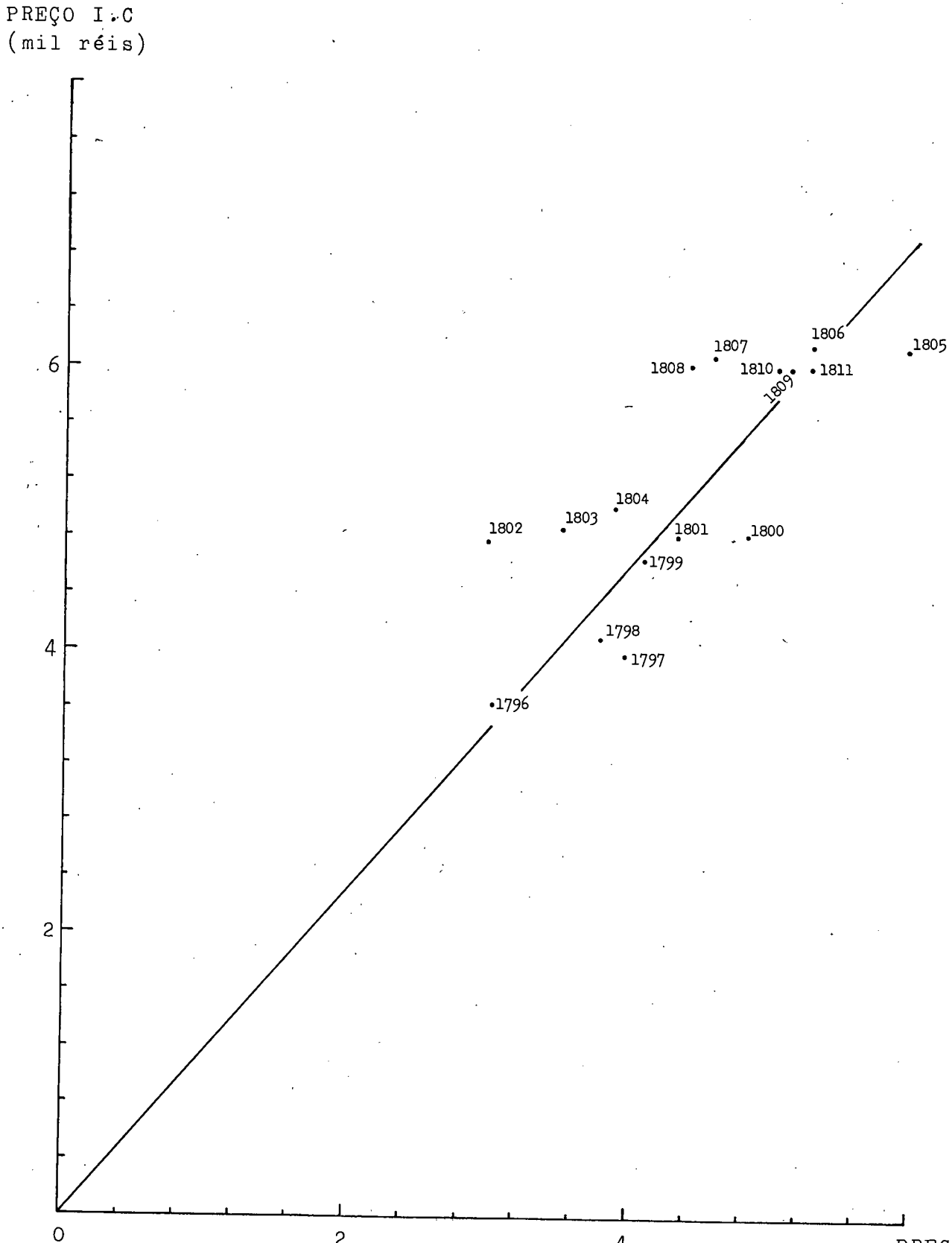


Gráfico 130

M A N T E I G A

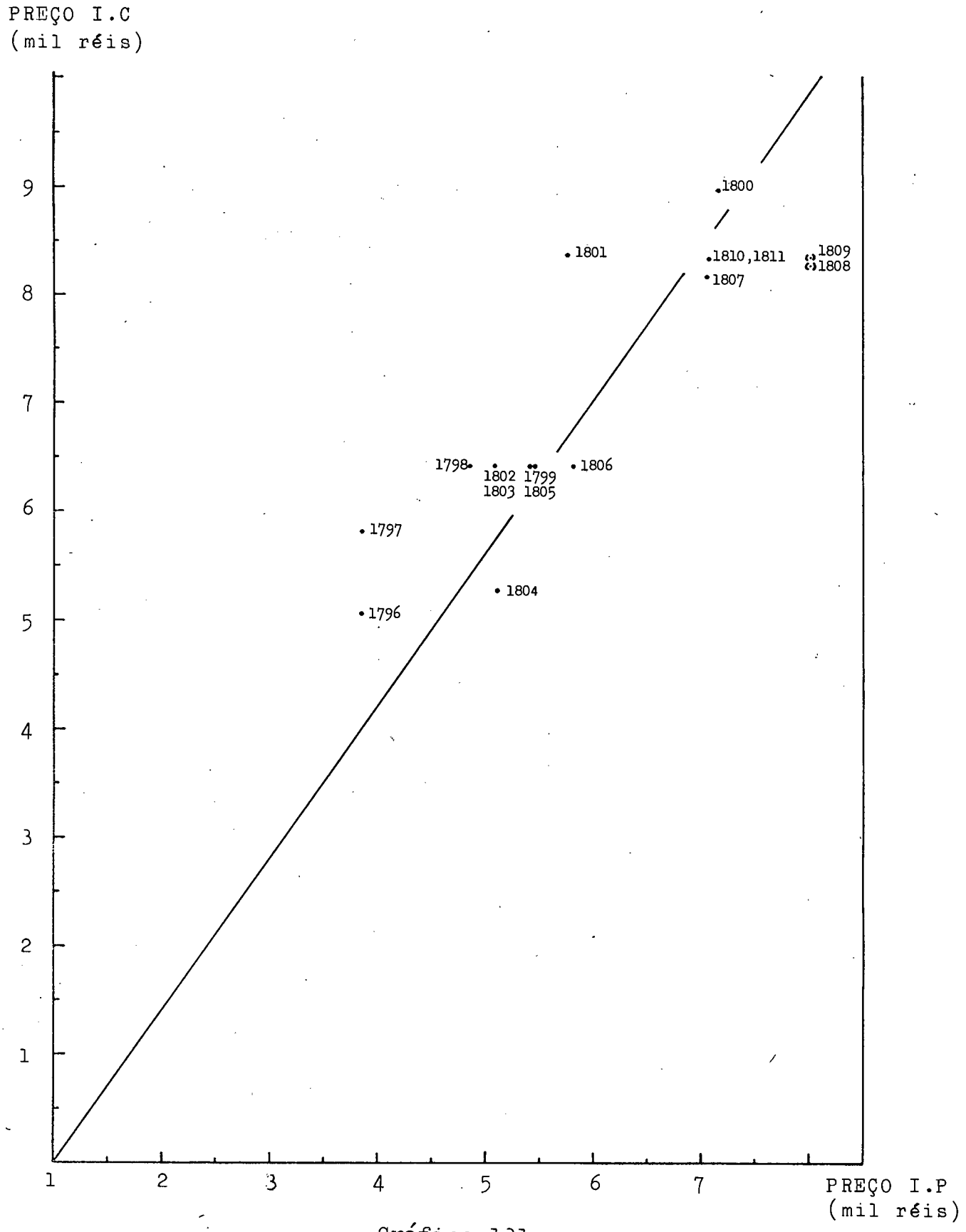


Gráfico 131

F E R R O E M B A R R A

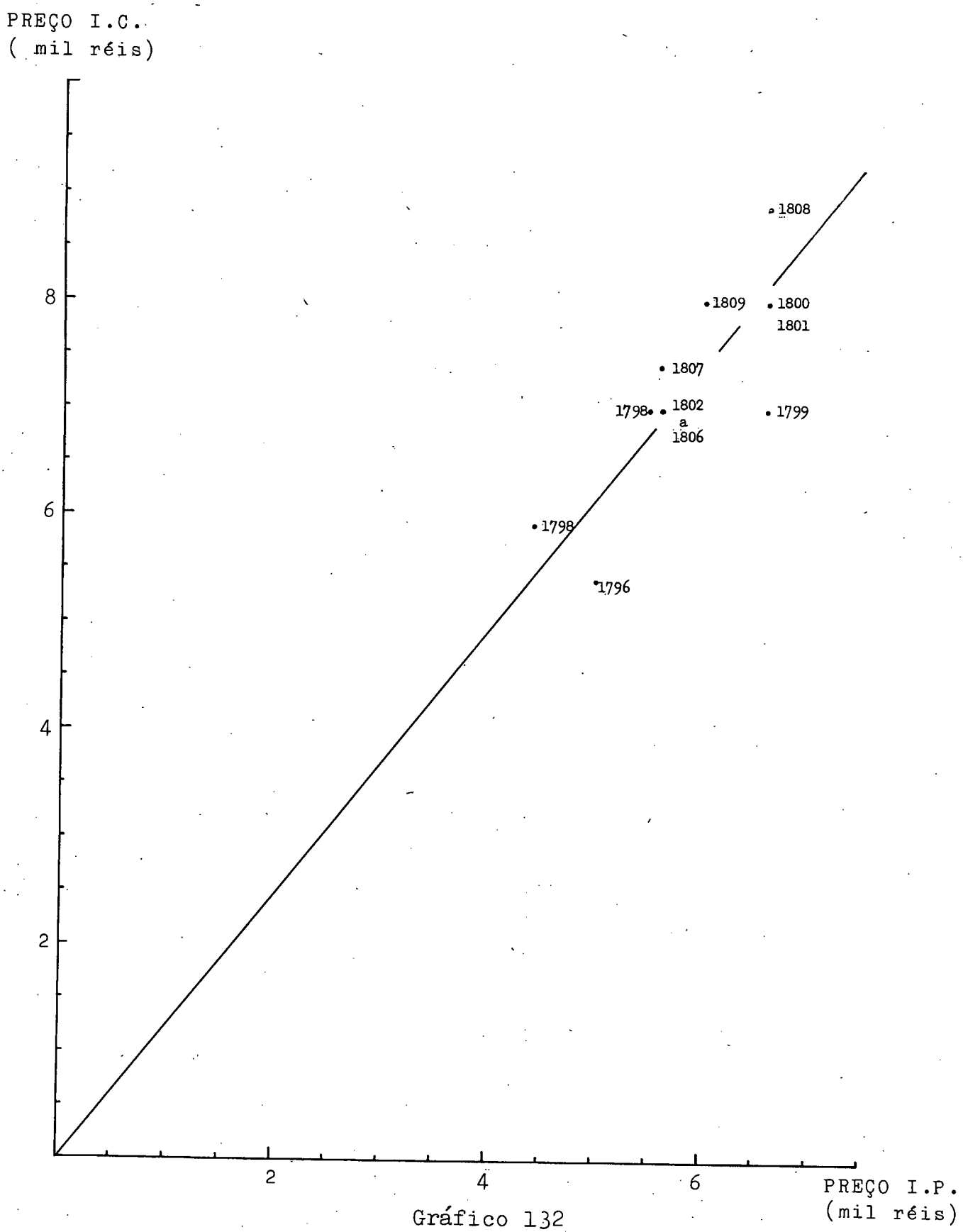


Gráfico 132

A Ç O

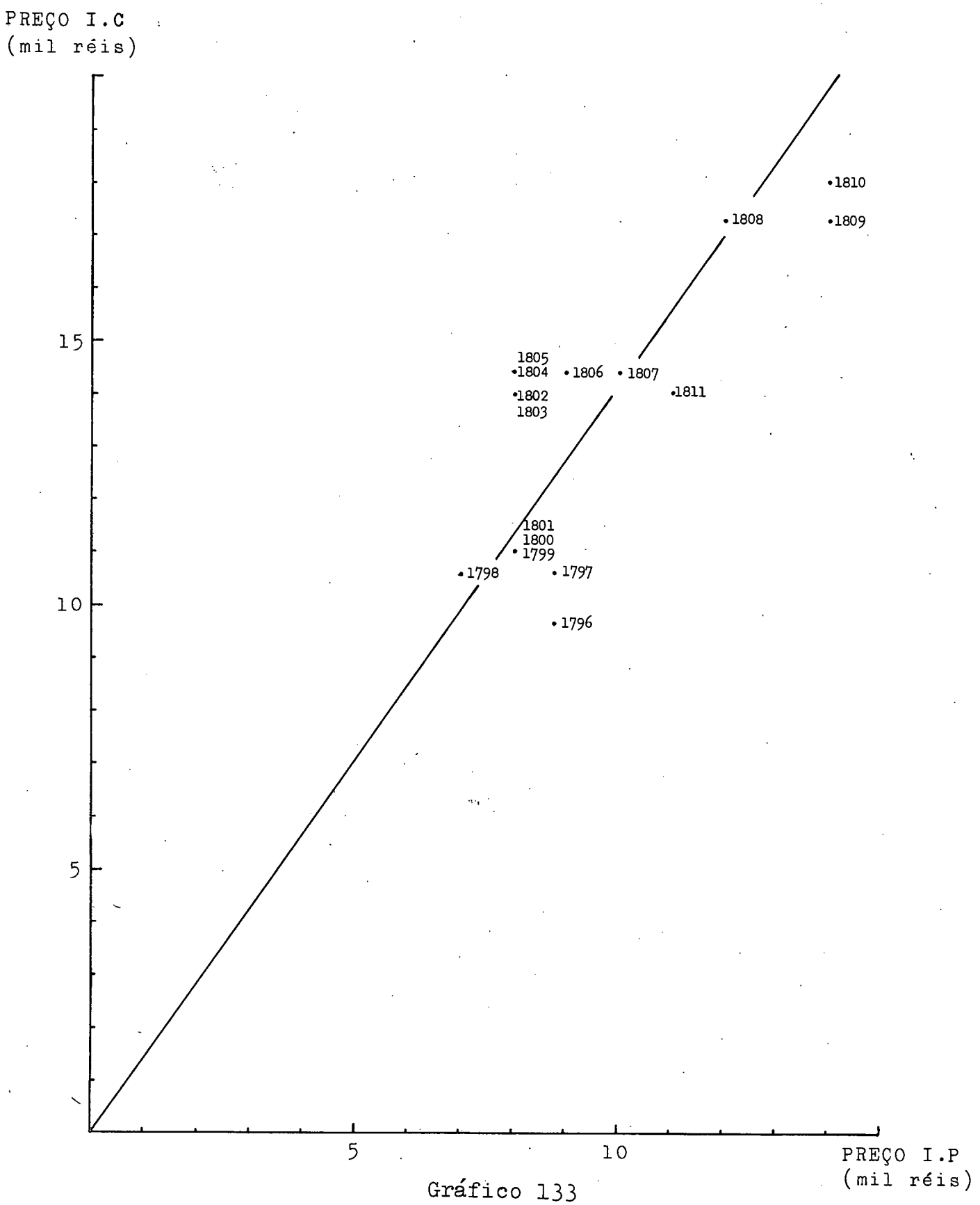


Gráfico 133

BAETA DE CORES ORDINÁRIAS

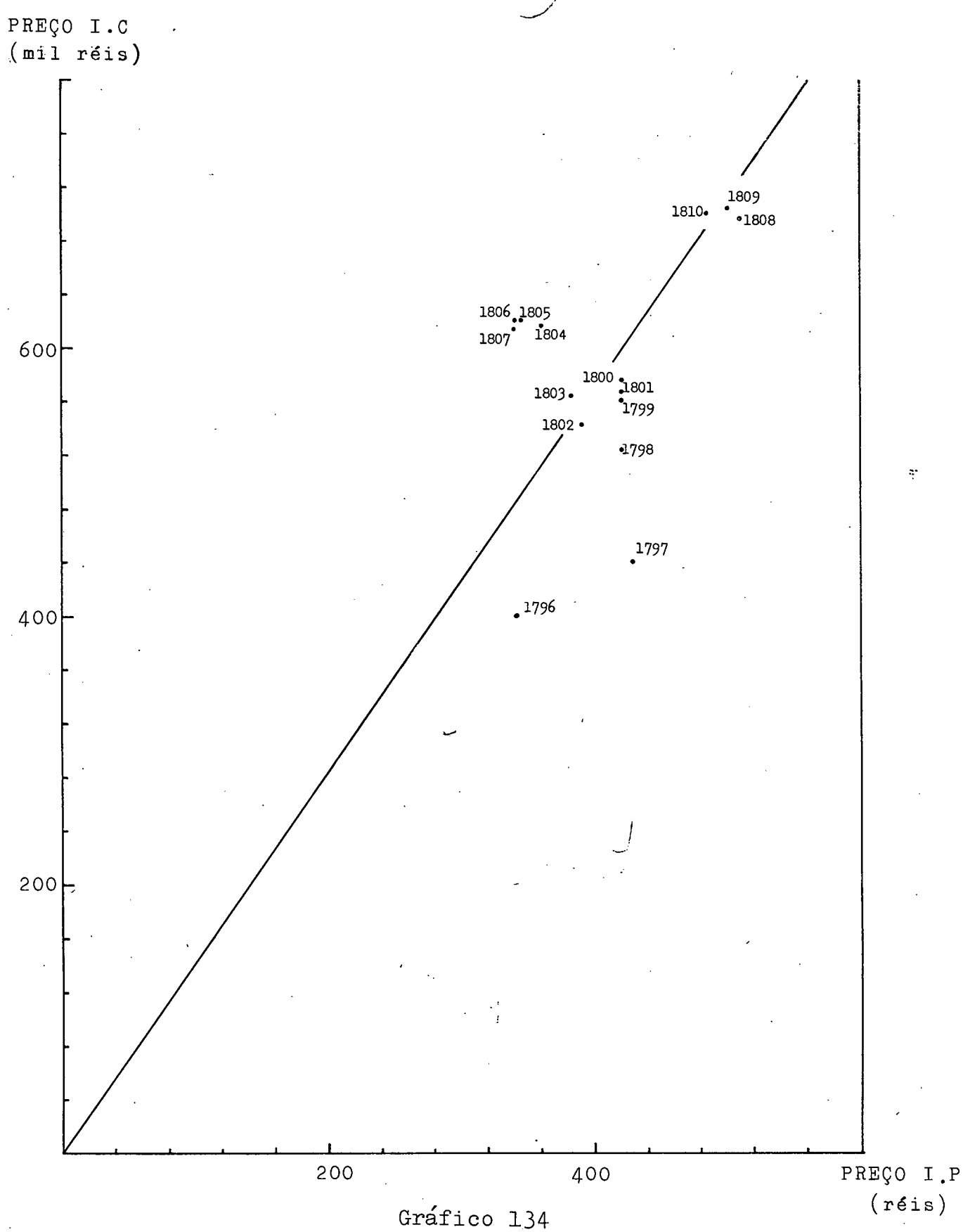


Gráfico 134

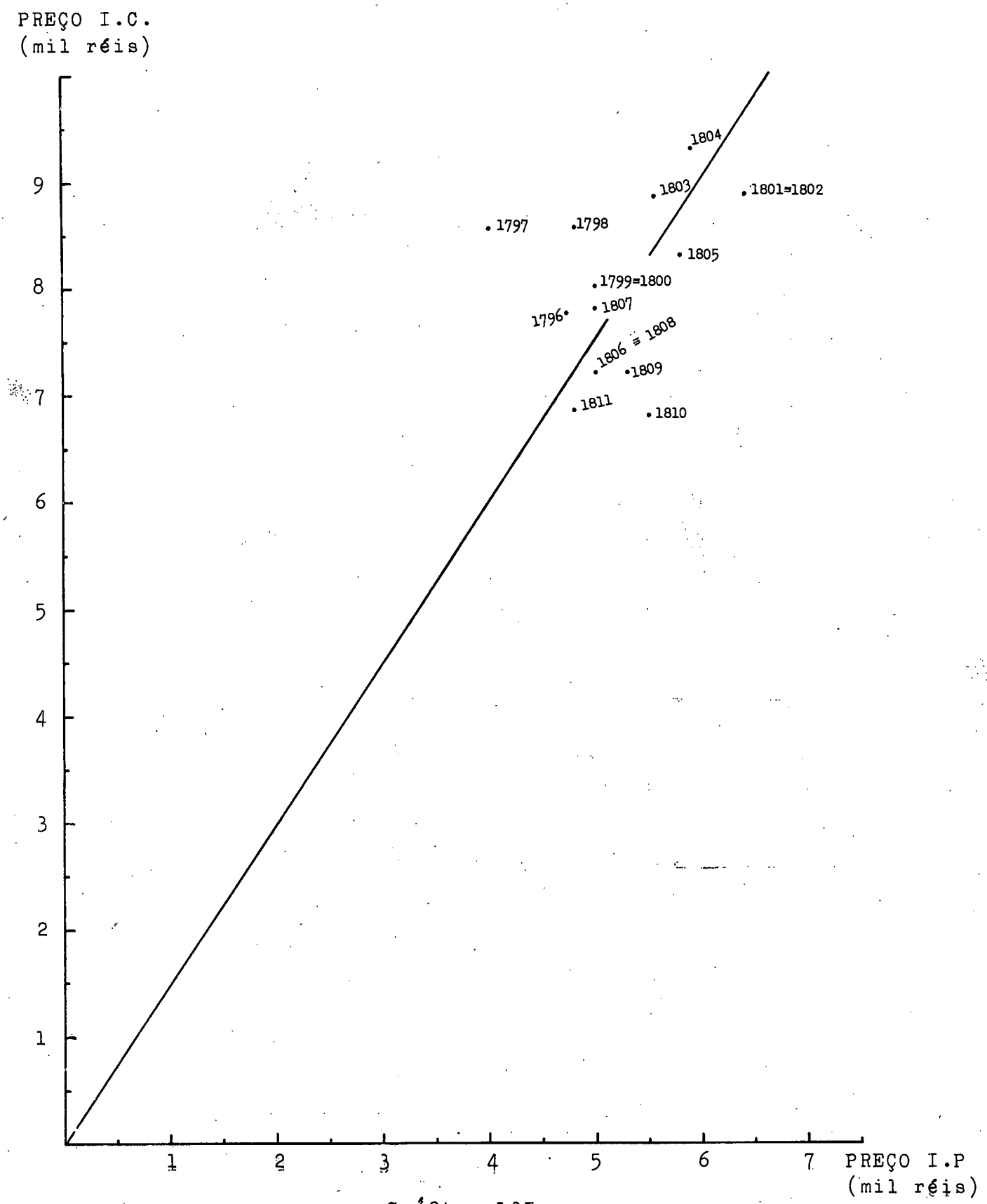

PREÇO I.C.
(mil réis)
9
8
7
6
5
4
3
2
1
1804
1803
1801=1802
1797
1798
1805
1799=1800
1807
1796
1806 = 1808
1809
1811
1810
1 2 3 4 5 6 7
PREÇO I.P
(mil réis)

Gráfico 135

B R E T A N H A S

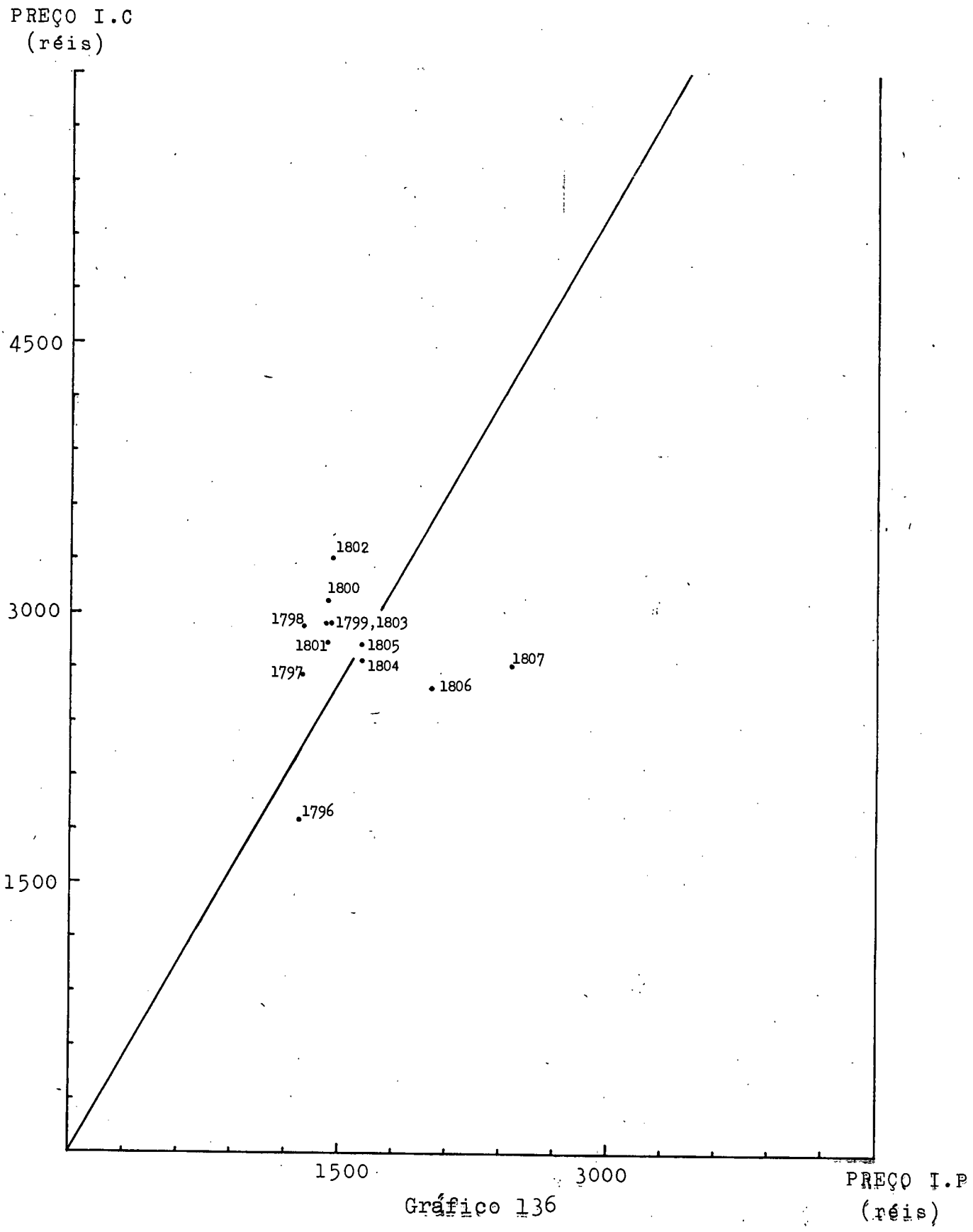


Gráfico 136

CAPÍTULO V

D A C O N J U N T U R A À E S T R U T U R A

1. Diversificação da Produção

Por definição, etmologicamente, ciclo é um período contínuo que contém um determinado número de unidades de tempo, ordinariamente anual, durante o qual certos fenômenos se reproduzem numa mesma ordem. O ciclo expressa a idéia de retorno ao ponto de partida, semelhante à palavra círculo; o movimento de um móvel em torno de si mesmo: completada a primeira volta, enceta a segunda, dando origem a uma idéia de repetição. A um movimento regular no espaço, chamaríamos cíclico; um movimento regular no tempo chamaríamos periódico (1).

Neste sentido rigoroso da Física, jamais existiu um ciclo econômico. Os movimentos econômicos são mais efetivamente periódicos ou ondulatórios, i. é., envolvem a idéia de que existe uma tendência cíclica ou periódica, mas sem regularidade (2). "Convém reservar a designação de ciclo ao processus de recorrência em que o movimento se fecha, retornando ao estádio inicial, depois de percorrer sempre as mesmas fases"... O estudo da economia nacional deve "rastrear as relações fundamentais que definem estruturas sucessivas; desenhar as correspondentes configurações especiais, numa perspectiva de geografia dinâmica que dê as proporções de forças em acção, suas áreas de incidência, vectores de articulação ou transformação" (3).

A noção de ciclo, ou, mais corretamente, flutuação econômica, aplica-se com maior correção, consideradas as ressalvas postas acima, na economia moderna, industrializada, altamente interdependente, na qual se constata a existência de movimentos oscilató-

---

(1) - H. Guitton, "Ciclos", Diccionario de Ciencias Económicas, dirig. por J. Romeuf, Trad. Esp., Barcelona, 1966, pag.201.

(2) - J. Schumpeter, "The Analysis of Economic Change", Reading in Business Cycle Theory, The Blakinston Series of Republished Articles on economics, Vol. II, pág. 5.

(3) - V. M. Godinho, Ensaios, Lisboa, 1968, Vol. II, pág. 9.

rios recorrentes: Kitchin, Juglar, Kondratieff.

Em Portugal, coube a João Lúcio de Azevedo (4) a utilização do conceito de ciclo, com a finalidade de periodizar a história econômica portuguesa, sem atentar para os detalhes desenvolvidos. O resultado é uma análise que envolve a demarcação de épocas sucessivas, organizadas em torno de um produto fundamental que arrasta e comanda as demais atividades econômicas. Em cada momento, o produto dominante segue uma trajetória de ascensão, apogeu e queda. "É na recurrência de tal processus para vários produtos e actividades sucessivamente que reside propriamente o carácter cíclico" (5).

A influência deste exemplo proliferou entre nós. Dentre numerosos casos, destacamos Roberto Simonsen, Afonso Arinos de Mello Franco e Clóvis Melo. O penúltimo afirma que "A economia brasileira pode ser considerada em ciclos de certa forma sucessivos, e que influem, um depois do outro, de maneira predominante, sobre a história do país. Cada um desses ciclos, por sua vez, possui um núcleo principal, uma determinada produção que indiscutivelmente supera as outras atividades e monopoliza maiores atenções. Esses núcleos de produção econômica principal são que caracterizam os ciclos sucessivos da nossa História, e que dão, por assim dizer, configuração a essas etapas" (6).

Clóvis Melo incide no mesmo erro, quando diz: "até agora os referidos ciclos têm sido estudados como autônomos, sem vinculação com os mercados internacionais e os interesses forâneos. Ignora-se o que são e o que foram a City, Wall Street, As Bolsas de Paris e Amsterdam, para os produtos brasileiros de exportação" (7).

Não são apenas os autores nacionais que insistem nesta perspectiva. Assim também o faz F. Mauro. Parte da premissa que é possível distinguir na economia colonial os ritmos propriamente eu-

---

(4) - Cf. J. L. de Azevedo, Épocas de Portugal Económico, Lisboa, 1929, passim.

(5) - V. M. Godinho, Ensaios, Lisboa, 1968, II Vol., pág. 9.

(6) - A. A. de M. Franco, Síntese de História Econômica do Brasil, Salvador, 1958, pág. 24.

(7) - C. Melo, Os Ciclos Econômicos do Brasil, Rio de Janeiro, - 1969, pág. 9.

ropeus, na medida em que a Europa impõe a sua marca na economia mundial através do comércio internacional. Tanto que Porto Bello, Vera Cruz, Recife, Bahia, Batávia viviam sob o ritmo do comércio internacional comandado pelos europeus. Os países ultramarinos estavam estreitamente ligados a esta conjuntura secular, tanto que se poderia considerar, como uma versão colonial dos grandes ciclos seculares, os ciclos coloniais baseados na monocultura ou na mineração(8).

Os historiadores modernos da economia brasileira abandonam o conceito de ciclo para hierarquizar os vários momentos da economia colonial ou nacional, como é o caso de Caio Prado Júnior e Celso Furtado (9). Este último faz questão de não usar o conceito em seu trabalho, ignorando-o, sem, no entanto, discutí-lo. Prefere o conceito de Economia Escravista de Agricultura Tropical, para referir-se ao vulgarmente chamado Ciclo do Açúcar, ou Economia Escravista Mineira, referindo-se ao Ciclo da Mineração, e assim por diante (10).

Assim mesmo, há autores modernos, que procuram dar visões e explicações globais para o processo econômico brasileiro, que utilizam o conceito de ciclo ou subciclo (11).

Evidentemente, há oportunidades em que economias específicas, historicamente dadas, encontram-se sob a dominação de um fator preponderante, como é o caso das economias monocultoras de exportação. "É o que em boa parte acontece no Brasil com a sucessão pau-brasil - açúcar - ouro - café. Por isso mesmo há que integrá-las em noções operatórias de maior generalidade; esse seu caráter

==========

(8) - F. Mauro, L'Expansion Européenne 1600-1870, Paris, 1964, págs. 302, 303, 310 e 311.

(9) - Sobre a hierarquização da história econômica do Brasil em função dos conceitos de artesanato, manufatura e indústria, vide F. Iglésias, "Artesanato, Manufatura e Indústria", in Simpósio dos Professores Universitários de História, Franca, 1966, pág. 105 e segs.

(10) - Cf. C. Furtado, Formação Econômica do Brasil, 5ª ed., Rio de Janeiro, 1963, passim.

(11) - Cf. M. Buescu, História Econômica do Brasil, Rio de Janeiro 1970; Idem, Exercícios de História Econômica do Brasil, Rio de Janeiro, 1968; M. Buescu e V. Tapajós, História do Desenvolvimento Econômico do Brasil, Rio de Janeiro, 1969.

só se afirma porque fazem parte de totalidades mais vastas, não passam de aspectos regionais delas" (12).

Este conjunto de ponderações tem uma finalidade única. Insistir no fato de que a noção de ciclo aplicada à economia brasileira é inadequada, tanto no sentido etimológico quanto econômico. Sob o ponto de vista histórico, poder-se-iam fazer algumas concessões, ou seja, aceitar a expressão 'ciclo' como caracterizadora de um fenômeno de preponderância quase absoluta. Vejamos.

O gráfico extraído de Roberto Simonsen (Gráfico II), mostra a evolução da economia colonial. Uma linha demonstra o valor total, em libras, da exportação colonial. As outras demonstram a parcela do açúcar e de ouro na produção deste rendimento (13).

Notamos que, em 1650, o montante global da exportação colonial, em termos de valor, orçava por 4 milhões de esterlinos. O açúcar contribuía com 3 milhões, 750 mil esterlinos. Isto equivale a dizer que o total da exportação colonial praticamente se confundia com a exportação de açúcar. Isto denota uma preponderância quase absoluta. Trata-se efetivamente de um produto dominante, cuja estrutura condiciona a evolução econômica como um todo.

Continuando no mesmo raciocínio, ainda com base no mesmo gráfico, chamamos a atenção para o fato de que a queda das exportações de açúcar entre 1650 e 1670 foi acompanhada pari passu pela retração do rendimento global das exportações, o que comprova ainda mais aquela identificação anotada acima.

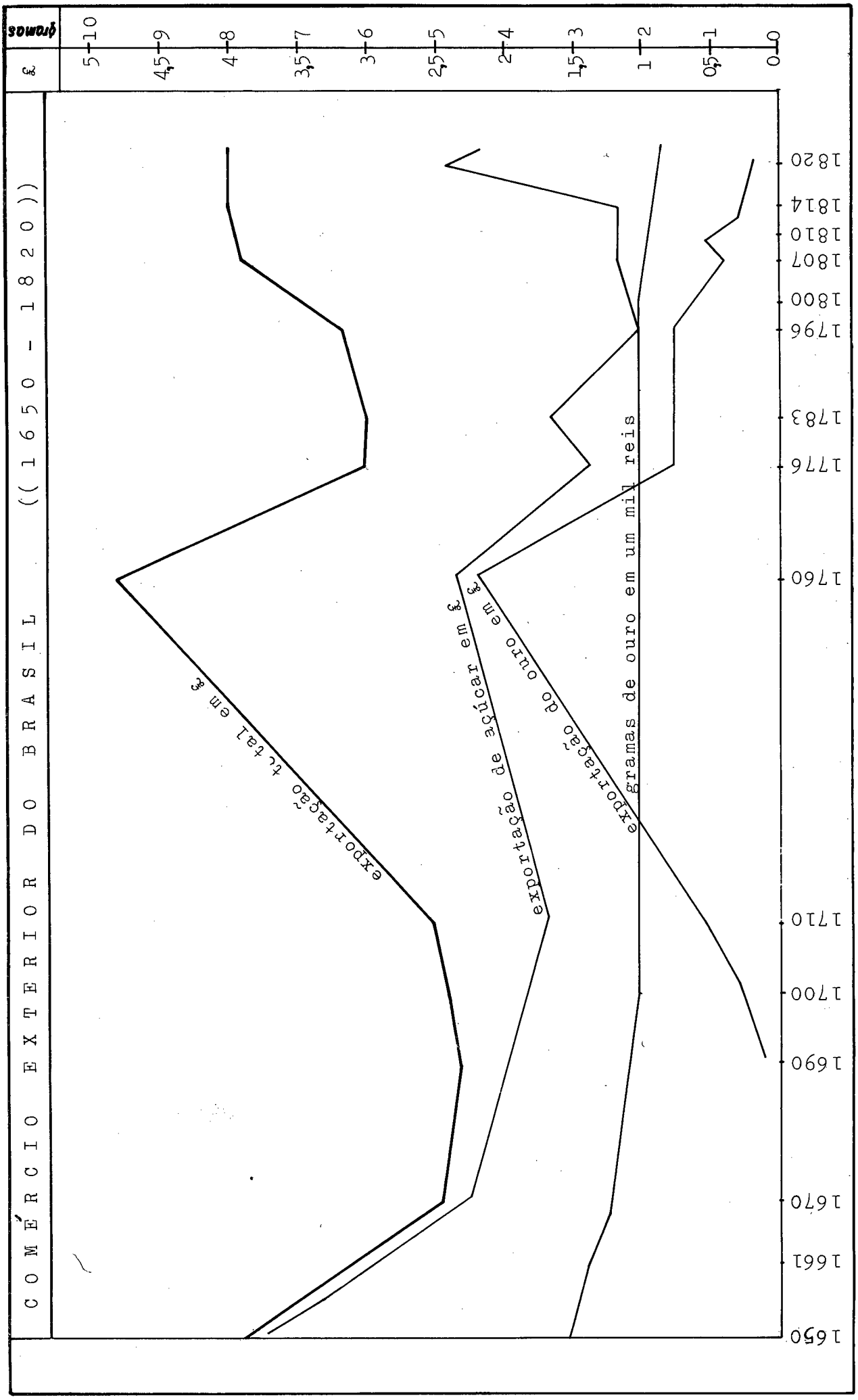
De 1670 em diante, notamos o início da divergência entre as curvas do total e do açúcar. A defasagem começa a se tornar nítida em 1690, é evidente em 1700, marcante em 1710, quando se extremam os movimentos. Estamos em presença do ouro que começava a

---

(12) - V. M. Godinho, Ensaios, Lisboa, 1968, II Vol., pág. 11.

(13) - Os dados de R. Simonsen foram auferidos a partir de fontes qualitativas e têm, por isso mesmo, um caráter estimativo. São, no entanto, um dos únicos instrumentos à disposição para se discutir o problema. Como o fundamental nestes dados para o nosso raciocínio são as categorias gerais, a sua utilização é perfeitamente válida, porque não dependeremos de quantidades reduzidas, que demandariam maior precisão. Por isso mesmo, este gráfico de R. Simonsen foi reproduzido por F. Mauro, L'Expansion Européenne 1600-1870, Paris, 1964, pág. 312.

GRÁFICO II



Fonte: Roberto C. Simonsen - História Econômica do Brasil (1500/1820), 6ª ed., Companhia Editora Nacional, São Paulo, pag. 383.

comandar a elevação total das exportações coloniais. A linha que indica a exportação de açúcar traça agora um movimento quase horizontal, levemente ascendente. Enquanto isso, cresce no mesmo diapasão o movimento global da exportação e do ouro. Efetivamente, é o ouro que está comandando a ascensão. As exportações, medidas em libras , atingiram o ponto máximo durante o período colonial, em 1760; aproximadamente 4 milhões e 800 mil esterlinos. Neste mesmo momento, o ouro atingia o ponto mais alto da sua produção, segundo se pode comprovar pelo Gráfico III.

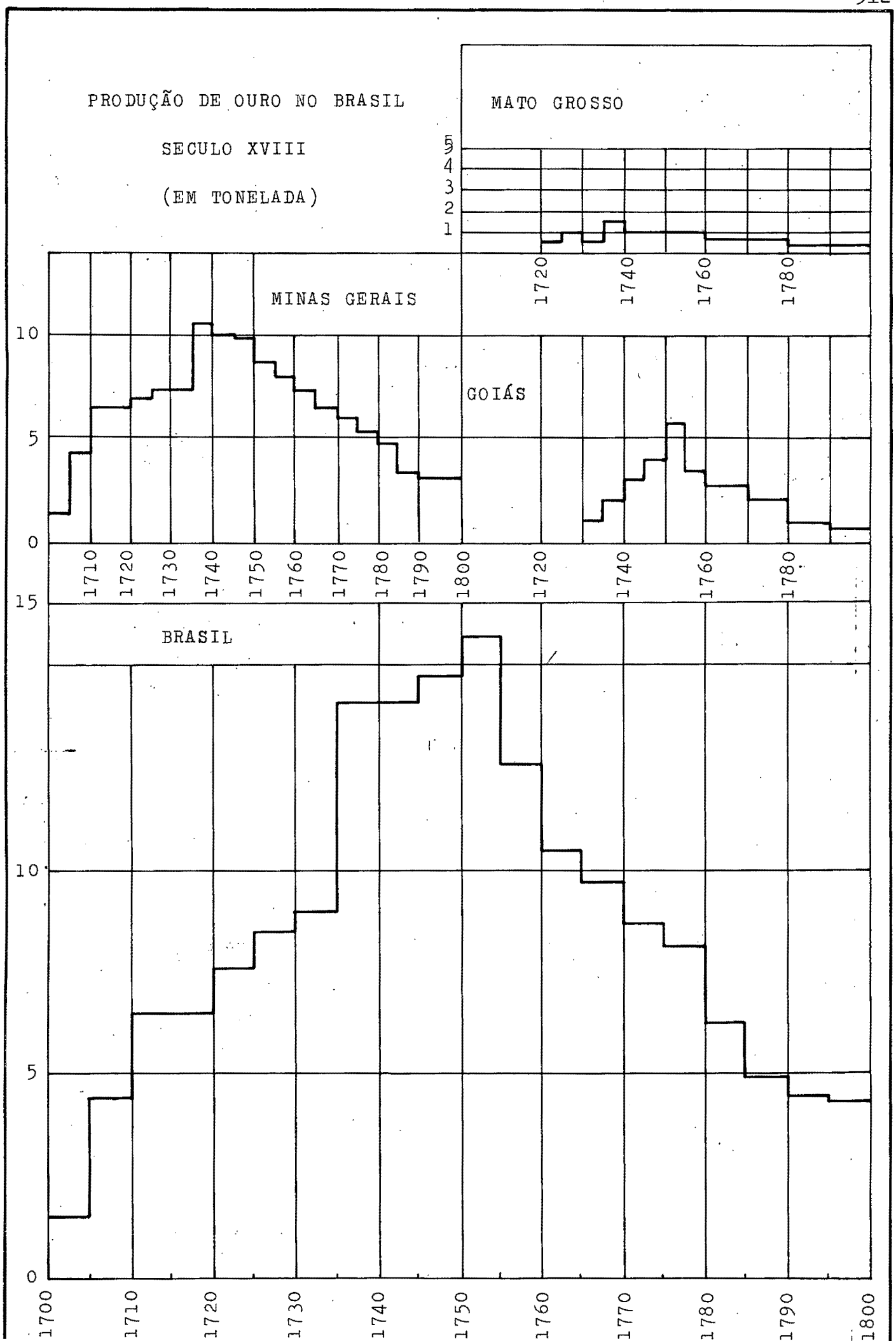
A retração da produção aurífera entre 1760 e 1776 é da mesma intensidade que a retração do movimento global, notando-se um planalto nos dois movimentos entre 1776 e 1883. Deste momento em diante, começam a divergir os dois movimentos, pois a exportação global enceta uma leve subida até 1796, que se torna vertiginosa até 1807, quando o movimento total da exportação aproxima-se dos 4 milhões de esterlinos.

O planalto que o ouro atingira em 1776 e 1796 manifesta-se declinante até 1807, o que contrapõe os dois movimentos neste momento, pois, como se viu, o movimento total é ascendente e evidentemente não pode ser dado pela exportação de ouro.

Qual fora o papel do açúcar em todo este período ? Retomamos, do ponto em que paramos, quando dissemos que começava uma divergência entre o valor das exportações do açúcar e o movimento global.

De verdade, é digno de nota o fato de que mesmo no momento em que as exportações atingiram o índice mais alto, em 1760, e o ouro atingiu o seu pico, o valor das exportações de açúcar ainda superou o valor do ouro, tanto que, do total de 4 milhões e 800 mil esterlinos, o açúcar produziu 2 milhões e 400 mil e, o ouro, 2 milhões e 200 mil. Em 1783, quando o ouro já estava em fase de baixa e a exportação global caía para 3 milhões de esterlinos, o açúcar contribuía com 1 milhão e 700 mil esterlinos, e o ouro, 750 mil esterlinos apenas.

Em conclusão, podemos afirmar que o açúcar preponderou , em termos de contribuição no montante da exportação, desde o início até o fim do período colonial. Mesmo no ponto máximo da produção aurífera, o valor da exportação de açúcar foi maior, tendo o açúcar somente confundido o valor da sua exportação com o montante total por volta de 1650 a 1670.


PRODUÇÃO DE OURO NO BRASIL
SECULO XVIII
(EM TONELADA)
MATO GROSSO
5
4
3
2
1
1720
1740
1760
1780
MINAS GERAIS
10
5
0
GOIÁS
1710
1720
1730
1740
1750
1760
1770
1780
1790
1800
1720
1740
1760
1780
BRASIL
15
10
5
0
1700
1710
1720
1730
1740
1750
1760
1770
1780
1790
1800

Estas observações restringem muito o conceito de ciclo da mineração, em termos essencialmente econômicos, se bem que, com as devidas ressalvas, poderíamos falar num 'ciclo açucareiro do Brasil colonial', subentendendo, na expressão "ciclo", a denotação do produto dominante na economia de exportação.

No período que vai de 1814 a 1820, assistimos a uma retomada violenta das exportações de açúcar (14). Neste último ano, representava 2 milhões e meio de esterlinos, num total de 4 milhões , que era o valor da exportação.

Claro está que, em termos estritamente econômicos, a importância do ouro para a economia colonial é muito grande, porque representa poder aquisitivo líquido e imediato, que tem o condão de inverter o mecanismo de oferta e procura, na medida em que estimula a oferta de bens importados. Sendo a taxa de crescimento do ouro mais acelerada que a do açúcar no período que vai de 1690 a 1760, o seu papel na dinamização da economia foi fundamental.

Trata-se, porém, de discutir a noção de ciclo econômico . Parece-nos, pelas razões demonstradas, que não se pode confundir o ouro exclusivamente com o valor total da exportação colonial, visto representar o açúcar mais do que ele. O mesmo não se pode dizer do açúcar.

O que aconteceu então no período que vai de 1796 em diante ? Se o ouro estava em fase de declínio e o açúcar conhecia uma leve ascensão, como pôde crescer o movimento global da exportação neste período ? Como se explica o salto de 3 milhões e 200 mil esterlinos, em 1796, para 3 milhões e 800 mil, em 1807 ?

Só há uma resposta. Uma diversificação.

Efetivamente, o traço marcante da economia colonial brasileira neste período é a diversificação da produção, que envolveu naturalmente um renascimento agrícola.

Já vimos, no estudo das regiões brasileiras, que a categoria courama, vários gêneros, drogas, madeira e algodão, ganham importância cada vez maior sobre a categoria alimentos, cujo elemento fundamental de exportação era o açúcar.

==========

(14) - Contraditoriamente, R. Simonsen diz que a produção do ouro está em retração neste período. Obra citada, pág. 134.

A pauta dos produtos de exportação colonial neste período atesta a referida diversificação: São, no total, 126 produtos, isto sem considerarmos que as madeiras se subdividem em numerosas especificações, como paus, taboas, couçoeiras, toros, achas e outros - mais, que vão especificados no quadro a seguir (Tabela I e II).

Evidentemente, estes dados somente têm significado se os compararmos com a variedade de produtos exportados num momento anterior. Assim sendo, tomamos a relação dos produtos levados para - Portugal pela frota de Pernambuco, em 20 de julho de 1749, composta por 29 navios: açúcar, meios de sola, atanados, couros em cabelo, couro de veado, couçoeiras, barris de doce, barris de melaço, barris de farinha, Ipecacoanha, pau-brasil, pau violeta, tatajuba, varas de sege, vigas. A frota do Rio de Janeiro, do mesmo ano de 1749 que deu entrada no dia 23 de Junho, além de vários dos produtos - constantes da frota de Pernambuco, ampliava o rol com taboas de - tapinhoã, mel, azeite de peixe, pontas de marfim, pau de jacarandá, barbas de baleia, surroens de lã. Da carga de cinco navios que procediam do Grão-Pará e Maranhão no mesmo ano, constavam: cacau, cravo grosso, cravo fino, salsa, café, açúçar, algodão, algodão em fio, ourucu, chocolate, casca preciosa, tartaruga, quina-quina(15).

Somam no total 35 produtos, que deveriam representar as exportações normais do Brasil-colônia nos meados do século XVIII. - Uma soma quase idêntica é o que representa a exportação de apenas uma região brasileira, como o Pará, no fim do século.

Ainda dentro da mesma linha de argumentação, podemos citar o Catalogo de varios generos do Brasil, e mais Colonias Portuguezas, que ainda não estão no ordinario Commercio, do ano de 1765 (16). Deste catálogo constam 83 produtos que o autor considera de utilidade, mas que não são objeto de comercialização no mercado. A intenção desta relação é evidentemente estimular a sua comercialização.

Ora, se em 1765 estes produtos ainda não eram comercializados, poderíamos comparar esta relação com os 126 produtos que fa-

---

(15) - R. Simonsen, História Econômica do Brasil 1500-1820, 6ª ed., São Paulo, 1969, págs. 382, 383 e 384.; Idem, V. N. Pinto, O Ouro Brasileiro e o Comercio Anglo-Português, São Paulo, 1972 (Ex. Mimeografado), pag. 194 e segs.

(16) - Catalogo de varios generos do Brasil, e mais colonias portuguezas, que ainda não estão no ordinario comercio (1765), B.N.R.J., Seção de Manuscritos, 4,3,12.

TABELA I

PRODUTOS BRASILEIROS EXPORTADOS PARA PORTUGAL

Mantimentos

1. Aguardente
2. Açúcar Branco
3. Açúcar Mascavado
4. Arroz
5. Café
6. Mel
7. Doce
8. Farinha de Pão
9. Carne de Porco
10. Cacau
11. Tapioca
12. Gergelim
13. Melaço
14. Unto de Porco
15. Cravo Fino
16. Castanha
17. Farinha
18. Toucinho
19. Cravo Grosso
20. Carne
21. Carimã
22. Feijão
23. Manteiga de Porco
24. Milho
25. Legumes
26. Cravo do Maranhão
27. Cayana
28. Cravo Gerofa

Courama

29. Atanados
30. Couros Secos
31. Couros Salgados
32. Vaquetas
33. Sola
34. Meios de Sola
35. Couro de Onça
36. Couro de Lobo
37. Couro de Tigre
38. Couro de Urso
39. Cabelos de Boi
40. Couro em Cabelos
41. Couro de Veado
42. Lobo Marinho
43. Couro de Cabras
44. Arminho
45. Vitela em Cabelo
46. Couro de Carneiro
47. Porco Montes
48. Couro de Cutia
49. Couro de Anta
50. Couro de Cysne
51. Couro de Raposa
52. Couro de Cavalo

Drogas

53. Anil
54. Epecacuanha
55. Grude
56. Pau-brasil
57. Resina de Caju
58. Cola
59. Gengibre
60. Peixerim
61. Salsa
62. Poyaya
63. Tamarindos em rama
64. Óleo de Copahiba
65. Ourucu
66. Raiz de Cipó
67. Raiz de Contraerva
68. Salsaparrilha
69. Coxonilha
70. Resina
71. Raiz de Buta

72. Balsamo
73. Quina
74. Nós-moscada
75. Parreira
76. Goma Copal
77. Salitre
78. Goma Arabia
79. Goma de Peixe
80. Pau amarelo
81. Semente Santa
82. Pau violeta

Vários Gêneros

83. Azeite de Peixe
84. Barba de Baleia
85. Goma
86. Abbada
87. Sebo em Pau
88. Pontas de Boi
89. Cabos de Piassá
90. Cera em Pau
91. Coquilho
92. Estopa de Embira
93. Estopa
94. Tartagura
95. Cera Amarela
96. Tabaco em Folha
97. Marfim
98. Sumauma
99. Linho
100. Sementilha
101. Cocos para Água
102. Cera em Velas
103. Tabaco em Rolo
104. Areia Prateada
105. Cera Branca
106. Lã de Palmeira
107. Borrachas de Nervo
108. Lã de Vegunia
109. Cobre
110. Estanho
111. Casca de Cacau
112. Borracha
113. Castanha do Maranhão
114. Goma de Pau
115. Topazios
116. Goma elástica
117. Ametistas
118. Penas
119. Almacega
120. Plumas
121. Lã
122. Pele de Gato
123. Cristal Mineral
124. Algodão em Paina
125. Algodão Fiado
126. Madeiras

TABELA II

MADEIRAS BRASILEIRAS EXPORTADAS PARA PORTUGAL		
TABUAS	Canella	Violeta
Canela	Custado	Tatajuba
Louro		Angelim
Custado	PAUS	Grandes
Vinhatico	Vinhatico	TOROS
Tapinhoãa	Arco	Jacarandá
Óleo	Pitié	Cedro
Aribá	Jacarandá	Sucupira
Argelim	Roxo	Tatajuba
Jacarandá	Para varais	Carvalho
Murva	Amarelo	VÁRIOS
Cor	Forro	Varas de Parreira
Folha	Pezo	Achas de lenha
Avealhar	Sucupira	Vigas
Forro	Fundo	Remos
Paroba	Arruda	Vigotas
	Cabrestante	Eixos para carro
COUÇOEIRAS (*)	Anta	Aduellas (**)
Vinhatico	Valiços	Aduellas de pipa
Jacarandá	Canela	Aduellas de tonel
Tapinhoãa	Louro	Aduellas de vinhatico

(*) Madeira grossa para ser desdobrada.

(**) Cada uma das tábuas que formam o corpo de um tonel.

zem parte da nossa relação para o período de 1796 a 1808. O resultado são 18 coincidências: Peixerim, Nós-moscada, Gengibre, Quina, Contraerva, Epecacuanha, Tamarindos, Cochonilha, Cera, Cola de Peixe, Goma Arábia, Cana fistula, Tatajuba, Salitre, Cristaes, Topazio, Cobre, Embira.

Percorramos as fontes qualitativas em busca de confirmação para estas proposições. O problema com o qual nos deparamos é a abundância de fontes e a necessidade de excluir as menos importantes, para usarmos apenas as mais significativas. Descrições geográficas que envolvem os recursos físicos da companhia são inúmeras. Aliás, estes relatórios foram pedidos pela própria Metrópole (17).

Há uma verdadeira apologia da agricultura. Algumas descrições (18) são extraordinariamente minuciosas, o que lhes confere um alto valor histórico, como é o caso do Roteiro do Maranhão. Em várias passagens trata do que ora nos preocupa. Descreve os produtos que podem ser explorados economicamente na região do Piauí - (19). Afirma que a agricultura não deve servir apenas para a subsistência, mas também para estimular o comércio (20). Deve-se permitir acima de tudo que a Metrópole possa"commerciar no superfluo com as Nações estrangeiras" (21). Esta ênfase que dá à agricultura o leva naturalmente a considerar que "as Minas são a ruina de Portugal" (22).

O descrédito do ouro aparece com insistência em várias - memórias. José Eloi Ottoni, em 1798, falando sobre o estado das mi

---

(17) - A título de exemplo, vide a "Descrição do Estado do Brasil, suas Capitanias, Produção e Commércio", com introdução de José Honório Rodrigues, Revista de História da Economia - Brasileira, Vol. I, nº 1, 1953, págs. 85-99.

(18) - Cf. F. A. Novais, Portugal e o Brasil na Crise do Antigo - Sistema Colonial (1777-1808), São Paulo, 1972 (Ex. Mimeografado), pag. 278.

(19) - Roteiro do Maranhão e Goiaz pela Capitania do Piaui (Fins do Séc. XVIII), Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Vol. LXII, Parte 1, 1900, pág. 85.

(20) - Idem, Ibidem, pág. 109.

(21) - Idem, Ibidem, pág. 102.

(22) - Idem, Ibidem, pág. 116.

nas, dizia que a riqueza da Capitania de Minas Gerais não se devia tanto ao fato de que ali se encontrou o ouro, mas sim pela fertilidade da terra que produzia todos os gêneros de primeira necessidade, que podiam transformar-se em objetos de comércio, "como são as canas do assucar, o caffé, a baunilha, o cacau, a coxonilha, o tabaco e o Algudão" (23). A cultura destes gêneros deveria ser estimulada, porque no momento não cobria todas as necessidades do consumo (24). Não se justificava, por exemplo, a proibição à produção de açúcar em Minas (25). A falta destes gêneros é constantemente referida em outras fontes (26).

João Rodrigues de Brito, tratando da situação econômica da Bahia, não se esquece do progresso da agricultura baiana, à qual atribui a "maior abundância das comodidades da vida" (27). E o bispo Azeredo Coutinho invectiva contra o ouro, defendendo a produção de açúcar, cacau, café, trigo, arroz, carnes, peixes salgados, etc. (28).

"A immensa extensão de costas que possue o Brasil: a quantidade e qualidade de gêneros que já produz, e a immensidade

---

(23) - J. E. Ottoni, "Memoria Sobre o Estado Actual da Capitn.a de Minas Gerais (1798)". Anaes da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, Vol. XXX, 1908, pág. 303.

(24) - Memoria sobre a agricultura no Brasil (1810), A. R. V. D'Oliveira, Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Vol. XXXVI, Parte 1, 1873, pág. 98.

(25) - M. Costa Filho, "Engenhos e Produção de Açúcar em Minas Gerais", Revista de História da Economia Brasileira, Vol. I., nº 1, 1953, pág. 46.

(26) - "Sou servido determinar, q. nenhuma pessoa possa embarcar em algum dos Portos desta Capitania Agozarde., Café, Arros, Cacau, Baunilha, Farinha de Mandioca, Algodão, Anil e Coiros, q. não seja em direitura p.a os Portos do Reino", D. I., Vol. LV (1802-1804), 1937, pág. 41.

(27) - J. R. de Brito, "Cartas Econômicas e Políticas" (1807), ed. de Pinto de Aguiar sob o título A Economia Brasileira no Alvorecer do Século XIX, Salvador, s.d, pag. 133.

(28) - Ensaio Econômico... (1816), in Obras Econômicas de J.J. da Cunha de Azeredo Coutinho, introdução de Sérgio Buarque de Holanda, São Paulo, 1966, pág. 133; da pág. 224 em diante, cita todos os produtos comercializados ou comercializáveis no Brasil, cujo número chega a mais de 100.

que pode ainda produzir" (29), se constituíam num fator favorável, capaz de atrair a monarquia portuguesa para os problemas da agricultura no Brasil. As medidas protecionistas tiveram início na época de D. José I (30), e não pararam desde então (31). Em conseqüência, vários produtos foram aclimatados ao Brasil. O chá foi introduzido por iniciativa de Domingos Vandelli (32). Em 1807, o governo fazia introduzir mudas de café Moka no Brasil (33). "O decreto de 27 de julho de 1809 estabeleceu premios, favores e mercês aos agricultores que lograssem acclimar no paiz arvores de especiarias finas da índia, ou promovessem a cultura de vegetaes indigenas d'outras regiões, necessarios e uteis que fossem" (34).

---

(29) - Considerações sobre o Estado de Portugal e do Brasil desde a sahida d'El-Rei de Lisboa em 1807 até ao Presente (1822), Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Vol. XXVI, 1863, pág. 164.

(30) - "Joseph, voyant le parti que les autres nations tiraient de leurs colonies, jugea que le Portugal avait tous le moyens d'en faire de même, et employa conséquemment tous ses soins pour faire augmenter dans le Brésil les plantations de sucre, coton, riz, indigo, café, cacao et autres articles, étendant en même temps les communications avec l'intérieur pour faciliter le transport de ces denrées aux différens lieux d'embarquement". A. Balbi, Éssai Statistique sur le Royaume de Portugal et D'Algarve, comparé aux autres États de l'Europe", Paris, 1822, pág. 421.

(31) - Alvará de 24 de julho de 1781: proibe a entrada de arroz estrangeiro, reservando o mercado português para a produção das colônias. A. D. da Silva, Coleção de Legislação Portuguesa, 1775-1790, pág. 300.

(32) - Quaes são as principaes plantas que hoje se acham aclimatadas no Brazil ? por Francisco F. Allemão, Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Vol. XIX, 1856, pág. 577.

(33) - "Pelo conhecimento junto se obrigou o mestre d'este navio a entregar a V.Ex. essa primeira producção das sementes de café de Moka, que forão remettidas a este Governo para promover a sua cultura; a arvore he maior do que a da outra especie, mais frondoza, e consequentemente de maior producção, continua-se a propagar, porém o braço regio deve auxiliar os cultivadores particulares na prompta extracção das suas primeiras producções, para os animar a sofrerem as despezas e incommodos annexos ás novas plantações"(1807), Officio do Governador Conde da Ponte para o Visconde de Anadia, sobre a cultura do café Moka, Anaes da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, Vol. XXXVII, 1915, pág. 450.

(34) - L. Britto, Pontos de Partida para a História Econômica do Brasil, São Paulo, 1939, pág. 510.

Nessa mesma linha de aclimatação de plantas, vejamos estes trechos extraídos de Francisco Soares Franco: "A canela do Brasil he inferior á do Ceilão; mas além de ser possivel melhoralla, o seu preço he com pouca diferença de 500 réis"... "O mesmo se póde dizer do café; algum tem pouca differença do de Moca, e he muito mais barato"... "Sua majestade mandou vir a arvore do chá e chinos para ensinarem a sua cultura" (35).

De fato, a idéia da multiplicação da cultura agrícola estava presente em todos os espíritos. Até mesmo os estrangeiros que vieram para o Brasil na época da abertura dos portos não deixaram escapar observações a respeito do problema. Eis o que disse um dos mais lúcidos observadores estrangeiros no Brasil: "Perceberam (os colonos)... os princípios sobre que se fundavam seus verdadeiros - interesses; a calcular os resultados lucrativos de seus próprios - planos e a tirar partido de seu engenho peculiar: por isso, deixou de existir um propósito único de cultura, ou um modo uniforme de agir, atrevendo-se os homens a desviar-se das máximas de seus avós" (36).

Passando das fontes qualitativas às interpretações modernas, podemos constatar que este problema foi várias vezes ventilado; de maneira esporádica, porém, por exemplo, ao considerar-se - que "o cacao, o arroz e o anil sem ter uma importância excessiva , tiveram também o seu papel na diversificação na cultura de especulação e ajudaram o Brasil a preencher o hiato entre o ouro e o café" (37).

Com a redução da produção aurífera, manifesta-se uma crise em Portugal. "Mas o mal vinha do Brasil. E do Brasil também - veio a cura, quando o ouro foi substituído por novos produtos agrícolas, que desempenham, nessa ocasião, o papel desempenhado pelo açúcar nos séculos XVI e XVII" (38). Os produtos produzidos pelo

---

(35) - F. S. Franco, Ensaio sobre os melhoramentos de Portugal e do Brasil, Lisboa, 1821, pág. 23.

(36) - J. Luccock, Notas sobre o Rio de Janeiro e partes meridionais do Brasil, 2ª ed., São Paulo, 1951, pág. 372.

(37) - F. Mauro, Histoire de l'Économie Mondiale, Paris, 1971, - pág. 100.

(38) - F. Mauro, Nova História e Nôvo Mundo, São Paulo, 1969, - pág. 259.

Brasil têm mercado seguro na Europa por causa da Revolução Industrial (39).

De fato, o metal precioso deixara de ser a mola mestra da economia portuguesa. "O aumento de produção metropolitana e ultramarina, tanto de matérias-primas como de produtos agrícolas, evidenciava uma economia mais variada, interessando mais sectores da vida económica européia e atingindo áreas muito mais vastas. Quer pelos produtos apresentados, quer pelo montante que atingia, o comércio externo português enfrentou com êxito a falta do precioso metal" (40).

Uma das análises mais lúcidas deste problema, se bem que por vias indiretas, é a de Daril Alden (41). Seu trabalho sobre Manoel Luis Vieira orienta-se no sentido da 'entrepreneurial history'; isto não o impede, entretanto, de pôr claramente o problema da diversificação. Para ele, o final do século XVIII marca o nascimento da exploração do café, cacau, algodão e arroz, ao mesmo tempo que uma tentativa, em larga medida frustrada, de promover a cultura do anil, cochonilha, cânhamo e outros produtos. Neste período, uma das culturas de maior êxito foi a do arroz, promovida no Maranhão, Pará e Rio de Janeiro. Para a depressão resultante do declínio da produção de ouro, diamantes e açúcar, restou a alternativa de explorar os recursos do Brasil até então negligenciados: fibras, madeiras, perecíveis e cereais. Nesse sentido, a Coroa pediu relatórios aos governadores, e o resultado foi uma avalanche de memórias, sobre centenas de plantas ou minerais com viabilidade de exploração econômica. No sentido de encorajar a produção de arroz, a Coroa isentou-o de todos os direitos por 10 anos, desde que produzido para o mercado português. Por volta de 1781, Portugal podia dispensar as importações das Nações estrangeiras. Tornara-se auto-

---

(39) - A. B. Wallis Chapman, "The Commercial Relations of England and Portugal, 1487-1807", Transactions of the Royal Historical Society, Vol. I, 1907, pag. 179.

(40) - J. B. de Macedo, Problemas de História da Indústria Portuguesa no Século XVIII, Lisboa, 1963, pag. 200.

(41) - D. Alden, "Manoel Luís Vieira: An Entrepreneur in Rio de Janeiro During Brazil's Eighteenth-Century Agricultural Renaissance", The Hispanic American Historical Review, Vol. XXXIX, nº 4, 1959, pags. 521, 522 e 523.

suficiente (42). "Felizmente para o Brasil as minas esgotaram-se, - mas redobrou a riqueza da sua feracissima produção vegetal, causando o apogeu da colonia na segunda metade do século XVIII e a verdadeira grandeza da nação independente do século XIX (43).

Como é sabido, da preponderância açucareira e aurífera - passamos à hegemonia do café. Se insistimos que à crise aurífera e declínio açucareiro seguiu-se uma diversificação, podemos mostrar também que o declínio da diversificação é seguido por uma nova preponderância representada pelo café. O que também se constitui numa prova de diversificação (44).

O quadro estatístico das exportações brasileiras no período imediato após a abertura dos portos, até 1821, ainda está por fazer. De fato, possuímos apenas alguns dados referenciais que nos - permitem ter uma idéia do acontecido, mas não uma idéia precisam . Isto deriva do fato de que não há uma Balança do Comércio válido para o Brasil no período que se segue à abertura dos portos. Tanto - que a maioria dos autores brasileiros, para não dizer todos, analisam o movimento comercial do período que vai de 1808 até 1821 com base na Balança de Comércio entre o Brasil e Portugal, fornecida - por Balbi (45). O que não tem a mínima possibilidade de correção ,

(42) - Em 1781, a produção de arroz proveniente das colônias portuguesas, especialmente do Brasil, estava em condições de abastecer o mercado interno português, a ponto de se poder dispensar as provisões alienígenas, conforme se depreende do alvará de 24/7/1781, que proibia a entrada de arroz estrangeiro no Reino. A. D. da Silva, Coleção de Legislação Portuguesa, 1775/1790, pág. 300.

(43) - V. A. d'Eça, A Abertura dos Portos do Brazil, Lisboa, - 1908, pág. 21.

(44) - J. P. Calógeras, Formação Histórica do Brasil, São Paulo, 1967, pág. 55.

(45) - Como exemplo citamos J. Pandiá Calógeras, A Política Monetária do Brasil, São Paulo, 1960, que à página 26, usa indiretamente os dados extraídos de A. Balbi, sem ter consciência de que o está fazendo; L. Britto, Pontos de Partida para a História Econômica do Brasil, 2ª ed., São Paulo, - 1939, apoia-se na mesma fonte usada por Calógeras, i.e, - Vieira Souto, Commercio Internacional do Brasil em 1900, - que está apoiado, por sua vez, em A. Balbi, só que, neste caso, o faz conscientemente, à falta de outras fontes, apenas para dar uma idéia, na página 496; C. Prado Júnior, - História Econômica do Brasil, 6ª ed., São Paulo, 1961, que usa os dados arredondados de A. Balbi, sem o citar, apenas deixando entrever que "as estatísticas que possuímos para a época não são completas nem muito seguras", pág. 135 e segs.

por ser uma balança parcial, que mede a relação comercial entre o Brasil e Portugal, não envolvendo, por exemplo, o comércio inglês, e outros.

O comércio Brasil-Portugal nem mesmo pode ser considerado 'indicativo' duma conjuntura, na medida em que, depois da abertura dos portos, passou a representar uma parcela reduzida do movimento comercial brasileiro, se bem que continuasse a ser significativo para Portugal (46).

Sabemos da existência de alguns mapas que indicam o movimento de importação e exportação do Brasil, depois da abertura dos portos. Tais mapas resultaram de determinações emanadas do poder central, com determinações específicas para que se confeccionassem mapas de acordo com modelos fornecidos pelo governo, para que se pudesse avaliar a situação do comércio em todo o Império português (47). Estas determinações confirmam a idéia de que a Balança do Commercio, até então organizada a partir do movimento comercial português, deveria ter por base o Rio de Janeiro, que se tornara o centro comercial do Império em substituição a Lisboa.

Os mapas não foram elaborados em todos os portos do Brasil (48). Entretanto, para alguns dos portos em que foram realizados os levantamentos, tais como Pernambuco, Ceará, Santos e Rio Grande do Sul, podemos fazer algumas suposições a respeito das tendências do comércio brasileiro neste período.

O comércio de Pernambuco poderá servir de termômetro, pois, como sabemos, era uma das três principais regiões brasileiras, superando a Bahia no comércio de exportação e importação, nos fins do período colonial. Em 1810, sua importação orçou em . . . . 1.938.135$640. Deste total, 853.216$000 foram importados em mercadorias da Inglaterra. No ano de 1812, a importação da mesma Inglaterra elevou-se a 775.070$000. No ano de 1815, montou a . . . . . 595.063$520. Quanto à exportação, para a Inglaterra, somou . . . . 1.460.461$455, num total de 1.947.964$430. Em 1812, foi de . .

---

(46) - F. P. Santos, Geografia e Economia da Revolução de 1820, Lisboa, 1962, pág. 142.

(47) - O. Pantaleão, "Aspectos do Comércio dos Domínios Portugueses no período de 1808 a 1821", Revista de História, Vol. XI, nº 41, 1960, pág. 96.

(48) - Com exceção dos portos do Pará, Maranhão e Bahia.

881.488$750, num valor total de 1.695.391$840. Em 1815, foi de 1.088.942$700, num total de 3.305.566$740 (49).

Estes dados são suficientes para demonstrar que uma grande parcela do comércio outrora feito com Portugal agora se fazia com a Inglaterra (50), principalmente, e outras nações ou portos secundários, como Estados Unidos (51), França (52), Argentina, Uruguai e Cuba. Isto nos permitiria dizer da invalidade de se considerar mesmo aproximativamente o comércio com Portugal como instrumento válido para uma configuração do movimento comercial brasileiro no período.

Para termos uma idéia mais precisa deste movimento co-

---

(49) - O. Pantaleão, Artigo Citado, pág. 100-101.

(50) - "Portugal tem sofrido huma grande perda, pela abertura do commercio as Nações, em toda a extenção das Capitanias do Brazil, pois sempre os seus effeitos juntos ás Producções deste Reino, faziam a opulencia do nosso commercio e offerecião muitas tranzações nas Praças de Lisboa, e Porto". Balança Geral do Commercio do Reino de Portugal com os seus Dominios e Nações Estrangeiras no anno de 1810, Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Introdução. Sobre a atuação dos comerciantes ingleses na praça do Rio de Janeiro, vide C. G. Mota, "Europeus no Brasil na Época da Independência: Um Estudo", Separata dos Anais do Museu Paulista, Vol. XIX, pág. 11-25; O. Pantaleão, "A presença inglesa", História Geral da Civilização Brasileira, dirig. por Sérgio Buarque de Holanda, Tomo II, O Brasil Monárquico, São Paulo, 1965, pág. 70 e segs.

(51) - Sobre os interesses do comércio norte-americano no Brasil depois da abertura dos portos, veja-se H. Hill, A View of the Commerce of Brazil (1808), Ed. Bilíngue, Salvador, 1964, passim.; F. Tietz, Brasilianische Zustände nach gesandtschaftlichen Bericheten bis zum Jahr 1837, - Göttingen, 1939, Trad. port., Revista de História da Economia Brasileira, Vol. I, nº 1, 1953, pag. 126.; J. M. Rodrigues, "A Rivalidade Comercial de Norte-Americanos e Inglêses no Brasil no Século XIX", Revista de História da Economia Brasileira, Vol. I, nº 1, 1953, pags. 73-82.

(52) - Cf. G. Deveza, "Um Precursor do Comércio Francês no Brasil", Revista de História, Vol. III, nº 11, 1952, pág. 75 e segs.; J. Schneider, "Le commerce de la France avec le Brésil en considérant spécialement la Position du Commerce Français sur les Divers Marchés du Brésil entre 1815-1848", Colóquio Internacional de História Quantitativa - do Brasil, C. N. R. S., Paris, 1971, (Ex. Mimeografado), pag. 1-18, Breve Exposição sobre o comércio e navegação - entre o Brasil e a França, pelo Visconde do Rio Grande, - B. N. R. J., Seção de Manuscritos, I-32, 13,16.

mercial, levando-se em conta que não possuímos os mapas do comércio brasileiro neste período, para algumas das grandes praças brasileiras como Rio de Janeiro, Bahia, Maranhão e Pará, seria necessário contabilizar o movimento comercial inglês no Brasil a partir de dados registrados na Inglaterra e somá-lo com a Balança do Comércio de Portugal. Neste caso, teríamos uma aproximação concreta da realidade, pois o movimento comercial dos outros países no Brasil não deveria ultrapassar a casa dos 10%.

Momentaneamente, podemos dispor apenas de algumas informações extraídas de A. K. Manchester (53). Usamos estes dados e os comparamos com os do comércio brasileiro com Portugal:

Anos	Exp/Imp.	Portugal	Inglaterra
1812	Exportação	1.107.660 L	700.000 L
	Importação	684.330 L	2.000.253 L
1815	Exportação	2.516.440 L	829.000 L
	Importação	2.287.770 L	1.896.064 L
1819	Exportação	2.087.000 L	1.300.000 L
1820	Importação	1.818.440 L	2.099.396 L
	Sup.	921.550 L	Def.3.070.713 L

Por estes dados, notamos que a Inglaterra passava a ter uma respeitável participação no comércio brasileiro. O que nos impede, necessariamente, de transformar o comércio Brasil-Portugal, depois da abertura dos portos, como instrumento de caráter geral. Pois, como se vê, o comércio brasileiro com Portugal não mudou a sua característica do período anterior à abertura dos Portos; manteve-se superavitário, com exceção dos anos de 1808, 1816 e 1817, assim mesmo com quantias insignificantes, a tal ponto que, se fizéssemos uma acumulação de deficits e superavits, estes superariam

(53) - A. K. Manchester, British Preeminence in Brazil: its Rise and Decline, New York, 1964, pág. 98.

de muito aqueles (54).

Se o nosso comércio era superavitário em relação a Portugal, com a Inglaterra era deficitário, como se nota na demonstração acima. Sendo o nosso superavit em relação a Portugal muito reduzido em relação ao nosso deficit para com a Inglaterra, concluímos que o nosso movimento comercial neste período tornou-se deficitário. O deficit em relação à Inglaterra não é uma constante em todas as regiões brasileiras, pois, como vimos, em relação a Pernambuco o superavit pertencia ao Brasil (55). Após o ano de 1808 , há duas tendências bem marcadas: até 1861 e depois (56).

Nada nos leva a crer, portanto, que o movimento comercial global da colônia tenha diminuído, quer no comércio de importação ou de exportação. Efetivamente, até 1807, a partir de 1796 , a média anual das importações foi de 2.591.713 Libras. De 1808 até 1811, o movimento comercial baixou consideravelmente em virtude da conturbação política na Europa, não em virtude da abertura dos portos, pois, já em 1812, somava 2.687.583 Libras. Daí para a frente, como demonstra a nossa tabela, o movimento de importação cresceu muito. Em 1815, chegava a 4.183.834 Libras. Em 1819, era de 3.917.836 Libras (57).

==========

(54) - Depois da abertura dos portos, o comércio brasileiro apresentou deficit em relação a Portugal em apenas duas oportunidades, quais sejam 1816 e 1817; em todos os demais anos houve superavit, de tal modo que, se os deficits e superavits fossem acumulados desde 1809 até 1819, teríamos a diferença de 9.624.800$000 favorável ao Brasil.

(55) - O. Pantaleão, "Aspectos do comércio dos domínios portugueses no período de 1808 a 1821", Revista de História, Vol. XI, nº 41, 1960, 100-101.

(56) - De 1821 até 1861, a nossa balança de comércio apresenta deficits constantes, com exceção de 10 anos de superavits reduzidos. De 1861 em diante, até 1900, a balança de comércio tornou-se superavitária com exceção de um único ano, 1885-86. H. Schlittler Silva, "Tendências e Características Gerais do Comércio Exterior no século XIX," Revista de História da Economia Brasileira, Vol. I, nº 1, 1951, pags. 21-22.

(57) - Feita a conversão para mil réis, resulta:

2.591.713 libras	9.226.498$280
2.687.583 libras	9.567.635$480
4.183.834 libras	14.894.449$040
3.917.836 libras	12.949.496$160

Quanto ao movimento de exportação, a média de 1796 a 1808 foi de 3.065.925 Libras. Entre 1808 e 1811, o movimento baixou pelas mesmas razões que baixou a importação. Só que o índice de baixa foi ainda maior do que a importação. Mas em 1812 já se elevava a 1.807.660 Libras. Em 1815, 3.345.440 Libras e, em 1819, 3.387.000 Libras (58). O crescimento da arrecadação tributária também denota aumento das exportações (59).

Portanto, apesar de não possuirmos os dados para todo o período posterior à abertura dos portos, estes anos servem como indicadores do movimento comercial geral, porque somamos o movimento comercial do Brasil com Portugal e com a Inglaterra. O resultado é um movimento comercial crescente, e não decrescente, como querem alguns autores, que tomam por indicador os dados fornecidos por Balbi e, portanto, apenas válidos para uma parcela do comércio brasileiro (60).

O ano de 1814 marca uma recuperação sensível do comércio português com o Brasil. Isto se deve ao fato de que a paz na Europa começava a despontar e permitir, por parte da Inglaterra, a recuperação do comércio em outras regiões, que tradicionalmente tinham sido muito mais importantes do que o Brasil. Porém este comércio tinha sido muito importante para escoamento das mercadorias inglesas no período da crise européia. "Em 1812, a América Portuguesa - consumia 20% a mais de mercadorias inglesas do que a Ásia, quase - metade dos Estados Unidos ou as Índias Ocidentais Britânicas, e mais do que 4/5 do total enviado para a América do Sul" (61).

==========

(58) - Fazendo novamente a conversão para mil réis, teríamos:

3.065.925 libras	10.914.695$000
1.807.660 libras	6.435.269$600
3.345.440 libras	12.009.766$400
3.387.000 libras	12.057.720$000

(59) - L. Britto, Pontos de Partida para a História Econômica do Brasil, 2ª ed., São Paulo, 1939, pág. 496. O. Onody, "Histórico do Impôsto de Exportação no Brasil", Revista de História da Economia Brasileira, Vol. I, nº 1, - 1953, pág. 51 e segs.

(60) - Vide nota 45.

(61) - A. K. Manchester, British Preeminence in Brazil: its Rises and Decline, New York, 1964, pág. 97.

Entre 1815 e 1821, deu-se uma recuperação sensível do comércio português no Brasil, mas sua posição privilegiada jamais foi recuperada (62).

Esta digressão na linha geral da nossa exposição se fazia necessária para que pudéssemos retomar a análise do problema da diversificação. Apesar da falta de dados no período, podemos afirmar que uma parcela considerável das exportações brasileiras continuavam a se apoiar em produtos enquadrados na linha da diversificação (63). Isto porque, ao tomarmos o período posterior a 1821,vemos que estes produtos ainda tinham uma considerável importância.

Após 1821, já possuímos dados mais seguros para traçarmos a evolução do Balanço do Comércio. O Gráfico IV e a Tabela III contêm a participação porcentual dos principais produtos brasileiros - de exportação de 1821 a 1900. Vejamos as principais tendências desta pauta de exportação.

O café, no primeiro decênio, 1821-1830, já ocupa o terceiro lugar na composição das exportações brasileiras (64), precedido

(62) - Idem, Ibidem, pág. 98.

(63) - Os principais produtos importados pelos ingleses, por ordem de importância, eram: algodão, madeiras, matéria-prima, açúcar e café. Idem, Ibidem, pág. 98.

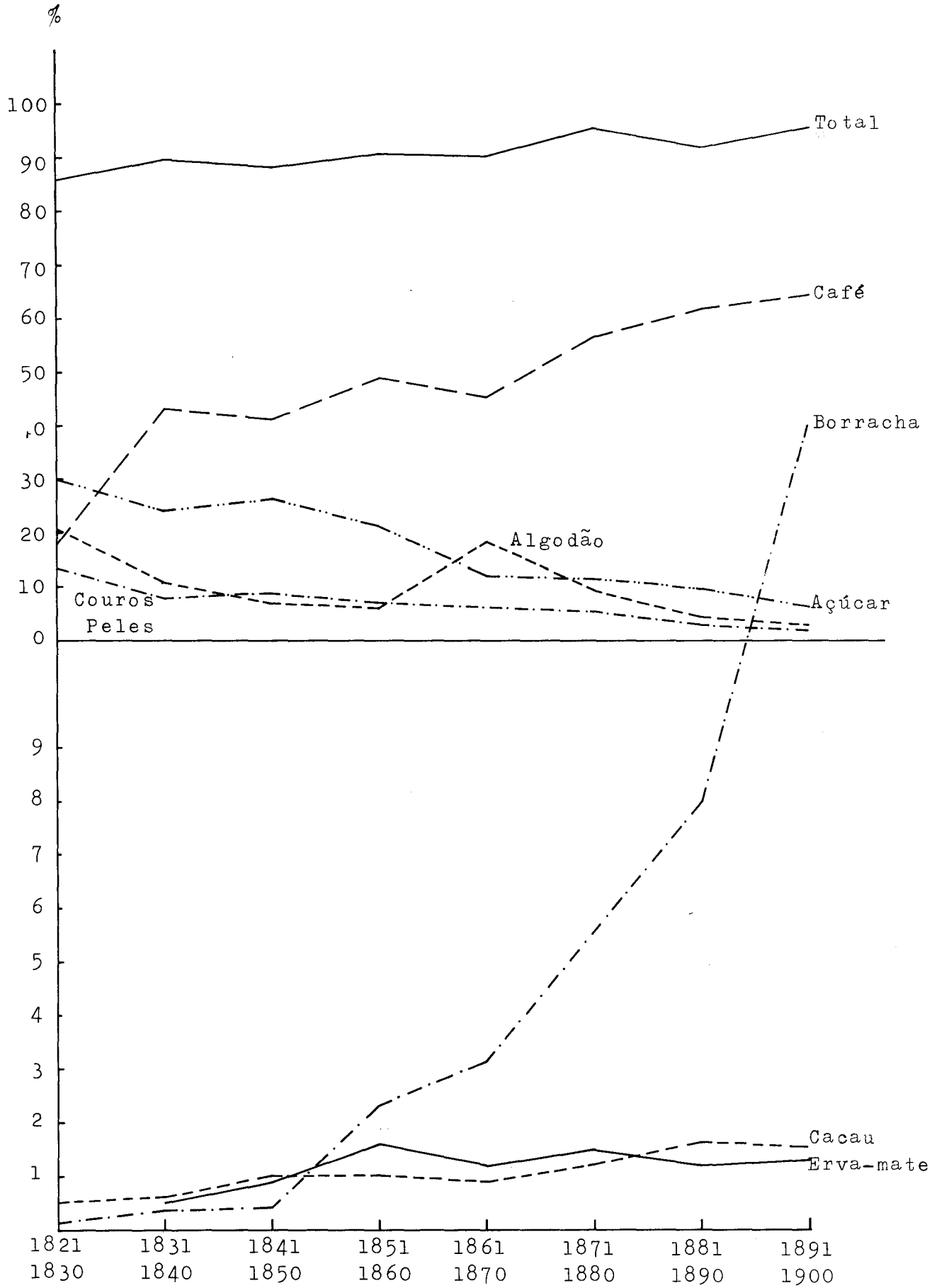
(64) - Exportação de café brasileiro, em sacas, de acordo com várias fontes estatísticas:

Anos	Amaro Cavalcanti	Francis B.	Luiz Amaral	Dir. de Est. e Fin. Do Tesouro Nacional
1792	40	--	--	--
1800	10	10	10	--
1810	--	--	--	--
1813	12	12	12	--
1817	63.986	--	--	--
1818	74.247	74.247	74.247	--
1819	73.314	73.314	73.314	--
1820	97.500	97.500	97.500	--
1821	105.386	105.396	105.396	129.000
1822	152.048	152.048	152.048	186.000
1823	185.000	185.000	185.000	226.000
1824	224.000	224.000	224.000	274.000
1825	183.136	183.136	183.136	224.000
1826	260.000	260.000	260.000	318.000
1827	350.000	350.000	250.000	430.000
1828	364.147	364.147	364.147	452.000
1829	375.107	375.107	375.107	459.000
1830	391.785	391.785	391.785	480.000

APUD Revista de História da Economia Brasileira, Vol. I, - nº 1, 1953, anexo final.

VALOR PORCENTUAL DOS PRODUTOS DE EXPORTAÇÃO

PERÍODO: 1821 - 1900



Fonte: Hélio Schlittler Silva - "Tendências e Características Gerais do Comércio Exterior no Século XIX", in Revista de História da Economia Brasileira, Vol. I, nº 1, 1953, pág. 14.(apenas os dados).

TABELA III

VALOR PORCENTUAL DOS PRODUTOS DE EXPORTAÇÃO

(1821 - 1900)

DECÊNIO	CAFÉ	CACAU	AÇÚCAR	ERVA-MATE	FUMO	ALGODÃO	BORRACHA	COUROS/PELES	TOTAL
1821-30	18,4	0,5	30,1	---	2,5	20,6	0,1	13,6	85,8
1831-40	43,8	0,6	24,0	0,5	1,9	10,8	0,3	7,9	89,8
1841-50	41,4	1,0	26,7	0,9	1,8	7,5	0,4	8,5	88,2
1851-60	48,8	1,0	21,2	1,6	2,6	6,2	2,3	7,2	90,9
1861-70	45,5	0,9	12,3	1,2	3,0	18,3	3,1	6,0	90,3
1871-80	56,6	1,2	11,8	1,5	3,4	9,5	5,5	5,6	95,1
1881-90	61,5	1,6	9,9	1,2	2,7	4,2	8,0	3,2	92,3
1891-00	64,5	1,5	6,0	1,3	2,2	2,7	15,0	2,4	95,6

Fonte : Hélio Schlittler Silva - "Tendências e Características Gerais do Comércio Exterior no Século XIX", in Revista de História da Economia Brasileira, Vol. I, nº 1, 1953, pág. 14.

pelo açúcar e algodão. No decênio seguinte, o café assumiu a primeira posição, distanciando-se consideravelmente do algodão e do açúcar (65). Daí para a frente, a tendência é a ascensão do café a cada decênio, chegando a atingir, no final do século, 64,5% do valor das exportações; e continuaria a subir ainda mais no primeiro decênio do século XX (66). Na mesma proporção em que o café sobe, os demais produtos descem na pauta de exportação. O açúcar, que representava 30,1% entre 1821-1830, declina até representar não mais do que 6,0% do total. A queda do algodão é ainda mais vertiginosa. Passa de 20,6%, no primeiro decênio, para 2,2%, no último. Couros e peles passam de 13,6 para 2,4%.

Afora a estagnação do fumo, a incipiente subida do cacau e da erva-mate, seria digno de nota a vertiginosa ascensão da bor-

(65) - "O algodão, segundo produto de exportação, declina consideravelmente em virtude da produção estadunidense que se beneficia de larga produção com mão-de-obra escrava abundante. O arroz, segunda riqueza do Maranhão, sofre a concorrência do arroz da Carolina que reassume sua posição anterior às guerras napoleônicas. Os couros ressentem-se da concorrência da bacia do Prata. O tabaco, na medida em que as exigências da Inglaterra dificultam o tráfico negreiro, perde seu mercado favorito: a África" V. N. Pinto, "Ritmos da Economia e Dependência Econômica em face dos Mercados Externos", Anais do Museu Paulista, Vol. XIX, 1965, pág. 113. Estas flutuações conjunturais são típicas da economia brasileira e da sua dependência do mercado externo. Em vários momentos, os problemas da economia americana, que estimulou momentaneamente a produção algodoeira em São Paulo, Cf. A.P.Canabrava, O Desenvolvimento da Cultura do Algodão na Província de São Paulo (1861-1875), São Paulo, 1951, passim.

(66) - Contribuição do Brasil na Produção Mundial de Café

PERÍODOS	% da produção Mundial
1820-1829	18,18%
1830-1839	29,7 %
1840-1849	40,0 %
1850-1859	52,09%
1860-1869	49,07%
1870-1879	49,09%
1880-1889	56,63%
1890-1894	59,7 %
1895-1899	66,68%
1900-1904	75,64%

Fonte: J. F. Normano, Evolução Econômica do Brasil, 2ª ed., São Paulo, 1945, pág. 54.

racha, a partir de 1861. No mais, o que se constata é a supremacia candente do café. Em última instância, é o fim da diversificação - que tinha marcado a última etapa do comércio colonial brasileiro.

Verificamos, portanto, que há duas preponderâncias fundamentais na economia brasileira. Uma, representada pelo açúcar,no período colonial da nossa economia. Outra, representada pelo café, na etapa nacional da economia brasileira. Entre os dois momentos,- uma breve diversificação, que tem início com a crise do ouro por volta de 1760 e termina com a ascensão do café, em 1831-1840.

2. Euforia Efetiva

O problema que passamos a tratar agora está ligado à inserção do Brasil na conjuntura econômica mundial. Que o Brasil deveria sofrer as induções externas é um pressuposto mais ou menos lógico, pois o sistema colonial está enquadrado no Antigo Regime - "e se movimenta segundo os ritmos do conjunto, ao mesmo tempo que o impulsiona" (67),

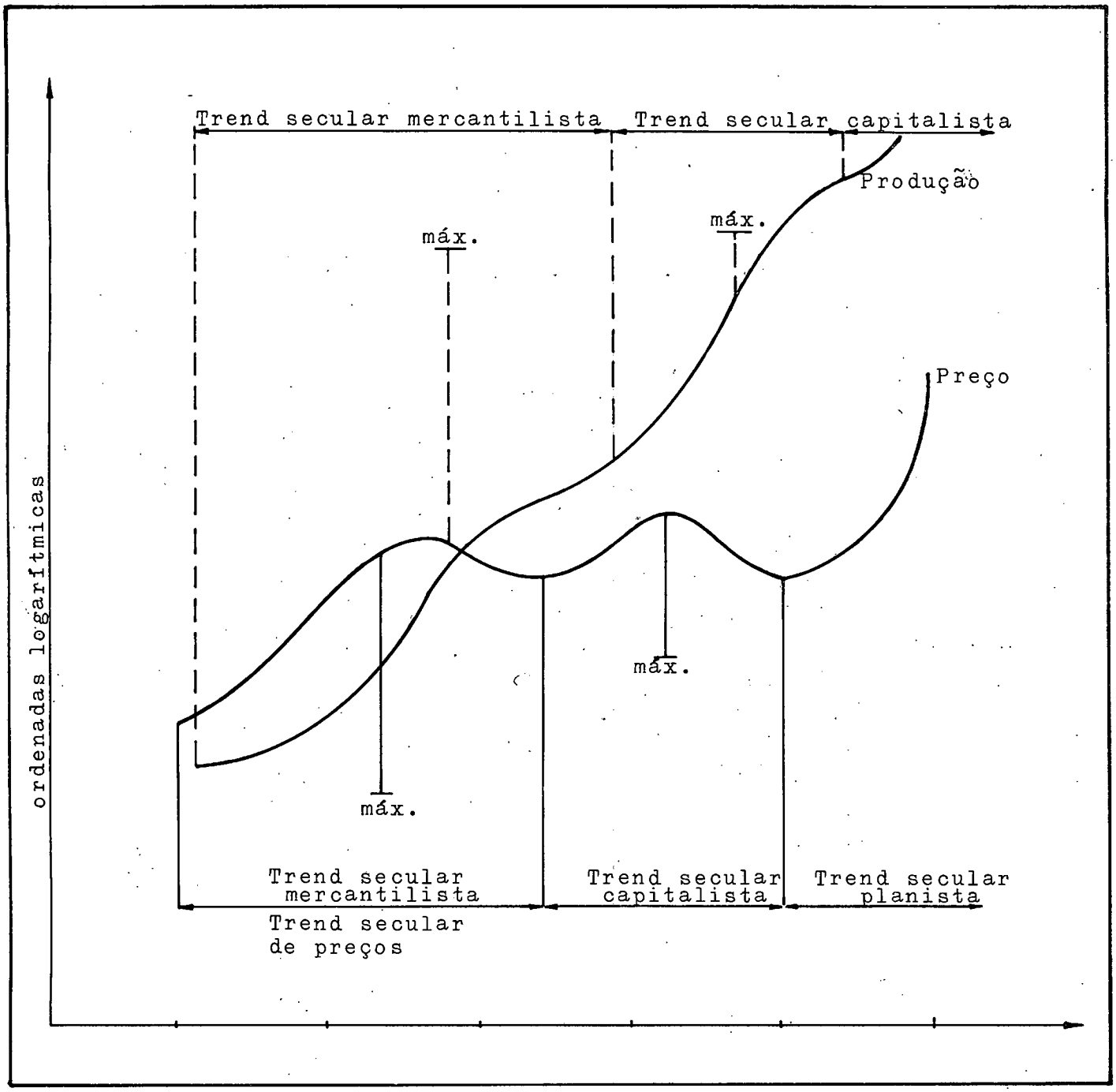
Já vimos, num capítulo anterior, que Portugal apresentava ritmos semelhantes à conjuntura européia (Gráfico V). De fato, segundo V.M. Godinho, era a pressão da conjuntura mundial que comandava os preços portugueses (68). A recessão ocorrida entre 1775 -1790 foi substituída por uma fase de euforia econômica, ligada às guerras da Revolução Francesa e do Império Napoleônico, "a prosperidade ligada às necessidades dos exércitos, deixando o Bloqueio , finalmente, o mercado internacional para a Inglaterra e o mercado europeu para a França" (69).

==========

(67) - F. A. Novais, "As Dimensões da Independência", 1822 Dimensões, Dirig. por C. G. Mota, São Paulo, 1972, pag.25.

(68) - V. M. Godinho, Prix et Monnaies au Portugal, Paris,1959, pág. 208.

(69) - F. Mauro, "A Conjuntura Atlântica e a Independência do Brasil", 1822 Dimensões, obra citada, pág. 42.



EVOLUÇÃO TEÓRICA DO TREND SECULAR DE PREÇOS E DA PRODUÇÃO

Fonte: Gaston Imbert - Des Mouvements de Longue Durée Kondratieff, La Pensée Universitaire, Aix-en-Provence, 1959, pág. 21.

A alta dos preços em Portugal, iniciada a partir de 1770, acelera-se por volta de 1782, disparando entre 1787 e 1790, para atingir o ponto máximo em 1810, quando, então, começa a retrogradar (70). No Brasil, a alta dos preços acompanha o ritmo português, enquanto na fase de ascensão, pois, quando começa a retração em Portugal, no Brasil continua a subida (71).

É exatamente esta diferença de conjuntura que causa espanto. Como explicá-la ? F. Mauro lança as seguintes explicações. - Depois da crise do ouro, uma grande variedade de produtos agrícolas foram lançados no mercado internacional. "Esta variação mais ampla é acompanhada de uma integração mais forte na economia internacional. Paradoxalmente, esta, que conhece um ritmo secular, estimula o ritmo miséculaire brasileiro, pois seu ritmo é a componente algébrica de diversos ritmos nas diferentes regiões do mundo"(72).

Então, como devemos considerar essa prosperidade econômica do Brasil ? Em termos de uma prosperidade passageira ? Ou de uma prosperidade que resultava de bases estruturais, da própria diversificação, e, portanto, duradoura, a ponto de resistir à depressão mundial que começa em 1815-1817 ?

Estranhamente, R. Simonsen fala-nos de crise neste período: "Não se houvessem acumulado no Centro-sul brasileiro essas massas de gente e de gado, e não teríamos os elementos suficientes ao desenvolvimento de outras atividades, à expansão da cultura cafeeira e ao reerguimento econômico do país, na era de reajustamento, - quando o declínio da mineração e a concorrência de outros países - produtores de açúcar ocasionavam a crise econômica, nos fins do século XVIII"(73). Talvez que o próprio Simonsen também se tivesse -

(70) - V. M. Godinho, Obra Citada, pág. 196.

(71) - Cf. K. de Q. Mattoso, "Os preços na Bahia de 1750 a 1930", Congresso Internacional de História Quantitativa do Brasil, C.N.R.S., Paris, 1971, (Ex. Mimeografado) pág. 10 e segs.; Idem, H.B. Johnson Jr., "Money and Prices in Rio de Janeiro 1760-1820", Congresso Internacional de História Quantitativa do Brasil, C.N.R.S., Paris, 1971, Ex.Mimeografado, pág. 8 e segs.

(72) - F. Mauro, "A Conjuntura Atlântica e a Independência do Brasil", Obra Citada, pág. 45.

(73) - R. Simonsen, História Econômica do Brasil 1500-1820, 6ª ed., São Paulo, 1969, pág. 187.

deixado ofuscar pelo brilho do ouro, o que é contraditório, num momento em que os próprios coevos condenavam a exploração aurífera - em favor do desenvolvimento agrícola e comercial. Ainda mais contraditório é a afirmação de que a indústria açucareira passou por um declínio no final do século XVIII, encetando uma nova ascensão a partir de 1820 (74). O que nos causa estranheza nesta afirmação é que ela se choca com a leitura do gráfico elaborado por Simonsen à pág. 384 (Gráfico II), pelo qual se percebe uma leve ascensão do volume das exportações no final do século, um patamar, a seguir, e uma rápida aceleração das exportações até 1820, quando, então, sim, começa a retração.

A esta visão quase pessimista da conjuntura brasileira - no final do século XVIII e início do século XIX, contrapõem-se interpretações bastante otimistas. "A vitalidade de que dava demonstrações a economia brasileira, no início do século XIX, a riqueza de seus recursos potenciais, favoreciam a visão de um revigoramento do império português, tendo agora como centro o Brasil" (75).

Celso Furtado, falando do Maranhão no final do período - colonial, faz inúmeras observações sobre a conjuntura momentânea - de todas as regiões brasileiras; portanto, da conjuntura do Brasil neste período. Como Nelson Werneck Sodré e Caio Prado Júnior, insiste na euforia maranhense, que teria assumido a preponderância - da economia colonial (76). E é a este propósito que diz: "Dos três sistemas principais, o único que conheceu uma efetiva prosperidade no último quartel do século foi o Maranhão"... "As fases de progresso, como a que conheceu o Maranhão, haviam sido de efeitos locais, sem chegar a afetar o panorama geral"... "Excluído o núcleo maranhense, todo o resto da economia colonial atravessou uma etapa de séria prostração nos últimos decênios do século". Em suma, o "último quartel do século XVIII constitui uma nova etapa de dificuldades para a colônia" (77).

==========

(74) - Idem, Ibidem, pág. 134.

(75) - N.V.Luz, "A Política de D. João VI e a Primeira Tentativa de Industrialização no Brasil", Simpósio dos Professores Universitários de História, Franca, 1965, pag.491.

(76) - N. W. Sodré, Formação Histórica do Brasil, 3ª ed., São Paulo, 1964, 131.

(77) - C. Furtado, Formação Econômica do Brasil, 5ª ed., Rio de Janeiro, 1963, pag. 132.

Como vimos no nosso capítulo sobre as regiões brasileiras, de fato se dera um notável desenvolvimento da economia maranhense - no final do século XVIII e início do século XIX. Não é menos verdade, porém, que as demais regiões brasileiras estavam igualmente em franco progresso, surgindo na Balança do Comércio capitanias que - até então se encontravam fora do movimento comercial direto com Portugal (78) .

Sem negarmos a importância do Maranhão, pensamos contudo que o destaque excessivo que lhe é dado excede ao seu real significado no conjunto da colônia, pois confere-lhe uma primazia em termos econômicos, que não possuía. Quem lê aquelas afirmações, tem a impressão de que o Maranhão era a primeira região econômica do Brasil e que tudo o mais se encontrava em profunda prostração.

Ora, o Maranhão colocava-se em quarto lugar, dentre as regiões brasileiras, antecedido pela Bahia, Pernambuco e Rio de Janeiro. Enquanto seu movimento comercial estava por volta de 3.000 mil contos, o do Rio de Janeiro se elevava a 12.000 e os da Bahia e Pernambuco a 6.000 mil contos. Se a ênfase conferida ao Maranhão resulta da taxa de crescimento daquela economia, o crescimento do Rio de Janeiro não era menos dinâmico. O mesmo se pode dizer de Pernambuco, com exceção da Bahia.

Afinal de contas, por que Celso Furtado considera o fim - da época colonial em termos de "falsa euforia" ? A resposta a esta questão, encontramo-la na análise dos fatores propostos pelo referido autor no sentido de explicar a "falsa" euforia. "Um conjunto de fatores circunstanciais deu à colônia, no começo do século XIX, uma aparência de prosperidade, tanto maior quanto a transferência do governo metropolitano e a abertura dos portos, em 1808, criaram um - clima geral de otimismo" (79).

Estes fatores circunstanciais são os seguintes: Revolução Industrial, Independência dos Estados Unidos, Revolução Francesa, - Guerras Napoleônicas, Bloqueio Continental, o Contra-bloqueio marítimo e Desorganização do Império Espanhol na América (80).

==========

(78) - É o caso de Santos, Paraíba e Ceará.

(79) - C. Furtado, Formação Econômica do Brasil, 5ª ed., Rio de Janeiro, 1963, pág. 112.

(80) - Idem, Ibidem, pág. 112.

Não nos parece que a Revolução Industrial possa ser rotulada como um fator "circunstancial". Concordamos que todos os outros fatores citados têm um caráter temporário, conjuntural, menos a Revolução Industrial, que tem um significado estrutural. É certo que, passado o efeito das guerras da Revolução e do Império, findo o bloqueio, recuperados os Estdos Unidos das guerras de independência, reorganizado o Império espanhol ou desmembrado em Estados independentes, o surto econômico no Brasil, resultante destas condições excepcionais, teria que definhar. O mesmo não se pode dizer da Revolução Industrial, cujos efeitos se fizeram sentir no momento, e continuariam por muito tempo ainda.

Feita esta ressalva, e seguindo o raciocínio do autor, o desenvolvimento econômico resultante de tais fatores só poderia ser temporário, falso, porque há uma absoluta preponderância de fatores conjunturais, sendo o único fator de tipo estrutural igualmente identificado aos conjunturais.

De maneira bem diferente, se bem que não explícita, vê Caio Prado Júnior este problema. Entende que "a primeira metade do século XVIII é um período sombrio para a agricultura brasileira. - Mas a situação se modificará completamente na sua última parte"(81). Esta visão menos pessimista resulta do complexo causal arrolado pelo autor com a finalidade de explicar essa modificação completa da situação.

Caio Prado destaca os seguintes fatores: crescimento da população européia, incremento das atividades comerciais, revolução industrial, guerras marítimas nas rotas de trânsito, neutralidade portuguesa, desorganização da produção antilhana e aparecimento do algodão (82).

Uma análise destes fatores demonstra a preponderância dos fatores estruturais sobre os conjunturais. A Revolução Industrial e o crescimento da população européia são indiscutivelmente fatores estruturais, de ação prolongada. O incremento das atividades comerciais, entendido em termos da melhoria das condições de

---

(81) - C. Prado Júnior, História Econômica do Brasil, 6ª ed., São Paulo, 1961, pág. 81

(82) - Idem, Ibidem, pág. 82.

transporte e de complexidade do tráfico marítimo também é um fator estrutural. A neutralidade portuguesa é um fator conjuntural, apesar de o seu prolongamento excessivo a ter transformado num elemento integrante da política exterior portuguesa, e, nesta medida, - ter-se incorporado à própria estrutura de ação do Estado português no plano das relações internacionais. O seu caráter conjuntural se evidencia nas flutuações da política exterior portuguesa, no final do século, quando a conjuntura política internacional forçou Portugal a mudar de partido por vezes consecutivas (83). A desorganização da produção antilhana, à primeira vista, pode-nos parecer um fator passageiro; entretanto, considerando-se que o caráter das relações sociais de produção foram abalados, esta reorganização não seria tão fácil, nem tão rápida, aliás, como se comprovou posteriormente (84). Neste sentido, adquire uma conotação estrutural.

==========

(83) - As guerras do fim do século XVIII conseguiram abalar a tradicional neutralidade portuguesa. Depois de ter-se aliado à Espanha contra a França, e, em seguida, a Espanha ter-se aliado à França, Portugal ficou isolado e ameaçado no continente: isto explica uma maior dependência do apoio militar inglês que necessariamente teria que se traduzir em concessões por parte de Portugal aos ingleses. Cf. J. Godechot, Las Revoluciones (1770--1799), Trad. Esp., Barcelona, 1969, pág. 268; Cf. G. Lefèbvre, R. Guyot, P. Sagnac, La Révolution Française, Peuples et Civilizations, dirig. L. Halphen e P.Sagnac, 2ª ed., Paris, 1938, pág. 398 e segs.

(84) - Cf. G. Lefèbvre, A Revolução Francesa, Trad. Port., São Paulo, 1966, pág. 277 e segs.; G. Hardy, Histoire de la Colonisation Française, 3ª ed., Paris, 1938, pág. 121 e segs.; Gaston-Martin, Histoire de l'Ésclavage dans les Colonies Françaises, Paris, 1948, pág. 209 e segs.

O fator tipicamente conjuntural é a guerra marítima (85), como elemento de desorganização do tráfico marítimo, e, portanto, valorizador dos produtos coloniais pelos entraves cerceantes da oferta. - Assim mesmo, poder-se-ia dizer que, à medida em que se desenvolvia a Revolução Industrial na Inglaterra, a população européia crescia e o tráfico marítimo se tornava estruturalmente mais dinâmico, os efeitos causados por uma guerra marítima que entorpecesse o tráfico teriam significados mais desastrosos. Com isto se quer dizer, - que, se do lado da oferta dos produtos coloniais a interrupção do tráfico tem uma conotação conjuntural, do lado do consumo e da manutenção do tráfico marítimo tem uma conotação estrutural, porque, não fora pelo crescimento econômico, populacional e dinamização - das trocas, que é um fator estrutural, o problema da interrupção - do tráfico marítimo não teria tanta gravidade como teve. Em suma, o dado conjuntural age nos limites do condicionamento estrutural.

Finalmente, o problema do algodão. Pensamos que talvez - se pudessem repetir aqui os argumentos e raciocínios propostos acima. Equivale a dizer: o fato de existir o algodão, por si só não adianta nada, porque ele já existia antes e não foi explorado; o problema é que, neste momento, a Revolução Industrial demandava o consumo deste produto. Outra vez, no fundo, um fator estrutural.

Com este elenco de fatores, preponderantemente estrutu-

---

(85) - Sobre as marchas e contramarchas do bloqueio continental e marítima, sobre a guerra tarifária, vide R. Dufraisse, "Régime douanier, blocus, système continental: éssai de mise au point", Révue D'Histoire Économique et Sociale, Vol. XLIV, nº 4, 1966, pág. 530 e segs; R. Mousnier e E. Labrousse, O Século XVIII, A Sociedade do Século XVIII - perante a Revolução, in História Geral da Civilização, - dirig. por M. Crouzet, Trad. Port., sob a direção de E. S. de Paula, São Paulo, 1961, pág. 157 e segs.; G. Lefèbvre, Napoléon, Peuples et Civilizations, dirig. por L. Halphen e P. Sagnac, pag. 170 e segs.; L. Villat, La Revolution et L'Empire (1789-1815), Clio, Paris, 1936, pág. 127 e segs.; G. Bruun, "The Balance of Power During the Wars, 1793-1814", The New Cambridge Modern History, dirig. por G. N. Clark, Cambridge, 1965, pág. 268 e segs. Sobre a reação dos neutros, principalmente dos americanos e a lei de Embargo de 1807, vide E. Kirkland, Historia Económica de Estados Unidos, Trad. Esp., Mexico, 1941, pág. 210 e segs.; F. A. Shannon, America's Economic Growth, - New York, 1934, pág. 170 e segs.; R. M. Robertson, História da Economia Americana, Trad. Port., Rio de Janeiro, 1967, I Vol. pág. 269 e segs.

rais, a conclusão de Caio Prado a respeito da conjuntura da economia colonial brasileira no fim do período colonial somente poderia ser de euforia efetiva e, não, falsa, como o quer Celso Furtado, se bem que o autor não se coloca este problema, deixando-nos apenas entrever, pelos fatores que coloca e pela condução da análise que faz, que entende esta conjuntura em termos efetivos. O único elemento que poderia desviar-nos desta interpretação seriam as afirmações do autor sobre suposto declínio do movimento comercial brasileiro no período que sucede à abertura dos portos (86), o que não se coloca, tendo em vista a demonstração que fizemos em unidade anterior.

A ênfase dada à análise dos fatores chamados estruturais, propostos por Caio Prado, já demonstra o caminho explicativo que pretendemos seguir. Para nós, trata-se de uma euforia efetiva, e, para que assim seja, os fatores têm que ser preponderantemente estruturais, para que o processo seja duradouro e não passageiro.

Outros argumentos poderíamos aduzir aos que já foram levantados por Caio Prado. O mais contundente seriam, indubitavelmente, os próprios dados por nós levantados a partir das Balanças do Comércio que indicam uma prosperidade efetiva que continua até a época da Independência (87). O segundo elemento é a diversificação da produção agrícola como fator de prosperidade, pois que dá muito maior integração com a economia internacional, do que o ouro, por exemplo (88). Depois, porque os preços continuam subindo no encalço da conjuntura de alta geral desde os fins do século XVIII e continuam o seu trend para alta, mesmo quando a economia européia inicia a fase A do ciclo Kondratieff, por volta de 1815 (89), o que

---

(86) - Cf. Nota 45.

(87) - Vide nosso capítulo III sobre a Flutuação da Conjuntura: As Regiões Brasileiras.

(88) - Cf. F. Mauro, "A Conjuntura Atlântica e a Independência do Brasil", 1822 Dimensões, Obra Citada, pág. 45.

(89) - Vide Capítulo IV sobre a Flutuação da Conjuntura: Produtos e Preços.

dissocia o Brasil da conjuntura mundial, neste momento (90), demonstrando que o Brasil se desgarrava desta, exatamente no momento em que a abertura dos portos preparava a caminhada rumo à Independência e ao desligamento do velho sistema colonial. Esta é uma das provas mais contundentes de que a emancipação do Brasil começou com a liberdade econômica, que somente seria completada quando a efetiva independência política conseguisse consolidar a independência econômica.

Não se pode desprezar, neste conjunto, o papel da Revolução Industrial que está se operando na França. O crescimento da economia francesa tivera um ritmo semelhante ao da Inglaterra no final do século (91). O protecionismo ao desenvolvimento industrial na França, na época de Napoleão (92), estimulara a indústria francesa, que passou a depender de matéria-prima industrial para dar seqüência ao seu desenvolvimento. Com a desorganização das Antilhas francesas no decurso da Revolução, a importação passou a se concentrar em Portugal (93). Nesta medida, o bloqueio dos portos portugueses por Napoleão afetou profundamente a indústria francesa pela

---

(90) - Nos Estados Unidos, os preços também iniciam a descensão por volta de 1815. C. J. Bullock e L. Micoleau, "Foreing Trade and the Business Cycle", The Review of Economic Statistics, Vol. XIII, 1931, pág. 139.

(91) - Cf. H. Hauser, "The Characteristic Features of French Economic History from the Middle of the Sixteenth to the Middle of the Eighteenth Century", The Economic History Review, Vol. IV, nº 3, 1933, pag. 269 e segs.; J. U. Nef, "The Industrial Revolution Reconsidered", Studi in Onore di Gino Luzzatto, Vol. II, Milano, 1950, pag. 275; F. Crouzet, "Croissances comparées de l'Angleterre et de la France au XVIIIe siècle", Annales Économies-Sociétés-Civilizations, Vol. XXI, nº 2, 1966, pág. 274 e segs.

(92) - "On ne peut paz disconvenir que Napoléon n'ait rendu de grands services à l'industrie. C'est sous son règne qu'elle a atteint ce degré de prospérité où elle est aujourd'hui. C'est sous son règne qu'on s'est affranchi du tribut que nous avions payé jusque-là à l'étranger". Le Vicomte Chaptal, Mes Souvenirs sur Napoléon par le Comte Chaptal, Paris, 1893, APUD H. Deschamps e R. Pouligo, L'Époque Contemporaine (1789-1870), in Recueils de Textes D'Histoire Publiés sous la Direction de L. Gothier e A. Troux, Vol. IV, Paris, 1962, pág. 148.

(93) - Vide os gráficos nºs 65 e 67, mais as tabelas 48 e 49, no capítulo III.

elevação dos preços dos produtos coloniais (94), problema ainda - mais agravado com a defecção da monarquia portuguesa e o bloqueio marítimo das costas lusas pelos ingleses, que impediram a entrada de gêneros coloniais. Assim sendo, o bloqueio decretado por Napoleão, particularmente no que tange a Portugal, foi mais maléfico - do que benéfico para a França (95), se bem que, é evidente, no plano continental, abria enormes possibilidades em termos de mercado para a indústria francesa (96). Restava saber se a indústria francesa estava à altura da responsabilidade de abastecer o mercado europeu em substituição à Inglaterra.

O alargamento do mercado consumidor é um fato neste período. Até aqui insistimos no papel que a Revolução Industrial tem neste processo, apenas do lado do consumo efetivo de matérias-primas industriais. Vejamos outro aspecto.

Conjuga-se neste momento a Revolução Industrial com o crescimento da população européia (97). Na Inglaterra, foi no final do século XVIII que pela primeira vez a taxa de crescimento da produção superou o crescimento populacional, aumentando a poupança

==========

(94) - Cf. O. Viennet, Napoléon et L'Industrie Française La Crise de 1810-1811, Paris, 1947, pág. 193 e segs.

(95) - "Para levar a efeito o esforço que o Bloqueio impunha, os franceses foram forçados a cortar a sua mais segura via de abastecimento em produtos coloniais. A guerra total nestes primeiros, tímidos ensaios, revelava-se, desde logo, como uma arma de dois gumes, perigosa tanto para quem a empreendia como para quem era dirigida". J. B. de Macedo, O Bloqueio Continental Economia e Guerra Peninsular, Lisboa, - 1962, pág. 55.

(96) - Cf. O. Viennet, Obra Citada, pág. 189 e segs. "Avec le blocus continental (1806-1813), le commerce des ports maritimes fut encore plus réduit. C'était désastreux pour le ports comme Le Havre, Marseille et Bordeaux. Le commerce - avec les licences - 1809-1813 était trop faible pour ranimer la situation en général". J. Schneider,"Le commerce de la France avec le Brésil en considérant specialement la position du commerce français sur les divers Marchés du Brésil entre 1815-1848", Coloquio Internacional de História - Quantitativa do Brasil, C. N. R. S., Paris, 1971, Ex. Mimeografado, pág. 1.

(97) - Cf. O. Voilliard, G. Cabourdin, F. G. Dreyfus, Statistiques D'Histoire Économique, Strasbourg, 1964, pág. 10-11.

líquida para o investimento (98). A renda gerada necessariamente foi ampliada, - sem levarmos em consideração a forma da sua distribuição -, o que se traduz num aumento da propensão para o consumo de estimulantes sensoriais (99). Nem seria preciso discutir o caráter deste fator, posto que a tendência, já marcante neste período (100), ainda mais evidente se tornaria com a difusão da Revolução Industrial pelo mundo (101), e o desenvolvimento, a partir da Revolução Industrial, de uma sociedade de consumo, efetivamente consubstanciada no momento presente (102).

O transporte marítimo se constituíra num dos elementos essenciais do capitalismo comercial, interligando as várias partes do globo ao centro dinâmico europeu. Por isso mesmo, o transporte marítimo ganha complexidade cada vez maior. Várias melhorias introduzidas no comércio marítimo no final do século XVIII transformam esta atividade num elemento dinamizador das trocas (103). As razões foram várias. Primeiro, o custo total das viagens declinou, apesar da manutenção do custo dos fretes. Reduziu-se a tripulação dos barcos, que não tiveram que perder em tamanho e capacidade. Esta redução no custo operacional do barco pela redução da tripulação é subs

---

(98) - Cf. W. Hoffmann, "The Growth of Industrial Production in Great Britain: A Quantitative Study", The Economic History Review, Vol. II, nº 2, 1949, pág. 162 e segs.; P. Deane, A Revolução Industrial, Trad. Port., Rio de Janeiro, 1969, pág. 33 e segs.

(99) - "A heightened propensity to consume became a function of the increased demand for the sensory stimulus supplied by sugar, tobacco and furs", D. A. Farnie, "The Commercial Empire of the Atlantic, 1607-1783", The Economic History Review, Vol. XV, nº 2, 1962, pág. 212.

(100) - Na Inglaterra, cresce o consumo de tabaco. Cf. A. Rive, "The Consumption of Tobacco since 1600", The Economic Journal, Vol. I, nº 1, 1926, pág. 72.

(101) - Cf. W. O. Henderson, Britain and Industrial Europe 1750-1870, Liverpool, 1954, pág. passim.

(102) - Cf. D. Pignatari, Informação, Linguagem, Comunicação. São Paulo, 1970, pág. 15 e segs.; L. Costa Lima, Teoria da Cultura de Massa, Rio de Janeiro, 1969, pág. 35 e segs.

(103) - D. Northe e R. P. Thomas, "An Economic Theory of the Growth of the Western World", The Economic History Review, Vol. XXIII, nº 1, 1970, pág. 105.

tancial, dado o alto custo deste fator naquela oportunidade. O armamento dos barcos mercantes diminuiu muito, aumentando-se a capacidade de carga; em ambos os casos, reduzindo-se o custo e aumentando os lucros. Tanto a redução da tripulação quanto do armamento se explicam pela menor intensidade da pirataria. Equivale dizer - que o crescimento da segurança no transporte marítimo permitiu essas reduções. Em segundo lugar, a redução do tempo de permanência improdutiva nos portos diminuiu, aumentando reflexamente o tempo - útil no mar. Esta redução da estadia nos portos era o fruto do - crescimento da economia de mercado e das melhorias na organização do mercado. Os melhoramentos verificados na aquisição de carga e na realização das transações comerciais contribuiram mais para o declínio dos custos operatórios do que as melhorias técnicas. Fator adicional foi a diminuição da necessidade de frotas e comboios, pela retração dos riscos associados à pirataria e aos azares da - guerra.(104)

Melhorias técnicas no transporte marítimo parece não ter havido. A velocidade dos barcos não aumentou; conseqüentemente, as mudanças técnicas, em relação aos fatores acima considerados, parece ter sido de somenos importância na incrementação do tráfico marítimo (105).

Os custos da comercialização e transporte reduziam-se na proporção inversa do aumento do volume das trocas. A expansão do mercado dinamizava as trocas, e o aceleramento das trocas dinamizava o mercado. De qualquer modo, a importância deste fator no - crescimento da economia mundial é indiscutível, tanto mais que a era dos transportes terrestres e aéreos ainda demoraria muito a chegar.

Finalmente, chamamos a atenção para os efeitos a longo - prazo das reformas pombalinas. "Pombal, que alimentava uma verdadeira ogeriza pelas minas que considerava "como riquezas fictícias", havia feito do incremento da agricultura um dos ítens principais -

---

(104) - G. M. Walton, "Sources of Productivity Change in American Colonial Shipping, 1675-1775", The Economic History Review, Vol. XX, nº 1, 1967, pág. 77-78.

(105) - D. North e R. P. Thomas, "An Economic Theory of the - Growth of the Western World", The Economic History Review, Vol. XXIII, nº 1, 1970, pág. 15.

da sua administração, e, sob a sua influência direta, o cultivo do algodão, do arroz, do anil, do café e do cacau espalhou-se rapidamente por toda extensão do território brasileiro" (106). O protecionismo dispensado à agricultura surtiria efeito a longo prazo (107). No final do século XVIII e inícios do século XIX, produziria resultados: era a diversificação agrícola que passava a sustentar o Estado português, porque sustentava as fábricas do Reino de matéria-prima, propiciando a retração das importações, contribuindo para que a balança comercial com a Inglaterra se tornasse favorável (108).

O estímulo às manufaturas portuguesas está intimamente relacionado à política de fomento agrícola, pois, sem a matéria-prima oriunda da colônia, os custos de produção industrial seriam muito elevados, principalmente numa fase de implantação do aparelho industrial (109). Daí a correlação entre os dois estímulos: agricultura e indústria. Os efeitos do protecionismo industrial também ocorreram a longo prazo, não produzindo frutos na época do seu protetor, se bem que os novos responsáveis pela direção do Reino, depois da viradeira "não deixaram de corresponder a um inteligente

---

(106) - C. Freitas, George Canning e o Brasil, São Paulo, 1958, I Vol., pag. 421

(107) - "Marie chercha à suivre le Même système que son prédecesseur, et le commerce du Portugal avec le Brésil se trouva dans un état florissant pendant son régne". A. Balbi, Éssai Éstatistique sur le Royaume de Portugal et D'Algarve, compare aux Autres États de l'Éurope", Paris, 1822, pag. 421.

(108) - Os dados sobre a Balança do Comércio entre a Inglaterra e Portugal podem ser conferidos em G. N. Clark, Guide to English Commercial Statistics 1696-1782, London, 1938, - pag. 70.; H. E. S. Fisher, The Portugal Trade, London, 1971, pags. 14 e 15, contêm gráficos que demonstram o movimento comercial até 1773; V. N. Pinto, O Ouro Brasileiro e o Comércio Anglo-Português, São Paulo, 1972, - (Ex. Mimeografado), traz os dados relativos à balança comercial desde 1697 até 1789, na qual se percebe, em 1780, o primeiro momento em que se torna favorável para Portugal.

(109) - C. Morazé, Os Burgueses à Conquista do Mundo 1780-1895, Trad. Port., Lisboa, 1965, pag. 51.

programa de governo", ... "embora na sua maioria fossem uma consequência lógica das reformas anteriores (110). "Foi na segunda metade deste período que Portugal recolheu os frutos do trabalho destes grandes homens" (111). De fato, o fomento agrícola no Brasil teve êxito em grande parte pela existência de indústrias em Portugal, que consumiam os produtos da produção brasileira. Não existisse esta indústria em Portugal e certamente muitos dos produtos que o Brasil exportava não teriam outro mercado consumidor. É evidente, porém, que os produtos agrícolas não se destinavam apenas à transformação em Portugal. A parcela reexportada era responsável - em larga medida pelo superavit da Balança portuguesa em relação ao estrangeiro (112). (Tabelas IV e V).

Os gráficos do capítulo III demonstram a importância - crescente das manufaturas portuguesas nos mercados do Brasil. Isto comprova cabalmente os efeitos positivos daquela política de fomento industrial (Gráfico VI). Trata-se, neste caso, de um fator estrutural, como elemento condicionador da euforia econômica brasileira no fim do período colonial, que deixa de atuar quando da viragem da conjuntura política mundial, em 1808.

A tentativa de integração da política agrícola e industrial não poderia deixar de ser acompanhada por um estímulo ao - transporte marítimo, que, como já vimos, teve um papel de destaque na expansão da economia mercantil no período. De certa forma, as companhias privilegiadas, criadas por Pombal, visavam a dar esta - integração econômica fundamental, interligando, por mecanismos, a produção agrícola e industrial. No Grão-Pará e Maranhão, o papel da Companhia parece ter sido positivo, na medida em que se fez a-

---

(110) - F. A. Corrêa, História Económica de Portugal, Lisboa,- 1930, Vol. II, pág. 168.

(111) - A. Balbi, Éssai Statistique sur le Royaume de Portugal et D'Algarve, comparé aux autres états de l'Éurope." , Paris, 1822, pag. 408.

(112) - Idem, Ibidem, pág. 412.

TABELA IV

PRODUTOS BRASILEIROS REEXPORTADOS POR PORTUGAL

Mantimentos

1. Açúcar branco
2. Açúcar mascavado
3. Arroz
4. Café
5. Cacau
6. Melaço
7. Tapioca
8. Aguardente
9. Farinha de Pão
10. Cravo fino
11. Cravo grosso
12. Cravo do Maranhão

Courama

13. Couros secos
14. Couros salgados
15. Atanados
16. Sola
17. Meios de sola
18. Couros em cabelo
19. Couro de cavalo
20. Vaquetas

Drogas

21. Raiz de contraerva
22. Anil
23. Gengibre
24. Epecacuanha
25. Ourucu
26. Pau-brasil
27. Pau amarelo
28. Salsaparrilha
29. Poyaya
30. Peixerim
31. Raiz de Cipo
32. Semente santa
33. Pau violeta
34. Salsa

Vários Gêneros

35. Borrachas de nervo
36. Casca de cacau
37. Tabaco em rolo
38. Óleo de copahiba
39. Barba de baleia
40. Borrachas
41. Goma
42. Azeite de Peixe
43. Coquilho
44. Cocos
45. Castanhas do Maranhão
46. Goma copal
47. Goma de pau
48. Sebo em pau
49. Goma elástica
50. Topazios
51. Ametistas
52. Algodão fiado
53. Algodão em paina
54. Madeiras
55. Estopa de Embira
56. Cera em pao

TABELA V

PRODUTOS BRASILEIROS CONSUMIDOS APENAS EM PORTUGAL	
Mantimentos	34. Resina de caju
1. Mel	35. Cola
2. Doce	36. Tamarindos em rama
3. Carne de Porco	37. Coxonilha
4. Unto de porco	38. Resina
5. Gergelim	39. Raiz de buta
6. Castanha	40. Quina
7. Farinha	41. Balsamo
8. Toucinho	42. Nos-moscada
9. Carne	43. Parreira
10. Carimã	44. Salitre
11. Feijão	45. Goma arabia
12. Manteiga de porco	46. Goma de peixe
13. Milho	Vários gêneros
14. Legumes	47. Abbada
15. Cravo gerofa	48. Pontas de boi
16. Cayana	49. Cabos de Piassá
	50. Estopa
Courama	51. Tartaruga
17. Pele de onça	52. Cera amarela
18. Pele de lobo	53. Tabaco em folha
19. Pele de tigre	54. Marfim
20. Cabelos de boi	55. Sumauma
21. Pele de urso	56. Linho
22. Lobo marinho	57. Sementilha
23. Pele de cabras	58. Cera em velas
24. Arminho	59. Areia prateada
25. Carneiro	60. Cera branca
26. Porco montes	61. Lã de palmeira
27. Pele de cutia	62. Lã de vegunia
28. Pele de anta	63. Cobre
29. Pele de cysne	64. Estanho
30. Pele de raposa	65. Almacegua
31. Pele de veado	66. Penas
32. Vitela em cabelo	67. Plumas
Drogas	68. Lã
33. Grude	69. Pele de gato
	70. Cristal mineral

CURVAS COMPARATIVAS DA EXPORTAÇÃO GERAL DE PORTUGAL PARA O BRASIL DE 1796 a 1819 (A) E DA EXPORTAÇÃO DE MANUFATURAS(B)

Fonte: Fernando Piteira Santos - Geografia e Economia da Revolução de 1820, Publicações Europa América, Lisboa, 1962, pág. 137.

companhar de numerosas medidas estimuladoras e reformistas (113). - Isto, no primeiro momento, porque, depois de implantada a Companhia, parece-nos que os estímulos foram aproveitados pela própria empresa, que passou, por conseguinte, a entravar o desenvolvimento que inicialmente ajudara a impulsionar. Tal fato se comprova, se atentarmos para o montante das exportações anuais ocorridas durante o período de vigência da Companhia, comparadas com as exportações feitas depois da sua extinção. O crescimento das exportações foi vertiginoso. Praticamente duplicou em alguns anos (114).

Em suma, parece-nos que a companhia montou uma estrutura que dinamizou a economia daquela região, e então passou a usufruir. Neste caso não ajudava mais, começava a atrapalhar. A sua extinção é uma prova cabal deste fato, não fora pelos dados arrolados para demonstrar o impecilho que começava a representar.

No caso da Companhia de Pernambuco, a situação mostra-se ainda mais grave, porque os desmandos administrativos praticamente conduziram a companhia à falência (115), apesar de um estudo recente considerar que a Companhia de Pernambuco e Paraíba atingiu "total ou parcialmente os seus objetivos" (116). Pelo menos por alguns aspectos, quer-nos parecer que a companhia, acima de tudo, entravou o desenvolvimento da região. A título de exemplo, poderíamos citar o fato de que, nos 18 anos que antecederam o funcionamento da companhia, deram entrada em Pernambuco 54.891 escravos. Em 17 anos de funcionamento da companhia, o número de escravos introduzidos che

---

(113) - "Tornou-se realmente fecunda a contribuição da empresa para o processo de desenvolvimento econômico do Estado do Grão Pará e Maranhão", M. Nunes Dias, A Companhia Geral do Grão Pará e Maranhão (1755-1778), Pará, 1970, II Vol. pág. 257.

(114) - Vide Capítulo III, notas nºs 46, 47 e 52.

(115) - J. Ribeiro Júnior, A Companhia Geral de Pernambuco e Paraíba (1759-1780), São Paulo, 1972, Ex. Mimeografado, pág. 296.

(116) - "A Companhia Geral de Pernambuco e Paraíba preencheu, total ou parcialmente, os objetivos de uma empresa de colonização e comercio da época mercantilista. Intensificou a ligação mercantil de duas áreas importantes do império colonial português, Angola e Pernambuco. Promoveu a ligação regular entre o nordeste brasileiro e a metrópole e integrou-se no comércio mundial, acelerando a acumulação capitalista européia". Idem, Ibidem, pág. 297.

gou a 38.157 (117). As ilações que poderíamos tirar de tal fato são várias. Restringimo-nos a considerar que uma tal retração na entrada de escravos indica provavelmente aumento de preço da mercadoria, ou, pior ainda, uma incapacidade de abastecimento por parte da companhia. De qualquer maneira, a redução da entrada de negros significa diminuição da produção. Infelizmente, os dados que possuimos sobre o movimento de exportação da companhia nos anos de operação não são suficientes para uma avaliação (118), o que nos daria uma idéia do crescimento da região neste período. Certamente, entretanto, no fim do período colonial, depois da extinção da companhia, Pernambuco se constitui numa das áreas mais dinâmicas da economia colonial, como vimos no estudo das regiões brasileiras. A Paraíba tinha crescido o suficiente, juntamente com o Ceará, para se emancipar politicamente de Pernambuco. O seu aparecimento na Balança do Comércio é um demonstrativo concludente deste fato.

De uma maneira geral, as Cias de Comércio têm apologistas (119) e detratores. Num meio termo, encontramos, por exemplo, J.Lúcio de Azevedo, quando afirma que "As companhias com privilégios no Brasil se, de feito, causaram dano aos ingleses, não trouxeram à economia nacional, nem tão pouco à colônia, aqueles benéficos resultados que lhes agourava o fundador" (120).

Se as companhias tiveram êxito ou não, é o que menos nos preocupa agora. A idéia era muito boa. Orientava-se pela política -

---

(117) - A. de E. Taunay, "Subsídios para a História do Tráfico Africano no Brasil", Anais do Museu Paulista, Vol. X, 1941, pág. 249.

(118) - O trabalho citado sobre a Companhia do Grão Pará e Maranhão tem o movimento de exportação do Pará e Maranhão apenas de 1774 a 1778. Não consta o movimento de importação, somente de escravos.

(119) - Os apologistas notórios: A. C. Ferreira Reis, "O comércio colonial e as Companhias privilegiadas", História Geral da Civilização Brasileira, dirig. por Sergio Buarque de Holanda, Tomo I A época colonial, 2º vol. Administração, Economia e Sociedade, São Paulo, 1960, pág. 331 e segs.; Idem, M. Diegues Júnior, "As Companhias privilegiadas no comercio colonial", Revista de História, Vol. I, nº 3, 1950, pág. 328.

(120) - J. L. de Azevedo, Épocas de Portugal Econômico, Lisboa, 1929, pág. 452.

de "expansão e integração de mercados, tanto o interno ou metropolitano, quanto os externos ou coloniais " (121)... "Através das companhias, se promovia a expansão das atividades mercantis, em íntima conexão com o aumento da produção e do consumo essenciais ao escoamento de uma enorme variedade de artigos da indústria metropolitana e, em menor escala, de sua agricultura, para as áreas coloniais. Parece certo que coube às companhias pombalinas complementar nas suas respectivas áreas de atuação a política mercantilista de fomento industrial, posta em prática na metrópole, através do exclusivo imposto aos mercados coloniais" (122).

A complexidade destes fatores de ordem estrutural somente poderia conduzir a uma euforia efetiva, ainda mais dinamizada pela conjuntura favorável que se apresentou no final do século. Com isso, queremos dizer que, mesmo sem os fatores conjunturais favoráveis ocorridos no final do período colonial, teria havido um progresso econômico tanto de Portugal quanto do Brasil, apoiado pura e simplesmente nos fatores estruturais apresentados. Isto quer dizer também que os fatores conjunturais apenas contribuíram para intensificar o processo sem, contudo, condicioná-lo. A prova principal é que, tão logo desaparecidos estes fatos conjunturais, o centro dinâmico europeu induziu a economia brasileira, que correspondeu com uma nova atividade econômica: o café.

Falsa euforia ? Por quê ? Porque diminuiu o montante global, medido em libras, do valor da exportação, em relação ao período máximo da mineração ? Já vimos que esta diferença não era tão grande assim, com uma decorrência ainda mais gravosa para Celso Furtado, se raciocinarmos no sentido das suas próprias teses sobre o processo do desenvolvimento brasileiro. Como se sabe, Celso Furtado enfatiza a importância do processo de internalização da economia brasileira como fator de desenvolvimento. Neste mister, é fundamental a introversão do centro dinâmico com a formação do mercado in-

==========

(121) - F. C. Falcon e F. A. Novais, "A Extinção da Escravatura Africana em Portugal no Quadro da Política Econômica Pombalina", VI Simpósio Nacional dos Professores Universitários de História, Goiânia, 1971, (Ex. Mimeografado), pag. 9.

(122) - Idem, Ibidem, pág. 13.

terno. Isto explica o seu modelo de análise da economia brasileira, que nos conduz sempre ao problema do fluxo de renda. Daí entendemos a importância que dá à economia escravista mineira e o paralelismo constante que traça em relação à economia açucareira (123), mostrando a preponderância do fluxo de renda externo, nesta última, e a internalização, na primeira. O resultado é o crescimento do mercado interno e consequente integração econômica das regiões econômicas do Brasil, o que gerou condições para um possível desenvolvimento manufatureiro.

Dentro deste esquema explicativo, na própria linha de pensamento do autor, é fundamental para o desenvolvimento econômico que a renda seja distribuída internamente, o que torna mais elástico o mercado interno. Ora, nesse período final do século XVIII e início do século XIX, a renda gerada pelo setor exportador é efeti-

---

(123) - Em toda a análise que C. Furtado faz da economia escravista mineira, está sempre presente a idéia de diferenciá-la em relação à economia açucareira. Resumindo, poderíamos fazer um quadro destas diferenças essenciais:

ECONOMIA ESCRAVISTA MINEIRA	ECONOMIA ESCRAVISTA AÇUCAREIRA
Pequenos e médios capitalistas	Grandes capitalistas
Capital imobilizado menor	Capital imobilizado maior
Mobilidade da empresa	Imobilidade da empresa
Elevada rentabilidade	Rentabilidade menor
Alta concentração de recursos	Menor concentração de recursos
Fluxo de renda mais intenso	Fluxo de renda menos intenso
Renda média inferior	Renda média superior
Potencialidade maior	Potencialidade menor
Menor concentração da renda	Maior concentração da renda
Importação maior	Menor importação
Importação de bens de consumo	Importação de bens de luxo
Escravos não são maioria	Escravos são maioria
Escravos têm iniciativa	Escravos não têm iniciativa
Podem tornar-se livres	Liberdade difícil
Livres podem ascender	Livres vegetam
Consome mais transporte	Consome menos transporte
Reflexos locais maiores	Reflexos locais menores
Pecuária pré-existiu à mineração	Pecuária decorre da agricultura
Interiorização dificulta importação	Litoral favorece a importação
CENTRO DINÂMICO SE INTERNALIZA	CENTRO DINÂMICO EXTERNO

vamente menor do que a renda gerada no apogeu da exportação de ouro - não muito menor, entretanto -, com a substancial diferença de resultar de uma economia em fase de diversificação, o que multiplica o número dos pequenos produtores, porque muitos dos produtos não exigiam grandes explorações fazendárias, como ocorria na fase da produção açucareira. A conseqüência deste fato é a maior distribuição interna da renda gerada, que, por sua vez, repercute na ampliação do mercado interno.

Assim sendo, mesmo com um movimento global de exportação menor, os efeitos econômicos, em termos de desenvolvimento, são muito mais significativos do que uma elevadíssima exportação, que redunda em concentração do poder aquisitivo, ou, ainda pior, no extravasamento da riqueza produzida para o exterior, via Portugal, no caso do ouro.

Isto equivale a dizer que a renda per capita neste período pode ser menor do que no apogeu aurífero ou açucareiro, mas ela está melhor distribuída. Façamos um cálculo desta renda per capita.

Evidentemente, não possuímos os números relativos à produção e ao consumo interno. Isto nos leva a considerar apenas os valores computados na exportação e importação. Estamos conscientes do caráter aproximativo das nossas deduções. Não obstante, "se a maior parte da produção de um país é exportada, se esta produção é largamente tributária das importações, o comércio exterior será uma boa testemunha da atividade econômica"(124), tanto mais, que o consumo e a produção nacionais, raramente serão conhecidos (125).

De fato, a nossa economia orienta-se no sentido da exportação de produtos primários, e, nesse tipo de economia, a exportação e a importação assumem "os papéis que em uma economia de investimento... são desempenhadas pelo investimento e a poupança: a exportação e não o investimento, constitui a principal determinante do rendimento nacional-pois ela representa uma parcela elevada des

---

(124) - R. Bashrel, "Prix, superficies, statistique, croissances", Annales, Économies-Sociétés-Civilisations, Vol. XVI, nº 4, 1961, pág. 707.

(125) - Idem, Ibidem, pág. 708.

se rendimento" (126).

Para realizar este cálculo, tomamos os dados referentes à exportação de 1796, porque este ano é o que mais se aproxima de - 1782, para o qual temos um levantamento da população brasileira, realizado por Daril Alden a partir de várias fontes (127). Reunimos a população de diferentes capitanias que participavam, grosso modo, do mesmo movimento de exportação. Depois de obtermos a renda per capita em mil réis, convertemos para libras e, em seguida, fizemos uma tentativa de aproximação comparativa com o valor do dólar atual, tomando por base, na realização deste cálculo, os parâmetros apontados por Celso Furtado, inclusive para que possamos, em seguida, - comparar com os dados encontrados por este autor.

Celso Furtado fez os seguintes cálculos: "Admitindo-se, -

---

(126) - H. Schlitter Silva, "Tendências e Características Gerais do Comércio Exterior no Século XIX," Revista de História da Economia Brasileira, Vol. I, nº 1, 1953, pág. 5.

(127) - Distribuição da População do Brasil (1772-1782).

LUGAR	Total Original	%	Total Ajustado	%
Rio Negro	10.386	.6	10.386	.6
Pará	55.315	3.7	55.315	3.5
Maranhão	47.410	3.1	47.410	3.0
Piauí	26.410	1.7	26.410	1.7
Pernambuco	239.713	15.9	239.713	15.4
Paraíba	52.468	3.5	52.468	3.4
Rio Grande do Norte	23.812	1.6	23.812	1.5
Ceará	61.408	4.0	61.408	3.9
Bahia	288.848	19.2	288.848	18.5
Rio de Janeiro	171.033	11.3	215.678	13.8
Santa Catarina	10.000	.6	10.000	.6
Rio G. de São Pedro	17.923	1.1	20.309	1.3
São Paulo	116.975	7.7	116.769	7.5
Minas Gerais	319.769	21.2	319.769	20.5
Goiás	55.514	3.6	55.514	3.5
Mato Grosso	18.503	1.2	20.966	1.3
Total	1.505.706	100.0	1.555.200	100.0

Fonte: D. Alden, "The Population of Brazil in the Late Eighteenth Century: a preliminary survey", The Hispanic American Historical Review, Vol. XLIII, nº 2, 1963, pág. 191.

para um ano favorável a exportação de 4 milhões de libras e supondo-se otimisticamente que o valor das exportações representava apenas a quarta parte da renda, deduz-se que esta estaria em torno de 14 milhões de libras, ou seja, aproximadamente 100 milhões de dólares atuais. Para uma população livre, de cerca de 2 milhões, a renda per capita estaria em torno 50 dólares" (128).

Considerar o setor exportador como sendo responsável por apenas 1/4 da renda total gerada parece-nos muito pouco. Contudo, faremos os nossos cálculos na mesma base, para termos condições de fazer comparações. Inclusive, usaremos a mesma proporção entre o valor da libra, naquela oportunidade, e o dólar, atualmente. Não deixaremos entretanto de colocar os valores reais em réis e em libras, tal como resultam dos cálculos (Tabela VI).

Para elaborarmos uma média para todo o Brasil, tiramos primeiramente a média do valor das exportações num período de 12 anos (1796 a 1807), dividindo, em seguida, pela população total: o resultado deu 93$879 réis, 26,3 libras, 184,1 dólares no período todo; dividindo-se pelos 12 anos que compõem o período total, 15,3 dólares ou 61,2 considerando-se o valor da exportação como 1/4 apenas da renda gerada.

Esta média de 61,2 dólares é superior à média indicada por Celso Furtado, que estaria por volta de 50 dólares. A distribuição regional permite-nos, mesmo que aproximativamente, mostrar as disparidades regionais. As regiões que se previa serem as menos desenvolvidas, de fato o eram: Pará, Santos e Paraíba. Pernambuco e Bahia correspondem à expectativa. A Bahia surpreende. Duas anormalidades chamam a atenção, o Rio de Janeiro e o Maranhão. O Rio de Janeiro, pelo fato de ser a primeira região brasileira, imaginava-se que tivesse a renda per capita mais elevada. Se o cálculo fosse feito apenas para a população do Rio de Janeiro, isto teria ocorrido. Não obstante, fomos obrigados a incluir as capitanias interiores de Goiás, Minas Gerais e Mato Grosso, que faziam sair um pouco da sua produção pelo porto do Rio de Janeiro, apesar do seu caráter preponderantemente auto-suficiente. O mesmo aconteceu com Santa Catarina e o Rio Grande do Sul, se bem que, neste caso, a contribuição para o setor de exportação era muito mais significativa do que a

---

(128) - C. Furtado, Formação Econômica do Brasil, 5ª ed., Rio de Janeiro, 1963, pag. 110.

TABELA VI

RENDA PER CAPITA	DISTRIBUIÇÃO REGIONAL
Capitanias	Índice
Maranhão Piauí	14$296 réis 4,01 libras 28,07 dólares 112,28 dólares
Bahia Sergipe	12$816 réis 3,6 libras 25,2 dólares 100,8 dólares
Pernambuco Rio Grande do Norte Ceará	6$925 réis 2, libras 14, dólares 56, dólares
Rio de Janeiro Santa Catarina Rio Grande de São Pedro Minas Gerais Goiás Mato Grosso	5$764 réis 1,6 libras 11,2 dólares 44,8 dólares
São Paulo	4$646 réis 1,3 libras 9,1 dólares 36,4 dólares
Pará Rio Negro	4$527 réis 1,2 libras 8,4 dólares 33,6 dólares
Paraíba	2$923 réis 0,8 libras 5,6 dólares 22,4 dólares

das capitanias centrais.

O caso do Maranhão é mais excepcional ainda, devido ao elevado índice da renda per capita constatado. Tão alto que o coloca como a primeira região brasileira neste particular. E como a renda per capita é um indicativo das possibilidades de desenvolvimento pelo incremento da potencialidade investidora, a taxa de crescimento do Maranhão teria possibilidade de ser uma das mais altas da colônia.

Algumas observações têm que ser feitas. Não estamos computando nas nossas médias os escravos, pois os trabalhadores negros não participavam da distribuição da renda. Entretanto, para o problema que estamos discutindo, é necessário ponderar que a densidade demográfica dos escravos não era a mesma em todas as regiões brasileiras, o que altera o significado daquela distribuição realizada. Infelizmente, para esta época, não possuímos dados completos sobre o número de escravos em cada região brasileira. Apenas para darmos um exemplo do que queremos dizer, tomamos um censo realizado anos mais tarde, somente para considerarmos o porcentual de escravos em relação ao número de homens livres, quer dizer, o dado absoluto pode ter mudado bastante, mas a proporcionalidade entre escravos e livres não deve ter mudado tanto (129). Por estes dados, nota-se que o Maranhão possuía a maior concentração de escravos em relação à população livre: cerca de 66%.

É notável que esta observação não escapou ao autor anônimo do famoso Roteiro do Maranhão. Numa passagem brilhante, em que compara o Pará e o Maranhão, assim diz: "conhecemos agora, qual seja a razão, porque á proporção das respectivas faculdades, he maior a exportação, que a Metrópole está fazendo dos generos cultivados do Pará. O Maranhão pode-se dizer, que só tem augmentado a sua Povoação com a introducção dos escravos: o Pará a tem augmentado com os mesmos escravos e com a numerosa concorrencia de habitantes da Metrópole, a qual he sustentada pelo trabalho dos dittos escravos; e sendo com o mesmo trabalho sustentada tambem em grande

---

(129) - Mapa de população elaborado por A. R. V. D'Oliveira e reproduzido por A.E. Taunay, "Subsídios para a História do Tráfico Africano no Brasil", Annais do Museu Paulista, Vol. X, 1941, pág. 256.

parte a multidão de indios que é apartada da cultura, he evidente que será no Pará maior o consumo dos generos cultivados, do que no Maranhão, e que pode a proporção ser no Maranhão maior a quantidade do superfluo, que he o que se exporta, do que no Pará sem nos persuadirmos pela exportação, que o Maranhão tem feito maiores progressos na Cultura, do que tem feito o Pará" (130).

Aí está o problema fundamental. Se a população livre era mais numerosa no Pará, isto quer dizer que ela consumia uma parcela maior da própria produção. Enquanto isso, no Maranhão, o excedente poderia ser exportado. Necessariamente, a renda per capita tem que ser maior no Maranhão, desde que medida a partir do valor da exportação. Se possuímos os dados do consumo e da produção interna, a situação certamente não seria a mesma.

Em suma, este raciocínio tem a validade, senão de resolver, pelo menos de deixar em aberto algumas questões para posteriores pesquisas. O grande problema que, estamos conscientes, existe, é a da própria limitação que tem a aplicação do conceito de renda per capita numa economia escravista, na qual uma "grande parte do produto não se integra no setor monetário", como reconhece o próprio Celso Furtado.

==========

(130) - Roteiro do Maranhão a Goiaz pela Capitania do Piauí, (Final do Século XVIII), Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, LXII, Parte I, 1900, pag. 155.

3. Ganho de Monopólio

Qual a importância do Brasil para Portugal ?

As opiniões divergem. Há, não obstante, uma profusão de pareceres favoráveis, que insistem na importância transcendental - que o Brasil tinha para Portugal. Dentre as inúmeras opiniões contemporâneas, destacamos esta: "Portugal tem duas sortes de estabelecimentos nas duas Índias e na costa da África. Os das Índias Orientais e da costa da África só têm por objeto o comércio e os da América têm por objeto a cultura e o comércio conjuntamente; e,por isso, de todos os estabelecimentos de Portugal o Brasil é não somente o mais rico, mais também é aquele que merece mais cuidado e mais atenção" (131).

Autores mais recentes e modernos não discordam desta afirmação. A abertura dos portos do Brasil significou o início da separação entre Portugal e Brasil e "foi, não há que negal-o, a principal causa da decadência de Portugal no segundo quartel do século XIX" (132).

A crise da economia portuguesa depois da abertura dos portos é um fato inconteste, e a perda do Brasil, que passou a fazer o seu comércio livremente com as outras nações estrangeiras, é um dos motivos principais (133).

Em oposição a estas teses, J. B. de Macedo desenvolveu,- num excelente livro sobre a indústria portuguesa no século XVIII , uma série de argumentos, que passamos a explicar em seguida.

Para este autor, "é errado analisar a prosperidade portuguesa do fim do século XVIII apenas em termos de prosperidade co

---

(131) - Ensaio Econômico... (1816), in Obras Econômicas de J. J. da Cunha Azeredo Coutinho, com Introdução de Sérgio Buarque de Holanda, São Paulo, 1966, pág. 138.

(132) - V. Almeida D'Eça, A Abertura dos Portos do Brazil, Lisboa, 1908, pág. 58.

(133) - "commercent directement avec le Brésil, ôtant à la métropole la possibilité de les exploiter sans retour". J. G. Da Silva, "Au Portugal: l'autoconsommation - (XIVe-XXe siècles)", Annales Économies-Sociétés-Civilisations, Vol. XXIV, nº 2, 1969, pág. 274.

lonial, ou só resultante de géneros oriundos do ultramar. Trata-se antes de uma prosperidade que se manifesta tanto nas matérias-primas metropolitanas como coloniais, assim como nos produtos manufacturados. Os artigos brasileiros acompanham, na realidade, o movimento geral e nele têm uma participação considerável para cuja consideração, no entanto, não é necessário diminuir o papel da economia metropolitana" (134).

Dentro desta linha de consideração, necessariamente a abertura dos portos do Brasil às nações estrangeiras teria que perder importância explicativa para a crise económica portuguesa. "A abertura dos portos do Brasil foi muito menos perturbadora pois não afectou a função transitária do porto de Lisboa"... "Além disso, as vantagens concedidas aos géneros transportados em barcos portugueses atenuaram o efeito imediato da abertura dos portos brasileiros ao comércio internacional. Por outro lado, ... uma parte das mercadorias industriais enviadas para o Brasil eram estrangeiras. Embarcavam obrigatòriamente em portos portugueses, mas eram compradas nas praças comerciais aos preços correntes, pelo que muitos dos artigos que seguiam viagem eram simples reexportações". Os tratados comerciais com a Inglaterra, "têm também sido invocados como elemento explicativo para a quebra de ritmo de euforia comercial de que Portugal gozava desde 1783, aproximadamente. Mas, na realidade, os elementos que dele decorrem não são susceptíveis de arcar com tão grande responsabilidade" (135).

Destarte, nem a abertura dos portos, nem os tratados comerciais de 1810 tiveram uma importância significativa, ou melhor, fundamental, na explicação da crise da economia portuguesa, pois, para o autor citado, a retração da produção industrial portuguesa é muito anterior à abertura dos portos, tendo-se iniciado por vol-

---

(134) - J. B. de Macedo, Problemas de História da Indústria Portuguesa no Século XVIII, Lisboa, 1963, pag. 198.

(135) - J. B. de Macedo, Problemas de História da Indústria Portuguesa no Século XVIII, Lisboa, 1963, págs. 235, 236, 237.

ta de 1802 e não em 1806 (136).

Qual é então a explicação da crise portuguesa para J.Borges de Macedo? "Na realidade, o que estava acontecendo em Portugal ultrapassava em muito o fenómeno da invasão, de um tratado comercial ou de um ciclo económico regular. Enquanto foi possível enfrentar - com os lucros ultramarinos e metropolitanos as condições da concorrência inglesa, o problema não se apresentava com a secura e amplitude que realmente veio a ter. O movimento manufactureiro português que, no final do século XVIII, se ligava ao movimento ascendente do comércio geral, iniciou o recuo da sua produção muito antes das invasões francesas e do tratado com a Inglaterra de 1810, mas também muito antes de 1806"... A crise da indústria e da economia portuguesa, definida claramente a partir de 1801, "era a entrada legal e clandestina de tecidos de algodão, lã, estamparias, ferro e quinquilharia inglesas numa concorrência que se tornava cada vez mais destruidora"... O choque e afundamento do sistema económico português refletia a "ofensiva industrial e mercantil inglesa, realizada em - condições políticas e militares excepcionalmente favoráveis"... "A indústria portuguesa, que resistira ao contrabando e à guerra dos preços e até à qualidade durante todo o século XVIII, era agora esmagada pela técnica nova da Revolução Industrial" (137).

==========

(136) - Para V. M. Godinho, tratava-se novamente de uma crise - comercial, de caráter periódico em Portugal, cujo refluxo começou por volta de 1806, assistindo-se, em 1814, a uma retomada industrial. Cf. V.M. Godinho, Prix et Monnaies au Portugal, Paris, 1955, pág. 279 e segs.; Idem, A Estrutura na Antiga Sociedade Portuguesa, Lisboa, 1971, onde colhemos esta citação: "Sempre, na nossa história, os movimentos industrializadores se deram no seguimento de crises comerciais profundas, e portanto em períodos de baixa prolongada de preços. Assim acontecera com a política pombalina no terceiro quartel do século XVIII. A recuperação vinha geralmente travar esse esforço de industrialização, que assim não chegava a afundar sólidas raízes. Ora em 1806-1808 surgem as dificuldades que vão originar uma gravissima depressão mercantil, começando os preços a baixar por 1813-1814 em tendência de longa duração. Pois bem: logo em 1814-1815 arranca um - novo esforço industrializador", pág. 118.

(137) - J. B. de Macedo, Problemas de História da Indústria - Portuguesa no Século XVIII, Lisboa, 1963, pág. 237,238, 246.

Indiscutivelmente, estas posições tomadas por J.B. de Macedo abrem uma polêmica em torno da questão, que até aqui era considerada mais ou menos pacificamente, num acordo geral sobre a importância da colônia brasileira para a economia portuguesa. Como a questão foi iniciada por historiadores portugueses, e a visão que têm do problema não é a mesma do historiador formado na ex-colônia (138), porque a visão de mundo do colonizador e do colonizado não são as mesmas (139), achamo-nos no direito de emitir a nossa opinião, à luz das pesquisas quantitativas elaboradas nos capítulos anteriores.

Parece-nos que este problema se insere num contexto mais amplo. Não é uma discussão nova (140). De certa forma, esta questão foi magistralmente sintetizada na expressão 'Do colonies pay?' (141), reflexo direto do entrechoque de opiniões a respeito da exploração colonial (142), o que levou muitos autores a encontrar, fora da economia, ao nível da política de prestígio, os fatores para justificar e explicar a colonização do século XIX (143).

Valeria a pena recordar, a propósito deste assunto, uma polêmica travada nos artigos da Economic History Review, a respeito da perda ou ganho, para a Inglaterra, na exploração da Jamaica. A tese de R. B. Sheridan sobre a contribuição positiva das Índias Ocidentais Inglesas, especialmente a Jamaica, no desenvolvimento econômico metropolitano(144), foi discutida quantitativamente por

---

(138) - Cf. C. G. Mota, Atitudes de Inovação no Brasil 1789-1801, Lisboa, s.d., pag. 21 e segs.

(139) - Cf. A. Memmi, Retrato do Colonizado Precedido pelo Retrato do Colonizador, Rio de Janeiro, 1967, pág. 139 e segs.

(140) - A. Smith, The Wealth of Nations, New York, 1937, pág. 92.

(141) - Cf. H. Brunschwig, Mythes et réalités de l'impérialisme colonial français 1871-1914, Paris, 1960, pág. 139 e segs.

(142) - Cf. Ch. A. Julien, J. Bruhat, G. Bourgin, M. Crouzet e P. Renouvin, Les Politiques d'Expansion Impérialiste, Paris, 1949, passim.

(143) - Para um resumo sintético do assunto, Cf. J. Duroselle, L'Europe de 1815 à nos jours, Paris, 1970, pág. 328 e segs.

(144) - Cf. R. B. Sheridan, "The Wealth of Jamaica in the Eighteenth Century", The Economic History Review, Vol.XVIII, 1965, pág. 292 e segs.

R. P. Thomas, que procurou demonstrar que a lucratividade dos capitais ingleses teriam sido muito maior se fossem investidos na própria metrópole, equivalendo a dizer que o investimento nas colônias retardou o desenvolvimento da economia inglesa (145). A resposta de Sheridan veio num artigo incisivo (146), no qual diz que, para além das alternativas hipotéticas propostas por Thomas, porque apoiadas na técnica das hipóteses simuladas (Counterfactual), seria mais importante discutir se a Inglaterra teria uma base suficiente para - realizar a sua Revolução Industrial, na ausência de colônias tropicais (147).

Em verdade, a importância que o Brasil tinha para Portugal pode ser mensurada por meio de inúmeros dados. Se tomarmos a extensão territorial de Portugal, percebemos a sua insignificância, tanto numa comparação com outros países europeus, como, e principalmente, se o compararmos aos seus domínios coloniais (148). A população portuguesa, no ano de 1801, somente no continente, chegava a 2.931.930 habitantes (149). Comparada com a população da França , 27.349.000 e do Reino Unido, 16.237.000, era bem diminuta. Em termos de países com comércio desenvolvido, somente a Holanda tinha -

---

(145) - R. P. Thomas, "The Sugar Colonies of the Old Empire: - Profit or Loss for Great Britain", The Economic History Review, Vol.XXI, nº 1, 1968, pág. 30.

(146) - Cf. R. B. Sheridan, "The Wealth of Jamaica in the Eighteenth Century: A Rejoinder", The Economic History Review, Vol. XXI, nº 1, 1968, págs. 46-61.

(147) - Idem, Ibidem, pág. 61.

(148) - "O Reino de Portugal, que considerado somente pela extensão do seu territorio nunca poderia ser de alta representação entre as grandes potencias da Europa, unido aos estados ultramarinos, que fazem parte da monarquia, e considerada a sua posição, as producções, e os portos que abraça nas melhores paragens do Mundo, fórma hum corpo que para ser respeitável ao de fóra, e rico - no interior não precisa senão de industria, dirigida - por bons principios". J. Acursio das Neves, Variedades sobre objectos relativos às artes, commercio, e manufacturas, consideradas segundo os princípios da Economia Política (1814), Lisboa, 2ª ed., 1817, pág. 3.

(149) - Cf. J. G. da Silva, "Au Portugal: Structure Démographique et Développement Économique", separata do Studi in Onore di Amintore Fanfani, Milano, 1962, II Vol. págs. 493-510; M. Halpern Pereira, Livre Câmbio e Desenvolvimento Económico, Lisboa, 1971, pág. 30.

população menor, ou seja, 2.100.000 habitantes (150).

Apesar desta reduzida população, Portugal tinha uma excelente participação no comércio internacional. Cabia-lhe uma parcela apenas inferior à Holanda, se levarmos em conta a proporção entre a população e a participação no comércio exterior. Neste sentido, este gráfico de Werner Sombart é muito expressivo. (Gráfico - VII).

Evidentemente, esta posição significativa somente era possível graças à posse de numerosas e ricas colônias, como o Brasil , que se constituía num mercado consumidor de produtos comprados por Portugal na Europa, e fornecedor de matérias primas industriais trabalhadas em Portugal, e excedentes tropicais para a reexportação. Não fosse por isso, e Portugal não conseguiria ter uma participação tão importante no comércio mundial, somente superado, neste aspecto pela Holanda, Inglaterra e França (estes dois últimos, entretanto , com populações bem superiores a Portugal, como se viu).

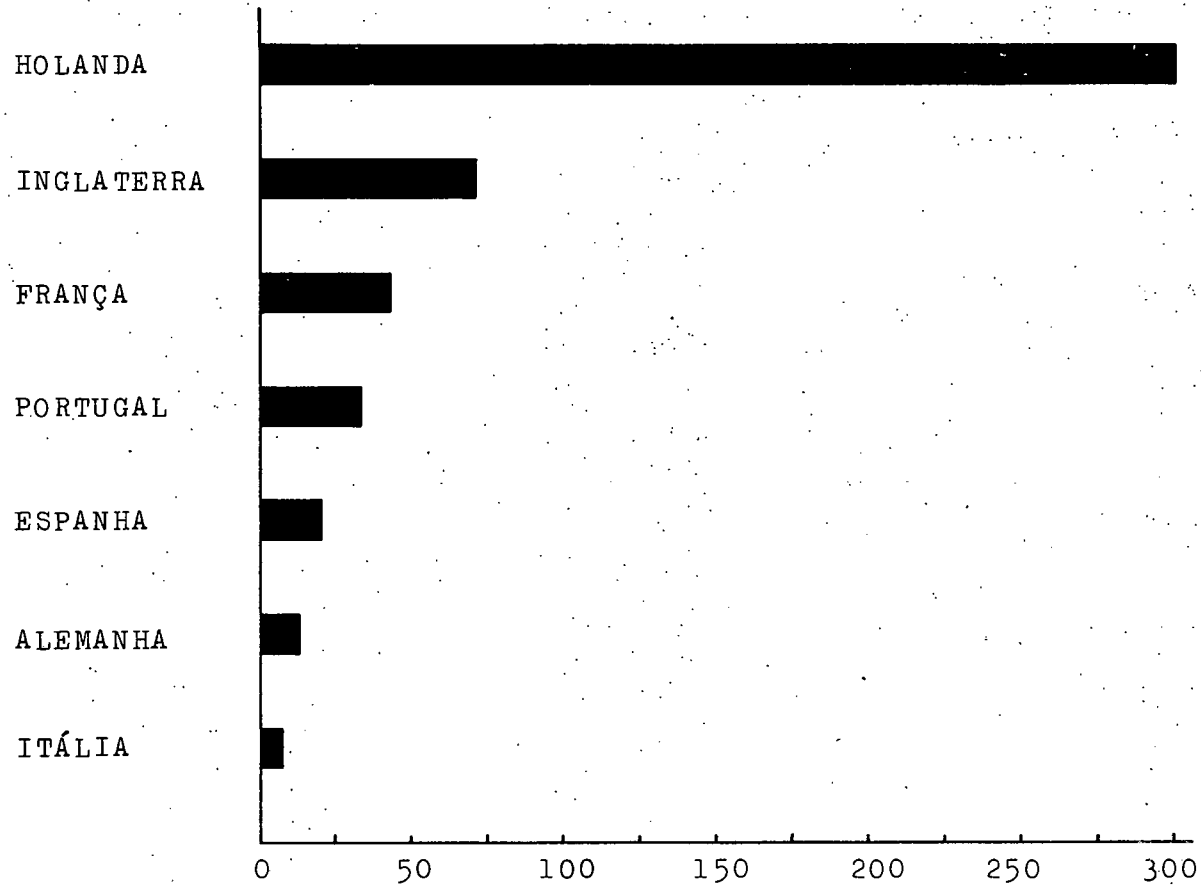
A importância mercantil de Portugal, transparece na estrutura da sua marinha mercante, que pode ser avaliada a partir de um levantamento da frota mercantil mundial, realizado na época do nosso estudo. Devemos a edição do texto a R. Romano, que construiu o quadro seguinte:

==========

(150) - O. Voilliard, G. Cabourdin, F. G. Dreyfus, Statistiques D'Histoire Économique, Strasbourg, 1964, pág. 10.

GRÁFICO VII

COMÉRCIO EXTERIOR ANUAL PER CAPITA NOS FINS DO SÉCULO XVIII



Comércio exterior anual per capita, em marcos.

Fonte: De Werner Sombart, Der moderne Kapitalismus (Leipzig, Duncker & Humblot, 1921). vol.II, p.957. APUD Friedlaender, A.E. e Oser, J. - Historia Económica de la Europa Moderna, Trad. Esp., Fondo de Cultura Económica, México, 1957, pág. 127.

PAÍSES	NÚMERO NAVIOS	TONELAGEM TOTAL	TONELAGEM % TOTAL	TONELAGEM MÉDIA
ESPANHA	1.202	149.460	4,43	124,34
PORTUGAL	300	84.843	2,51	282,81
PIEMONTE	42	2.688	0,07	64,00
TOSCANA	18	2.916	0,08	162,00
GÊNOVA	643	42.130	1,24	65,62
ESTADO PONTIFÍCIO	181	13.547	0,40	74,84
REINO DAS DUAS SICÍLIAS	1.047	132.220	3,92	126,28
IMPÉRIO	1.141	84.090	2,49	73,69
REPÚBLICA DE VENEZA	418	60.332	1,78	144,33
HOLANDA	1.871	397.709	11,79	212,56
CIDADE HANSEÁTICA	467	101.347	3,00	217,01
ROSTOCK	65	3.648	0,10	56,12
SUÉCIA	1.224	169.279	5,02	138,29
DINAMARCA E NORUEGA	3.601	386,020	11,44	107,19
DANTZIG	77	28.857	0,85	374,76
PRÚSSIA	99	21.497	0,63	217,14
RÚSSIA	523	39.394	1,16	75,32
RAGASA	163	40.749	1,20	249,99
INGLATERRA	?	881.963	26,15	---
FRANÇA	5.268	729.340	21,62	138,44

Fonte: R. Romano, "Per una Valutazione della Flotta Mercantile Europea alla Fine del Secolo XVIII", separada do Studi in Onore di Amintore Fanfani, Milão, 1962, Vol. V, pág. 578.

Por estes dados, notamos que a tonelagem de 84.843, correspondente à frota mercantil portuguesa, composta por 300 barcos, representa apenas 2,51% da tonelagem total. Isto é muito pouco, se considerarmos a participação significativa de Portugal no comércio mundial. Se atentarmos,porém, para a tonelagem média da frota portuguesa, veremos que é a segunda em todo o mundo. Na posição geral tem o 9º lugar, Na tonelagem média, o 2º. Isto tem uma importância muito grande, pois equivale a dizer que os barcos portugueses eram grandes, em relação à maioria dos barcos da época, adaptados ao comércio à longa distância, ao tráfico inter-oceânico, como exigia a posse de colônias em três continentes. Também quer dizer que uma boa parcela do transporte de mercadorias do Reino português para as nações estrangeiras deveria ser efetuada por barcos estrangeiros, reservando-se os barcos nacionais para o comércio dentro do

Império.

Passemos agora às considerações em torno do mercado. O Brasil representava um mercado consumidor seguro para as mercadorias produzidas em Portugal, as quais, não fôra o protecionismo, o monopólio, certamente não teriam lugar no mercado brasileiro, pela inferior qualidade e preços mais altos. Sabemos que a proibição das manufaturas na colônia tinha como objetivo principal reservar o mercado colonial para as mercadorias metropolitanas. Somente neste sentido é que se pode entender que, numa fase de liberalização da economia colonial, fosse baixado o alvará de D. Maria I, proibindo as manufaturas no Brasil. O objetivo evidente era evitar a concorrência com as fábricas privilegiadas do Reino (151). Os gráficos, que demonstram a composição das importações coloniais no Capítulo-III, evidenciam esta realidade. As fábricas do Reino produziam principalmente para o mercado colonial. Da mesma forma, em apoio desta afirmação, poderíamos invocar as constatações emanadas do Gráfico VII.

Por outro lado, o mercado brasileiro fornecia para Portugal produtos alimentícios e matérias-primas indispensáveis à indústria portuguesa (Vide Tabela II e V), e numerosos produtos reexportáveis (Tabela IV). Economicamente, essas reexportações de produtos brasileiros rendiam para Portugal uma elevada soma em dinheiro, ou crédito, ou produtos importados. A tal ponto que, das exportações portuguesas para as Nações Estrangeiras, a maior parte era constituída por produtos brasileiros, seguidos dos produtos do Reino, dos produtos reexportados de outras nações estrangeiras e os produtos das outras colônias, Ásia, África e Ásia. Uma evidência cabal desta afirmação se encontra nos gráficos e tabelas finais do capítulo III.

==========

(151) - "Manufaturas coloniais, descaminhos, contrabandos convergem em idênticos efeitos sobre a economia portuguesa, que, como já avançamos no primeiro passo da análise que estamos perseguindo, não podia dispensar os estímulos do mercado colonial para consolidar seu esforço industrialista". F. A. Novais, "A Proibição das Manufaturas no Brasil e a Política Econômica Portuguesa do Fim do Século XVIII", Separata da Revista de História, nº 67, São Paulo, 1967, pág. 154.

Sabemos que o comércio português com o Brasil era deficitário para Portugal, mas os produtos do Brasil permitiam que o comércio com as nações estrangeiras fosse superavitário. "Efetivamente, é graças aos produtos brasileiros que o Portugal metropolitano consegue desenvolver um comércio superavitário nesta virada do século XVIII para o século XIX"... "De fato, entre 1796 e 1807, com pequenas flutuações, os produtos brasileiros ocupam, em média, - 60,6% do total das exportações portuguesas. Os produtos portugueses, um pouco abaixo de 30%" (152).

Se compararmos Portugal com a França, veremos que o mecanismo não é muito diferente. Os países europeus representavam quase 70% do movimento comercial, o'Levante', 12%, e os restantes 18% são cobertos pelo movimento comercial com as colônias. Entretanto, é necessário observar que o papel do comércio colonial é muito mais importante do que estes 18%, porque os produtos coloniais eram importados pela França em grande escala, em parte consumidos internamente, e o restante reexportado, juntamente com as manufaturas obtidas pela industrialização de produtos originários da colônia. Somente assim se pode entender porque a Balança Comercial da França era positiva em relação a todos os países que não possuíam colônias, e negativa, com os países colonialistas, como a Inglaterra e Portugal. Ainda mais, havia um deficit constante nas relações comerciais da França com as suas colônias, o que lhe permitia ter superavit em relação às demais metrópoles européias não coloniais

---

(152) - F.A. Novais, "Notas para o Estudo do Brasil no Comércio Internacional do fim do Século XVIII e Início do Século XIX - (1796-1808)", Colóquio Internacional de História Quantitativa do Brasil, C.N.R.S., Paris, 1971, (Ex. Mimeografado), pág. 6. : Em apoio a estes dados, vejamos a opinião de M.J.Teixeira de Moraes: "Não são as producções nativas que nos dão esta vantagem, são as colonias que fazem a opulencia do nosso commercio ainda mesmo nestes calamitozos tempos de humma - guerra geral em que se vê toda a Europa, America e Africa, e que talvez Naçoens com mais industria, e extenção não seja a favor a Balança do seu commercio". Balança Geral do Commercio do Reino de Portugal com os seus Domínios e Naçoes Estrangeiras no anno de 1806, Instituto Nacional de Estatística, - Lisboa, Introdução.

tas (153). (Gráficos VIII e IX). Esta composição das exportações francesas é um fenômeno do século XVIII, i.é., momento no qual as exportações francesas "mudaram rapidamente no sentido da reexportação de produtos coloniais às expensas dos produtos produzidos internamente" (154).

Se os exíguos 18%, que representam a participação da produção colonial nas importações francesas, têm tais repercussões na esfera da economia metropolitana, imagine-se o que não significariam então, para Portugal, as importações do Brasil, que 60,6% do montante das exportações.

Passamos a um outro tipo de consideração: a importância relativa da abertura dos portos para a economia portuguesa e brasileira. As repercussões são muito diferentes. Para Portugal, representa a crise e, para o Brasil, o crescimento.

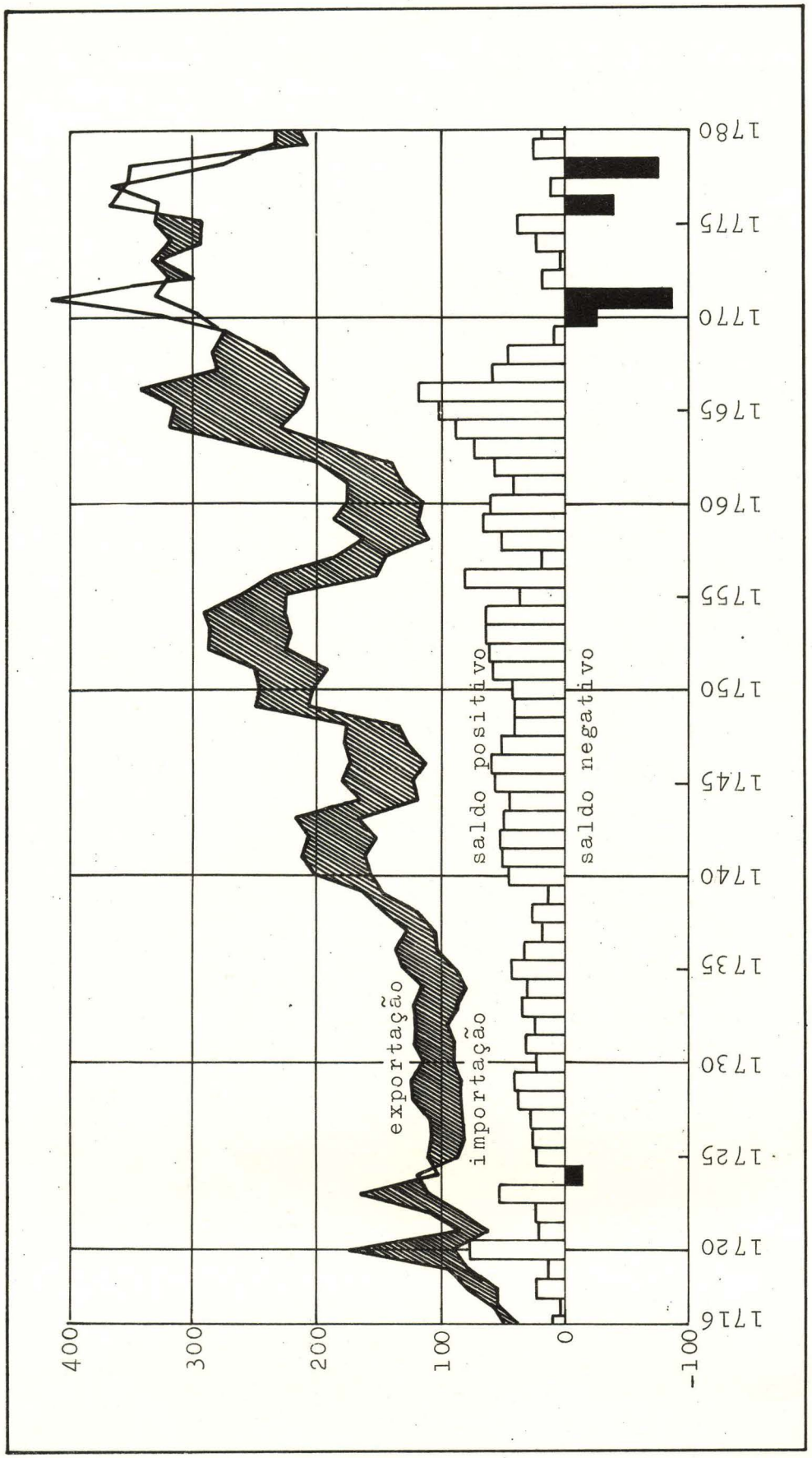
De certa forma, já tivemos a possibilidade de desenvolver algumas considerações a este respeito. Falamos da bifurcação da conjuntura portuguesa e brasileira logo após a abertura dos portos. Os ritmos comuns cederam lugar a ritmos marcados por compassos diferentes. Em Portugal, os preços caem. No Brasil, os preços sobem. Lá, a conjuntura de prosperidade finda por 1815; no Brasil, conti

---

(153) - R. Romano, "Documenti e Prime Considerazioni Intorno Alla 'Balance du Commerce' della Francia dal 1716 al 1780", separata do Studi in Onore di Armando Sapori, Milano-Varese, 1957, pag. 1.278. Também na Inglaterra, o comércio de reexportação de produtos coloniais era significativo: "The principal dynamic element in English trade expansion during the second half of the seventeenth century had been the re-export of colonial goods. This branch of trade continued to be of great importance in the new century, kept its place with a little over a third of growing total of exports throughout the period, still providing an important element in overall growth though now quite overshadowed in the pace of its expansion by the miscellaneous manufactures". D. A. Farnie, "The Commercial Empire of the Atlantic, 1607-1783", The Economic History Review, Vol. XV, nº 2, 1962, págs. 291-292.

(154) - "The composition of French exports shifted increasingly towards re-exports of colonial products at the expense of domestically produced goods". D. Felix, "Profit Inflation and Industrial Growth: The Historic Record and Contemporary Analogies", The Quarterly Journal of Economics, Vol. LXX, nº 3, 1956, pag. 452.

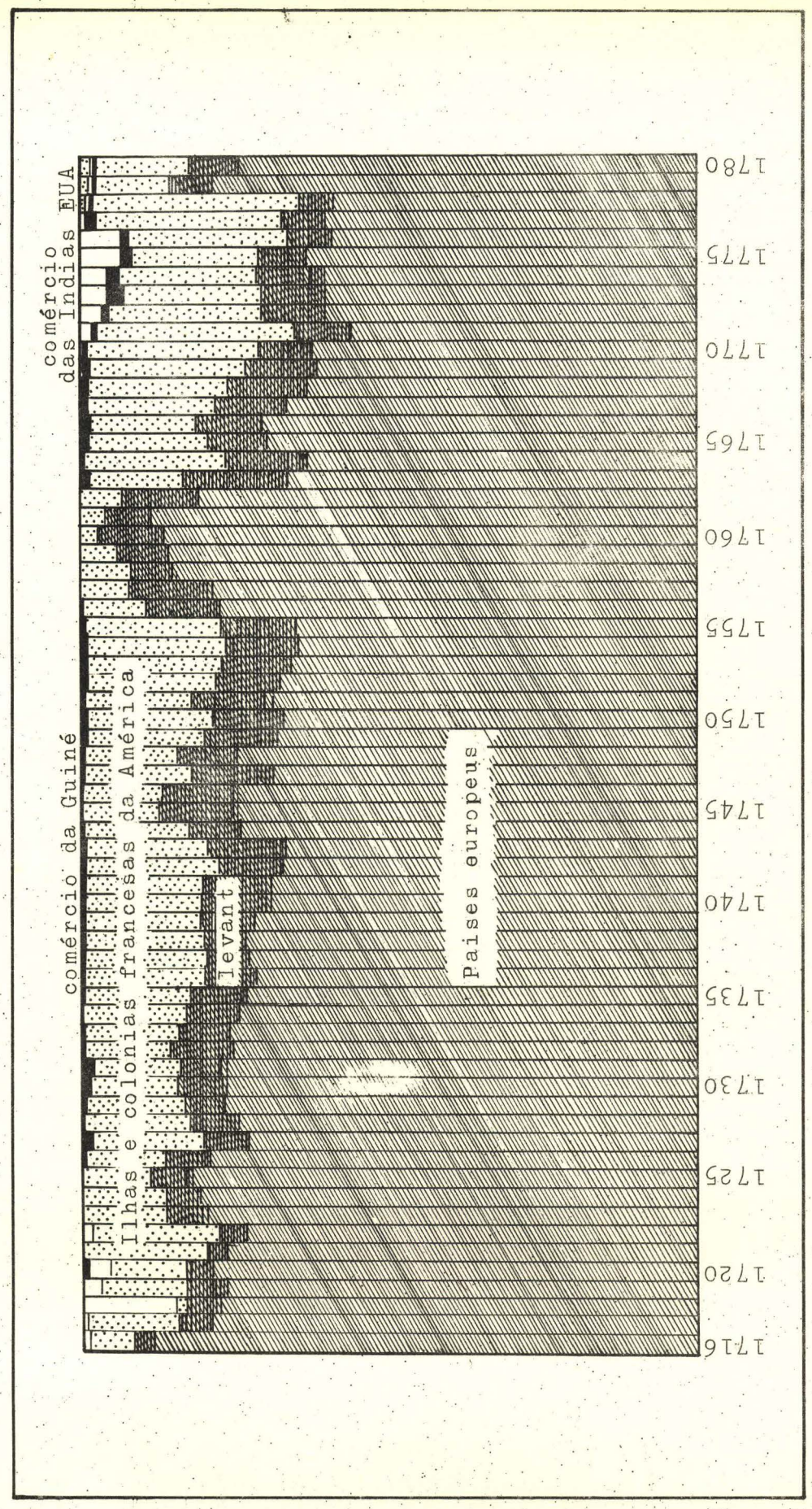
GRÁFICO VIII



MOVIMENTO DE IMPORTAÇÃO E DE EXPORTAÇÃO: SALDO POSITIVO E NEGATIVO

Fonte: Ruggiero Romano - "Documenti e Prime Considerazioni Intorno Alla 'Balance du Commerce' Della Francia Dal 1716 al 1780", Separata do Studi in Onore di Armando Sapori, Instituto Editoriale Cisalpino, Milano-Varese, 1957, pág. 1273.

IMPORTÂNCIA PORCENTUAL DAS RELAÇÕES COMERCIAIS DA FRANÇA COM AS VÁRIAS PARTES DO MUNDO



Fonte: Ruggiero Romano - "Documenti e Prime Considerazioni Intorno Alla 'Balance du Commerce' Della Francia Dal 1716 al 1780", Separata do Studi in Onore di Armando Sapori, Instituto Editoriale Cisalpino, Milano-Varese, 1957, pág. 1277.

nua até a época da Independência (155).

Somente a brutal redução no movimento comercial português depois de 1808 seria suficiente para corroborar esta afirmação(Gráfico VI). A recuperação havida no ano de 1816 era fruto da reestabilização da calmaria política e militar na Europa. Mas teria efeito passageiro; de 1817 em diante, começa nova redução do movimento comercial. A razão é muito simples. Ocorre que os produtos ingleses entravam no mercado brasileiro em substituição aos produtos portugueses, que já não tinham mais a proteção do exclusivo comercial (156). O comércio brasileiro orienta-se agora para a Inglaterra, em detrimento de Portugal (157).

Sem o mercado brasileiro, as fábricas portuguesas começaram a decair. Um relatório completo do estado das fábricas do Rei-

---

(155) - F. Mauro, "A Conjuntura Atlântica e a Independência do Brasil", 1822 Dimensões, Obra Citada, pág. 47.

(156) - "Concorreram também para minorar esta Balança a falta de importação dos effeitos do Brasil por estes hirem directamente para a Inglaterra nas embarcações portuguezas e Britanicas - entrando neste Rio huma grande parte dos nossos Navios sem lastro". Balança Geral do Commercio do Reino de Portugal com os seus Dominios e Nações Estrangeiras no anno de 1808, Instituto Histórico e Geografico Brasileiro, Introdução.

(157) - "Portugal tem sofrido huma grande perda, pela abertura dos - commercio as Nações, em toda a extenção das capitanias do Brazil, pois sempre os seus effeitos juntos ás Producções - deste Reino, faziam a opulencia do nosso commercio e offerecião muitos tranzações nas Praças de Lisboa, e Porto, fazendo montar as nossas exportações a muitos milhões, doque procedia o augmento dos capitais e faculdades reaes para o Estado conhecer as suas riquezas, e fundar os seus recursos, agora porem estes poucos effeitos da America se achão estagnados e sem preço, e quando alguns se exportão, he por necessidade de fazer fretes a Marinha Mercante, ou por conta do proprietário". Balança Geral do Commercio do Reino de Portugal com os seus Dominios e as Nações Estrangeiras no anno de 1810 Instituto Histórico e Geografico Brasileiro, Introdução. Julião Soares de Azevedo vê da mesma forma: "O comércio português sofreu um rude golpe. Posto em concorrência com a Inglaterra, com uma frota em progresso e uma produção industrial crescente, o Reino, de indústria rudimentar, via-se reduzido a uma situação de competidor em mercado onde não podia competir, e em que antes tinha o privilégio dos abastecimentos". J. Soares de Azevedo, Condições Económicas da Revolução Portuguesa de 1820, Lisboa, 1944, pag. 129.

no, realizado depois da abertura dos portos no Brasil, demonstra o estado de prostração e decadência de numerosas fábricas portuguesas (158).

Nesse exato momento, torna-se evidente o atraso técnico da estrutura industrial portuguesa, que somente tinha conseguido sobreviver graças ao exclusivo colonial. Num mercado de monopólio mesmo em estágio tecnológico inferior, conseguira sobreviver. Num mercado de concorrência, porém, o atraso técnico de Portugal garante a fácil vitória da concorrência inglesa, cuja superioridade técnica se manifestava agora violentamente.

A recíproca da crise portuguesa é o desenvolvimento do Brasil, resultante da abertura dos portos. O comércio se desenvolveu, as exportações cresceram e, as importações, ainda mais. Houve mesmo a possibilidade de, pelo crescimento do mercado inter

---

(158) - O renomado economista J. Acúrsio das Neves procedeu a um levantamento das fábricas portuguesas após a invasão francesa, constatando um verdadeiro estado de calamidade, pela prostração e decadência em que se encontravam muitos estabelecimentos. J. Acúrsio das Neves, Variedades sobre objectos relativos às artes, commercio e manufacturas, consideradas segundo os princípios da Economia Politica (1814), Lisboa, 1817, II Vol., passim. Outras passagens reafirmam a sua opinião a respeito do relacionamento entre a crise da indústria portuguesa e a perda do Brasil: "O primeiro objeto, que se me apresenta, é o comércio do Brasil, com a abertura dos portos deste imenso país às nações estrangeiras, perdemos o direito exclusivo de prover os seus habitantes das mercancias da Europa: e deixando Portugal de ser o entreposto dos generos coloniais, que daqui se distribuiam para os lugares do seu consumo, só esta causa era bastante, independente das mais, que com ela concorreram, para produzir uma revolução completa no nosso commercio"... "O documento que acho mais capaz de nos dar alguma luz sobre o progresso, e decadencia das nossas manufacturas, he a tabella das exportações para o Brazil, e mais estabelecimento ultramarinos (onde ellas tem o principal consumo)"... "perdido o mercado exclusivo das producções da nossa industria que era principalmente no Brasil, e não podendo ella sustentar mesmo em Portugal a concorrência das manufacturas estrangeiras". J. Acúrsio das Neves, Memórias sobre os meios de melhorar a industria portuguesa considerada nos seus differentes ramos (1820), Lisboa, 1820, pags. 13, 10, 3.

no (159), desenvolver-se no Brasil as manufaturas têxteis. Tal fenômeno não aconteceu por várias razões, que não estão ainda suficientemente delimitadas (160), parecendo-nos, entretanto, que a estrutura escravista da produção foi o fator impeditivo fundamental.

"A independência do Brasil sobreveio, então, num momento de euforia econômica. Contrasta com a revolução portuguesa de 1820, expressão de profunda inquietação econômica" (161). Tanto que, realizada a Revolução de 1820, o Manifesto à Nação portuguesa redigido pela junta (15 de dezembro de 1820), passava a considerar o "commercio, entre os reinos de Portugal, Brasil e Algarves, ... como de províncias de um mesmo continente"..., i.é., seria "permitido unicamente a navios nacionaes de construcção e propriedade portuguesa, fazer o commercio de porto a porto em todas as possessões portuguesas" (162). Quer dizer, nada mais nada menos: a recolonização do Brasil.

==========

(159) - C. Furtado, Formação Econômica do Brasil, 5ª ed., Rio de Janeiro, 1963, pag. 98.; P. de Aguiar, A Abertura dos Portos do Brasil, Salvador, 1960, pág. 24.

(160) - Várias são as razões apontadas para a não ocorrência da industrialização no Brasil, já no século XIX. Alguns autores apontam o problema da concorrência comercial inglesa depois da abertura dos portos e dos tratados comerciais (Caio Prado Junior): falta de mercado interno (Francisco Iglésias); a estrutura escravista da produção e a preponderância dos interesses agrários (Celso Furtado). N. Vilela Luz, A Luta pela Industrialização do Brasil, São Paulo, 1961, passim.

(161) - F. Mauro, "A Conjuntura Atlântica e a Independência do Brasil", 1822 Dimensões, Obra Citada, pág. 47.

(162) - L. Britto, Pontos de Partida para a História Econômica do Brasil, 2ª ed., São Paulo, 1939, pág. 547.

Se o Brasil não era importante economicamente para Portugal, por que recolonizá-lo? Apenas por uma razão de ordem política? Apenas uma questão de prestígio? Somente que este prestígio político, no caso de uma crise econômica, como era o caso de Portugal no momento, apenas agravaria a situação, ao invés de amenizá--la. Em última instância, pode-se dizer que a tentativa recolonizadora das Cortes portuguesas se constituiu no fator imediato e condicionante da emancipação (163).

Vejamos agora o argumento decisivo. O problema é saber - se as colônias dão lucro ou não. E o Brasil dava lucros para Portugal. Lucros excepcionais, só possíveis de ocorrer num regime de exclusivo, de mercado monopolizado, de concorrência imperfeita.

Uma volta às conclusões propiciadas pelo Capítulo IV seria suficiente. Pelos gráficos e tabelas, numerosos, inseridos naquele capítulo, constatamos que havia lucro por parte da metrópole, tanto na compra e revenda dos produtos brasileiros para as outras- nações estrangeiras, quanto na compra de produtos estrangeiros e revenda no Brasil.

Seria desnecessário repetir aqui as tabelas e gráficos - daquele capítulo, em que se demonstra o sobre-preço que representava o ganho de monopólio, por parte dos comerciantes portugueses em relação à economia brasileira.

Naquele capítulo, analisamos os 25 principais produtos - brasileiros de exportação, no afã de demonstrar quanto se conservava para o consumo interno do Reino e quanto era reexportado, bem como os preços pagos pelos comerciantes portugueses e os preços de revenda. Fizemos a mesma coisa com 10 produtos de importação para mostrar que o mecanismo era o mesmo, tanto no caso de produtos adquiridos fora de Portugal, quanto no de produtos oriundos da produção interna.

Para que não se pense que os 25 produtos de exportação - colonial e os 10 da exportação metropolitana para a colônia possam ser considerados 'exceções', ampliamos aqui os nossos exemplos, pa

---

(163) - C. Prado Júnior, Evolução Política do Brasil e outros estudos, 3ª ed., São Paulo, 1961, pag. 48.

ra demonstrar que os lucros ocorriam em toda linha dos produtos exportados pelo Brasil em direção a Portugal. Como já dissemos, o número total dos produtos de exportação colonial, no período, era 126, dos quais já demonstramos, em gráficos e tabelas, 25. Tomamos agora todos os outros produtos restantes, até o limite, isto é , produtos que foram exportados do Brasil para Portugal e que Portugal reexportou para o exterior, porque apenas neste caso teremos os dois preços que nos permitirão a demonstração. Ressalvando que, neste caso, não temos a série completa para todos os anos do período analisado, porque são produtos de menor importância,que foram exportados num ano e, no outro, não. (Tabela VII).

Concluímos, desta análise, que o lucro do comércio português no Brasil era substancial, e, necessariamente, a perda do Brasil tem que ter afetado, e profundamente, a economia portuguesa, a ponto de se constituir, ao nosso modo de ver, no principal fator explicativo da crise econômica que Portugal atravessou depois da abertura dos portos do Brasil.

Os argumentos desenvolvidos por J.B. de Macedo, e resumidos no início desta unidade, em função dos dados levantados nos capítulos anteriores deste trabalho, perdem significado, carecem de fundamento. Vejamos: as exportações portuguesas dependiam essencialmente dos produtos importados da colônia, sendo que os produtos do Reino representavam a metade deste valor; os produtos manufaturados do Reino tinham no Brasil um mercado consumidor seguro, quer dizer, a indústria portuguesa somente sobrevivia graças à colônia; a abertura dos portos do Brasil afetou profundamente a economia portuguesa, na medida em que somente a posição geográfica privilegiada do porto de Lisboa não seria suficiente para exercer atração sobre o comércio mundial, porque eram os produtos coloniais que valorizavam o porto e não o porto que valorizava os produtos; as vantagens concedidas à marinha portuguesa não seriam suficientes para manter os barcos em tráfico, porque o problema - era de concorrência, no mercado, diretamente com os produtos superiores da indústria inglesa; dizer que os produtos adquiridos na Europa para revenda no Brasil não davam lucro, constituindo-se em simples reexportação, é a mesma coisa que dizer que os portugue - ses mantinham o Brasil por razões outras, que não o interesse econômico, raciocínio absurdo, pelo que se demonstrou nos gráficos e tabelas deste trabalho; se a abertura dos portos foi o marco decisivo da passagem de um mercado de monopólio para mercado de con -

TABELA VII

P R E Ç O S D E E X P O R T A Ç Ã O E R E E X P O R T A Ç Ã O

PRODUTOS	PREÇO	1796	1797	1798	1799	1800	1801	1802	1803	1804	1805	1806	1807
GERGELIM	EXPOR.	660											
arrobas	REEXP.	1$750											
CONTRAERVA	EXPOR.		140										
arráteis	REEXP.		240										
FARINHA DE PAO	EXPOR.	200											
alqueire	REEXP.	600											
PEIXERIM	EXPOR.	275	285	240									
arráteis	REEXP.	670	670	773									
AZEITE DE PEIXE	EXPOR.	800								1$200			
almudes	REEXP.	2$400								3$600			
COQUILHO	EXPOR.	1$000								2$800	1$900		
milheiro	REEXP.	1$800								6$200	4$750		
BORRACHAS DE NERVO	EXPOR.			240			330						
dúzias	REEXP.			500			1$080						
CEBO	EXPOR.							1$600	1$600	1$300	1$900	1$750	1$800
arrobas	REEXP.							2$750	3$000	2$800	3$000	3$000	2$900
QUÍNA	EXPOR.							1$600				1$600	1$800
arráteis	REEXP.							3$200				3$000	3$200

corrência, com todas as conseqüências decorrentes, os tratados de 1810 significam, de certa forma, a restrição do mercado para os produtos ingleses, i.é., são uma nova forma de protecionismo, enquadrado na política livre-cambista, mas que, em última instância, tinha o condão de garantir o mercado para os ingleses, em razão do seu avanço técnico industrial; ou seja, se o monopólio pertencera a Portugal, agora passará à Inglaterra. É verdade que o declínio das exportações portuguesas, principalmente dos produtos das fábricas, é bem anterior a 1808, data da abertura dos portos, ou 1806, segundo V.M. Godinho, mas também é anterior a 1802, como afirma J.B. de Macedo, pois, depois do pico alcançado pelas exportações portuguesas para o Brasil em 1799, de 1800 em diante o ritmo é decrescente, por razões já analisadas em capítulo anterior, isto é, a concessão de licenças e a ação violenta do contrabando; donde se conclui que, se a crise da indústria portuguesa começou bem antes da abertura dos portos, é porque os portos já estavam se abrindo de forma ilegal, através do contrabando forçado pela arremetida inglesa; a ênfase conferida à pressão inglesa e ao retraso técnico português igualmente não satisfaz como uma explicação em si, mas decorre também da perda do mercado brasileiro, isto porque nem a indústria inglesa deu um salto qualitativo técnico na primeira década do século XIX, nem Portugal sofreu um atraso maior neste mesmo período; se a concorrência inglesa não venceu antes foi porque os portugueses tinham monopólio do mercado brasileiro. Perdido este mercado, evidenciou-se a inadequação da estrutura técnica da indústria portuguesa para agir num mercado de concorrência; estamos de acordo com a importância da pressão inglesa, tanto em Portugal quanto no Brasil, mas desconsiderar a importância do Brasil neste processo é impossível; pois, se a indústria portuguesa resistiu ao contrabando, à guerra dos preços e mesmo à qualidade, durante o século XVIII, foi porque teve garantido o monopólio do mercado brasileiro.

As afirmações de J.B. de Macedo acabam, no fim, por ser contraditórias pois, quando procurou explicar a expansão da indústria portuguesa nos fins do século XVIII, o principal fator, por ele citado, ponto de partida do processo, foi a expansão do comércio português, envolvendo necessariamente as colônias, e, é claro, o Brasil: "O surto exportador português, tanto de produtos ultramarinos como metropolitanos, é um fenômeno fundamental da história portuguesa do final do século XVIII, princípio do sécu-

lo XIX. Entre 1789 e 1806, o comércio geral português quadruplicou A euforia comercial e o entusiasmo levantado pelo tráfego brasileiro e pelas vendas de produtos agrícolas nacionais generalizaram-se à indústria e levaram à aplicação de capitais a instalações fabris e mineiras de incontestável importância" (164). Num trabalho anterior, do mesmo autor, encontramos esta afirmação que destoa bastante das postulações que acabamos de discutir: "Portugal no século - XVIII constitui um todo econômico inseparável do Brasil, principalmente, e de outras zonas coloniais que lhe forneciam alguns bens fundamentais para o movimento internacional do seu comércio. Este movimento é particularmente importante em Lisboa para onde convergiam da Índia e da África, e, em especial, do Brasil, inúmeros produtos, entre os quais se destacam: o tabaco, o açúcar,as madeiras, o ouro e os diamantes, e algumas especiarias. É na dualidade Portugal-Brasil que assenta todo o sistema econômico português do tempo" (165). Achamos desnecessário grifar as palavras que seriam contraditórias, porque, quanto ao equacionamento do problema pelo autor, o texto é totalmente contraditório. Praticamente, poderíamos dizer que isto é o que nós pensamos do assunto.

Parece-nos, portanto, que o exclusivo do mercado brasileiro se constituía num protecionismo fundamental para o desenvolvimento da indústria portuguesa. Tanto, que o próprio J.Borges de Macedo reconhece que apenas as indústrias com mercado garantido dentro de Portugal conseguiram sobreviver à crise geral (166).

==========

(164) - J. B. de Macedo, Problemas de História da Indústria Portuguesa no Século XVIII, Lisboa, 1963, pag. 235.

(165) - J. B. de Macedo, "Portugal e a economia 'pombalina'. Temas e hipóteses", Revista de História, Vol. V, nº 19, 1954, pág.83.

(166) - "As medidas proteccionistas, as isenções de impostos, e as facilidades de compra de matéria-prima não comoveram os consignatários, que só começaram a laborar quando lhes foi garantida a compra pelo Estado dos panos para fardamento das tropas , isto é, quando receberam a garantia de um consumo fora da concorrência". J. B. de Macedo, Problemas de História da Indústria Portuguesa no século XVIII, Lisboa, 1963, pág. 242.

Sob o ponto de vista da recuperação da indústria portuguesa, a explicação aventada por J.B. de Macedo tem inclusive uma certa importância ideológica, porque atribuir a crise da indústria aos problemas técnicos é propor ao mesmo tempo uma solução possível, ao passo que atribuir a crise à perda do mercado brasileiro seria o mesmo que condenar a indústria portuguesa ao ostracismo, pois este mercado os portugueses não recuperariam jamais. Achamos, porém que uma tal postura ficaria bem num economista da época, não num analista contemporâneo.

Afinal, não fora pelas demonstrações quantitativas que realizamos, poderíamos apelar para as explicações teóricas, que a demonstração quantitativa veio apenas corroborar e aprofundar. Pois se não houvesse lucro na exploração colonial, estariam invalidados todos os pressupostos fundamentais deste sistema, i.é., um sistema inserido no quadro do capitalismo comercial e da política mercantilista (167), posto em execução pela monarquia absoluta, com o propósito de fortalecer o Estado e enriquecer a burguesia (168). O exclusivo do comércio colonial transformou-se no meio através do qual se realizaram aqueles fins colimados, na medida em que o monopólio aumenta a rentabilidade (169), permitindo à economia européia a assimilação desses estímulos coloniais, "acelerando a acumulação primitiva" da burguesia mercantil (170).

Tais afirmações são válidas para o sistema colonial como um todo, quer seja no Brasil ou na América Espanhola (171).

==========

(167) - F.A. Novais, "Colonização e Sistema Colonial: Discussão de Conceitos e Perspectiva Histórica", Separata dos Anais do IV Simpósio Nacional dos Professôres Universitários de História, São Paulo, 1969, pag. 261.

(168) - F. A. Novais, "O Brasil nos Quadros do Antigo Sistema Colonial", in Brasil em Perspectiva, São Paulo, 1968, pág. 59.

(169) - E. J. Hamilton, "The Role of Monopoly in the Colonial Trade and Expansion of Europe Before 1800", The American Economic Review, Vol. XXXVIII, nº 2, 1948, pag. 39.

(170) - F. A. Novais, "Considerações sobre o sentido da colonização", Separata da Revista do Instituto de Estudos Brasileiros, nº 6, 1968, pág. 63.

(171) - R. Romano, Cuestiones de historia económica latino-americana, Caracas, 1966, pág. 23.

CONCLUSÃO

Esperamos ter alcançado,ao menos em parte, os nossos objetivos. Acreditamos que a história econômica "quantitativa" ou "serial" são métodos de análise que nos permitem aprofundar a compreensão da realidade. Não acreditamos que sejam excludentes. O quantitativo, em história econômica, só tem significado desde que seja capaz de evidenciar o qualitativo, de adensá-lo.Por isso mesmo, entre Marczewski e Chaunu navegamos o tempo todo,amparados pelas mediações de Mauro, os conselhos de Simiand, a criatividade de Labrousse e Hamilton, e o espírito crítico de Vilar. Entre todos, V. M. Godinho foi fundamental.

Do estudo quantitativo das Balanças do Comércio, definimos a hierarquização das regiões brasileiras no comércio colonial, projetando o Rio de Janeiro como núcleo principal da Colônia.

O comércio dessas regiões brasileiras em relação a Portugal era superavitário. Crescem as importações, crescem as exportações, só que o ritmo é descompassado. A taxa de crescimento das importações é bem menor. Num certo momento, torna-se negativa. O papel do contrabando é relevante para explicar este declínio,principalmente o dos produtos das Fábricas do Reino, que se contraem na segunda metade do período. Nesse particular, o contrabando foi auxiliado pelo comércio inter-colonial e pelas licenças concedidas à Inglaterra.

O modelo elaborado consegue demonstrar o caráter da economia colonial, baseada na exportação de produtos primários e na importação de produtos, na sua maior parte, de produtos manufaturados. Destaca-se a importância dos produtos brasileiros no comércio exterior de Portugal, o que o tornava totalmente dependente da produção brasileira, uma vez que as demais colônias portuguesas, com exceção da Ásia, tinham uma participação insignificante no conjunto.

O Brasil se constituía, a esta altura, no principal mercado consumidor de produtos das fábricas do Reino. Era também mercado consumidor de produtos agrícolas típicos da produção portuguesa. Quanto às exportações, chama a nossa atenção a variedade

de produtos exportados neste período, e o fato de muitos se destinarem ao mercado interno português e, outros, à reexportação, preferencialmente.

Os preços dos produtos importados pela Colônia eram sempre mais altos do que os preços pagos pelos comerciantes portugueses nas praças européias. Inversamente, os produtos brasileiros eram adquiridos a preços mais baixos e revendidos a preços altos. O preço dos produtos comprados na Europa variava muito pouco no mesmo ano. O mesmo acontecia com o preço nas várias regiões brasileiras, que também era o mesmo. Os preços dos produtos de exportação colonial comportavam-se de modo diverso. No mercado brasileiro, eram diferentes em cada região. Já na revenda, para o mercado europeu, os preços eram constantes.

Tal comportamento dos preços parece, a princípio, contraditório. Pois, se o mercado brasileiro era monopolizado, seria de se esperar que os preços fossem os mesmos nas diversas regiões. Sendo o mercado mundial de concorrência, os preços deveriam variar lá. Uma explicação está no fato de que os preços cotados na Balança são preços médios, o que elimina algumas pequenas flutuações, existentes no mercado externo. Quanto ao mercado interno, a variação se devia, em grande parte, à qualidade do produto, que nem sempre era a mesma.

A diferença de preço entre a compra e a venda dos produtos brasileiros pelos comerciantes do Reino dava-lhes um lucro elevado, mas módico, se o compararmos com o lucro auferido na revenda dos produtos importados do Brasil.

Evidencia-se, assim, o mecanismo básico do sistema colonial. A exclusividade na compra de produtos coloniais (oligopsônio), e a exclusividade na venda dos produtos europeus na Colônia (oligopólio), são mecanismos geradores de super-lucros, para usar a expressão de Fernando Novais.

O progresso econômico e a elevação dos preços no Brasil no fim do período colonial estão intimamente relacionados ao período extremamente favorável que atravessa a economia mundial. Os principais fatores deste fenômeno estão relacionados à Revolução Industrial, guerras, e, em menor escala, à inflação de moeda escritural e ao afluxo da prata mexicana. A esta dinamicidade dos preços no Brasil, contrapõe-se uma certa estagnação na América Espa-

nhola, como suscitou R. Romano, a partir de estudos no Chile e Argentina, e também o comprovou Enrique Florescano, no seu trabalho sobre "Precios del maíz y crisis agricolas en México (1708-1810)".

A explicação para esta diferença de conjunturas está na maior integração do Brasil na economia mundial através da sua produção agrícola. Daí a manutenção da conjuntura de alta mesmo depois de 1815, quando a economia mundial está entrando numa fase B do Ciclo Kondratieff, como bem o demonstraram H. Johnson, K. Mattoso e F. Mauro.

Tais conclusões levaram-nos a uma incursão pela estrutura da economia colonial brasileira, no afã de repensar certos conceitos básicos deste sistema. Neste particular, três conclusões se põem.

Primeiramente, do estudo das regiões e dos produtos do comércio colonial brasileiro, constatamos uma diversificação da produção. Não se trata de falar em renascimento agrícola no período, pois este já é um conceito consagrado. Trata-se de ampliá-lo no sentido de demonstrar que a economia colonial diversificou a sua produção de maneira intensa. Esta diversificação, por sua vez, corresponde à ação de dois fatores: necessidade de suprir a lacuna deixada pelo ouro; indução do mercado externo em ritmo acelerado de crescimento. Com isso, queremos dizer que, se adotássemos o esquema tradicional de repartir a economia brasileira em ciclos, seríamos obrigados a insistir para que fosse incluído um novo ciclo, o da diversificação agrícola, entre o ouro e o café.

Em segundo lugar, consideramos que este período da economia colonial é caracterizado por uma euforia efetiva, apoiada num complexo de fatores estruturais e conjunturais. Por isso mesmo, a lucratividade do comércio colonial brasileiro para Portugal foi maior neste período, o ganho de monopólio intensificou-se, nada justificando que a diferença entre os preços dos produtos metropolitanos e coloniais tenha diminuído em favor dos preços coloniais, como sugeriu P. Vilar. Difícil, entretanto, seria dizê-lo com absoluta segurança, porque não temos uma análise semelhante para um período anterior, que nos permitisse uma comparação.

É exatamente esta conjugação da diversificação agrícola numa fase de euforia efetiva, quando se amplia o ganho de monopólio, que nos permite entender, em grande parte, a crise da econo

mia portuguesa depois da abertura dos portos do Brasil.

De modo mais amplo, o que se verifica no Brasil, neste período, é uma espécie de reajustamento da economia colonial à economia mundial. Isto já se tornara um mecanismo normal do sistema capitalista, pois, desde a expansão comercial européia no século XVI, quando as áreas coloniais começaram a integrar-se na economia mundial, a interdependência se definiu. A exploração do mundo colonial acelera o processo de acumulação, dinamiza a economia européia, que caminha célere rumo ao capitalismo industrial. Quando se dá a Revolução Industrial, ocorrem novas necessidades, em termos de matéria-prima e mercado consumidor.

Isto equivale a dizer que não seria possível uma diversificação da economia brasileira apenas em função das potencialidades internas. De nada adiantaria ter a matéria-prima se não houvesse quem pudesse consumi-la. É o que podemos chamar uma readequação da economia dependente ao centro dinâmico, pois o crescimento da primeira condiciona o desenvolvimento do segundo e a promoção de necessidades convergentes e interativas, num processo constantemente redefinido e rearticulado, em função da dialética do sistema capitalista.

B I B L I O G R A F I A

I. Fontes Manuscritas

1. Balança Geral do Commercio do Reino de Portugal com os seus Domínios e Nações Estrangeiras. Anos: 1777-1787 - 1796-1797-1798-1799-1800-1801-1802-1805 (resumo)- 1812-1813-1815-1816-1817-1818. Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, Seção de Manuscritos.

2. Balança Geral do Commercio do Reino de Portugal com os seus Dominios e Nações Estrangeiras. Anos: 1796-1808 - 1810-1811-1812-1814. Instituto Histórico e Geográfico - Brasileiro.

3. Balança Geral do Commercio do Reino de Portugal com os seus Dominios e Nações Estrangeiras no anno de 1809. Biblioteca do Itamaraty.

4. Balança Geral do Commercio do Reino de Portugal com os seus Dominios e Nações Estrangeiras. Anos: 1803, 1804, 1805, 1806, 1807, 1809. Instituto Nacional de Estatística, Lisboa.

5. Breve Exposição sobre o comércio e navegação entre o - Brasil e a França, pelo Visconde do Rio Grande. Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, Seção de Manuscritos , 1-32, 13, 16.

6. Catalogo de varios generos do Brasil, e mais colonias - portuguezas, que ainda não estão no ordinario comercio (1765). Autor anônimo, Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, Seção de Manuscritos, 4, 3, 12.

7. Mapa dos efeitos que se exportaram dessa Capitania do Rio de Janeiro para os portos abaixo declarados no ano de 1803. Mapa das Fazendas e generos importados na Alfandega da Cidade do Rio de Janeiro, no ano de 1803. - (Por Antonio Luiz Ferreira de Menezes). Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, Seção de Manuscritos, 1-32, 14, 5.

8. Mappa de Exportação dos produtos da Capitania da Bahia p. Portugal e outros Portos em 1798, 1799, 1800, 1802, 1803, 1804, 1805, 1807, 1808. Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, Seção de Manuscritos, I-17, 12, 6.

9. Mappa de Importação que fez Portugal, Feitorias da Costa da Africa e Portos do Brasil sobre a Bahia em todo o anno de 1798, 1799, 1800, 1802, 1804, 1805, 1807. Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, Seção de Manuscritos, I-17, 12, 6.

10. Mappa Geral de Importação que fez Portugal e Feitorias da Costa da Africa, Azia, e Portos do Brazil sobre a Bahia em cinco annos de 1798 a 1802. Mappa Geral de Exportação que fez a Bahia para Portugal, Feitorias da Costa da Africa, Azia e Portos do Brazil em cinco annos de 1798 a 1802. Mappa geral de Entrada e Sahida de Navios da Bahia para Portugal e outros portos em cinco annos de 1798 a 1802. Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, Seção de Manuscritos, I-17, 12,4.

11. Mappa Geral de Importação q̃ fez Portugal, Feitorias da Costa da Africa e Portos do Brasil sobre a Bahia em dez annos de 1798 a 1807. Mappa geral de Exportação q̃ fez a Bahia em Portugal, Feitorias da Costa da Africa, e Portos do Brazil em dez annos de 1798 a 1807. Mappa geral de Entrada e Sahida de Navios da Bahia para Portugal e outros Portos em dez annos de 1798 a 1807. Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, Seção de Manuscritos, I-17, 12,4.

12. Mappa dos Navios que entrarão e sahirão do Porto da Capitania da Bahia em 1798, 1799, 1800, 1803, 1804, 1805, 1808. Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, Seção de Manuscritos, I-17, 12,6.

II. Fontes Impressas

1. ABREU, Manoel Cardoso de - "Divertimento Admiravel - para historiadores observarem as machinas do mundo reconhecidas nos sertões da navegação das Minas de Cuyabá e Mato Grosso" (1783), in Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, Vol. VI, 1900-1901, São Pau-

lo, 1902, págs. 253-293.

2. ACURSIO DAS NEVES, José - Memorias sobre os meios de melhorar a industria portuguesa considerada nos seus diferentes ramos (1820). Imprenssa Nacional, Lisboa, 1820.

3. --- Variedades sobre objectos relativos às artes, commercio, e manufacturas, consideradas segundo os princípios da Economia Politica (1814). 2 Vols., Impressão Regia , Lisboa, 1814.

4. ARNOULD, Maurice - De la Balance du Commerce et des Relations commerciales extérieures de la France dans toutes le parties du Globe, particulièrement de la fin du Régne de Louis XIV, et au moment de la Révolution... (1791). chez Buisson, Libr. Impr., Paris, 1791.

5. AZEREDO COUTINHO, J. J. da Cunha - Obras Econômicas de J.J. da Cunha Azeredo Coutinho (1794-1804). Com introdução de Sérgio Buarque de Holanda, Companhia Editora Nacional, São Paulo, 1966.

6. BAENA, Antonio Ladislau Monteiro - Compêndio das Eras da Província do Pará, Fac Simile da Primeira Edição, Universidade Federal do Pará, 1969.

7. BALBI, Adrien - Essai Statistique sur le Royaume de Portugal et D'Algarve, Comparé aux autres États de L'Europe (1822). Tomos I e II, chez Rey et Gravier, Libraries, Paris, 1822.

8. BRITO, J. Rodrigues - Cartas Econômicas e Políticas, in A Economia Brasileira no Alvorecer do Século XIX, edição de Pinto de Aguiar, Livraria Progresso Editora, Salvador, s.d.

9. Considerações sobre o estado de Portugal e do Brasil desde a sahida D'El Rei de Lisboa em 1807 até ao Presente - (1822), Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Tomo XXVI, Rio de Janeiro, 1863, págs. 145-184.

10. Correio Mercantil e Econômico de Portugal, 1794-1811, Biblioteca Nacional de Lisboa, J. 84.

11. Correspondencia do capitão-general Antonio Manoel de Mello e Mendonça 1797-1800. Documentos Interessantes para a História e Costumes de São Paulo, Vol. XXIX, São Paulo, 1799.

12. Correspondencia oficial do Capitão General Antonio José da Franca e Horta (1802-1804). Documentos Interessantes para a História e Costumes de São Paulo, Vol. LV, São Paulo, 1937.

13. CHAPTAL, Visconde de - Mes Souvenirs sur Napoleon... , APUD, H. T. Deschamps e R. Pouligo; L'Époque Contemporaine (1789-1870), Vol. IV dos Recuils des Textes d'Histoire, publicados sob a direção de P. Gothier e A.Troux, Paris, 1962, págs. 146-148.

14. Demonstração das qualidades e quantidades de differentes ramos de mercancia, mecanismos, etc., que estabelecem as vantagens da sociedade do paiz (1780), Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Tomo - XLVII, Parte I, Rio de Janeiro, 1884.

15. Discurso Preliminar, Historico, Introductivo, com natureza de Descripção Economica da Comarca e Cidade da Bahia (Fins do Séc. XVIII). Anaes da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, Vol. XXVII, 1905, págs. 283-348.

16. GAIOSO, Raimundo José de Sousa - Compêndio Histórico - - Político dos Principios da Lavoura do Maranhão, Ed. - Livros do Mundo Inteiro, Rio de Janeiro, s.d.

17. HILL, Henri - A View of the Commerce of Brazil (1808) . Ed. Bilingue, Ed. do Banco da Bahia, S.A., Salvador, - 1964.

18. LUCCOCK, John - Notas sobre o Rio de Janeiro e partes - meridionais do Brasil tomadas durante uma estada de dez anos nesse país, de 1808 a 1818. Trad. Port., 2a. Edição, Livraria Martins Editora, S.A., São Paulo, 1951.

19. Officio do Governador Conde da Ponte para o Visconde de Anadia, sobre a cultura do café de Moka (1807). Anaes da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, Vol. XXXVII, 1918, pág. 450.

20. OTTONI, José Eloi - "Memoria sobre o estado actual da Capitania de Minas Gerais (1798)". Anaes da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, 1912, págs. 303-318.

21. RESENDE, Conde de - "Produtos Exportados da Cidade do Rio de Janeiro no ano de 1796" (1797). Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Tomo XLVI, Par

te I, 1883, págs. 95-204.

22. Roteiro do Maranhão e Goiaz pela Capitania do Piauí (Fins do século XVIII). Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Tomo LXII, Parte I, 1900,

23. Memorias Publicas e Economias da Cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro, R. I. H. G. B., Tomo XLVII, parte I, 1884, págs. 26-51.

24. SILVA, Antonio Delgado da - Coleção de Legislação Portuguesa. Vols. de 1775-1790. Lisboa, 1828.

25. FRANCO, Francisco Soares - Ensaio sobre os melhoramentos de Portugal e do Brazil (1821). Imprensa Nacional, Lisboa, 1821.

26. VELLOSO D'OLIVEIRA, Conselheiro Antonio Rodrigues - "Memoria sobre a agricultura no Brasil, escripta pelo Chanceller da relação do Maranhão" (1810). Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Tomo XXXVI, Parte I, 1873, págs. 91-133.

27. VELOSO, Frei José Mariano da Conceição - "Descrição do Estado do Brasil, suas capitanias, produções e comercio" (1769 a 1792), Introdução de José Honório Rodrigues, Revista de História da Economia Brasileira, Vol. I, nº 1, 1953, págs. 83-99.

III. Dicionários

1. AULETE, Caldas - Dicionário Contemporâneo da Lingua Portuguesa, 2a. Ed., 5 vols, Editôra Delta S.A., Rio de Janeiro, 1964.

2. Dicionário da Lingua Portuguesa. Elaborado por Antenor Nascentes, 4 Vols., Departamento de Imprensa Nacional, Rio de Janeiro, 1961.

3. Diccionário das Plantas Uteis do Estado de São Paulo, Organizado por Huascar Pereira, Typografia Brasil, São Paulo, 1929.

4. Diccionário das Plantas Uteis do Brasil e das Exóticas Cultivadas. Por M. Pio Corrêa, 4. Vols. Imprensa Nacional, Rio de Janeiro, 1926.

5. Diccionario de Ciencias Económicas. Organizado por J. Romeuf, Trad. Esp., Editorial Labor, S.A., Barcelona, 1966.

6. Dicionário de História de Portugal. Dirigido por Joel Serrão, Iniciativas Editoriais, 4. Vols., Lisboa, 1971.

7. Encyclopedia e Diccionário Internacional. Vários autores, W.M. Jackson, Inc., Rio de Janeiro, s.d.

8. Grande Dicionário da Língua Portuguesa. Antonio Moraes e Silva, 10 vols., 10a. ed., Tipografia Antonio Jorge, Lisboa, 1957.

9. Novo Dicionário Brasileiro Melhoramentos. Organizado por Adalberto Praolo e Silva, 6a. ed., 6 vols. Cia. Melhoramentos de São Paulo, 1970.

IV. Obras

1. AFTALION, Albert - Monnaie, Prix et Change - Expériences Récentes et Théorie, Librairie du Recueil Sirey, Paris, 1937.

2. --- "La réalité des Surproductions Générales" in Revue d'Économie Politique, vol. XXII, nº 3, 1908, págs. 696-706, Vol. XXIII, 1909, págs. 81-117, 201-229, 341-259.

3. AGUIAR, Pinto de - A Abertura dos Portos - Cairu e os Ingleses, Livraria Progresso Editora, Salvador, 1960.

4. --- Bancos do Brasil Colonial, Livraria Progresso Editora, Salvador, 1960.

5. --- Ensaios de História e Economia, 1º Vol., Livraria Progresso Editora, Salvador, 1959.

6. AKERMAN, John - Estructuras y Ciclos Economicos, Trad. Esp., Edit. Aguillar, Madrid, 1960.

7. ALDEN, Dauril - "Manoel Luís Vieira: An Entrepeneur in Rio de Janeiro during Brazil's Eighteenth Century Agricultural Reanissance", in Hispanic American Historical Review, Vol. XXXIX, nº 4, nov. 1959, págs. 521-567.

8. --- "The population of Brazil in the late Eighteenth Century: a Preliminary Survey", in Hispanic American Historical Review, Vol. XLIII, nº 2, May 1963, págs. 173

205.

9. ALLEMÃO, Francisco Freire - "Quaes são as principaes plantas que hoje se acham alimatadas no Brasil ?"(1856), in Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Vol. XIX, 1856, págs. 539-578.

10. ALLEN, Clark Lee, MORGNER, Aurelius, STROTZ, Robert H. - Problemas sobre Teoria dos Preços, Trad. Port., Livraria Pioneira Editora, São Paulo, 1970.

11. AMARAL, Luís - História Geral da Agricultura Brasileira, no Tríplice Aspecto Político-Social-Econômico, 2 Volumes, 2a. Edição, Cia. Editora Nacional, São Paulo,1958,

12. ANDRADE, Delmiro Pereira de - Evolução Histórica da Paraíba, Vol. VII, Editora Minerva Ltda, Rio de Janeiro , 1946,

13. ANDRE, Louis - História Económica. Desde los Descubrimientos Hasta Nuestros Dias, Trad. Esp., Editorial America, México, 1940.

14. ANDREWS, Charles M. - "Anglo-French Commercial Rivalry - 1700-1750; The Western Phase, I", in The American Historical Review, vol. XX, October, 1914 to July 1915, págs. 539-556.

15. --- "Anglo-French Commercial Rivalry - 1700-1750: The Western Phase, II", in The American Historical Review , Vol. XX, nº 3 e 4, 1915, págs. 761-780.

16. ARDANT, Henri - Les Crises Economiques, Flammarion, Paris, 1948,

17. BAEHREL, René - "La mortalité sous l'Ancien Régime", in Annales - Économies-Sociétés-Civilizations, Vol, XII, 12e, année , nº 1, Janvier-Mars 1957, págs. 85-98.

18. --- "Prix, Superficiés, Statistique, Croissances", in Annales - Économies-Sociétés-Civilizations, vol. XVI, nº 4, Juillet-Aout, 1961, págs,699-722.

19. --- "Économie et Histoire. A Propos des Prix", in Éventail de l'Histoire Vivante, Librairie Armand Colin, Paris, 1953, pags, 287-310.

20. --- "Histoire Statistique et Prix Italiens", in Annales Économies-Sociétés-Civilizations, vol. IX, nº 2, Avril-

-Juin, 1954, págs. 213-226.

21. BAER, Werner - Industrialization and Economic Development in Brazil, Homewood, Illinois, 1965.

22. BAER, Werner - VILLELA, Annibal V., "Industrial Growth and Industrialization Revisions in the Stages of Brazil's Economic Development", in Colóquio Internacional de História Quantitativa do Brasil, C.N.R.S., Paris, 1971, (Exemplar Mimeografado).

23. BALHANA, Altiva Pilatti - "A Evolução Demográfica de Curitiba no séc. XIX", in Coloquio Internacional de História Quantitativa do Brasil, C.N.R.S., Paris, 1971, (Exemplar Mimeografado).

24. BAIN, Joe S. - Price Theory, Science Editions, John Wiley & Sons, Inc., New York, 1967.

25. BARNES, Harry Elmer - Historia de la Economia del Mundo Occidental, Trad., Esp., Union Tipografica-Editorial Hispano-Americana, México, 1967.

26. BARRE, Raymond - Manual de Economia Política, Trad.Port. 2a. Edição, Editora Fundo de Cultura, Rio de Janeiro, 1964.

27. ---- Économie Politique, Presses Universitaires de France, Paris, 1956.

28. BASTIDE, Roger - Usos e Sentidos do Têrmo 'Estrutura', Editora Herder, São Paulo, 1971.

29. BAULANT, Micheline - MEUVRET, Jean, Prix des Céréales - extraits de la Mercuriale de Paris - (1520-1698), T. I e III, École Pratique des Hautes Études, Paris, 1962.

30. BAULANT, Micheline - "Les Prix de Grains de 1431-1788", in Annales - Économies-Sociétés-Civilizations, Vol.XXIII, 23e. annés, nº 3, Mai-Juin 1968, págs. 520-540.

31. BEALES, H. L. - The Industrial Revolution, 1750-1850, Frank Cass e Co. Ltd., London, 1958.

32. BERRY, Thomas S.- Western Prices Before 1861. A Study of the Cincinnati Market, Harvard U. P. Cambridge, Massachussets, 1943.

33. BEVERIDGE, William - Prices and wages in England. From the Twelfth to the Nineteenth Century, Longmas, Green -

and Co. London, 1939.

34. --- "The World's Gold Supply", in The Review of Economic Statistics and Supplements, 1920, págs. 181-201.

35. --- "The Trade Cycle in Britain Before 1850: a Post-script", in Oxford Economic Papers, nº 4, September 1940, págs. 63-76.

36. --- "The Trade Cycle in Britain Before 1850", in Oxford Economic Papers, Nº 3, February 1940, págs. 74-109.

37. BIRNIE, Arthur - História Economica da Europa, Trad.Port, Zahar Editores, Rio de Janeiro, 1964.

38. BLOCH, Marc - "Le Salaire et les Fluctuations Économiques a Longue Période" - in Revue Historique, Vol. CLXXIII, - Janvier-Juin 1934, págs. 1-31.

39. --- "L'Histoire des Prix: Remarques Critiques", in Annales d'Histoire Sociale, vol. I, nº2, Avril 1939, págs. 141-151,

40. --- "Prix, Monnaies, Courbes", in Annales-Économies-Sociétés-Civilizations, Vol. I, nº 3, 1946, págs.355-357,

41. BOUDEVILLES, Jacques R. - "Poles de Developpment et Poles de Croissance Bresiliens au XXème siècle", in Colóquio Internacional de História Quantitativa do Brasil, - C.N.R.S., Paris, 1971 (exemplar mimeografado).

42. BAUVIER, Jean - "L'Appareil Conceptuel dans l'Histoire - Économique Contemporaine", in Revue Économique, Vol.XVI, nº 1, 1965, págs. 1-17.

43. BOXER, C.R. - A Idade do Outro no Brasil, Trad.Port., Editora Nacional, São Paulo, 1963.

44. --- "Brazilian Gold and British Traders in the First - Half os the Eighteenth Century" in Hispanic American Historical Review, Vol. XLIX, nº 3, August 1969, págs. 454--472.

45. BRANCHU , J-Y Le - "La Theorie Quantitative de la Monnaie au XVIe. Siècle", in Revue d'Economie Politique, - quarante-huitième Année, 1934, págs. 1242-.256.

46. BRAUDEL, Fernand - "De l'Histoire d'Espagne à l'Histoire des Prix", in Annales Économies-Sociétés-Civilizations, Vol, VI, nº2, Avril-Juin 1951, págs. 202-206.

47. --- "Pour une Histoire Sérielle: Séville et l'Atlantique (1504-1650)", in Annales Économies-Sociétés-Civilizations, Vol. XVIII, nº3, mai-juin 1963, págs.541-553.

48. --- "Prices in Europe from 1450 to 1750", in The Cambridge Economic History of Europe, Ed. by E.E.Rich and C.H. Wilson, Vol. IV, Cambridge at University Press, London, 1967.

49. BROWN, E. H. Phelps, HOPKINS, Sheila V. - "Seven Centuries of Wages and Prices: Some earlier estimates", in Economica, 41st. year, vol. XXVIII nº 109, February, 1961, págs. 30-36.

50. --- "Wage-Rates and Prices: Evidence for Population Pressure in the Sixteenth Century", in Economica, 37th year, vol. XXIV, nº 96, november, 1957,págs. 289-301.

51. BRENNER, Y.S. - "The Inflation of Prices in Early Sixteenth Century England", in The Economic History Review, second series, vol. XIV, nº2, december 1961, págs. 225-239.

52. --- "The Inflation of Prices in England, 1551-1650", in The Economic History Review, second series, vol.XV, nº 2, december 1962, págs. 266-284.

53. BRINKMANN, Carl - Historia Económica y Social, Trad. Esp. Libreria "El Atenso" Editorial, Buenos Aires, 1962.

54. BRITTO, Lemos - Pontos de Partida para a História Economica do Brasil, 2a. Edição, Cia. Editora Nacional, São Paulo, 1939.

55. BRUNSCHWIG, Henri - Mythes et Réalités de Impérialisme Colonial Français, 1871-1914, Librairie Armand Colin, 1960.

56. BRY, Georges - Histoire Industrielle et Économique de l'Angleterre, Librairie de la Société du Recueil Général des Lois et des Arrets, Paris, 1900.

57. BUESCU, Mircea - História Economica do Brasil, Pesquisas e Análises, Editora Apec S/A, Rio de Janeiro,1970.

58. BUESCU, Mircea - TAPAJÓS, Vicente, História do Desenvolvimento Econômico do Brasil, 2a. Edição, A Casa de Livro Ltda., Rio de Janeiro, 1969.

59. BUESCU, Mircea - Exercicios de História Econômica do Brasil, Editora Apec S/A, Rio de Janeiro, 1968.

60. --- "L'Inflation Brasilenne de 1850 à 1870 - monetarisme et structuralisme", in Colóquio Internacional de História Quantitativa do Brasil, C.N.R.S., Paris, 1971 (exemplar mimeografado).

61. BULLOCK, C.J. - MICOLEAU, H.L., "Foreign Trade and the Business Cycle", in The Review of Economic Statistics, vol. XIII, 1931, págs. 138-159.

62. CALMON, Pedro - História do Brasil, vol. IV, Livraria José Olympio Editora, Rio de Janeiro, 1961.

63. CALÓGERAS, J. Pandiá - A Política Monetária do Brasil, Cia. Editora Nacional, São Paulo, 1960.

64. --- Formação Histórica do Brasil, 7a. edição, Cia. Editora Nacional, 1967.

65. CANABRAVA, A.P. - O Desenvolvimento da Cultura do Algodão na Província de São Paulo (1861-1875), Ind. Gráfica Siqueira S/A, São Paulo, 1951.

66. CANNAN, Edwin - História de las teorias de la producción y distribución en la Economia Política Inglesa de 1776 a 1848, Trad. Espa., 2a. edição, Fondo de Cultura Economica, México, 1948.

67. --- "Sur l'Introduction et la Diffusion des Chiffres Arabes au Portugal", in Bulletin des Études Portugaises et de l'Institut Français au Portugal, vol. XX, 1957.

68. CASTRO, Antonio Barros de , LESSA, Carlos Francisco - Introdução à Economia (Uma Abordagem Estruturalista) 5a. edição, Cia. Editora Forense, Rio de Janeiro, 1970.

69. CAVALCANTI, Amaro e outros - "Exportação de Café Brasileiro em sacas, de acordo com diversas fontes estatísticas, de 1792 a 1890", in Revista de História da Economia Brasileira, vol. I, nº 1, junho de 1953.

70. CHABERT, A. - Essai sur les Mouvements des Revenus et de l'Activité Économique en France de 1798 a 1820, Librairie de Médicis, Paris, 1949.

71. --- "Encore la Révolution des prix au XVe. siècle", in Annales - Économies-Sociétés-Civilizations, Vol. XII, -

nº 2, Avril-Juin 1957, págs. 269-274.

72, CHANDLER, Lester V. - Introducción a la Teoria Monetária, Trad. Esp., Fondo de Cultura Economica, México, - 1942.

73, CHAPMAN, A. B. Wallis - "The Commercial Relations of England and Portugal, 1487-1807", in Transactions of the Royal Historical Society, Vol. I, 1907, págs. 157-179.

74, CHAUNU, Pierre - Conquête et Exploitation du Nouveau - Mondes (XVIe. siècle), col. Nouvelle Clio, dir. Robert Boutruche e Paul Lemerle, Presses Universitaires de - France, Paris, 1969.

75, --- L'Expansion Européenne du XIIIe. au XVe. Siècle, - col. Nouvelle Clio, dir. Robert Boutruche e Paul Lemerle, Presses Universitaires de France, Paris, 1969.

76, --- A América e as Américas, Trad. Port., Lisboa, 1969.

77, --- "Histoire Quantitative et Histoire Serielle", Cahiers Vilfredo Pareto, Geneve, nº 3, 1964, págs. 165 - -175.

78, --- "Le Rythme Trentenaire de l'Expansion Européenne", in Annale - Économies-Sociétés-Civilizations, Vol. XXI, nº 4, Juillet-aout 1966, págs. 886-893.

79, --- "História Economica: Retrospectiva e Perspectiva", in Anais de História, Assis, Ano II, 1971, págs. 9-36.

80, --- "Place et rôle du Brésil dans les Systèmes de Communications et dans les mécanismes de Coissance de l' Économie du XVe. Siècle", in Revue d'Histoire Économique et Sociale, Vol. XLVIII, nº 4, 1970, págs. 460-482.

81, --- "Pour une Histoire Sérielle du Brésil au XVIIIe. - Siècle. Réflexions préables", in Revue d'Histoire Économique et Sociale, vol. XLIX, nº 4, 1971, págs. 465- -484.

82, --- "Sur le Front de l'Histoire des Prix au XVe. siècle-Dela Mercuriale de Paris au Port d'Anvers", in Annales - Économies-Sociétés-Civilizations, Vol. XVI , 16e. année, nº 4, Juillet-Aout, 1961, págs. 791-803.

83, CHRISTELOW, Allan - "Greet Britain and the Trades from Cadiz and Lisbon to Spanish America and Brazil, 1759-

-1783", in The Hispanic American Historical Review, February, 1947, págs. 2-29.

84. CIPOLLA, Carlo M., Mouvements Monétaires dans l'Etat de Milan (1580-1700), Librairie Armand Colin, Paris, 1952.

85. --- "La prétendue 'révolution des prix' Réflexions sur l' 'expérience italienne' ", in Annales - Économies-Sociétés-Civilizations, vol. X, nº 4, Octobre-Décembre - 1955, págs, 513-516.

86. CIPOLLA, Carlo M., LOPEZ, Robert S., MISKIMIN, Harry A. - "Economic Depression of the Renaissance?", in The Economic History Review, Second Series, vol. XVI, nº 3, April, 1964, págs. 519-529.

87. CLARK, G. N. - Guide to English Commercial Statistics - 1696-1782, London, 1938.

88. CLOUGH, Shepard Bancroft, COLE, Charles Woolsey - Economic History of Europe, D.C. Heath and Company, Boston, 1941.

89. CLOUGH, Shepard B., MOODIE, Carol Gayle - História Economica de Europa, Trad. Esp. Editorial Paidos, Buenos - Aires, 1968.

90. COLE, Arthur Harrison - Wholesale Commodity Prices in the United States 1700-1861, Harvard University Press, Massachussets, 1938.

91. COLE, G. D. H. - Presente y Futuro del Dinero, Trad.Esp. Fondo de Cultura Economica, México, 1947.

92. --- Introduction to Economic History - 1750-1950, 2a. - Edição, Macmillan E. Co. Ltd., London, 1953.

93. COLE. W. A. - "Trends in Eighteenth-Century Smuggling" in The Economic History Review, Second Series, vol. X, nº 3, April 1958, págs. 395-410.

94. CONDLIFFE, J. B. - The Commerce of Nations, George Allen e Unwin Ltd., London, 1951.

95. COSTA Filho, Miguel, "Engenhos e Produção de Açucar em Minas Gerais", in Revista de História da Economia Brasileira, Vol. I, nº 1, junho 1953, págs. 42-50.

96. COURT, W. H. B. - A Concise Economic History of Britain, At the University Press Cambridge, London, 1954.

97. CROOME, H. M., HAMMOND, R. J. - An Economic History of Britain, Christophers, London, 1947.

98. CROUZET, François - "Bilan de l'Économie Britannique - pendant les Guerres de la Révolution et de l'Empire", - in Revue Historique, Vol. CCXXXIV, 1965, págs, 71-110,

99. --- "Croissances comparées de l'Anglaterre et de la - France au XVIIe. Siècle", in Annales - Économies-Sociétés-Civilizations, vol. XXI, nº 2, Mars-Avril 1966, - págs. 254-291.

100. DAUMARD, Adeline - "Données économiques et histoire sociale", in Revue Économique, nº 1, Janvier 1965, págs, 62-85.

101. DAVIS, Lance, - "Professor Fogel and the new Economic History", in The Economic History Review, Second Series, vol. XIX, nº 3, December 1966, págs. 657-663,

102. DAVIS, Rolph, - "English Foreign Trade, 1700-1774", in The Economic History Review, Second Series, vol. XV, - nº 2, December 1962, págs. 285-303.

103. DAY, Clive, - Historia del Commercio, Trad. Esp., T.I, Fondo de Cultura Economica, México, 1941.

104. DEANE, Phyllis, - A Revolução Industrial, Trad. Port., Zahar Editores, Rio de Janeiro, 1969.

105. DELFIM NETO, Antonio - O Problema do Café no Brasil, - Depto. de Publicações da Faculdade de Ciências Econômicas, São Paulo, 1959.

106. DESAI, Meghnaid, - "Some issues in Econometric History", in The Economic History Review, Second Series, vol.XXI, nº 1, April, 1968, págs. 1-16.

107. DEVEZA, Guilherme - "Um precursor do comércio frances no Brasil", in Revista de História, nº 11, págs.75-92, nº 12, págs. 353-372, nº 16, págs. 123-141, nº 20, págs 283-306, nº 21 e 22, págs. 209-238, 1952, 1952, 1953, - 1954, 1955.

108. DIAS, Manuel Nunes - A Companhia Geral do Grão Pará e Maranhão, (1755-1778), 2 volumes, Universidade Federal do Pará, 1970.

109. DIEGUES JUNIOR, Manuel - "As Companhias Privilegiadas

no Comércio Colonial", in Revista de História (Reimpressão), Ano I, nº 3, Julho/Setembro de 1950, São Paulo, - 1962, págs. 309-338.

110. DOBB, Maurice - A Evolução do Capitalismo, Trad. Port., Zahar Editores, Rio de Janeiro, 1965.

111. DREYFUS, Franpois G. - "Prix et Population à Trèves et à Mayence au XVIIIe. Siècle", in Revue d'Histoire Economique et Sociale, Vol. XXXIVe., nº 3, Année 1956, págs. 241-261.

112. DUFRAISSE, Roger - "Régime Douanier, Blocus, Système Continental, essai de Mise au Point", in Revue d'Histoire Économique et Sociale, vol. XLIV, nº 4, 1966, págs. 518-543.

113. DUROSELLE, J. B. - L'Europe de 1815 a nos Jours - Vie Politique et Relations Internacionales, Presses Universitaires de France, Paris, 1970.

114. ELLIS, Myriam - "Contriuição ao estudo do abastecimento das zonas mineradoras no Brasil no século XVIII", in - Revista de História, vol. XXXVI, 1958, págs. 429-467.

115. ELLSWORTH, P. T. - The International Economy, its Structure and operation, The Macmillan Company, New York, - 1938.

116. --- Economia Internacional, Trad. Port., Editora Atlas S/A, São Paulo, 1971.

117. ESTEY, J. A. - Ciclos Economicos, Sua Natureza, Causa e Contrôle, Trad. Port., Editora Mestre Jou, São Paulo, - 1965.

118. FALCON, Francisco C. e NOVAIS, Fernando Antonio - "A - Extinção da Escravatura Africana em Portugal no Quadro da Política Economica Pombalina", in VI Simpósio Nacional dos Professores Universitários de História, Goiana, 1971.

119. FARNIE, D. A. - "The Commercial Empire of the Atlantic, 1607-1783", in The Economic History Review, Second Series, vol. XV, nº 2, December 1962, págs. 205-218.

120. FEBVRE, Lucien - El Problema de la Incredulidad en el Siglo XVI: la Religion de Rabelais, Trad. Esp. UTEHA, - México, 1959.

121. FELIX, David - "Profit Inflation and Industrial Growth; The Historic Record and Contemporary Analogies", in The Quarterly Journal of Economics, vol. LXXX, nº 3, December 1956, págs. 441-463.

122. FERGUSON, John M. - Historia de la Economia, Trad. Esp. Fondo de Cultura Económica, México, 1948.

123. FISHER, H. E. S. - The Portugal Trade - A Stury of Anglo-Portuguese Commerce 1700-1770, Methuen & Co, Ltd., London, 1971.

124. FLORESCANO, Henrique - Precios del Maíz y Crisis Agrícolas an México, El Colegio de México, México, 1968.

125. FOGEL, R. W. - "The New Economic History. Its Fidings and Methods", in The Economic History Review, Second Series, vol. XIX, nº 3, december 1966, págs. 642-656,

126. --- "The Specificication Problem in Economic History, in The Journal of Economic History, Vol. XXVII, nº 3, september 1967, págs. 283-308.

127. FOURASTIÉ, Jean - L'Evolution des Prix a Long Terme, P. U.F., Paris, 1969.

128. --- Contabilidade, Trad. Port., Publicações Europa-América, Lisboa, s.d.

129. FRANCO, Afonso Arinos de Mello - Síntese de História Econômica do Brasil, Publicações da Universidade da Bahia, 1958.

130. --- Desenvolvimento da Civilização Material no Brasil, 2a. Ed., Conselho Federal de Cultura, Rio de Janeiro, 1971.

131. FRÊCHE, Georges Frêche - "Études Statistiques sur le Commerce Céréalier de la France Méridionale au XVIIIe Siècle" (IIe partie), in Revue D'Histoire Économique et Sociale, Vol. XLIX, nº 2, 1971, págs. 180-224.

132. FREITAS, Caio de - George Canning e o Brasil, Vol. I, Companhia Editora Nacional, São Paulo, 1958.

133. FRIEDLAENDER Y OSER, H. E. e J. - Historia Económica de la Europa Moderna, Trad. Esp., Fondo de Cultura Económica, México, 1957,

134. FRIIS E GLAMANN, Astrid e Kristof - A History of Prices

and Wages in Denmark 1660-1800, Longmans, Green & Co., Londres, 1958,

135. FURTADO, Celso - Formação Econômica do Brasil, 5a. Edição, Editora Fundo de Cultura S/A., Rio de Janeiro, - 1963,

136. GIDE, Charles - Cours d'Économie Politique, 3a. Ed., - Librarie de la Société de Recueil Sirey, Paris, 1913.

137. GIRÃO, Raimundo - História Econômica do Ceará, Editora Instituto do Ceará, Fortaleza, 1947.

138. GLENDAY, Roy - "Long-Period Economic Trends", in Journal of the Royal Statistical Society, Vol. CI, nº 3 , 1938, págs. 511-553.

139. GOBERT, Andrée - "Vers de Liberalisme", in Histoire du Commerce, dir. Jacques Lacour-Gayet, Tomo IV, Editions Spid, Paris, 1951.

140. GODECHOT, Jacques - Las Revoluciones (1770-1799), Trad, Esp., Editorial Labor, S.A., Barcelona, 1969.

141. GODINHO, Vitorino Magalhães - Prix et Monaies au Portugal, Librairie Armand Colin, Paris, 1955.

142. --- Introdução à História Económica,Livros Horizonte , Ltda., Lisboa, s.d.

143. --- A Estrutura na Antiga Sociedade Portuguesa, Editoria Arcadia, Lisboa, s.d.

144. --- Ensaios II, Livraria Sá da Costa, Lisboa, 1968.

145. --- "Portugal, as Frotas do Açúcar e do Ouro (1670 - - 1770)" in Revista de História, ano IV, nº 15, julho/ /setembro de 1953, São Paulo, 1953, págs.69-88

146. --- "Histoire Économique et Économie Politique", in Revista de Economia, Vol. IV, nº 3, 1951, págs. 121 a 128.

147. --- "Les Incidences de la Course et de la Concurrence - sur l'Économie Maritime Portugaise au XVIème Siècle" , in Revista de Economia, Vol. XVIII, nº 4, 1960, págs. - 143-155.

148. --- "Le Problème du Pain dans l'Économie Portugaise,XVe XVe Siècles. Blé d'Europe et Blé des Iles", in Revista de Economia, Vol. XII, nº 3, setembro de 1959,págs, 144 -155.

149. --- "Les Fluctuations Économiques au XVIème Siècle - - Problème de Diagnostic et d'Interprétation", in Revista de Economia, Vol. IX, nº 3, setembro de 1956, - págs. 109-116.

150. GONNARD, René - Précis D'Économie Monétaire, Librarie du Recueil Sirey, Paris, 1930.

151. GOULART, José Alipio - Brasil do Boi e do Couro, Edições G. R. D., Rio de Janeiro, 1966.

152. GRAUBER E ELLIOT, C.W.I. e C.M. - "A Fresh Loo, at - Wheat Prices and Markets in the Eighteenth Century", in The Economic History Review, Seond Series, Vol. XX, nº2, August 1967, págs. 257-265.

153. GRAS, Norman Scott Brien - The Evolution of The English Corn Market From the Twelfth to the Eighteenth - Century, Cambridge, Harvard University Press, London, 1926.

154. --- "The Rise and Development of Economic History", in The Economic History Review, Vol. I, nº 1, January - 1927, págs. 12-34.

155. GRIZIOTTI-KRETSCHMANN, Jenny - Il Problema del Trend - Secolare nelle Fluttuazioni dei Prezzi, Publicação da Università di Pavia, 1935, APUD G. Imbert, Des Mouvements de Longue Durée Kondratieff, La Pensée Universitair, Aix-en Provence, 1959.

156. --- "Richerche Sulle Flutuazione Economiche de Lunga - Durata", in Giornale degli Economiste, Vol. II, nº 7 , 1933, págs. 461-508.

157. --- As Doutrinas Económicas Modernas, Trad. Port., Editora Arcadia, Lisboa, 1963.

158. GUITTON, Henri - Les Fluctuations Économiques, Recueil Sirey, Paris, 1951.

159. GUDIN, Eugênio - Princípios de Economia Monetária, 2 Vols., 7a. Ed., Livraria Agir Editora, Rio de Janeiro, 1970.

160. HABAKKUK, H. J. - "Population, Commerce, and Economic Ideas", in The New Cambridge Modern History, dirig. por G. N. Clark, Tomo VIII, Cambridge at the University - Press, London, 1965, págs. 25-54.

161. --- "The Long-Term Rate of Interest and the Price of Land in the Seventeenth Century", in The Economic History Review, Second Series, Vol.V, nº 1,1952, págs. - 26-45.

162. HABERLER, Gottfried - Prosperidad y Depression - Análisis Teórico de los Movimientos Cíclicos, Trad. Esp., 3a. ed. Inglesa, Fondo de Cultura Económica, México , 1945.

163. HAGUE E STONIER, D. C. e A. W. - Elementos de Economia, Trad. Port., Livraria Pioneira Editora, São Paulo,1966.

164. HALL, Fred - The Elements of Commercial History, Sir Isaac Pitman & Sons, Ltd., London, 1935.

165. HAMILTON, Earl J. - El Florecimiento del Capitalismo y Otros Ensayos de Historia Económica, Trad. Esp., Revista de Occidente, Madrid, 1948.

166. --- "Prices and Wages at Paris Under John Law's System" in The Quarterly Journal of Economics, Vol. LI, 1937, - págs. 42-70.

167. --- "The Role of Monopoly in the Colonial Trade and - Expansion of Europe", in The American Economic Review, Vol. XXXVIII, nº 2, 1948, págs.

168. --- "Monetary Inflation in Castille, 1598-1660",in Economic History, Vol. II, nº 6, january, 1931, págs. 177- -212.

169. ---"Monetary Problems in Spain and Spanish America 1751 -1800" in The Journal of Economic History, Vol. IV, - 1944, págs. 21-48.

170. --- "Origin and Growth of the National Debt in France - and England", in separata do Studi in Onore di Gino Luzzato, Vol. II, 1950, págs. 246-258.

171. --- "Profit Inflation and the Industrial Revolution, - 1751-1800", in The Quarterly Journal of Economics, Vol. LVI, nº 1, November, 1941, págs. 256-273.

172. HARDY, Georges - Histoire de la Colonisation Française, 3a. ed., Librarie Larose, Paris, 1938.

173. HARTWELL, R. M. - "The Causes of the Industrial Revolution. An Essay in Methodology", The Economic History -

Review, Second Series, Vol. XVIII, nº 1, August 1965, págs. 164-182.

174. --- "Economic Change in England and Europe, 1780-1830", in The New Cambridge Modern History, dirigida por G.N. Clark, Vol. IX, Cambridge at the University Press, London, 1965.

175. HAUSER, Henri - "L'Histoire des Prix: Controverse et Méthode", in Annales Économies-Sociétés-Civilisations, Vol. XXXVIII, 1938, págs. 163-166.

176. --- "The Characteristic Features of French Economic History from the Middle of the Sixteenth to the Middle of the Eighteenth Century", The Economic History Review, Vol. IV, nº 3, October, 1933, págs. 257-272.

177. HAWTREY, R. G. - Good and Bad Trade, Constable & Co. Ltd., London, 1913.

178. HAYEK, Friedrich A. - Prices and Production, George Routledge & Sons, Ltd., London, 1935.

179. HENDERSON, W. O. - Britain and Industrial Europe 1750-1870. Studies in British Influence on the Industrial Revolution in Western Europe, Liverpool at the University Press, Liverpool, 1954.

180. HICKS, John - Uma Teoria de História Econômica, Trad. Port., Zahar Editores, Rio de Janeiro, 1972.

181. --- Valor y Capital, Trad. Esp., 2a. ed., Fondo de Cultura Económica, México, 1954.

182. HOBSBAWM, E. J. - "Economic Fluctuations and Some Social Movements Since 1800", The Economic History Review, Second Series, Vol. V, nº 1, 1952, págs.1-25.

183. HOBSON, John A. - The Evolution of Modern Capitalism - A Stury of Machine Production, George Allen & Unwin, Ltds., London, s.d.

184. --- Economics of Unemployment, G. Allen & Unwin, Ltds. London, 1922.

185. HOFFMANN, W. - "The Growth of Industrial Production in Great Britain: A Quantitative Study", in The Economic History Review, Second Series, Vol. II, nº 2, 1949, págs. 162-180.

186. HOSZOWSKI, Stanislas - "L'Europe Centrale Devant la Révolution des Prix XVIe et XVIIe Siècles", in Annales - Économies-Sociétés-Civilisations, Vol. XVI, nº 3, 1961, págs. 441-456.

187. IGLÉSIAS, Francisco - "Perspectiva da História Econômica de Minas Gerais 1889-1930", Congresso Internacional de História Quantitativa do Brasil, C.N.R.S., Paris, 1971, Ex. Mimeografado.

188. --- "Situação da História Econômica do Brasil", in - Anais de História, Assis, Ano II, 1970, págs. 9-64.

189. --- "Artesanato, Manufatura e Indústria (Nota Conceitual e Tentativa de Aplicação no Brasil)", in III Simpósio dos Professores Universitários de História, org. pelo Prof. Euripedes Simões de Paula, Franca, 1966, - págs. 105-134.

190. --- Introdução à Historiografia Econômica, Faculdade de Ciências Econômicas de Minas Gerais, Belo Horizonte, - 1959.

191. IMBERT, Gaston - Des Mouvements de Longue Durée Kondratieff, La Pensée Universitaire, Aix-en-Provence, 1959.

192. IMLAH, Albert H. - "Real Values in British Foreign Trade, 1798-1853", in The Journal of Economic History, - Vol. VIII, nº 2, 1948, págs. 133-152

193. ISARD, Walter - "A Neglected Cycle: The Transport-Building Cycle", The Review of Economic Statistics, Vol. - XXIV, nº 4, 1942, págs. 149-158.

194. FLUCTUATIONS ÉCONOMIQUES, dirigida por J. Émile e A. Marchal, Éditions Domat Montchrestien, Paris, 1954, II Vols.

195. JANCSÓ, Istvan - "As Exportações da Bahia Durante a - República Velha (1889-1930). Considerações Preliminares", in Congresso de História Quantitativa do Brasil, C.N.R.S., Paris, 1971, Ex. Mimeografado.

196. JANCSÓ E MATTOSO, I. e K. de Q. - "Como Estudar a História Quantitativa da Bahia no Século XIX", Congresso Internacional de História Quantitativa do Brasil, Paris, 1971, Ex. Mimeografado.

197. JEANJEAN, Louis - "Croissance Urbaine et Croissance Regionale au Brésil depuis L'Independance", in Congresso Internacional de História Quantitativa do Brasil, C.N.R.S., Paris, 1971, Ex. Mimeografado.

198. JOHNSON, Harold B. - "Money and Prices in Rio de Janeiro 1760-1820", Congresso Internacional de História Quantitativa do Brasil, C.N.R.S., Paris, 1971, Ex. Mimeografado.

199. JUDGES, A. V. - "Scopi e Metodi della Storia dei Prezzi", Rivista Storica Italiana, Vol. LXIII, nº 2, 1951, págs. 162-179.

200. JUGLAR, Clement - Des Crises Commerciales et de leur Retour Périodique en France, en Angleterre et aux Etats-Unis, 2a. ed., Librarie Guilaumin, Paris, 1889.

201. JULIN, Armand - Principes de Statistique Théorique et Appliquée, Tome Deuxième, Albert Dewit, Editeur, Bruxelles, 1928.

202. KELLENBENZ, Hermann - "Données Statistiques sur le Systeme Routier Hambourg-Terre-Neuve-Brésil (première moitié du XIXe siècle)", in Congresso Internacional de História Quantitativa do Brasil, C.N.R.S., Paris, 1971, Ex. Mimeografado.

203. KERHUEL, Marie - Mouvements de Longue Durée des Prix, Université de Rennes, 1935, APUD, G. Imbert, Des Mouvements de Longue Durée Kondratieff, La Pensée Universitaire, Aix-en-Provence, 1959, pág .20.

204. KEYNES, John Maynard - Teoria Geral de la Ocupacion, el interés y el dinero, Trad. Esp., 3a. ed., Fondo de Cultura Económica, México, 1951.

205. KINDLEBERGER, Charles P. - Economia Internacional, Trad. Esp., Editora Aguilar, Madrid, 1957.

206. KIRKLAND, Edward C. - Historia Económica de Estados Unidos, Trad. Esp., Fondo de Cultura Económica, México, 1941.

207. KITCHIN, Joseph - "Cycles and Trends in Economic Factores", in The Review of Economic Statistics, Vol. V., - 1923, págs. 10-16.

208. KOENIGSBERGER, H. G. - "Property and the Price Revolution (Hainault 1474-1573)", in The Economic History Review, Second Series, Vol.IX, nº 1,1956, págs.1-15.

209. KONDRATIEFF Y GARVY, N. D. e G. - Las Ondas Largas de la Economia, Trad. Esp., Revista de Occidente, Madrid, 1946.

210. KONDRATIEFF, N. D. - "The Long Waves in Economic Life" in Readings in Business Cycle Theory, Blakiston Series of Republished Articles on Economics, dirigida por Gottfried Haberler, The Blakston Company, Philadelphia, 1944, Vol. II, págs. 20-42.

211. --- "The Static and the Dynamic View of Economics", in The Quarterly Journal of Economics, Vol. XXXIX,1925, págs. 575-583.

212. KULA, Witold - "Histoire et 'Economie: La Longue Durée" Annales Économies-Sociétés-Civilisations, Vol. XV,nº2, 1960, págs. 294-313.

213. KUZNETS, Simon - "Statistical Trends and Historical Changes", in The Economic History Review, Vol. III,nº3 1951, págs. 265-278.

214. LABROUSSE, Ernest - La Crise de l'Économie à la fin de L'Ancien Régime et au Début de la Revolution, P.U.F., Paris, 1944.

215. --- Esquisse du Mouvement des Prix et des Revenus en France au XVIII Siècle, Delloz, Paris, 1933.

216. --- Fluctuaciones Económicas y Historia Social, Trad. Esp., Editorial Tecnos, S.A., Madrid, 1962.

217. --- "Prix et Structure Régionale. Le Froment dans les Régions Françaises: 1782-1790", in Annales D'Histoire Sociale, Tomo I, nº 4, 1939, págs. 382-400.

218. LADURIE, Emmanuel le Roy - "Climat des XIe et XVe Siècles: Séries Comparées", in Annales Économies-Sociétés-Civilisations, Vol. XX, nº 5, 1965, págs. 899.919.

219. --- "Climat et Récoltes aux XVIIe et XVIIIe Siècles", in Annales Économies-Sociétés-Civilisations,Vol. XV, nº 3, 1960, págs. 434-464.

220. --- "Histoire et Climat", in Annales Économies-Socié-

tés-Civilisations, Vol. XIV, nº 1, 1959, págs. 3-34.

221. LAMBERT, Denis Clair - "Le Degre de Dualisme de L'Économie Bresilienne s'est-il attenue en un demi-siècle? 1920-1970", in Congresso Internacional de História Quantitativa do Brasil, C.N.R.S., Paris, 1971, Ex. Mimeografado.

222. LANGE, Oscar - "Business Cycle: by Joseph Schumpeter", in The Review of Economic Statistics, Vol. XXIII, nº4, 1941, págs. 190-193.

223. --- Introdução à Econometria, Trad. Port., 2a. Edição, Editora Fundo de Cultura S/A, Rio de Janeiro, 1967.

224. LAPA, Roberto do Amaral - A Bahia e a Carreira da India, Companhia Editora Nacional, São Paulo, 1968.

225. LEE, Maurice W. - Economic Fluctuations, Richard D. Irwin, Inc., Homewood, Illinois, 1955.

226. LEFEBVRE, G. - Napoléon, col. Peuples et Civilisations, dir. Louis Halphen et Philippe Sagnac, Librairie Felix Alcan, Paris, 1935.

227. LEFEBVRE, Georges, GUYOT, Raymond et SAGNAC, Philippe - La Révolution Française, col. Peuples et Civilisations, dir. Louis Halphen et Philippe Sagnac, Deuxième Édition, Revue et Augmentée, Librairie Félix Alcan, Paris, 1938.

228. --- A Revolução Francesa, Trad. Port., IBRASA, São Paulo, 1966.

229. --- "Le Mouvement des Prix et les Origines de la Révolution Française", Annales d'Histoire Économique et Sociale, Vol. IX, nº 44, 1937, págs. 139-170.

230. LEFT, Nathaniel - Economic Policy-Making and Development in Brazil, 1947-1964, John Wiley Son, New York, 1968.

231. LEITE, Francisco Rodrigues - "Coiro e Pelame - Aspectos antigos de São Paulo", Anais do Museu Paulista, Tomo XVIII, 1964, págs. 147-206.

232. LESCURE, Jean - Des Crises Générales et Périodiques de Surproductions, 5a. ed., Éditions Domat-Montchrestien, Paris, 1938.

233. --- "L'accroissement de la production de l'or. Et la hausse Générale des prix", in Revue D'Economie Politique, Vol. XXV, 1911, págs. 729-743.

234. --- "Hausses et Baisses Générales de Prix", in Revue D'Economie Politique, Vol. XXVI, nº 3, 1912, págs.453-490.

235. LESOURD E GERARD, Jean-Alain e Claude - Histoire Économique XIXe et XXe Siècles, Collection U, Tomo I, 3a. ed., Armand Colin, Paris, 1963.

236. LEVY, Maria Bárbara - "Aspectos da História Demográfica e Social do Rio de Janeiro (1808-1889)", Congresso Internacional de História Quantitativa do Brasil, C.N.R.S., Paris, 1971, Ex. Mimeografado.

237. LHOME, Jean - "Les Enseigments Théoriques à Retirer d'une Étude sur les Salaires dans la Longue Période", in Revue Économique, Vol. XVI, nº 1, 1965, págs.18-61.

238. LIMA, Luiz Costa - "Comunicação e Cultura de Massa",in Teoria da Cultura de Massa, orgn. por Luiz Costa Lima, Editora Saga, Rio de Janeiro, 1969.

239. LISANTI, L. - "La Productivité Agricola dans l'Etat de São Paulo XIX-XXe Siècles", Congresso Internacional de História Quantitativa do Brasil, C.N.R.S., Paris,1971, Ex. Mimeografado.

240. --- "Sur la Nourriture des "Paulistes" entre XVIIIe et XIXe. Siècles", in Annales - Économies-Sociétés-Civilisations, Vol. XVIII, nº 3, Mai-Juin 1963, págs.531-540.

241. LISANTI e MARCILIO, L. e L. - "Problèmes de l'Histoire Quantitative du Brésil: Metodologie et Demographie", in Congresso Internacional de História Quantitativa do Brasil, C.N.R.S., Paris, 1971, Ex. Mimeografado.

242. LOBO, Eulália e outros - "Evolution des Prix et du Cout de la Vie a Rio de Janeiro 1820-1830", Congresso Internacional de História Quantitativa do Brasil, C.N.R.S., Paris, 1971, Ex. Mimeografado.

243. LOSCH, A. - "Population Cycles as a Cause of Business Cycle", in The Quarterly Journal of Economics, Vol.LI, 1936-37, págs. 649.

244. LUZ, Nicia Vilela - A Luta pela Industrialização do Brasil (1808-1930), Difusão Européia do Livro, São Paulo, 1961.

245. --- "A Política de D. João VI e a Primeira Tentativa de Industrialização no Brasil", in III Simpósio dos Professores Universitários de História, orgn. pelo Prof. Eurípedes Simões de Paula, Franca, 1966, págs. 483-502.

246. LUZZATTO, Gino - Storia Economica Dell' Età Moderna e Contemporanea, 4a. ed., Cedam, Padova, 1960.

247. MACEDO, Jorge Borges - O Bloqueio Continental. Economia e Guerra Peninsular, Editora Gráfica Portuguesa, Lisboa, 1962.

248. --- Problemas de História da Indústria Portuguesa no Século XVIII. Associação Industrial Portuguesa, Lisboa, 1963.

249. --- "Portugal e a Economia 'Pombalina'. Temas e Hipóteses", in Revista de História, ano V, nº 19, julho / /setembro de 1964, págs. 81-100.

250. MAILLET, J. - Histoire des Faits Économiques des Origines au XXe Siècle, Payot, Paris, 1952.

251. MANCHESTER, Alan K. - British Preeminence in Brazil - Its Rise and Decline - A Study in European Expansion, Octagon Brooks Inc. New York, 1964.

252. MANTOUX, Paul - La Revolutión Industrial en el Siglo XVIII, Trad. Esp., Aguilar, S.A., Ediciones, Madrid, 1962.

253. MARÇAL, Heitor - Marinha e Sertão, Coleção Ensaios Brasileiros, 2a. ed., Edições GRD, Rio de Janeiro, 1966.

254. MARCHAL, Andre - Sistemas e Estruturas Económicas, Trad. Port., Editorial Gleba, Livros Horizonte, Lisboa, s.d.

255. --- "Économistes et Historiens", Revue Économique, maio, 1950, págs. 5-36.

256. MARCHAL, Jean - Cours D'Économie Politique. Tome Premier, 2a. ed., Librairie de Médicis, Paris, 1952.

257. MARCÍLIO, Maria Luiza - "Tendances et Structures des

Menages dans la Capitaninerie de São Paulo (1765-1828) selon les listes nominatives d'habitants", Congresso Internacional de História Quantitativa do Brasil, C.N. R.S., Paris, 1971, Ex. Mimeografado.

258. MARCZEWSKI, Jean - Introduction a L'Histoire Quantitative, Librarie Droz, Généve, 1965.

259. --- "Quelques Observations sur L'Article de M.Chaunu", Cahiers Vilfredo Pareto, Genève, nº 3, 1964, págs.177-180.

260. --- "Les Variables Historiques", Revue Économique, vol. XVI, nº 1, 1965, págs. 86-104.

261. MARTIN, Gaston - Histoire de l'Esclavage dans les Colonies Françaises, P.U.F., Paris, 1948.

262. MARTINS, Ivan Pedro de - Introdução à Economia Brasileira, Livraria José Olympio Editora, Rio de Janeiro, 1961.

263. MATHIEX, Jean - "Trafic et Prix de l'Homme en Méditerranée aux XVII et XVIII Siècles", Annales Économies-Sociétés-Civilisations, Vol. IX, nº 2, 1964, págs.157-164.

264. MAURO, Frédéric - Histoire de l'Economie Mondiale, Éditions Sirey, Paris, 1971.

265. --- Nova História e Novo Mundo, Trad. Port., Editora Perspectiva, São Paulo, 1969.

266. --- Europa en el Siglo XVI. Aspectos Económicos. Trad. Esp., Editorial Labor, Barcelona, 1969.

267. --- "L'Expansion Européenne 1600-1870, P.U.F., Paris , 1964.

268. --- "Problèmes et Possibilités d'une Histoire Économique Quantitative de l'Amerique Latine depuis l'Indépendance: Les Cas du Brésil", Separata de Do Tempo e Da História, III, Lisboa, 1970.

269. --- "Comptabilité Théorique et Comptabilité Pratique au Améric Portugaise au XVIIème Siècle", in Revista de Economia, Vol. XIII, nº 1, 1960, págs. 5-16.

270. --- "Towards an 'Intercontinental Model': European Overseas Expansion Between 1500 and 1800", in The Economic History Review, Vol. XIV, nº 1, 1961, págs. 1-17.

271. --- "A Conjuntura Atlântica e a Indpendência do Brasil", in 1822 Dimensões, organizada por Carlos G. Mota, Editora Perspectiva, São Paulo, 1972, págs. 38-47.

272. MAXWELL, Keneth R. - "Pombal and the Nationalization of the Luso-Brazilian Economy", separata da The Hispanica American Review, Vol. XLVIII, nº 4, 1968, págs. 608-630.

273. McCONNEL, Campbell R. - Elementos de Economia, Princípios, Problemas e Políticas, Trad. Port., 2 Vols, Companhia Editoria Nacional, São Paulo, 1964.

274. Mc GREEVEY e TYRER, William Paul e Robson B. - "Recent Research on the Economic History of Latin America", in Latin American Research Review, Vol. III, nº 2, 1968, - págs. 89-117.

275. MELO, Clovis - Os Ciclos Econômicos do Brasil, Gráfica Editoria Laemmert S.A., Rio de Janeiro, 1969.

276. MEMMI, Albert - Retrato do Colonizado Precedido pelo - Retrato do Colonizador, Trad. Port., Ed. Paz e Terra, - Rio de Janeiro, 1967.

277. MERTON, Robert K. - "Fluctuations in the Rate of Industrial Invention", in The Quarterly Journal of Economics Vol. XLIX, 1935, págs. 454-474.

278. MEUVRET, Jean - "Conjoncture et Crise au XVIIe Siècle : L'Exemple des Prix Milanais", in Annales Économies-Sociétés-Civilisations, Vol. XVIII, nº 2, 1953, págs.215--219.

279. --- "La Géographie des Prix des Céréales et les Anciennes Économies Européennes: Prix Mediterranées, Prix Continentaux, Prix Atlantiques à la Fin du XVII Siècle" , in Revista de Economia, Vol. IV, nº 2, 1951, págs.63-69.

280. MILL, John Stuart - Principios de Economia Politica, - Trad. Esp., 2a. ed., Fondo de Cultura Económica, México, 1951.

281. MITCHELL, Wesley C. - "Business Cycles", in Reading in Business Cycle Theory, The Blakiston Series of Republished Article on Economics, dirigida por Gottfried Haberler, The Blakiston Company, Philadelphia, 1944, Vol.2, págs. 43.

282. MITCHISON, Rosalind - "The Movements of Scottish Corn Prices in the Seventeenth and Eighteenth Centuries", in The Economic History Review, Vol. XVIII, nº2, 1965, págs. 278-291.

283. MORAZÉ, Charles - Os Burgueses à Conquista do Mundo (1780-1895). Trad. Port., Edições Cosmos, Lisboa, Rio de Janeiro, 1965.

284. MORI, G. - Revolucion Industrial Historia Y Significado de un Concepto, Trad. Esp., Alberto Corazon Editor, Madrid, 1970.

285. MORRISON, Christian - "Note sur L'application de Certains Concepts Économiques en Histoire", in Revue Économique, Vol. XVI, nº 1, 1965, págs. 127-132.

286. MOTA, Carlos Guilherme - Atitudes de Inovação no Brasil 1789-1801, Editorial Gleba, Lisboa, s.d.

287. --- "Europeus no Brasil na Época da Independência: Um Estudo", in Anais do Museu Paulista, T. XIX, 1965, págs. 11-25.

288. MOUSNIER E LABROUSSE, R. e E. - O Século XVIII, in História Geral das Civilizações, dirigida por M.Crouzet, Trad. Port., 2a. ed., Tomo V, Difusão Européia do Livro, São Paulo, 1961.

289. MOUSNIER, LABROUSSE, BOULOISEAU, R., E., M. - O Século XVIII, in História Geral das Civilizações, dirigida por M. Crouzet, Trad. Port., 2a. ed., Difusão Européia do Livro, São Paulo, 1961.

290. MURPHY, Orville T. - "Dupont de Nemours and The Anglo_French Commercial Treaty of 1786", in The Economic History Review, Vol. XIX, nº 3, 1966, págs. 569-580.

291. NEF, John - La Conquista del Mundo Material, Estudios sobre el surgimento del industrialismo, Trad. Esp., Editorial Paidos, Buenos Aires, 1969.

292. --- Fundamentos Culturales de la Civilizacion Industrial, Trad. Esp., Editorial Paidós, Buenos Aires, 1964.

293. --- "Prices and Industrial Capitalism in France and England", in The Economic History Review, Vol. VII,

nº 2, May 1937, págs. 155-183.

294. --- "The Industrial Revolution Reconsidered", Separata do Studi in Onore di Gino Luzzatto, vol. II, 1950, págs. 259-285.

295. NIVEAU, Maurice - História dos Fatos Econômicos Contemporâneos, Trad. Port., Difusão Européia do Livro, - São Paulo, 1969.

296. NORMANO, J. F. - Evolução Econômica do Brasil, Trad. - Port., 2a. Edição, Cia. Editora Nacional, São Paulo, - 1945.

297. --- As Idéias na América do Norte, Trad. Port., Editora Atlas S/A, São Paulo, 1945.

298. NORTH, Douglas - "Quantitative Research in Economic - History", in The American Economic Review, Vol. LIII, nº 1, March 1963, págs. 128-130.

299. NORTH, Douglas, e THOMAS, Robert Paul - "An Economic - Theory of the Growth of the Western World", in The Economic History Review, Second Series, Vol. XXIII, nº1, April 1970, págs. 1-17.

300. NOVAIS, Fernando Antonio - "Colonização e Sistema Colonial: Discussão de Conceitos e Perspectiva Histórica", in Separata dos Anais do IV Simpósio Nacional dos Professores Universitários de História, São Paulo, págs. 243-268.

301. --- "A Proibição das Manufaturas no Brasil e a Política Econômica Portuguesa do Fim do Séc. XVIII", in Separata nº 67 da Revista de História, São Paulo, 1967, págs. 145-166.

302. --- "Considerações sobre o Sentido da Colonização" in Revista do Instituto de Estudos Brasileiros, nº 6 (separata), São Paulo, 1969, págs. 55-65.

303. --- "O Brasil nos Quadros do Antigo Sistema Colonial", in Brasil em Perspectiva, org. de Carlos Guilherme Mota, Difusão Européia do Livro, São Paulo, 1968, págs. - 53-71.

304. --- "As Dimensões da Independência", in 1822: Dimensões", org. por Carlos Guilherme Mota, Editora Perspectiva, São Paulo, 1972, págs. 15-26.

305. --- "Sistema Colonial, Industrialização e Etapas do Desenvolvimento", Comunicação ao Encontro sobre História e Desenvolvimento, Marília, 1970, (Exemplar Mimeografado).

306. --- "Notas para o Estudo do Brasil no Comércio Internacional do Fim do Século XVIII e início do Século XIX - (1796-1808)", in Colóquio Internacional de História Quantitativa do Brasil, C.N.R.S., Paris, 1971 (Exemplar Mimeografado).

307. --- Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808), (Exemplar Mimeografado), São Paulo, 1972.

308. ONODY, Oliver - "Histórico do Imposto de Exportação no Brasil", in Revista de História da Economia Brasileira, Vol. I, nº 1, Junho 1953, págs. 51-63.

309. OSGOOD, Ellen L. - A History of Industry, Gin and Company, Boston, 1935.

310. PANTALEÃO, Olga - "Aspectos do Comércio dos Domínios Portugueses no Período de 1808 a 1821", in Revista de História, nº 41, Janeiro/Março de 1960, São Paulo, 1960, págs. 91-104.

311. --- "A Presença Inglesa", in História Geral da Civilização Brasileira, dir. Sérgio Buarque de Holanda, T.II, Vol. 1º, 2a. Edição, Difusão Européia do Livro, São Paulo, 1965, págs. 64-99.

312. PARES, Richard - "The Economic Factors in the History of the Empire", in The Economic History Review, Vol. VII, nº 2, May 1937, págs. 119-144.

313. --- "The London Sugar Market, (1740-1769)", in The Economic History Review, Second Series, Vol. IX, nº 2, December 1956, págs. 254-270.

314. PEREIRA, Miriam Halpern - Livre Câmbio e Desenvolvimento Economico. Portugal na Segunda Metade o Século XIX, Edições Cosmos, Lisboa, 1971.

315. PERRUCI, Gadiel - "Les prix a Recife (1890-1940)", in Colóquio Internacional de História Quantitativa do Brasil, C.N.R.S., Paris, 1971, (Ex. Mimeografado).

316. PETRONE SCHORER, Maria Thereza - A Lavoura Canavieira em São Paulo. Expansão e Declínio (1765-1851), Difusão Européia do Livro, São Paulo, 1968.

317. PIGNATARI, Décio - Informação, Linguagem, Comunicação, Ed. Perspectiva, São Paulo, 1970.

318. PIGOU, A. G. - Industrial Fluctuations, Macmillan & Co. Ltd., London, 1927.

319. PINTO, Virgilio Noya - "Ritmos da Economia e Dependência Econômica em face dos Mercados Externos", in Anais do Museu Paulista, T. XIX, São Paulo, 1965, págs. 107-126.

320. PONSARD, Claude - "La Thérorie Quantitative de la Monnaie", in Annales - Économies-Sociétés-Civilisations, 14e. année, nº 1, Jan. 1959, págs. 106-121.

321. POSE, Alfred - De la Théorie Monetaire à la Théorie - Economique, Librairie du Recueil Sirey, Paris, 1930.

322. POSTHUMUS, N. W. - Inquiry into the History of Prices in Holland, E. J. Brill, Leiden, Vol. I, 1946, Vol.II, 1964.

323. PRADO JÚNIOR, Caio - Evolução Política do Brasil e outros Estudos, 3a. Edição, Editôra Brasiliense, 1961.

324. --- Formação do Brasil Contemporâneo - Colônia, 6a. - Edição, Editora Brasiliense, São Paulo, 1961.

325. --- História Econômica do Brasil, 6a. Edição, Editora Brasiliense, São Paulo, 1961.

326. PRUDHOMME, Jean - "Un apport de J. Marczewsky à l'Étude de la Conjoncture", in Annales Économies-Sociétes--Civilisations, Vol. XX, nº 2, Mars-Avril 1965, págs. 337-346.

327. QUEIROS MATTOSO, Katia M. de e LOPES DE ATHAYDE, Jolhido - "Epidemias e Flutuações na Bahia no Século - XIX", in Colóquio Internacional de História Quantitativa do Brasil, C.N.R.S., Paris, 1971, (Ex. Mimeografado).

328. QUEIRÓS MATTOSO, Katia - "Os Preços na Bahia de 1750 a 1930", in Colóquio Internacional de História Quantitativa do Brasil, C.N.R.S., Paris, 1971 (Ex. Mimeogra-

fado).

329. RASHDALL, H. - The Universities of Europe in the Middle Ages, Mac Millan, London, 1951.

330. --- "O Comércio Colonial e as Companhias Privilegiadas", in Historia Geral da Civilização Brasileira, dir. por Sérgio Buarque de Holanda, T. I, vol. 2, Difusão Européia do Livro, São Paulo, 1960.

331. RÉMOND, André - "Trois Bilans de l'Économie Française au Temps des Théorics Physiocratiques", in Révue d'Histoire Économique et Sociale, Vol. XXVe., année 1957, nº 4, págs. 416-456.

332. RENOUVIN, Pierre - Les Politiques d'Expansion Imperialiste, Presses Universitaires de France, Paris, 1949.

333. RIBEIRO JÚNIOR, José - A Companhia Geral de Pernambuco e Paraíba (1759-1780), São Paulo, 1972, (Exemplar Mimeografado).

334. RIVE, Alfred - "The Consumption of Tabacco Since 1600", in The Economic Journal, Supplement, nº 1, Jan. 1926, págs. 57-75.

335. ROBBINS, Lionel - Ensayo sobre la Natureza y Significación de la Ciencia Económica, Trad. Esp., 2a. Edição, Fondo de Cultura Económica, México, 1951.

336. ROBERTSON, Ross M. - História da Economia Americana, Trad. Port., Vol. I, Distribuidora Record, Rio de Janeiro, 1967.

337. RODRIGUES, Jorge Martins - "A Rivalidade Comercial de Norte-Americanos e Ingleses no Brasil do Século XIX", in Revista de História da Economia Brasileira, Vol.I, nº 1, Junho 1953, págs. 73-82.

338. RODRIGUES, F. Contreiras - Traços da Economia Social e Política do Brasil Colonial, Ariel, Editora Ltda., Rio de Janeiro, 1935.

339. ROLL, Eric - História das Doutrinas Econômicas, Trad. Port., 2a. Edição, Cia. Editora Nacional, São Paulo, 1962.

340. ROMANO, R. - Le Commerce du Royaume de Naples, avec la France et les Pays de l'Adriatique au XVIII Siècle,

Librairie Armand Colin, Paris, 1951.

341. --- Cuestiones de Historia Económica Latino Americana, Universidad Central de Venezuela, 1966.

342. --- Commerce et Prix du Blé à Marseille au XVIIIe Siècle, Librairie Armand Colin, Paris, 1956.

343. --- "Documenti e prime Considerazioni intorno alla 'Balance du Commerce' della Francia dal 1716 al 1780", in Separata do Studi in Onore di Armando Sapori, 1957, págs. 1267-1299.

344. --- "Per Valutazzione della Flota Mercantile Europea alla fine del Secolo XVIII", in Separata do Studi in Onore di Amintore Fanfani, Vol. V, 1962, págs. 575-591.

345. --- "Storia dei Prezzi e storia Economica", in Rivista Storica Italiana, vol. LXXV, fasc. II, 1963, págs. 239-268.

346. --- "Mouvements des prix et Développement Économique. L'Amérique du Sud au XVIIIe. Siècle", in Annales Économies-Sociétés-Civilisations, Vol. XVIII, nº 1, Janvier-Février, 1963, págs. 63-74.

347. --- "Tra XVI e XVII Secolo. Una Crisi Economica: 1619-1622", in Rivista Storica Italiana, Vol. LXXIV, nº 3, 1962, págs. 480-531.

348. --- "Une Économie Coloniale: le Chili au XVIIIe. Siècle", in Annales Économies-Sociétés-Civilisations, Vol. XVIII, nº 2, Mars-Avril 1960, págs. 259-285.

349. ROSTOW, W.W. - British Economy of the Nineteenth Century, Oxford at the Claredon Press, Oxford, 1952.

350. --- El Proceso del Crecimiento Económico, Trad. Esp., Alianza Editorial, Madrid, 1967.

351. --- As Etapas do Desenvolvimento Econômico (Um Manifesto não Comunista), Trad. Port., Zahar Editores, Rio de Janeiro, 1961.

352. SAMUELSON, Paul A. - Introdução à Análise Econômica, Trad. Port., Vol. I e II, 7a. Edição, Livraria Agir Editora, Rio de Janeiro, 1971.

353. SANTANA, R. N. Monteiro de - Evolução Histórica da Economia Piauense, Edições Cultura, Terezina, 1964.

354. SANTOS, Fernando Piteira - Geografia e Economia da Revolução de 1820, Publicações Europa-América, Lisboa, 1962.

355. SCHLITTLER SILVA, Hélio - "Tendências e Características Gerais do Comércio Exterior no Século XIX", in Revista de História da Economia Brasileira, Vol. I, nº1, Junho 1953, págs. 5-20.

356. SCHNEIDER, Jürgen - "Le Commerce de la France avec le Brésil en Considerant Specialment la Position du Commerce Français les Divers Marches du Brésil entre 1815 -1848 (Essai d'une Analyse de la Structure Économique)" in Colóquio Internacional de História Quantitativa do Brasil, C.N.R.S., Paris, 1972 (Ex. Mimeografado),

357. SCHUMPETER, Elizabeth Boady - "English Prices and Public Finance, 1660-1822", in The Review of Economic Statistics, Vol. XX, nº 1, February, 1938, págs. 21-37.

358. SCHUMPETER, Joseph A. - Business Cycle - A Theoretical, Historical, and Statistical Analysis of the Capitalist Process, Vol. I, McGraw-Hill Book Company, Inc., New York and London, 1939.

359. --- "The Analysis of Economic Change", in Reading in Business Cycle Theory, The Blakiston Series of Republished Article on Economics, dir. por Gottfried Haberler, The Blakiston Company, Philadelphia, 1944, Vol. 2, págs. 1-19.

360. SÉE, Henri - Origen y Evolucion del Capitalismo Moderno, Trad. Esp., 4a. Edição, Fondo de Cultura Económica, México, 1952.

361. SELLA, Domenico - "Les Mouvements Longs de l'Industrie Lanière à Venise aux XVIe. et XVIIe. Siècles", in Annales - Économies-Sociétés-Civilisations, Vol. XII, nº 1, Janvier-Mars 1957, págs. 29-45.

362. SHANNON, Fred Albert - American's Economic Growth, The Macmillan Company, New York, 1940.

363. SHERIDAN, R. B. - "The Commercial and Financial Organization of the British Slave Trade, 1750-1807", in The Economic History Review, Secohd Series, Vol. XI, nº 2, December, 1958, págs. 249-263.

364. --- "The wealth of Jamaica in the Eighteenth Century", in Economic History Review, Vol. XVIII, 1965, págs.292--311.

365. --- "The Wealth of Jamaica in the Eighteenth Century: a Rejoinder", in The Economic History Review, Second Series, Vol. XXI, nº 1, April 1968, págs. 46-61.

366. SILBERT, Albert - "Contribuition à l'Étude du Mouvement du prix des Céréales à Lisbonne (du Milieu du XVIIIème Siècle)" in Revista de Economia, Vol. VI, Fasc. II, Lisboa, 1953, págs. 65-80.

367. SILVA, José Gentil da - "Au Portugal: l'autoconsommation (XIVe.-XXe. Siècles)", in Annales Économies-Sociétés-Civilisations, Vol. XXIV, nº 2, Mars-Avril 1969, págs. 250-288.

368. --- "Au Portugal: "Structure Demographique et Développement Économique", separata do Studi in Onore di Amintore Fanfani, Vol. II, Milano, 1962, págs. 493-510.

369. --- "Calculs Retrospectifs du Produit", in Revue Suisse d'Histoire, Vol. XV, fasc. 1, 1965, págs. 1-29.

370. SIMIAND, François - Le Salaire l'Évolution Sociale et la Monnaie - Essai de Théorie Expérimentale du Salaire- Introduction et Étude Globale, T. I, II e III, Librai re Félix Alcan, Paris, 1932.

371. --- Recherches Anciennes et Nouvelles sur le Mouvement Général des Prix du XVIe. au XIXe. Siècle, Les Éditions Domat - Montchretien, Paris, 1932.

372. SIMONSEN, Roberto C. - Histórica Econômica do Brasil - (1500-1820), 6a. Edição, Cia. Editora Nacional, São Pau lo, 1969.

373. SMITH, Adam - Inquiry Into the Nature and Causes of - the Wealth of Nations (1776), Methuen & Co. London,1930.

374. SOARES, Teixeira - O Marques de Pombal (A Lição do Passado e a Lição do Presente), Editora Alba Ltda. Rio de Janeiro, 1961.

375. SODRÉ, Nelson Werneck - Formação Histórica do Brasil, - Editora Brasiliense, São Paulo, 1964.

376. --- As Razões da Independência, Editora Civilização Bra

sileira, Rio de Janeiro, 1965.

377. SOMBART, Werner - El Apogeo del Capitalismo, Vol. I e II, Trad. Esp., Fondo de Cultura Económica, México, 1946.

375. --- "Economic Theory and Economic History", in The Economic History Review, Vol. II, nº 1, January, 1929, págs. 1-19.

379. SOMBRA, S. - Historia Monetária do Brasil Colonial, Oficinas Gráficas da Emp. Almanack Laemmert Ltda., Rio de Janeiro, 1938.

380. SPOONER, Frank C. - L'Économie Mondiale et les Frappes Monétaires en France (1493-1680), Librairie Armand Colin, Paris, 1956.

381. --- "The Economy of Europe (1559-1609)", in The New Cambridge Modern History, G. N. Clark, Vol. III, Cambridge at the University Press, London, 1968.

382. STEIN, Stanley e STEIN, Barbara H. - La Herencia Colonial de América Latina, Trad. Esp., 2a. Edição, Siglo Veinteuno Editores, México, 1971.

383. STEIN, Stanley - The Brazilian Cotton Manufacture Textill Entreprise in an Underveloped Area, 1850-1950, Cambridge, Mass. 1957.

384. STIGLER, George J. - A Teoria dos Preços - Análise Microeconômica, Trad. Port.,2a. Edição, Editora Atlas, São Paulo, 1970.

385. STOLS, Eddy - "Les Investissements Belges au Brèsil 1830-1914", in Colóquio Internacional de História Quantitativa do Brasil, C.N.R.S., Paris, 1972 (Ex. Mimeografado).

386. TAUNAY, Affonso de E. - Pequena História do Café no Brasil, Departamento Nacional do Café, Rio de Janeiro, 1945.

387. --- "Um Capitação General Estatista", in Anais do Museu Paulista, V. XV, São Paulo, 1961.

388. --- "Subsídios para a História do Tráfico Africano no Brasil", in Anais do Museu Paulista, T. X, São Paulo, 1941, págs. 5-305.

389. TEYSSEIRE, Daniel - "La Lexicologie en Histoire de l' Ideologie: L'Inventaire Lexicometrique des "Pasquins Sediciosos" d'août 1798 à Bahia", in Colóquio Internacional de História Quantitativa do Brasil, C.N.R.S., - Paris, 1972 (Ex. Mimeografado).

390. THOMAS, R. Paul - "The Sugar Colonies of the Old Empire: Profit or Loss for Great Britain?", in The Economic History Review, Second Series, Vol. XXI, nº 1, April - 1968, págs. 30-45.

391. THUILLIER, Guy - "Pour une Histoire Monétaire du XIXe. Siècle: La Crise Monétaire de l'automne de 1810" in Revue Historique, Vol. CCXXXVIII Juillet-Sept. 1967, - págs. 51-84.

392. TIETZ, F. - "Brasilianische Zustânde nach gesandtschaftlichen Berichten bis zum Jahr 1837", Universidade de Gôttingen, Berlin, 1839, Voss'sche Buchhandlung, págs. 106-115, Tradução Portuguesa, in Revista de História - da Economia Brasileira, Vol. I, nº 1, junho 1953, págs. 125-129.

393. USHER, Abbot Payson - "Prices of what and Commodity - price indexes for England, 1259-1930", in The Review - of Economic Statistics, Vol. XIII, 1931, págs.103-113.

394. --- "The General Course of Wheat Prices in France:1350 -1788", in The Review of Economic Statistics, 1930, - págs. 159-169.

395. --- "The Role of Monopoly in Colonial Trade and in the Expansion of Europe Subsequent to 1800", in The American Economic Review, Vol. XXXVIII, nº 5, December 1948, págs. 54-71.

396. VASQUEZ DE PRADA, Valentin - História Económica Mundial 2 Vols., Ediciones Rialp, Madrid, 1968.

397. VARNHAGEN, Francisco Adolfo - História Geral do Brasil, T. V. 5a. Edição, Edições Melhoramentos, São Paulo, - 1956.

398. VERGER, Pierre - Flux et Reflux de la Traite des Nègres entre le Goofe de Bénin et Bahia de Todos os Santos, - Mouton E. Co., Paris, 1968.

399. VERLINDEN, C. - "Mouvements des Prix et des Salaires en Belgique au XVIe, Siècle", in Annales Économies-Sociétés-Civilisations, Vol. X, Avril-Juin 1955, nº 2, págs. 173-198.

400. VIANNA, Hélio - História do Brasil, Vol. II. T. II, 4a. Edição, Edições Melhoramentos, São Paulo, 1966.

401. VIANNA FILHO, Luiz - O Negro na Bahia, Livraria José Olympio Editora, Rio de Janeiro, 1946.

402. VIENNET, Odette - Napoléon et l'Industrie Française - La Crise de 1810-1811, Librairie Plon, Paris, 1947.

403. VILAR, Pierre - Oro y Moneda en la Historia 1450-1920, Trad. Esp., Editora Ariel, Barcelona, 1969.

404. ---"Histoire des prix. Histoire Générale. Un Nouveau Livre de E. J. Hamilton", in Annales Économies-Sociétés-Civilisations, Vol. IV, nº 1, Janvier-Mars, 1949, págs 29-45.

405. --- "Pour une Meilleure Compréhension entre Économistes et Historiens. 'Histoire quantitative' ou économétrie rétrospective ?", in Revue Historique, Vol. CCXXXIII, Juin, 1965, págs. 293-312.

406. --- "Remarques sur l'histoire des prix", in Annales Économies-Sociétés-Civilisations, vol. XVI, nº 1, Janvier-Février 1961, págs. 110-115.

407. VILLAT, Louis - La Révolution et l'Empire (1789-1815), Vol. II, Presses Universitaires de France, Paris, 1936.

408. VILLEY, Daniel - Petite Histoire des Grandes Doctrines Économiques, 2a. Ed., Presses Universitaires de France, Paris, 1946.

409. VINCENT, André L. A. - Initiation à la Conjoncture Economique, Presses Universitaires de France, Paris, 1947.

410. VIVEIROS, Jerônimo de - História do Comércio do Maranhão - 1612-1895, II Vols., Edição da Associação Comercial do Maranhão, São Luís, 1954.

411. VOILLIARD, Odette, CABOURDIN, Guy et DREYFUS, François G. - Statistiques d'Histoire Économique - Époque Contemporaine, Publications de la Faculté des Lettres de

l'Université de Satrasbourg, Strasbourg, 1964.

412. WALTON, G. M. - "Sources of Productivity Change in American Colonial Shipping, 1675-1775", in The Economic History Review, Second Series, Vol. XX, nº 1, April - 1967, págs. 67-78.

413. WEBER, Max - Historia Económica General, Trad. Esp., - 4a. Edicion, Fondo de Cultura Económica, México, 1964.

414. --- A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo, - Trad. Port. Livraria Pioneira Editora, São Paulo, 1967.

415. --- Economia y Sociedad, Trad. Esp., Fondo de Cultura Economica, 2 vol., 2a. Ed., México, 1969.

416. WESTPHALEN, Cecília Maria - "Paranaguá e o Rio da Prata no século XIX", in Congresso Internacional de História Quantitativa do Brasil, C.N.R.S., Paris, 1971, Ex. Mimeografado.

417. WHITTAKER, Edmund - Historia del Pensamiento Económico, Trad. Esp., Fondo de Cultura Económica, México, 1948.

418. ZEMELLA, Mafalda P. - O Abastecimento da Capitania - das Minas Gerais no Século XVIII, Boletim 118, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1951.

419. --- "Os Ciclos do Pau Brasil e do Açúcar", in Revista de História (reimpressão), Ano I, nº 4, Outubro/Dezembro de 1950, São Paulo, 1962, págs. 485-494.

420. ZAMORA, Francisco - Tratado de Teoria Económica, Fondo de Cultura Económica, México, 1953.

ÍNDICE GERAL

INTRODUÇÃO..... I

CAPÍTULO PRIMEIRO - PROBLEMAS METODOLÓGICOS..... 1

I. Problemas Teóricos..... 1

1. História Econômica e História Quantitativa..... 1

2. A História Quantitativa no Brasil..... 25

II. Problemas de Pesquisa..... 34

1. As Fontes: As Balanças do Comércio..... 34

2. O Tratamento Estatístico dos Dados..... 44

CAPÍTULO SEGUNDO - DELIMITAÇÃO DA CONJUNTURA..... 50

1. O Estudo das Conjunturas..... 50

2. A Conjuntura de Longa Duração do Século XVIII..... 65

3. A Conjuntura de Curta Duração do Fim do Século XVIII e Início do Século XIX..... 79

CAPÍTULO TERCEIRO - ANÁLISE DA CONJUNTURA: AS REGIÕES BRASILEIRAS..... 83

I. Análise Geral das Regiões Brasileiras no Comércio Colonial..... 83

1. Divisão Tradicional das Regiões Brasileiras..... 83

2. As Regiões Brasileiras no Comércio Colonial..... 88

II. Análise Específica das Regiões Brasileiras no Comércio Colonial..... 112

1. Rio de Janeiro..... 112

2. Bahia..... 149

3. Pernambuco..... 169

4. Maranhão..... 189

5. Pará..... 209

6. Santos..... 226

7. Paraíba..... 234

8. Ceará..... 239

III. Posição das Regiões Brasileiras no Comércio Português..... 244

1. Comparação com Outras Colônias: Ásia, África e Ilhas..... 244

2. Posição das Regiões Brasileiras no Comércio Internacional..... 258

3. O Modelo do Comércio Colonial Brasileiro..... 279

IV. Problemas Decorrentes do Estudo das Regiões Brasileiras..... 286

CAPÍTULO QUARTO - ANÁLISE DA CONJUNTURA: PREÇOS..... 299
1. A Alta dos Preços no Final do Século XVIII e Início do Século XIX. 299
2. Condições da Alta dos Preços no Brasil..... 314
3. Análise dos Principais Produtos de Exportação..... 323
4. Análise dos Principais Produtos de Importação..... 431
5. Quantificação da Lucratividade Comercial..... 468

CAPÍTULO QUINTO - DA CONJUNTURA À ESTRUTURA..... 506
1. Diversificação da Produção..... 506
2. Euforia Efetiva..... 533
3. Ganho de Monopólio..... 561

BIBLIOGRAFIA..... 587
Fontes Manuscritas..... 587
Fontes Impressas..... 588
Dicionários..... 591
Obras..... 592